

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL DOUTORADO**

**GUSTAVO MOURA DE OLIVEIRA**

**“CAMINHAR PERGUNTANDO”: PARA ALÉM, APESAR OU COM O ESTADO?  
A construção de autonomias nos movimentos de economia solidária de Brasil e México**

**São Leopoldo**

**2021**

Gustavo Moura de Oliveira

“CAMINHAR PERGUNTANDO”: PARA ALÉM, APESAR OU COM O ESTADO?

A construção de autonomias nos movimentos de economia solidária de Brasil e México

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor em Ciências  
Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais da Universidade do Vale do  
Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriane Vieira Ferrarini

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monika Dowbor

São Leopoldo

2021

O48c Oliveira, Gustavo Moura de.

“Caminhar perguntando” : para além, apesar ou com o estado? : A construção de autonomias nos movimentos de economia solidária de Brasil e México. / Gustavo Moura de Oliveira. – 2021.

358 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

“Orientadora: Profa. Dra. Adriane Vieira Ferrarini  
Coorientadora: Profa. Dra. Monika Dowbor”

1. Autonomia. 2. Brasil. 3. México. 4. Economia Solidária. 5. Movimentos Sociais. I. Título.

CDU 339.9

Gustavo Moura de Oliveira

“CAMINHAR PERGUNTANDO”: PARA ALÉM, APESAR OU COM O ESTADO?

A construção de autonomias nos movimentos de economia solidária de Brasil e México

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor em Ciências  
Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais da Universidade do Vale do  
Rio dos Sinos – UNISINOS

Aprovado em 23 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Adriane Vieira Ferrarini (orientadora)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Monika Dowbor (coorientadora)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marília Veríssimo Veronese

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aline Mendonça dos Santos

Universidade Católica de Pelotas – UCPel

---

Prof. Dr. Cassio Brancaleone

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

---

Prof. Dr. Eduardo Enrique Aguilar Hernández

Universidad de Monterrey – UDEM, México

*“no princípio era a vida  
e depois a gana de viver  
depois foi sobre como viver  
sobre formas de viver bem  
era sobre liberdade de ser-viver  
e sobre forma, não sobre conteúdo  
era sobre formas de viver bem  
e o tempo era a necessidade primeira  
é preciso imaginar  
imaginação como imagem-forma e ação  
era só sobre isso,  
tempo”*

Gustavo Comanchi, o autor

Dedico esta tese, este esforço compromissado com a construção de um mundo justo e solidário, a todos os povos subalternos do mundo que desde seus mais longínquos territórios entregam **tempo** para confrontar, a partir de seus diversificados cotidianos e culturas, o sistema-mundo capitalista-colonial e suas tantas estruturas de poder e dominação. Somente haverá Paz na Terra quando nem mais uma só pessoa permanecer impedida de libertar-se econômica, política e culturalmente em comunhão com a Natureza.

Adiante!

## **Agradecimentos**

Começo com o óbvio: certamente esquecerei de mencionar umas tantas pessoas que foram importantes durante meus quatro anos e meio de dedicação ao curso de doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Primeiro, como não poderia deixar de ser, a família. Pela minha própria existência neste mundo, agradeço à Dona Rês (minha mãe, que carinhosamente chamo de mamãe) e meu pai, o Seu Adão; só sou porque vocês são, literalmente. Agradeço, como já é recorrente nestes momentos, ao meu irmão, Felipe de Oliveira, certamente minha maior inspiração, pela proximidade e pelo brilhantismo, para tornar-me um intelectual. Quero agradecer também a Jú Hoch, companheira de vida de meu irmão, sempre atenta e disponível.

Agradeço, com um desejo gigante de eternidade, aos variados grupos/coletivos com os quais construo, cotidianamente, tantas coisas bonitas neste mundo. Já aprendi um tanto e sigo aprendendo ao infinito com vocês: ao Coletivo Cultural Manifesto Poesia, à Produtora Coletiva e Independente Outro Mundo Acontece, ao Coletivo Feira Viva, ao Grupo Araçá de Consumo Responsável (espaço através do qual certamente mais me integrei no Movimento de Economia Solidária Brasileiro e, mais recentemente, à Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável), ao Grupo de Estudos Marxismo e Autonomia, à Plataforma Política Cidade Nossa e ao Partido Socialismo e Liberdade de Novo Hamburgo. Sim ou sim eu sou quem sou pela existência de cada um desses espaços.

Quero agradecer à Adriane Ferrarini, minha orientadora já desde o mestrado. Muito obrigado por tanto, Adri; jamais esquecerei daquela primeira ida à Unisinos, ainda em 2013. Agradeço à colega Kellen Pasqualetto que se bem me lembro foi quem me fez despertar ao interesse de investigar as relações entre movimentos sociais e Estado pela lente da autonomia: parece que deu certo, amiga! Uma surpresa, linda surpresa, desde terras polacas: Monika Dowbor. Monika, que tanto andei contigo, que tanto andamos juntas. Muito, muito obrigado por tanto. Me diga, o que será da ciência política quando derrubarmos a última instituição? (risos). Também merece um agradecimento carinhoso a Marília Veronese, pelos aprendizados, parcerias e pelo exemplo de pesquisadora posicionada que és. Por último “da turma do PPGCS-Unisinos”, um agradecimento bem, bem grande à Maristela Simon, aquela que sempre dá conta de tudo que a gente precisa da secretaria. Agradeço, também neste bloco mais estritamente acadêmico, a todas e todos colegas do Grupo ECOSOL-Unisinos (Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos) e do Grupo GPACE-UFRGS (Grupo de

Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Não poderia deixar de agradecer às pessoas queridas, todas e todos grandes amizades, que me acolheram nos momentos em que eu estive fora de Novo Hamburgo. Em ordem de viagens, primeiro vai um abraço carinhoso, cheio de saudades, pro Everton, pra Teresa, pra Isabel e pro Edgar (à época sendo gestado por Teresa) que me receberam em sua casa no Rio de Janeiro naquele já distante primeiro semestre de 2018. Quanto ao México (ah, o México!), em nome de meu grande amigo, um irmão latino-americano que a vida acadêmica me deu, Eduardo Aguilar, e de Mariel Zasso, uma surpresa de vida daquelas inexplicáveis, agradeço a todas as pessoas que de uma ou outra forma me acolheram naquele país nos quase 10 meses que por lá estive. Ainda sobre o México, agradeço à Lucía Álvarez, professora da *Universidad Nacional Autónoma de México*, minha orientadora no exterior, sempre tão disponível e doce. Finalmente, um abraço muitíssimo carinhoso à Bine, à Dona Júlia e ao Seu Gui, que me receberam de portas abertas na Ilha de Itaparica, na Bahia, onde escrevi boa parte destas páginas.

Quero agradecer, ainda, a todas e todos os meus entrevistados dos movimentos de economia solidária do Brasil e do México. Foram quase 40 entrevistas (considerando as que acabei não incluindo na tese). Certamente esta tese não seria esta tese se não fosse pela disponibilidade de cada uma e de cada um de vocês. Vida longa aos movimentos de economia solidária do Brasil, do México, da América Latina e do Mundo; outra economia, assim como outro mundo, é possível e já acontece!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela possibilidade de dedicação exclusiva durante todo o curso, assim como especificamente pela concessão da bolsa do Programa Doutorado-Sanduiche no Exterior, sem a qual eu não teria alcançado realizar a etapa de investigação empírica no México.

Para terminar, agradeço por estar vivo no Brasil que combina as piores condições imagináveis de se viver: a pandemia de Covid-19 que assola o mundo e o governo Bolsonaro. Tenho saúde, pude exercer o meu direito ao cuidado até aqui, estou vivo hoje; mas, e amanhã? Fica a tristeza pelas quase 520.000 pessoas que já perderam a vida enquanto finalizo esta seção de agradecimentos. Sobre isto, não há o que agradecer, é preciso gritar: #ForaBolsonaro!

*“Creio que um ponto interessante sobre o qual começo a falar é o da gestação mesma do livro que, envolvendo a gestação das ideias, envolve também o momento ou os momentos da ação em que se foram gerando e os de pô-las no papel. Na verdade, as ideias que precisam de ser defendidas, que implicam outras ideias, que são reditas em ‘esquinas’ várias dos textos a que os autores e autoras se sentem obrigados a voltar de vez em quando vão se gestando ao longo de sua prática na prática social maior de que fazem parte. [...] Mas, se as ideias, as posições a explicitar, a explicar, a defender no texto, vieram sendo partejadas na ação-reflexão-ação em que nos envolvemos, tocados por lembranças de ocorridos em velhas tramas, o momento de escrever se constitui como um tempo de criação e de recriação, também, das ideias com que chegamos à nossa mesa de trabalho. O tempo de escrever, diga-se ainda, é sempre precedido pelo de falar das ideias que serão fixadas no papel. Pelo menos foi assim que se deu comigo. Falar delas antes de sobre elas escrever, em conversas de amigos, em seminários, em conferências, foi também uma forma de não só testá-las, mas de recriá-las, de repartejá-las, cujas arestas poderiam ser melhor aparadas quando o pensamento ganhasse forma escrita com outra disciplina, com outra sistemática. Neste sentido, escrever é tão re-fazer o que esteve sendo pensado nos diferentes momentos de nossa prática, de nossas relações com, é tão re-criar, tão re-dizer o antes dizendo-se no tempo de nossa ação quanto ler seriamente exige de quem o faz, repensar o pensado, re-escrever o escrito e ler também o que antes de ter virado o escrito do autor ou da autora foi uma certa leitura sua.”*

Paulo Freire, em “Pedagogia da esperança”

*“Praticamente – pois este artigo tem um fim prático – desejaria que as ciências sociais, provisoriamente, cessem de tanto discutir sobre suas fronteiras recíprocas, sobre o que é ou não é ciência social, o que é ou não é estrutura... Que elas tratem, antes, de traçar, através de nossas pesquisas, as linhas, se é que há linhas, que orientem uma pesquisa coletiva, e também os temas que permitam atingir uma primeira convergência. Estas linhas, eu as chamo pessoalmente: matematização, redução ao espaço, longa duração... Mas seria curioso conhecer as que proporiais outros especialistas. Pois este artigo, não é necessário dizê-lo, não foi por acaso colocado sob a rubrica “Debates e Combates”. Ele pretende pôr, não resolver, problemas em que, infelizmente, cada um de nós, no que não diz respeito à sua especialidade, expõe-se a riscos evidentes. Estas páginas são um apêlo à discussão.”*

Fernand Braudel, em “História e Ciências Sociais: a longa duração”



## Resumo

Esta tese apresenta uma análise da trajetória dos movimentos de economia solidária do Brasil e do México de 1995 à 2020, com base em suas relações e interações com o Estado em cada um dos países. Meu interesse prioritário esteve orientado pela tentativa de compreensão de como foram se modificando ao longo do tempo as autonomias de cada um dos movimentos. Tratando-se de uma investigação de caráter qualitativo, para alcançar o objetivo do presente estudo de caso comparado, realizei revisão de bibliografia assim como pesquisa de campo a partir de observações participantes e de entrevistas semiestruturadas. Quanto às observações, elas foram realizadas tanto no âmbito do Movimento de Economia Solidária Brasileiro quanto no do Movimento de Economia Solidária Mexicano; foram 12 entrevistados de cada um dos movimentos assim como mais 4 vinculados à institucionalidade estatal da economia solidária nos dois países. Do ponto de vista da análise, a investigação bibliográfica me levaria a pelo menos quatro pressupostos de partida: a autonomia como capacidade individual e coletiva de lucidez e reflexão, marco da ação, como uma categoria propriamente relacional e marcada por um duplo processo de negação-construção. Partindo disto, foi possível pensá-la em relação ao Estado desde três distintas possibilidades: a ação autônoma para além do Estado (negação de sua totalidade e construção de formas de organizar a vida em comum à sua margem); a ação autônoma apesar do Estado (negação de suas dinâmicas de funcionamento e construção de confrontos políticos extrainstitucionais que visam reconhecimento de direitos); e a ação autônoma com o Estado (negação de suas políticas e construção de outras desde a participação institucional). A mencionada tipologia terminaria servindo como marco da análise empírica quando do cruzamento dos dados das trajetórias dos movimentos com as configurações contextuais de cada um dos países ao longo do tempo. Quanto aos contextos, o Brasil somou-se, a partir dos anos 2000, a outras experiências sul-americanas e experimentou governos de característica democrático-participativa que abriram o Estado à participação. O México, por sua vez, não acompanhou tal onda e permaneceu quase que a totalidade do período analisado sob contextos pouco ou nada atrativos à participação. Já em relação às trajetórias dos movimentos, no caso brasileiro a presença de um sujeito político-coletivo integrador e legitimado nacionalmente pelo conjunto do movimento permitiu perceber-se um trânsito entre as ações para além e com o Estado; no interior desta última, oscilou entre a autonomia inserida e a interdependente. No caso mexicano, a ausência daquele sujeito político-coletivo somada à interações desarticuladas e não sistemáticas de um ou outro sujeito do movimento com o Estado foi o que caracterizou, também considerando o nível nacional, um tipo de ação para além do Estado. A ausência do referido sujeito capaz de aglutinar nacionalmente o movimento orientaria meu foco analítico para a diversidade das experiências locais. Com este enfoque, foi possível perceber experiências que se inscreveram tanto como para além, quanto como apesar e com o Estado. Por último, importa registrar que, observadas as potências transformadoras das três dinâmicas de ação autônoma, parece ser somente aquela para além do Estado a que é capaz de pré-figurar no agora, no tempo presente, a auto-organização substantiva da vida em comum que reconecta as dimensões econômica e política da vida no todo cotidiano-comunitário, tal qual no caso do Movimento Zapatista mexicano.

**Palavras-chave:** Autonomia; Estado; Movimentos Sociais; Economia Solidária; Brasil; México.

## Abstract

This thesis presents an analysis of the trajectory of solidary economy movements in Brazil and Mexico from 1995 to 2020, based on their relations and interactions with the State in each of countries. My main interest was guided by the attempt to understand how the autonomy of each movement changed over the time. As this is a qualitative investigation, in order to achieve the objective of the present comparative case study, I carried out a literature review and field research based on participant observations and semi-structured interviews. Regarding the observations, they were carried out both in the scope of the Brazilian Solidarity Economy Movement and in the Mexican Solidarity Economy Movement; 12 representatives of each of the movements were interviewed, plus 4 linked to the state institutions of the Brazilian solidary economy and another 4 with the same type of link in the Mexican case. From the point of view of analysis, the bibliographical investigation would lead me to at least four starting assumptions: autonomy as an individual and collective capacity for lucidity and reflection, as a landmark of action, as a properly relational category and marked by a double process of denial-construction. Based on this, it was possible to think about it in relation to the State from three distinct possibilities: autonomous action beyond the State (denial of its totality and construction of ways to organize life in common on its margins); autonomous action despite the State (denial of its dynamics of functioning and construction of extra-institutional political confrontations aimed at recognizing rights); and autonomous action with the State (denial of its policies and construction of others from institutional participation). The aforementioned typology would end up serving as a framework for empirical analysis in the crossing of data on the movements trajectories with the contextual configurations of each of countries over time. As for the contexts, from the 2000s onwards, Brazil joined other South American experiences and experimented with democratic-participatory governments that opened the State to participation. Mexico, in turn, did not follow this wave and remained almost the entire period analyzed under contexts that were not very attractive to participation. In relation to the trajectories of the movements, in the Brazilian case, the presence of an integrating political-collective subject nationally legitimized by the movement as a whole allowed us to perceive a transit between actions beyond and with the State; within the latter, it oscillated between inserted and interdependent autonomy. In the Mexican case, the absence of that collective political subject added to the disjointed and non-systematic interactions of one or another subject of the movement with the State was what characterized, a type of action beyond the State, also considering the national level. The absence of the aforementioned subject capable of uniting the movement nationally would guide my analytical focus towards the diversity of local experiences. With this focus, it was possible to perceive experiences that were registered both as beyond, as despite and with the State. Finally, it is important to note that, considering the transforming powers of the three dynamics of autonomous action, it seems to be only the one beyond the State that is able to pre-figure in the now, in the present time, the substantive self-organization of life in common which reconnects the economic and political dimensions of life in the everyday-community, as in the case of the Mexican Zapatista Movement.

**Keywords:** Autonomy; State; Social Movements; Solidarity Economy; Brazil; Mexico.

## **Lista de Esquemas**

Esquema 1 – Organização esquemática das reflexões teóricas .....	30
Esquema 2 – Flutuação das ações autônomas de movimentos subalternos .....	136
Esquema 3 – Segmentos e instâncias constituintes do FBES .....	247
Esquema 4 – Organização esquemática das reflexões teóricas + A especificidade dos movimentos de economia solidária na América Latina.....	321
Esquema 5 – Proposta de transição ao Autogoverno popular-comunitário nos marcos da institucionalidade brasileira.....	326

## Lista de Fotografias

Fotografia 1 – Lula na I Conferência Nacional de Economia Solidária .....	165
Fotografia 2 – Momento da leitura da Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária do MESB .....	242
Fotografia 3 – Audiência Pública do Rio Grande do Sul de discussões sobre o PL865.....	255
Fotografia 4 – Entrevista coletiva do Movimento Zapatista, 24 de fevereiro de 1994.....	295
Fotografia 5 – <i>Junta de Buen Gobierno</i> do Caracol de Roberto Barrios.....	299
Fotografia 6 – Ato simbólico na Praça Central de Oxchuc em comemoração pela aprovação da livre determinação e autogoverno por usos e costumes ancestrais.....	300
Fotografia 7 – Protestos da comunidade de Oxchuc, janeiro de 2016.....	301
Fotografia 8 – Velório público na Praça Central de Oxchuc por conta dos falecidos no massacre de janeiro de 2018.....	302
Fotografia 9 – Assembleia de aprovação do <i>Concejo Comunitario de Autogobierno</i> de San Andrés Totoltepec, agosto de 2018.....	304
Fotografia 10 – Biblioteca pública de San Andrés Totoltepec, local onde se reúne o <i>Concejo Comunitario de Autogobierno</i> .....	305

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Condições estruturais-estruturantes e as possibilidades contextuais.....	122
Tabela 2 – Enquadramento de contextos políticos no Brasil (1995-2020).....	144
Tabela 3 – Enquadramento das políticas econômicas nos governos Lula.....	151
Tabela 4 – Enquadramento das políticas econômicas nos governos Dilma.....	155
Tabela 5 – Sujeitos vinculados à economia solidária na estrutura do Estado brasileiro.....	163
Tabela 6 – Enquadramento de contextos políticos no México (1995-2020).....	182
Tabela 7 – Sujeitos vinculados à economia solidária na estrutura do Estado mexicano.....	203
Tabela 8 – Sujeitos do Movimento de Economia Solidária Brasileiro.....	233
Tabela 9 – Organização nacional do FBES.....	248
Tabela 10 – Sujeitos do Movimento de Economia Solidária Mexicano.....	268
Tabela 11 – Contextos políticos no Brasil e as ações autônomas do MESB.....	308
Tabela 12 – Contextos políticos no México e as ações autônomas do MESM.....	314

## Lista de Siglas

AI5	Ato Institucional Nº 5
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCONA	Alianza Cooperativista Nacional
AMSs	Assembleias Municipais Setoriais
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
APPO	<i>Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAD Único	Cadastro Único para Programas Sociais
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CDMX	Ciudad de México
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CF88	Constituição Federal de 1988
CFE	<i>Comisión Federal de Electricidad</i>
CFES	Centros de Formação em Economia Solidária
CIG	<i>Consejo Indígena de Gobierno</i>
CIIESS	<i>Centro Internacional de Investigación de la Economía Social y Solidaria</i>
CIRIEC	<i>Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa</i>
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMCAs	Centros Municipais-Comunitários de Apoio Assembleario
CNDH	<i>Comisión Nacional de Derechos Humanos</i>
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNI	<i>Congreso Nacional Indígena</i>
CNTE	<i>Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación</i>
CONAES	Conferências Nacionais de Economia Solidária
CONAPRED	<i>Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación</i>
CONCAMEX	<i>Confederación de Cooperativas de Ahorro y Préstamo de México</i>
CONCRAB	Confederação de Cooperativas da Reforma Agrária
COSUCOOP	<i>Consejo Superior del Cooperativismo</i>
CPC	Comitês Populares da Copa
CPPJO	<i>Comisión Permanente por la Paz y Justicia de Oxchuc</i>

CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOF	<i>Diario Oficial de la Federación</i>
DS	Democracia Socialista
EAF	Entidades de Apoio e Fomento
EOP	Estruturas de Oportunidades Políticas
EUA	Estados Unidos da América
EZLN	<i>Ejército Zapatista de Liberación Nacional</i>
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FDN	<i>Frente Democrática Nacional</i>
FDPPSAT	<i>Frente Defensa y Protección del Patrimonio de San Andrés Totoltepec</i>
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FLN	<i>Fuerza de Liberación Nacional</i>
FONAES	<i>Fondo Nacional de Apoyo para las Empresas en Solidaridad</i>
FSM	Fórum Social Mundial
Grupo ECOSOL	Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa
GT Brasileiro	Grupo de Trabalho da Economia Solidária
GT	Grupo de Trabalho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IFE	<i>Instituto Federal Electoral</i>
INAES	<i>Instituto Nacional de la Economía Social</i>
INAI	<i>Instituto Nacional de Acceso a la Información Pública</i>
INE	<i>Instituto Nacional Electoral</i>
INEE	<i>Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación</i>
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
JBG	<i>Juntas de Buen Gobierno</i>
JUVESOL	Movimento de Jovens da Economia Solidária
LESS	<i>Ley de Economía Social y Solidaria</i>
MAREZ	<i>Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas</i>
MBL	Movimento Brasil Livre
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação

MESB	Movimento de Economia Solidária Brasileiro
MESM	Movimento de Economia Solidária Mexicano
MEXICOOOP	<i>Consejo Superior del Cooperativismo de la República Mexicana</i>
MG	Minas Gerais
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MORENA	<i>Movimiento Regeneración Nacional</i>
MPA	Entidades de Apoio e Fomento
MPJD	<i>Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad</i>
MPL	Movimento Passe-Livre
MS	Ministério da Saúde
MSO	<i>Movimiento Social Oxchuc</i>
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto
NMS	Novos Movimentos Sociais
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento participativo
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PAN	<i>Partido Acción Nacional</i>
PB	Pernambuco
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PDP	<i>Promoción del Desarrollo Popular</i>
PEC	Projeto de Emenda Complementar
PEMEX	<i>Petróleos México</i>
PL	Projeto de Lei
PL865	Projeto de Lei 865
PLC	Projeto de Lei Complementar



PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNES	Plenária Nacional de Economia Solidária
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
PPPs	Parceria Público-Privadas
PRD	<i>Partido de la Revolución Democrática</i>
PRI	<i>Partido Revolucionário Institucional</i>
PRM	<i>Partido de la Revolución Mexicana</i>
PRN	<i>Partido da Reconstrução Nacional</i>
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PVEM	<i>Partido Verde Ecologista de México</i>
REDCOOP	<i>Red Nacional de Investigadores y Educadores en Cooperativismo y Economía Solidaria</i>
Rede de ITCPs	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
REDECOP	<i>Red de Cooperativas</i>
RELACC	<i>Red Latinoamericana de Comercio Comunitario</i>
REMECC	<i>Red Mexicana de Comercio Comunitario</i>
RIPES	<i>Red Intercontinental de Promoción de la Economía Social Solidaria</i>
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SEDESOL	<i>Secretaría de Desarrollo Social</i>
SEMPRE	Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema de Informação da Economia Solidária
SINAES	Sistema Nacional de Economia Solidária
SINCA	<i>Sistema Nacional de Capacitación y Asistencia Técnica</i>
SME	<i>Sindicato Mexicano de Electricistas</i>
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
SoB	Revista Socialismo ou Barbárie
SP	São Paulo
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
TPP	Teoria do Processo Político
TRADOC	<i>Cooperativa Trabajadores Democráticos de Occidente</i>
UNAM	<i>Universidad Nacional Autónoma de México</i>
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICOPAS	União Nacional de Organizações Cooperativas Solidárias
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	20
Breve contextualização temática e do universo empírico .....	20
Opções metodológicas.....	26
Organização dos capítulos.....	30
<b>1 Estado e política: uma discussão desde a América Latina</b> .....	33
1.1 Breves reflexões sobre o Estado na América Latina.....	35
1.2 Contra a noção do Estado como detentor do monopólio da política.....	40
1.3 Atributos para uma interpretação da política como fazer político .....	44
1.4 Imaginar formas outras de organizar a vida em comum: a ideia de um Autogoverno popular-comunitário.....	50
<b>2 Movimentos sociais: abordagem teórico-histórica do conceito e das práticas</b> .....	55
2.1 Movimentos no mundo pré-1968.....	56
2.2 Movimentos no mundo pós-1968.....	58
2.3 A condição subalterna latino-americana.....	63
2.4 Movimentos subalternos latino-americanos .....	69
<b>3 Sobre o conceito e a prática das autonomias</b> .....	79
3.1 Abordagens histórico-conceituais das autonomias .....	82
3.1.1 As autonomias no contexto latino-americano .....	95
3.2 Autonomia-come-práxis-democrática: poder-fazer e sociedade autônoma .....	98
3.3 Ações autônomas de movimentos: para além do Estado, apesar do Estado e com o Estado .....	109
<b>4 Como estudar a relação Estado-movimentos pela lente das autonomias e em distintos contextos políticos? Aspectos teóricos e metodológicos</b> .....	116
4.1 Contextos políticos: definição das condições estruturais-estruturantes .....	120
4.2 A flutuação das ações autônomas em suas relações com o Estado.....	135
<b>5 Contextos políticos e as configurações estatais da economia solidária no Brasil e no México (1995-2020)</b> .....	141
5.1 Brasil, contextos políticos e Estado.....	143
5.1.1 A institucionalidade da economia solidária no Brasil .....	163
5.2 México, contextos políticos e Estado .....	181
5.2.1 A institucionalidade da economia solidária no México.....	203

<b>6 Os movimentos de economia solidária de Brasil e México e a construção de autonomias na relação com o Estado (1995-2020)</b> .....	217
6.1 Uma discussão crítico-conceitual sobre economia solidária .....	217
6.2 O Movimento de Economia Solidária Brasileiro: um trânsito entre as autonomias? ..	232
6.3 O Movimento de Economia Solidária Mexicano: entre a dispensa do Estado e a falta de oportunidades políticas.....	267
<b>Reflexões finais: síntese analítica Brasil-México e uma proposta de transição ao Autogoverno popular-comunitário</b> .....	307
Para terminar [ou à guisa de posfácio ainda antes do fim]: uma proposta de transição ao Autogoverno popular-comunitário.....	324
<b>Referências</b> .....	330
Apêndice 1 – Roteiro de entrevistas com os sujeitos dos movimentos de economia solidária de Brasil e México.....	354
Apêndice 2 – Roteiro de entrevistas com os sujeitos vinculados à institucionalidade da economia solidária no Brasil e no México .....	357

## **Introdução**

Tudo começa pela imaginação. São anos de entrega a um processo de profundo exercício dela. Nunca sozinho, sempre bem acompanhado no cotidiano da “vida real” e o tanto que ela dá: bons amigos, o amor fraterno da família, experiências inesquecíveis, um sem número de lutas sociais travadas, umas tantas frustrações, mais amor da família e dos amigos e um sentimento genuíno de ter a América Latina como meu lar. Mas, também, muitíssimo bem acompanhado por bons livros, artigos, relatórios, conferências, orientações, bons debates, congressos, ou seja, pela vida universitária e todo o mais que a carreira acadêmica proporciona. Esta tese é uma tese sobre o Estado, sobre autonomia e movimentos sociais, sobre economia solidária e autogestão. Esta tese é uma tese sobre formas de organizar a vida em comum, o que inclui, com papel destacado, registre-se, as formas de organizar os recursos materiais e o trabalho, pressupostos à manutenção e reprodução da vida humana neste Planeta. É uma tese que, sobretudo, se permite imaginar novas possibilidades diante das inumeráveis questões que a cada dia que passa as formas atuais de organizar a vida em comum insistem em mostrar que não serão capazes de resolver.

Serão umas tantas páginas a partir daqui sobre as quais espero, muito humildemente, que o leitor, ao debruçar-se, consiga o fazer com leveza, entusiasmo e, se possível for, com interesse de ponta a ponta. Neste primeiro capítulo, introdutório, os textos estão organizados da seguinte forma: primeiro, trato de contextualizar, brevemente, o tema em seu conjunto assim como o universo empírico investigado; em seguida, apresento as opções metodológicas que me acompanharam durante todo o percurso; e, por último, adianto ao leitor como estão organizados todos os textos aqui presentes.

### **Breve contextualização temática e do universo empírico**

Se a caída do Muro de Berlin e o fim da União Soviética em 1989 e 1991, respectivamente, decretariam o fim da história (Fukuyama, 1992), não demoraria para que o Fórum Social Mundial (FSM), cerca de 10 anos mais tarde, devolvesse a esperança aos que acreditam que a história jamais encerrará seu curso (Wallerstein, 2008): Outro Mundo é Possível anunciavam uns, Outro Mundo Acontece, bradavam outros naquela Porto Alegre de 2001 que bem poderia ser caracterizada como o primeiro laboratório democrático do século XXI. Se o avanço da globalização neoliberal<sup>1</sup> representaria o fim da “alternativa comunista”,

---

<sup>1</sup> Como se poderá ver, repetirei algumas vezes nesta introdução breves esclarecimentos sobre categorias que utilizarei no decorrer dos textos e que considero como alguma sorte de “categorias dadas”, ou seja, como aquelas que

suas consequências perversas às populações subalternas<sup>2</sup> nos quatro cantos do sistema-mundo capitalista-colonial<sup>3</sup> jamais permitiram que se apagasse a chama de um mundo outro, aquele largamente reivindicado ao longo dos dois últimos séculos e já pré-figurado por um sem número de movimentos subalternos mundo afora.

Passados 200 anos desde o início da etapa do capitalismo que mais rapidamente prejuízos causou às populações de todo o mundo, assim como ao próprio Planeta, a inviabilização da alternativa comunista não produziria somente consequências à vida das pessoas, mas também às formas de interpretar a realidade, de produzir teoria; ou seja, tal processo acelerou a ruptura epistemológica já iniciada na década de 1960 marcada pelos diversos levantamentos do Maio de 1968 ao redor do mundo. No campo das lutas sociais, já desde aquele maio a perda de centralidade da economia e do trabalho, que abriu passo ao surgimento de uma diversidade de outras demandas caracterizadas como de costumes ou culturais, anunciava a insuficiência das teorias e conceitos modernos com base no Norte global<sup>4</sup>.

O fim concreto e simbólico do bloco comunista – também simbólico porque os limites e contradições internas do dito socialismo real fizeram com que tal alternativa fosse, pouco a

---

aparentemente não demandam maiores reflexões e especificações de minha parte em função de suas consideráveis difusões entre os estudiosos das ciências sociais. Sendo assim, começo pela categoria **neoliberalismo**. Seguindo Luiz Filgueiras (2006), entendo o neoliberalismo desde três perspectivas distintas. Primeiro, como uma doutrina político-econômica; por segundo, em sua versão mais concreta, como as próprias políticas econômicas levadas a cabo mundo afora a partir da década de 1970; e, em terceiro lugar, como um projeto político, tal qual sistematizaram Evelina Dagnino, Alberto Olvera e Aldo Panfichi (2006).

<sup>2</sup> Como espero que fique claro a partir da leitura do conjunto dos textos organizados nesta tese, considero por **condição subalterna**, aqui me referindo às “populações subalternas”, como uma condição imposta por “agentes externos” que ao mesmo tempo em que impõem “ao subalterno” à condição de passividade, também provocam suas aparições, ainda que em geral episódicas, como atividade insubordinada e até mesmo autônoma. Teoricamente, me valho da concepção original de Antonio Gramsci (1984, s/p), que comenta: “La historia de los grupos subalternos es necesariamente disgregada y episódica. Es indudable que, en la actividad histórica de estos grupos, hay una tendencia a la unificación si bien según planos provisionales, pero esta tendencia es continuamente rota por la iniciativa de los grupos dominantes y, por tanto, sólo puede ser demostrada a ciclo histórico cumplido si éste concluye con un triunfo. Los grupos subalternos siempre sufren la iniciativa de los dominantes, aun cuando se rebelan y sublevan: sólo la victoria ‘permanente’ rompe, y no inmediatamente, la subordinación. En realidad, aun cuando aparecen triunfantes, los grupos subalternos están nada más en estado de defensa activa.”. Portanto, no contexto desta tese a chave para o entendimento dessa questão é o próprio processo colonial ainda vigente, com variações, é certo, desde 1492 até a atualidade.

<sup>3</sup> Por **sistema-mundo capitalista-colonial** entendo, acompanhando Immanuel Wallerstein (1988) e também Enrique Dussel (2006, 2014a), a totalidade-mundo sobre a qual se desenvolve o modo de produção capitalista e suas diversificadas formas de produzir dominação e exploração. Um sistema que inaugura tais características junto do início do processo colonial, portanto, há 500 anos, e que vai se transformando de acordo com o caminhar das sociedades (assim como ativamente também as transforma moldando-as culturalmente); é o sistema mundial no qual, por exemplo, uma empresa transnacional estadunidense instala uma planta produtiva no México porque lá encontra uma legislação trabalhista menos rigorosa, registrando assim mais lucro do que registraria se instalada em seu próprio país, explorando os cidadãos mexicanos e reforçando a diferença Norte-Sul (ou, se se quer, centro-periferia).

<sup>4</sup> Por **Norte e Sul globais** entendo, com Walter Mignolo (2010) e Aníbal Quijano (2005, 2014b), as diferenças tanto geopolíticas quanto epistemológicas ainda vigentes consequências da dominação colonial persistente no âmbito do sistema-mundo capitalista-colonial.

pouco, perdendo adeptos no campo das ideias – na última década do século passado daria lugar à outras experiências de lutas antissistêmicas (Wallerstein, 2008) também concretas, assim como à horizontes históricos outros assentados em epistemologias e reflexões atualizadas desde as vozes dos próprios sujeitos<sup>5</sup> em luta e de intelectuais engajados que orbitavam, sobretudo, as paisagens do Sul global. Encurralados pela etapa neoliberal do sistema mundial, os primeiros, e pelos constrangimentos dos defensores da perspectiva do fim da história, os segundos, ambos, cada qual a sua maneira e dentro de suas possibilidades, buscariam novas referências, novos parâmetros para manter e reproduzir a vida diante das injustiças do mundo, assim como para lançar luz à novos caminhos, como faróis de um mundo novo.

Do ponto de vista do fio teórico-histórico e no âmbito do que se poderia chamar de esquerda que não se limita à esquerda partidária, aquela perda de forças do socialismo real e, conseqüentemente, do dito marxismo ortodoxo, na passagem de séculos, confirmaria outras duas abordagens como protagonistas na arena teórico-política daquela esquerda. Por um lado, permanecia a já estabelecida abordagem da social-democracia e, por outro, acumulava forças uma abordagem que se bem poderia ser apressadamente enquadrada como apenas anarquista, de fundo revelava uma série de outras “sub-abordagens”: o próprio anarquismo clássico, o neoanarquismo, o pensamento libertário, o autonomismo, o marxismo libertário, o conselhismo, a perspectiva decolonial, as autonomias indígenas, o marxismo aberto, o altermundialismo e a própria economia solidária, entre possíveis outras.

Obviamente que resguardadas maiores ou menores diferenças entre essas ditas sub-abordagens, algo as unifica quando projetadas em perspectiva com a abordagem da social-democracia: enquanto as primeiras dispensam ou secundarizam o Estado em suas táticas de ação, a segunda conta com o Estado em suas táticas prioritárias por considerá-lo um campo de lutas a ser ocupado pelos movimentos subalternos, sindicatos e partidos de esquerda. Acontece que as fronteiras entre as abordagens, sobretudo quando a análise busca compreender a ação concreta dos sujeitos, são demasiadamente nebulosas para decretar que uns não contam totalmente com o Estado enquanto que outros contam totalmente com ele. Opto pela redundância para dizer que movimentos são movimentos, suas ações são fluídas, dinâmicas e, parece-me muito, insuperavelmente contraditórias; é por isto que os conceitos e teorias sobre

---

<sup>5</sup> Preferirei sempre a categoria **sujeito**, seguindo Cornelius Castoriadis (1998, 2008), para referir-me aos protagonistas, sejam individuais ou coletivos, do universo empírico investigado. As vezes aparecendo apenas como sujeito, as vezes como sujeito individual, as vezes como sujeito coletivo, sempre a depender do contexto a ser sistematizado como texto, prefiro sujeito à ator, por exemplo, por entender que a primeira demarca uma capacidade de lucidez, imaginação, reflexão, criação e construção, individuais ou coletivas, enquanto que os atores são aqueles que seguem roteiros determinados.

eles assumem característica irrefutavelmente transitória (Gohn, 1997). Sendo assim, ao reconhecer a potência do debate instaurado já desde a Primeira Internacional – à época travado entre anarquistas e marxistas/socialistas, os últimos em um bloco unitário que se romperia mais tarde na Segunda Internacional –, é preciso também dizer que a ausência total de interações, e mesmo de relações, dos anarquistas com o Estado trata-se de uma impossibilidade no contexto do sistema mundial.

Neste contexto, guardadas as particularidades impostas pela diferença Norte-Sul (ou, se se quer, centro-periferia) no sistema-mundo capitalista-colonial, a América do Sul foi palco, na primeira década do novo milênio, de uma série de experiências fundamentadas por boa parte do receituário social-democrata. Respondendo ao avanço neoliberal experimentado pela primeira vez no Chile do pós-Golpe de Pinochet e espalhado pela região em sua quase totalidade até a década de 1990, a resposta sustentada por ampla mobilização popular e decisivamente articulada naquele primeiro FSM, de 2001, viria com as eleições de Lula no Brasil (2003), de Néstor Kirchner na Argentina (2003), de Tabaré Vázquez no Uruguai (2005), de Evo Morales na Bolívia (2006), de Rafael Correa no Equador (2007) e de Fernando Lugo no Paraguai (2008); e, de ainda antes do FSM, a Revolução Bolivariana na Venezuela, em 1999. Nesta esteira, importa dizer que para boa parte dos analistas (Collin, 2012; Oliver, 2009; Roux, 2009; Zibechi, 2007) López Obrador somente não se juntou à mencionada lista como presidente do México, em 2006, devido à fraude daquelas eleições presidenciais.

Desta forma, como se pode ver não acompanhados pelo México, os relacionados países inaugurariam uma série de dinâmicas de relações Estado-movimentos não antes experimentadas na América Latina. Os históricos vínculos entre as lideranças partidárias e as dos movimentos sociais, muitas vezes sobrepostas, inclusive, produziram tanto uma oportunidade quanto reforçariam aquele já assinalado dilema histórico: contar ou não contar com o Estado nas táticas de lutas? É tentando chamar a atenção para tal dilema que, inclusive, decidi intitular o presente esforço de “caminhar perguntando<sup>6</sup>” (tal qual no lema do Movimento Zapatista<sup>7</sup>): para além, apesar ou com o Estado?

---

<sup>6</sup> Raquel Gutiérrez (2011, p. 379) assim definiu o lema Zapatista: “En eso consiste la invitación del zapatismo a caminar preguntando y creando consensos, a mirar el horizonte pero también el proceso, y a privilegiar las metodologías que transforman la cultura política y las visiones del mundo.”.

<sup>7</sup> Também conhecido como *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), como o próprio movimento se denominou tão logo de seu levantamento, em 1994, adotarei aqui **Movimento Zapatista**, **Zapatistas** ou, ainda, **Zapatismo** porque, na atualidade, o EZLN passou a ser apenas uma faceta da experiência, uma espécie de “exército autônomo de defesa”, já não representando a totalidade do movimento. Ao dizer EZLN já não é possível se referir, portanto, ao conjunto da experiência. Além disso, acompanho boa parte da literatura especializada que faz a mesma opção pelo uso de apenas Movimento Zapatista.



Para o caso brasileiro, que me interessam mais neste esforço, junto do mexicano, tanto os movimentos considerados mais tradicionais, como os sindicais e os de luta pela terra, por exemplo, quanto os ditos movimentos identitários não titubeariam diante da oportunidade política que se colocava: era preciso aproveitar a característica democrático-participativa do nascente governo do Partido dos Trabalhadores (PT) para incidir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas desde dentro do Estado. No México, por outro lado, onde as primeiras políticas econômicas neoliberais foram inauguradas em 1982 sendo freadas somente muito recentemente, em 2018, e onde a dinâmica de gestão do Estado nunca o abriu à participação sistematicamente institucionalizada, tal oportunidade nunca se colocou. Assim, enquanto na América do Sul as mencionadas experiências daqueles governos de partidos vinculados aos movimentos subalternos literalmente abriam seus respectivos Estados à participação institucionalizada dos movimentos, no México, em 2003, o Movimento Zapatista inaugurava seus *Caracoles* como espaços mais ou menos libertados das estruturas de poder e dominação<sup>8</sup> do sistema-mundo capitalista-colonial. Para além de não contarem como o Estado em suas táticas de ação, a experiência Zapatista viraria de costas a ele sequer permitindo que suas políticas e poderes de polícia adentrassem em seus territórios.

Diante destes contextos que colocam o Brasil e o México dos primeiros anos do corrente século em posições opostas em relação às oportunidades políticas que se apresentavam aos movimentos subalternos e às dinâmicas das relações sociedade-Estado, aquela anteriormente citada disputa teórico-política parece-me ter encontrado dois contextos bastante férteis para uma e para outra: enquanto no Brasil as abordagens que contam com o Estado perceberiam caminho aberto, no México, pelo contrário, seriam aquelas abordagens mais críticas a ideia de Estado como campo de lutas que tendencialmente se fortaleceriam. Vale destacar, desde já, que as economias solidárias dos dois países mais ou menos seguiram a tendência mais ampla de contar com o Estado, no caso brasileiro, e de dispensá-lo, no caso mexicano.

Para o caso brasileiro, tal diagnóstico se justifica pela conformação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, que consolidou-se como sujeito político-coletivo aglutinador e com legitimidade para representar o Movimento de Economia Solidária Brasileiro (MESB) como interlocutor privilegiado nas interações entre MESB e Estado, com foco na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), também criada em 2003, por Lula, na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego. De 2003 até 2016, ano do Golpe, as fronteiras

---

<sup>8</sup> Por **estruturas de poder e dominação** entendo, acompanhando outra vez Mignolo e Quijano, aquelas estruturas que mantêm de pé, em funcionamento, o sistema-mundo capitalista-colonial. A própria forma-capital, a forma-Estado-nação, o racismo e o patriarcado são algumas delas, dentre outras.

entre MESB e Estado (mais especificamente, entre FBES e SENAES) nunca estiveram explícitas, pelo contrário, se mantiveram nebulosas desafiando as análises acadêmicas sobre as relações entre movimentos sociais e Estado. Para o caso da economia solidária mexicana, por outro lado, o fato de o país não ter acompanhado os vizinhos sul-americanos naquela “onda democratizante” parece ter produzido consequências configuracionais ao Movimento de Economia Solidária Mexicano (MESM). Uma hipótese que apresento na tese, em momento oportuno, indica que a falta de confiança de boa parte das experiências mexicanas que se reconhecem como MESM nas instituições estatais provocaria importantes dificuldades à consolidação da Red-Espacio EcoSol México como sujeito político-coletivo equivalente ao FBES para o caso brasileiro. Assim, se bem experiências de interação movimento-Estado foram percebidas no país durante o período analisado, trataram-se de experiências protagonizadas por sujeitos coletivos singulares, sem alcance de representação nacional, assim como com base em interações pouco ou nada sistemáticas.

Neste contexto, considerando minha opção por seguir investigando na temática da economia solidária, como já desde minha pesquisa de mestrado, assim como também considerando minha inserção no MESB, além de meu nascente interesse pelas discussões sobre autonomia e minha consequente disposição em produzir achados tanto teóricos quanto políticos, a questão que decidi tentar responder e que nas páginas que seguirão me esforço para fazê-lo, é: como a relação e a interação Estado-movimentos de economia solidária de Brasil e México, de 1995 à 2020, influenciam e reconfiguram as dinâmicas e os sentidos das autonomias de tais movimentos? Partindo de algumas hipóteses *a priori*, o que eu sabia desde antes de iniciar a investigação era que tanto no Brasil quanto no México a economia solidária já encontrava-se institucionalmente estabelecida em ambos os Estados, por um lado, e que, mesmo com importantes diferenças configuracionais, em ambos os países os movimentos de economia solidária cobravam seus lugares dentre o variado conjunto de lutas subalternas, por outro lado.

Com a assinalada questão sobre a mesa, meu objetivo foi o de investigar a relação entre o Estado e os movimentos de economia solidária do Brasil e do México, de 1995 à 2020, comparando os casos e buscando compreender os efeitos das relações Estado-movimentos para as autonomias dos últimos, sejam eles efeitos práticos sejam à dimensão teórico-analítica da categoria. Quanto aos meus objetivos específicos, eram estes: revisar a literatura sobre Estado, movimentos sociais e autonomia, sistematizando algumas de suas abordagens; analisar os contextos políticos e, especificamente, a qualidade da participação nos Estados no Brasil e no México; investigar as trajetórias dos movimentos de economia solidária dos dois países; compreender a dinâmica e os efeitos da relação e da interação Estado-movimentos sociais de

economia solidária à categoria de autonomia no Brasil e no México; e, contribuir com avanços teórico-analíticos para os estudos da relação Estado-movimentos pela lente das autonomias.

Antes de seguir à apresentação de minhas opções metodológicas, há aqui um importante pressuposto de partida que é o que indica que relação e interação não são termos/conceitos sinônimos. Entendo que enquanto uma interação significará que dois diferentes sujeitos interagem direta e explicitamente entre si, uma relação poderá ser caracterizada por processos indiretos, simbólicos e mesmo apenas cognitivos, como quando me nego a interagir com algum outro sujeito, mas, me defino a partir de minha diferença com ele. Sendo assim, em relação aos mais distintos processos entre Estados e movimentos no seio do sistema-mundo capitalista-colonial, sempre haverá algum tipo de relação Estado-movimentos, enquanto que interações não raras vezes são percebidas apenas em circunstâncias específicas.

### Opções metodológicas

Quero começar esta seção de informes metodológicos arriscando pecar pela obviedade: não existe conhecimento neutro; todo o saber é um saber que revela uma posição no mundo, um modo de ver, de interpretar e de imaginar o mundo. Toda a teoria estará, inevitavelmente, carregada de uma dimensão ético-política:

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se **treinam** os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra. Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma **omissão**, mas um sujeito de **opções**. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho (Freire, 2003, p. 50–51, grifos do autor).

Começo com Paulo Freire para falar de meu envolvimento político com o universo empírico da presente tese. Ser militante da economia solidária aqui no Brasil ou no México, isso é o que menos importaria, é posicionar-se no mundo contra as injustiças fruto da forma-capital de gestão dos recursos materiais e do trabalho. É, além disso, pensar alternativas para o lugar daquela forma. É, portanto, arriscar receitas, formas outras, caminhos, estratégias e assim por diante. É, além disso, reconhecer-se como pesquisador-militante. Realizar pesquisa social econômica, política e culturalmente comprometida é, portanto, inscrever-se como um daqueles pesquisadores que Antonio Gramsci chamou de intelectuais orgânicos e que, em sentido semelhante, Raúl Zibechi e outros preferem dizer intelectuais engajados.

Por outro lado, é preciso reconhecer que essa é a tese do Gustavo Oliveira, o pesquisador-militante Gustavo Oliveira, não é a tese do Movimento de Economia Solidária Brasileiro ou do Mexicano. Todas as análises e reflexões aqui apresentadas estão sustentadas por variadas e dedicadas revisões de literatura assim como pelo meu fazer ora militante ora pesquisador-militante. Mesmo envolvido em intensos processos de construções coletivas, o que digo aqui é de responsabilidade minha, não falo pelos sujeitos entrevistados, pelos movimentos investigados; nem faria sentido que assim fosse dado o conteúdo do presente esforço. Eu enuncio, portanto, tudo que enuncio nas páginas que seguem, considerando a integralidade do meu ser. Não seria possível eu virar uma chave para dizer “agora quem fala é o pesquisador” ou “agora quem fala é o militante”; sou esse todo, não poderia ser diferente. Se se quer pensar desde a ideia de sujeito-objeto, na qual tradicionalmente o pesquisador posicionava-se como o sujeito pensante capaz de analisar o “objeto empírico”, a própria abordagem de “pesquisador-militante” desfaz tal equívoco teórico-metodológico transformando o que antes era sujeito-objeto agora em sujeito-sujeito.

Uma questão que é central no esforço em tela e que avalio ajudar à elucidação do fio condutor das reflexões que já vou apresentando e das tantas mais que farei nas páginas que seguem, é: qual a capacidade empírica da forma-Estado e da democracia vigentes<sup>9</sup> de integrarem todos os sujeitos, individuais ou coletivos, nos processos de tomadas de decisão sobre os rumos de suas próprias vidas? Se a forma-Estado e a democracia vigentes em uma sociedade determinada não são capazes de realizar tal integração, então, duas tarefas saltam aos olhos do pesquisador-militante engajado em processos e investigações relacionadas à participação política, como é o caso aqui: (i) compreender o que aquela ausência de possibilidades de participar significa para a vida dos que não participam e (ii) buscar os caminhos possíveis para oferecer àquela população tais possibilidades. Uma vez que se opte pelo segundo caminho, como fizeram boa parte dos estudiosos das ciências sociais brasileira no recente período de transição da ditadura civil-militar à democracia liberal, inevitavelmente o pesquisador-militante estará diante da necessidade de posicionar-se tanto teórica quanto politicamente; se se quer, teórico-politicamente.

---

<sup>9</sup> Usarei com frequência, durante toda a tese, a expressão **forma-Estado e democracia vigentes**. Sempre que o fizer, estarei me referindo à forma dos Estados-nação e da democracia liberal como formas de organização da vida em comum, formas essas vigentes tanto no Brasil quanto no México como na maioria dos demais países ao redor do mundo. Tal opção se dá considerando que nenhuma variação histórica das formas-Estado e das democracias liberais conseguiram superar as seguintes características: (i) participação por representação, (ii) organização hierárquica, (iii) centralização da informação e (iv) tomada de decisão por votos da maioria.

Agora bem, tão óbvio quanto dizer que todo o saber assume um caráter ético-político é não deixar de ver que a pesquisa-militante impõe riscos e, portanto, exige redobrada atenção do pesquisador-militante, como muito bem alerta Aline Mendonça dos Santos (2010, p. 44):

Na verdade, se souber dosar bem sua participação, este pesquisador terá uma oportunidade maior de acesso às experiências do campo e até aos problemas internos dos grupos e organizações pesquisadas, em comparação com o pesquisador externo, mesmo este sendo um observador participante. Por outro lado, tal proximidade implica uma força e uma fraqueza da pesquisa militante: se em um primeiro momento a proximidade garante maior acesso a dados e situações concretas, assim como a representações e concepções que lhes permitem caracterizar o campo de modo mais próximo à realidade estudada, em outro momento traz o risco de perda do foco sociológico e a dificuldade de dialogar com outras perspectivas. Provavelmente, o pesquisador militante sentirá necessidade de afastar-se do seu campo direto de estudo por ao menos um período, durante o qual se dedicará a sistematizar, analisar e interpretar os dados coletados. Também a pesquisa militante necessitará do momento solitário da reflexão científica, mesmo que tributária da produção coletiva de conhecimento.

É bastante importante empenhar atenção à contribuição de Santos porque, para além de posicionar-se diante de “questões maiores”, ou seja, diante de limites estruturais do sistema-mundo capitalista-colonial, por exemplo, uma diversidade de questões internas ao movimento do qual o pesquisador é militante poderão se colocar. Por exemplo, deverá o MESB investir na participação institucionalizada em um provável novo governo de característica democrático-participativa? Ou deverá o movimento dispensar o Estado em qualquer que seja o contexto político que se apresente? Basta o analista, aqui o pesquisador-militante, dizer que existem dois caminhos, ou três, ou quatro? Como se poderá ver, eu aceito o desafio de, considerando meu envolvimento explícito, honesto e entusiasmado com os fazeres do MESB, e somente em função de tal envolvimento, não desperdiçar minhas experiências de militância e acadêmicas para posicionar-me diante das incertezas de ontem e das que se impõe hoje.

Feito esse indispensável à parte, chego nas questões estritamente metodológicas. A investigação aqui apresentada é uma investigação de caráter qualitativo e configura-se como um estudo de caso comparado (Bruyne et al., 1977; Yin, 2010). Comecei realizando uma etapa preliminar de revisão de literatura ao redor das categorias de autonomia e de movimentos sociais (Oliveira, 2019; Oliveira; Dowbor, 2018, 2020b) que foi bastante interessante porque me possibilitou construir um esquema teórico-metodológico específico para a análise de meus dois casos empíricos. Paralelo a isso, rapidamente eu percebi que, seja considerando as diferenças contextuais de cada um dos casos seja considerando as diferenças de contexto para o caso brasileiro em distintos momentos do período analisado, eu precisava encontrar formas de definir os contextos e, além disso, de definir a qualidade da participação; para quando há possibilidade dela. Sendo assim, sem nunca abandonar as revisões de textos sobre autonomia e

movimentos sociais, ampliei meu escopo até alcançar uma literatura que me ajudasse a sistematizar os contextos políticos desde uma abordagem estrutural-estruturante.

Para a etapa da pesquisa de campo, além do acesso à documentos tanto da SENAES, para o caso brasileiro, quanto do *Instituto Nacional de Economía Social* (INAES), para o caso mexicano, assim como do FBES, realizei observações ora passivas, ora participantes (Foote-Whyte, 1980); as segundas, sobretudo para o caso do MESB. Para este caso, tais observações se deram em encontros de articulação do FBES durante as edições de 2017, 2018 e 2019 da Feira Latino-Americana de Economia Solidária de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (RS), assim como em um importante processo (vários encontros) de mobilização rumo a VI Plenária Nacional de Economia Solidária (PNES), também no ano de 2019. Além disso, por distintas vezes participei de reuniões do Fórum de Economia Solidária de Novo Hamburgo, município onde resido, no RS, assim como em reuniões do Fórum do Vale dos Sinos, fórum regional que reúne os fóruns municipais de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia, Esteio e Canoas.

Estive no México por conta do Programa Doutorado-Sanduiche no Exterior (programa de intercâmbios doutorais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes]) entre setembro de 2018 e junho de 2019. Considerando isto, em relação ao MESM, que como já mencionado se trata de um movimento que não dispõe de um sujeito político-coletivo integrador, como é o caso do FBES em relação ao MESB, pude participar como observador de uma série de eventos e encontros de entidades, cooperativas ou mesmo de *pueblos* durante assembleias comunitárias. Desde um encontro de articulação entre cooperativas dispostas a discutir a transição energética para formas sustentáveis até encontros de acadêmicos envolvidos com o tema, passando por fóruns sobre cooperativismo e economia solidária na câmara dos deputados, foram inúmeras as observações que pude realizar.

Além das observações, a coleta de dados contou também com entrevistas semiestruturadas (Bourdieu, 1997) com militantes tanto do MESB quanto do MESM – 12 entrevistados de cada um dos movimentos – assim como com sujeitos vinculados à institucionalidade da economia solidária nas estruturas estatais de Brasil e México. Sobre estes últimos, em relação ao Brasil foram 4 entrevistados que em algum momento trabalharam na SENAES, enquanto que em relação ao México – também 4 no total – um deles trabalhava no INAES e os outros três haviam presidido a comissão de fomento cooperativo e economia social da câmara dos deputados mexicana. A definição dos entrevistados se deu a partir da técnica da amostragem em “bola de neve” (Vinuto, 2014). Para o caso brasileiro, considerando minha inserção no movimento, a proximidade com alguns militantes históricos facilitou a identificação de sujeitos-chave que em muito contribuíram para a identificação dos demais

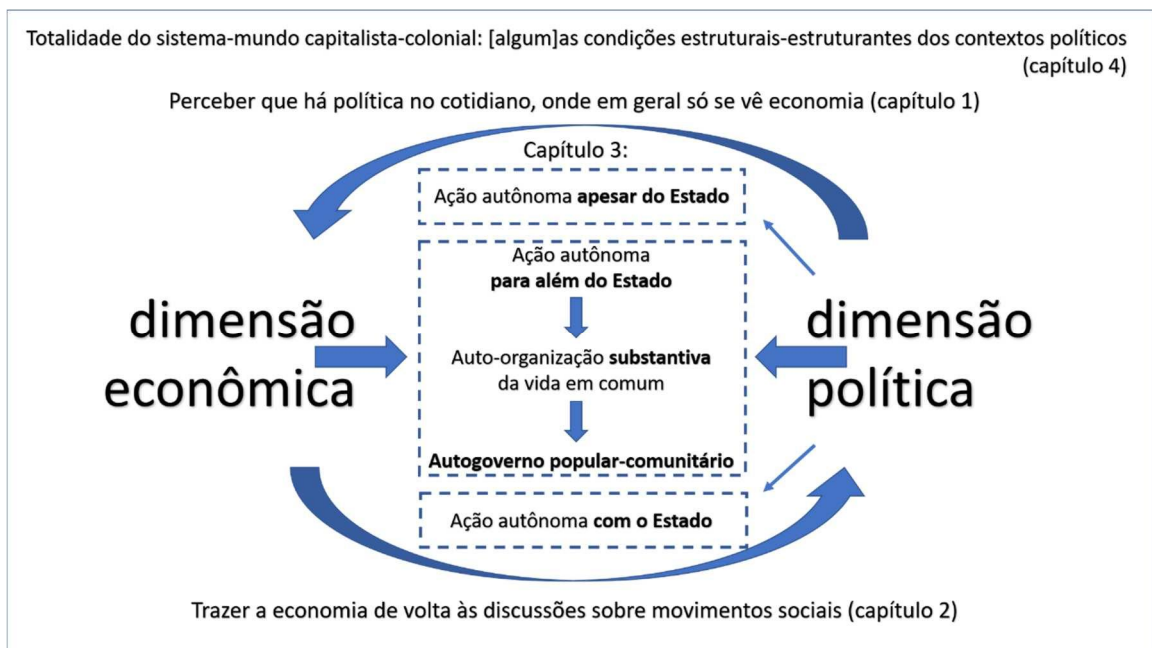
entrevistados. Para o caso mexicano, esse papel de sujeito-chave foi realizado, sobretudo, por Eduardo Aguilar, um colega investigador da temática da economia solidária naquele país. Com nomes fictícios para preservação de suas identidades, a apresentação dos entrevistados está organizada nos capítulos 5 e 6.

Em relação à análise dos dados, iniciei com a sistematização dos contextos políticos de Brasil e México para o período investigado, de 1995 à 2020. A referida sistematização foi realizada a partir de dados secundários, disponíveis em publicações especializadas de ambos os países. Para a última e seguinte etapa, de análise das trajetórias dos dois movimentos estudados, primeiro sistematizei as anotações oriundas dos documentos e das observações para logo transcrever os conteúdos dos áudios das entrevistas realizadas e finalmente organizar os textos de análise empírica da presente tese.

### Organização dos capítulos

Nesta última seção do presente capítulo apresento, de forma bastante breve, os conteúdos dos seis capítulos que antecedem o capítulo de reflexões finais. No que toca os capítulos teóricos (capítulos 1, 2 e 3) assim como o teórico-metodológico (capítulo 4), tal apresentação se dá com a ajuda do Esquema 1, abaixo:

#### Esquema 1 – Organização esquemática das reflexões teóricas



Fonte: elaborado pelo autor.

No primeiro capítulo meu esforço é para mostrar que a política não é e não pode ser monopólio do Estado, tal qual reivindicaram as teorias políticas do Norte desde os

contratualistas (Hobbes, Locke e Rousseau) até a atualidade. Para tanto, primeiro mostro que no contexto da América Latina os Estados-nação nunca alcançaram a totalidade de suas populações. Assim, enquanto formas precedentes de organizar a vida permaneceram mesmo com o avanço colonial, outras novas foram emergindo na periferia do Estado. Me esforço para mostrar, com base em tal ausência estatal, que o fazer considerado um fazer político é encontrado tanto na órbita dos Estados-nação quanto em organizações de base comunitária e relacionadas à economia e ao trabalho, das quais umas tantas distinguem-se do Estado-nação, sobretudo, em relação às formas de exercício do poder; chamei estas experiências de Autogovernos popular-comunitários.

No segundo capítulo meu foco está em evidenciar que no contexto latino-americano é necessário “trazer a economia de volta” às discussões e às análises sobre movimentos sociais. Para alcançar tal objetivo, primeiro eu mostro, rapidamente, que até a década de 1960 a economia ainda encontrava lugar destacado nas práticas dos movimentos e nas discussões acadêmicas sobre eles. Passada tal década, uma série de outros conteúdos emergiriam, secundarizando as discussões sobre a dimensão econômica da vida, sobretudo, na abordagem estadunidense de movimento sociais. Para argumentar por tal retomada, evidencio a condição de subalternidade da América Latina no contexto do sistema-mundo capitalista-colonial, primeiro, e mostro que para o caso dos movimentos subalternos latino-americanos, em muitos deles, o próprio fazer econômico do cotidiano inscreve-se como um fazer também político, transformando-se em um fazer econômico-político. Por último, realizo um esforço de sistematização para mostrar que movimentos da região engajam-se tanto em ações institucionalizadas quanto naquelas consideradas para além do Estado, caracterizando-se, sobretudo, como ações comunitárias ou vinculadas à gestão dos recursos materiais e do trabalho.

No terceiro capítulo meu esforço é, sobretudo, o de mostrar que a autonomia se revela sempre na relação com algum outro e, daí por diante, que ela pode aparecer como distintas formas de ação. Sendo o Estado o outro na relação com a autonomia, a ação autônoma pode se dar para além, apesar e com o Estado. Além disso, a ação autônoma se revela como tal marcada por um duplo processo relacional de negação-construção, ou seja, a autonomia que nega ou a totalidade ou alguma parcela do outro com o qual se relacionada, primeiro, e que constrói algo para o lugar do que negou, em seguida. Para sustentar tais argumentos, inicio com uma seção de apresentação de uma seleção de abordagens teórico-históricas sobre as autonomias; e, sigo com uma discussão sobre as ideias de poder-fazer, de John Holloway, e de sociedade autônoma, de Cornelius Castoriadis. Por último, considerando os constrangimentos do sistema-mundo



capitalista-colonial ao exercício do que chamei de autonomia-como-práxis-democrática, sistematizo aquela acima assinalada ideia de autonomia para além, apesar e com o Estado.

No quarto capítulo tento mostrar que os contextos políticos importam para a análise da ação dos movimentos subalternos. Na primeira metade dele apresento, de forma detalhada, as condições estruturais-estruturantes a serem acionadas para o enquadramento de contextos. Com base em reflexões de estudiosos especializados, a definição dos contextos conta com a identificação dos projetos políticos, dos tipos de governo e dos tipos de associação macroeconômica e diplomática ao sistema mundial. A depender da combinação de tais condições, um contexto poderá indicar um padrão tendencial de relações Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperado ou violento-hostil. Sobretudo para os casos do primeiro tipo, a análise ainda poderá qualificar a participação institucional como pseudoparticipação ou como participação parcial ou plena. Na segunda metade do capítulo, por sua vez, explico de forma detalhada o método de operacionalização da análise da flutuação das ações autônomas, podendo se tratar de quatro diferentes tipos de ação: autonomia independente para além do Estado; autonomia independente apesar do Estado; autonomia interdependente (com o Estado); e, autonomia inserida (com o Estado).

Por último, os capítulos de abordagem empírica. No 5, sistematizo os contextos políticos de Brasil (seção 5.1) e México (seção 5.2) para o período analisado, assim como também apresento a configuração institucional da economia solidária em cada um dos dois países (seção 5.1.1 para o caso brasileiro e 5.2.1 para o caso mexicano). Já no capítulo 6, primeiro organizo uma discussão que chamei de crítico-conceitual sobre economia solidária e, depois, apresento as trajetórias do MESB (seção 6.2) e do MESM (seção 6.3) com base no esquema da flutuação das ações autônomas. No capítulo de reflexões finais apresento as sínteses analíticas de cada caso assim como uma comparação entre eles e encerro com uma proposta teórico-política de transição dos Estados-nação aos Autogovernos popular-comunitários.

## 1 Estado e política: uma discussão desde a América Latina

*“La política no refiere a la actividad de los gobernantes y los dirigentes. Tampoco a las actividades que se desenvuelven exclusivamente en el terreno de lo estatal. La política es esa dimensión de actividad y relacionalidad humanas relativa al vivir juntos, a la organización de la vida en común. Inherente al proceso de reproducción social de vida humana, la política es actividad práctica que construye, en la confrontación y el acuerdo, el espacio relacional de los seres humanos en tanto ciudadanos: en tanto copartícipes de un ordenamiento normativo de su convivencia.”*

Rhina Roux

Já é consenso entre os estudiosos das ciências sociais que as grandes teorias e conceitos desse campo de produção do saber alcançaram seus auge até a primeira metade do século passado. A partir da década de 1960, sobretudo, tais teorias e conceitos, de núcleo gravitacional nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa, passaram a ser questionados, confrontados e revisados por uma parcela dos próprios estudiosos do chamado Norte global (do qual fazem parte EUA e Europa), assim como por parte daqueles residentes ou “representantes” do Sul global. Nesta esteira, avalio que tal esforço de revisão não deve se dar com o objetivo de descarte daquelas teorias e conceitos. Deve dar-se, por outro lado, pensando em perceber as particularidades e as relações de poder e dominação que dinamizam a diferença Norte-Sul (ou centro-periferia) no interior da estrutura do sistema-mundo capitalista-colonial.

Tais relações de poder e dominação que atravessam a produção do saber operam com maior ou menor intensidade tanto no interior dos países do Norte quanto nos do Sul. Portanto, do ponto de vista da produção do conhecimento, isso me leva a um diagnóstico importante: nem todo o saber do Norte é um saber carregado de símbolos de dominação e nem todo o saber do Sul é um saber carregado de símbolos de libertação; isso porque o binômio poder-dominação opera inter e intra países no sistema global. Se trata, desta forma, de não essencializar nem “o estudioso do Norte global” e nem “o estudioso do Sul global” em relação aos seus saberes produzidos.

Neste contexto, meu argumento central neste primeiro capítulo é o de que a política não é e não pode ser monopólio do Estado, tal qual reivindicaram a maioria das teorias políticas do Norte desde os contratualistas (Hobbes, Locke e Rousseau), pelo menos, até a atualidade. Dentro do grande campo das ciências sociais, a ciência política parece-me ter sido a disciplina que mais se engajou em tal reivindicação. No entanto, a política é uma disciplina fundante e permanente da gestão da vida cotidiana e por isso deve ser considerada, praticada e estimulada também nos espaços de socialização para além do Estado; daí a ideia de **fazer político**, que

desenvolverei mais adiante, como um fazer centrado tanto no Estado quanto fora dele. Pensar a política para além do Estado exige o fortalecimento ou mesmo a criação de institucionalidades outras, por isto termino o capítulo refletindo sobre a ideia de **Autogoverno popular-comunitário** como uma proposta de forma para a organização da vida em comum dentre tantas possíveis.

Nesta esteira, meu objetivo aqui não é o de desvalidar as teorias do Estado e da política do Norte em suas totalidades. É, por outro lado, o de lançar luz às teorias do Sul global sendo assim potência para um processo, longo e demorado, de valorização das experiências, teorias e conceitos daqui. Isto não significa, entretanto, e como aqui tento explicar, abandonar os teóricos do Norte. Fosse assim, boa parte das reflexões que seguirão não encontrariam lugar neste esforço. Sobre este tema, vale um destaque à contribuição de Enrique Dussel (2004, 2020) e seu argumento da **transmodernidade**.

Diante do imobilismo, das universalizações e da ortodoxia das ciências sociais moderna de base no Norte – a ciência das teorias gerais –, da crítica pós-moderna às ciências sociais moderna – o próprio Norte questionando ou sugerindo superações à ciência moderna com base no Norte – e da crítica decolonial ortodoxa – Sul desvalidando tudo que é do Norte, seja a ciência moderna seja a pós-moderna–, Dussel é um daqueles que oferece à alternativa da integração de saberes. Para o filósofo argentino, radicado no México, a ideia da transmodernidade expressa muito mais inclusão e intercâmbio de saberes – sem deixar de denunciar as estruturas de poder e dominação do ser e do saber – do que exclusão e sectarismo acadêmico ou mesmo político. Para o filósofo (2004, p. 18, grifos do autor),

[...] el concepto estricto de “**trans-moderno**” quiere indicar esa radical novedad que significa la irrupción, como desde la Nada, desde Exterioridad alterativa de lo siempre Distinto, de culturas universales en proceso de desarrollo, que asumen los desafíos de la Modernidad, y aún de la Post-modernidad europeo-norteamericana, pero que responden **desde otro lugar, other Location**. Desde el lugar de sus propias experiencias culturales, distinta a la europeo-norteamericana, y por ello con capacidad de responder con soluciones absolutamente imposibles para sola cultura moderna. Una futura cultura **trans-moderna**, que asume los momentos positivos de la Modernidad (pero evaluados con criterios distintos desde otras culturas milenarias), tendrá una pluriversidad rica y será fruto de un auténtico diálogo intercultural [...].

Acompanhando a perspectiva do autor, importa assinalar que “o lugar de suas próprias experiências culturais”, no caso deste trabalho, trata-se da América Latina, da qual são parte Brasil e México, universos empíricos aqui investigados. Portanto, refiro-me à região/sujeito América Latina seja com a já anunciada lente do sistema-mundo capitalista-colonial, inspirado principalmente em Immanuel Wallerstein (1988), seja a partir da crítica decolonial, seja com a filosofia de Dussel (1996, 2007, 2020), seja ainda inspirado nos estudos próprios da teoria

marxista da dependência com Ruy Mauro Marini (2000), Theotônio dos Santos (1973, 1991), Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1974), Celso Furtado (1965) entre tantas outras e outros. Refiro-me, ainda, e especificamente, ao trabalho de Alfredo Falero (2020): *América Latina: entre perspectiva de análisis y proyecto político*.

### 1.1 Breves reflexões sobre o Estado na América Latina

É do lugar de “ser e estar latino-americano” que enuncio, neste esforço, minhas dúvidas, reflexões e contribuições à produção do saber; e é esta uma das principais razões de ser desta tese. Refletir em torno da pergunta “o que é o Estado?” com base na experiência de construção das sociedades latino-americanas me leva, inevitavelmente, para outras duas questões: (i) Como aterriza na América Latina a forma-Estado de inspiração europeia, no seio dos processos de independentização? E, (ii) que alcance tem esse modelo de organização da vida em comum nos países da região?<sup>10</sup>

Tentando responder a primeira questão, importa registrar que três séculos antes dos países latino-americanos iniciarem seus processos de independência política, o início do processo colonial no continente americano indicava que o apagamento da cultura originária, que passava a ser sobreposta pela europeia, se desenrolaria à base de constrangimentos, violência e sangue. Dussel foi buscar em Bartolomeu de Las Casas, considerado por ele o precursor da filosofia política moderna, antes mesmo de Maquiavel e, portanto, também antes dos contratualistas, elementos para sustentar aquela afirmação de constrangimentos, violência e sangue. Um espanhol crítico do processo colonial e da maneira como ele se deu, Las Casas escreveu, em 1550, que

dos maneras generales y principales han tenido los que allá han pasado que se llaman cristianos en extirpar y raer del haz de la tierra a aquellas miserandas naciones. La una, por injustas, crueles y sangrientas guerras. La otra, después que han muerto todos los que podrían anhelar o suspirar o pensar en libertad, o en salir de los tormentos que padecen, como son todos los señores naturales y los hombres varones (porque comúnmente no dejan en las guerras a vida sino los mozos y las mujeres), oprimiéndolos con la más dura, horrible y áspera servidumbre en que jamás hombres ni bestias pudieron ser puestas (Las Casas, 1957, p. 3-4 apud Dussel, 2007, p. 20)

É com base neste relato de cinco séculos atrás que sustento a hipótese de que a aterrissagem dos Estados-nação como forma predominante de organização da vida em comum na região latino-americana se deu com base em constrangimentos, violência e sangue. Tal

---

<sup>10</sup> Vale de nota perceber que, com as devidas adaptações, as mesmas questões se aplicam à economia ao pensar no binômio política e economia, a saber: (i) como aterrizam na América Latina as relações sociais de produção de inspiração europeia no seio do processo de colonização? E, (ii) que alcance tem esse modelo de gestão dos recursos materiais e do trabalho nos países da região? Discorrerei sobre estas questões no capítulo 6 (seção 6.1, dedicada à crítica do conceito de economia solidária).

forma, mesmo chegando aqui três séculos depois do relato de Las Casas, permaneceu desconsiderando as diferenças culturais dando assim continuidade aos processos de objetivação da crueldade<sup>11</sup> iniciados em 1492. Mesmo depois da onda de independências e da instalação dos Estados-nação agora latino-americanos, aqueles processos cruéis seguiram e seguem produzindo genocídios culturais, ambientais e dos povos (Quijano, 2014c).

Neste contexto, Florestan Fernandes (2006), tendo como foco o Brasil, assim como Orlando Fals Borda (1971) e Bolívar Echeverría (2014), nesse caso em perspectiva latino-americana, perceberam que as independências políticas não foram acompanhadas por independências econômicas e culturais; e esse descompasso produziu consequências ainda não superadas na região. Os Estados latino-americanos representam, desta forma, dois tipos de sustentação estrutural do sistema-mundo capitalista-colonial: por um lado, asseguram o desenvolvimento do capitalismo em cada país e, por outro, impedem qualquer sorte de libertação ampliada (política, econômica e cultural) porque mantém vigentes a forma-Estado de origem europeia-estadunidense, a dependência econômica em relação aos países centrais e os símbolos culturais registrados nos processos de independentização (Martins, 2011).

Já em relação a segunda questão acima mencionada, ou seja, em relação ao alcance do modelo de Estado ainda vigente à diversidade das populações latino-americanas, a resposta é objetiva: o alcance é baixo. Porém, ainda que não alcance a totalidade da população, trata-se de uma forma de organização da vida em comum legitimada pelas elites que encabeçaram os processos sócio-históricos na América Latina até a atualidade. Ou seja, ainda que supostamente legítimo, se trata de todo um aparato que apesar de volumoso nunca deu conta de alcançar toda a população, produzindo desigualdades políticas, econômicas, territoriais, raciais e de gênero que se reproduzem estruturalmente de forma paralela e combinada.

A história dos Estados latino-americanos é, portanto, a história de um certo “Estado inacabado”, um “Estado em permanente construção”. Guillermo O’Donnell (2004) caracterizou os Estados latino-americanos, em função de suas ausências, como **Estado anêmico**. Um Estado anêmico é um Estado fraco do ponto de vista do alcance do conjunto das populações porquê, muitas vezes, capturado por interesses privados de uns poucos. Desta forma, ele torna-se incapaz de fazer funcionar instituições que aparentemente poderiam, ou deveriam, estar operando de forma eficiente alcançando as diversas fronteiras de uma determinada nação. Além do conceito em si, O’Donnell não deixaria de chamar a atenção para o agravamento de tal

---

<sup>11</sup> Vale de nota que por objetivação da crueldade entendo processos variados nos quais a violência (material e simbólica) é a forma objetiva da manutenção da ordem e da dominação sob custos incalculáveis às populações subalternas, como de forma aterrorizante descreveu Las Casas há quase quinhentos anos.

situação no contexto dos neoliberalismos que foram se instalando na região a partir da segunda metade da década de 1970.

Outro autor que vai na mesma linha, e que considero ainda mais crítico que O'Donnell, é René Zavaleta. O filósofo e sociólogo boliviano, dedicado estudioso do Estado, interpretou os Estados latino-americanos a partir da categoria de Estado aparente (Zavaleta, 1986) como aqueles Estados que aparentemente alcançam todas as fronteiras nacionais e atendem as demandas de toda a população da nação mas que, ao se desvincularem dessas características tidas como essenciais, somente respondem à certos grupos que por isto tornam-se privilegiados. Nas palavras de Álvaro García Linera (2014, p. 601, grifos do autor): “**Estado aparente** es aquel que ha renunciado a la universalidad y a la construcción de la unidad, asumiendo deliberadamente la representación, organización y beneficio de solamente algunos, dejando de lado y actuando en contra del resto.”; ao que complementa Luis Tapia (2010, p. 102):

Zavaleta decía que es un estado aparente en la medida en que no ha sido producido desde dentro en todos los territorios del país sino que responde a sólo una parte de ellos, en los que como producto de la implantación del capitalismo se ha generado una condición más o menos moderna, a la que corresponde y a partir de la cual se configura aquello que reclama ser estado.

No Brasil, por exemplo, desde a Primeira República de 1889, o Estado nunca conseguiu canalizar com eficiência as demandas da população em sua diversidade. Não é certo deixar de ver, contudo, que tentativas houveram. No passado recente, por exemplo, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), sobretudo os de Lula (2003-2010), atenuaram aquela contradição essência *versus* aparência com mais ou menos esforços em busca de um certo “Estado perdido (ou nunca sequer encontrado) de Hegel” como aquele Estado que em essência revela-se como a máxima racionalização dos diferentes interesses em disputa na sociedade civil, portanto, como a forma mais bem acabada de organização da vida em comum.

Para seguir com termos latino-americanos, o horizonte aberto pelos mencionados governos (e por outros da região) foi o **nacional-popular** ou o do Estado integral, para ficar com Zavaleta (1986) e García Linera (2014), respectivamente; ambos, com destaque ao último, influenciados por Gramsci. Raquel Gutiérrez (2015), no entanto, propõem outro caminho/horizonte, o **comunitário-popular**, que se bem também se trata ainda de um horizonte, pode ter acumulado forças com o fim da onda de governos dos partidos de esquerda<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Sempre será problemático referir-se à política institucional e aos partidos, no contexto da América Latina, usando a distinção esquerda e direita. Dizer que um partido determinado é de esquerda ou de direita na América Latina quase sempre será algo questionável. No entanto, seja pensando na origem dos termos e conceitos seja olhando para as experiências políticas latino-americanas, algumas características são, sim, possíveis de demarcar. Na origem dos termos, a Europa da Revolução Francesa, sentaram-se à esquerda os jacobinos, identificados como radicais que reivindicavam rupturas profundas, estruturais; à direita, sentaram-se os girondinos, identificados como

na América do Sul, o que acabaria indicando para a continuidade dos Estados aparentes revelando que “ésta es una característica estructural de nuestras sociedades periféricas” (Pineda, 2019, p. 142–143).

Aqui a chave estaria em compreender que as noções de Estado integral e de horizonte nacional-popular – guardadas suas diferenças – como alternativas ao Estado aparente podem ser inalcançáveis no seio do sistema-mundo capitalista-colonial. Ambas abordagens consideram a via da “reconstrucción estatal y orientado por la voluntad beligerante [...] a partir, básicamente, de modificar la relación entre sociedad y gobierno, esto es, de modificar la relación de mando que organiza el vínculo estatal.” (Gutiérrez, 2015, p. 19). Um “Estado integral, nacional e popular” seria um Estado que alcançaria a totalidade da população de uma nação determinada, oferecendo condições dignas de vida a todas as pessoas a ela pertencentes. No entanto, as experiências dos governos dos partidos de esquerda sul-americanos revelaram dois diagnósticos, entre tantos outros: (i) transformações profundas que visavam maior justiça e igualdade social foram impedidas pelo mesmo pacto de classes que os levaram ao poder; e (ii) o horizonte nacional (sobretudo considerando países com dimensões continentais como Brasil, México e Argentina, por exemplo, mas também países com menores dimensões) cedo ou tarde incorrerão no equívoco de encobrir diferenças culturais por intentos, muitas vezes bem intencionados, de universalização de práticas e políticas.

É diante dessa situação profundamente dilemática que Gutiérrez oferece a proposta de um horizonte histórico que refunde a ideia mesma de escala ou alcance, mas também a da relação da população em geral com o que é o fazer tipicamente político, enfocando as

---

moderados e que ao invés de rupturas profundas reivindicavam a negociação, conciliação. Com o passar do tempo, ainda olhando para a Europa agora do século XIX, partidos organizados pela classe trabalhadora, ou ao redor e em defesa dela, foram ficando conhecidos como partidos de esquerda; do outro lado, os partidos ligados à burguesia industrial nascente, ou seja, aos donos dos meios de produção, foram ficando conhecidos como partidos de direita. Assim ia se consolidando a ideia de que “liberalismo econômico é de direita” e de que “socialismo/marxismo é de esquerda”. Desta forma, em relação à contradição capital-trabalho, o capital é relacionado à direita enquanto o trabalho à esquerda. Na América Latina, no entanto, guardando as diferenças nacionais, uma análise rigorosa de enquadramento teórico sempre deixará alguma lacuna. No Brasil, por exemplo, mas também em outros países da região, um mesmo partido pode identificar-se tanto com o capital quanto com o trabalho; como dizer que tal partido é de esquerda ou de direita? Arriscarei, neste esforço, no entanto, sobretudo considerando o maior alcance do emprego dos termos esquerda e direita, adotá-los. Para tanto, considero: a) antes de assumir o poder, é possível caracterizar um ou outro partido tanto com a ideia de radicais *versus* moderados quanto com a de identificados com o capital *versus* identificados com o trabalho; e, b) mesmo quando no poder, por mais que tais fronteiras se tornem nebulosas, ainda assim é possível dizer que um ou outro partido é mais radical do que moderado ou que é mais identificado com capital do que com o trabalho – e vice-versa para ambos os casos. Correndo o risco do excesso explicativo, vale a pena ainda dizer que esquerda e direita são caracterizações que transcendem a institucionalidade estatal, ou seja, que não se limitam a caracterizam dos partidos políticos, alcançando também outras formas de ação coletiva com os próprios movimentos sociais, os sindicatos, os recentes coletivos, as organizações comunitárias, etc. Para outras interpretações sobre a onda de governos que alcançou a América do Sul no início do corrente século, como **Onda Rosa** e **governos progressistas**, vale a pena revisar os trabalhos de Pedro Arantes (2016) e Cristina Cavalcante (2021), respectivamente, entre outros e outras autoras.

possibilidades de organizar a vida em comum sob referências comunitárias para o lugar das nacionais. Sobre o tema, contribui Echeverría (2014, p. 394–395):

Las naciones oligárquicas y las respectivas identidades artificialmente únicas y unificadoras, a las que las distintas porciones de esa población pertenecen tangencialmente, no han sido capaces de constituirse en entidades incuestionablemente convincentes y aglutinadoras. Su debilidad es la de la empresa histórica estatal que las sustenta; una debilidad que exacerba la que la origina.

Para encaminhar este ponto da discussão, cabe ainda assinalar que os consensos ao redor da ideia de Estado-nação como forma apropriada de organização da vida em comum são consensos sustentados por supostas identidades nacionais forjadas, porém, pelas forças históricas das elites coloniais e das burguesias nacionais nascentes (Fernandes, 2006; Quijano, 2014c) que construíram as bases à instituição de Estados de inspiração europeia-estadunidense na América Latina. No entanto, de fundo, como acabo de tentar evidenciar, acabariam revelando-se como Estados deficitários para uns e sobrantes para outros; onde “uns comem à vontade e outros têm pouco o que comer”<sup>13</sup>.

Me parece evidente que essa falta de capacidade real de alcance e aglutinação, como se vê característica dos Estados latino-americanos, fez com que formas outras de organizar a vida permanecessem e com que novas fossem ocupando suas brechas, ao longo dos anos, de distintas maneiras. Por um lado, o próprio Estado corrompido e seus coronéis (*terratenientes*), os [narco]traficantes e mais recentemente as milícias<sup>14</sup>; por outro, a religião e as igrejas e suas distintas representações ao longo da história; e, por último, e que me interessa mais aqui, as experiências de auto-organização da vida em comum protagonizadas por populações subalternas; Zavaleta (1986) caracterizou essa sobreposição de formas de organização da vida em comum como *abigarramiento* ou *sociedades abigarradas*<sup>15</sup>.

En la noción de formación social abigarrada se mantiene la idea de que existe una diversidad de modos de producción, pero a la vez sirve para pensar el margen que no llegó a transformar y rearticular el desarrollo e implantación del capitalismo. Es una noción que sirve sobre todo para pensar el resultado histórico de los procesos de colonización, en los que efectivamente se sobrepone parte de las instituciones de la sociedad dominante conquistadora sobre los pueblos, así, subalternizados (Tapia, 2010, p. 100).

---

<sup>13</sup> Para usar o lema da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional que lançou recentemente, na primeira semana de abril de 2021, um estudo que aponta que mais da metade da população brasileira encontra-se em situação de leve, moderada ou grave insegurança alimentar, que é quando alguém não tem acesso pleno e permanente à alimentos.

<sup>14</sup> Sobre este tema, vale a pena revisar o rigoroso trabalho de Bruno Manso (*A república das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro*, 2020).

<sup>15</sup> Abordagem bastante semelhante é a de **modernidade barroca latino-americana**, de Bolívar Echeverría (1998a), que dirá que o barroco latino-americano aparece como o conjunto de diferentes modos de fazer, pensar, compreender, resistir e transformar – modos de viver, portanto –, destacando a sobreposição desses modos de vida como frutos do processo colonial.



Como acabo de destacar, onde o Estado-nação deixa falta, formas precedentes de organizar a vida permanecem e outras novas emergem; e, dentre as citadas, suponho que a única que confronta as dinâmicas de funcionamento dos Estados-nação são as experiências de auto-organização da vida em comum das populações subalternas, de base popular e comunitária, para usar os termos de Gutiérrez (2015). Como é essa outra forma? Seus conteúdos não são, de fato, comparáveis aos da **forma-Estado e da democracia vigentes**? Pode essa outra forma de organizar a vida em comum ir ocupando, pouco a pouco, a forma-Estado e a democracia vigentes ou pode apenas operar em paralelo a elas? Essas perguntas me levam para outra discussão, relacionada: “¿No será hora de cambiar la forma de mirar y enfocar toda la atención a esas invisibilidades que escapan a la conceptualización académica pero que están mostrando sus potencialidades a la hora de cambiar el mundo?” (Zibechi, 2007, p. 52).

Ao dizer “mudar a forma de olhar”, Raúl Zibechi se refere à centralidade que os Estados-nação ocupam nas análises acadêmicas sobre política e que envolvem as discussões de movimentos sociais, capitalismo, Estado e democracia. Minha resposta hipotética a sua pergunta, sobre a qual argumentarei nas linhas que seguem, é a de que tais invisibilidades escapam à conceptualização acadêmica porque não são consideradas como ação política, sendo assim empurradas ao campo da cultura ou da economia e passando às margens da ciência política de base no Norte.

## 1.2 Contra a noção do Estado como detentor do monopólio da política

Quero começar com Echeverría. Como fica claro em seu trabalho *Valor de uso y utopia* (1998b), há uma disputa em torno da ideia de política na qual a versão hegemônica ainda é aquela que indica para alguma sorte de monopólio do Estado no que se refere a tudo que orbita a ideia de política; ideia que caracteriza, portanto, todas as ações humanas não relacionadas ao Estado como não políticas. Para o filósofo equatoriano, a Modernidade se apropriou de tudo o que é do campo da política entregando-a exclusivamente ao Estado e suas instituições a separando, assim, das demais esferas da vida tornando-a uma disciplina privilegiada: **o Estado como detentor do monopólio da política**. Esse diagnóstico da separação da política das demais dimensões da vida já é bastante conhecido, sobretudo, quando tal separação volta-se mais à dicotomia política-economia (Aguirre, 2018; Bobbio, 1982; Dussel, 2006; Meiksins Wood, 2000, 2006; Osorio, 2002; Roux, 2002; e outros): “es preciso rebatir la separación campo-ciudad, política-economía, Estado-sociedad; hacer que la política camine con la sociedad, en lo cotidiano, en los ámbitos locales, desde donde podamos controlar los procesos, impulsar alternativas propias y con eso enriquecer un concierto global” (Ceceña, 2010, p. 80).

Diante do exposto, importa já assinalar que não pretendo argumentar pela ideia de fazer político<sup>16</sup>, como farei a seguir, para o lugar da política centrada no Estado e ao seu redor, reivindicando assim uma disputa por monopólios. Pretendo, por outro lado, defender a ideia de fazer político como forma de anunciar que a política como ação cotidiana se espalha para todos os espaços de sociabilidades, escapando assim do monopólio do Estado e se entrelaçando nas demais dimensões da vida.

Neste contexto, o fazer político poderá estar relacionado à política em perspectiva hegemônica, ou seja, ao Estado e suas instituições, mas também poderá estar relacionado à outras esferas da vida em comum, como a família, a escola, o trabalho, a comunidade, etc., assumindo aquele caráter de cotidianidade. O fazer político seria, nesta abordagem ampliada, tanto a ação relacionada às regras e normas explícitas, ao que é formal e constituído, à burocracia, aos diferentes poderes instituídos, às instituições nas quais se engajam e transitam os sujeitos, quanto à organização da vida em comum em espaços outros que não o Estado. O que quero defender, em síntese, é o fazer político como a ação humana nesse universo da “política de Estado” e para além dele, ou seja, alcançando outras esferas da vida em comum:

Por lo general la reflexión sobre la democracia se sitúa sólo en el horizonte del pensamiento del “centro” (Europa occidental y Estados Unidos), [...] aquí daremos lugar todavía para la cuestión de la normatividad de las luchas por el reconocimiento de nuevos actores que se hacen presentes desde el horizonte del sistema, aún del democrático, como fantasmas anteriormente invisibles (Dussel, 2007, p. 301).

Lançar luz às lutas transformadoras não significa deixar de ver o Estado, ele e sua forma atual existem, são reais. No entanto, o Estado na América Latina é aquele Estado sobre o qual refleti parágrafos acima. Neste contexto, Tapia (2001) apresenta uma discussão bastante interessante para explicar **onde está** o fazer político das populações subalternas quando ele não se desenrola nos limites do Estado, ou seja, quando aquelas populações não encontram espaço na política estatal. Mas, existe política que não esteja relacionada ao Estado? É possível dizer que outras esferas da vida, consideradas privadas e do âmbito da sociedade civil como a família, o trabalho, a escola, a comunidade, etc., sejam palco de política?

Tapia (2001) propõe com a categoria de **subsolo político** que se a política centrada no Estado é um lugar para uns poucos privilegiados, as populações não alcançadas por ele, seja em perspectiva de suas integrações nos processos de decisão relacionados à organização da vida

---

<sup>16</sup> Já iniciei essa discussão sobre **fazer político**, em colaboração com Adriane Ferrarini e Monika Dowbor, em outro texto (O movimento de economia solidária saiu de cena? A latência pensada desde uma perspectiva das Epistemologias do Sul, 2020).

em comum seja em relação ao alcance das políticas públicas, estarão fazendo política em outros lugares, porque o fazer político

[...] resulta siempre de la interacción colectiva y en particular de la orientada a tomar decisiones sobre cosas que se hacen juntos, sobre las condiciones de vida colectiva y en especial sobre la dirección de lo que se va a hacer, lo que implica también discusiones y decisiones respecto a para qué vivir, sobre fines. La vida política tiene una dimensión organizativa. Los seres humanos se organizan o algunos organizan a otros en ciertas circunstancias, para enfrentar la reproducción de la vida social o de la vida humana en sus elementos más básicos y también para pensar el desarrollo de la vida colectiva y las vidas individuales en el contexto social general (Tapia, 2019, p. 81).

Echeverría (1998b, p. 78–79) contribui ao argumento destacando o caráter cotidiano destes “outros lugares da política”:

[...] lo político no deja de estar presente en el tiempo cotidiano de la vida social; [...] Lo político se hace presente en el plano imaginario de la vida cotidiana bajo el modo de una ruptura igualmente radical, en unos casos difusa, en otros intermitente, del tipo de realidad que prevalece en la rutina básica de la cotidianidad. Esta ruptura de la realidad rutinaria se cumple en la construcción de experiencias que fingen trascender las leyes de la “segunda naturaleza”, la naturaleza social: las experiencias lúcidas, las festivas, las estéticas, todas ellas infinitamente variadas, que se llevan a cabo en medio de las labores y el disfrute de todos los días.

Na mesma linha de Echeverría, Roux (2002, p. 234) complementa a discussão:

Los antiguos pensaban en la política como la actividad práctica en que se expresaba la condición propiamente humana, aquello que distinguía al hombre de los animales: su vinculación con los otros desde el reconocimiento recíproco en un mundo común, posibilitado por el lenguaje, porque, argumentaba Aristóteles, ‘convivir’ significa esto y no alimentarse del mismo pasto, como en el caso de los ganados.

Neste contexto, importa destacar que a América Latina já era um lugar de reprodução da vida humana antes das colonizações; aqui não há discussão em aberto. No entanto, sejam os argumentos de caráter mais institucionalista sejam os mais focados na ação coletiva, há um perceptível esquecimento ou ocultamento de formas que não são aquelas supostamente universais criadas no Norte – aqui, especificamente, a forma dos Estados-nação e a democracia liberal. Portanto, “esta percepción [estatal] de la política no es sólo resultado de un pensamiento elitista o ‘estatalista’. Encuentra una base objetiva en la propia configuración de la sociedad moderna y descansa, explícita o tácitamente, en una noción de la política.” (Roux, 2002, p. 231–232). Castoriadis (2006, p. 173) – não custa lembrar, um autor do Norte global nascido na Grécia e radicado na França –, ao comentar as consequências políticas do Maio de 1968 ao redor do mundo, assinalava que ele “reveló e hizo visible para todos algo fundamental: el lugar verdadero de la política no es aquel que se creía. El lugar de la política está en todas partes. El lugar de la política es la sociedad.”

Empurrando a discussão para a perspectiva da crítica feminista em relação ao debate sobre público e privado, Carole Pateman (2014, p. 70) mostra que a demanda mais “[...] popular do movimento feminista atual é ‘o pessoal é político’, que não só rejeita explicitamente a separação liberal do privado e do público, mas que também sugere que não se pode ou não se deve fazer qualquer distinção entre as duas esferas.”. Ou seja, distinguir público e privado entregando ao público e, especificamente, ao Estado, o monopólio do fazer político, acaba por aprofundar os problemas da desigualdade e da opressão de gênero típicos da estrutura patriarcal de base colonial.

A caracterização desses outros lugares como lugares carregados de política, onde o fazer cotidiano se desdobra como fazeres políticos por seus fins relacionarem-se com a organização da vida em comum, poderá acarretar em consequências importantes às teorias do Estado e da democracia. Se o desenrolar histórico mundial, portanto também o latino-americano, decretaria a política centrada no Estado como a única forma de política reconhecidamente válida, então, metaforicamente, é possível dizer que a política estatal foi vista como o salão principal do “Palácio da Política”, enquanto que as demais formas de fazer política encontrar-se-iam no subsolo do palácio. Se o Estado está no salão principal e as demais formas de política no subsolo, essa não foi uma condição harmoniosamente construída, como bem mostrou Las Casas. Ou seja, as formas de política não estatais foram lançadas ao subsolo do “Palácio da Política” na medida em que se desenrolava o processo colonial. Me parece razoável, portanto, que em distintos momentos históricos o subsolo tome de assalto o salão principal. Sobre isto, comenta Rodrigo Gonçalves (2020, p. 51):

O subsolo político contém, em certo sentido, o excesso da política em uma sociedade ou país, em relação ao que o sistema institucional requer e reconhece. Assim, seu movimento pode causar quebras e rupturas no sistema institucional, mas também sua renovação e seu desenvolvimento (Tapia, 2001b). Do que é considerado subsolo político dentro do regime liberal de democracia – que, visto desde as instituições, são as deformações, erros e loucuras –, surgem as práticas de democratização radical na sociedade.

O subsolo político é, desta forma, tanto aquele lugar do fazer político cotidiano quanto aquele de articulação e acumulação de forças que podem, sempre que aproveitadas as oportunidades políticas, serem alçados, ainda que em muitos casos apenas efemeramente, à condição de ocupantes do salão principal. Echeverría (1998b, p. 77–78) discorrerá sobre esses momentos de idas e vindas do subsolo ao salão principal:

Lo político, es decir, la capacidad de decidir sobre los asuntos de la vida en sociedad, de fundar y alterar la legalidad que rige la convivencia humana, de tener a la socialidad de la vida humana como una sustancia a la que se le puede dar forma. Lo político, la dimensión característica de la vida humana, se actualiza de manera privilegiada cuando ésta debe reafirmarse en su propia esencia, allí donde entra en una situación

límite: en los momentos extraordinarios o de fundación y re-fundación por los que atraviesa la sociedad; en las épocas de guerra, cuando la comunidad “está en peligro”, o de revolución, cuando la comunidad se reencuentra a sí misma.

Se o fazer político do cotidiano está localizado no subsolo político, agora ou depois ele poderá emergir, encurralando em momentos de ruptura as estruturas fundantes do salão principal. Processos como esses se dão, por certo, porque não há lugar para o povo (todas as populações) no salão principal (ou seja, no Estado). Por essencialmente excludentes os salões principais do “Palácio da Política”, cedo ou tarde saltarão aos olhos os “residentes dos subsolos”, os povos subalternos. Esses momentos de rupturas colocam em xeque a condição de monopólio do Estado em relação à organização da vida em comum. A disputa entre o subsolo político, ou melhor, entre a política do subsolo e a política do Estado é o que me traz até essa tentativa de fundamentação do fazer político como forma válida de política tanto do subsolo quanto da política do Estado.

Buscando responder a tal esforço, destacarei os atributos que acompanham ambas as formas e, sobretudo, algumas de suas diferenças principais e talvez inconciliáveis. Gostaria que estivesse ficando claro que pensar com a ideia de fazer político é pensar considerando os símbolos, dinâmicas e mecanismos concretos da forma-Estado e da democracia vigentes, mas, sobretudo, é pensar em formas que possam significar suas superações. Ou seja, estou argumentando que, sim, há fazer político nas abordagens europeia e estadunidense da política; no entanto, ofereço a proposta do fazer político como uma espécie de libertação da política do monopólio do Estado; de libertação dos povos subalternos que habitam o subsolo.

### **1.3 Atributos para uma interpretação da política como fazer político**

No contexto da discussão que me trouxe até aqui vale assinalar que descobri, ao revisar a literatura em tela, sobretudo considerando os textos de autoras e autores latino-americanas (Ávalos, 2002), alguns pontos-chaves ou atributos centrais que me permitiram encontrar fazeres políticos tanto na órbita do Estado e da democracia vigentes quanto na diversidade dos subsolos. São, pelo menos, três atributos que me parecem indispensáveis para a elucidação do que é o fazer político e de suas distintas possibilidades. Seja no Norte seja no Sul, como características do fazer político, encontrei: a) alteridade, diversidade e diferença humanas; b) relações sociais conflituosas que afirmam a diversidade e a diferença; e, por último, c) formas de negociação de acordos e consensos que buscam solucionar aqueles conflitos. Há uma certa lógica: o ser humano é diverso e diferente entre si e, biológica e filosoficamente, não vive só – daí a ideia de alteridade; a afirmação da diferença entre sujeitos individuais gera conflitos coletivos

relacionados às necessidades, interesses e desejos; e, a capacidade de imaginação e criação intersubjetiva constrói formas objetivas de tratar e gestionar os conflitos.

Os dois primeiros pontos acima citados estão mais ligados às intersubjetividades como características insuperáveis da espécie humana; enquanto que o terceiro, que tem que ver com formas propriamente ditas, assume um caráter mais antropológico ou sócio-histórico, para usar o termo recorrente em Castoriadis (2005, 2008, 2013). Ou seja: o atributo “formas de negociação de acordos e consensos” é o momento da objetivação, do processo de transcendência do intersubjetivo ao concreto, da criação que começa com o imaginário intersubjetivo, nunca apenas subjetivo (Dussel, 2006), ligado ao campo das ideias que resulta em uma forma determinada de reconhecimento daquela diversidade, das diferenças e dos conflitos e de construção e consolidação de métodos para trata-las – as diferenças e os conflitos. Daqui o mais importante para se ter em mente é que a alteridade, a diversidade, a diferença e o conflito são categorias que expressam a própria condição biológica humana, enquanto que as formas de negociar e gestionar as diferenças e os conflitos devem ser vistas como sócio-históricas, ou seja, que encontram singularidades nos diferentes espaços-tempos determinados.

Neste contexto, importa assinalar que a **alteridade** faz parte do fazer político

[...] porque el punto de partida no son individuos aislados sino comunidades históricas ya siempre presupuestas (un Robinson Crusoe no perdido sino desde siempre aislado ni podría nacer (!) –es una contradicción–, ni podría devenir humano en la soledad: quién le enseñaría, por ejemplo, a hablar?; siempre hay una comunidad como punto de partida) (Dussel, 2006, p. 78).

Dussel contribui para que se perceba que a alteridade é uma marca não apenas do fazer político, mas do próprio social, da condição mesma da vida humana em coletivo. Contra a abordagem do individualismo metodológico, o filósofo usa o exemplo da linguagem para argumentar que toda a significação é fruto da transcendência do que é subjetivo para o que logo se torna intersubjetivo. Em outras palavras, Dussel está argumentando pela **interdependência** humana: ninguém vive só; ninguém nasce só. Castoriadis (2008, p. 192) indica a mesma ideia de alteridade como condição humana e, além disso, inclui na discussão a ideia da diferença como diversidade na alteridade:

Esto nos obliga a establecer una estricta distinción entre diferencia y alteridad. 34 difiere de 43, un círculo y una elipsis son diferentes. La Ilíada y El castillo no son diferentes –son otros–. Una banda de babuinos y una sociedad humana son otros. La sociedad humana, por ejemplo, no existe sino como emergencia de una nueva forma (*eidós*) y encarna dicha forma. Diremos que dos objetos son diferentes si existe un conjunto de transformaciones determinadas (“leyes”) que permiten la deducción o producción de uno de ellos a partir del otro. Si ese conjunto de transformaciones determinadas no existe, los objetos son otros.

Nesta esteira, chego à discussão sobre o conflito como a segunda característica (atributo) do fazer político e como expressão (objetivação) da diferença humana como capacidade de racionalização individual em um contexto sócio-histórico e intersubjetivo determinado (Castoriadis, 2008). Ou seja, a espécie humana só se realiza no coletivo, mas, mesmo assim, essa realização só é possível porque há uma capacidade de razão *a priori* que é particular de cada sujeito individual. No entanto, me refiro a uma capacidade individual de racionalização e não à razão individual como capacidade de significação isolada – etapa essa que só se concretiza na transição subjetivo-intersubjetivo, em outras palavras, do individual ao coletivo. É neste contexto que a diferença aparece como condição insuperável do conflito e da capacidade humana de criação de distintas formas de negociar aqueles conflitos que começam pela própria diversidade de abordagens relacionadas às formas de gestão dos recursos ligados à necessidade material primeira da espécie humana, a necessidade de afirmar-se viva (Dussel, 2006, 2014a). É daí que se revelarão também as diferenças de interesses e desejos que só florescem depois de satisfeita essa necessidade primeira.

Pensar o que é do fazer político sem afirmar o conflito ou simplesmente deixa-lo de lado ou tentar superá-lo seria um erro. Seria supor que alguma sorte de mediação poderia fazer desaparecer a diferença e o conflito, como assinala Luis Felipe Miguel em trabalho sobre o tema (Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”, 2014) e como destaca com preocupação Castoriadis (2006, p. 281): “Lo que más asombra, cuando se compara la fase presente con las fases precedentes de la historia de estas sociedades, es la desaparición casi total del conflicto, ya sea económico-social, político o ‘ideológico’.”. Neste sentido, contra os deliberacionistas, principalmente John Rawls e Jürgen Habermas, Chantal Mouffe dedicou importante esforço para mostrar que o conflito é marca insuperável da política. Mouffe (2001, p. 20) adverte:

A política objetiva a criação da unidade em um contexto de conflito e diversidade; ela está sempre se ocupando da criação de um “nós” através da determinação de um “eles”. A novidade da política democrática não é superar esta distinção entre “nós/eles”, mas estabelecê-la de uma diferente maneira. O ponto crucial aqui é como estabelecer esta discriminação entre “nós/eles” de uma maneira que esta venha a ser compatível com a democracia pluralista.

A autora se refere à democracia pluralista como uma variação dentre tantas que o conceito de democracia aceita. É importante destacar o termo democracia em sua contribuição porque se o conflito não é tratado e gerenciado de forma democrática, o caminho extremo para seu tratamento é a violência do autoritarismo, do totalitarismo ou ainda do despotismo, nos

termos de Montesquieu (Bobbio, 1997). Adicionando a categoria de poder à discussão, Mouffe (2001, p. 19) complementa:

De acordo com a versão habermasiana acerca da democracia deliberativa, quanto mais democrática fosse a sociedade, menos o poder seria constitutivo das relações sociais. Mas se nós aceitarmos que as relações de poder são constitutivas do social, a principal questão já não seria como eliminar o poder, e sim como constituir formas de poder que sejam compatíveis com os valores democráticos.

Ou seja, contra os deliberacionistas, mas, também, contra qualquer sorte de populismo que desbotaria o conflito inerente à vida humana em coletivo, ou seja, inerente ao “viver a política” (Mouffe, 2005), e contra aquele pensamento anarquista que percebe o poder como algo superável (Dussel, 2006), a afirmação da diferença, do conflito e da permanência do poder recebem luz dentro do conceito de fazer político que estou aqui propondo. Recebe luz, também, a busca, a partir da capacidade de imaginação e criação, de formas estruturadas de tratamento e gestão da diferença e do conflito para além da forma-Estado e da democracia vigentes. Chego, desta forma, ao terceiro atributo, o das formas de tratar e gestionar as diferenças e os conflitos.

Toda forma instituída é produto de criação instituinte e seja o momento instituinte ou a forma já determinada, instituída, aquela criação representa o conjunto de subjetividades<sup>17</sup> de um grupo social determinado, observaria Castoriadis (2013). O diagnóstico de que toda forma é produto da criação de significados de sujeitos situados no espaço e no tempo me coloca ao lado da perspectiva decolonial de interpretação da realidade. Me coloca, portanto, contra qualquer sorte de universalismo quando o que está em análise sobre a mesa são as distintas formas de tratar e gestionar as diferenças e os conflitos inerentes à vida humana (Castoriadis, 2006, 2008; Dussel, 2004, 2006, 2007, 2014a; Flórez-Flórez, 2007; Grosfoguel, 2007; Segato, 2012).

Considerando, portanto, os diferentes espaços-tempos do desenvolvimento e da organização da vida em comum, ou seja, os diferentes contextos sócio-históricos, afirmo: não há na história da humanidade experiências coletivas livres de instituições:

Para el anarquista extremo toda institución es siempre represión, opresión, injusticia. Para el conservador toda institución es perenne e intocable. Para una política realista y crítica las instituciones son necesarias, aunque nunca perfectas; son entrópicas y por ello siempre llega el momento en el que deben ser transformadas, cambiadas o aniquiladas (Dussel, 2006, p. 57).

---

<sup>17</sup> Vale a pena sempre recordar que as instituições (e suas formas) são, seguramente, produtos da criação imaginária do “conjunto de subjetividades” dos sujeitos de um grupo social determinado. No entanto, esse conjunto de subjetividades estará sempre atravessado por intensos processos sócio-históricos de poder e dominação econômica, política e cultural que poderão acelerar ou retardar a transformação das formas vigentes em um espaço-tempo determinado.



Ao que Castoriadis (2006, p. 173), questionando as instituições do Estado tal qual a Modernidade em seu desenrolar sócio-histórico o concebeu, adiciona:

Decir que sin la destrucción del aparato de Estado y sin la disolución de los grupos dominantes y de las instituciones consustanciales a su dominación no puede haber entrada en una nueva fase de la vida social no quiere decir que una sociedad autónoma es una sociedad sin instituciones. Una sociedad sin institución no existe; el reino del puro deseo es también, esencialmente, por ejemplo, el deseo de asesinar al otro.

Se a instituição de formas (conjunto de instituições) é uma condição insuperável da humanidade, ou seja, da vida em comum, vale a pena identificar como estão desenhadas algumas delas, pelo menos as que mais importam considerando a discussão que aqui vou desenvolvendo. É sabido que o Estado, tal qual foi concebido no Norte, não é um bloco homogêneo, seja em relação à projetos político-ideológicos seja em relação às diferentes instituições seja, ainda, em relação a própria burocracia (Dagnino et al., 2006). Mesmo assim, alguns traços mais gerais são possíveis de serem delineados quando o olhar mira para as mais diversas de suas frações. Pelo menos, quando o objetivo é descrevê-lo, se estará falando de (i) participação por representação, (ii) organização hierárquica, (iii) centralização da informação e (iv) tomada de decisão por votos da maioria<sup>18</sup>.

As mencionadas características são encontradas, avalio, nas mais diversas experiências dos Estados-nação e nas distintas abordagens sobre a democracia (mesmo nas perspectivas dos Estados de bem-estar social e da social-democracia), o que alcança também e sobretudo para os Estados latino-americanos. Vale a pena destacar que estas são características percebidas nos “marcos democráticos”. Para o caso das experiências autoritárias, seja dos partidos da direita ou da esquerda, a participação é nula ou reduzida, a tomada de decisão se enclausura nos detentores do poder ditatorial e a organização hierárquica e a centralização da informação se intensificam. É olhando para este tipo de Estado que acabei de descrever algumas de suas características que Max Weber definiu poder como dominação. Diz Sergio Tischler (2011, p. 334) sobre o pensamento de Weber:

[Weber] señala con total desnudez algo que a los revolucionarios era difícil reconocer dada su concepción estratégica de la revolución: que la acción racional es poder y dominación, y que el Estado, la burocracia y la elite de los partidos son parte de ese tipo de acción. En otras palabras, que con las categorías de la acción racional no se puede producir sino ese tipo de acción (capitalismo). En ese sentido, se cierra el

---

<sup>18</sup> Tapia, em recente trabalho (*Principios organizativos de la política: estado y comunidad*, 2019, p. 87), faz abordagem parecida para caracterizar a forma-Estado que, por seu nível de detalhamento, avalio que vale a pena reproduzir: “a) sistema jerárquico de autoridades; b) ejercicio vertical y asimétrico del poder; c) secreto o invisibilidad; d) concentración de la fuerza; e) representación general, es decir, sustitución en la vida política; f) [...] distensión estructural entre gobernantes y gobernados; g) producción normativa con pretensiones de validez general y h) organización burocrática de la administración del poder”.

círculo de la dominación. Es imposible salir de él, aunque los revolucionarios piensen (ilusoriamente, para Weber) que su acción abre la posibilidad de superarlo.

E, nas palavras do próprio Weber (1982, p. 2):

El Estado, como todas las asociaciones políticas que históricamente lo han precedido, es una relación de dominación de hombres sobre hombres, que se sostiene por medio de la violencia legítima (es decir, de la que es vista como tal). Para subsistir necesita, por tanto, que los dominados acaten la autoridad que pretenden tener quienes en ese momento dominan. ¿Cuándo y por qué hacen esto? ¿Sobre qué motivos internos de justificación y sobre qué medios externos se apoya esta dominación?

Também Bobbio (1987, p. 82) contribui ao argumentar o poder como dominação que só se sustenta através da força:

Do ponto de vista dos vários critérios que foram adotados para distinguir as várias formas de poder, a definição do poder político como o poder que está em condições de recorrer em última instância à força (e está em condições de fazê-lo porque dela detém o monopólio) é uma definição que se refere ao meio de que se serve o detentor do poder para obter os efeitos desejados.

Uma série de questões saltam aos olhos quando se coloca em xeque tais características do Estado. Ganham destaque, pelos menos, duas delas que se imbricam e que ainda não foram resolvidas: a do próprio poder como dominação através da força e a dos limites da representação que acabam por significar baixíssima participação política da população em geral, do dito povo. Joseph Schumpeter e Robert Dahl, mas também John Stuart Mill, para citar uns poucos exemplos, contentaram-se com a representação política argumentando que a larga escala territorial e a densidade populacional, características das sociedades contemporâneas, tornariam insuperável o problema da não participação, intrínseca à ideia de representação (Pateman, 1992). Muitos outros, por outro lado e apontando os limites da “representação pura”, argumentam pelo imbricamento entre (i) representação assistida e a qualquer momento revogável – aproximando-se da ideia de delegação – orientada pela (ii) participação direta no nível mais local (Almeyra, 2002; Anguiano, 2002; Bensaïd, 1997; Dussel, 2002, 2006; Miguel, 2017; Mouffe, 2001; Pateman, 1992). Entre uns e outros, é importante o diagnóstico de Luis Razeto (1993, p. 124):

Una cuestión preliminar que es imprescindible dilucidar apunta a identificar las dimensiones o el tamaño de la sociedad unificada en términos de la nueva civilización posible. Esta pregunta por la dimensión de la unidad societal constitutiva de una civilización es fundamental, porque de la respuesta que obtenga depende la posibilidad misma de su realización. Para responder a ella es preciso recordar lo que señalamos respecto a la creciente insuficiencia de la dimensión nacional de las unidades sociales en que se expresa la civilización moderna.

Razeto destaca duas questões essenciais à reflexão que vou aqui desenvolvendo: (i) a insuficiência da dimensão nacional e (ii) a necessidade e possibilidade de realização concreta

das alternativas para tal insuficiência. É sobre tais questões que refletirei a seguir, na última seção do presente capítulo.

#### **1.4 Imaginar formas outras de organizar a vida em comum: a ideia de um Autogoverno popular-comunitário**

As autoras e autores que advogam pela participação direta como característica-chave de uma forma outra de tratamento e gestão dos conflitos, ou seja, de organização da vida em comum, o fazem com base em evidências empíricas encontradas, sobretudo, no subsolo político; com destaque para os países do Sul global. Assumindo uma perspectiva propositiva, por que não pensar em um **Autogoverno popular-comunitário** para dar conta de tal tipo de organização da vida? Vale dizer, desde já, que apostar nesta chave tem muito mais que ver com a superação daquelas características dos Estados-nação acima mencionadas do que com qualquer sorte de “desperdício total” do acumulado de experiências ao redor da ideia de Estado. Longe de se tratar de um bloco homogêneo, o Estado é um “lugar” marcadamente heterogêneo, como bem identificaram Dagnino, Olvera e Panfichi (2006). Tal heterogeneidade possibilitou, historicamente, que ele fosse visto como um campo de lutas (García Linera et al., 2010) e por isso ocupado e disputado pelas classes populares, subalternas. Essa espécie de ocupação do Estado por tais grupos sociais produziu um sem número de experiências e aprendizados que não podem terminar desperdiçados.

Neste contexto, importa destacar que se se aceita que o objetivo principal da existência da forma-Estado é a organização da vida em comum através do tratamento e da gestão das diferenças e dos conflitos inerentes à vida humana em coletivo, tal objetivo seria então projetado também à forma-Autogoverno popular-comunitário. Se bem as duas formas assinaladas convergiram em relação a suas razões de ser, aos seus objetivos centrais, a última apareceria como alternativa de institucionalidades outras já não centradas nos históricos Estados-nação; portanto, tratar-se-ia de uma institucionalidade se não **anti**, pelo menos **não estatal** (Brancaleone, 2020; Brancaleone; Mello, 2017). Seja anti seja não, essa institucionalidade outra, apesar de reunir e de ter de lidar com a mesma complexidade que a forma-Estado, estaria marcada por instituições frontalmente opostas às estatais, ou seja, por um viés antiautoritário e anti-hierárquico (Castoriadis, 2005). Antes de contrapor com novas características aquelas “velhas” que tratei como “traços mais gerais” dos Estados-nação, quero explicar porque a opção pelos termos **autogoverno, popular e comunitário**.

Importa começar destacando que parto das reflexões de Mabel Thwaites Rey (2004) sobre **autogoverno popular** e de Gutiérrez (2015) sobre **horizonte comunitário-popular**.

Quanto à ideia de autogoverno, termo quase que autoexplicativo, se bem ele não significa a extinção de qualquer forma de representação, ele garante que todas as pessoas pertencentes a um mesmo lugar simbólico-territorial – se se quer, sócio-espacial (Souza, 2017) – percebam garantidas suas possibilidades de exercício das tomadas de decisão sobre os rumos de suas próprias vidas. É justamente essa possibilidade de alcance de toda uma população determinada que torna frutífera a inclusão do termo popular à proposta. Ou seja, um autogoverno popular como um governo no qual todo o povo (povo social e espacialmente determinado) encontra a possibilidade de exercer o poder (Thwaites Rey, 2004). Diferente das experiências dos “governos populares” que tomaram o poder do Estado na América do Sul do início do atual século, um **autogoverno** popular seria um governo antielite, talvez antipartidos, ou seja, trata-se de uma ideia de “todo o povo no poder” ou de “todo poder ao povo” contra a ideia de “elites no poder”; essa última traço típico da forma-Estado em suas distintas variações.

Por sua vez, a junção dos termos autogoverno e comunitário caracterizaria um governo referenciado em relações sócio-espaciais outras, nas quais as relações sociais se dão com base no poder como potência de fazer juntos e não no poder como dominação (Holloway, 2002), relações essas asseguradas por uma escala sócio-espacial capaz de garantir a permanência e fortalecimento de vínculos interpessoais de solidariedade (Gutiérrez, 2015). O signo “comunidade” aparece aqui como aquele que reivindica e afirma a interdependência, a solidariedade e a autonomia como características de um grupo social e espacialmente determinado (Gutiérrez, 2015; Nascimento, 2019). Sendo assim, falar de um Autogoverno popular-comunitário é falar de um governo no qual todo o povo encontra a possibilidade de exercer o poder, possibilidade essa referenciada em relações sócio-espaciais outras capazes de garantir social, afetiva e espacialmente a dinamicidade da solidariedade.

Desde este emplazamiento la cuestión del poder estatal se resuelve, gramscianamente, a partir de la creación de un nuevo tipo de Estado sustentado en una experiencia asociativa, original y extendida, de las clases subalternas y oprimidas; un Estado basado en una sociedad civil popular densa, rica y dinámica. Experiencia asociativa que propone una nueva institucionalidad y un nuevo sistema de representación (Mazzeo, 2014, p. 161).

Esse novo tipo de Estado ao qual se refere Miguel Mazzeo poderia ser o Autogoverno popular-comunitário. Para seguir pensando nesse “outro Estado”, valem a pena mais algumas linhas sobre a ideia de comunidade, assim como sobre a de escala. Primeiro, sobre a própria adjetivação de comunitário ao termo autogoverno, importa pensar como a categoria comunidade aparece na gramática dos movimentos subalternos latino-americanos que, como

ficará mais claro logo adiante, considero os sujeitos da transformação da forma-Estado à forma-Autogoverno popular-comunitário. Sobre o tema, destaca Gutiérrez (2015, p. 49):

[...] la noción básica de la política desde las comunidades consiste en dotarse de los mecanismos y formatos para asegurar la responsabilización común sobre el conjunto de los asuntos colectivos, distinguiendo los principales de los secundarios. Y, por lo tanto, se basa en –y exige necesariamente– disponer de suficiente tiempo para poder echar a andar los amplios y complejos procesos deliberativos donde poco a poco se van tomando acuerdos que expresan las decisiones comunes acerca de aquello que es conveniente hacer, para posteriormente organizar su ejecución.

César Enrique Pineda (2019, p. 119) também contribui à discussão:

La comunidad entonces debe ser comprendida como una configuración y modo específico de relaciones, prácticas e interacciones. Nos interesa, además del tipo y forma de dichas prácticas, las interconexiones entre ellas cuya dinámica provoca un modo de socialidad. El concepto de forma, en este caso, supone comprender esos entramados como vínculos entre individuos, entre esos individuos con sus medios de trabajo y con la naturaleza, así como la relación que esos individuos establecen con otros, externos a la forma de relación original.

Mas, e a espacialidade (dimensão/tamanho) desse suposto Autogoverno popular-comunitário? Há algo que não está exatamente explícito nas contribuições citadas de Gutiérrez e Pineda – ainda que apareça em outros trechos de seus trabalhos – que é a ideia de que qualquer sorte de **política comunitária** precisa alcançar todos os membros de uma comunidade determinada. Esse “alcançar todos os membros” por certo tem que ver com o caráter cotidiano do fazer político para além da forma-Estado e da democracia vigentes já que tais categorias parecem não ajudar quando é este o indicador acionado. Além disso, é também esse “alcançar todos” que poderia produzir um “sentimento genuíno de comunidade”<sup>19</sup> (Nascimento, 2019) contra o “sentimento imposto de nação”, tal qual já destaquei. Desta forma, não há como não falar de escala e limites territoriais. Portanto, por mais utópico que possa parecer, um Autogoverno popular-comunitário teria de ser um tipo de governo que, ao romper com a forma-Estado e a democracia vigentes, rompa também com os limites territoriais impostos pela ideia de Estado-nação, retomando, de maneira atualizada, formas de vida comunitárias pré-coloniais e alcançando uma alternativa de resposta para a questão colocada por Razeto (1993) páginas acima.

Diante destas reflexões, considero possível dizer que, ao contrário da forma-Estado e da democracia vigentes, de origem europeia-estadunidense, que julgo insuficientes à realidade latino-americana, a forma-Autogoverno popular-comunitário, baseada concretamente em

---

<sup>19</sup> Claudio Nascimento, em um de seus livros (A autogestão comunal, 2019), fala de um **sentimento de comunidade**. Me permito atualizar a ideia para **sentimento genuíno de comunidade** para fazer o contraponto, como destaquei no corpo do texto, com a imposição do sentimento de nação fruto do processo colonial na América Latina.

experiências latino-americanas (Adamovsky, 2011; Ávalos, 2002; Composto; Navarro, 2017; Gutiérrez, 2018; Hopkins; Pineda, 2021; Makaran et al., 2019; Zibechi, 2017), poderia reunir os seguintes princípios-características que entendo emancipatórios: (i) participação direta, (ii) alto índice de organização horizontalizada, (iii) descentralização da informação e (iv) tomada de decisão por consenso<sup>20</sup>. Nesta esteira, se trata de pensar em conteúdos outros para as instituições (formas) políticas: “Puedo afirmar que hacer comunidad es una forma de hacer política. Reproducir la vida actuando como comunidad lleva consigo, de manera inherente, una politicidad otra” (Pineda, 2019, p. 116).

Para destacar o consenso como objeto e horizonte daquela “tomada de decisão por consenso”, retorno uma vez mais a cinco séculos atrás, e outra vez à Bartolomeu de Las Casas (1969)<sup>21</sup>, para expor um trecho de seu *De Regia Potestate o derecho de autodeterminación*:

Ningún rey o gobernante, por muy supremo que sea, puede ordenar o mandar nada concerniente a la comunidad política, en perjuicio o detrimento del pueblo o de los súbditos, sin haber tenido el consentimiento (consenso) de los ciudadanos, en forma legal y adecuada. Y si se hiciera otra cosa, no tendría absolutamente ninguna validez jurídica. Se prueba la primera parte de la conclusión por autoridad y argumentos racionales. Racionalmente, porque el pueblo fue la causa eficiente y también final de los reyes y gobernantes. De donde resulta que han de subordinarse al pueblo ordenándose a su bienestar y a los intereses de la comunidad como a finalidad propia. En consecuencia, los reyes no tienen jurídicamente ningún poder para establecer, ordenar o anular nada que vaya contra los intereses de los ciudadanos o en perjuicio y detrimento del pueblo (p. 47).

En segundo lugar, la norma que debe regular los actos todos de gobierno hay que sacarla, al igual que en los demás asuntos o negocios, del fin al que tienden, como dice Aristóteles. Pues entonces una cosa es ordenada perfectamente, cuando se la orienta de modo conveniente a su propio fin. Es así que el fin de cualquier pueblo libre es su propio bienestar y prosperidad, que consiste precisamente en que los hombres, a quienes se gobierna, y a la comunidad toda se la dirija hacia los objetivos que prudentemente deben cumplirse para salvar sus deficiencias y enderezar sus costumbres, para que sean buenos los ciudadanos, convivan pacíficamente, prosperen y sean defendidos de sus enemigos exteriores y también interiores (p. 48).

En tercer lugar, ningún gobernante puede lícitamente, sin motivo justificado, inferir perjuicio alguno a la libertad de sus pueblos. Ahora bien, si alguien decidiera en contra de los intereses colectivos del pueblo, sin contar con su expreso consentimiento (el consenso), perjudicaría la libertad del pueblo y de sus ciudadanos. Luego serían nulas las decisiones del rey que perjudican al pueblo. La libertad es un valor máspreciado y estimado que todas las riquezas que un pueblo libre pudiera tener, según ley del

<sup>20</sup> Para além da inspiração nas autoras e autores citados no próprio corpo do texto, outra vez avalio que vale a pena a caracterização detalhada de Tapia (2019, p. 89), agora em sua forma alternativa à forma-Estado, que aqui estou arriscando chamar de Autogoverno popular-comunitário: “a) la posesión o propiedad colectiva de la tierra [...]; b) [...] el gobierno de asamblea, con todos los miembros que constituyen la comunidad [...]; c) [...] la rotación en los cargos o la asunción temporal de cargos de autoridad terrenal; d) la autoridad tiene como tarea el cuidado de la comunidad y no el ejercicio del poder en su seno y sobre ella; e) se trata de trabajo no pagado; f) destino colectivo; g) recreación constante y deliberada de la forma social; h) la igualdad entre aquellos que son reconocidos como miembros de la comunidad es el punto clave que articula políticamente y diferencia una forma comunitaria de otras formas sociales y políticas [...]”.

<sup>21</sup> A versão dos textos aqui expostos foi editada e publicada na Espanha, em 1969. No entanto, tratam-se de textos escritos na década de 1550, durante a estada de Las Casas na nascente América. Esses textos foram publicados, pela primeira vez, em 1572, na Alemanha, porque não havia espaço para sua publicação na Espanha daquele período.

Digesto. Por tanto, el gobernante que atentara contra la libertad del pueblo obraría contra la justicia (p. 49).

Será tarefa dos movimentos sociais, me parece, de Sul à Norte no sistema-mundo capitalista-colonial, transformar suas próprias vidas, suas formas de governo, de Estado e de democracia para, poderia bem ser o caso, completarem a tarefa deixada por Las Casas. Isso porque a história mostrou e segue mostrando que tal tarefa, que passa por reinventar a forma-Estado e a concepção hegemônica de democracia, não será cumprida pelos que invadem e dominam. Uma vez organizados e convencidos de que a forma-Estado e a democracia tal qual “recebidas” da Modernidade através do processo colonial são formas de organização da vida em comum que retiram o direito da maioria da população de definir os rumos de suas próprias vidas, os movimentos subalternos poderão afirmar e reconhecer a condição subalterna latino-americana como ponto de partida à transformação da realidade, à libertação (Dussel, 2004).

## 2 Movimentos sociais: abordagem teórico-histórica do conceito e das práticas

*“Pocas veces en la historia hemos asistido a una combinación tan extensa de simplificación del pensamiento y actitud conformista como la que observamos en estos años. [...] El de intelectual no es un oficio o profesión; es una tarea colectiva al servicio de sujetos colectivos en lucha.”*

Raúl Zibechi

Neste segundo capítulo busco apresentar, partindo da teoria – a partir de uma seleção de abordagens –, sem perder de vista os contextos históricos, quais eram e quais são hoje as abordagens de movimentos sociais como aqueles sujeitos coletivos que emergem no seio da sociedade civil. Se a perspectiva da ação dos movimentos sociais se inscreve dentre as mais acionadas pelos analistas por seu caráter central nas discussões desta literatura, meu enfoque, seguindo a mesma linha, acabará orientando-se por reflexões sobre **porque fazem e como fazem o que fazem** os movimentos sociais latino-americanos. Por mais que esteja longe de ser considerada consensual nas ciências sociais brasileira, mexicana e mesmo em perspectiva mundial, a abordagem crítica ao redor da ideia de movimentos sociais ainda encontra espaço nas discussões atuais; as quais me associo.

São dois os meus argumentos centrais neste capítulo. O primeiro, reconhecendo o excesso da síntese, é: no contexto latino-americano é necessário “trazer a economia de volta” às discussões e às análises sobre movimentos sociais. Diferente de outras realidades onde a pobreza material extrema já foi razoavelmente superada, como as estadunidense e europeia, na América Latina as desigualdades econômicas ainda não foram responsabilmente mitigadas. Neste contexto, os enfoques político e cultural deixam falta se não acompanhados do econômico. Não me parece razoável que em países como Brasil e México, nos quais, respectivamente, 5 e 4 bilionários detém a mesma riqueza que a metade de suas populações (dados a Oxfam para 2018 e 2017, respectivamente), a dimensão econômica seja secundarizada nas análises de movimentos sociais como acontece, sobretudo, na abordagem estadunidense<sup>22</sup>.

O segundo argumento, em estreito diálogo com o primeiro, dirá que, superada a ideia de que o Estado é o detentor do monopólio da política, tal qual argumentei no capítulo anterior,

---

<sup>22</sup> Como se poderá ver, me concentrarei nesta abordagem da “dimensão econômica” de forma mais abstrata para referir-me ao que considero a principal ausência das discussões europeia e estadunidense sobre movimentos sociais. Massimo Modonesi e Mónica Iglesias (2016), por sua vez, aprofundam o olhar e especificam mais a questão demonstrando que tais abordagens deixaram de ver, no contexto latino-americano, as seguintes dimensões que bem poderiam ser lidas como “subdimensões” da referida dimensão econômica porque dela derivam e porque não estão enfocadas centralmente na relação movimentos-Estado: a **territorial**, a **comunitária**, a das **autonomias** e a das **outras formas de exercício do poder que não como dominação**.



fazerem comumente vistos apenas como econômicos ou culturais inscrevem-se como fazeres que também podem ser interpretados como políticos. Se o Estado é, sim, um campo de lutas a ser disputado politicamente, todo o universo que está para além dele também é. É partindo de tais argumentos que as experiências dos movimentos subalternos latino-americanos poderão ser vistas através do imbricamento das dimensões econômica, política e cultural da vida.

## **2.1 Movimentos no mundo pré-1968**

Quero começar esta seção destacando que importa sobremaneira lembrar que em contexto mundial a década de 1960 foi marcante tanto pelos acontecimentos que a atravessaram, com destaque para o Maio de 1968, quanto pela mirada das novidades epistemológicas que nela temporalmente se fortaleceram. Até aquela década, em perspectiva mundial, falava-se muito sobre quem eram os movimentos sociais e sobre suas características mais ligadas às táticas de ação; isso se dava porque havia uma certa centralidade de conteúdo vinculada ao econômico.

De um lado, movimentos (revolucionários ou social-democratas) de trabalhadores, sindicatos, operários, classistas, etc.; todos eles, seja qual for a perspectiva ou mesmo a semântica adotada, indicavam para um mesmo conteúdo: a luta da classe trabalhadora pela transformação das relações sociais de produção capitalistas, pela superação do sistema-mundo capitalista pelo socialismo/comunismo. De outro lado, os movimentos de libertação nacional que por um longo período lutaram contra os colonialismos, seja em sua etapa formal seja na mais recente da colonialidade do ser, do saber e do poder (Ballestrin, 2013; Quijano, 2000, 2005; Wallerstein, 2008). Tanto como parte das táticas revolucionárias ou reformadoras da classe trabalhadora quanto como forma de afirmação da independência nacional, o Estado-nação era referência para ambas as abordagens, respectivamente: no primeiro caso, o Estado era central porque deveria ser ocupado, e depois transformado ou superado, pela classe trabalhadora; já no segundo ele era reivindicado como ferramenta para a libertação nacional tanto na América Latina do século XIX quanto na África e na Ásia do século XX.

Até a já referida década de 1960 havia, portanto, uma certa hegemonia em torno ou da gramática marxista de transformação social-total que falava de luta de classes, de movimentos revolucionários, de proletariado, de sindicatos, de alienação, de materialismo, etc., ou da ideia de libertação, via processos de independência, da dominação colonial. É quase como se o monopólio das lutas sociais estivesse sob domínio dos movimentos de inspiração

marxista/socialista – sobretudo depois da Segunda Internacional que representou a derrota do anarquismo na relação com o marxismo/socialismo<sup>23</sup> – e dos movimentos independentistas.

En la historia de los movimientos antisistémicos, 1968 ha marcado un viraje no menos simbólico ni menos fundamental que el de 1848. Las derrotas de 1848, les habían enseñado a esos movimientos la lección de que debían formar organizaciones sólidas, bien equipadas para una larga lucha, y capaces de fijarse objetivos sucesivos, de los cuales el primero debería ser la conquista del poder del Estado. Pero en 1968 este objetivo había sido ya ampliamente conquistado, y esta es la razón por la cual las insurrecciones populares que irrumpirán en esas épocas en Estados Unidos, en Francia, en Italia, en Checoslovaquia, en Japón, o en México, no lucharán solamente en contra del sistema mundial existente, en contra de la economía-mundo capitalista, sino también en contra de los “antiguos” movimientos antisistémicos que ya habían llegado al poder (Wallerstein, 2008, p. 112).

Como se pode ver a partir da contribuição de Wallerstein, aquela década chegaria com importantes novidades: entravam em cena outros tantos conteúdos de lutas carregados de outra gramática que anunciavam que as lutas enfocadas no capitalismo e no Estado (o segundo como um dos agentes do primeiro) importam, mas que não são as únicas dimensões ou estruturas de relações sociais que produzem dominação, constrangimento, exclusão, violência e sofrimento no âmbito do sistema-mundo capitalista-colonial. Gutiérrez (2015, p. 6–7) contribui ao tema:

En algunas de las teorías de los “movimientos sociales” –por ejemplo, en la de Touraine en los años 80’s– existían algunos temas que, desde la izquierda, ya habían comenzado a ser discutidos; como, por ejemplo, la cuestión de la “no-centralidad” del sujeto obrero en la conformación de las sociedades de fin de siglo.

É neste contexto que a transformação social, já sem o foco direcionado unicamente para a dupla capitalismo-Estado, “suponiendo que haya tenido alguna vez una cierta unidad de organización, se convirtió en un movimiento múltiple, si no es que incluso fraccionado, em toda una serie de movimientos centrados en torno de un tema particular” (Wallerstein, 2008, p. 116): feminismos (que não nasciam ali, mas que a partir dali alcançariam maiores escalas), juventudes, ambientalismos, movimentos indígenas (tal qual assinala Gutiérrez em outras passagens de seu texto acima citado) e quilombolas, antifascismos, antirracismos, movimentos de homossexuais e de libertação sexual, de pessoas com deficiências, de idosos, de economias alternativas, entre tantos outros. Todos eles passaram a ser parte do então diverso leque de conteúdos que cabem dentro dos conceitos que definem o que são os movimentos sociais. Ainda considerando a contribuição de Wallerstein (2008), essa virada concreta e interpretativa da

<sup>23</sup> Importa assinalar que a referida derrota não representou uma derrota substantiva dos movimentos anarquistas, que seguiram intervindo na realidade mesmo depois de serem derrotados na disputa específica com os movimentos marxistas/socialistas. Uma mostra desta permanência do anarquismo é o **anarcossindicalismo**, movimento de expressão mundial que no Brasil existiu até, pelo menos, a década de 1930, quando perdeu forças diante do avanço do sindicalismo corporativo. Para saber mais sobre este tema vale a pena revisar os trabalhos de Angela Maria Carneiro Araújo (Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil, 2002) e de Marcelo Lopes de Souza (Por uma geografia libertária, 2017).

década de 1960 revelaria quatro grandes campos contraditórios em disputa por adesão: (i) o histórico campo do capital *versus* trabalho, (ii) o do socialismo realmente existente *versus* antiburocratização, (iii) o da social-democracia *versus* novos movimentos sociais (em geral, os que acabo de citar) e (iv) o das permanências coloniais *versus* anticolonialismos.

## 2.2 Movimentos no mundo pós-1968

É a partir desse momento histórico que a parcela das ciências sociais interessada pelo tema dos movimentos encontrou solo fértil e floresceu como sem precedentes. Em tal contexto, uma das abordagens que encontrou maior adesão foi a dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Ela tentou interpretar a luta de movimentos que buscavam transformar o *status quo* a partir da criação de vivências que traduzem a visão de mundo de uma determinada coletividade e nas quais não se busca ou se rejeita interferência do Estado e de suas instituições. Vale lembrar que esses movimentos foram investigados pelas lentes analíticas da chamada escola europeia de movimentos sociais que teve, entre seus autores orientadores, Alain Touraine (1989), Jürgen Habermas (1981) e Alberto Melucci (1989), para citar alguns. Aqui, o ponto crucial é a ênfase dada às identidades – e sua capacidade de integrarem grupos sociais que se reconhecem em torno de uma ou outra delas – e a bens simbólicos e culturais, a partir das redes de solidariedade da vida cotidiana. Situando-se na zona periférica do sistema-mundo capitalista-colonial, os movimentos conseguiriam lançar novos temas, novas formas de vida e interpretar valores de modo diferente sem com isso objetivar substituir o poder do sistema. Aliás, bem ao contrário: precisavam recusar o poder do sistema para preservar sua capacidade de pensar e agir diferente.

Se nessa perspectiva europeia os movimentos criam suas próprias experiências de prática e visão de mundo à margem do Estado, por outro lado, a perspectiva estadunidense dos movimentos é a que indica que eles buscam justamente o contrário, ou seja, o reconhecimento e inclusão de suas demandas pelas instituições estatais. A tática para alcançar tal objetivo era, inicialmente, a do confronto político extrainstitucional. Essa abordagem de movimentos recebeu um enquadramento teórico que ficaria conhecido, especialmente, como Teoria do Processo Político (TPP). Seus principais representantes são autores como Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam (McAdam et al., 2009; Tarrow, 2009; Tarrow; Tilly, 2007). O foco destes autores esteve na variação do grau de violência dos protestos e do confronto entre manifestantes e autoridades e, também, no nível de sucesso da ação coletiva na relação com os recursos mobilizados, por um lado, e do acolhimento das demandas pelo Estado, por outro. Aqui há uma ênfase nas formas não institucionalizadas de ação e a posição de movimentos

como *outsiders* mesmo que em interação com o Estado. Essas duas abordagens, a europeia e a estadunidense, resistiriam quase sem concorrência até, pelo menos, o final da década de 1980.

A TPP se preocupou com a faceta visível dos movimentos. Entendo que assim o foi porque se trata de uma escola de pensamento de base europeia-estadunidense que como *modus operandi* deixou, historicamente, escapar outras formas de ação coletiva que não as que interagem com o Estado; ou seja, essa teoria se preocupou com o momento no qual os movimentos estão em interação visível com o Estado. Para essa abordagem, inclusive, para ser caracterizada como uma intervenção de movimento social a ação coletiva deveria necessariamente estar em conflito visível com o Estado. Ao longo do tempo a teoria foi atualizada e passou a incorporar processos cooperativos (movimentos-Estado) em seu seio, mantendo, portanto, a centralidade na interação movimentos-Estado. Há aqui todo um conjunto de autores, estrangeiros e brasileiros, que avançaram de forma contundente no que se refere ao que Monika Dowbor (2012) chamou de **ação institucionalizada**<sup>24</sup> – a abordagem dos autores brasileiros discutirei mais adiante.

Da escola europeia, Touraine, por exemplo e por outro lado, tinha uma compreensão bastante oposta à estadunidense para determinar o que é um movimento social. Para ele, um movimento se constrói e se expressa em experiências para além do Estado, à sua borda, na sua periferia, um “lugar simbólico” no qual poderia levar a cabo seu projeto alternativo<sup>25</sup> (Touraine, 1989). Já Melucci definiu na categoria de **latência** essa ação de movimentos quando eles não estão em interações visíveis com o Estado, ou seja, quando não estão engajados em processos políticos de interação socioestatal (Melucci, 1989). Entendo que o objetivo do autor foi o de encontrar uma espécie de caminho ao acionar a ideia de cultura como dimensão do fazer dos movimentos na latência. Assim, uma experiência de ação coletiva que não interage com o Estado, optando por táticas invisibilizadas pela lente estadunidense, ainda assim seria uma experiência de movimento social. Para o sociólogo italiano, não se trataria de ser ou não ser movimento de acordo com a presença ou ausência de interação explícita com o Estado, mas de um trânsito do movimento ora à dimensão cultural (a latência, momento invisível ao Estado) ora à dimensão política (em interação com o Estado). Portanto, o momento da ausência de

---

<sup>24</sup> Sobre este tema, além da tese de doutorado de Monika Dowbor, vale a pena revisar o trabalho de Jack Goldstone (*States, parties and social movements*, 2003).

<sup>25</sup> Outras duas ideias acompanharam quase toda a obra do autor em relação a sua definição do conceito de movimentos sociais: a da (i) existência de uma identidade coletiva capaz de aglutinar os sujeitos em torno daquele projeto alternativo e a de (ii) um adversário identificável que, com aquele projeto alternativo como estratégia, pudesse ser superado em sua totalidade pelo movimento.

interação com o Estado se trataria de apenas um momento da história de um movimento determinado, o momento da latência propriamente dito, que representa a pré ou a meta política.

Se, em linhas gerais, é possível dizer que a escola estadunidense de movimentos sociais conta com o Estado enquanto a escola europeia dispensa o Estado em suas análises, respectivamente, para Melucci, especificamente, o enfoque na cultura indica que um movimento poderá engajar-se instrumentalmente em interações políticas com o Estado, mas, seu destaque vai para a potência da cultura que a partir da construção de novos símbolos poderá transcender o Estado podendo, assim, o dispensar para a ação.

A produção de símbolos transcende a política. Como tal, a ação coletiva nunca pode ser representada pela mediação política nas decisões (ou políticas) que traduzem esforços coletivos em mudanças institucionais. As formas de ação às quais me refiro são ao mesmo tempo **anteriores a e além da política**: elas são pré-políticas porque estão enraizadas na experiência da vida cotidiana e meta-políticas porque as forças políticas não as podem representar completamente (Melucci, 1989, p. 72, grifo nosso, tradução nossa).

Em perspectiva semelhante à de Melucci, Mario Diani também parece ter tentado dar conta de capturar tanto as experiências de interação com o Estado quanto as sem ele. O autor propôs um conceito que alcançou larga adesão, a saber: movimentos sociais “são definidos como redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas” (1992, p. 1, tradução nossa). Não é à toa que tal conceito foi bem aceito porque demasiadamente aberto e, justamente por isso, pouco preciso. Compreendo que essa adesão se deu por duas ausências que ou passaram despercebidas pelo autor e seus interlocutores ou que foram deliberadamente deixadas de lado.

Uma das citadas ausências se refere à disputa em torno da divisão temporal-conceitual pré e pós 1968. Diani decreta a diferenciação entre o que é do campo da economia e do trabalho (classes, sindicatos, uniões de trabalhadores, etc.) e o que é do campo dos movimentos sociais (política e cultura). A primeira ausência é, portanto, esta: a dimensão/esfera da economia e do trabalho não cabe no conceito de movimento social do autor, desperdiçando assim um sem número de experiências. A segunda ausência é a do próprio Estado. Essa, no entanto, parece não significar que ele não previu interações movimentos-Estado já que para a perspectiva hegemônica da ciência política, da qual ele é parte, Estado bem serviria como sinônimo de política. Sendo assim, entendo que a ausência da economia significa intenção: de não contar com a economia e o trabalho no conceito; já a ausência do Estado se revela como extensão: o conceito se estende ao Estado, ou seja, chega até ele se for ele o “outro” envolvido em um conflito com o movimento em um caso determinado. Ao mesmo tempo, o Estado não aparece

como um atributo condicional, como na perspectiva estadunidense. Das duas ausências, a da economia se revela problemática se o universo em análise são os movimentos sociais latino-americanos:

Así, a diferencia de las luchas propias de los países del capitalismo avanzado, aquéllas [latinoamericanas] no tienden hacia la creciente multiplicidad de posiciones antagónicas. Por el contrario, sus identidades apuntan hacia la simple y automática unidad en torno a un polo popular; una tendencia ausente en Europa desde finales del siglo XIX. Distinguen, entonces, entre: las “luchas democráticas” propias del centro del sistema, donde las revoluciones democráticas cruzaron cierto umbral, y en las cuales hay una pluralidad de espacios políticos, y las “luchas populares” propias de la periferia, en la cuales ciertos debates tienden a construir la división de un único espacio político en dos campos opuestos. En el primer caso, privaría la “lógica de la diferencia”, que expande y complejiza los antagonismos del espacio político; en el segundo, la “lógica de la equivalencia”, que los simplifica (Flórez-Flórez, 2007, p. 245–246).

A partir da contribuição de Juliana Flórez-Flórez, o problema das análises que deixam de lado a dimensão econômica parece ser identificado, seja através do isolamento da América Latina para a análise seja a partir de sua comparação com Europa e EUA. No primeiro caso, isolando a América Latina, logo é possível encontrar o diagnóstico da impossibilidade de compreensão de suas experiências de movimentos sociais sem a dimensão econômica porque tal dimensão salta aos olhos dadas as desigualdades materiais ainda explícitas na região. Importa destacar, no entanto, que esse problema do esquecimento ou da ausência de compromisso com a dimensão econômica não é um problema específico das reflexões de Diani.

Aqui, na América Latina, nunca foram resolvidos os problemas da não distribuição da riqueza material produzida, ou seja, da desigualdade material que é uma herança do processo colonial ainda vigente. Me parece evidente que sem a resolução para esses problemas econômicos será possível perceber, sempre que houver intenção e compromisso do analista, “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em conflitos políticos ou culturais” ou **econômicos**; não somente em conflitos de caráter político ou cultural. Portanto, ao se isolar a América Latina para a análise, ainda há lugar para uma mirada econômica na ação dos movimentos, por mais que alguns deles não reivindicuem transformações relacionadas a tal dimensão em seus discursos e mesmo em suas ações.

Geoffrey Pleyers – como também Flórez-Flórez, Modonesi e Iglesias (2016) e outras e outros – se deu conta dessa necessidade de retomar as discussões econômicas – inclusive, as de caráter totalizante – aparentemente abandonadas na década de 1960 no que tocam as abordagens mais difundidas sobre movimentos sociais, com destaque para a estadunidense. Com boa parte de suas análises enfocando experiências latino-americanas, o autor iluminou o caráter estrutural

das lutas territorializadas ao defender que elas se posicionam frontalmente contra as políticas econômicas levadas a cabo pela globalização neoliberal, estando também, por consequência, contra os resultados catastróficos de tais políticas para as populações já historicamente vulnerabilizadas na região. Assim, ao olhar para o Movimento Zapatista colocando-o em perspectiva global, Pleyers (2018, p. 15) perceberia que, de fundo, as reivindicações do movimento inscrevem-se como aquelas altermundialistas, ou seja, que reivindicam uma outra globalização diante da perspectiva hegemônica da globalização neoliberal:

Con el levantamiento zapatista en el suroeste mexicano el 1 de enero 1994, se inicia un nuevo siglo para los movimientos sociales, los que ya no corresponden a la tipología de “nuevos” o “viejos” movimientos. A partir de la mitad de la década de 1990, surge una ola de movimientos globales que forman el movimiento altermundialista y que está marcado por una contestación del neoliberalismo por parte de redes de intelectuales comprometidos y, sobre todo, por una regeneración de los movimientos indígenas y campesinos.

Ao que o autor (2018, p. 147) complementa:

América Latina siempre ha sido un continente muy dinámico en lo que respecta a los movimientos sociales. Al mismo tiempo, el continente se encuentra profundamente integrado dentro de la globalización económica y cultural. Por tanto, las luchas y los movimientos de América Latina son tanto específicos del continente como parte de las luchas globales y, por lo mismo, su alcance y significado van mucho más allá del propio continente.

É justamente a citada integração da América Latina no seio da globalização neoliberal (se se quer, do sistema-mundo capitalista-colonial), ou melhor, a sua posição nesta integração, que me leva à necessidade de uma rápida comparação entre América Latina e Europa, mas também entre América Latina e os EUA. Tal comparação ajuda, avalio, para a compreensão de porquê Diani desconsiderou a dimensão econômica em seu conceito. A referida comparação me leva à hipótese de que Diani não viu ou ocultou a dimensão econômica porque a pobreza material (portanto, econômica) extrema trata-se de uma questão ainda urgente aqui e, em boa medida, ausente porque já razoavelmente superada, lá. Em outras palavras, enquanto a Europa e os EUA, sobretudo a primeira no contexto dos Estados de bem-estar social e das social-democracias, deram conta de canalizar as principais urgências econômicas de suas populações, deixando espaço para o aparecimento de outros conteúdos de caráter democratizante (Flórez-Flórez, 2007), esse percurso na América Latina nunca se completou. Nunca se completou pelo já assinalado, entre outros motivos, baixo alcance dos Estados latino-americanos que é consequência da condição subalterna da região na relação centro-periferia do sistema-mundo capitalista-colonial.

Ora, se a forma-Estado e a democracia vigentes, como formas de organização da vida em comum, não dão conta de, dentre outras demandas, resolver a da desigualdade material; e

se, além disso, essa forma-Estado e democracia alcançam apenas uma parcela da população, os movimentos sociais estarão diante de dois caminhos potenciais: (i) o da **auto-organização da vida em comum e autogestão dos recursos materiais e do trabalho**, por um lado, e (ii) o da **mobilização para o confronto e, mais recentemente, para a cooperação política com o Estado**, por outro. O que é certo é que, qualquer que seja o caminho percorrido, seja considerando as persistentes desigualdades materiais na América Latina seja se empregada a abordagem do fazer político, tal qual argumentei no capítulo anterior, as experiências de movimentos latino-americanos poderão imbricar em seus cotidianos economia, política e cultura.

É possível observar, neste contexto, que o primeiro caminho acima mencionado tem mais que ver com a abordagem de Touraine (abordagem culturalista), enquanto que o segundo mais com a abordagem estadunidense (abordagem centrada no Estado). No primeiro caso, entretanto, não há um vínculo tão automático porque pode ter sido pouco explorada nas reflexões de Touraine a ideia de que os diferentes pontos de partida – América Latina e Europa – terminariam em importantes diferenças em relação àquelas construções de outras formas de vida nas margens do Estado e do capital.

Nesta esteira, não raras vezes os movimentos latino-americanos poderão estar percorrendo ora o caminho 1, ora o 2, a depender de suas urgências e avaliações sobre possibilidades de maior ou menor sucesso em ações. Tentar compreender as experiências dos movimentos latino-americanos ou só com a lente europeia ou só com a estadunidense não me parece uma opção. Mesclar ambas é, portanto, um primeiro passo tão necessário quanto promissor; nesta empreitada a proposta de Melucci é bastante útil. Mas, mesmo com esta opção de mescla sobre a mesa existem limites. Especificamente, um limite importante é do “desperdício da política” identificado em Melucci e sua proposta de latência; outros relacionam-se com a condição subalterna da América Latina, ou seja, com as persistentes desigualdades materiais e simbólicas e os permanentes resgates e inovações que os povos da região registram para suprir as ausências econômicas, políticas e culturais que são consequências daquela condição.

### **2.3 A condição subalterna latino-americana**

Já destaquei, em momento anterior, que considero frutífero, tanto para a análise política e sociológica quanto para o que é do campo do próprio fazer dos movimentos sociais, que a mirada às experiências de movimentos latino-americanos se dê a partir da ideia de transversalidade teórica, que Dussel (2004) chamou de transmodernidade, em perspectiva



epistemológica. Transversalidade aqui entendida como aproximação de distintas abordagens teóricas sem que se descaracterize o que é essencial para cada uma delas; mas, também, sem deixar de lado o que é típico e específico de cada universo empírico investigado. Há um mundo todo, com infinitas particularidades, que vive e sobrevive na América Latina. Me parece uma tarefa pouco produtiva, por um lado, e até mesmo inalcançável, por outro, tentar compreender a realidade da região apenas com as lentes europeias-estadunidenses. Há toda uma potência econômica, política e cultural (de resgate de velhos símbolos e de criação de novos; os velhos **pré** e os novos **anti** coloniais) que escapa ao alcance do analista quando ele simplesmente transplanta categorias do Norte para compreender o Sul. Um bom exemplo, que entendo dialogar com os elementos econômicos da discussão que acabei de fazer, é o da extensa produção teórica sobre desenvolvimento na América Latina.

Foram necessários largos esforços de reflexão teórica, por um lado, além de um impulso difusor de uma agência do Norte<sup>26</sup>, por outro, para que a mirada do Sul alcançasse potência para espalhar mundialmente o diagnóstico de que a categoria de desenvolvimento não se aplicava aos países latino-americanos nos mesmos termos com que aos países europeus ou aos EUA. É daí a ideia de subdesenvolvimento não como condição temporal, mas como estrutural (Bielschowsky, 2000; Furtado, 1965), por exemplo. Para o conceito de subdesenvolvimento os países da periferia do sistema-mundo capitalista-colonial não alcançariam a condição de países desenvolvidos como os centrais. Os países centrais e desenvolvidos, por sua vez, só o são em função da relação centro-periferia engendrada pela estrutura do capitalismo mundial, como mostra Gustavo Esteva (2019, p. 24):

La de 1980 se consideró “la década perdida para el desarrollo en la América Latina”. Quedó claro entonces que las promesas de Truman no se cumplirían y que, en vez de cierta igualdad mundial, cuando los “subdesarrollados” alcanzaran a los “desarrollados”, se estaba produciendo lo contrario: en 1960 los países ricos eran 20 veces más ricos que los pobres; 20 años después, eran 42 veces más ricos. Era evidente que el desarrollo era muy buen negocio para los ricos y pésimo para los pobres. Dentro de cada país, la empresa profundizaba la desigualdad. Como se señaló en el informe oficial de la conferencia de Naciones Unidas Hábitat III en Quito, en 2016, se había pensado que el desarrollo era como una marea que elevaba todos los botes; se sabe ahora que sólo eleva los yates.

No mesmo contexto, Pedro Fonseca (2015) assinala que o conceito de desenvolvimentismo foi criado para tentar explicar as supostas tentativas históricas, desde a década de 1930, de superação daquela condição estrutural de subdesenvolvimento. No entanto, mesmo ainda longe de consensos entre os especialistas, as experiências históricas dos

---

<sup>26</sup> Aqui me refiro Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), comissão fundada e ainda mantida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

desenvolvimentismos e dos neodesenvolvimentismos na América do Sul parecem indicar que não se trata de uma ferramenta para a superação da condição de subdesenvolvimento (Cavalcante, 2021; Katz, 2015). O conceito de dependência (Dos Santos, 1973, 1991; Marini, 2000), sobretudo se associado ao de subdesenvolvimento, ajuda a compreender que lentes originais do Sul, ainda que inspiradas pelo Norte, são indispensáveis.

Para Ruy Mauro Marini (2000), por exemplo, as relações entre os países subdesenvolvidos – em especial os da América Latina – com os desenvolvidos, caracterizadas pela ideia de dependência, carregam consigo formas de superexploração que intensificam o trabalho vivo em sua relação com o capital. Sobre o tema, dirá Walter Mignolo (2014, p. 23):

La ilusión de que el resto del mundo podría ser económicamente desarrollado y políticamente democrático, tal el ejemplo de los estados para los cuales el concepto de democracia fue un pilar en su propia construcción, comenzó a disiparse con la toma de conciencia que el ejemplo de los estados industrializados y económicamente fuertes lo fueron gracias a la explotación y control del resto del mundo.

Na medida em que alguns países despontam economicamente, outros são prejudicados. Isso acontece devido à integração de países subdesenvolvidos ao mercado capitalista mundial, consequência colonial, que os posiciona como dependentes (sobretudo, no quesito tecnologia), aumentando a intensidade do trabalho e produzindo, assim, maior exploração ao trabalhador. No sistema-mundo capitalista-colonial em sua etapa atual, do neoliberalismo, os atributos destes conceitos (subdesenvolvimento e dependência) ficaram cada vez mais visíveis e os condicionamentos da relação centro-periferia seguiram o mesmo passo.

Não é à toa que me utilizei destes exemplos acima citados. Não é, por dois motivos. Primeiro, porque revelam a característica da transversalidade teórica. Nem o conceito de subdesenvolvimento nem o de desenvolvimentismo ou ainda o de dependência seriam propostos, pelo menos nos termos com que os foram, sem a teoria marxista. Suas bases repousam nas ideias de totalidade e de estrutura, tão caras às abordagens de Marx e dos marxistas. Em segundo lugar, não é à toa que me referi a eles porque ambos contribuem à consolidação da ideia de condição subalterna latino-americana.

Perceber a América Latina como dependente na estrutura do sistema-mundo capitalista-colonial e o subdesenvolvimento como condição estrutural e não temporal deste sistema me leva para outro diagnóstico importante: não há atraso da América Latina na relação com a Europa ou com os EUA – ou, mais recentemente, com a China –, o que há é uma condição aparentemente insuperável de submissão e exploração que no máximo se atenuará via [neo]desenvolvimentismo. Se há submissão e exploração há também sofrimento. E, se há sofrimento, se está diante de uma decisão ético-política: engajar-se ou não, enquanto cientistas

sociais, na empreitada outrora assumida por Raúl Prebisch, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Maria da Conceição Tavares, entre outras e outros do campo da economia política latino-americana que alcançaram tal autonomia intelectual não antes vista na região (Bringel; Domingues, 2015).

A submissão latino-americana, acima citada, revela duas outras questões. A primeira tem que ver com as formas de sua subjetivação política e a segunda com as estratégias para a superação daquela condição (Modonesi, 2010). O processo de subjetivação política da condição de submissão latino-americana deverá passar pela assimilação da “negação da negação” que só é possível a partir da afirmação e do reconhecimento da subalternidade. Aqui chego em um ponto importante da discussão. Esse processo poderia bem ser explicado com as categorias marxistas de alienação, estranhamento, consciência de classe, classe em si e classe para si (Marx; Engels, 1998), por exemplo. No entanto, mesmo reconhecendo a atualidade da teoria original de Marx, prefiro interlocutores seus como o próprio Gramsci (1984) e, mais recentemente, Massimo Modonesi (2010) e mesmo Dussel (2006, 2007). Os dois últimos me interessam mais, sobretudo, pela abordagem da condição subalterna latino-americana que fazem. Trata-se de transcender a unidade de análise, que em Marx era a classe trabalhadora. Localizar a América Latina no tempo e no espaço para compreender sua formação é uma tarefa indispensável; e, localizar a região no espaço-tempo passa por compreendê-la na condição de subalternidade para além da classe, seja na relação com os países do centro do sistema-mundo capitalista-colonial seja na relação interna da região, já que as mesmas estruturas de poder e dominação que atravessam as relações mundiais podem atravessar também as regionais (Zibechi, 2013).

Dussel (2006, 2007), ao referir-se ao povo subalterno latino-americano, vítima da exclusão da forma-capital de gestão dos recursos materiais e do trabalho e da forma-Estado e da democracia vigentes como forma de organização da vida em comum, decorrentes do processo colonial, considera o momento da negação daquelas exclusões como o momento que antecede a organização e a ação estratégicas. A afirmação da negação como combustível para a negação da negação:

Todo comienza por una afirmación. La negación de la negación es el segundo momento. ¿Cómo podrá negarse el desprecio de lo propio sino iniciando el camino con el autodescubrimiento del propio valor? Afirmación de una “identidad” procesual y reactiva ante la misma Modernidad. Las culturas poscoloniales deben efectivamente descolonizarse, pero para ello deben comenzar por autovalorarse (Dussel, 2004, p. 20).

Entendo esse trecho do texto de Dussel como uma mostra de sua íntima relação com o marxismo. Relação essa que não se trata de uma novidade, visto que o autor é um dos principais estudiosos de Marx na América Latina, basta ver sua vasta obra sobre o economista-filósofo alemão<sup>27</sup>. O autodescobrimento e a autovalorização<sup>28</sup>, as quais se refere o autor, poderiam bem ser substituídas pelas categorias marxistas de estranhamento e consciência de classe: autodescobrir-se como classe em si para autovalorizar-se como classe para si. Abordagem semelhante é encontrada em John Holloway (2013) com a categoria *el grito*, que denota o momento da negação do que está dado, do *status quo*. Esquecidos pelo Estado e pelo sistema econômico vigentes os subalternos negam/gritam contra o *status quo* e suas estruturas sustentadoras e, somente a partir disso, constroem formas alternativas para o lugar do que acabaram de negar (Oliveira, 2019; Oliveira; Dowbor, 2020a, 2020b).

Reconhecer-se como submisso para afirmar-se como subalterno e aí, a partir de tal afirmação, reconstruir-se como sujeito da transformação que intervém no mundo porquê insubordinado (Modonesi, 2010). A ação insubordinada floresce quando os sujeitos percebem que a condição subalterna não é uma condição natural, mas, uma condição imposta sob intensos processos de constrangimento e violência históricos. Reconhecer-se e afirmar-se como subalterno como condição à insubordinação e à libertação. E, esse processo, assim como a reprodução da vida mesma, só é possível enquanto sujeito coletivo no qual nunca existirão subjetividades totalmente particulares, isoladas; o que existem são intersubjetividades que são consequência da insuperável característica humana da alteridade, da interdependência. Ou seja, ou tal processo é coletivo ou não é nada.

Nesta esteira, é preciso ter em mente que reconhecer-se e afirmar-se como povo subalterno latino-americano não é tarefa dada, pelo contrário. Já estava em Marx e Engels (1998), mas também em Gramsci (1984) e, mais recentemente em Modonesi (2010), a ideia de que esse processo de subjetivação política, ou seja, a racionalização ou conscientização não se dá de forma automática. As ausências materiais e imateriais – que são diversas na América Latina: ausência de alimento, ausência de moradia, ausência de água potável, ausência de acesso à educação, ausência de saneamento básico, ausência de acesso ao lazer, ausência de trabalho digno, ausência de acesso à política institucional, entre tantas outras – não são interiorizadas

---

<sup>27</sup> Toda a obra de Dussel, portanto também os textos dedicados à Marx, está disponível em seu site na internet: <https://enriquedussel.com/>.

<sup>28</sup> Aqui vale a pena aclarar que não se trata da ideia de autovalorização tal qual na obra do italiano Antonio Negri (1979). Não se trata porque em dado momento de suas reflexões, Negri considerou que a experiência do **obrerismo** italiano seria capaz de construir símbolos e práticas totalmente à margem do sistema capitalista, desconsiderando os atravessamentos que aquela experiência de auto-organização da classe trabalhadora sofreria das estruturas de poder e dominação dos sistemas econômico, político e cultural vigentes.

pelos sujeitos de forma automática, são sempre necessários processos de organização e reflexão que, por serem coletivos, se potencializam como um salto, como uma ponte quando possíveis de realização.

Retorno, uma vez mais, aos exemplos da dependência e do subdesenvolvimento. Ambos os conceitos revelam a estrutura dual do sistema mundial. Se há dependência, há dominação; se há subdesenvolvimento como condição estrutural, há dominação; e, se há dominação, há dominadores; se há dominadores, há dominados – condições todas aplicáveis tanto para o que é da economia quanto para o que é da política. É esta condição de dominado que pode ser capaz de despertar o sentimento de injustiça e de indignidade necessários tanto à afirmação do povo latino-americano como submisso, subalterno, quanto como as suas possíveis categorias-par positivas, como insubordinação (Modonesi, 2010), rebeldia (Tischler, 2011), transformação e libertação (Dussel, 2006). Neste contexto, Samantha César (2019, p. 157), que é delegada do *Congreso Nacional Indígena*<sup>29</sup> (CNI), no México, de forma contundente destaca:

Nosotros no queremos ganar unas elecciones, ni tener reconocimiento del Estado; eso no es ganar, ganar tiene algo más profundo, ganar es si logramos ponernos de acuerdo todos nosotros. Ganar para nosotros sería reunir a todo este México de abajo, no sólo a los pueblos indígenas, sino a todos los que han sido violentados por este sistema y este gobierno que nos está estrangulando, nos está despojando de los territorios, de nuestros derechos sociales, de nuestros derechos políticos. Para nosotros ganar es reunir a todos estos Méxicos de abajo y ponernos de acuerdo en cómo le hacemos para detener todo esto que nos está matando. Aquí no se trata de apoyar a la lucha indígena, no se trata de gestos de solidaridad, incluso bienintencionada pero siempre condescendiente, se trata de organizarnos todos porque este sistema nos está llevando a la fregada a todos. Y si no hacemos algo esto se va a poner peor y la única forma es hacerlo colectivamente.

Ou seja, a subjetivação coletiva como povo subalterno latino-americano é condição à rebeldia e à insubordinação. É o povo subalterno que, reconhecendo-se como dominado e, portanto, como injustiçado, indigno e preso no subsolo, se organiza em movimento para intervir na e transformar a realidade e suas estruturas econômicas, políticas e culturais vigentes. Como intervir para transformar a realidade? A quem ou para onde direcionar a ação transformadora? São questões ao redor das quais refletirei, nas linhas abaixo, começando com a ideia de transformação, de Dussel.

---

<sup>29</sup> Moradora da comunidade Nahua de Amilcingo, Morelos, México, Samantha é também integrante da *Frente de Pueblos en Defensa de la Tierra y el Agua*.

## 2.4 Movimentos subalternos latino-americanos

Dizer **movimentos subalternos latino-americanos**<sup>30</sup>, muito antes de uma tentativa de universalização ou essencialização das experiências de movimentos sociais na América Latina, significa localizá-las criticamente no espaço e no tempo; significa, portanto, perceber que estruturas existem e que elas separam subsolo e salão principal como distintos palcos da política, mas também da economia e da cultura. Dizer movimentos subalternos latino-americanos depois de dizer **condição subalterna latino-americana** é dizer, também, que sob intensos processos de articulação e organização ora ou outra tais movimentos poderão superar os provisórios subsolos para já não efemeramente libertarem-se daquela condição.

Como já destaquei algumas vezes, e como ficará ainda mais claro nos capítulos de apresentação e análise das experiências dos movimentos de economia solidária do Brasil e do México em suas interações com seus respectivos Estados, meus interesses e objetivos neste esforço estão nas dimensões política e econômica da vida enquanto imersas na estrutura do sistema-mundo capitalista-colonial. Na América Latina, avalio, em economia e em política, as relações dos movimentos sociais com a forma-capital e com a forma-Estado e a democracia vigentes são relações de dominação, portanto, de submissão e subalternidade. Desta forma, é papel dos movimentos subalternos latino-americanos protagonizarem processos de insubordinação que, por sua vez, poderão leva-los à libertação da condição subalterna.

Neste contexto, uma provocação bastante interessante é aquela que salta aos olhos a partir dos argumentos de Dussel em *20 tesis sobre política* (2006), que convidam seja à discussão sobre transformação política em perspectiva ampla seja à sobre subversão das instituições políticas vigentes. Com um diagnóstico contundente dos desenhos institucionais sobre a mesa o desafio passa a ser como transformá-los, como redesenhá-los. Antes, no entanto, há outro argumento importante e que sustenta a ideia inexorável de transformação, que é o de que todo sistema e, por sua vez, todas as instituições de um sistema determinado, cedo ou tarde alcançarão alguma sorte de corrupção<sup>31</sup>; esse argumento encontra os da imaginação e da utopia,

---

<sup>30</sup> Tratam-se movimentos **sociais** subalternos latino-americanos considerando que tanto a subalternidade quanto a condição latino-americana são adjetivações ao substantivo movimentos sociais. A partir daqui, para fins de uma comunicação mais fluida, me referirei sempre que possível apenas a **movimentos subalternos latino-americanos** ou mesmo somente a **movimentos subalternos**.

<sup>31</sup> Vale a pena assinalar que não me refiro à corrupção em seu sentido banalizado e amplamente difundido pelos meios de comunicação como sinônimo de desvio de recursos públicos. O sentido empregado aqui ao termo corrupção é aquele que indica que algo perdeu, ao longo do tempo, seu sentido, sua razão de ser. Um sistema político corrompido não é exclusivamente um sistema político que opera desvios de recursos públicos, pode ser um sistema que em um momento histórico foi instituído com um fim, como a própria ideia de Estado-nação, por exemplo, mas que ao longo do tempo perdeu a capacidade de ser instrumento para aquele próprio fim. Um sistema político corrompido é um sistema que já não dá conta de organizar a vida em comum promovendo o bem viver para os sujeitos de um grupo social determinado.

que aprofundarei mais adiante com a ajuda de Castoriadis. Do que me importa dizer aqui, para não antecipar de forma simplista tal debate, destaco que tanto a imaginação individual quanto a coletiva são os motores da transformação; se as transformações imaginadas se confirmam ou não na prática já é todo um outro tema.

Las instituciones son necesarias para la reproducción material de la vida, para la posibilidad de acciones legítimas democráticas, para alcanzar eficacia instrumental, técnica, administrativa. Que sean necesarias no significa que sean eternas, perennes, no transformables. Por el contrario, toda institución que nace por exigencias propias de un tiempo político determinado, que estructura funciones burocráticas o administrativas, que define medios y fines, es inevitablemente roída por el transcurso del tiempo; sufre un proceso entrópico. Al comienzo es el momento disciplinario creador de dar respuesta a las reivindicaciones nuevas. En su momento clásico la institución cumple eficazmente su cometido. Pero lentamente decae, comienza la crisis: los esfuerzos por mantenerla son mayores que sus beneficios; la burocracia creada inicialmente se torna autorreferente, defiende sus intereses más que los de los ciudadanos que dice servir. La institución creada para la vida comienza a ser motivo de dominación, exclusión y hasta muerte. Es tiempo de modificarla, mejorarla, suprimirla o reemplazarla por otra que los nuevos tiempos obligan a organizar (Dussel, 2006, p. 125–126).

Este trecho dos textos de Dussel indica que entre os argumentos da necessidade de reconhecimento dos povos latino-americanos como povos subalternos e o de que todos os sistemas, cedo ou tarde, alcançam um limite e se corrompem, está o da transformação em si mesma. O que significa transformação para Dussel? E, no contexto de meu esforço em tela, ou seja, no contexto da interação entre os movimentos subalternos latino-americanos como sujeitos da transformação e a forma-Estado e a democracia vigentes, o que significa transformação? O que é certo afirmar, por ora, é que esses movimentos se veem diante da necessária tomada de decisão de como transformar suas realidades. É tão longa quanto disputada essa discussão sobre como transformar a realidade e suas instituições. Dussel, ao citar o livro “Reforma ou Revolução?” (2010), de Rosa Luxemburgo, propõe uma saída não dual para tal questão. A saída seria, justamente, considerar a ideia de transformação. Portanto, entre a reforma e a revolução: transformação. Para não deixar escapar o rigor da obra original do autor, me permito reproduzir outro trecho de seu texto na íntegra:

En la tradición de izquierda del siglo XX se entendió que una actividad que no era "revolucionaria" era "reformista". Si la situación no era objetivamente revolucionaria había que crear por medio de un cierto voluntarismo las condiciones para que adquiriera su fisonomía revolucionaria. Era un idealismo político bajo el nombre de revolución, que algunas veces produjo compromisos extremos en juventudes que inmolaron sus vidas irresponsablemente. Por otra parte, el revolucionario debía usar medios violentos, producir por un salto en el tiempo y de manera inmediata la transformación de un sistema económico-político en otro. La social democracia era el ejemplo opuesto, reformista, pacifista, institucionalista, etcétera. Y bien, es tiempo de repensar radicalmente la cuestión. Denominaremos "reformista" la acción que aparenta cambiar algo, pero fundamentalmente la institución y el sistema permanecen idénticos a sí mismos. La totalidad del sistema institucional recibe una mejora accidental sin responder a las nuevas reivindicaciones populares. La "transformación"

política significa, por el contrario, un cambio en vista de la innovación de una institución o que produzca una transmutación radical del sistema político, como respuesta a las interpelaciones nuevas de los oprimidos o excluidos. La transformación se efectúa, aunque sea parcial, teniendo como horizonte una nueva manera de ejercer delegadamente el poder. Las instituciones cambian de forma (transforman) cuando existe un proyecto distinto que renueva el poder del pueblo (Dussel, 2006, p. 128–129).

Neste contexto, dois destaques. Um é sobre a relação entre transformação e inovação e o outro uma aproximação entre a proposta de Dussel e a tipologia de Breno Bringel e Alfredo Falero (2016), que aprofundarei mais adiante quando da construção da abordagem teórico-metodológica que utilizarei para analisar meus já anunciados casos empíricos. Sobre a diferença entre transformação/inovação e reforma, avalio que diferente das experiências dos Estados de bem-estar social e das social-democracias que, tanto para Rosa Luxemburgo quanto para Dussel representaram apenas reformas, as experiências dos governos dos partidos de esquerda sul-americanos, umas mais (Bolívia, Equador, Venezuela) outras menos (Brasil, Uruguay, Argentina), merecem específica atenção porque representaram, sim, transformações por suas inovações institucionais e até estruturais. Como se pode ver, não se trata de um bloco homogêneo e é justamente a heterogeneidade daquelas experiências que me leva ao segundo destaque.

Enquanto Dussel se refere à transformação como podendo ser parcial, superficial ou profunda, a dupla Bringel e Falero, ao enquadrar aquelas experiências dos partidos de esquerda, propõe: “gestión empresarial con gobiernos progresistas sin intento de transformación de la forma Estado heredada” ou “gestión contradictoria con intento de transformación de la forma Estado heredada” (2016, p. 39); estes tipos de gestão poderiam estar produzindo transformação parcial, superficial ou profunda, de Dussel, a depender do grau de inovação empregado no processo transformador.

Seguindo nesta discussão, me interessa dizer que uma das características do trabalho de Dussel é a que coloca o Estado no centro dos percursos de transformação, o que o aproxima da perspectiva estadunidense de movimentos sociais, por um lado, e o que o vincula ao marxismo, por outro. Dussel está longe de aparecer isolado com esta perspectiva, portanto. Entendo que não sobram espaços para questionar se o Estado tem ou não centralidade nos processos de organização da vida em comum ao redor do mundo; ele tem. A questão, que é também estratégica ainda que por muitas vezes apareça apenas como tática, é: como aproximar de maneira inclusiva, tanto em teoria quanto na prática, abordagens e ações que contam e que não contam com o Estado?



Nesta esteira, compreendo que o mais sensato a se fazer, seja o analista sejam os movimentos subalternos protagonistas das lutas por transformação, é não desvalidar ou mesmo ocultar ações que não se pareçam tanto do ponto de vista da tática, mas que compartilham do mesmo objetivo estratégico. No entanto, a crítica à ciência política hegemônica e, em específico, às teorias de movimentos sociais que esquecem de perceber ações de movimentos que descartam ou rejeitam a relação com o Estado, importa. E, importa porque esse tipo de análise deixa de ver toda uma potência transformadora que, desde os subsolos políticos (Tapia, 2001), pode bem ser interpretada como a antecipação ou a pré-figuração das formas de gestão econômica e política da sociedade imaginada ou autônoma, para usar os termos de Castoriadis (2013).

Como já destaquei, assim como não é possível deixar de ver as experiências que não contam com o Estado em suas táticas (Adamovsky, 2011) – sobre as quais discorrei em seguida –, também não se pode esquecer que o Estado é real e essa realidade se manifesta de maneira muito diversa e heterogênea (Dagnino et al., 2006). Pode se manifestar como seu conjunto de instituições, como política pública (ou como a ausência dela), como controle, coerção ou violência, como organizador da economia (ou como desregulador dela), como o próprio conjunto de leis, etc.; o que é certo é que o Estado existe e mesmo onde ele deixa falta ele cognitivamente existe, neste caso como ausência ou como motivo de rechaço. Se uma forma válida de tentar transformar a realidade social é a partir da construção na periferia do Estado, na sua margem, porque tentar transformá-la **na interação com ele** ou **por dentro dele** não seria? Dussel (2014b, p. 573) reflete sobre o tema:

Las exigencias políticas del presente latinoamericano y mundial, ante el avance siempre avasallantes de las prácticas del neoliberalismo del capitalismo globalizado determina la necesidad del fortalecimiento del Estado federal o regional –económica, cultural, militar y políticamente– de los países poscoloniales o no centrales en vías de liberación, mientras que una cierta extrema izquierda (en esto coincidente con el Estado mínimo del mismo neoliberalismo económico) proyecta la “disolución del Estado” de manera empírica y estratégica, lo que le lleva tácticamente a proponer cambiar el mundo desde el nivel social sin intentar políticamente ejercer el poder delegado del Estado (de un nuevo Estado), como medio de liberación nacional y popular. Sin embargo, el fortalecimiento de un Estado democrático no se opone al postulado (como “idea regulativa” crítica) de la “disolución del Estado” –si se entiende bien la cuestión.

García Linera (2014, p. 600) trata da mesma questão reforçando o enfoque à situação historicamente dilemática sobre se considerar ou não o Estado como um dos campos de lutas nos quais se travam as batalhas pela transformação social:

Si me incorporo al Estado soy reformista porque estoy dentro de su maquinaria que me absorbe, pero si me alejo de él me vuelvo impotente y testimonial (lo único que hago es dar el testimonio de mi pequeña colectividad aislada, pero no influyo en el

resto de la sociedad). Es una disyuntiva que vivimos todos los que queremos cambiar el mundo de una u otra manera. El Estado te puede dar eficacia, pero también te puede absorber. Y si te sales de él, pierdes eficacia, pero mantienes pureza. [...] Está muy claro que el poder se construye desde la sociedad, pero el Estado es al fin y al cabo un momento y no algo que está fuera de ella (definición gramsciana), es una síntesis (una imagen) invertida, enajenada e ilusoria del orden social, por lo que el poder –que se ha construido desde la sociedad– no se consolida aislándose del Estado. Si se renuncia a él se está renunciando a la propia sociedad, aunque no se puede olvidar que el Estado (como síntesis invertida de la sociedad) debe ser transformado desde la propia sociedad.

Erik Wright (2021, s/p) se junta aos dois autores já mencionados<sup>32</sup> destacando que ambas as estratégias são válidas e importam:

Si te preocupa la vida de los demás, de un modo u otro tienes que enfrentarte a las estructuras e instituciones capitalistas. Domesticar y erosionar el capitalismo son las únicas opciones viables. Tienes que participar tanto en los movimientos políticos para domesticar el capitalismo a través de las políticas públicas como en los proyectos socioeconómicos de erosión del capitalismo a través de la expansión de las formas emancipatorias de la actividad económica.

Os pontos-chave aqui, avalio, são dois: (i) o grau de compromisso crítico dos movimentos que se engajam em transformações que contam com o Estado e (ii) o quanto um determinado partido-governo que se reivindica transformador se compromete com aquele processo de transformação. Se o Estado se abre ao que a teoria democrática chamou de **participação** (Pateman, 1992) ou, mais recentemente, de **participação cidadã** (Dagnino et al., 2006) e **participação institucional** (Scherer-Warren; Lüchmann, 2011), uma importante oportunidade política se coloca. À época composto por, principalmente, García Linera, Tapia, Raúl Prada e Oscar Vega, o grupo de pesquisa boliviano Comuna, ao refletir sobre esse tipo de oportunidade política, entregaria destaque ao Estado ao caracterizá-lo como um campo de lutas (2010). Mesmo com o destaque ao Estado, é importante perceber que quando ele se abre não poderá ser por outra consequência que não o resultado da prática dos movimentos subalternos que saltam, em tempos efêmeros ou prolongados, do subsolo ao salão principal da política.

No Brasil, por exemplo, considerando como marco temporal a Constituição Federal de 1988 (CF88), muitas foram as experiências de participação dos movimentos subalternos nas chamadas Instituições Participativas (Avritzer, 2008), resultado do acumulado de lutas pela redemocratização do Estado brasileiro. As “brechas” ou “fissuras” estatais foram, gradualmente, sendo ocupadas por movimentos que apostavam na tática da ação

---

<sup>32</sup> Embora meu foco, claro está, seja pensar a partir da categoria de movimentos sociais em suas relações com o Estado, é importante atentar-se ao fato de que as contribuições de García Linera, Dussel e Wright estão direcionadas a “quem quer mudar o mundo” em sentido amplo, incluindo partidos e sindicatos, por exemplo. Neste contexto, é tentando contribuir a uma tão antiga quanto extensa e aparentemente insuperável discussão, que é a das táticas “das esquerdas” para a transformação da realidade, que menciono as contribuições dos autores já que elas dão lastro à ideia de que não se trata de uma ou outra tática, mas de uma visão estrategicamente complementar.

institucionalizada (Dowbor, 2012), sem abandonar outras e, em geral, mantendo substancial maioria de seus ativistas fora das instituições. Inaugurava-se ali toda uma discussão entre os analistas brasileiros, mas também entre os latino-americanos considerando os casos de seus países no mesmo período, sobre desmobilização e cooptação (Falchetti, 2017; Longa, 2019) ou ainda sobre o aparecimento da interdependência entre sociedade e Estado (Avritzer, 2012), por um lado, e sobre reorientação tática e institucionalização (Lavallo et al., 2019), por outro. Esse segundo grupo protagonizou uma pujante produção teórico-conceitual, começando pelas reflexões sobre o Orçamento Participativo (OP) (Abers, 1998; Fedozzi, 1998; Santos; Avritzer, 2002). O OP, mesmo sendo uma experiência de nível local – foi inaugurado no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil –, ficaria mundialmente conhecido e inspiraria um sem número de outras experiências Brasil e mundo afora.

Aquela forma de participação institucional ganharia adeptos tanto no campo da ação, ampliando a confiança dos movimentos na tática da ação institucionalizada, quanto no campo da análise. As discussões sobre o OP seriam seguidas por muitas outras: sobre os efeitos da participação como aprendizado da cultura política ou como construção de padrões de ação para os próprios sujeitos de movimentos (Carlos, 2012; Scherer-Warren; Lüchmann, 2011); sobre a formulação e implementação de políticas públicas (Carlos et al., 2016); sobre as características de instituições como os conselhos e conferências (Silva, 2009); sobre a nebulosa fronteira que começava a se erguer entre movimentos, partidos, governos e Estado (Abers; Büllow, 2011; Gutierrez, 2015; Silva; Oliveira, 2011); sobre efetividade e eficiência da participação (Miguel, 2017; Pires, 2011); e, sobre a ideia de atualização dos repertórios de ação dos movimentos subalternos, agora considerando a via institucional (Abers et al., 2014).

Pelo exposto, não surpreende que a literatura de movimentos sociais brasileira chegue no período atual focando mais para as ações de movimentos que dentre suas táticas de ação contam com a da ação institucionalizada, do que o contrário. Dos últimos 20 anos, pelo menos os primeiros 15 foram palco temporal para os governos dos partidos de esquerda na América do Sul. Hugo Chávez, na Venezuela em 1999, seria a primeira de várias lideranças populares a chegar à presidência de países da região. Outros casos de destaque foram, pelo menos, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Equador, além do próprio Brasil. O caráter **popular** de tais experiências e os históricos de proximidade das lideranças de tais partidos com os movimentos subalternos produziram uma certa normatividade às ações institucionalizadas já que as oportunidades estavam postas; ou seja, projetaram uma certa centralidade ao Estado no variado repertório de ação dos movimentos. No entanto, assinala Zibechi (2007, p. 52):

Existe una creencia que dice que cuanto más visible sea un movimiento, cuanto más incrustado esté en la ‘realidad’ formando parte de la agenda política, más eficientes serán sus acciones porque llegarán a amplios sectores. Sin embargo, esto los hace dependientes de la agenda (espacio-tiempos) del sistema.

O autor, como se pode ver um crítico das análises políticas centradas no Estado (se se quer, “Estadocêntricas”), me convida a transitar ao polo oposto ao qual eu estava gravitando nos últimos parágrafos, ou seja, para o polo das ações que descartam ou, no mínimo, secundarizam a ação institucionalizada em suas táticas. Com base na crítica de Zibechi e na afirmação do cotidiano como político, tal qual argumentei no capítulo 1, me interessa comentar algumas linhas ao redor das experiências latino-americanas de movimentos subalternos que, se não dispensam as ações institucionalizadas em sua totalidade, pelo menos as tratam com importância secundária, priorizando ações de tipo auto-organização da vida em comum e autogestão dos recursos materiais e do trabalho, por exemplo.

Se aqueles movimentos negam ou frações ou a totalidade do Estado, o que vem depois, ou seja, o momento da ação como construção positiva, é algo bastante diverso. Tratam-se de experiências que apresentam distintas características, entre elas: territórios conquistados ao longo do tempo; autonomia frente ao Estado e à partidos, sindicatos e igrejas; forte afirmação de identidades populares; capacidade de criação de sistemas educacionais autônomos e de formação de seus próprios intelectuais; papel destacado das mulheres e imbricamento do público e do privado em casos em que são as mulheres quem sustentam as ações dos movimentos; relação de respeito à natureza e de solidariedade econômica, ou seja, outras formas de perceber e organizar o trabalho para além das relações sociais de produção capitalistas; e a soma de ações instrumentais na relação com o Estado com estas outras que o dispensam (Zibechi, 2003).

Nesta esteira, reforça Zibechi (2007, p. 48):

[...] los movimientos están empezando a convertir sus espacios en alternativas al sistema dominante, por dos motivos: los convierten en espacios simultáneos de supervivencia y de acción sociopolítica (como hemos visto), y construyen en ellos relaciones sociales no-capitalistas. La forma como cuidan la salud, como se autoeducan, como producen sus alimentos y como los distribuyen, no es mera reproducción del patrón capitalista, sino que –en una parte considerable de esos emprendimientos– vemos una tensión para ir más allá, poniendo en cuestión en cada uno de esos aspectos las formas de hacer heredadas.

Ao que adiciona (2007, p. 51–52):

Postulo que sólo prestando atención a lo no visible y a los fugaces momentos insurreccionales –en los que lo inviable queda a la vista por un instante, como cuando el relámpago ilumina la noche– podemos intentar comprender el mundo de los de abajo que en la cotidianeidad resulta imposible re-conocer. Por otro lado, me parece que hemos dedicado muy poca atención a comprender los casos ‘no normales’, los que desafían los saberes instituidos, como si fueran casos exóticos, pero si observamos

nuestra realidad latinoamericana veremos que son mucho más frecuentes que los que se pueden considerar ‘normales’.

As ações de movimentos subalternos como auto-organização da vida em comum e como autogestão dos recursos materiais e do trabalho, que entendo como típicas de uma parte importante dos movimentos subalternos latino-americanos, com destaque para os indígenas, quilombolas e camponeses, mas também, mais recentemente, para os urbanos ligados à luta pela moradia (Moraes, 2020) – todos eles com aproximações possíveis com o conceito de economia solidária ao qual me associo –, ganham um caráter de cotidianidade ao se “desprenderem” tanto do Estado quanto do capital, como mostra Zibechi.

É justamente esse caráter cotidiano daquelas ações, que é também possível de ver em Gutiérrez e Navarro (2019), em Pateman (1992, 2014), em Castoriadis (2005, 2008, 2013) e outras e outros, principalmente da perspectiva decolonial, que me leva para uma aproximação entre as ideias que acabei de apontar com as dos autores que tratam do tema de uma espécie de “retorno atualizado aos fluxos sociais outrora fraturados”; e são, pelo menos, quinhentos anos de fraturas e ocultamentos, desde 1492. Um “retorno atualizado” porquê nenhuma sorte de tradicionalismo ou culto ao passado (Quijano, 2014b; Segato, 2012) e que por isso, pelo contrário, pode ser pensado através de várias lentes contemporâneas: a de **entramados comunitários**, de Gutiérrez (2018; 2015), a de **fluxo social da rebeldia**, de Sergio Tischler (2011), a de **fluxo social do fazer**, de Holloway (2002), a de **sociabilidades emergentes**, do Colectivo ACySE (2012), ou ainda a que acabei de propor no capítulo anterior, de **Autogoverno popular-comunitário**.

Qualquer que seja das lentes acima mencionadas, reproduzir comunitariamente a vida, para ficar com Gutiérrez, significa reproduzir a vida desde outras referências que não as do sistema-mundo capitalista-colonial, nas quais tem lugar os Estados-nação e as democracias vigentes (Pineda, 2019). Esse velho-novo fluxo social, que aponta para a reprodução comunitária da vida, é um tipo de fluxo das relações sociais cotidianas, dos vínculos socioespaciais fortes (Souza, 2017) que religam as dimensões da vida separadas pelo sistema-mundo capitalista-colonial. Um tipo de fluxo social que, portanto, reconecta política, economia e cultura na totalidade da vida em comum (Baschet, 2017; Ceceña, 2010; Gutiérrez; Salazar, 2015; Holloway, 2013; Lander, 2010; Quijano, 2010; Segato, 2012; Tischler, 2011).

Em um sem número de experiências localizadas nos espaços-tempo marginalizados pela forma-capital e pela forma-Estado, portanto desenvolvendo-se nas suas margens, a separação entre economia e política poderá perder sentido. Nestes casos, mais adequado poderia ser falar de organização **substantiva** da vida em comum do que de a) gestão dos recursos materiais e do

trabalho e de b) organização da vida em comum como processos separados, como venho me referindo até aqui, sobretudo em função das permanentes hegemonias da forma-capital e da forma-Estado vigentes. Por outro lado, no cotidiano daquelas referidas experiências economia e política se imbricam em um processo substantivo; é tudo uma coisa só. Inclui-se, desta forma, na já citada ideia de Autogoverno popular-comunitário como forma de organização da vida em comum (política) uma das versões subalternas e contra-hegemônicas do que é específico do campo da economia, ou seja, a autogestão dos recursos materiais e do trabalho. O Autogoverno popular-comunitário seria, portanto, ao mesmo tempo um signo, um símbolo ideológico (um conjunto de ideias), e uma **forma concreta de auto-organização substantiva da vida em comum** que poderá encontrar suas bases nas discussões sobre autonomia, como tentarei evidenciar no seguinte capítulo.

Pensar desde as perspectivas, já citadas, de condição subalterna latino-americana e dos movimentos subalternos latino-americanos, considerando a América Latina como unidade de análise e como sujeito político com capacidade transformadora, portanto, tal qual em Falero (2020), me parece uma opção tão possível quanto promissora. Se todas essas perspectivas, lentes e categorias desembocarão na ideia de Autogoverno popular-comunitário isso será uma discussão que se abrirá com a publicação desta tese. O que é certo é que pensar com estas referências de base latino-americana não significa qualquer tentativa de unificação, centralização ou hegemonização latino-americana dessas ou daquelas formas de organização da vida em comum e de gestão dos recursos materiais e do trabalho, pelo contrário. “Nosotros no tenemos la respuesta, esta respuesta la va a dar la propia organización que tengan ustedes, todos estos espacios que generen ustedes. Lo que sí hay que replicar en todos lados es cómo trabajamos y generamos lo colectivo y lo común.” (César, 2019, p. 160).

Com a proposta de uma **hegemonia da não hegemonia**, Ana Esther Ceceña (2011) dá boas pistas sobre esse “nós não temos a resposta”, de César. Antecipando a discussão que farei demoradamente logo em seguida, no seguinte capítulo, vale a pena já assinalar que a única referência de organização que poderia difundir-se hegemônica e universalmente é o que chamarei de forma-autonomia. Registre-se o que diz Castoriadis (2006, p. 204) sobre o tema: “solamente podemos decir lo que debe hacerse, en general: luchar por instituciones que amplíen las posibilidades del autogobierno colectivo, combatir todas las tendencias que se oponen a esto.”. Em uma aparente contradição, uma hegemonia da forma-autonomia significaria a impossibilidade de hegemonias outras de caráter dominador ou explorador; como o lema Zapatista de “um mundo onde caibam muitos mundos!”. Ora, uma vez garantida a efervescência imaginativa e criativa alcançada pela autonomia como liberdade para participar em nível de

igualdade das tomadas de decisão sobre os rumos de suas próprias vidas, cada comunidade (ou qualquer que seja a referência sócio-espacial e simbólica em questão) produziria suas próprias deliberações não impostas desde fora. Assim, se por qualquer sorte símbolos e materialidades se repetirem em diferentes espaços-tempo parecendo-se com hegemonias, seriam, no máximo, exemplos de hegemonia como produto da não hegemonia.

A difusão dessas ideias e práticas não poderia se dar por imposição, mas por “contagio”; e, a opção por essa estratégia de contagio poderia ser capaz de construir redes de solidariedade além-fronteiras (dos próprios movimentos, locais, regionais, nacionais, continentais) capazes de fazer despertar um sentimento de povo subalterno latino-americano que percebe sua condição de dominado seja no que é da política seja no que é da economia seja no que é da cultura.

Fue un despertar radical darse cuenta que podían sentirse individuos, pensarse individuos, experimentar el mundo como individuos, que así se les había formado; pero que no podían serlo. Descubrieron que son, somos, nudos de redes de relaciones, que tras la pelleja individual de un mamífero hay siempre esas redes y que desde ellas puede empezar a tejerse, a entretejerse, un nuevo entramado comunitario (Esteva, 2019, p. 35).

Ou seja, esse despertar somente será se for coletivo e intersubjetivo e começa pela imaginação. Imaginação que, em sua abordagem transformadora, Ernst Bloch (2004, p. 369) sistematizou como **sonho diurno**: “Todo sueño diurno serio apunta a este doble fundamento como a su suelo patrio; es la experiencia todavía inencontrada, la experimentada todavía-no-experiencia en toda experiencia llegada a ser hasta ahora.”

### 3 Sobre o conceito e a prática das autonomias

*“Cuando decimos ‘organicémonos’, nuestra apuesta es siempre por la autonomía. Hay que replicar la autonomía en donde se pueda, en todos los lugares posibles. La autonomía tiene que ver con la capacidad de decidir sobre tu territorio, sobre tu economía, tu cultura, tu forma de comunicación. Es un poder político de la decisión sobre un espacio. Queremos que haya muchas autonomías en México y en el mundo, porque aquí no se trata sólo de una crisis mexicana, sino de todo el mundo, pues los países del sur estamos igual de mal que en todas partes. Las autonomías, creemos, son una forma importante de parar esta locura y transformar el mundo.”*

Samantha César Vargas

A frase que abre o último parágrafo do capítulo anterior poderia ser, sem prejuízo de sentido, a primeira deste: o “despertar somente será se for coletivo e intersubjetivo e começa pela imaginação”. Cabem um sem número de reflexões em torno desta pequena afirmação. Me concentrarei, neste capítulo, considerando os meus objetivos neste esforço, em quatro tarefas principais ao redor da referida frase: (i) descrever, a partir de uma seleção de abordagens teórico-históricas, as origens do conceito de autonomia e seu desenrolar; (ii) refletir sobre as possibilidades de aproximação das ideias de poder-fazer, de John Holloway (2002, 2011, 2013), de sociedade autônoma, e de Cornelius Castoriadis (1979, 2008, 2013); e, por último, (iii) refletir sobre o duplo processo de negação-construção que é marca das ações autônomas para além, apesar e com o Estado.

Meu argumento central neste terceiro capítulo é o que sugere que, diferente das abordagens mais apressadas e mesmo mais difundidas, a autonomia se revela na relação com algum outro e, daí por diante, aparece como ação e não como caracterização totalizadora de um determinado movimento ou experiência. Sendo o Estado o outro na relação com a autonomia, a ação autônoma pode se dar para além, apesar e com o Estado. Em qualquer um dos casos, ela só será se for um tipo de ação que lúcida e reflexivamente nega ou a totalidade do Estado ou alguma fração sua e que pré-figura (antecipa) no agora, na própria ação, um horizonte histórico no qual a toda diversidade de sujeitos de um determinado grupo social é garantida a liberdade de participação, em nível de igualdade, nos processos de tomada de decisão sobre os rumos de próprias suas vidas. A ideia de **autonomia-cómo-práxis-democrática** é aquela que busca estabelecer-se como o *slogan* que representa tal argumento.

Antes de passar àquelas seções acima mencionadas, uma ressalva conceitual é importante. Entendo a autonomia como categoria propriamente relacional: um sujeito, por



exemplo, um movimento subalterno<sup>33</sup> (ou qualquer outra forma de ação individual ou coletiva), só poderia se declarar autônomo na medida em que existe uma relação com algum outro sujeito. Isto é, ele se autodetermina, se auto-organiza ou se autogoverna em relação a algum outro sujeito ou a alguma instituição que poderia, em tese, impor-lhe um modo de funcionamento, definir suas formas e símbolos “desde fora”. A categoria autonomia desafia o analista a pensá-la de outra forma já que, a assumindo ou não como antecipação ou pré-figuração<sup>34</sup> da sociedade autônoma (Castoriadis, 2013; Oliveira; Dowbor, 2020b) (ou da sociedade do futuro, ou da sociedade imaginada, ou da sociedade socialista), ela representa apenas experiências localizadas e em intensas interações, sobretudo conflituosas, **dentro do** sistema-mundo capitalista-colonial do qual são parte os Estados-nação, a forma-capital, o patriarcado, o racismo.

O processo da autonomia é, enquanto dentro deste sistema global, um processo de ações infinitas que se expressa no cotidiano dos movimentos subalternos, das experiências. Holloway (2011, p. 310) destaca esse caráter “interno”:

La actividad que rechazamos suele verse como parte de un sistema, parte de un patrón más o menos coherente de actividad impuesta, un sistema de dominación. Muchos movimientos autónomos, aunque no todos, se refieren al patrón rechazado de actividad como capitalismo: se ven a sí mismos como anticapitalistas.

Diante desta condição de **ser parte** de um sistema maior, totalizante, a autodeclaração da autonomia significa que o outro sujeito em relação ao qual um movimento subalterno, por exemplo, se definiu como autônomo é fruto de uma construção cognitiva: ele é caracterizado e delineado a partir de suas próprias experiências, compreensões, visões de mundo, mas, sempre na relação com o sistema totalizante do qual é parte – ou com alguma fração específica dele. Trata-se de um momento síntese, portanto, que se constitui como tal na relação entre duas ou mais unidades do sistema ou entre unidade(s) e totalidade. Seu *modus operandi* e suas fronteiras

---

<sup>33</sup> Como se poderá ver no decorrer do capítulo, recorrentemente falarei da autonomia sem a ajuda de qualquer outro termo, expressão ou categoria, ou seja, da autonomia como uma categoria “que se basta”. No entanto, seja pensando na boa fluidez do texto, seja pensando que as elucidações que irei fazendo no seu decorrer precisam fazer sentido para o leitor, sempre que necessitar conectar a autonomia a algum sujeito, ou seja, sempre que precisar torna-la objetiva, preferirei a categoria **movimentos subalternos**, direi: **autonomia de movimentos subalternos**. Aparecerá com frequência, também, a expressão **experiência(s) de autonomia(s)**; nestes casos, leia-se: experiência(s) de autonomia(s) de movimentos subalternos. Para o lugar de movimentos subalternos eu poderia usar outros termos/expressões/categorias como **comunidade** (autonomia comunitária), **território** (autonomia territorial), entre outros; no entanto, considerando a temática mais ampla que mobilizo nesta tese, faz mais sentido falar de movimentos subalternos.

<sup>34</sup> Vale a pena relacionar essa ideia de antecipação ou pré-figuração da sociedade autônoma, tão reivindicada por Castoriadis, aos ditos **socialistas utópicos** do século XIX, como Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837), para citar dois deles. Ambos lideraram experiências – as Aldeias Cooperativas (Inglaterra) e os Falanstérios (França), respectivamente (Schneider, 2003) – sobre as quais não há outra forma com que caracterizar se não como de antecipação de uma sociedade radicalmente diferente das sociedades nas quais eles viviam.

de interferência são nomeadas a fim de poder diferenciar, distinguir e definir sua própria forma de funcionamento.

Se um movimento se reivindica autônomo na medida em que se recusa a adotar as dinâmicas e formas de organização do Estado ou reconhecidas por ele, como a escolha de representantes ou o cumprimento de leis, por exemplo, ele antes de tudo reconhece o Estado como instituição relacionada. Neste contexto, o Estado construído cognitivamente pelo movimento reflete em suas próprias significações. A construção cognitiva, ainda que baseada na diferenciação, revela que há reconhecimento e atravessamento do outro sujeito com o qual esse ou aquele movimento que se reivindica autônomo interage. Se revela neste processo, também, a mútua constituição entre sociedade civil (“lugar” típico das autonomias) e Estado (Skocpol, 1992).

Como consequência deste diagnóstico relacional, é possível pensar na autonomia em relação a diferentes esferas – ao Estado (Baschet, 2017; García Linera, 2006; Thwaites Rey, 2004; Tischler, 2011; Zibechi, 2015), à dominação colonial (Böhm et al., 2010; Mignolo, 2010), ao capital (Holloway, 2002, 2013), à dominação patriarcal (Castoriadis, 2008; Segato, 2012), etc. Neste esforço, como já está claro, minha concentração está na relação das autonomias de movimentos subalternos com o Estado. Comenta Thwaites Rey (2011, p. 152) sobre essa relação autonomia *versus* Estado:

Supone la organización de las clases oprimidas de modo independiente de las estructuras estatales dominantes, es decir, no subordinada a la dinámica impuesta por esas instituciones. En algunas versiones implica el rechazo a todo tipo de “contaminación” de las organizaciones populares por parte del Estado burgués, para preservar su capacidad de lucha y autogobierno y su carácter disruptivo. En otras, supone el rechazo de plano a cualquier instancia de construcción estatal (sea transicional o definitiva) no capitalista.

Como se pode imaginar a partir da contribuição de Thwaites Rey, as relações e interações das experiências de autonomia com a totalidade do sistema, ou com parte dele, como é o caso do Estado, muitas vezes não é amigável ou de cooperação, pelo contrário. Como destaca Esteva (2011, p. 134), tratando especificamente de experiências mexicanas, para além de desenvolverem-se dentro do sistema, as autonomias são sistematicamente atacadas por ele:

Formas de autonomía, en las más diversas condiciones y con los más distintos grados, existen en todo México. Salvo en unos cuantos casos, en que existe una regulación explícita (como en la universidad), la condición autónoma es tolerada con dificultad por las autoridades y sólo se mantiene por la movilización social y la lucha política constante, lo que es causa de inestabilidad y frustración continuas e impide la consolidación y florecimiento de los espacios autónomos existentes.

Portanto, por desenvolverem-se dentro, nunca fora, do sistema-mundo capitalista-colonial, as autonomias de movimentos subalternos enfrentam processos de condicionamentos

e/ou violência continuados, fazendo com que elas permaneçam em movimento de reafirmação também continuado (Esteva, 2011; Thwaites Rey, 2004), o que não raras vezes causa frustração, desarticulação e desmobilização. “Tenemos ejemplos en nuestros pueblos, tenemos autonomías, tenemos estas experiencias, pero eso no está acabado, cada día en las comunidades nos replanteamos la autonomía.” (César, 2019, p. 156). Pensar nas autonomias como algo **totalmente** independente, sem relação, sem interferências e atravessamentos da totalidade ou de frações do sistema-mundo capitalista-colonial me pareceria um equívoco.

### **3.1 Abordagens histórico-conceituais das autonomias**

Encontrar uma resposta para a, aparentemente, simples questão “qual autonomia?” é tarefa primeira e indispensável, pelo menos, quando o objetivo de quem o faz é o da sua operacionalização como categoria teórico-explicativa. No entanto, responder tal pergunta é um esforço árduo para o analista que pretende produzir reflexões rigorosas do ponto de vista do método científico porque, como não poderia deixar de ser, produzirá consequências políticas. A complexidade da tarefa se dá porque se trata de uma categoria marcadamente polissêmica dadas suas diferentes origens teóricas e dado o grande número de experiências empíricas ao redor do mundo que se reconhecem e se reivindicam como autônomas (Adamovsky, 2011; Lavalle; Szwako, 2015; Modonesi, 2010; Souza, 2017). Existem, portanto, diferenças conceituais de acordo com as distintas origens do conceito, assim como diferenças práticas dada a diversidade de experiências empíricas.

Sobre essa diversidade de práticas há de se tomar cuidado com a distinção entre discurso e ação. Por seu poder político-discursivo a categoria, muitas vezes, é bradada discursivamente por movimentos que, no momento da análise da ação, podem apresentar inconsistências relevantes. O desafio, me parece, é o de assumir o acontecimento, portanto a ação, para uma análise apurada e rigorosa. Neste contexto, considerando meus objetivos neste trabalho, aos poucos irá se tornando explícito que são duas as abordagens da autonomia que as investigações que me trouxeram até aqui me possibilitaram considerar analiticamente úteis e politicamente relevantes: (i) a abordagem da autonomia como ação de movimentos subalternos localizadas no tempo e no espaço em suas relações com o Estado e (ii) a da autonomia como auto-organização da vida em comum e autogestão dos recursos materiais e do trabalho. Nos dois casos, autonomia-como-práxis-democrática; da ação na relação com o Estado ou da auto-organização, como argumentarei mais adiante.

A discussão sobre a perspectiva da prática, da ação e organização dos movimentos que se reivindicam autônomos, farei na terceira seção deste capítulo (3.3), além de abordá-la,

também, no capítulo 6, de organização e análise de meus achados empíricos. Na seção em tela, portanto, discutirei as distintas abordagens conceituais da categoria e seu desenrolar histórico. Do ponto de vista das origens do conceito, entendo que uma primeira distinção a se fazer é a proposta por Claudio Albertani (2011, p. 50), que indica que a autonomia tem três diferentes *locus* de reflexão e produção do conhecimento: “el primero se remonta a la tradición anarquista, el segundo al marxismo libertario y el tercero a las civilizaciones indígenas no sólo en México y en América Latina, sino en el mundo entero”. Se estes diferentes “lugares” de ação e reflexão por certo representam também distinções conceituais, antes, eles manifestam semelhanças:

[La autonomía] implica un modo de estar en el mundo, un uso intensivo de la creatividad y de la imaginación con profundas implicaciones políticas, filosóficas y existenciales. Expresa, por lo mismo, el gran potencial de transformación que yace dormido en los intersticios de la sociedad actual y que todos podemos despertar. Las prácticas de autonomía, donde existen, remiten a una necesidad amplia y difusa de cambio radical (Albertani, 2011, p. 49–50).

Sob essas características que aproximam as diferentes abordagens acima citadas por Albertani, começo pela da autonomia na perspectiva anarquista que remete à ideia de sujeito individual, mas, no extremo oposto se a comparação é com o sujeito individual de abordagem liberal. Ou seja, para essa tradição, da qual três dos grandes nomes clássicos são Pierre-Joseph Proudhon ([1809-1865] ligado à ideia de mutualismo), Mikhail Bakunin ([1814-1876] ligado à ideia de coletivismo) e Piotr Kropotkin ([1842-1921] ligado à ideia de comunismo libertário) (Souza, 2017), o enfoque está na capacidade de exercício individual da imaginação e da criatividade e não na ideia de igualdade individual formal diante do Estado ou de qualquer outra instituição que centralize a organização da vida em comum. Como mostra Albertani (2011), já nestes autores aparece a mirada de conexão entre sujeito individual e sujeito coletivo ao redor da ideia de autonomia, já que ela somente poderia ser exercida quando desmontadas as estruturas de poder e dominação nas quais, fatalmente, em maior ou menor grau, sujeitos são dominados e explorados por outros sujeitos. Ou seja, se trata de uma perspectiva que representa um condicionamento mútuo na relação indivíduo-coletivo: só há autonomia individual se há autonomia coletiva e só há autonomia coletiva se há autonomia individual<sup>35</sup>.

Há, nesta perspectiva anarquista da autonomia, uma crítica radical ao Estado e às relações sociais de produção capitalistas. Crítica essa, importa assinalar, ainda mais radical que a de Marx. Se Marx tinha uma visão negativa do Estado e reivindicava sua superação, a crítica anarquista e, por sua vez, a da autonomia de base anarquista é ainda mais profunda. É mais

---

<sup>35</sup> Castoriadis (2008) explorará de forma contundente este diagnóstico ao dizer que a autonomia individual e a coletiva se tratam de duas faces de uma mesma moeda.

profunda porque se tanto o anarquismo quanto o marxismo tinham e ainda têm concepções negativas do Estado, é no primeiro caso que ele sequer aparece como parte da tática revolucionária. Ou seja, se, para Marx, o Estado deveria ser ocupação pela classe trabalhadora para somente depois ser dissolvido, para Proudhon, Bakunin, Kropotkin e outros, uma vez conquistado o poder estatal a ação revolucionária se corromperia porque as equações dominadores *versus* dominados e exploradores *versus* explorados não estariam automaticamente desfeitas. As experiências históricas comprovam que, de fato, alcançar o poder estatal não garante sua posterior dissolução.

Há outro ponto importante na caracterização da autonomia para a perspectiva anarquista que, ao comentar neste parágrafo, me levará à transição para a perspectiva que Albertani (2011) chamou de marxismo libertário. Trata-se da ideia da ação como **ação direta**. Localizo aqui, neste contexto, o já citado rompimento, irreconciliável até a atualidade, do anarquismo com o marxismo; contexto da Primeira Internacional, portanto. O rechaço anarquista à ideia de tomada do poder do Estado e mesmo o rechaço de qualquer forma de ação institucional como tática revolucionária levaria seus membros a buscarem outras formas de ação. A ação direta é aqui entendida como ação que não depende da autorização de qualquer sorte de estrutura centralizadora de tomadas de decisão, ou seja, de nenhum sujeito, individual ou coletivo, externo aos próprios sujeitos envolvidos naquela determinada ação. Sendo a classe trabalhadora a unidade de prática e de análise da teoria crítica na passagem dos séculos XIX para o XX, a autonomia como ação direta para os anarquistas significava que somente os sujeitos pensantes pertencentes a própria classe trabalhadora é que definiriam os rumos de suas ações. Excluía, assim, os partidos e o Estado do horizonte revolucionário e colocavam em seu lugar, entre outras formas de organização e táticas, a do **anarcossindicalismo** (de Diego Abad de Santillán [1897-1983] e outros) como movimento independente na relação com os partidos ou com os sindicatos que mantinham vínculos com partidos (Araújo, 2002; Coraggio, 2016; Modonesi, 2010; Souza, 2017).

Se o rompimento da corrente anarquista com a marxista se deu no seio da Primeira Internacional, a Segunda Internacional terminaria com outro importante rompimento; um tríplice rompimento, na verdade. De um lado, os marxistas-leninistas – depois da Revolução Russa de 1917 chamados de comunistas, apenas – agitados pelos ânimos da vitória revolucionária; de outro, os social-democratas e seu marxismo revisionista; e, por último, os que Albertani (2011) identificou como marxistas libertários, os protagonistas da segunda abordagem conceitual de autonomia que descrevo aqui. Antes de aprofundar alguns pontos sobre estes últimos, que também ficaram conhecidos como **conselhistas**, vale a pena mencionar

que as diferenças desta corrente do marxismo com a comunista e com a social-democrata localizavam-se em polos distintos. A crítica ao comunismo dizia que não haveria emancipação da classe trabalhadora pela simples substituição do Estado como expressão dos interesses da classe burguesa – o Estado capitalista – pelo Estado como expressão dos interesses de uma pequena vanguarda de origem revolucionária – o Estado nas experiências dos sistemas comunistas-burocráticos (Castoriadis, 1979, 2006). Já a crítica à social-democracia indicava que se tratava de uma ilusão tentar democratizar ou mesmo humanizar o Estado no conjunto mais amplo do capitalismo.

É necessário apontar, no entanto, que por mais que Albertani aproxime as reflexões sobre autonomia apenas à ala do marxismo libertário, elas também aparecem nas discussões dos comunistas, mas com outro conteúdo. Por exemplo, ao aprofundar o olhar dentro da tradição marxista para compreender as origens da autonomia, como fez com rigor Modonesi em seu livro *“Subalternidad, antagonismo, autonomía: Marxismo y subjetivación política”* (2010), é possível encontrar duas distintas abordagens do conceito no seio destes debates: a abordagem da **autonomia-emancipação** (do marxismo libertário tal qual em Albertani) e a da **autonomia-independência** (comumente reivindicada pelos comunistas). Esta segunda abordagem indica para a autonomia como independência da classe trabalhadora, do sindicato e do partido revolucionário em relação ao capital, ou seja, em relação à classe representante dos interesses do capital na relação capital-trabalho. Modonesi (2010, 2011) afirma que Marx, mas também seus sucessores depois identificados com a ala que aqui estou chamando de comunista, não chegou a teorizar sobre o conceito de autonomia. Quando acionada por Marx, a categoria autonomia era sempre proposta como sinônimo de separação, por um lado, e de independência, por outro; mas só.

Voltando ao marxismo libertário<sup>36</sup>, portanto à autonomia-emancipação e ao conselhismo, Cassio Brancaleone contribui tanto para a elucidação da diferença entre as correntes marxistas quanto para o entendimento do conceito de autonomia para os autores da autonomia-emancipação/conselhismo, como ficariam conhecidas as ideias de, por exemplo, Anton Pannekoek (1873-1960) e Rosa Luxemburgo (1871-1919):

---

<sup>36</sup> Entendo que há um sem número de autoras e autores acionados por mim durante toda a tese que trabalham com a categoria autonomia e que, se não podem ser enquadrados nesta abordagem do marxismo libertário, se aproximam muito dela. Como se poderá ver, falo do próprio Claudio Albertani, que propôs as abordagens com as quais organizei a seção, mas também de Mabel Thwaites Rey, Rhina Roux, Rita Segato, Massimo Modonesi, Raúl Zibechi, Jérôme Baschet, Gustavo Esteva e John Holloway. Situando-se mais ou menos claramente entre o autonomismo e o marxismo, talvez o mais adequado seja aproximá-los daquela “escola de pensamento” do marxismo aberto latino-americano; ainda que tais autoras e autores direcionem suas reflexões mais para as ideias de **lutas comunitárias**, **por território** e de **produção do comum** do que para as de autonomia ou de classe como sujeito, merecem destaque por sua emergência nos últimos anos.

Militantes e intelectuais como Rosa Luxemburgo, Anton Pannekoek, Helmut Wagner, Karl Korsch, Herman Gorter e Paul Mattick, muito mais do que representar os setores antileninistas do movimento socialista revolucionário derrotados pelo advento da Revolução Russa que instalou o bolchevismo como visão de mundo exclusiva do movimento comunista internacional, foram importantes por retomar e insistir no dilema central da **autoemancipação**: a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores, ou não será nada. Para superar a forma-Estado e a forma-Capital é fundamental a criação de espaços e instâncias de autogoverno dos produtores, onde política e economia são uma única e mesma coisa. Por isso a centralidade dos conselhos de fábrica, por canalizar as energias populares conferindo-lhe protagonismo na realização das tarefas de expropriação dos meios de produção e de gestão da vida social. Tal perspectiva torna os conselhistas necessariamente críticos da teoria da vanguarda, chegando até mesmo a subvalorizar/desprezar o papel do partido revolucionário (Brancaleone, 2012, p. 106–107, grifo do autor).

Gramsci (1921, p. 2), da mesma forma entregando centralidade aos conselhos de fábrica, assinalou:

El consejo de fábrica, como forma de la autonomía del productor en el campo industrial y como base de la organización económica comunista, es el instrumento de una lucha mortal para el régimen capitalista en cuanto crea las condiciones en las cuales la sociedad dividida en clases es suprimida y se hace “materialmente” imposible una nueva división de clase.

Convidando Modonesi (2011, p. 28) ao diálogo com Brancaleone e Gramsci, é possível diagnosticar que os dois últimos tratam mais de conselhismo do que da própria autonomia:

Toda la producción teórica del consejismo gira alrededor de la idea de autonomía social y política de la clase trabajadora como conjunto de prácticas y de experiencias de autodeterminación que se despliegan en dirección de la ocupación y autogestión de las fábricas. Al mismo tiempo, esta centralidad no se traduce en una teorización del concepto de autonomía en cuanto tal.

Se é verdade que as discussões sobre conselhismo não aclaravam as especificidades do conceito de autonomia, também é que elas forneceram especial inspiração para autores que viriam depois, estes sim avançando nas reflexões específicas ao redor do conceito, como é o caso de Castoriadis, por exemplo. Antes de chegar, no entanto, na concepção de autonomia para o filósofo grego, destaco que o trecho do trabalho de Brancaleone inaugura uma discussão por mim ainda não explorada e que me acompanhará nas linhas que seguem e, também, em seções posteriores: a discussão da autonomia como **pré-figuração** ou **antecipação** da “sociedade do amanhã”, da sociedade pela qual lutam um sem número de movimentos subalternos latino-americanos, tratando da experiência no tempo presente, no agora, como aquela pré-figuração da sociedade do amanhã.

Quando Brancaleone (2012) escreve, por exemplo, sobre a “criação de espaços e instâncias de autogoverno dos [próprios] produtores”, que seriam a expressão prática da ideia de autoemancipação no contexto das lutas da classe trabalhadora da primeira metade do século XX, a leitura que faço é a de que naquele contexto a autonomia como princípio significava que

a própria classe trabalhadora deveria ser a referência de organização da classe trabalhadora. E, esse princípio-referência somente se realizaria se experienciado na prática cotidiana, mesmo sendo também reivindicada como horizonte histórico. Em outras palavras, a autonomia como princípio, como meio e como fim, tudo em uma coisa só (Modonesi, 2011).

Essa abordagem da autonomia como conselhismo registrou uma importante experiência histórica no contexto europeu da segunda metade do século XX, tratou-se do *autonomismo obrero italiano* (Ghilarducci, 2020; Modonesi, 2010; Roux, 2009).

A partir de 1973 [...] los grupos de la autonomía obrera crecían y tomaban las calles de las principales ciudades italianas. En este torrente de luchas, nacía el autonomismo. La noción de *autonomía*, según franco “Bifo” Berardi, no se refería solo a la independencia de las centrales sindicales y los partidos políticos sino a la *in*-mediatez, el rechazo a la mediación en general, el rechazo a las reglas que regían todo tipo de disciplinamiento, empezando por el trabajo. Para Bifo, la autonomía se configuraba como una alternativa al concepto tradicional de revolución, combinando la idea negativa de abolición del orden existente con la creación positiva de espacios de autodeterminación. En el autonomismo, la precariedad era asumida como una forma de libertad, las reivindicaciones existenciales englobaban lo político y el espontaneísmo se oponía frontalmente al leninismo. En este sentido, el mismo autor reconoce la existencia de dos ejes del movimiento autónomo y autonomista, un ala creativa “deseante” –otros la llamarían autonomía *difusa*– y un ala política organizada en lucha contra el Estado (Modonesi, 2010, p. 67).

Dario Ghilarducci (2020) dirá que a experiência italiana inspirou o levantamento Zapatista no México da década de 1990 e, seja por esse diagnóstico do autor seja pelas reflexões de caráter mais teórico que apresentei nos últimos parágrafos, o que há sobre a mesa é uma insuperável relação entre princípio, meio e fim. Se aceito a tese de que a sociedade do horizonte, do amanhã, é a sociedade sem intermediários, talvez a tática mais eficiente para as lutas vinculadas a esse horizonte seja a tática da experiência de pré-figuração/antecipação. O que não se pode perder de vista, no entanto, como já sinalizei, é que tais experiências se dão no seio do sistema-mundo capitalista-colonial, sejam as dos antigos conselhos de fábricas, para seguirmos com os autores supracitados, sejam as experiências de trabalho coletivo-associado, como bem mostrou, recentemente, Eduardo Aguilar (2021), sejam ainda as de auto-organização da vida em comum (Caffentzis; Federici, 2015; Gutiérrez, 2018; Gutiérrez; Navarro, 2019; Gutiérrez; Salazar, 2015; Navarro, 2015). As autonomias são, portanto, cotidianamente atravessadas por constrangimentos, condicionamentos e violência estatal, patriarcal, racial e do capital.

Se Albertani não se equivoca em perceber as origens da autonomia na tradição anarquista, no marxismo libertário e nos povos originários ao redor do mundo, chego em Castoriadis tendo que optar por colocá-lo no balaio do marxismo libertário. No entanto, mesmo considerando sua origem marxista, prefiro seguir Marcelo Lopes de Souza (2017) que o considera um **autonomista**. Compartilhando, em boa medida, das ideias de Rosa Luxemburgo



e de Pannekoek sobre uma forma de organização da classe trabalhadora que não dependesse de hierarquias e vanguardas, o autor reivindicou insistentemente, em dado momento, pelos conselhos de fábrica como forma de organização da classe trabalhadora para a própria classe trabalhadora. Em um texto de 1957, “Sobre o conteúdo do socialismo”, assinalava que “a transformação revolucionária da sociedade começará precisamente pela constituição de Conselhos pelos trabalhadores da indústria e é impossível sem ela [a constituição dos conselhos]” (Castoriadis, 1979, p. 130). Para ele, tratava-se de um tipo de organização típico da classe trabalhadora e, destaca-se, já não se encontrava ali, naquelas suas ideias, qualquer destaque aos sindicatos ou aos partidos:

O Conselho de fábrica ou de empresa, assembleia de representantes eleitos pelos trabalhadores, revogáveis a qualquer momento, prestando contas de suas atividades a eles regularmente, e reunindo as funções de deliberação, de decisão e de execução, é uma criação histórica da classe operária que surgiu, novamente, a cada vez que o problema do poder foi colocado na sociedade moderna. Comitês de fábrica na Rússia em 1917, Conselhos de empresa na Alemanha em 1919, Conselhos operários na Hungria em 1956, exprimiram, com diferença apenas dos nomes, o mesmo modo de organização original e típica da classe operária (Castoriadis, 1979, p. 80).

No desenrolar de sua trajetória político-acadêmica, seria na Revista Socialismo ou Barbárie (SoB), da qual foi um dos precursores e protagonistas, que Castoriadis desenvolveria o que talvez sejam, pelo menos de origem no Norte, as principais contribuições teóricas sobre autonomia. Vale a pena, para começar, expor dois trechos de diferentes trabalhos de Modonesi:

Como corolario, y aquí termina configurándose la originalidad de la perspectiva de SoB, el concepto de autonomía se asienta en la idea de experiencia que había avanzado Lefort en [19]52. La autonomía es, por lo tanto, un proceso emancipatorio de carácter subjetivo, que se realiza en la medida en que se despliega la emancipación subjetiva a partir de las experiencias de autodeterminación. Dicho de otra manera, la autonomía representa el proceso de subjetivación correspondiente a las experiencias de emancipación (Modonesi, 2010, p. 123).

E complementa, um ano mais tarde:

Aparecen aquí de forma explícita tres pilares del pensamiento de SoB. En primer lugar, la autonomía como praxis, lo cual alude a la experiencia y la subjetivación política. En segundo lugar, la articulación de su duplicidad: como medio y como fin, como proceso y como acontecimiento. En tercer lugar, se vuelve a mencionar la circularidad y la interdependencia entre presente y futuro, entre la orientación de las luchas de hoy y la forma de la sociedad del mañana. La autonomía está en el principio y en el final del proceso; en términos clásicos es independencia de clase y socialismo, y de esta manera se vuelve el conjunto del proceso, en la medida en que los seres humanos –a partir de su capacidad autónoma– lo protagonizan (Modonesi, 2011, p. 34).

Com as contribuições de Modonesi saltam aos olhos, pelo menos, dois pontos importantes das ideias de Castoriadis e da SoB, ambos já mencionados por mim, mas ainda não aprofundados: a ideia de **experiência** e a do imbricamento entre **meio e fim**. Uma primeira

constatação é a que indica que falar de autonomia como experiência no tempo presente e falar de autonomia como meio e fim é, de fundo, falar de uma mesma reflexão: a da autonomia como a própria práxis revolucionária. O que quero dizer? Seguindo o caminho já iniciado pelos conselhistas, Castoriadis avançou de forma significativa no refinamento das ideias ao redor da categoria de autonomia sempre destacando isto: a autonomia ou é meio e fim ou não é nada. “Postular que a revolução significará uma transformação e um alargamento enorme de nossa racionalidade e utilizar esta mesma racionalidade para antecipar o conteúdo desta revolução” (Castoriadis, 1979, p. 59, grifo nosso). Ou seja, não faz sentido para o autor a possibilidade de autonomia apenas como projeto, como horizonte histórico descolado do momento agora, da experiência. Em outras palavras, estou argumentando que, mesmo considerando todos os atravessamentos, materiais e imateriais (subjetivos), do sistema-mundo capitalista-colonial, só há autonomia se há experiência de autonomia; ou seja, só há autonomia se há experimentação já no agora das formas de vida projetadas no futuro como formas autônomas.

Esses primeiros comentários ao redor das ideias de Castoriadis me levam para outra importante reflexão de inspiração castoriadiana: a da autonomia como **forma** de organizar a vida em comum. Essa ideia de autonomia como forma, que a partir das contribuições do autor às teorias da transformação social recebe importante destaque, é fundamental para mim. Sendo assim, para uma transição à sistematização das reflexões sobre esta ideia de autonomia como forma, entendo que antes é necessário tratar de outra questão importantíssima ao autor: Quem é o sujeito revolucionário para Castoriadis? Quais conteúdos de lutas esse sujeito carrega consigo? Como pretendo deixar claro, há um fio condutor que me levará destas questões sobre sujeito revolucionário à reflexão sobre forma e autonomia.

“Primero, que cualquier política emancipatoria debe partir de la idea de un sujeto múltiple que se articula y define en la acción común, antes que suponer un sujeto singular, predeterminado, que liderará a los demás en el camino del cambio.”. A contundente afirmação de Adamovsky (2011, p. 210) me leva ao contexto do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, no qual Castoriadis produziu seus primeiros trabalhos de envergadura e maior alcance. Se trata de um contexto que acompanharia um processo de perda de forças, seja na produção teórica seja nas lutas sociais concretas, da classe trabalhadora ou do proletariado como único sujeito revolucionário legítimo. Como já mencionei anteriormente, o marco temporal de declínio destas lutas ligadas especificamente à economia, por um lado, combinado à ampliação de conteúdos de lutas outras, por outro, certamente é o ano de 1968. Castoriadis contribuiria a esta discussão

sobre o sujeito revolucionário antecipando as consequências do Maio de 1968<sup>37</sup>, inclusive. Reproduzo, abaixo, um trecho de seu livro “Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo” (1979) que me parece elucidativo:

No começo, e às vezes também mais tarde, Marx inspira-se no que há de melhor nesta criação histórica [o movimento operário e sua capacidade radical de questionar a ordem instituída e de imaginar outras]. Mas desde o início aparece nele a tendência racionalista, cientificista, teoricista que rapidamente tomará a dianteira e praticamente esmagará a outra. Tendência que o faz buscar uma explicação global e acabada da sociedade e da história, acreditar que a encontrou no papel "determinante" da produção e finalmente erigir o "desenvolvimento" desta como chave universal de compreensão da história e como ponto de apoio arquimediano da transformação da sociedade. Por isso mesmo, Marx é levado de fato – não importa o que possa continuar a pensar e a dizer por alguns momentos – a encurtar enormemente o campo das preocupações e das aspirações do movimento, a concentrar tudo nas questões da produção, da economia, das "classes" (definidas a partir da produção e da economia); e, muito naturalmente, a ignorar e a minimizar todo o resto, dizendo ou dando a entender que a solução de todos os outros problemas decorrerá por acréscimo da expropriação dos capitalistas. A questão política em sentido amplo – a questão da instituição global da sociedade –, do mesmo modo que a questão política em sentido estrito – o poder, sua natureza, sua organização, a possibilidade de seu exercício efetivo pela coletividade e os problemas que tal exercício acarreta –, são ignoradas ou, no melhor dos casos, consideradas como corolários que serão obtidos logo que o teorema principal for demonstrado na prática da revolução (Castoriadis, 1979, p. 23–24).

Permito-me citar um trecho tão longo por seu poder de síntese e porque o considero importante para conectar a discussão em tela – sobre o sujeito revolucionário para o autor – com as que já iniciei, em seções anteriores (2.3 e 2.4), sobre a condição subalterna latino-americana como potência à mobilização dos movimentos da região como movimentos subalternos latino-americanos. Antes de tentar conectar estas duas pontas gostaria de deixar claro, evitando assim equívocos interpretativos, que não entendo a crítica de Castoriadis como uma crítica propriamente antimarxista. No entanto, como se poderá ver em toda a obra do filósofo a partir dos anos 1950, há um explícito distanciamento, que é gradual, do marxismo; primeiro do marxismo-leninismo e, depois, do trotskismo. Como mostra Modonesi (2010, p. 127), em um texto de 1964

Castoriadis decretaba el “fin del marxismo clásico” como consecuencia de tres acontecimientos que modificaban el contexto en el cual éste había surgido y se había desarrollado: las transformaciones del capitalismo, la desaparición del movimiento obrero “en tanto movimiento organizado de clase cuestionando de forma explícita y permanente la dominación capitalista” y la ausencia de revoluciones tanto en el primer como en el tercer mundo a pesar de las convulsiones ligadas a la descolonización. Éstos son los datos novedosos que llevaban a Castoriadis a considerar que el marxismo estaba en ruina como sistema de pensamiento concreto y como programa de acción.

---

<sup>37</sup> Ainda que a publicação citada seja de 1979, e que o trecho em específico faça parte da introdução do livro, escrita no final daquela década, boa parte dos textos que compõem este trabalho do autor são da década de 1950 e 1960.

Talvez, se tivessem tido a oportunidade de diálogo, Marx e Castoriadis poderiam divergir sobre estratégias, métodos e táticas revolucionárias; no entanto, me restam poucas dúvidas que eles poderiam alcançar consensos sobretudo em relação à crítica da economia política. Obviamente, muito mais difundida em nome de Marx, é também encontrada em toda obra de Castoriadis a crítica da exploração contida na relação capital-trabalho e a crítica da dominação protagonizada pelo Estado e pela democracia liberal como formas de organização da vida em comum. Tivesse Marx vivido para ver o desenrolar das revoluções russa e chinesa, por exemplo, seguiria ele crendo na dissolução do Estado pós-revolução? Faria ele críticas à forma-Estado comunista e sua dominação burocrática e centralizadora? Foi o dispositivo da observação, obviamente em vida, que levou Castoriadis às críticas acima mencionadas na forma de perguntas. Considerando isto, não avalio como antimarxistas as críticas de Castoriadis, mas, no máximo, como antiEstados burocráticos, hierárquicos, centralizadores e autoritários, ou seja, como antiautoritárias (Castoriadis, 2005).

Volto ao sujeito revolucionário em Castoriadis, discussão que aqui me interessa mais do que suas divergências com Marx. Claramente com um olho nas experiências dos socialismos realmente existentes (aquelas que acima chamei de “forma-Estado comunista e sua dominação burocrática e centralizadora”) e com o outro nas democracias do capitalismo pós-Segunda Guerra, Castoriadis foi percebendo um processo de gradual despolitização da sociedade. No primeiro caso, a despolitização se dava por influência do Estado burocrático e, no segundo, do Estado capitalista, termos seus (Castoriadis, 1979). Em ambos os casos, para o autor, o sujeito revolucionário **classe trabalhadora** (ou classe proletária), como categoria teórica e prática, foi perdendo capacidade de intervenção política e, conseqüentemente, perdendo também, gradualmente, a capacidade de centralização da mobilização da luta pela superação do capitalismo. Os movimentos de 1968 e suas diversidades de sujeitos, dos quais os sindicatos e partidos revolucionários e social-democratas eram apenas parte dentre tantos outros, contribuiriam para que Castoriadis abandonasse, definitivamente, a ideia de classe trabalhadora como sujeito revolucionário privilegiado.

Nesta esteira, sem nunca abandonar a crítica da economia política, era preciso encontrar um outro sujeito revolucionário capaz de levar adiante o projeto de transformação da sociedade. Não por pouco rigor, seja com as lutas seja com a produção do conhecimento, mas, por outro lado, por convicção, Castoriadis não definiu um único sujeito revolucionário dentro do variado conjunto de grupos sociais. Para o autor,

a transformação social, a instauração de uma sociedade autônoma diz respeito hoje – tenho-me explicado sobre isto há muito tempo – de fato e de direito à quase totalidade

da população (menos 5 ou 10% talvez). Ela é sua tarefa – e só poderá sê-lo se a população, nesta proporção, fizer dela a sua tarefa. Maio de 1968 ofereceu uma ilustração magnífica disso, tanto positiva quanto negativamente (onde estava, portanto, a “frente de classe” em maio de 1968?). Isso não é apenas uma questão de aritmética, nem relativa às atitudes conjunturais de tal ou tal camada social. A preparação histórica, a gestação cultural e antropológica da transformação social não pode nem poderá ser tarefa do proletariado, nem a título exclusivo nem a título de privilégio. Não se trata de atribuir a uma categoria social particular, seja ela qual for, uma posição soberana ou “hegemônica”. Muito menos que não se possa hierarquizar as contribuições das diversas camadas da sociedade a esta transformação e subordiná-las a uma qualquer dentre tais contribuições. As mudanças profundas introduzidas na vida social contemporânea por movimentos que não têm nem podem ter definição nem fundamento “de classe” – como o das mulheres e o dos jovens – são tão importantes e germinais para a reconstrução da sociedade quanto aquelas introduzidas pelo movimento operário (Castoriadis, 1979, p. 29–30).

Com esse diagnóstico de Castoriadis, ao qual me associo, buscarei conectar aquelas três ideias: a ideia de sujeito revolucionário para o autor, a ideia de movimentos subalternos latino-americanos e a ideia de autonomia como princípio de organização da vida, ou seja, como **princípio que constituiu a forma** de organização da vida em comum. Se tratam, as três ideias, considero, de ideias que se imbricam. Sobre a primeira, claro está que, ainda que nem de longe eu desconsidere a classe trabalhadora como **um dos** sujeitos revolucionários, a partir do contexto do pós-Segunda Guerra, já não resta, para o autor, qualquer sorte de centralidade daquele sujeito, pelo contrário. Se bem é verdade que um dia a classe trabalhadora, representada pelos sindicatos e partidos revolucionários ou social-democratas, cumpriu tal função, também é verdade que as contradições do socialismo realmente existente, o aparecimento de toda uma diversidade de conteúdos de lutas, assim como a reorganização da divisão internacional do trabalho na etapa neoliberal do sistema-mundo capitalista-colonial provocariam mudanças importantes para as lutas por transformação da sociedade.

Neste contexto, meu argumento é o de que a condição subalterna latino-americana, que considerando os objetivos e o universo empírico de análise desta tese se expressa como a ação coletiva de certos movimentos subalternos latino-americanos, poderá cumprir a estratégica função de sujeito revolucionário conectando os mais diferentes movimentos para assim alcançar a potência necessária à instauração da sociedade do amanhã, de base autônoma. Estou arriscando, portanto, a hipótese de que a categoria movimentos subalternos, já sugerida tanto por Dussel (2006) quanto por Modonesi (2010) assim como por Ballestrin (2020), que para Castoriadis poderia ser a “quase a totalidade da população” e, em termos mais específicos, o **poder instituinte** (Castoriadis, 2008), teria a capacidade de substituir histórica e estrategicamente a categoria classe trabalhadora.

Mas, quem são esses movimentos subalternos? Para evitar simplificações, obviamente preciso começar assinalando que, em perspectiva latino-americana, são aqueles movimentos

que descrevi na seção 2.4; e, se são aqueles, não se trata de um grupo homogêneo. Se as sociedades contemporâneas são fatalmente diversas, os movimentos subalternos também são; a vida humana é inexoravelmente marcada por essa diversidade, como já assinalai (capítulo 1). Portanto, a resposta pode não estar, avalio, na tentativa por encontrar uma determinação acabada que relacione os movimentos subalternos a um ou outro conteúdo; ou seja, não me parece produtivo buscar consensos ou prioridades em relação aos conteúdos de suas lutas para defini-los. Por exemplo, “subalterna é a classe trabalhadora” ou “a classe trabalhadora é mais subalterna do que os movimentos feministas”; esse caminho não é fértil. Entrego atenção, desta forma e finalmente, à categoria-par da categoria conteúdo: a forma. Chego, assim, portanto, à ideia de autonomia como forma e novamente recorro à Castoriadis, desta vez acompanhado de Claude Lefort, seu colega de SoB:

[...] el objetivo de la revolución socialista no puede ser simplemente la abolición de la propiedad privada, abolición que los monopolios y la burocracia realizan ellos mismos gradualmente sin que resulte otra cosa que una mejora de los métodos de explotación, sino esencialmente la abolición de la distinción fija y estable entre dirigentes y ejecutantes en la producción y en la vida social en general (SoB, 2007, Nº2, 31 apud Modonesi, 2010, p. 118)

Dos autores, para pensar sobre formas, atenção à ideia de **igualdade** implícita na passagem “abolição da distinção entre dirigentes e executantes”, que pode ser lida também como “dominantes e dominados”. A opção pela disputa por protagonismo ou prioridade de conteúdos para a definição do sujeito revolucionário, por exemplo, da classe (da qual o conteúdo é a dimensão econômica da vida, o trabalho) contra os demais movimentos em luta (comumente identificados como movimentos identitários quando na relação com a classe, que apareceriam, considerando as palavras de Castoriadis e Lefort, no seio da “vida social em geral”) não me parece boa opção. É preciso repensar as formas das relações sociais, em como desfazer as divisões exploradores-explorados, dominadores-dominados, representantes-representados, dirigentes-executantes.

Estou propondo, portanto, que o reconhecimento de movimento subalterno latino-americano, ou o africano, ou o asiático ou mesmo o europeu ou o estadunidense poderia ser estrategicamente facilitado se a questão fosse recolocada: **não se trata da classe contra as identidades, mas, sim, da forma contra o conteúdo**<sup>38</sup>. Se a perspectiva identitária em alguma

---

<sup>38</sup> Será preciso considerar que a discussão que vou organizando nestas páginas se sustenta teórica e empiricamente em conceitos e práticas que vislumbram um mundo outro mais inclusivo, justo e solidário. Essa aclaração importa, avalio, porque o conteúdo, obviamente, também importa. Seria necessário aprofundar uma discussão sobre a qual eu não daria conta neste esforço, que é aquela que inclui a ética junto da forma e do conteúdo. Dizer “a forma contra o conteúdo” não é dizer que o conteúdo não importa ou que qualquer conteúdo deva ser admitido como um conteúdo eticamente válido. Uma forma radicalmente democrática perde sua razão de ser quando produz conteúdos injustificáveis eticamente.

medida desacelera o avançar das lutas pela transformação porque supostamente fragmenta a sociedade, não se trata também de insistir na classe para o seu lugar; já existem acumuladas evidências para que tal opção seja dispensada. Se trata, por outro lado, de experienciar **formas** de lutar, viver e projetar outras sociedades que deem conta de incluir e agregar os distintos conteúdos das lutas, sem ignorar suas diferenças e conflitos, para que eles possam interagir sob procedimentos radicalmente democráticos, porquê autônomos, que preservem as particularidades dos sujeitos individuais e coletivos em luta.

Dizer “a forma contra o conteúdo” seria, desta maneira, como dizer “a forma que dá conta de perceber e incluir todos os conteúdos”. A partir disso, cairiam no desenrolar das construções, das experiências de lutas de pré-figuração da sociedade do amanhã, as desigualdades estabelecidas e reproduzidas pelas estruturas de poder e dominação vigentes no sistema-mundo capitalista-colonial – estou falando, pelo menos: do capital, da forma-Estado vigente, do patriarcado e do racismo; todas de origem colonial. É preciso superar tais estruturas optando por essa forma autônoma porque, em uma aparente contradição entre causa e consequência – que, de fundo, se revela como controle e manutenção do *status quo* –, as elites tanto político-econômicas se utilizam das desigualdades culturais e da abordagem das identidades para falsear as lutas tornando-as tão impotentes quanto necessárias à manutenção de seu tripé principal de dominação: classe, raça e gênero.

Teria o já mencionado Autogoverno popular-comunitário, por exemplo, capacidade de mobilização para completar essa travessia entre conteúdos e forma? Não tenho elementos para responder essa questão. No entanto, minha hipótese é a de que não há fertilidade possível se permanecer a disputa ao redor de qual estrutura produz maior sofrimento: se a de classe, se a de raça ou a de gênero. Se os conteúdos (classe, raça, gênero) derem espaço à forma (no exemplo, a forma-Autogoverno popular-comunitário), o desafio se integra e passa a ser o de imaginar, criar e construir, sempre desde a própria experiência dos sujeitos, formas de negociação das diferenças, dos interesses e dos conflitos que tenham o consenso como horizonte e a igualdade como prática nos processos de tomada de decisão sobre os rumos dos povos antes subalternos.

Para assumirem a potência que levará à transformação daquelas estruturas de poder e dominação vigentes os movimentos subalternos não poderão representar ou classe ou raça ou gênero; precisarão, por outro lado, no seio de suas construções cotidianas, de seus fazeres políticos, experienciar formas radicalmente democráticas e igualitárias, portanto livres de dominação, de se relacionar (mirando para dentro) e de comunicar, também cotidianamente

(mirando para fora, para além de seus núcleos gravitacionais), que tais experiências já pré-figuram a sociedade do amanhã.

### **3.1.1 As autonomias no contexto latino-americano**

No contexto da América Latina, contar a história das autonomias exige perceber seus antecedentes que do ponto de vista da prática lá estavam protagonizando experiências que depois muito bem poderiam ser analisadas por suas lentes. Me refiro, especificamente, à influência da Teologia da Libertação na região a partir da década de 1960. Esse movimento (aqui movimento como “escola de pensamento” e como prática de intervenção na realidade concreta), que metaforicamente poderia ser entendido como “antecipar e viver o céu já na terra”, precederia as autonomias por seu caráter crítico em relação às injustiças do mundo. Esse movimento teve, também, a capacidade de mobilizar os subalternos ao redor de projetos e práticas de vida de base comunitária porquê oprimidos, esquecidos e excluídos tanto pela forma-capital de gestão dos recursos materiais e do trabalho quanto pelo Estado como forma de organização da vida em comum (Mazzeo, 2014). No seio mesmo da Igreja Católica protagonizaram experiências como as das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais, mas também transcenderam por sobre os muros da igreja sendo inspiração para o surgimento de importantes movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), do Brasil, um bom exemplo de movimento que nasce sob influência daquele pensamento sem reivindicar, especificamente, a autonomia.

Vencidas as ditaduras, a etapa neoliberal do sistema-mundo capitalista-colonial teria seu embrião plantado no Chile do pós-Golpe de 1973. Essa etapa e forma do sistema alcançou seu auge na região na década de 1990. Se, por um lado, aquele contexto econômico-político agravou profundamente a contradição capital-trabalho precarizando a vida de mulheres e homens mais pobres, por outro, foi ali que se destacou a onda de levantamentos de movimentos subalternos, muitos se reivindicando autônomos, que denunciavam as consequências políticas, econômicas e ambientais provocadas pela aplicação do Consenso de Washington em diversos países latino-americanos (Marañón, 2017; Thwaites Rey, 2004; Zibechi, 2019). No México, para usar um exemplo caro aos meus objetivos nesta tese e porquê emblemático, as políticas neoliberais começaram a aparecer no debate público e como ações de governo a partir de 1982, no governo de Miguel de la Madrid (*Partido Revolucionário Institucional*, PRI), se intensificando a partir de 1988 com Carlos Salinas de Gortari, também do PRI (Oliver, 2009; Ortega, 2020; Roux, 2009). Naquele contexto sócio-histórico, é possível destacar as negociações em torno da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte



(TLCAN) como expressões concretas do neoliberalismo e, ao mesmo tempo e por outro lado, como o estopim para o forte aparecimento da autonomia como ação tática e como interesse acadêmicos.

Não por acaso, foi no dia 1º de janeiro de 1994, justamente quando o TLCAN passou a vigorar no México, que apareceria para o mundo o já mencionado Movimento Zapatista. A principal bandeira Zapatista? A autonomia. Com evidentes inspirações na Revolução Mexicana do início do século XX (1910-1917) (Esteva, 2011), como o próprio nome do movimento destaca, tratava-se de uma experiência de característica territorial em sua essência já que “com a bandeira da autonomia em mãos” buscava o reconhecimento do direito à livre determinação e ao autogoverno de forma comunal, por usos e costumes ancestrais, retomando a vida nos *Ejid*os<sup>39</sup>. Esse acontecimento histórico daquele 1º de janeiro, de importante relevância no contexto latino-americano e mundial dos movimentos antissistêmicos, nos termos de Wallerstein (2008), engendrou grande interesse dos pesquisadores e analistas estudiosos do tema.

Em sua grande maioria com a intenção de descrever o processo de tipo revolucionário-libertário que acontecia nas montanhas de Chiapas, muito de conhecimento se produziu sobre a experiência daquele movimento. Por apontarem para nada menos do que os limites da forma-Estado como forma de organização da vida em comum, da forma-capital como forma de gestão dos recursos materiais e do trabalho, do racismo como forma de opressão racial, do patriarcado como forma de opressão de gênero e sexual e do extrativismo como forma de destruição da natureza, boa parte dos pensadores latino-americanos que se reconhecem na perspectiva decolonial ou na do marxismo aberto produziram análises e teorias mirando para o caso Zapatista.

Muitas das autoras e autores já mencionados, vale a pena destacar, inspiraram-se na experiência do Movimento Zapatista. Seja considerando essa experiência indígena mexicana em específico seja considerando outras de autonomia indígena na América Latina (López, 2011; López y Rivas, 2011), uma característica saltava aos olhos: a autonomia como princípio, discurso e prática centrados no território. Não posso deixar de mencionar, também, a

---

<sup>39</sup> A retomada dos *Ejid*os foi uma das principais conquistas da Revolução Mexicana (1910-1917), ligada à reforma agrária que aconteceu em meio à conjuntura revolucionária e se intensificou sob o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). Quase que extintos pelo liberalismo mexicano pré-revolucionário, tratavam-se de uma forma de organização do território e da vida em comunidade depois assegurada pelo referido longo processo de reforma agrária no país. Depois de regulamentados, passaram a garantir o manejo coletivo da propriedade e a proibição da venda por lotes, por exemplo. No entanto, como aprofundarei no capítulo 5 (seção 5.2), o avanço neoliberal no México levaria a cabo uma contrarreforma agrária (1991) que passou a permitir a separação, individualização e até comercialização dos *Ejid*os.

experiência dos *Piqueteros*, na Argentina da crise de 2001. Protagonizadas por trabalhadores, sobretudo desempregados atingidos pela crise neoliberal que assolou fortemente o país, aquelas experiências identificadas com a autonomia também seriam amplamente investigadas pelos especialistas no tema (Coraggio, 2016; Ouviaña, 2011; Thwaites Rey, 2004; Zibechi, 2017).

O tempo passaria e a autonomia em sua dimensão prático-política resistiria ao período dos governos dos partidos de esquerda na América Latina, mesmo em um contexto no qual boa parte dos movimentos subalternos passaram a dividir-se entre as vias institucionais e as extrainstitucionais de ação (Oliveira; Dowbor, 2018). Com isso, se constituiria todo um debate sobre cooptação e adesismo (Souza, 2006, 2010, 2012; Zibechi, 2007), por um lado, e sobre formas de interação Estado-movimentos sociais (Abers et al., 2014; Avritzer, 2012; Barcelos et al., 2017; Bringel; Falero, 2016; Silva; Oliveira, 2011), por outro. Voltando ao México, que só foi experimentar um governo de partidos de esquerda muito recentemente, a partir de 2018, com Andrés Manuel López Obrador, outras experiências começariam a aparecer a partir da primeira década do século, como a de *Comunalidad*, em Oaxaca, a das *Policías Comunitarias*, em Guerrero, as de defesa do território contra as termoelétricas na Sierra Norte de Puebla e em Morelos, e como as de autonomia em Cherán, Michoacán, em Oxchuc, Chiapas, no *pueblo* de San Andrés Totoltepec, na Alcaldía de Tlalpan (Ciudad de México, CDMX), e nos vários *pueblos* da Alcaldía Xochimilco (CDMX), para ficar apenas em algumas experiências mexicanas<sup>40</sup>.

A redemocratização e as reformas dos Estados latino-americanos, tanto na chave neoliberal quanto na do projeto democrático-participativo, para usar os termos de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), intensificariam e ampliariam as interações dos movimentos subalternos com o Estado, produzindo diversos processos de institucionalização (Lavalle et al., 2019). Com isso, a autonomia enquanto termo nativo e categoria analítica foi perdendo a centralidade, mas, se manteve viva, como acabo de mencionar. O que é certo é que o uso que tinha outrora para caracterizar as relações entre movimentos e Estado (Avritzer, 2012; Lavalle; Szwako, 2015) foi sendo substituído por categorias de caráter relacional como interdependência (Avritzer, 2012), repertório de interação (Abers et al., 2014), formas de conexão (Bringel; Falero, 2016) ou coalizões de defesa (Barcelos et al., 2017). No entanto, o termo começou a voltar à cena, seja nas ruas seja no debate acadêmico, tanto no marco das ondas de protestos e mobilizações iniciadas em 2008 quanto no do encerramento da onda de governos dos partidos

---

<sup>40</sup> Para outras experiências de autonomia na América Latina e em outras partes do mundo, vale a pena revisar o recente relatório do *Grupo internacional de trabajo sobre asuntos indígenas (Los derechos de los pueblos indígenas a la autonomía y al autogobierno como una manifestación del derecho a la autodeterminación, 2019)*.

de esquerda na América do Sul, como assinalou Esteva (2019, p. 27): “Tenemos un vigoroso impulso autonómico, que estuvo continuamente en tensión, cuando no en abierta contradicción, con los gobiernos ‘progresistas’.”. O que poderá representar amanhã e o que representa já hoje tal impulso?

### 3.2 Autonomia-cómo-práxis-democrática: poder-fazer e sociedade autônoma

*“Quiero ser libre, quiero ser responsable, participar en las decisiones que me afectan, no quiero que otros decidan mi suerte.”*

Cornelius Castoriadis

Com o objetivo de tentar responder a primeira parte da pergunta com a qual encerrei a seção anterior, nesta tentarei sistematizar o que talvez seja o mais importante das propostas de poder-fazer, de Holloway (2002, 2011, 2013), e de sociedade autônoma, de Castoriadis (1979, 2008, 2013). Para além de comentar cada uma das propostas, farei um esforço de cruzamento entre as três abordagens para com isso fundamentar a ideia de **autonomia-cómo-práxis-democrática** como um tipo de transição sobreposta e continuada entre a autonomia em sua versão de princípios (**autonomia-cómo-princípio**) e aquela outra versão que representa formas concretas de organizar a vida em comum (**forma-autonomia**).

Entre a subjetividade da autonomia-cómo-princípio e a objetividade da forma-autonomia, os movimentos subalternos terão de negar a forma-Estado e a democracia vigentes para, em uma espécie de “segunda cena”, transitar da autonomia-cómo-princípio à forma-autonomia; ou seja, tudo começa pela **negação** e se desenrola como **construção** de algo novo para o lugar do que foi negado. Trata-se, portanto, de um duplo processo relacional de negação-construção, tal que já iniciei a discussão, em colaboração com Monika Dowbor, em outros lugares (Oliveira; Dowbor, 2020a, 2020b). John Holloway contribui a esse debate assinalando que “este es nuestro punto de partida: el rechazo de un mundo que sentimos equivocado, la negación de un mundo percibido como negativo. Debemos asirnos a esto.”; e segue, em outro texto:

La esencia de las autonomías es la negación y un hacer alternativo. La idea misma de un espacio o momento autónomo indica una ruptura con la lógica dominante, una brecha o un cambio de rumbo en el flujo de la determinación social. “No aceptaremos una determinación ajena o externa de nuestra actividad, nosotros determinaremos lo que haremos”. Nos negamos, nos rehusamos a aceptar la determinación ajena; y oponemos esa actividad externamente impuesta con una actividad de nuestra propia elección, un hacer alternativo (Holloway, 2011, p. 310).

Dussel (2014a, p. 10, grifos do autor) também contribuiu ao mesmo debate ao dizer que depois da crítica negativa “se hace necesario una **crítica positiva** que manifieste los principios que orienten la acción como la brújula que permite al navegante abrirse paso en medio de la tormenta, [...] en estos casos la **crítica negativa** ya no es suficiente”. Com as contribuições de Holloway e Dussel o que salta aos olhos é que se trata de um processo dialético (negar-construir-negar-construir-negar-construir infinitamente enquanto houver a forma-Estado e a democracia vigentes) no qual as contradições do Estado – e, em determinadas experiências, as contradições outras do sistema-mundo capitalista-colonial, como o capital, o patriarcado e o racismo, por exemplo – são recorrentemente identificadas, expostas e mais ou menos superadas pelos movimentos em luta.

Um bom exemplo concreto de negação seguida de construção e, portanto, de exercício da autonomia-como-práxis-democrática é o do Movimento Zapatista mexicano com seu lema “caminhar perguntando”. Este pequeno lema, composto de apenas duas palavras, diz muito, explica muito sobre o que venho discutindo aqui, seja nesta seção, seja no conjunto de reflexões presentes em toda a tese. No contexto do Zapatismo, em seus municípios autônomos, caminhar é seguir adiante, é construir formas de viver bem, é definir normativa e coletivamente formas de organização da vida em comum. Do outro lado, a possibilidade de participar, de questionar, de refazer, de testar, de transformar; nada é estático. No entanto, seu aparecimento público, em 1994, se deu no confronto com o Estado mexicano na busca pelo exercício de autodeterminação e autogoverno como povos indígenas. Nada seria possível, portanto, sem esse momento da negação do Estado que só foi possível uma vez sistematizados como referências os princípios pelos quais lutariam aqueles povos; referenciados, naquele caso, como resultado da síntese entre as ideias marxistas presentes no grupo *Fuerza de Liberación Nacional* (FLN) e as de associativismo indígena remontadas dos usos e costumes dos povos Maya e da vida comunitária nos *Ejidos*. Tais princípios serviriam tanto para criticar o Estado mexicano quanto para, a partir da práxis, “construir criticando” o próprio caminhar do movimento (Brancaleone, 2012).

Para pensar nessa transição entre a crítica como ação-negação da forma-Estado e da democracia vigentes até a ação-construção de formas outras de organização que se baseiam na autonomia-como-princípio e que experimentam a forma-autonomia, é indispensável pensar na ideia de poder. Ao refletir sobre essa categoria chegarei nas discussões sobre poder-fazer e sociedade autônoma. Vale a pena mencionar as discussões sobre poder em sua versão centrada no Estado porque elas indicam para o poder como dominação mediado pela violência, tal qual mencionei com base em Weber (1982), Bobbio (1987) e Tischler (2011). Essa abordagem do poder, no entanto, não condiz com a ideia de autonomia-como-princípio e não contribui à

experimentação da forma-autonomia. Por outro lado, também não será a tentativa de exclusão do poder seja das experiências práticas seja dos debates teóricos, propondo qualquer sorte de seu abandono, que aquela transição citada na abertura deste parágrafo será completada. Castoriadis (1979, p. 16) contribui à reflexão:

Já disse que a ideia de uma sociedade sem nenhum poder é uma ficção incoerente. Seríamos tentados a dizer que uma sociedade autônoma visaria simplesmente a limitar o máximo possível o campo que depende de um poder coletivo para alargar ao máximo o campo de autonomia individual efetiva. Mas isto é apenas uma meia-verdade. É certo que a heteronomia da sociedade contemporânea (mesmo em suas formas mais “democráticas”) implica muito mais do que uma limitação indevida, injustificada, não necessária; implica uma mutilação da autonomia individual – do campo de movimento e atividade dos indivíduos, assim como do restante das diversas coletividades particulares que compõem a sociedade. Mas daí não decorre de forma alguma que uma sociedade autônoma deva visar, como um fim em si, o desaparecimento de todo poder coletivo.

Como exercer o poder, então?

“¿Puedo decir que pongo mi ley –ya que vivo necesariamente bajo la ley de la sociedad–? Sí, sólo en un caso: si puedo decir, reflexiva y lúcidamente que esta ley es también la mía. Para que pueda decir esto no es necesario que la apruebe: basta con que haya tenido la posibilidad efectiva de participar activamente en la formación y el funcionamiento de la ley. La posibilidad de participar: si acepto la idea de autonomía como tal (no sólo porque resulte “buena para mí”), es porque evidentemente ninguna “demonstración” puede obligar a poner en consonancia mis palabras y mis actos, la pluralidad indefinida de individuos pertenece a la sociedad conduciendo incluso a la democracia como posibilidad efectiva de participación igualitaria de todos en las actividades instituyentes del poder explícito (Castoriadis, 2008, p. 107).

Como alcançar, individual e coletivamente, tal capacidade de reflexão e lucidez? E, uma vez confirmada tal capacidade, o que fazer quando não é encontrada a possibilidade de seu exercício? Para a primeira pergunta, ensaio a seguinte resposta: Em teoria, todos os sujeitos individuais, pelo menos os que dispõem do exercício pleno de suas capacidades intelectuais, perceberão capacidade de reflexão e lucidez potenciais. A transcendência da potência à realização demandará um intenso processo de subjetivação política que considere duas condições básicas: (i) acesso fluido à informações críticas e (ii) uma ponte do sujeito individual ao coletivo.

Acontece que, sejam os sujeitos individuais em relação aos coletivos, sejam os sujeitos coletivos em relação a outros sujeitos coletivos, a autonomia-como-princípio de integração de todos os sujeitos nos processos de tomadas de decisão sobre suas próprias vidas se confirmará apenas na prática. Neste contexto, pergunto: quando a capacidade de reflexão e lucidez é confirmada, o que fazer quando não é encontrada a possibilidade de seu exercício, ou seja, a possibilidade de exercício daquela capacidade para a tomada de decisão sobre as próprias vidas dos sujeitos? Importa comentar que a dimensão simbólica, subjetiva, de tal possibilidade já

estaria garantida pela autonomia-como-princípio. Resta, portanto, confirmar-se a dimensão material, objetiva, de tal possibilidade. Esta possibilidade se confirma quando percebe a forma-autonomia como sua dimensão concreta, ou seja, como conjunto de condições concretas que possibilitam a exploração da capacidade de reflexão e lucidez dos sujeitos para a participação nos processos de tomada de decisão sobre suas próprias vidas. Souza (2012, p. 79) estudioso de Castoriadis, comenta:

A autonomia coletiva, de sua parte, remete à existência de instituições sociais que garantam, precisamente, essa igualdade efetiva – em outras palavras, uma igualdade que não é apenas ou basicamente formal – de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para a participação em processos decisórios concernentes à regulação da vida coletiva. A autonomia coletiva, por conseguinte, se fundamenta em instituições sociais que permitem a existência de indivíduos autônomos (livres) e educados para a liberdade, isto é, educados para amar a própria liberdade e a dos outros. Como Castoriadis ressaltou mais de uma vez, não há indivíduos autônomos, em qualquer sentido politicamente digno de nota, sem uma sociedade autônoma – e vice-versa.

Diante da forma-Estado e da democracia vigentes, me parece claro que os sujeitos, individuais ou coletivos, não encontram a forma-autonomia (ou a sociedade autônoma, nos termos de Castoriadis) e nem a autonomia-como-princípio orbitando simbolicamente suas instituições. Sendo assim, a alternativa será a transformação das formas vigentes se o que se busca é aquela possibilidade de participação nos processos de decisão que vislumbram uma vida boa, digna, para além da satisfação da necessidade material primeira de manutenção da vida.

Na mesma linha, Thwaites Rey destaca, primeiro, a noção de poder como dominação – que Castoriadis chamou de heteronomia e projetou até mesmo nas formas mais democráticas vigentes de organização da vida em comum – para, em seguida, como se poderá ver, fazer a transição às formas outras de exercício do poder, como examinarei começando por Holloway:

La noción de poder, en su acepción más corriente, remite a los formatos en que se expresa la capacidad de hacer o de imponer una voluntad sobre otra en las relaciones sociales. En términos políticos más acotados, el poder tiene que ver con las formas de autoridad y dominación que se inscriben en el Estado y, como contracara, también con las prácticas populares que se proponen impugnarlo, contestarlo y construir alternativas al capitalismo “realmente existente” (Thwaites Rey, 2004, p. 13).

Neste contexto, se o poder como dominação obviamente não contribui às experiências de autonomia e se seu abandono também não, o que fazer? Holloway, com foco voltado à dimensão econômica da vida<sup>41</sup>, ao discutir as categorias trabalho abstrato e trabalho concreto,

---

<sup>41</sup> O foco de Holloway está na discussão econômica, no trabalho, porque para o autor a libertação dos povos subalternos só poderá se dar por ali, pela libertação pelo trabalho. No entanto, ao direcionar todas as suas atenções para a economia e o trabalho, de forma deliberada e bem fundamentada, o autor dispensa a disputa pelo poder do Estado como tática válida no espectro de táticas que compõem a estratégia revolucionária. Em outras palavras,

de Marx, propõe a substituição do poder-sobre (poder como dominação de um sujeito por algum outro) pelo poder-fazer<sup>42</sup> (poder como liberdade de exercício de “fazermos juntos”, de autogestão, na qual não há dominação de um sujeito sobre algum outro). Em um trecho de seu livro mais comentado, e também criticado, *Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy* (2002, p. 34), propõe o autor:

La existencia del poder hacer como poder-sobre significa que la inmensa mayoría de los hacedores son convertidos en objetos del hacer, su actividad se transforma en pasividad, su subjetividad en objetividad. Mientras que el poder-hacer es un proceso de unir, el unir mi hacer con el hacer de los otros, el ejercicio del poder-sobre es separación. El ejercicio del poder-sobre separa la concepción de la ejecución, lo hecho del hacer, el hacer de una persona del de la otra, el sujeto del objeto. Aquellos que ejercen el poder-sobre son "separadores" que disocian lo hecho respecto del hacer y los hacedores respecto de los medios de hacer. El poder-sobre es la ruptura del flujo social del hacer. Aquellos que ejercen el poder sobre la acción de los otros les niegan la subjetividad, niegan la parte que les corresponde en el flujo del hacer, los excluyen de la historia.

Vários são os comentários possíveis ao examinar a contribuição de Holloway. O primeiro é que, considerando que economia e política só são vividas separadamente por uma imposição histórica do sistema-mundo capitalista-colonial (Dussel, 2006; Meiksins Wood, 2000; Roux, 2002), todos seus comentários que estão direcionados à economia poderiam bem ser direcionados à política. Se, na leitura do trecho citado o que vem à mente é um produto qualquer manufaturado, como um rádio a pilhas, por exemplo, que passa pelo processo de produção de uma fábrica no qual o “fazedor” apenas repete infinitamente um mesmo processo sem exercer sua capacidade de imaginação e criação, como um Charles Chaplin em *Tempos Modernos*, então se está falando de poder-sobre nos próprios termos econômicos de Holloway. Se, por outro lado, na leitura do trecho citado o que vem à mente é a discussão sobre uma decisão de interesse coletivo, como a formulação de uma lei, por exemplo, que passa por todo o processo desde a formulação até a implementação deixando de fora os “cidadãos comuns” que em tal processo são impedidos de exercer suas capacidades de imaginação e criação, ficando o processo restrito apenas aos políticos eleitos para o sistema político da forma-Estado e da democracia vigentes, então se está falando de poder-sobre em política.

---

Holloway aposta em experiências como a do Zapatismo mexicano para argumentar que a transição do trabalho abstrato ao trabalho concreto não se completará contando com a tática do chamado marxismo ortodoxo que, esse sim, conta com a conhecida tática da tomada do poder do Estado para só então dissolvê-lo. Comento isso porque, apesar de considerar de grande utilidade suas ideias, ficará claro na seção seguinte que não tenho acordo com o autor de que a tática da libertação pelo trabalho não possa estar combinada com a da transformação do Estado e da democracia vigentes.

<sup>42</sup> O termo **poder-fazer** chega a aparecer em Castoriadis (1979, p. 21), ainda que com bem menos centralidade do que em Holloway: “A liberdade não possui apenas o aspecto ‘passivo’ ou ‘negativo’ da proteção de uma esfera de existência do indivíduo onde seu poder-fazer autônomo seria reconhecido e garantido pela lei. Mais importante ainda é o seu aspecto ativo e positivo do qual depende, de resto, a longo e a curto prazo, a preservação do primeiro.”

Em economia, a forma-capital é a forma de gestão dos recursos materiais e do trabalho. Ela limita em boa medida o sujeito-trabalhador de exercer sua capacidade de imaginação e criação durante o processo de gestão dos recursos materiais e do trabalho; Marx chamou de trabalho alienado, abstrato, poder-sobre para Holloway. Se esse trabalhador percebe acesso e fluidez de informações críticas e, além disso se se vê diante de completar a travessia de sujeito individual ao coletivo, então ele poderá negar aquela forma-capital, primeiro, para depois buscar os meios concretos de sua substituição pela autogestão, por exemplo, como forma de gestão dos recursos materiais e do trabalho; poder-fazer para Holloway.

Em política, a forma-Estado é a forma de organização da vida em comum. Ela limita em boa medida o sujeito-cidadão de exercer sua capacidade de imaginação e criação durante o processo de gestão da vida em comum; Roux (2002), Castoriadis (1979) e outros tantos chamaram de dominação política, poder-sobre se convindo Holloway à política. Se esse sujeito percebe acesso e fluidez de informações críticas e, além disso, se se vê diante de completar a travessia de sujeito individual ao coletivo, então ele poderá negar aquela forma-Estado, primeiro, para depois buscar os meios concretos de sua substituição pela auto-organização da vida em comum; poder-fazer se convindo novamente Holloway à política.

Aqui encontra lugar novamente a ideia de fazer político, que discuti no capítulo 1. No Sul ou no Norte, se os Estados não dão conta de alcançar todos os sujeitos para que participem dos processos de tomada de decisão sobre os rumos de suas vidas, criarão bolsões de ausências sobretudo em relação as populações mais vulneráveis; mesmo assim, ainda haverá política ali, ainda farão política ali – ênfase para as realidades do Sul, nas quais tais ausências são muito mais comuns abrindo espaço à formas outras de organizar a vida. A gestão da vida em comum não se apaga na ausência do Estado, seja substituída pelo próprio Estado corrompido e seus coronéis, pelos narcotraficantes, pelas milícias, pela religião e as igrejas ou, como obviamente me interessa mais, pela auto-organização da vida em comum. Esta última poderia bem ser enquadrada como o poder-fazer contra o poder-sobre ou, ainda melhor, como **poder-fazer-político** contra o **poder-sobre-em-política**; todas as demais configurações citadas, assim como o Estado, operam como poder-sobre-em-política, portanto, trata-se de poder como dominação.

Como não poderia deixar de ser, aparecem também em Castoriadis essas discussões sobre poder ao projetar sua sociedade autônoma. Já fundamentada tanto no Capítulo 1 quanto na seção corrente, não considero necessário reproduzir aqui trechos literais de textos do autor nos quais ele também descreve e denuncia o poder como dominação. No entanto, vale a pena dizer que ele é radical sobre este tema. Para o autor, qualquer forma de organização da vida em comum que estiver ancorada na ideia de divisões como representantes-representados, líderes-



bases, vanguardas-massas, estará impedindo que a grande maioria dos sujeitos participem dos processos de tomada de decisão sobre os rumos de suas vidas. Estará, portanto, reproduzindo a divisão dominadores-dominados (Castoriadis, 2008). Ao relacionar poder, liberdade e igualdade, destaca o autor (1979, p. 16, grifos do autor):

Ora, a liberdade [...] implica a **igualdade** efetiva – e reciprocamente. A igualdade concebida também, certamente, em sentido social, instituído: não a igualdade metafísica ou "natural", mas a igualdade de direitos e de deveres, de todos os direitos e de todos os deveres, e de todas as **possibilidades efetivas de fazer** que dependem, para cada um, da instituição da sociedade. Pois a desigualdade (social), por exemplo, é sempre também desigualdade de poder: logo, ela se transforma em desigualdade de participação no poder instituído. Como você pode ser livre se os outros possuem mais poder? Poder, no sentido social e efetivo, é levar alguém ou alguns a fazerem o que, de outro modo, com conhecimento de causa, não teriam desejado fazer. Ora, como a ideia de uma sociedade sem nenhum poder é uma ficção incoerente, a primeira parte da resposta à questão da liberdade é a igualdade de participação de todos no poder. Uma sociedade livre é uma sociedade onde o poder efetivamente se exerce pela coletividade, por uma coletividade da qual todos efetivamente participam na igualdade. E esta igualdade de participação efetiva, como fim a atingir, não deve permanecer uma regra puramente formal; deve ser assegurada, tanto quanto possível, por instituições efetivas.

A categoria **poder instituído** aparece com duplo sentido na obra de Castoriadis. No trecho citado, por exemplo, ele se refere ao poder instituído da forma-Estado vigente, ou seja, o conjunto de regras, leis e instituições que impedem o livre exercício da capacidade de imaginação e criação dos sujeitos. No entanto, como destaquei no capítulo 1, o autor argumenta que não existem sociedades sem instituições. Portanto, o poder instituído poderá significar tanto (i) participação por representação, (ii) organização hierárquica, (iii) centralização da informação e (iv) tomada de decisão por votos da maioria quanto a) participação direta, b) alto índice de organização horizontalizada, c) descentralização da informação e d) tomada de decisão por consenso, no que seria um tipo de poder instituído, este último, que dialoga com a ideia de liberdade como igualdade de participação efetiva, nos termos do autor. Uma ou outra forma de poder instituído será definida social e historicamente pelo **poder instituinte**, ou seja, pelo conjunto de sujeitos e mesmo de instituições pertencentes a um grupo social determinado.

Guardadas as diferenças profundas entre uma e outra das possibilidades de formas institucionais acima mencionadas, Castoriadis (1979, p. 33) vai ainda além ao incluir na discussão a ideia de justiça dizendo que

uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita.

Portanto, a sociedade autônoma de Castoriadis é aquela sociedade na qual o poder instituído é capaz de garantir a liberdade individual e coletiva (liberdade social) como igualdade de participação efetiva nas tomadas decisão da vida em comum. É, além disso, aquela sociedade na qual não haverá, por imposição de um ou uns sujeitos sobre outros, leis ou instituições consideradas perfeitas ou acabadas, justas *a priori* ou inquestionáveis, estáticas ou insuperáveis. No entanto, importa destacar, essa sociedade autônoma somente poderá ser construída por um poder instituinte que perceba liberdade para o exercício de sua capacidade de imaginação e criação (Castoriadis, 2008).

Também refletindo sobre as ideias de igualdade e liberdade, Thwaites Rey (2004, p. 21) destaca que “todo proyecto de autonomía conlleva de forma simultánea el intento de conquistar la libertad y la igualdad. En cuanto significaciones sociales y en su concreción, no puede haber libertad sin igualdad ni viceversa”. Ou seja, liberdade e igualdade coletivas como princípio e como experimentação; como conteúdos da autonomia-come-práxis-democrática, portanto. Trata-se, em outras palavras, de liberdade para o exercício do poder-fazer-político – considerando, aqui, que poder-fazer-político significa, essencialmente, igualdade porque vai contra hierarquias, contra o poder-sobre-em-política. Assim, “la autonomía –la verdadera libertad– es la autolimitación necesaria” (Castoriadis, 2006, p. 279) para uma vida harmoniosa em qualquer grupo social. Quanto mais poder-fazer-político, mais igualdade e menos dominação (poder-sobre-em-política); quanto mais igualdade e menos dominação, menos força e violência; quanto menos força e violência, mais igualdade e liberdade como poder-fazer-político. A necessidade do controle político e, no limite, da violência para o controle político, somente se explica em função da própria condição de dominação (Pateman, 1992; Quintana, 2019; Roux, 2002).

O que se vê, seja considerando essas últimas reflexões seja analisando os movimentos antissistêmicos há séculos, é um tipo de paradoxo: poderá uma realidade social heterônoma, ou seja, na qual as estruturas são de poder e dominação, produzir sujeitos individuais autônomos que, coletivamente, construirão a sociedade autônoma livre de poder como dominação? Para Bloch (2004) e suas reflexões sobre esperança, sobretudo com as categorias de **sonho diurno** e **ainda-não-consciente**, assim como para todas as autoras e autores que apostam na tática da autonomia como pré-figuração ou antecipação da sociedade do amanhã, a resposta é sim:

Anticipaciones e intensificaciones referidas a personas, utópico-sociales y vinculadas a la belleza, sólo se dan en el sueño diurno. El interés revolucionario, que sabe cuán defectuoso es el mundo y que conoce cuánto mejor podría ser, precisa del sueño despierto del perfeccionamiento del mundo; más aún, se aferra a él en la teoría y en la práctica, y no sólo de modo instrumental, sino de manera absolutamente objetiva (Bloch, 2004, p. 127).

É diante desta situação quase que dilemática, carregada de utopia e esperança tanto nas formulações de Bloch quanto nas das demais autoras e autores entusiastas da abordagem da pré-figuração, que defenderei, de forma mais demorada na seção que segue a esta, a seguinte formulação: autonomia como ação de movimentos subalternos em relação ao Estado é a ação lúcida e reflexiva que decide negar ou a totalidade ou as dinâmicas de funcionamento ou as políticas públicas do Estado, primeiro; e que constrói uma alternativa àquelas negações, depois. Assim, os movimentos negam em alguma medida as estruturas de poder e dominação operacionalizadas pelo Estado justamente como primeiro e indispensável passo à construção daquela sociedade autônoma livre de poder como dominação; e, como passo seguinte, antecipam tal sociedade em seus fazeres cotidianos.

Vale a pena também assinalar a íntima relação entre a sociedade autônoma, ou, como prefere Souza (2012, p. 80), a autonomia coletiva, e democracia radical.

O “projeto de autonomia”, para cuja discussão filosófica Castoriadis contribuiu com singular densidade, foi construído, nos marcos do debate político “ocidental”, como uma alternativa simultânea ao binômio capitalismo + “democracia” representativa e ao “socialismo burocrático-autoritário”. A autonomia coletiva pode, assim, ser entendida também como uma espécie de sinônimo de democracia radical, também expressável como autogestão (e como “autoplanejamento”). Não é razoável, no entanto, falar apenas das instituições políticas (e econômicas) que podem assegurar a autonomia individual; é imprescindível compreender a necessidade de um imaginário que propicie a ambiência, o “caldo de cultura” necessário a uma socialização autônoma do indivíduo.

Ao que o próprio Castoriadis contribui (2008, p. 123):

Una sociedad autónoma, en tanto colectividad que se autoinstituye y se autogobierna, presupone el desarrollo de la capacidad de todos sus miembros para participar en actividades reflexivas y deliberativas. La democracia, en el pleno sentido de la palabra, puede ser definida como el régimen de la reflexividad colectiva; todo el resto –puede demostrarse– deriva de esta definición, Y la democracia no puede existir sin individuos democráticos, y a la inversa. También éste es uno de los aspectos paradójicos de la “imposibilidad” de la política.

E assim, finalmente,

llegamos a la idea de que lo que define a una sociedad autónoma es su actividad de autoinstitución explícita y lúcida, el hecho de que ella misma se da su ley sabiendo que lo hace. Esto nada tiene que ver con la ficción de una “transparencia” de la sociedad. En menor medida aun que un individuo, la sociedad nunca puede ser transparente para sí misma. Pero puede ser libre y reflexiva... y esa libertad y esa reflexión pueden ser ellas mismas objetos y objetivos de su actividad instituyente (Castoriadis, 1986, p. 7).

No entanto, como esperar uma “atividade de autoinstituição explícita e lúcida” em sociedades marcadas pela apatia, pela falta de interesse da população em geral para a participação política (Pateman, 1992)? Para Castoriadis (2006, p. 20),

la población no participa de la vida política: no es participar el hecho de votar una vez cada cinco o siete años por una persona que no se conoce, sobre problemas que no se conocen y que el sistema hace todo para evitar que se conozcan. Pero para que haya un cambio, para que haya de verdad autogobierno, es preciso cambiar las instituciones, claro está, para que la gente pueda participar en la dirección de los asuntos comunes; pero también es preciso, sobre todo, que cambie la actitud de los individuos hacia las instituciones y hacia la cosa pública, la *res publica*, eso que los griegos llamaban *tà koiná* (los asuntos comunes).

Não contente com o referido diagnóstico e em busca de caminhos para as transformações apontadas por Castoriadis, Pateman encontrou, na já citada ideia de experiência, ou da falta dela, uma explicação coerente e razoável:

Argumentos de que a apatia pode ser provocada pelo analfabetismo, pela pobreza ou pela insuficiência de informação foram refutados pelos fatos, assim como não foi constatada a sugestão de que ela pode resultar da falta de prática democrática, pois “aprendemos que não se aprende a votar, votando”. [...] As pessoas só compreendem e se interessam de fato por assuntos dos quais têm experiência pessoal, ou por ideias que conseguem formular para si próprias, e nada disso é possível para o cidadão médio, em matéria de política (Pateman, 1992, p. 21).

Com foco na contribuição da autora, mas também considerando a de Castoriadis, primeiro vale a pena destacar que Pateman descarta da ideia de experiência o “simples fato” de votar a cada dois anos – ou a cada três, ou a cada quatro, ou a cada seis, essa periodicidade não importa aqui. Então, se “as pessoas só compreendem e se interessam de fato por assuntos dos quais têm experiência pessoal”, parece-me óbvio que elas não se interessarão pela autoinstituição da sociedade autônoma na contemporaneidade. Se, por um lado, a forma-Estado e a democracia vigentes não criam as possibilidades à tal autoinstituição e, por outro, se aquelas pessoas não encontram nos demais espaços de socialização da vida (a própria família, a escola, a igreja e, finalmente, o trabalho) conexão com a política, então, não haverá gosto pelo engajamento da população em geral em autogovernar-se<sup>43</sup>.

Essas reflexões que acabo de fazer a partir das contribuições de Holloway e Castoriadis, sobretudo, me levam a uma inevitável discussão sobre espaço como território e sobre uma possível reinvenção dos limites territoriais da organização da vida em comum. Parece-me que Castoriadis quase que desprezou a discussão sobre o espaço, vinculando seus potentes argumentos de imaginação e criação radicais especificamente ao tempo. Souza (não é tarde para

---

<sup>43</sup> Sobre este tema, em discussão sobre autogestão e heterogestão, Paul Singer (2002, p. 21) destaca: “As pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não o são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens, atemorizados com o que lhes possa acontecer se deixarem de agradar aos superiores. Aprende-se a obedecer e temer os ‘superiores’ desde os bancos escolares, num processo educativo que prossegue a vida inteira. As crianças são espontaneamente inquietas, curiosas, desejosas de participar em todos os jogos e brincadeiras. A escola reprime esses impulsos e as obriga a obedecer a horários, a ficar quietas e imóveis durante a aula, a decorar coisas que nada lhes dizem e a renunciar a satisfazer boa parte de sua curiosidade. E tudo isso sob a ameaça de reprimendas e castigos, o pior dos quais é não ser aprovado. As imposições e repressões da família patriarcal vão na mesma direção.”

dizer, um geógrafo), em seu livro “Por uma geografia libertária” (2017), faz uma demorada e contundente crítica ao autor por tal desprezo<sup>44</sup>. Há uma frase no texto *Tiempo y creación* (2008, p. 199), de Castoriadis, que simboliza bem tal hierarquização de interesse na comparação espaço-tempo: “El tiempo está esencialmente ligado con la emergencia de la alteridad. El tiempo es esta emergencia como tal –mientras que el espacio es ‘solamente’ su acompañante necesario–. El tiempo es creación y destrucción –el tiempo es ser en sus determinaciones sustantivas.”. Ao que Souza (2017, p. 331), de forma propositiva, critica:

No fundo, Castoriadis nunca incorporou, com todas as suas consequências teóricas, a compreensão de que, se o tempo “pressupõe o espaço” (Castoriadis, 1975, p. 269), o espaço social igualmente pressupõe o tempo (social), a história, dado que, se a história é o espaço (ou melhor, a sociedade concreta) em transformação, o espaço social nunca é estático, mas só é (ou seja, só existe) em movimento; é sempre devir, está sempre transformando-se, em meio a uma “dialética” entre “quietudes” e “repousos” aparentes (o que é sempre uma questão de escala temporal) e mudanças menos ou mais céleres, menos ou mais impactantes e perceptíveis.

E continua, linhas mais tarde:

[...] o espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais, muito embora esse papel de condicionamento seja compreendido de modo felizmente não determinista. Em face disso, pretender mudar as relações sociais sem mudar a organização espacial (não somente o substrato espacial material, mas também os territórios e as “imagens de lugar”) seria, consequentemente, um contrassenso. A transformação da sociedade concreta não há de ser apenas uma mudança das relações sociais, mas também uma mudança do espaço social. Terá, portanto, de ser uma mudança sócio-espacial (Souza, 2017, p. 337).

Nesta esteira e relacionando as ideias de relações sócio-espaciais e autonomia, Souza (2017, p. 338) fala em “espacializar o projeto da autonomia”. Ao reivindicar tal necessidade, o autor identifica a “questão da escala” (ele se refere ao “jogo de escalas”, à “construção social da escala” e a “política de escalas”) como talvez a questão mais elementar do desafio de espacializar a autonomia, com o que tenho pleno acordo. Obviamente que sem fins conclusivos, avalio que, entre tantas alternativas, “oferecer” a escala da comunidade ou, se se quer, a proposta do Autogoverno popular-comunitário contra a escala do Estado-nação poderia ser uma oportuna opção; sendo assim, se a forma-Estado e a democracia vigentes não podem ser, “la comunidad es una de las posibles formas de la autonomía” (Pineda, 2019, p. 116) desde a perspectiva territorial, por um lado, assim como “un código político-organizativo determinado

---

<sup>44</sup> Souza, em trabalho anterior (2010, p. 28), direciona a mesma crítica aos estudos mais amplos sobre movimentos sociais: “[...] a dimensão espacial tem sido largamente negligenciada ou subestimada pelos cientistas sociais devotados aos estudos de movimentos sociais.”. Modonesi e Iglesias (2016) também identificaram essa ausência da dimensão territorial no interior do que chamaram de “teorias dominantes” sobre movimentos sociais. Pode bem ser por isso, avalio, como aponte no capítulo 2 (seção 2.4), que a literatura de movimentos sociais brasileira dos últimos 30 anos enfocou tão mais nas relações entre movimentos e Estado do que experiências territorializadas e para além do Estado.

como tecnologia social singular” (Zibechi, 2006, p. 212), por outro; um Autogoverno popular-comunitário como mediador e operacionalizador da sociedade autônoma.

Retomando as reflexões do início desta seção, passo à próxima com o seguinte argumento em mente: qualquer que seja a abordagem acionada, a de poder-fazer de Holloway ou a de sociedade autônoma de Castoriadis, tais projetos somente poderão se completar a partir da experimentação da ação-transição sobreposta e continuada entre autonomia-como-princípio e forma-autonomia, portanto, através da autonomia-como-práxis-democrática. Como se poderá ver na seção que segue, a autonomia-como-práxis-democrática pode se desenrolar em ações para além do Estado, apesar do Estado ou com o Estado, fazendo aqui uma combinação entre os termos propostos com destacáveis pioneirismos por Marcelo Lopes de Souza (2006, 2010) e Ana Cecilia Dinerstein (2013).

### **3.3 Ações autônomas de movimentos: para além do Estado, apesar do Estado e com o Estado**

*“Necesitamos gobernarnos a nosotros mismos o sucumbiremos [...]. Este es nuestro dilema. No nos entretengamos solo remendando consecuencias. Pensemos en las causas de fondo, en la civilización del despilfarro, en la civilización del use y tire, que lo que está tirando es tiempo de vida humana malgastado, derrochando cuestiones inútiles. [...] Piensen que la vida humana es un milagro, que estamos vivos por milagro y nada vale más que la vida. Y que nuestro deber biológico es, por encima de todas las cosas, respetar la vida e impulsarla, crearla, procrearla y entender que la especie es nuestro nosotros.”*

Pépe Mujica

Nesta seção, meu foco estará totalmente voltado para a ação autônoma de movimentos subalternos. Considerando o acumulado até aqui, sempre que me referir à ação autônoma de movimentos subalternos ou simplesmente à ação de movimentos subalternos, o que farei recorrentemente, estarei falando da ação como ação-reflexão, ou seja, da ação como autonomia-como-práxis-democrática. Já iniciei essa discussão mais específica sobre a autonomia enquanto ação em outros lugares, em todos os casos em colaboração com Monika Dowbor (2018, 2020a, 2020b). Portanto, as reflexões aqui apresentadas tratam-se de um acumulado entre os referidos trabalhos e meus estudos mais especificamente voltados à pesquisa mais ampla que venho aqui apresentando. Seja naquelas reflexões preliminares já publicadas seja para os fins desta tese, meu interesse primeiro está nas diferentes formas de manifestação da ação autônoma de movimentos subalternos em suas relações com o Estado.

Quero começar dizendo que entendo que não é possível pensar a categoria autonomia como uma categoria que dê conta de explicar **o que é** um determinado movimento subalterno ou uma determinada experiência de qualquer tipo de ação coletiva. Portanto, não estou propondo pensar na autonomia como uma chave explicativa totalizante dos movimentos subalternos que seriam, neste caso, antes de tudo autônomos. Trata-se, portanto, de pensar a autonomia como ação localizada em um determinado espaço-tempo. Essa ação poderia ser vista como ação-forma, mas nunca como característica totalizadora do movimento.

Considero importante frisar isto mediante os argumentos frequentemente acionados que apontam **o fim da autonomia** quando ela é cooptada por algum outro sujeito ou estrutura – no meu caso, o Estado. É simplista a análise que prevê um caminho de causa e efeito automático e fatal entre autonomia e **cooptação** (Zibechi, 2007), seja teoricamente seja empiricamente; já não são raros os movimentos que se reivindicam autônomos e que demarcam algum tipo de relação com o Estado (Zibechi, 2021). Por isso, penso na autonomia como um marco da ação dos movimentos, seja voltada ao conflito ou à cooperação institucional com o Estado (Meza; Tatagiba, 2016; Souza, 2006; 2010; 2017) seja voltada ao desenvolvimento de práticas de auto-organização da vida em comum e autogestão dos recursos materiais e do trabalho (Baschet, 2017; Brancaloneo, 2012; Gutiérrez, 2015; Mora, 2018).

É interessante e importante perceber que essas ações sempre se dão **em relação ao** porquê **dentro do** Estado. Mesmo sendo apenas uma das estruturas de poder e dominação do sistema-mundo capitalista-colonial, o Estado também carrega consigo a característica da totalidade. Deste diagnóstico duas constatações aparecem com importância. A primeira é a que indica que os protagonistas das ações autônomas se encontram, porquê dentro e em relação ao Estado, na maioria dos casos, **dentro-e-esquecidos** ou **dentro-e-apagados** pela institucionalidade estatal. É justamente esta condição de esquecidos e apagados, que na prática significa exclusão do sistema vigente de tomada de decisões sobre os rumos de suas vidas, que os revela como dominados e, portanto, como povo subalterno. É essa condição de subalterno, de estar dentro-e-apagado, dominado, que pode fazer despertar, seja pela exacerbação das ausências materiais à manutenção e afirmação da vida seja pela subjetivação política planejada, a capacidade subalterna de intervenção na realidade como ação autônoma.

A segunda constatação é que, qualquer que seja das abordagens mobilizadas na seção anterior – poder-fazer-político e sociedade autônoma –, suas realizações ainda se tratam de projetos, de embriões que se bem antecipam, pré-figuram, no momento agora os símbolos e referências de uma sociedade outra, diferente da atual, ainda são ações autônomas de baixo impacto se o critério é a escala, o largo alcance. Esse baixo alcance, aparentemente um

diagnóstico pessimista, é um convite à organização e à ampliação das possibilidades táticas, não o contrário, dado seu potencial transformador.

En nuestro sistema político no decidimos nada. Es la política de simulación que tenemos. **Es momento de transformar esto. Y justo es aprovechar toda esta escena, toda esta fiesta para acceder a los medios, a los que no hemos podido acceder porque hay todo un veto, un control, una hegemonía en este lugar.** Para ellos no existe todo este terror que estamos viviendo. Porque este llamado no es sólo para los pueblos indígenas, este llamado es para todos los que creemos que existe otra forma de vivir; que ya estamos cansados de vivir de esta forma, con feminicidios, desapariciones, despojo y violencia. **La propuesta y el llamado para todos es: “organicémonos”** (César, 2019, p. 156–157, grifos nossos).

Conectar as abordagens dos que dispensam o Estado com as dos que o consideram em suas ações é um desafio tanto teórico-prático quanto ético-político (Adamovsky, 2011) que atende àquele convite à organização e com o qual tenho compromisso. É um desafio já assumido pelo CNI no México, por exemplo, como se pode ver a partir do relato de Samantha César. A tipologia das ações autônomas que apresento a seguir é, considerando isto, uma tentativa de aproximar essas abordagens táticas ao invés de desvalidar uma ou outra para com isso potenciar ambas.

A autonomia como ação vai empurrando, pouco a pouco, ou pelas bordas ou pelas brechas do Estado, a autonomia-como-princípio, seus símbolos e valores contra e/ou para dentro da forma-Estado e da democracia vigentes. Ou seja, ao não perceber no Estado os princípios projetados na sociedade autônoma, plantam naquela relação sementes para sua construção. Vale a pena destacar, no entanto, que o elemento normativo-idealista que projeta a sociedade autônoma dos sujeitos autônomos não encontra lugar na realidade concreta dos Estados-nação e do sistema-mundo capitalista-colonial. Entretanto, em uma aparente contradição, a própria realidade concreta que me lança para fora daquela normatividade é a mesma que me faz projetar no horizonte a sua construção. Ou seja, no polo oposto daquele elemento normativo-idealista encontra-se o realismo da forma-Estado e da democracia vigentes que, por sua vez, fazem florescer a ação autônoma, a autonomia-como-práxis-democrática que busca suas transformações. Estivesse acabado o projeto da sociedade autônoma, as contradições seriam outras, não as relacionadas às formas de organização da vida em comum, porque, justamente,

a autonomia coletiva [ou a sociedade autônoma...] remete à existência de instituições sociais que garantam, precisamente, igualdade efetiva – em outras palavras, uma igualdade que não é apenas ou basicamente formal – de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para a participação em processos decisórios concernentes à regulação da vida coletiva. A autonomia coletiva, por conseguinte, se fundamenta em instituições sociais que permitem a existência de indivíduos autônomos (livres) (Souza, 2012, p. 79).



Ou seja, os movimentos não encontram esse tipo de instituições na estrutura dos Estados-nação no “mundo real-vigente”; por isso, negam ou sua totalidade, ou seu *modus operandi*, ou suas ações e políticas públicas. Para o lugar do que negaram, constroem experiências concretas sustentadas pelas diferenças entre o mundo desta sociedade, heterônoma nos termos de Castoriadis, submersa em circuitos de poder como dominação, e a sociedade autônoma, do poder-fazer-político. Essas ações, que começam pela negação transitam ao momento de construção, quando se diversificam.

Como já mencionei, ainda que apenas cognitivamente, sempre haverá uma relação da autonomia com alguma estrutura do sistema ou com sua totalidade. Esse diagnóstico abre caminho para pensar que as ações autônomas de movimentos podem, sim, considerar a relação com o Estado em seu repertório mais amplo de táticas de ação. Comentando argumentos de Nicos Poulantzas, Souza (2010) assinala que se bem o Estado não é uma estrutura neutra na qual “vale a pena apostar de olhos fechados”, também não se trata de um “comitê executivo da burguesia”; se trata, como percebeu Gramsci, da complexa projeção política da correlação de forças que se desenvolve no âmbito da sociedade. E, nessa correlação de forças, cabem muitos sujeitos individuais e coletivos em disputa. Daí as reflexões sobre o Estado como espaço contraditório a ser disputado (Gramsci, 1984) ou dele como um campo de lutas (García Linera et al., 2010).

Essa constatação é importante porque embora não entregue centralidade absoluta às ações que contam com o Estado, por outro lado também não o descartam em sua totalidade, com exceção de alguns casos. Vale a pena ainda destacar, com Souza, que diferentes contextos políticos, que ele chama de conjunturas, com protagonismos de diferentes tipos de governos, podem tornar o Estado mais ou menos maleável, mais ou menos aberto à participação, como assinalei ao mencionar a literatura brasileira de movimentos sociais e participação, na seção 2.4. Sobre essa possibilidade de **contar com o Estado**, destaca o autor (2010, p. 26–27, grifos do autor):

A utilização dessa margem de manobra não há de se fazer, sem dúvida, sem muita cautela, exatamente porque não se deve esquecer que, **estruturalmente**, o Estado não serve à liberdade, mas sim à sua restrição e, em situações-limite, à sua supressão. Dependendo das circunstâncias, se for possível avaliar que os ganhos materiais e até mesmo político-pedagógicos da **luta institucional** tendem a ser superiores às eventuais perdas (quanto a estas, é preciso ter em mente, acima de tudo, o risco perene de “cooptação estrutural”), coisas como o envolvimento com canais participativos instituídos pelo Estado podem **complementar** a **ação direta** – resguardada, sempre, a maior independência possível das organizações dos movimentos em face do aparelho de Estado. Ou seja, a luta institucional não substituiu, em hipótese alguma, a ação direta; no fundo, **subordina-se**, assim como a tática se subordina à estratégia, e não o contrário. Na fórmula “**com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado**”, empregada em diversos trabalhos anteriores, são os dois

últimos ingredientes – e principalmente o último que devem predominar, de um ponto de vista que leve a sério o risco da cooptação e degeneração dos movimentos e que assuma a necessidade de uma mudança sócio-espacial profunda como pré-requisito para se poder falar em maior justiça social e melhorias substanciais da qualidade de vida da maior parte da população (e, por via de consequência, em desenvolvimento sócio-espacial) com rigor e consistência.

Com o que Ezequiel Adamovsky parece concordar:

[...] es fundamental comprender que la verdadera autonomía se pelea todo a lo largo de la sociedad (incluyendo el Estado). Aclaro de nuevo aquí, para que no haya malentendidos: creo que la construcción de autonomía, lo que algunos llaman “contrapoder”, tiene que ser el horizonte fundamental de nuestra táctica política. Pero para cambiar el mundo tenemos que encontrar la forma de desapoderar el Estado, y reemplazarlo por otra forma de relación social. Las asambleas de barrio, las fábricas autogestionadas, los microemprendimientos no capitalistas son fundamentales. Pero una sociedad nueva no se sostiene sólo con eso (Adamovsky, 2003, s/p).

Essa tripla possibilidade tática – **com, apesar e contra**<sup>45</sup> o Estado, apontada por Souza – apareceria com frequência nos textos que revisei sobre as experiências empíricas de ação autônoma de movimentos subalternos. Inclusive, importa mencionar, somente me deparei com a sistematização de Souza depois que já havia organizado, a partir da revisão de mais de vinte outros textos, aquela tripla possibilidade. Tal esforço investigativo se deu da seguinte forma: Primeiro, busquei abordagens empíricas da autonomia de movimentos subalternos<sup>46</sup> com base na literatura recente, de 2008 à 2018<sup>47</sup> – ou seja, a partir de dados secundários. Em segundo

<sup>45</sup> Reconhecendo a originalidade e inovação da abordagem **com, apesar e contra** dos estudos sobre autonomia de Marcelo de Souza no texto “Together with the state, despite the state, against the state: social movements as 'critical urban planning' agents” (2006), manterei o **com** e o **apesar**, mas, substituirei o **contra** por **para além**. O faço por querer destacar, das ações e experiências que não contam com o Estado em suas táticas e vivências, mais o caráter de construção (para além do Estado) do que o de negação (contra o Estado). Ana Cecilia Dinerstein, em um texto de um de seus livros (*Autonomía y Esperanza: la nueva gramática de la emancipación*, 2013), no qual também analisa a relação das autonomias com o Estado, faz abordagem parecida com a de Souza, na qual fala de **com, contra e para além**, destacando, portanto, assim como eu, o polo positivo da relação – para além como construção.

<sup>46</sup> Nota metodológica: No momento da busca dos textos que me serviram de base às análises apresentadas nesta seção, utilizei os termos **autonomia** e **movimentos sociais**. Como se pode ver, no entanto, aqui estou tratando de autonomia e **movimentos subalternos**. A opção pela utilização deste termo (e conceito) de movimentos subalternos expliquei no capítulo anterior (seção 2.4). Considerando os conteúdos dos textos encontrados quando da busca acima mencionada, avalio que não existem prejuízos teórico-metodológicos por tal opção. Por isto, para manter o fio condutor das ideias até aqui apresentadas, utilizo também aqui o termo movimentos subalternos.

<sup>47</sup> Neste primeiro esforço de investigação ao redor da ideia de **autonomia de movimentos sociais**, realizado no primeiro semestre de 2018, me amparei em acontecimentos que compreendia como “geradores” do resgate da autonomia no passado recente. Diante desse pressuposto, importa recordar que a grande crise do sistema-mundo capitalista-colonial em sua etapa neoliberal com ênfase à dimensão financeira, eclodida mundialmente em 2008 e comparada com a Grande Depressão de 1929, desencadeou uma série de ondas de protestos ao redor do mundo. A Primavera Árabe, em dezembro de 2010, os Indignados na Espanha, em maio de 2011, e, o *Occupy Wall Street* nos EUA, em dezembro de 2011, são casos típicos de ações coletivas que se insurgiram no contexto da austeridade, retirada de direitos e precarização da vida produzidas por aquela crise. No caso do Brasil, a resposta à crise foi dada pelo governo de Lula com políticas anticíclicas, o que serviu para retardar as agitações populares no país. No entanto, o próprio Brasil foi também prova viva de que as agitações chegariam, tal como se observou com a onda de protestos que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho de 2013. Esse comentário explicativo me parece importante porquê metodológico: meu marco temporal inicial para a busca dos textos foi a crise de 2008. Meu objetivo naquele momento foi o de verificar se haviam algumas recorrências nos usos empíricos, a partir das descrições dos pesquisadores, que pudessem então ser analiticamente sistematizados.

lugar, realizei investigação bibliográfica buscando as abordagens teórico-conceituais da categoria – a sistematização dos achados dessa investigação, e as reflexões ao redor deles, venho já apresentando nas seções anteriores a este capítulo. E, por último, entre 2018 e 2019 realizei uma série de entrevistas e observações participantes no México, portanto obtendo dados primários, que detalharei mais adiante, no capítulo 6. Este foi o caminho percorrido para chegar na tipologia que agora apresento. Ela se trata, como se poderá ver, de uma articulação entre teoria e empiria; muitos mais detalhes da construção de cada subtipo já estão publicados (2018, 2020a, 2020b).

O primeiro dos referidos trabalhos (As relações entre movimentos sociais e Estado pelo prisma da autonomia: uma revisão da bibliografia recente, 2018) de sistematização das aparições empíricas nos levou à seguinte tipologia para a ação autônoma de movimentos subalternos: (i) autonomia das práticas cotidianas na recusa da relação com o Estado; (ii) autonomia tática e organizacional no confronto político extrainstitucional com o Estado; e, (iii) autonomia na construção de propostas e projetos que o movimento busca transformar em políticas públicas por meio das interações com o Estado por dentro e por fora das instituições. Com essa tipologia em mãos, foi possível fazer uma primeira aproximação entre empiria e teoria (Negar e construir a partir das ações de movimentos: três tipos de autonomias territoriais no México, 2020a). Essa aproximação nos levaria à constatação de que a ação autônoma de movimentos teria de ser abordada, para fins analíticos, em duas etapas: o momento de negação do “outro” ou do que “o outro produz ou cria” (negação do Estado enquanto aquele que produz as definições sobre o movimento) e o momento da construção (o que o próprio movimento define e produz no lugar do que negou do Estado). Além disso, era preciso incluir a ideia de capacidade de lucidez e flexibilidade dos sujeitos.

Nestes termos, realizadas as devidas articulações teoria-empiria, tem-se: a ação autônoma de movimentos subalternos em relação ao Estado é a ação lúcida e reflexiva que decide negar ou sua totalidade ou suas dinâmicas de funcionamento ou suas políticas públicas, primeiro; e que constrói uma alternativa àquelas negações, depois. O desdobramento dos três subtipos<sup>48</sup> de ação autônoma presentes no argumento acima mencionado, agora enfocando no

---

<sup>48</sup> Nota metodológica: Para cumprir a transição entre empiria e teoria, já que meu pressuposto metodológico foi o da indução, me utilizei da proposta de Giovanni Sartori (1970) da estratégia do **conceito clássico** ou **por redefinição**. Tal estratégia prevê que, para suavizar o dilema entre **intensão** e **extensão** na construção de conceitos, é possível que se defina um **núcleo comum principal** de atributos e, a esse núcleo, adicionam-se outros atributos que definirão subtipos para o conceito principal. Por exemplo: “autonomia de movimentos sociais é X” e poderá se desdobrar como X<sup>1</sup>, X<sup>2</sup> ou X<sup>3</sup>. Assim, se alcança um equilíbrio razoável entre extensão (o núcleo comum principal cumpre a tarefa de alcançar variados casos) e intensão (os subtipos do conceito cumprem a tarefa de especificar cada caso através de suas características particulares, evitando generalizações que descaracterizem demasiadamente o conceito).

momento da construção que é o que diversifica o conceito, assim se apresenta: (i) a negação do Estado em sua totalidade leva à construção de modos de vida à sua margem; (ii) a negação das formas de funcionamento do Estado leva à construção de formas organizacionais alternativas e de confronto político extrainstitucional; e, (iii) a negação da desigualdade histórica nas decisões do Estado para produção de políticas públicas leva à construção de propostas alternativas para aquelas políticas (*Dynamics of autonomous action in social movements: from rejection to construction*, 2020b).

#### **4 Como estudar a relação Estado-movimentos pela lente das autonomias e em distintos contextos políticos? Aspectos teóricos e metodológicos**

Neste capítulo, como o próprio título já antecipa, farei, pela primeira vez ao longo dos textos apresentados até aqui, uma discussão que combinará as abordagens teórica e metodológica. Meu argumento central aqui é o que indica que o contexto político importa para a análise da ação dos movimentos subalternos. Ele importa porque, para além de ser um dos fatores condicionadores da ação (autônoma ou não) de movimentos, sua sistematização ajuda na definição de diagnósticos dos limites da forma-Estado e da democracia vigentes. Um diagnóstico rigoroso da forma-Estado e da democracia vigentes é pressuposto para a reflexão seja dos próprios movimentos seja dos analistas sobre o alcance das demandas dos primeiros. Se a demanda de um movimento determinado é a radicalização da democracia e a auto-organização substantiva da vida em comum, tal qual na ideia de autonomia-como-práxis-democrática, o diagnóstico do contexto político poderá indicar para o emprego de mais ou menos recursos nas ações autônomas que contam com o Estado (aquelas apesar ou com ele) e mais ou menos nas que o dispensam (aquelas para além dele).

Nesta esteira apresentarei, nas seções que seguem, um esquema metodológico construído a partir de distintas contribuições teóricas, portanto um esquema teórico-metodológico, com o qual operacionalizarei, nos capítulos que seguirão, os achados da fase empírica do acumulado de investigações que fiz durante os quatro anos de dedicação à presente investigação. Retomo aqui minha problemática de pesquisa, já apresentada na seção introdutória, porque ela contribui à elucidação do mencionado esquema, a saber: como a relação e a interação Estado-movimentos de economia solidária de Brasil e México, de 1995 à 2020, influenciam e reconfiguram as dinâmicas e os sentidos da autonomia dos movimentos? Diante desta abrangente questão, meu objetivo tanto na fase de revisão bibliográfica quanto na da pesquisa de campo foi o de compreender como aquelas relações foram, ao longo do tempo, provocando transformações seja na ação seja na significação dos movimentos em relação as suas autonomias.

Desde meus primeiros movimentos investigativos em torno desta pesquisa, entre 2016 e 2017, percebia a necessidade de uma mirada estrutural, metodologicamente falando, em meu esforço. Mirada estrutural aqui entendida como um olhar que vai mais além da relação em si, ou seja, no meu caso mais além da relação de cada um dos dois movimentos investigados com seus respectivos Estados. Uma alternativa para compreender os contextos políticos poderia ser

a abordagem das Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP) (Tarrow, 2009; Tilly, 2006), desdobramento da TPP, já mencionada (seção 2.2).

A abordagem das EOP apresentava-se, no entanto, como insuficiente para a análise de meus casos por dois motivos. O primeiro e mais importante: porque trata-se de uma abordagem centrada no Estado; justamente por isso, ela não alcança as experiências para além dele, o que por si só já inviabilizaria sua utilização aqui. Em segundo lugar, porque inicialmente tratou-se de uma abordagem que entregava ao Estado e às oportunidades políticas por ele criadas o papel ativador da ação coletiva, ou seja, os movimentos apenas reagiriam à ação estatal; argumento que gerou muitas críticas. Posteriormente, a abordagem passou por revisões que buscaram resolver tal questão, mas que acabaram criando outras inconsistências. Por isso, descartei essa abordagem e segui refletindo em torno de uma discussão ainda incipiente. O que era certo é que nem a literatura internacional e nem a brasileira haviam dedicado a devida atenção ao tema (Abers et al., 2018).

Minha hipótese para a baixa produção acadêmica ao redor da relação contexto político-movimentos sociais, pelo menos para o caso brasileiro, é a de que a suposta consolidação e mesmo ampliação democrática no seio do período pós-redemocratização e, sobretudo, pós-chegada do PT ao governo federal foi o que impediu maior desenvolvimento da mencionada abordagem. Bringel e Falero (2016, p. 38) contribuem sobre o tema:

Los estudios tradicionales de movimientos sociales tienden a defender la hipótesis, bastante intuitiva, de que la emergencia de gobiernos de centro-izquierda y de izquierda, con algún tipo de afinidad con los movimientos, abre un escenario de mayor apertura hacia sus agendas y demandas. El análisis de la diversidad de situaciones ocurridas en América Latina, desde el cambio de siglo, sin embargo, nos muestra un escenario bastante más complejo, que apunta a dinámicas ambivalentes, a tensiones diversas, a límites del progresismo, a modalidades distintas de gestión de lo público, bien como a varias combinaciones posibles de apertura y cierre, consenso y coerción.

Me parece que foi essa, mesmo – “a hipótese de que a emergência de governos de centro-esquerda e de esquerda abre um cenário de maior abertura para as agendas e demandas” dos movimentos –, a abordagem na qual apostou a literatura brasileira de movimentos sociais e participação. Se, por um lado, essa aposta contribuiria sobremaneira à produção do conhecimento sobre o tema com suas inovadoras criações, de caráter relacional, o que sempre será condição a uma ciência que não adormeça estática, por outro lado esse desenrolar produziria o que arrisquei chamar, em outro lugar (Oliveira, 2019), de “fetichismo das instituições”. Se não estou me equivocando na caracterização de tal processo, esse fetichismo pode ter deixado escapar das análises justamente (i) suas dimensões estruturais e, para além

disso, (ii) as ações e experiências de movimentos que por opção própria não se engajam naquelas instituições mesmo em contextos “atraentes”.

Os assinalados escapes precisam ser tratados separadamente para fins analíticos. O primeiro é externo às experiências aqui estudadas – nunca totalmente externo já que as estruturas atravessam as tomadas de decisão dos movimentos – enquanto que o segundo é interno – nunca totalmente interno já que toda a ação influenciará em alguma medida as estruturas –, de foro íntimo de cada movimento estudado. Em relação a estas duas abordagens (externa e interna às experiências dos movimentos), nas seções que seguem primeiro me concentrarei no que é externo, portanto estrutural, restando para a segunda seção a apresentação de uma proposta que tentará dar conta de explicar porque agem como agem os movimentos em suas relações com o Estado, portanto a mirada interna ao movimento.

Diante desse desafio de sistematizar seja a mirada interna seja a externa, encontrei um importante esforço teórico-analítico no trabalho de Rebecca Abers, Marcelo Kunrath Silva e Luciana Tatagiba (2018, p. 16), achado que contribuiu sobremaneira às minhas reflexões. Em relação a citada baixa produção acadêmica sobre o tema, elas comentam:

No que se refere à literatura nacional, apesar dos avanços da última década, não temos ainda uma reflexão sistemática sobre como abordar o “contexto político” e, particularmente, como ele importa para a análise de formas e resultados da atuação dos movimentos sociais nas políticas públicas. No que se refere à literatura internacional, observa-se que, embora vários autores problematizem o conceito de “estrutura de oportunidade política”, o contexto ainda emerge em grande parte das análises como um cenário inerentemente externo aos movimentos que estabelece oportunidades ou ameaças e constrange suas ações.

Com este panorama em tela, por um lado crescia o meu compromisso como pesquisador em esmiuçar isto que tão difusamente se acostumou chamar de contexto político. Por outro lado, abriam-se possibilidades de inovações e experimentações no que diz respeito ao horizonte ao qual se mira quando se fala do contexto político e da busca por esquemas e indicadores ou condições que ajudem na sistematização das experiências concretas ao plano analítico-conceitual.

Neste contexto, tanto minha inquietação em investigar **o que acontece com as autonomias dos movimentos quando eles interagem com o Estado** quanto o diagnóstico do baixo interesse das análises de movimentos sociais brasileiras pelas dimensões estruturais me empurravam para essa a discussão sobre contexto político. Me empurravam para mais: para as reflexões sobre como caracterizar distintos contextos políticos para identificar como eles impactam a relação entre Estado e movimentos subalternos; isso sem perder de vista que a

análise dos contextos me ajudaria também a perceber oportunidades políticas e a qualidade da participação institucional.

A proposta que ofereceram Abers, Silva e Tatagiba (2018) para definir os contextos políticos indica para a análise dos (i) regimes e dos (ii) atores politicamente relevantes e subsistemas de políticas públicas. Trata-se, considero, de uma proposta promissora porque cruza a dimensão mais ampla do universo investigado (regimes) com a das especificidades de cada caso (atores politicamente relevantes e subsistemas de políticas). Em relação à proposta da análise dos regimes, pretendo deixar como contribuição de minhas reflexões às autoras o esforço da definição de condições estruturais-estruturantes para que seja possível a operacionalização das análises a partir da ideia de regimes. Além disso, registre-se: o que as autoras chamam de regime, estou chamando de contexto político. Já em relação à proposta da identificação dos atores politicamente relevantes e do mapeamento dos subsistemas de políticas públicas, para o meu estudo tratar-se-ia de uma abordagem que terminaria sobreposta ao esquema de análise da flutuação das autonomias, que apresentarei mais adiante (seção 4.2), assim como sobra no que toca as discussões sobre políticas públicas já que esse não se trata exatamente do meu enfoque.

O que leva um movimento a descartar totalmente o Estado em suas ações autônomas mesmo com instituições participativas “a sua disposição”? O que leva um movimento a considerar o Estado em suas ações autônomas mesmo quando se vão fechando as possibilidades de participação? O que leva um movimento a participar, primeiro, e a descartar a participação, depois? O que leva um movimento a não participar, primeiro, e a participar, depois? O que leva um movimento a participar e a construir experiências para além do Estado em um mesmo intervalo de tempo? Eu não tinha escolha, precisava olhar para o contexto político e suas consequências à abertura ou fechando do Estado para compreender suas implicações às relações movimentos-Estado e às qualidades da participação.

Na seguinte seção, apresentarei as reflexões que caracterizam meu esquema interpretativo como um esquema estrutural-relacional. Meu objetivo é perceber como um ou outro contexto poderá produzir consequências às relações Estado-movimentos e, além disso, como essas consequências podem significar abertura ou fechamento do Estado à participação fazendo alterar-se também a qualidade da própria democracia. Logo depois, na seção que seguirá, apresentarei o esquema em si, ou seja, a forma teórico-metodológica com a qual analisarei a flutuação das ações autônomas dos movimentos de economia solidária de Brasil e México em suas relações e interações com seus respectivos Estados.



#### 4.1 Contextos políticos: definição das condições estruturais-estruturantes

Um primeiro destaque que considero importante nesta seção é sobre a relação estruturação. Incorporar à análise as condições estruturais, seja à análise acadêmica seja a de táticas dos próprios movimentos, condições que aparentemente podem aparecer como inalcançáveis, possibilita percebê-las como parte do conjunto de dinâmicas que, pelo contrário, poderão ser objeto e objetivo de transformação dos movimentos. Ou seja, se vistas como tal, essas condições podem passar a ser consideradas como prioritárias e modificáveis pelos movimentos, fazendo com que eles direcionem parte de seus recursos e esforços para suas transformações. Portanto, tratam-se de **condições estruturais-estruturantes** e não apenas de condições estruturais.

Definir tais condições e sistematizar formas de analisá-las importa porque a ação como participação como ação ou ativismo institucional não se dá, do ponto de vista analítico, de forma estrita aos limites do Estado; ela se dá no seio de um conjunto mais amplo de variáveis porque dentro do sistema-mundo capitalista-colonial. Além disso, esse tipo de ação, quando levada a cabo, é apenas um tipo de ação dentro de um leque as vezes amplo de um repertório determinado. Mesmo em um contexto político favorável que produz alguma sorte de Estado “poroso” ou participativo, os movimentos podem decidir autonomamente pela não participação, optando por formas de confronto político extrainstitucional ou ainda pela construção de formas de vida na margem do Estado. Mas, o que fazem os movimentos quando não estão engajados em processos de interação com o Estado? Por certo, essa é uma pergunta que ainda merece atenção e avalio que olhar, primeiro, para as condições estruturais-estruturantes que definem contextos políticos pode ser um passo inicial interessante.

Quando um movimento ou não encontra as condições contextuais para construir experiências que chamei de autonomia para além do Estado ou quando, por convicção tática, opta pelas formas que chamei de autonomia apesar do Estado e de autonomia com o Estado, ele acabará envolvido em interações conflitivas e/ou cooperadas com o Estado. Para os dois casos, com ênfase para as interações cooperadas, contextos políticos definirão os pormenores de uma determinada forma-Estado evidenciando maior ou menor possibilidade de participação institucional, ou seja, de cooperação; maior ou menor possibilidade que definirá, também, a qualidade da participação. Obviamente, perceber que tipo de democracia tal forma-Estado tem como princípio de operação ajuda, mas não é o bastante, é preciso ir mais ao detalhe; por isso a proposta da definição de condições estruturais-estruturantes.

Nesta esteira, é importante ter em mente duas constatações: (i) contextos políticos determinados podem desembocar em horizontes limítrofes de a) total impossibilidade de participação, por um lado, e de b) alta possibilidade de participação, por outro; e, (ii) mesmo

em contextos altamente atraentes à participação, movimentos podem decidir por ações extrainstitucionais, para além ou apesar do Estado, que podem ou não ser de tipo conflitivas. Vale a pena mencionar que seja para além seja apesar, sempre haverá algum tipo de relação do movimento com o Estado, que poderá se direta ou indireta. Ações autônomas para além do Estado, portanto na sua margem, também estão relacionadas a ele, por mais que indiretamente porquê “apenas” simbólicas, cognitivas. Um movimento que constrói formas de vida contrárias às formas percebidas no Estado o reconhece e, por sua capacidade cognitiva, compreende suas formas de organização para só então negá-las; há uma relação indireta, portanto. Já nas ações autônomas apesar do Estado, em geral envolvidas em conflitos explícitos, há uma relação direta que se manifesta como interação conflitiva.

Por que movimentos optam por ações extrainstitucionais mesmo em contextos políticos atraentes à participação, ou seja, mesmo quando contextos indicam para a possibilidade de participar? Por ora, registro como hipótese que pode ser porque, em uma aparente contradição, as condições estruturais-estruturantes de um determinado contexto podem aproximar e afastar movimentos do Estado ao mesmo tempo. “Para participar, la gente debe tener la certeza, verificada constantemente, de que entre su participación y su abstención hay una diferencia. Y esto sólo es posible si se trata de participar en la toma de decisiones efectivas, que afectan sus vidas” (Castoriadis, 2006, p. 230). Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) exploraram muito bem aquela citada contradição com a ideia de **confluência perversa**.

Salvo nos casos das ditaduras, nos quais as condições estruturais-estruturantes implicam em uma total ou quase total impossibilidade de participação institucional, a possibilidade de fazê-la precisará ser analisada por sua qualidade, ou seja: não basta participar, é preciso saber que tipo de participação se poderá experimentar. As autoras acima citadas mostraram com a ideia de confluência perversa que um projeto político neoliberal poderá se apropriar da linguagem e mesmo dos mecanismos relacionados à participação reivindicados, originalmente, por projetos democrático-participativos. Desta forma, poderão estar falando de participação, mas, apenas de forma teatral, o que poderá afastar movimentos mais críticos à qualidade da participação mesmo em contextos nos quais a possibilidade de fazê-la é real. Por tudo isso, analisar as condições estruturais-estruturantes de um determinado contexto político poderia ser um compromisso tanto de quem busca saber “como participam os movimentos que participam” quanto de quem busca saber “por que não participam os que não participam”.

Tentando cumprir com essa dupla tarefa, sistematizei um conjunto de condições estruturais-estruturantes para a definição de contextos políticos, a saber: a ideia de projetos políticos (Dagnino et al., 2006); a ideia de tipos de governos na América Latina (Bringel;

Falero, 2016); e, as relações internacionais percebidas através da análise dos (a) tipos de associação diplomática (Briceño, 2014; Novion, 2019; Rodriguez, 2012) e dos (b) tipos de associação macroeconômica (Boito Jr.; Berringer, 2013; Boron, 2019; Martins, 2011; Meiksins Wood, 2000) na relação centro-periferia no sistema-mundo capitalista-colonial. Outras condições podem ser úteis nesta empreitada, me parece óbvio. Avalio, no entanto, que com estas já é possível indicar qual **padrão tendencial de relações Estado-movimentos** um contexto político determinado produzirá.

**Tabela 1 – Condições estruturais-estruturantes e as possibilidades contextuais**

Distintas condições estruturais-estruturantes	
<i>Projeto político</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Autoritário;</li> <li>b) Democrático-participativo;</li> <li>c) Neoliberal.</li> </ul>
<i>Tipo de governo</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Gestão com autoritarismo seletivo e violência estendida no tecido social;</li> <li>b) Gestão empresarial com governos de direita política;</li> <li>c) Gestão empresarial com governos progressistas sem tentativa de transformação da forma-Estado herdada;</li> <li>d) Gestão contraditória com tentativa de transformação da forma-Estado herdada.</li> </ul>
<i>Relações internacionais</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Unilateral;</li> <li>b) Multilateral.</li> </ul> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Neodesenvolvimentista;</li> <li>b) Neoliberal.</li> </ul>
<i>Padrão tendencial de relacionamento Estado-movimentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Violento-hostil;</li> <li>b) Integrativo-cooperado.</li> </ul>
<i>Qualidade da participação</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Pseudoparticipação;</li> <li>b) Participação parcial;</li> <li>c) Participação plena.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor.

Acompanhando a ordem da Tabela 1, começo pela ideia de projetos políticos de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006). Olhando para a América Latina, mirada que interessa também a mim, as autoras sistematizaram três diferentes tipos de projetos: o projeto autoritário,

o projeto democrático-participativo e o projeto neoliberal. Começo os destaques com uma constatação importante: se tomo como base o pensamento gramsciano, como fazem também as autoras, no qual o mercado está integrado à sociedade civil – aqui considerando a divisão analítica sociedade civil *versus* Estado (que Gramsci ora chama de sociedade política, ora de Estado) –, enquanto o projeto autoritário empurra o destaque da organização da vida em comum totalmente para o Estado, os projetos democrático-participativo e neoliberal, pelo contrário, dividem aquele destaque com a sociedade civil; mas, o fazem com graus, formas e objetivos distintos.

No caso do projeto autoritário, por mais que atualmente já se saiba que as ditaduras latino-americanas operavam com diversos tipos de vínculos com a sociedade civil, com destaque para o mercado e suas relações clientelares, neste projeto o núcleo gravitacional da organização da vida em comum encontra-se no polo do Estado na relação Estado-sociedade civil. Tal projeto não prevê qualquer sorte de mecanismos para que a população participe das tomadas de decisão governamentais, sendo que até mesmo o voto para o comando do executivo é vedado, talvez a principal marca de tal modelo quando colocado em perspectiva com qualquer que seja o tipo de democracia.

Do outro lado, no caso dos projetos democrático-participativo e neoliberal, há compartilhamento da responsabilidade pela organização da vida em comum entre Estado e sociedade civil, mas, ele se dá por motivos distintos e com configurações substantivamente opostas. Se, no primeiro caso, o Estado cresce e incorpora a sociedade civil dificultando a identificação de suas fronteiras, no segundo caso o Estado diminui e demarca aquelas fronteiras, ainda que as vezes utilizando-se da linguagem do projeto democrático-participativo (Dagnino et al., 2006). Ou seja, enquanto o primeiro busca integrar no arranjo institucional os diferentes sujeitos individuais e coletivos da sociedade civil, o neoliberal combina participação seletiva com transferência de responsabilidades e até de execuções do Estado para a própria sociedade civil, sobretudo na figura das organizações não-governamentais (ONGs).

Feito esse primeiro destaque sobre questões mais gerais das diferentes formas de relações Estado-sociedade presentes em cada um dos projetos, quero agora destacar, sinteticamente e nas palavras das próprias autoras, questões mais específicas de cada um deles.

O projeto autoritário (Dagnino et al., 2006, p. 48):

Para empezar, el modelo autoritario anula completamente o limita la operación de las instituciones democrático-liberales. Las elecciones y la competencia entre partidos, o bien son prohibidas (Chile, Argentina y Uruguay durante las dictaduras) o carecen de significación política en tanto las opciones están limitadas y el poder de los representantes electos acotado por factores estructurales (México hasta 1997; Brasil entre 1964 y 1980). El Estado es fuerte y centralizado, y asume frecuentemente rasgos

personalistas, en donde la figura del presidente o dictador es puesta por encima de cualquier otro actor político. En el terreno de las relaciones entre el Estado y la sociedad civil, el proyecto autoritario parte del principio de no reconocer la existencia de la sociedad civil.

#### O projeto democrático-participativo (Dagnino et al., 2006, p. 51):

Su núcleo esencial está conformado por una concepción de profundización y radicalización de la democracia, que confronta con nitidez los límites atribuidos a la democracia liberal representativa como sistema privilegiado de las relaciones entre Estado y sociedad. Así, para hacer frente al carácter excluyente y elitista de este paradigma se defienden los modelos de democracia participativa y deliberativa como complementarios a aquél (Santos y Avritzer, 2002: 75-76). En ese sentido, la participación de la sociedad en los procesos de decisión asume un papel central para la democratización (Fals Borda, 1996). Esta participación es vista como un instrumento para la construcción de una mayor igualdad, en la medida en que contribuye a la formulación de políticas públicas orientadas con ese objetivo (Albuquerque, M. C., 2004; GECD, 2000; Santos y Avritzer, 2002; Murillo, Gabriel y Larissa Pizano, 2003; Daniel C., 2000; Ziccardi, 2004; OXFAM/ Diakonia, 1999; Cáceres, en prensa).

#### O projeto neoliberal (Dagnino et al., 2006, p. 60):

Primero, los derechos sociales que habían conseguido consolidarse en el precario Estado de bienestar latinoamericano están siendo eliminados con el argumento de que constituyen obstáculos a la libre acción modernizante del mercado. En esta política de anulación generalizada de derechos se utiliza también, como justificación, la eliminación de “privilegios” de algunos sectores de trabajadores, beneficios que fueron resultado de las estrategias del Estado en la búsqueda de apoyo político y que no se extendieron a la población completa. [...] Segundo, en la gestión de las políticas sociales la concepción de los derechos universales, como modelo e instrumento de la construcción de la igualdad, es sustituida por esfuerzos emergentes y focalizados, dirigidos a sectores en situación de riesgo. [...] Tercero, la ciudadanía es remitida al ámbito del mercado estableciéndose una seductora conexión entre los dos términos. Entonces, convertirse en ciudadano pasa a significar la integración individual al mercado, como consumidor y como productor (García Canclini, 1996). En un contexto donde al Estado se le exenta progresivamente de su papel de garantizador de los derechos, el mercado es ofrecido como una instancia sustituta para la ciudadanía. Cuarto, con la transferencia de las políticas sociales a las organizaciones de la sociedad civil, a la filantropía y al voluntariado, la ciudadanía es identificada y reducida a la solidaridad para con los pobres, a la vez que ésta es entendida, la mayoría de las veces, como mera caridad. Los objetos de esas políticas no son vistos como ciudadanos, con derecho a tener derechos, sino como seres humanos “carentes” que deben ser atendidos por la caridad, pública o privada.

A segunda das quatro condições estruturais-estruturantes é a dos tipos de governos latino-americanos, proposta por Bringel e Falero (2016). Entendo que os autores contribuem à definição de contextos políticos e destaque o fato de basearem-se em diagnósticos de acontecimentos empíricos de a partir da década de 1990. Buscando características principais da forma de gestão de um ou outro governo nacional latino-americano, os quatro diferentes tipos de governos, para os autores, são: a) “Gestión con autoritarismo selectivo y violencia extendida en el tejido social”, b) “Gestión empresarial con gobiernos de derecha política”, c) “Gestión empresarial con gobiernos progresistas sin intento de transformación de la forma Estado

heredada” e d) “Gestión contradictoria con intento de transformación de la forma Estado heredada” (Bringel; Falero, 2016, p. 39).

Em primeiro lugar, os autores definem a gestão com autoritarismo seletivo e violência estendida no tecido social como um tipo de governo no qual o acento está no exercício do poder como dominação através da força (constrangimento, coerção e violência explícita). No entanto, como pode parecer óbvio, essa força, ora com roupa de constrangimento e/ou coerção, ora com roupa de violência, não se aplica a todos os grupos sociais; por isso os autores falam de um autoritarismo seletivo. E, quem sofre com esse tipo de governo? A rigor, seus opositores político-ideológicos. Em síntese, para levar adiante suas agendas governamentais, para além de não contarem com mecanismos que explicitem formas de participação da sociedade civil na gestão dos assuntos estatais, sobrando espaço ao clientelismo, corporativismo e *lobby* que se desenrolam sob nebulosas práticas, se trata de um cenário no qual os grupos opositores políticos destes tipos de governo tendem a sofrer com aquelas mencionadas formas de repressão.

Já em relação à gestão empresarial com governos de partidos de direita, Bringel e Falero empurram o acento do tipo de governo para o caráter empresarial e produtivista da referida forma de gestão. Este tipo de governo tem como características principais e combinadas a técnica, o equilíbrio financeiro (fiscal, na linguagem estatal) “a qualquer preço” – por isso gestão empresarial – e o conservadorismo cultural. Em relação a esta última, para fins de elucidação, vale dizer que tratam-se de governos nada sensíveis às discussões ditas identitárias como as de gênero e de raça, por exemplo. Já em relação as duas primeiras características assinaladas, de tão combinadas e sobrepostas quase que poderiam ser definidas em uma só. No entanto, entendo que vale a pena demarca-las analiticamente separadas porque, ainda que hipoteticamente, avalio como possível algum tipo de governo de característica técnica e que no lugar do equilíbrio financeiro privilegie, por exemplo, a implementação de políticas sociais.

O terceiro tipo de governo proposto pelos autores é o da gestão empresarial com governos progressistas sem tentativa de transformação da forma-Estado herdada. Como a própria denominação indica, mantém-se parte da forma de gestão anterior, mas, alteram-se outras. Do que fica, ainda que de forma “suavizada”: a técnica e a eficiência financeira – não é tarde dizer, tal característica sempre será uma forma de aceno ao mercado. No entanto, saltam aos olhos duas importantes características outras: redistribuição da riqueza produzida e progressismo cultural. No primeiro caso, refiro-me às políticas compensatórias como valorização do salário mínimo, renda mínima (que poderá ou não ser universal), fortalecimento de sistemas públicos de saúde, dos equipamentos educacionais combinados à ações como cotas socioeconômicas, por exemplo, entre outras. Já em relação ao progressismo cultural, refiro-me

justamente ao contrário do tipo anterior, ou seja, se lá falta sensibilidade às pautas identitárias, aqui elas são mais ou menos percebidas na forma de políticas inclusivas. São governos que, em maior ou menor medida, se abrem à participação institucional de movimentos subalternos. Não posso deixar de destacar, no entanto, que mesmo diante de características que indiquem reformas do Estado, não se tratam de reformas estruturais.

Por último, a gestão contraditória com tentativa de transformação da forma-Estado herdada é um tipo de governo no qual o destaque está na ideia de transformação. Ele se parece com o anterior em relação à redistribuição e ao progressismo cultural e, via de regra, é marcado pela integração dos movimentos subalternos, por diversas formas de instituições participativas, nas discussões e tomadas de decisão públicas. Há uma busca explícita pela transformação da forma-Estado que tocará tanto na burocracia real quanto nos símbolos, referências e princípios da forma de organização da vida em comum característica dos Estados-nação em geral. Tentar transformar a forma-Estado é, na maioria dos casos, compromisso firmado com os movimentos subalternos antes mesmo da chegada dos governos em questão nos executivos nacionais. Entretanto, aquelas tentativas de transformação estrutural tendem a esbarrar nos constrangimentos impostos pela condição latino-americana, ou seja, pela diferença centro-periferia do sistema-mundo capitalista colonial; o que indicará para a conservação da forma-Estado.

As duas próximas condições aparecem sob um mesmo “guarda-chuva”, que optei por chamar de relações internacionais. Portanto, abaixo deste guarda-chuva das relações internacionais, encontro duas outras condições estruturais-estruturantes: as associações a) diplomática e b) macroeconômica. Como estou falando de relações internacionais, não custa recordar que, teórico-metodologicamente falando, tomo como base histórica a totalidade do sistema-mundo capitalista-colonial. Essa opção tem consequências importantes, como já mencionei no capítulo 2 (seção 2.4). O estruturalismo latino-americano fruto das reflexões protagonizadas primeiramente na CEPAL indica que, qualquer que seja a opção diplomática e macroeconômica de um país subdesenvolvido, limites serão percebidos nas políticas internas dada a condição periférica na relação centro-periferia do sistema mundial. Portanto, as opções teórico-metodológicas pela ideia de totalidade, que me levam à ideia de sistema-mundo capitalista-colonial que, por sua vez, me leva às ideias de estruturalismo latino-americano e da relação centro-periferia são opções que se tornam pressupostos à minha análise.

Antes de passar às reflexões sobre associação diplomática, um esclarecimento. Eu poderia, acredito que sem grandes prejuízos analíticos, pensar em associação diplomática e associação macroeconômica como uma mesma condição. No entanto, as separo por dois

motivos: (i) pela complexidade das relações internacionais no âmbito do sistema-mundo capitalista-colonial na atualidade e (ii) pela ênfase que entendo necessária à dimensão econômica, aqui macroeconômica, no conjunto de condições estruturais-estruturantes que vou apresentando.

Quanto às possibilidades de associação diplomática, são distintas as abordagens de José Briceño (2014), Jacques de Novion (2019) e Júlio César Rodríguez (2012). No entanto, todas ajudam a perceber que um país, sobretudo no contexto dos países do Sul global, que opta pela associação diplomática unilateral<sup>49</sup> acabará refém daquele único parceiro internacional, obviamente do Norte global, com quem termina confiando relações exclusivas e de submissão. Para Briceño (2014), quando um país latino-americano se integra diplomaticamente ao sistema mundial pela via unilateral ele acabará expondo e até aprofundando os problemas de sua condição subalterna. Além de consequências econômicas, que tentarei evidenciar mais adiante, esse tipo de associação também produz consequências políticas e culturais. No campo da política, significa alguma sorte de isolamento que poderá cobrar alto custo nas rodadas de acordos globais, por exemplo. Já no campo da cultura, a associação unilateral poderá, sempre considerando a condição subalterna dos países latino-americanos na relação Norte-Sul, resultar em tentativas de apagamento de culturas históricas, por um lado, e de universalização de culturas exógenas, por outro.

Nesta esteira, Novion (2019) faz importantes alertas em relação, sobretudo, às formas de atuação dos EUA no “tabuleiro” das relações internacionais. O autor examina as formas com que os norte-americanos vão impondo-se diante dos países latino-americanos a partir da estratégia do discurso da segurança nacional e regional – discurso fortemente percebido no México, por exemplo –, por um lado, e da falsa integração regional-multilateral que sempre acaba se revelando como unilateral, por outro. Ao denunciar esse tipo de prática relacionada à ideia de panamericanismo, destaca o autor (2019, p. 4): “Una propuesta construida por el gobierno de EUA y ofertada como alternativa de integración multilateral. Una política propuesta multilateralmente, pero construida y favorable a los intereses unilaterales.”. E, linhas mais tarde, ao passar da discussão do panamericanismo para a da integração neoliberal, assinala (2019, p. 12):

Semejante al Panamericanismo, la globalización neoliberal se propone, inicialmente, de forma multilateral, desde una propuesta unilateral. Pero en poco tiempo regresa a

---

<sup>49</sup> Optarei pelo termo **unilateral** ao **bilateral** para destacar a condição subalterna dos países latino-americanos na estrutura do sistema-mundo capitalista-colonial. Enquanto uma relação bilateral poderia indicar uma ideia de “ganha-ganha” naquela relação, a relação unilateral indica uma relação “perde-ganha”, na qual os países do Sul sempre perdem e os do Norte sempre ganham (Novion, 2019).



la vieja estrategia bilateral. La propuesta estadounidense de creación de una Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA-1994), surge como mecanismo de integración de todo el continente basado en las propuestas neoliberales. El fracaso de esta iniciativa se evidenció en las sistemáticas denuncias de gobiernos y movimientos sociales sobre las evidentes desventajas frente a la hegemonía.

A alternativa à associação unilateral, que ganhou destaque na região latino-americana justamente após o fracasso da ALCA, e da posterior ascensão dos governos de partidos de esquerda na região, é a associação multilateral. Em geral, esse tipo de estratégia diplomática se manifestará entre países do Sul global (relações Sul-Sul), ou seja, entre países da periferia do sistema-mundo capitalista-colonial. Um país localizado na periferia do sistema mundial, com relações multilaterais, poderá constituir-se mais autônomo naquele tabuleiro das relações internacionais diante dos países centrais. Além disso, abre-se uma nova arena na qual um ou outro país periférico protagonizará alguma liderança regional além de protagonismo na definição dos rumos de um determinado bloco de países do Sul (Rodríguez, 2012; Zibechi, 2013). Vale de destaque que, por mais que as relações multilaterais entre países do Sul acabe desenrolando-se como desiguais, não pode ser automático o diagnóstico de que se tratarão de relações de submissão e até predatórias, como no caso das relações unilaterais entre os países centrais, com ênfase aos EUA, e os periféricos.

Diante do exposto sobre esta condição estrutural-estruturante, como ela se relaciona com a abordagem das relações Estado-movimentos? Novion (2019) dá algumas pistas interessantes. Considero importante frisar que a ação de determinados movimentos subalternos que, na década de 1990, posicionaram-se contra a ALCA e, por sua vez, contra a estratégia unilateral estadunidense (unilateral para os países latino-americanos, multilateral para o próprio EUA), produziram importantes efeitos estruturais, caracterizando-se, assim, como um tipo de ação estruturante. Percebia-se naquela ocasião um tipo de ação que tem muito mais que ver com ação apesar do Estado, de tipo conflitiva, do que de ação com o Estado, de tipo cooperada através da participação. A opção por esta via extrainstitucional, naquele momento assim como em outros da história, surtiu algum efeito. A análise contextual certamente ajuda a compreender as intenções daqueles movimentos no espaço e no tempo.

Chego na última condição percebendo a necessidade de fazer um importante esclarecimento. Em diferentes momentos dos textos até aqui apresentados, falei da etapa neoliberal do sistema-mundo capitalista-colonial. Portanto, como se pode ver, considero o neoliberalismo, antes de tudo, como uma etapa que alcança a totalidade espaço-temporal do sistema mundial. Sendo assim, não há nada fora do neoliberalismo, é tudo dentro, ainda que em muitos recantos mundo afora insistam em resistir experiências de construção dentro-contra-e-

para-além desta etapa do sistema. Considerando isto, quero alertar que aqui, nesta seção, quando eu falar que um ou outro país poderá optar pela associação macroeconômica de tipo neoliberal, estarei indicando que aquele tal país aderirá total ou quase totalmente a agenda neoliberal, ou seja, à cartilha do Consenso de Washington. Diferente da associação neoliberal, a associação neodesenvolvimentista poderá aderir somente a uma parte da agenda neoliberal, protagonizando, inclusive, importantes contradições em relação a ela.

Começando pela associação neoliberal, vale a pena assinalar a normativa, ou cartilha, do Consenso de Washington para, a partir dela, tentar perceber como sua adesão poderá se manifestar nas relações entre movimentos subalternos e Estado:

Consenso de Washington formula um programa de desenvolvimento para a região baseado numa ampla revisão de suas políticas públicas centradas na implementação de dez pontos. Esses pontos são: disciplina fiscal; priorização do gasto em saúde e educação; realização de uma reforma tributária; estabelecimento de taxas de juros positivas; apreciação e fixação do câmbio para torná-lo competitivo; desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias para estabelecer políticas comerciais liberais; abertura à inversão estrangeira; privatização das empresas públicas; ampla desregulamentação da economia; e proteção à propriedade privada (Martins, 2011, p. 318–319).

A contribuição de Carlos Eduardo Martins é importante porque ajuda a perceber que tanto o neoliberalismo tem condições de exacerbar a contradição capital-trabalho, típica do capitalismo. Desta forma, é possível imaginar que se um país adere total ou quase totalmente à agenda neoliberal através da associação macroeconômica neoliberal como forma de integração no sistema-mundo capitalista-colonial ele poderá enfrentar importantes desequilíbrios econômicos nos quais o pêndulo descansará como valorização no polo do capital, não no do trabalho. A consequência dessa valorização do capital contra o trabalho muito antes de indicar um cenário passível de uma relação de cooperação Estado-movimentos que leve à participação, poderá indicar, pelo contrário, para um ambiente de agitação, protestos e até violência. É comum entre os marxistas o argumento de que quando mais liberalismo (ou neoliberalismo), menos democracia (Boron, 2019; Meiksins Wood, 2003). Neste sentido, e indo à raiz do problema, contribui Ellen Meiksins Wood (2003, p. 45):

[...] embora seja sempre criticamente importante lutar por qualquer reforma democrática dentro da sociedade capitalista, o capitalismo é na essência incompatível com a democracia – se democracia significa algo mais do que liberdades civis e salvaguardas processuais associadas com a democracia “liberal” ou “formal”. [...] Mas o mais sério desafio à democracia no sentido de “governo do povo” está na natureza da economia capitalista. Nem é preciso dizer que o sistema de dominação de classe, as iniquidades geradas pelo capitalismo e a relação entre riqueza e acesso ao poder são incompatíveis com a democracia nesse sentido. A democracia estadunidense, por exemplo, onde a política é bastante dependente do dinheiro grosso, é obviamente algo muito diferente de “democracia” no seu sentido literal. Além disso, o capitalismo é antidemocrático porque qualquer atividade ou serviço mercantilizado, qualquer aspecto da vida que deve obedecer aos ditames do mercado, os imperativos

da competição, da maximização do lucro e da acumulação de capital, permanecem fora do alcance da responsabilidade democrática.

O que eu gostaria que ficasse fixado, a partir da contribuição da autora, é que quanto mais capitalismo (em sua etapa atual: quanto mais capitalismo neoliberal), menos democracia<sup>50</sup> porque mais desigualdades entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, entre dominadores e dominados, entre representantes e representados. Se a associação neoliberal exacerba o capitalismo e reduz a fertilidade da democracia, obviamente, se reduzirá também a fertilidade da participação institucional.

A alternativa à associação neoliberal é a neodesenvolvimentista, como já mencionado. Antes de ir aos seus detalhes, vale a pena assinalar que esse tipo de associação é também uma forma de integração dos países subdesenvolvidos (ou do Sul, ou periféricos) ao sistema capitalista mundial; não há nenhuma sorte de tentativa de rompimento com este sistema, portanto. Esse diagnóstico é importante porque revela que a problemática democracia contra capitalismo, para usar os termos de Meiksins Wood (2000), não se resolve sob essa forma de associação. Portanto, ainda que a qualidade da democracia possa ser alterada para melhor diante da associação neodesenvolvimentista, se estará falando sempre de, no máximo, “suavização do capitalismo para mais democracia”, nunca de “democracia contra o capitalismo”.

Se a associação macroeconômica neoliberal pode ser caracterizada como a adesão às normas do Consenso de Washington, Armando Boito Jr. e Tatiana Berringer (2013, p. 32), mirando para a experiência brasileira, ajudam a compreender sob quais características se revela a forma neodesenvolvimentista de integração ao sistema-mundo capitalista-colonial, a saber:

O neodesenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990 [experiência de associação macroeconômica neoliberal brasileira], é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista.

Ampliando o olhar à América Latina e com base na diferenciação desenvolvimentismo *versus* neodesenvolvimentismo, Cristina Cavalcante (2021, p. 168) destaca:

Claudio Katz (2015) plantea algunas diferencias entre el desarrollismo clásico y el neodesarrollismo: a diferencia del primero, el segundo promueve mayores alianzas

---

<sup>50</sup> Aníbal Quijano, em um texto do final da década de 1990 (*Estado-nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas*, 2014c, p. 462) é outro que compartilha de tal análise: “[...] liberalismo y democracia mantuvieron en el debate y en la práctica políticos, y por no poco tiempo, relaciones más bien tensas, cuando no abiertamente hostiles. Inclusive la democratización (universalización) del voto, en la propia Europa es una conquista más bien reciente.”.

con el agronegocio, relativiza el deterioro de los términos de intercambio, se aleja del enfoque centro-periferia y prioriza el tipo de cambio. El autor también caracteriza al neodesarrollismo a partir de cinco planteamientos: 1) mayor intervención estatal para impulsar el desarrollo; 2) presencia de políticas económicas heterodoxas como instrumento para el crecimiento; 3) tiene por objetivo retomar la industrialización para aumentar el empleo urbano; 4) tiene por meta reducir la brecha tecnológica; y 5) toma por modelo el avance exportador del sureste asiático.

Voltando ao Brasil como exemplo explicativo, Boito Jr. e Berringer (2013, p. 31) dirão que o neodesenvolvimentismo brasileiro somente foi possível em função da conformação de uma verdadeira frente ampla no seio da sociedade civil,

tal frente reúne a grande burguesia interna brasileira que é a sua força dirigente, a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato. A frente incorpora, também, aquele amplo e heterogêneo setor social que compreende desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria, camponeses em situação de penúria e outros setores que compõem aquilo que a sociologia crítica latino-americana do século passado denominou “massa marginal”.

No que em economia a teoria marxista em toda sua diversidade de abordagens chamou de conciliação de classes, me parece claro que, desde uma ótica da política, se tomo como base a democracia rousseauiana ou a ateniense, há uma explícita tentativa de integração do “povo” e de sua diversidade de interesses na gestão dos assuntos públicos na conformação citada por Boito Jr. e Berringer. Há, portanto, nos marcos do capitalismo, um aprofundamento, ou qualificação, da ideia de democracia quando desta opção neodesenvolvimentista. Estou sugerindo, como se pode ver, que a associação neodesenvolvimentista, por suas condições de implementação e essência de operação, explorará mais a democracia do que a associação neoliberal, ainda que não se esteja falando da pretensão de uma sociedade autônoma, tal qual argumentei no capítulo anterior (seção 3.2). As formas de tal exploração se revelarão como instituições participativas, mas não só nelas, como mostraram Rebecca Abers, Lizandra Serafim e Luciana Tatagiba (2014) e Matheus Mazzilli Pereira (2020), por exemplo.

Feitas as descrições e reflexões ao redor das quatro condições estruturais-estruturantes com as quais estou sugerindo definir os contextos políticos, ou seja, (i) projetos políticos, (ii) tipos de governos e (iii) relações internacionais (associações diplomática e macroeconômica), tal qual organizei na Tabela 1, falta dizer que para a análise de um caso determinado, proponho que as diferentes combinações entre as condições engendrarão dois distintos padrões tendenciais de relações Estado-movimentos. Os padrões, são: a) **integrativo-cooperado** e b) **violento-hostil**. Quando um contexto político determinado indicar para o primeiro padrão, integrativo-cooperado, este, em tese, proporcionará a possibilidade de participação institucional aos movimentos subalternos. Para fins de análise da qualidade de tal participação, minha

proposta é que ela poderá se dar de três diferentes formas: (i) **pseudoparticipação**, (ii) **participação parcial** e (iii) **participação plena**.

Para ir mais ao detalhe, começo pelo padrão tendencial de relacionamentos Estado-movimentos de tipo violento-hostil. Um primeiro destaque a se fazer sobre ele é que se trata de um padrão que, em relação as duas primeiras condições organizadas na Tabela 1, muito dificilmente a combinação não será entre projeto político autoritário e gestão com autoritarismo seletivo e violência estendida no tecido social, respectivamente. Já a terceira condição, das relações internacionais, poderá variar, tanto na associação diplomática quanto na macroeconômica. Vale a pena dizer, no entanto, que uma associação diplomática unilateral, a depender das características do país central com o qual a associação é confiada, poderá aprofundar uma situação de fechamento democrático interno, por exemplo. Em uma situação limítrofe, esse padrão estará operando sob encerramento total da democracia, tal qual nas ditaduras latino-americanas, com altas taxas de violência e hostilidade estendidas à sociedade civil.

Sob este padrão as ações de movimentos subalternos poderão se revelar de distintas formas, mas, em geral, deverão aparecer como confronto político extrainstitucional através de marchas, ocupações de espaços e equipamentos públicos, greves, obstrução de ruas e rodovias, etc. (como no caso das ações autônomas apesar do Estado). Mas, a depender da ação estatal, tratando-se de mais hostilidade do que violência, também poderão se manifestar como ações extrainstitucionais *a priori* não conflitivas, como no caso de ocupações urbanas de moradia, de ocupações rurais, de grupos de trabalho coletivo-associado e seus pequenos sistemas econômicos marginais ou, ainda, como em experiências indígenas e quilombolas – como no caso das ações autônomas para além do Estado.

Não é à toa que estrou tratando de padrões tendenciais. É correto dizer, por exemplo, que só há violência na relação Estado-movimentos quando o padrão for o violento-hostil? Não, não é correto. O que quero indicar, no entanto, é que em um contexto político com padrão violento-hostil a violência e a hostilidade serão a regra, não a exceção. Portanto, não será surpresa que este padrão apresente, inclusive, oportunidades de participação. Tendencialmente, no entanto, se tratará de pseudoparticipação. Por outro lado, é preciso dizer que poderá haver violência e hostilidade em uma relação de tipo integrativa-cooperada. Neste caso, no entanto, a violência e a hostilidade serão exceções e não a regra, ainda que nunca devam ser tratadas, essas exceções, como casos isolados porque certamente poderão ser mais ou menos antecipados pela análise da combinação do conjunto de condições estruturais-estruturantes.

Já o padrão de relacionamentos Estado-movimentos subalternos de tipo integrativo-cooperado se abre à análise da qualidade da participação; e essa poderá ser interpretada também como a qualidade da própria democracia. Importa dizer que podem ser variadas as combinações de condições que produzirão este tipo de padrão de relações. Como hipóteses limítrofes, uma combinação entre projeto político democrático-participativo, com gestão contraditória com tentativa de transformação da forma-Estado herdada e com relações internacionais de tipo multilateral e neodesenvolvimentista poderá representar aprofundamento democrático. Por outro lado, um projeto político neoliberal, combinado à gestão empresarial com governos de partidos de direita e relações internacionais de tipo unilateral e neoliberal poderá revelar retrocessos democráticos. Obviamente, existem flutuações entre os dois extremos, que serão indicadas por outras combinações de condições. Se na primeira hipótese, por exemplo, se tratar de uma gestão empresarial com governos progressistas sem tentativa de transformação da forma-Estado herdada, é provável que a participação não seja tão explorada quando na hipótese original.

Como assinalei parágrafos acima, esse tipo de relação poderá ser também palco de confronto extrainstitucional Estado-movimentos assim como de ações extrainstitucionais não conflitivas. No entanto, a novidade aqui são justamente as ações institucionais (como no caso das ações autônomas com o Estado) fruto da integração dos movimentos no Estado com fins cooperativos. E, é justamente ao protagonizarem esse tipo de ação, institucionalizada e cooperada, que os movimentos passam à protagonistas das experiências de participação. Entendo que se bem a definição de um ou outro tipo de participação (pseudoparticipação, participação parcial e participação plena) poderá ser prevista pela definição do padrão tendencial de relações Estado-movimentos de um ou outro contexto político, aquela definição somente poderá ser confirmada quando levada à análise de cada caso específico e de suas particularidades; sobre isto, tratarei na seção seguinte.

Ao indicarem uma escala progressiva da qualidade da participação, sendo a pseudoparticipação o polo negativo, a participação plena o polo positivo e a participação parcial uma situação intermediária, a definição dos referidos tipos de participação pode ser útil tanto à análise quanto à ação concreta, ou seja, à ação dos movimentos. À análise, o diagnóstico de uma situação tal de pseudoparticipação, por exemplo, poderá estimular a dimensão ético-política da investigação acadêmica em ciências sociais, provocando o analista a produzir análises mais críticas e menos descritivas quando o que está em jogo é a qualidade da participação; e da democracia em seu conjunto. Já à ação de movimentos, tal diagnóstico poderá servir às reflexões sobre tática fazendo com que um movimento reoriente suas energias e

recursos da ação institucional, altamente prejudicada em uma situação tal de pseudoparticipação, investindo-os (energias e recursos) em ações extrainstitucionais. O inverso também é verdadeiro: uma situação de participação plena, e mesmo uma de participação parcial, poderá indicar à análise que investigue os pormenores de tal participação e aos movimentos que considerem a ação institucional em suas táticas prioritárias.

A tipologia na qual estou me apoiando é originalmente proposta por Pateman (1992). A seguir, assinalo a definição sintética da autora (1992, p. 97) para a situação média, ou seja, a participação parcial, para a partir daí comentá-la e para definir as demais: “A participação parcial é um processo no qual duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na tomada de decisões, mas onde o poder final de decidir pertence apenas a uma das partes.”. Seguindo os destaques da própria autora em seu texto, chamo a atenção para a ideia de “influência na tomada de decisões”. Em diversos momentos no decorrer dos textos que me trouxeram até aqui falei de “processos de tomada de decisão”. Neste momento é preciso que se tenha em mente que aqui as “partes” mencionadas por Pateman são o Estado e os movimentos. Portanto, considerando a definição da autora para a participação parcial, estou pensando nela como **processos de tomada de decisão nos quais Estado e movimentos influenciam-se reciprocamente, mas, onde o poder final de decidir pertence apenas ao Estado.**

Como mencionei, a ideia de **influência** é importante e ela remete às reflexões sobre poder. Para uma boa compreensão dos diferentes significados das três situações de participação, é importante que não se trate influência e poder como sinônimos (Pateman, 1992). Essa distinção analítica importa porque influenciar em um processo de tomada de decisão não é a mesma coisa do que ter em mãos o poder final da tomada de decisão. Mantendo as reflexões de Pateman sob meus termos – de Estado e movimentos –, uma situação de participação parcial é uma situação de participação na qual um movimento determinado conseguirá influenciar o Estado no processo de tomada de decisão, fazendo-o ir mais para lá ou mais para cá em uma decisão já previamente pensada. No entanto, restará algum resquício de poder-sobre-em-política (poder do Estado sobre o movimento), portanto de poder como dominação, já que quem definirá se vai para lá ou para cá e o que vai para lá ou para cá é o Estado.

Neste contexto, uma situação de pseudoparticipação<sup>51</sup> é aquela na qual o movimento sequer consegue influenciar na decisão do Estado, ou, quando o faz, é em níveis irrisórios.

---

<sup>51</sup> Assim como Pateman, Souza (2017, p. 446) também utiliza o termo pseudoparticipação. Para o autor, um caso de pseudoparticipação é um caso no qual a participação institucional de movimentos mitiga apenas fracamente a centralização do poder decisório do Estado. Vale a pena destacar, ainda, que para ele esse tipo de participação “provavelmente corresponde à grande maioria das experiências ditas ‘participativas’”.

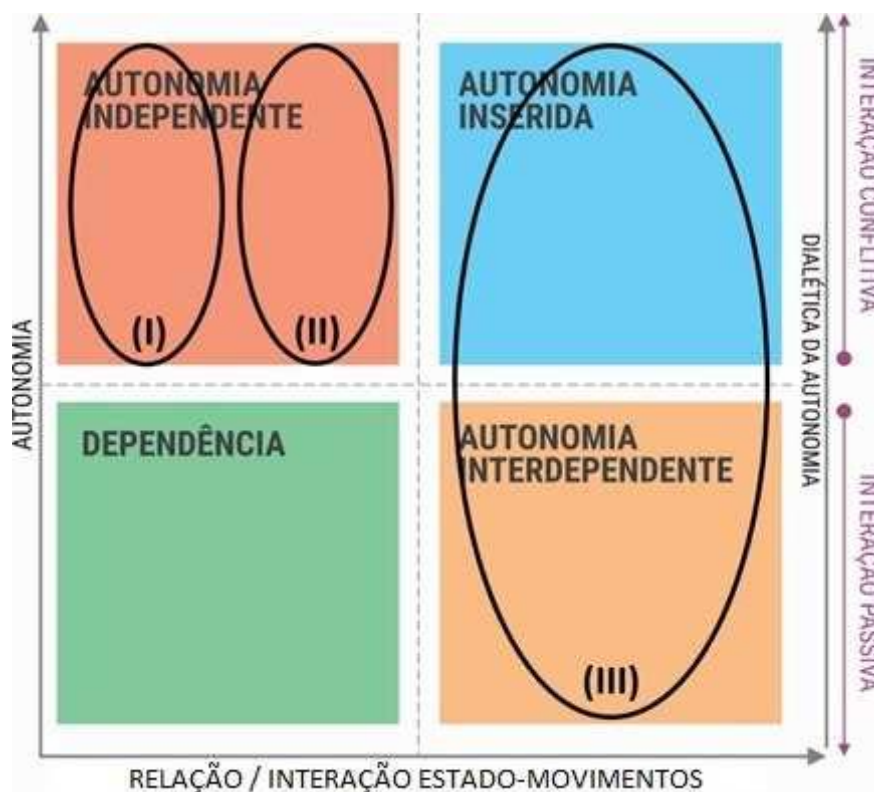
Existem as formalidades e os procedimentos, mas, não para fins genuínos, servindo assim para fins teatrais. No outro extremo, uma situação de participação plena é aquela na qual para além de influenciarem-se reciprocamente, Estado e movimentos dividem em nível de igualdade o poder de decisão, em uma situação que seria típica de poder-fazer-político, portanto de poder como fazer juntos. Me parece uma obviedade que mesmo nestes casos uma decisão já previamente pensada por uma ou outra parte acabe como a decisão final. Essa decisão poderá ou não contemplar o desejo da outra parte; não há problema nisto. No entanto, apenas não há problema se ambas as partes encontram mecanismos de deliberação que garantam a discussão, em nível de igualdade e em exaustão, até que uma ou outra parte decida abrir mão de suas diferenças pelo desejo maior do consenso entre as partes.

#### **4.2 A flutuação das ações autônomas em suas relações com o Estado**

Nesta seção apresentarei o esquema teórico-analítico através do qual organizarei a análise das ações autônomas dos movimentos de economia solidária de Brasil e México. Tal análise será possível considerando os dados obtidos do cruzamento entre a técnica de revisão bibliográfica com as de observação participante e entrevistas semiestruturadas; estas últimas, a partir das quais coletei dados tanto com sujeitos dos próprios movimentos quanto com sujeitos que ocupam ou ocupavam cargos nos Estados dos dois países. O esquema, representado graficamente no Esquema 2, abaixo, só faz sentido considerando todo o acumulado de reflexões que produzi até aqui. A variável **autonomia**, representada no eixo vertical do gráfico, será acionada a partir das demoradas reflexões que fiz no capítulo 3, enquanto que a variável **relação / interação Estado-movimentos**, representada no eixo horizontal, é acionada considerando as reflexões que fiz neste próprio capítulo (seção 4.1), ou seja, a análise dos contextos políticos e da qualidade da participação.



**Esquema 2 – Flutuação das ações autônomas de movimentos subalternos**



Fonte: elaborado pelo autor.

Nota: As representações (i), (ii) e (iii) referem-se às formulações analíticas para cada um dos três tipos de ação autônoma – para além do Estado, apesar do Estado e com o Estado, respectivamente – tal qual sistematizei no capítulo anterior (seção 3.3).

Começo a apresentação do esquema mencionando que, do ponto de vista da **interação**, as variáveis podem ser consideradas independentes uma da outra. Ou seja, poderá haver ação autônoma de um movimento que não interage com o Estado – no caso da autonomia para além do Estado – assim como poderá haver interação de movimentos com o Estado que não se caracterize como ação autônoma – no caso de um tipo de interação na qual não é possível perceber o duplo processo relacional de negação-construção. Se o ponto de vista é o da **relação**, o diagnóstico se altera. Já mencionei, neste próprio capítulo, mas também no anterior, que sempre há algum tipo de relação das autonomias com o Estado, mesmo que se trate de uma relação indireta que se revela na capacidade do movimento de reconhecer, compreender e rechaçar a totalidade ou alguma fração do Estado para constituir-se a partir da diferença; trata-se de uma relação simbólica. Faltava assinalar, no entanto, que dizer que sempre haverá relação não é o mesmo que dizer que sempre haverá interação. E, se sempre haverá relação, quando for esta a abordagem da análise as variáveis tornam-se dependentes uma da outra. Em síntese: quando não houver interação Estado-movimento o ponto marcador do gráfico estará totalmente à sua esquerda, podendo estar mais abaixo ou mais acima de acordo com a configuração e

intensidade do duplo processo de negação-construção percebido na relação simbólica e indireta que um movimento trava com o Estado.

Nestes termos, na variável autonomia o deslocamento se dá pela maior ou menor presença de negação seguida de construção de um movimento em suas relações – indiretas e simbólicas ou diretas como interação – com o Estado; e, na variável relação/interação Estado-movimentos, o deslocamento se dá justamente pela maior ou menor presença de interação. É importante ter em mente que a flutuação do ponto marcador do gráfico nesta variável poderá estar condicionada ao padrão tendencial de relações Estado-movimentos fruto da configuração do contexto político. Sendo possível a participação institucional, por exemplo, será a análise empírica das especificidades de cada caso que poderá contribuir à identificação da qualidade da participação assim como das escolhas dos movimentos em relação às formas de ação autônoma, se para além, apesar ou com o Estado.

A seguir, faço um exercício de hipóteses relacionadas à flutuação da ação autônoma de movimentos para assim explicar cada um dos quatro quadrantes do esquema. Em primeiro lugar, importa destacar que os quadrantes da **autonomia interdependente** e da **autonomia inserida** tendencialmente só serão palco de experiências empíricas se o contexto político implicar em um padrão de relações Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperado. Diante desse padrão, é a combinação do conjunto de condições estruturais-estruturantes somada à análise do duplo processo de negação-construção da ação autônoma que definirá a posição do ponto marcador do gráfico. Outro destaque sobre estes dois quadrantes é o de que ambos representam aquele tipo de ação autônoma que conta com o Estado em sua tática.

Enquanto isso, o quadrante da **autonomia independente** representará ou o tipo de ação apesar do Estado ou o para além do Estado e poderá ser identificado empiricamente seja em um contexto integrativo-cooperado seja em um violento-hostil; no primeiro contexto, os movimentos optam por não lançarem mão da ação autônoma com o Estado enquanto que no segundo sequer encontram as condições necessárias à participação. Por último, o quadrante da **dependência** indica, em tese, um contexto violento-hostil no qual a depender do grau de coerção e violência do Estado um determinado movimento poderá até mesmo desintegrar-se.

Como já mencionado, quando um movimento protagoniza o tipo de ação com o Estado, poderá se tratar ou de autonomia interdependente ou de autonomia inserida. Cada um dos dois quadrantes tem que ver com o tipo de interação que será experienciada; e, a definição dos tipos de interação será possível a partir do que chamei, no esquema, de **dialética da autonomia**. Guardadas as diferenças de cada abordagem, seja em Hegel seja em Marx, dialética significa um processo de construção de sínteses (tese, antítese, síntese; tese, antítese, síntese). Prefiro a

abordagem marxista porque é nela que ganha destaque a ideia de que esse processo começa pelo que é concreto/material, portanto sócio-histórico, e porque não encontra um fim, ou seja, não há uma linha de chegada para a dialética marxista. Venho tratando desta discussão, nos termos que a investigação bibliográfica e os dados empíricos foram me impondo, ao tratar do duplo processo relacional de negação-construção. Portanto, pensar na chave deste duplo processo é pensar no processo de negar-construir-negar-construir infinitamente como manifestação da dialética.

Nesta esteira, o quadrante da autonomia inserida perceberá um tipo de interação que optei por chamar de **interação conflitiva** entre movimento e Estado. Com o destaque para o fato de que o conflito aqui não se trata de um conflito de tipo violento, mas, sim, um conflito de formas organizacionais, de ideias e visões de mundo. Quanto mais conflito de ideias somado à ação com o Estado como participação institucional, mais encontra sentido a ideia de uma dialética da autonomia na interação movimento-Estado. Assim, uma interação conflitiva levaria à autonomia inserida: a construção por dentro, quando um movimento nega frações do Estado mesmo estando dentro dele protagonizando conflitos de formas organizacionais, de ideias e visões de mundo e, justamente a partir daqueles conflitos, constrói políticas baseadas nas diferenças entre visões de mundo do movimento e do Estado; ou, até mesmo, constrói frações particulares do Estado por dentro da própria forma-Estado vigente.

O oposto da interação conflitiva é a **interação passiva** entre movimento e Estado. Quanto menos identificável for aquele duplo processo de negação-construção, portanto quanto menos dialética da autonomia, mais passivo um movimento será em sua relação com o Estado; e, mais próximo ele estará da ideia de uma autonomia interdependente. Aqui entrariam os casos típicos de cooptação do movimento pelo Estado, por exemplo, mas não só eles. Podem aparecer casos nos quais o movimento, por estar tão alinhado com as características de um determinado governo, entra no Estado, participa, alcança mais ou menos de suas demandas, mas, não protagoniza conflitos de formas organizacionais, de ideias e visões de mundo; se não há contraposição de ideias e práticas não há dialética e, como já destaquei, então não há autonomia.

Na situação limítrofe de cooptação, o movimento negocia sua capacidade de crítica com o governo e o Estado em troca de arranjos corporativos que poderão, no máximo, significar benefícios particulares, pontuais e que, em tese, não se sustentam no tempo. Por outro lado, em uma situação limítrofe na qual movimento e Estado compartilham, de forma lúcida e reflexiva, de ideias e visão de mundo, o elemento forma organizacional, que para as autonomias tem conteúdo distinto da forma-Estado, inevitavelmente terminará comprometido. Como insisti no capítulo anterior, a forma é um elemento caro à autonomia. Se o movimento opta pela ação com

o Estado e adapta-se ao cotidiano da participação por representação, da organização hierárquica, da centralização da informação e da tomada de decisão por votos da maioria, então, já não estarão ali presentes naquela interação as principais características da forma-autonomia; mais do que isso: não estarão ali tais características e a forma-Estado não seria objetivo de crítica.

É certo que a rigidez da forma-Estado não é facilmente transformada. Por isto, tentativas de movimentos de produzirem mudanças nas formas de operacionalização do Estado como, por exemplo, as de transformar a lógica de como se tomam as decisões em uma instituição participativa alterando-as de por votos da maioria para o método do consenso, podem gerar frustrações aos movimentos. No entanto, o Estado quando ocupado por um governo tal comprometido com a ideia de participação plena, mesmo que amarrado naquela rigidez institucional herdada de governos precedentes, poderá ser palco de experiências particulares. Se há compartilhamento de ideias e visão de mundo governo-movimento, então, mesmo sem a transformação da institucionalidade estatal em si, ainda assim aquele processo participativo poderá gerar bons frutos ao movimento. Rita Segato (2012, p. 112) contribui com uma proposta:

Qual seria, nesse caso, o melhor papel que o Estado poderia desempenhar? Certamente, apesar do caráter permanentemente colonial de suas relações com o território que administra, um bom Estado, longe de um Estado que impõe sua própria lei, será um Estado restituidor da jurisdição própria e do foro comunitário, garantia da deliberação interna, limitada por razões que se vinculam à própria intervenção e administração estatal [...].

No mesmo sentido, propõe García Linera (2009, p. 21):

Apoiar o mais que se possa o desenvolvimento das capacidades organizativas autônomas da sociedade. Até aí vai a possibilidade do que pode fazer um Estado de esquerda, um Estado revolucionário. Ampliar a base operária e a autonomia do mundo operário, potenciar formas de economia comunitária onde há redes, articulações e projetos mais comunitaristas; sem controlá-los.

Quero sustentar, com a ajuda de Segato e García Linera, a hipótese de que um contexto político de relações tendenciais Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperado, no qual haja alto comprometimento do governo com as demandas dos movimentos subalternos, mesmo quando transformações institucionais da forma-Estado não sejam possíveis por razões diversas, poderá ainda assim, em algum caso particular, se tratar de uma oportunidade interessante aos movimentos. A baixa intensidade do duplo processo relacional de negação-construção caracterizaria tal hipótese como um caso de autonomia interdependente, ou seja, de interação passiva. Mesmo assim, se o produto dessa interação for o fortalecimento do foro comunitário relacionado aos movimentos, é dizer, se for o fortalecimento das capacidades de auto-organização substantiva da vida em comum, então, avalio que tal experiência, aqui tratada como hipótese, terá valor ao movimento. A dialética da autonomia (negar-construir-negar-construir)

não se materializaria na interação em si – por isso interação passiva e não interação conflitiva –, mas, por outro lado, permaneceria manifesta na análise a diferença **interação em si** *versus* **produto da interação** (que poderá ser, como sugerem Segato e García Linera, fortalecimento do foro comunitário e das capacidades organizativas autônomas, por exemplo).

Para terminar, lembro das reflexões de Mazzeo (2014) sobre poder dual. Ao criticar as experiências históricas nas quais o poder dual (em seus termos, poder burguês, do Estado burguês, de um lado, e poder popular, dos movimentos subalternos, de outro) permaneceu somente até a chegada dos partidos socialistas ao poder, quando fatalmente passava a prevalecer o poder burguês, Mazzeo dirá que a dialética do processo de dualidade do poder, ou seja, que as contradições entre poder burguês e poder popular precisam permanecer. Além de permanecer devem, inclusive, ser extremadas enquanto as condições materiais e simbólicas à superação do poder burguês pelo poder popular não se conformem. Por mais que eu não tenha tratado até aqui nestes termos, se a ação autônoma é manifestação de poder popular, então, a ação autônoma com o Estado, seja como autonomia inserida ou como interdependente, poderá ser passo, desde um caminho seguramente profundamente espinhoso, para a construção seja de poder popular seja do projeto da autonomia através da construção cooperada (Estado-movimentos).

## **5 Contextos políticos e as configurações estatais da economia solidária no Brasil e no México (1995-2020)**

Neste quinto capítulo começo a apresentar meu universo empírico. Como já mencionado desde o capítulo introdutório e também outras vezes no decorrer dos textos apresentados até aqui, a etapa da pesquisa de campo foi realizada no Brasil, entre 2017 e 2020, e no México, entre setembro de 2018 e junho de 2019. Em ambos os países, realizei observações participantes e entrevistas semiestruturadas com sujeitos dos movimentos de economia solidária brasileiro e mexicano, assim como com sujeitos de ambos os Estados ligados à faceta institucional da economia solidária lá e aqui. Neste capítulo, apresentarei, junto dos enquadramentos dos contextos políticos de cada país (estes baseados mais em documentos e na literatura especializada), os dados coletados na pesquisa de campo com os sujeitos ligados aos Estados no Brasil e no México.

Gostaria de começar com uma nota metodológica. O percurso de apresentação dos textos nas duas seções que seguem será o seguinte: Parto do pressuposto dos Estados aparentes construídos e reproduzidos no seio das sociedades *abigarradas* latino-americanas (Zavaleta, 1983, 1986) para daí compreender os contextos políticos, ou seja, as realidades contextuais de cada caso a partir do esquema das “condições estruturais-estruturantes e as possibilidades contextuais” (Tabela 1). Reconhecendo a heterogeneidade do Estado (Dagnino et al., 2006), característica que em alguma medida desafia a ideia de Estado aparente, meu foco estará em compreender como os contextos influenciam a “faceta democrática do Estado”. Opto por esse caminho considerando que se bem a história latino-americana tem se mostrado incapaz de superar aquelas experiências nas quais os Estados prometem alcançar toda a diversidade sócio-espacial e no fim não o fazem, também é verdade que nos últimos 20 anos a América Latina foi palco do protagonismo de governos nacionais que levaram mais a sério a proposta hegeliana de que o Estado deveria revelar-se como aquela entidade que alcança organizar racionalmente os diferentes interesses que emergem da sociedade.

Como também já anunciado desde o capítulo introdutório, meu esforço de investigação empírica compreende o período de 1995 à 2020. Obviamente, haveria muito mais que contar sobre o Estado e os contextos políticos no Brasil e no México. No entanto, não é possível adentrar aqui nos pormenores para além do período em questão em função do alcance de meu

enfoque. As possibilidades de uma pesquisa de doutorado, esforço majoritariamente individual, me impediriam de alargar mais ao passado a investigação<sup>52</sup>.

Dois acontecimentos, um no Brasil e um no México, prévios ao período de análise de minha pesquisa, importam serem comentados ainda que sumariamente porque são marcos de consequências históricas posteriores. No Brasil, a constituinte e a consolidação da Constituição Federal de 1988, que foi vista como uma verdadeira revolução institucional no país; no México, no mesmo ano, a saída de Cuauhtémoc Cárdenas do PRI<sup>53</sup> para disputar as eleições presidenciais pela *Frente Democrática Nacional* (FDN). Acusado de fraude, aquele processo eleitoral que ficaria marcado pelo *slogan* de “*se cayó el sistema!*” terminaria com a vitória do priista Carlos Salinas de Gortari. No ano seguinte, no entanto, Cárdenas e outros dissidentes do PRI criariam o *Partido de la Revolución Democrática* (PRD) que viria a ser a principal oposição institucional ao PRI nos anos seguintes.

En 1988 aparecieron en ambos países dos movimientos de renovación del poder que cuestionaban de lado las formas del Estado autoritario y del poder presidencialista sin enfrentarlo del todo. De ahí que haya habido continuidad institucional en ambos casos. Dichos movimientos son, en el caso de Brasil la Constitución de 1988 y el acceso de Luis Inácio “Lula” da Silva a la presidencia en 2003; para México: las crisis políticas de 1988 y 1994, así como la alternancia de 2000 basada en el pacto entre partidos históricos que ahora forman parte de una nueva dirección política elitista y neooligárquica mexicana, que tiene como eje de su proyecto político ideológico la gobernabilidad autoritaria de control social (Oliver, 2009, p. 125).

Como se pode ver a partir da contribuição de Lucio Oliver, que registra que em nenhum dos casos trataram-se de rupturas sociais e institucionais profundas, tais movimentos foram importantes nos dois países e tiveram características consideravelmente distintas, como destaca o autor (2009, p. 137–138):

En Brasil la disputa popular contra las viejas oligarquías dirigentes del desarrollismo transnacionalizado se expresó con fuerza en la lucha por una nueva constitución, lucha social que incluyó un nuevo elemento: la fuerza autónoma de los trabajadores y de las oposiciones políticas democrático populares. [...] Para 1988 la capacidad de crear una dirección política histórica alternativa por parte de una nueva fuerza social estaba más desarrollada en Brasil que en México. [...] Con el fraude [de las elecciones presidenciales] de 1988 en México y la derrota de la opción que buscaba abrir al país a una alternativa democrática nacional para todos, se produjo una situación particularmente anómala, se entronizó una capa empresarial derechista en el poder

<sup>52</sup> Diante de tais limitações, dois trabalhos que valem a pena revisar para uma ambientação dos contextos políticos em períodos anteriores são os de Lucio Oliver e Cristina Cavalcante. O primeiro, *El Estado ampliado en Brasil y México: radiografía del poder, las luchas ciudadanas y los movimientos sociales* (2009), de Oliver, relata as experiências das relações entre Estado e sociedade no Brasil e no México, de 1930 até 1988, em perspectiva gramsciana centrada na ideia de Estado ampliado. Já Cavalcante, em *Desarrollismo, neodesarrollismo y progresismo en Brasil: un análisis histórico-estructural de los pactos político-económicos* (2021), neste caso olhando especificamente para o Brasil, analisou a conformação dos pactos político-econômicos que lideraram o país já desde a transição Colônia-Império-República até o Golpe de 2016.

<sup>53</sup> A saída de Cárdenas do PRI se explica, entre outros motivos, por sua mirada crítica ao avanço do projeto neoliberal no país, que teve início em 1982 sob o governo de Miguel de la Madrid, do mesmo PRI.

público debilitando a los partidos políticos e imponiendo una nueva modalidad de dominio y dirección de la fuerza histórica transnacionalizada.

Me parece mais ou menos claro, sobretudo considerando as contribuições de Oliver, que o movimento dialético da história, seguramente mais patente no Brasil do período anterior à 1988 caracterizado pela ditadura civil-militar, produziria consequências distintas em cada um dos países. Ou seja, as contradições do sistema-mundo capitalista-colonial, expostas no Brasil pelo contexto ditatorial e encobertas no México pela ditadura perfeita<sup>54</sup>, fincariam as bases do que estaria por vir. No Brasil, um movimento político democratizante e de largo alcance, com destaque para o protagonismo do PT, que levaria ao processo constituinte que encerrou na CF88 e, posteriormente, em 2003, na ascensão do partido ao governo federal. No México, por mais que se considere as possíveis e recorrentes fraudes eleitorais em eleições presidenciais e apesar da importância da criação e consolidação do PRD, somente em 2018, portanto tardiamente na comparação com o Brasil, um projeto político de características democratizantes chegaria ao poder. Fazendo oposição ao PRI, além de ao *Partido Acción Nacional* (PAN) e naquele momento também ao PRD, tratou-se da vitória de Andrés Manuel López Obrador<sup>55</sup> pelo *Movimiento Regeneración Nacional* (MORENA) nas eleições daquele ano.

### 5.1 Brasil, contextos políticos e Estado

Começo logo destacando que percebo, no Brasil, cinco diferentes conformações contextuais de 1995 à 2020. Como se poderá ver na Tabela 2, divido o período em: 1) Governos FHC (1995-2002); 2) Governos Lula (2003-2010); 3) Governos Dilma (2011-2016); 4) Governo Temer (2016-2018); e, 5) Governo Bolsonaro (2019-2020)<sup>56</sup>. Na referida tabela apresento a sistematização das condições estruturais-estruturantes para cada um dos períodos. Não farei uma descrição exatamente detalhada de cada uma das condições em cada período. O

<sup>54</sup> Atilio Boron, em um de seus livros (*El hechicero de la tribu: Mario Vargas Llosa y el liberalismo en América Latina*, 2019), explica que o termo **ditadura perfeita** foi cunhado por Mario Vargas Llosa, escritor e professor peruano, em 1990, para caracterizar o regime político mexicano que presenciava, até aquele momento, 61 anos do PRI no poder. Tal hegemonia, reconhecidamente autoritária tanto por Boron quanto por Oliver e tantas outras e outros, somente perderia algum espaço 10 anos depois, com a vitória de Vicente Fox (PAN) nas eleições presidenciais de 2000.

<sup>55</sup> Vale de nota mencionar que López Obrador iniciou sua carreira política no PRI, na década de 1970. Em 1988, fez parte do mesmo movimento de Cárdenas na FDN e, também com Cárdenas, no ano seguinte seria um dos fundadores do PRD. Em 2012, logo após participar das eleições presidenciais pela segunda vez, se desligou do partido. Seguiu militando no MORENA, movimento do qual foi um dos fundadores já em 2011 e que se transformaria em partido político em 2014.

<sup>56</sup> O governo Bolsonaro segue até a atualidade com término previsto para 2022. Me refiro ao período de 2019 à 2020 em função do recorte temporal da pesquisa. No entanto, vale destacar que em junho de 2021 já eram 125 pedidos de *impeachment* enviados à Câmara dos Deputados pela sociedade civil ou por deputados; até o momento, no entanto, nenhum dos pedidos foi aceito antes por Rodrigo Maia (DEM) e agora por Arthur Lira (PP), ex e atual presidentes da Câmara, respectivamente.



que farei é organizar alguns comentários mais ligados aos impactos da combinação de condições de cada um dos períodos à qualidade da participação e, por sua vez, a da própria democracia.

**Tabela 2 – Enquadramento de contextos políticos no Brasil (1995-2020)**

	<b>Governos FHC (1995-2002)</b>	<b>Governos Lula (2003-2010)</b>	<b>Governos Dilma (2011-2016)</b>	<b>Governo Temer (2016-2018)</b>	<b>Governo Bolsonaro (2019-2020)</b>
<b><i>Projeto político</i></b>	Neoliberal	Democrático-participativo	Democrático-participativo	Neoliberal	Neoliberal / Autoritário
<b><i>Tipo de governo</i></b>	Gestão empresarial com governos de direita política	Gestão empresarial com governos progressistas sem tentativa de transformação da forma-Estado herdada	Gestão empresarial com governos progressistas sem tentativa de transformação da forma-Estado herdada	Gestão empresarial com governos de direita política	Gestão empresarial com governos de direita política / Gestão com autoritarismo seletivo e violência estendida no tecido social
<b><i>Relações internacionais</i></b>	Multilateral	Multilateral	Multilateral	Multilateral	Unilateral
	Neoliberal	Neodesenvolvimentista	Neodesenvolvimentista / Neoliberal	Neoliberal	Neoliberal
<b><i>Padrão tendencial de relacionamento Estado-movimentos</i></b>	Integrativo-cooperado	Integrativo-cooperado	Integrativo-cooperado	Violento-hostil	Violento-hostil
<b><i>Qualidade da participação</i></b>	Pseudo-participação	Participação parcial	Participação parcial	Pseudo-participação	Não se aplica

Fonte: elaborado pelo autor.

### **a) Governos FHC (1995-2002)**

Em uma rápida digressão antes de falar sobre os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em sua própria temporalidade, é indispensável assinalar seu protagonismo na implementação do conjunto de medidas econômicas que tiveram o Plano Real como “cereja do bolo” ainda no governo de Itamar Franco, à época no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no início de 1994. Diante da sequência de crises e dos acumulados insucessos dos planos econômicos percebidos durante a “década perdida” (1980) que, entre outras consequências, levaram a inflação no país à altíssimos índices, o Plano Real estabilizaria a inflação e mesmo a economia em perspectiva mais ampla até o final da década de 1990, quando o neoliberalismo apresentou importantes limites no âmbito nacional e internacional. Aquele protagonismo de FHC na implementação do plano foi um importante fator de sua ascensão em nível nacional e posterior vitória eleitoral em outubro de 1994.

Entendo que a combinação de condições estruturais-estruturantes durante os governos de FHC foram as seguintes: projeto político neoliberal; governos de tipo empresarial levados a cabo por um partido de direita; associação diplomática multilateral e associação macroeconômica de tipo neoliberal (Filgueiras, 2006; Gennari, 2001; Martins, 2011). Vale a pena comentar que as relações internacionais (associação diplomática e macroeconômica) merecem alguma atenção. No primeiro caso, é importante destacar que a associação multilateral se desenrolou muito mais no sentido de uma integração global do que regional. Essa opção parece ter estado com acento nos governos de FHC por sua crença de que tal estratégia colocaria o país em destaque para captação de recursos do capital financeiro globalizado, secundarizando, assim, o multilateralismo regional (Vigevani et al., 2003). É neste contexto que se desenrola, também, a associação macroeconômica neoliberal, já que a adoção da cartilha do Consenso de Washington por certo foi vista como estratégia para o alcance daquele destaque internacional que supostamente levaria o país à patamares elevados em sua integração no capitalismo mundial (Martins, 2011).

Sobre as políticas econômicas de recorte neoliberal, vale a pena destacar algumas. Primeiro, assinalar que elas passaram por duas etapas,

uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula) (Filgueiras, 2006, p. 186).

Guardadas as diferenças entre cada fase apontada por Filgueiras, pelo menos três destaques merecem atenção, novamente com a ajuda do autor: a) a concentração de renda e aumento das desigualdades; b) o apequenamento do Estado; e, c) a abertura comercial. No primeiro caso, dois entre outros fatos explicativos são o desemprego, que depois de reduzido entre 1993 e 1995 começou a crescer para não mais parar, e o aumento da carga tributária, considerando que do cálculo de tal carga as maiores fatias se relacionam com o consumo e os salários enquanto que os rendimentos de lucros e dividendos assumem menor importância, atingindo, portanto, muito mais as classes populares. Em relação à redução do Estado, destaque-se a reforma administrativa e a da previdência, por um lado, e as privatizações, por outro. Por último, a abertura comercial produziria um agravamento do processo de desindustrialização do país já que os setores mais atingidos pelo aumento de importações foram os de produtos complexos e de tecnologia agregada (Filgueiras, 2006).

Trazendo a discussão mais para o campo da democracia, já argumentei que “quanto mais capitalismo (ou liberalismo, ou neoliberalismo), menos democracia”. Mesmo assim, vale destacar que Ana Cláudia Chaves Teixeira, em sua tese de doutorado (2013), contribui ao mesmo argumento, neste caso especificamente analisando o contexto da transição do governo de Collor de Mello, à época no Partido da Reconstrução Nacional (PRN), aos de FHC:

A curta gestão de Collor de Mello (1990-1992) é o período de afirmação do neoliberalismo no Brasil. Ao lado de uma agenda econômica ou, melhor, como condição para levar adiante as mudanças no campo da economia, o modelo neoliberal requereu – no Brasil e em outros países – a limitação das garantias democráticas. Como afirma Nogueira (1992), o neoliberalismo não visa enfraquecer o Estado; seu alvo é antes limitar a abrangência e o escopo das intervenções democrático-participativas, como forma de abrir espaço para as mudanças econômicas (Teixeira, 2013, p. 56).

Essa contribuição de Teixeira, assim como outras de seu trabalho, somada à análise da combinação das condições estruturais-estruturantes para o período, tal qual na Tabela 2, poderiam me levar ao diagnóstico de que os governos de FHC representaram um contexto de padrão tendencial de relações Estado-movimentos de tipo violento-hostil. No entanto, não vou por este caminho por dois motivos. O primeiro é porque, mesmo que ideologicamente posicionado em franca oposição aos movimentos subalternos e aos sindicatos, o período não foi marcado por ondas de confrontos violentos entre Estado e movimentos<sup>57</sup> (Ferraz, 2019). Há

---

<sup>57</sup> Registre-se que dizer que não houveram ondas de confrontos violentos no período não é o mesmo que dizer que não houveram confrontos violentos. Confrontações entre Estado e sociedade sempre existiram no Brasil, ora de maior ora de menor alcance, ou seja, ora mais ora menos articuladas em redes nacionais. O segundo ano de governo de FHC seria palco, por exemplo, do grande **Massacre de Eldorado dos Carajás**, no estado do Pará, que acaba de completar 25 anos. Na ocasião, a polícia militar do Pará assassinou 19 e feriu outros 79 trabalhadores do MST que obstruíam uma rodovia como forma de protesto.

um destaque que se fazer, no entanto e pelo menos, para cinco movimentações importantes que tiveram lugar durante os governos FHC.

A primeira se relaciona à ONG Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Se bem a ONG foi criada já em 1993, portanto antes do período dos governos de FHC, foi durante seus governos que as movimentações ganharam forças. Betinho mobilizaria nos anos que se seguiram centenas de lideranças sociais e mesmo de entidades relacionadas ao tema do combate à fome no Brasil. Na medida em que a ONG ia se consolidando e a mobilização nacional aumentando, ampliavam-se também as temáticas defendidas pelo sociólogo e seus pares. Não demorou para que temas como acesso à terra, reforma agrária e defesa dos direitos humanos passassem a ser pautas também prioritárias daquelas lutas. Betinho despertou o país para os problemas da fome e da miséria, tendo sido um dos principais sujeitos políticos a tensionar os governos FHC com tais bandeiras, assim como esteve envolvido com a criação do Programa Fome Zero, implementado por Lula já em seu primeiro ano de governo.

A segunda das movimentações refere-se à Marcha dos Sem-Terra à Brasília, ocorrida em 1997. Historicamente protagonizando marchas anuais sempre no mês de abril, a marcha daquele ano assumiria característica singular pela quantidade de manifestantes e pela distância percorrida. Milhares de trabalhadoras e trabalhadores do MST, assim como apoiadores, marcharam por mais de 1000km até Brasília em busca de diálogo com FHC sobre sua pauta principal, a redistribuição de terras via uma reforma agrária de característica popular. Dois anos depois, em 1999, a terceira das movimentações mencionadas foi outra marcha, desta vez a Marcha dos 100 Mil contra as privatizações em curso no governo FHC. Neste caso mobilizada por um conjunto amplo de sujeitos coletivos da sociedade civil (partidos de oposição, centrais sindicais, movimentos sociais, etc.), a marcha teria reunido cerca de 80 mil pessoas. Além da própria pauta antiprivatista, a marcha também reclamava contra a corrupção e pela recuperação econômica e combate à pobreza.

A quarta das movimentações foi a inauguração do Fórum Social Mundial na Porto Alegre *locus* de experimentação democrática que em 2001, ano do I FSM, tinha Tarso Genro prefeito, assim como Olívio Dutra governador do estado do Rio Grande do Sul, ambos militantes históricos do PT. Aquele fórum e os demais que viriam foram simbólica e concretamente o grande espaço mundial de organização antineoliberal da virada do século. Neoliberalismo esse que produziria a quinta movimentação acima mencionada, que foi a onda de protestos contra a adesão do Brasil à ALCA, em 2002. A série de protestos, típicos confrontos extrainstitucionais, em boa medida agitados pelas duas primeiras edições do FSM,

barrariam os intentos de FHC de abrir ainda mais o mercado brasileiro com vistas ao aprofundamento da internacionalização da economia do país.

Analisando mais especificamente a participação institucional durante o período em tela, considero que as organizações da sociedade civil, das quais os movimentos são parte, embora encontravam naquele período formas de integrar-se ao Estado, tratava-se de um tipo de integração baseada em métodos e com objetivos que não condizem em nada com a participação tal qual argumentou Pateman (1992), por exemplo. As experiências dos conselhos gestores de políticas públicas, já previstos desde a CF88, e mesmo a replicação do OP Brasil afora, já eram uma realidade, mas, sem protagonismo do governo federal (Teixeira, 2013), pelo contrário, com destaque aos governos locais na maioria das vezes comandados pelo PT ou por partidos aliados seus.

Se a participação tal qual estou argumentando desde os capítulos anteriores tem que ver com a possibilidade de participação da sociedade civil nas tomadas de decisão do Estado, a dos governos FHC tem mais que ver com alguma sorte de participação como execução pela sociedade civil de ações de responsabilidade do Estado do que qualquer outra coisa. Umhas raras exceções entregaram outra qualidade à participação no período, como a experiência protagonizada pelo movimento sanitarista (Dowbor, 2012) que depois do grande feito de incluir o Sistema Único de Saúde (SUS) na CF88, continuou logrando influenciar todos os governos que viriam de lá até a atualidade. Vale também de registro a influência dos movimentos ligados à assistência social que em menor medida também conseguiram impactar os governos FHC “por dentro”.

É sob esse pano de fundo que caracterizo o período dos governos de FHC como um período no qual o contexto político apresentou um padrão tendencial de relações Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperado com participação de tipo pseudoparticipação. Se bem o governo, em linhas gerais, não tratava com violência os movimentos, por outro lado, mesmo sob o *slogan* da “participação solidária”, ele não abriu espaço para que os movimentos sequer influenciassem o governo em suas decisões, pelo contrário. A participação nos governos FHC quase que se resumiu ao repasse de responsabilidades estatais às ONGs e até mesmo às empresas privadas, com ações coordenadas nacionalmente e executadas localmente.

#### **b) Governos Lula (2003-2010)**

A chegada de Lula ao Palácio do Planalto, em 2003, mudaria quase que radicalmente aquele panorama da participação, pelo menos pensando no nível nacional. Quantitativamente tratou-se, sim, de uma mudança radical; já qualitativamente se viu inicialmente um entusiasmo com alguma sorte de resgate do sentido da participação subvertido pelos governos FHC; no

entanto, não tardaria para a história mostrar que o entusiasmo não se confirmaria na prática (Miguel, 2017; Teixeira, 2013). Antes de aprofundar-me nisto da participação nos governos Lula, alguns comentários sobre a combinação das condições estruturais-estruturantes no período de seus governos não me deixarão perder o fio metodológico. Importa iniciar dizendo que os governos de Lula, por sua característica altamente heterodoxa, geraram e ainda geram bem mais divergências de análises entre os estudiosos do que os governos de FHC.

É provável que existam consensos de que os governos de Lula se trataram de governos progressistas que não alcançaram mudanças estruturais (Bringel; Falero, 2016; Cavalcante, 2021) e que a associação diplomática foi de tipo multilateral. Em relação a esta última, para fins de comparação com o período anterior e também por merecido destaque, vale a pena assinalar que se tratou de um tipo de inserção internacional multilateral que guardou mais diferenças do que semelhanças com os governos de FHC; ainda que houveram, sim, semelhanças. A diplomacia nos governos Lula priorizou o multilateralismo regional, por um lado, e a integração Sul-Sul, por outro (Jakobsen, 2016; Mapa, 2010; Rodriguez, 2012). Diferente do período anterior que priorizou relações com os países sede do capital financeiro global, no período de Lula a prioridade esteve nas relações com países do Sul global. Provavelmente as principais expressões desta forma de associação diplomática tenham sido o protagonismo do Brasil na fundação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) (antiga Comunidade Sul-Americana de Nações) e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ambos de 2006 e constituídos no Brasil, assim como na formação do BRICS, em 2008, e na própria Organização das Nações Unidas (ONU) (Rodriguez, 2012).

As duas condições faltantes são mais ou menos problemáticas em relação à consensos entre os analistas: de menos, o projeto político; de mais, o tipo de associação macroeconômica. Os problemas da segunda geram os da primeira. Considerando minha proposta teórico-metodológica que propõe que os governos se associam macroeconomicamente ou via neoliberalismo ou via neodesenvolvimentismo, para o caso dos governos de Lula, acompanho as análises que identificam o período como neodesenvolvimentista (Boito Jr.; Berringer, 2013; Cavalcante, 2021; Katz, 2015; Oliver, 2009)<sup>58</sup>. No entanto, não existem consensos de que os governos Lula foram governos que podem ser enquadrados como desenvolvimentistas, nem mesmo a partir das variações do conceito. A principal crítica às análises de que teriam se tratado

---

<sup>58</sup> Oliver definiu os governos Lula, desde essa mirada da macroeconomia, como um **neodesenvolvimentismo nacional capitalista**. Considerando a heterogeneidade da experiência e a necessidade de um conceito extenso para explicá-la, avalio essa caracterização de Oliver como uma das mais capazes de comunicar os sentidos daquela experiência.

de governos desenvolvimentistas repousa sobre o diagnóstico da desindustrialização ou reprimarização da economia (Fonseca; Salomão, 2017); diagnóstico esse não enfrentado por Lula. Para uma rápida reflexão sobre o tema, começo com Fonseca (2015, p. 40) que definirá desenvolvimentismo

como uma política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

Para o autor, os atributos centrais do conceito clássico são (i) projeto nacional, (ii) explícita intervenção estatal na economia e (iii) industrialização<sup>59</sup>. Este último atributo, como se pode ver no trecho acima citado, merece destaque na formulação do autor. Se os governos Lula não deixam dúvidas sobre portarem um projeto nacional e intervirem na economia, realmente a presença de industrialização planejada e espalhada na diversidade da economia é, no mínimo, questionável. Provavelmente por isto surgiram variações ao conceito “original” de desenvolvimentismo para que fosse possível explicar a experiência dos governos Lula sem abandonar o potencial analítico do conceito. Se o atributo industrialização estava sem forças na análise das políticas econômicas de Lula, outro ganharia destaque: a distribuição e redistribuição de renda – distribuição via valorização real do salário mínimo e redistribuição via programas sociais, com destaque para o Programa Bolsa Família (PBF).

No contexto desta dimensão de análise, mais estrita às ações político-econômicas do governo do que à conformação de sua base de sustentação econômica<sup>60</sup>, duas variações para o conceito surgiram, a do social-desenvolvimentismo (Bielschowsky, 2012; Carneiro, 2012), que justamente destacou aquele novo atributo da [re]distribuição de renda, e a do novo-desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2009), que tentou resolver o problema da ausência (ou pouquíssima presença) de industrialização orientando o acento da discussão para a necessidade

---

<sup>59</sup> Abordagem bastante semelhante é encontrada em livro de Ricardo Bielschowsky (Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 1995, p. 7), que destaca o caráter ideológico do conceito ao dizer que desenvolvimentismo é “a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos na- queles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.”

<sup>60</sup> Prefiro o uso da ideia de **neodesenvolvimentismo** aos de **social** ou **novo-desenvolvimentismo**, desde o capítulo anterior (seção 4.1), quando construí o esquema teórico-metodológico das condições estruturais-estruturantes dos contextos políticos, porque a primeira, diferente das duas outras, além de destacar o que é específico da ação político-econômica de um determinado governo, também destaca a conformação das bases sociais que possibilitam que tais ações sejam levadas a cabo assim como o posicionamento do país em relação à economia mundial.

de um câmbio competitivo, afirmando a ideia de taxa de câmbio de equilíbrio industrial que lançaria a economia do país ao interesse do mercado internacional, por um lado, e que produziria uma barreira à importação que, conseqüentemente, se desenrolaria como algum grau de desenvolvimento industrial, por outro lado.

Daniela Prates, Barbara Fritz e Luiz Fernando de Paula (2017), adeptos desta abordagem centrada na ação político-econômica, fugindo da perspectiva normativa em nome da evidência das características principais de cada uma das variações do conceito, sistematizaram as políticas econômicas dos governos Lula e Dilma; a Tabela 3 apresenta tal sistematização realizada pelas autoras para o período de Lula. Para além de elucidarem os acentos daquelas políticas em dois diferentes momentos dos governos do ex-presidente, as autoras mostram que nunca caíram em desuso nos governos do petista parte das políticas econômicas de recorte neoliberal (chamadas de ortodoxas por elas) herdadas dos governos Collor e FHC. É este diagnóstico que torna problemático o enquadramento automático dos governos Lula como aplicadores do projeto democrático-participativo no país. Me parece que não há dúvidas de que prevaleceu o projeto democrático-participativo, sobretudo, como intenção; mas, avalio como importante esse destaque de um certo desvio neoliberal pelo menos considerando esse recorte estritamente econômico da análise.

**Tabela 3 – Enquadramento das políticas econômicas nos governos Lula**

	2003 - agosto de 2008	Setembro de 2008 - 2010
	Lula antes da GCF	Lula durante a GCF e recuperação <i>double speed</i>
<i>Políticas macroeconômicas</i>		
<b>Política monetária</b>	ORT	ORT; ND; ORT
<b>Política cambial</b>	ORT	ORT; ND
<b>Política fiscal</b>	ORT	SD; ORT
<i>Políticas sociais</i>	SD	SD
<i>Investimento público</i>	SD	SD
<i>Políticas financeiras</i>	SD	SD
<i>Política industrial</i>	ND	SD

Fonte: Daniela Prates, Barbara Fritz e Luiz Fernando de Paula (2017).

Nota: Estratégia entre parênteses: influenciada por uma estratégia. GCF: grande crise financeira de 2008; ORT: políticas ortodoxas; SD: políticas social-desenvolvimentistas; ND: políticas novo-desenvolvimentistas.

Classificações separadas por “;”: sequência temporal de estratégias dentro de um período.

É neste complexo combinado de condições estruturais-estruturantes que o contexto político dos governos Lula aparece com um padrão tendencial de relações Estado-movimentos



de tipo integrativo-cooperado com participação de tipo participação parcial. Como já apresentado no capítulo anterior, por participação parcial entendo aquele tipo de participação na qual os movimentos aproveitam a oportunidade da ação institucionalizada e constroem mais ou menos políticas em cooperação com o Estado. É importante ressaltar, no entanto, que para tal participação transcender de parcial à plena, é necessário mais do que entrar pelas brechas das instituições para coproduzir políticas; é necessário, portanto, perceber nível de igualdade nas tomadas de decisão sobre a formulação de tais políticas. Quando o limite da participação se encerra na possibilidade de o movimento apenas influenciar as decisões estatais, então, se trata de participação parcial.

Buscando interlocutores para fundamentar tal diagnóstico, recorro à Miguel e Teixeira, novamente. O primeiro, ao analisar a transição histórica do foco no OP àquele momento que ampliou a participação à diversos desenhos de instituições participativas, transição essa que cronologicamente encaixa-se lado-a-lado à chegada do PT ao Governo Federal e geograficamente à ampliação da participação do nível local ao nacional, destaca:

[Neste período], a experiência do OP começa a ser vista com maior ceticismo. Percebe-se que nem todas as apostas feitas em suas virtualidades democratizantes eram vitoriosas; alguns dos vícios da participação política tradicional, que se esperava que ele sanasse, ressurgiam de novas maneiras. Além disso, os OPs vão sendo paulatinamente dissolvidos em uma categoria mais ampla, de novos espaços de interlocução entre sociedade civil e Estado. Tais arenas, que ganharam grande impulso com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal brasileiro, após a vitória nas eleições presidenciais de 2002, incluem em especial conselhos e conferências setoriais de políticas públicas, nas diversas instâncias de governo (municípios, estados, União). Cabe observar que, nesse momento, já há uma mudança no sentido da participação almejada, que deixa de ser a participação popular para ser a de organizações da sociedade civil. [...] Mesmo no que se refere à participação restrita à esfera política entendida em sentido estrito, a liderança brasileira em termos da experimentação democrática parece ter se esgotado (Miguel, 2017, p. 100; 112).

Teixeira (2013, p. 125) argumenta no mesmo sentido:

O Relatório de balanço realizado pelo próprio governo (SGP, 2010) também é pródigo em apontar como as mesas de diálogo, audiências públicas, conselhos e conferências estariam contribuindo para o aumento do diálogo entre governo e sociedade. Mas são poucas as evidências de que este diálogo estaria ultrapassando as fronteiras da “escuta” e se aproximando dos horizontes projetados anteriormente de co-gestão e partilha do poder. E a efetividade destes espaços fica ameaçada basicamente porque as decisões não passam por estes espaços, o que nos permite afirmar que há deslocamentos importantes nos sentidos e possibilidades reais destes espaços.

Mesmo com este diagnóstico de que foi limitada a experiência de participação nos governos Lula, pelo menos em relação a sua qualidade e, especificamente, ao compartilhamento radical entre sociedade e Estado do exercício do poder de decisão, tais limites não apagam o tanto que se construiu e se experimentou no período. Como afirma Enid Silva (2009, p. 17), “entre 2003 e 2006 foram realizadas 43 conferências – 38 nacionais e cinco internacionais –

que mobilizaram 2 milhões de pessoas da sociedade civil e do poder público nas esferas municipal, estadual e federal”. Do conjunto de conferências realizadas no período, 16 foram realizadas pela primeira vez e “dos 40 temas de conferências realizadas em seu governo, 28 foram de novos temas” (Teixeira, 2013, p. 98). Durante todo o período de governos Lula foram realizadas 74 conferências e criados 25 conselhos, em um conjunto diversificado de áreas. “[...] É possível dizer que as conferências teriam mobilizado 5 milhões de participantes, e produzido 14 mil propostas” (Idem).

Para ir concluindo a caracterização do período dos governos Lula, é importante assinalar que, do ponto de vista confrontacional, nada ou muito pouco se viu. É necessário destacar, para finalizar, explicações para tal ausência confrontacional. Primeiro, com Mauro Iasi (2012, p. 2):

A mesma classe que resistiu ao desmonte do Estado e das Políticas Públicas, alia-se aos seus antigos adversários para desarmar a classe trabalhadora diante da disputa do fundo público agora colocado a serviço da acumulação privada, em nome de um mito revivido: o desenvolvimento. O principal trunfo do setor político que se mantém no poder é o controle e o apassivamento da classe trabalhadora.

Ao que contribui Ana Ferraz (2019, p. 358-359):

[...] As gestões petistas no governo federal estimularam uma situação de silêncio e colaboração entre governo, movimento sindical e movimentos sociais. O apoio aos governos petistas, a desmobilização para proteger o governo contra a ofensiva das oposições, conservadoras ou não, caracterizaram os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Avalio que o que Iasi chama de “apassivamento da classe trabalhadora” e Ferraz de “desmobilização para proteger o governo” são argumentos que encontram comprovação na realidade histórica. No entanto, é importante que não se caia em uma análise maniqueísta deixando escapar com tal diagnóstico todo um acumulado de experiências das relações Estado-movimentos durante os governos Lula que chamaram e ainda chamam a atenção por suas concretas, ainda que limitadas, conquistas aos movimentos subalternos. Neste contexto, uma vez mais os argumentos da sociedade *abigarrada* e do Estado aparente, de René Zavaleta, ajudam.

A diversidade combinada e sobreposta dos grupos e formas de vida no Brasil e na América Latina cedo ou tarde cobram espaço, saltam dos solos aos salões principais da política, terminando em um processo que quase que naturalmente secundariza as ações de confronto extrainstitucional em nome das ações institucionalizadas. No entanto, assim como com Evo na Bolívia, com Rafael Correa no Equador, com Cristina e Néstor na Argentina, com Tabaré Vázquez e Mujica no Uruguai e com Fernando Lugo no Paraguai, o período de Lula no governo brasileiro mostraria que a estrutura estatal não aguenta por muito tempo um projeto

que busca responder às demandas das complexas e diversas sociedades *abigarradas* latino-americanas. A análise contextual parece contribuir no entendimento de porque ainda prevalecem no longo prazo os Estados aparentes que social e historicamente ainda não encontram condições materiais e simbólicas de integrar toda a diversidade da população, garantindo assim muito mais os interesses de uns poucos grupos sociais; aparentemente, sempre os mesmos. Como tentarei mostrar a seguir, nos governos de Dilma Rousseff essa tentativa de superação do Estado aparente foi perdendo cada vez mais forças.

### **c) Governos Dilma (2011-2016)**

Depois de Lula, Dilma Rousseff. Considero que não é pouco perceber que as quatro eleições presidenciais nas quais o PT se saiu vitorioso apresentaram um movimento decrescente em relação à opção de voto dos eleitores no segundo turno de cada uma delas. Em 2002, Lula venceu José Serra (PSDB) com 61,27%; em 2006, venceu Geraldo Alckmin (PSDB) com 60,83%; em 2010, Dilma venceu José Serra com 56,05%; e, em 2014, venceu Aécio Neves com apenas 51,64%. Há todo um complexo emaranhado de acontecimentos que precisam ser sistematizados para ajudar a compreender tal descenso; por certo, não darei conta aqui de alcançar todos os fatos. No entanto, o mais importante é perceber que foi nesse contexto que Dilma ascendeu, em 2010, demarcando seu lugar na história do país como a primeira mulher a assumir o Palácio do Planalto, em 1º de janeiro de 2011; e, é nesse mesmo complexo contexto que ela ficaria também marcada por sua saída do papel de protagonista da política brasileira depois do Golpe de 2016<sup>61</sup>.

Encontrar consensos em relação aos enquadramentos que realizei na Tabela 2 vai se tornando uma tarefa cada vez mais difícil dada a característica contraditória que foram assumindo, cronologicamente, os governos de Lula e depois os de Dilma. Ainda assim, avalio que das quatro condições que venho analisando, o enquadramento de duas delas, as mesmas que em Lula, é menos questionável. Uma é o tipo de gestão, que avalio como de governo progressista sem tentativa de transformação da forma-Estado herdada (Bringel; Falero, 2016). A outra é a associação diplomática, que seguindo a experiência de Lula, foi de tipo multilateral com ênfase nas relações regionais e nas articulações Sul-Sul. Vale a pena destacar, no entanto, que a saída do habilidoso ex-ministro Celso Amorim do Ministério das Relações Exteriores, ao

---

<sup>61</sup> Não entrarei aqui nas discussões sobre as razões do Golpe de 2016 que levaram à formalidade do processo de *impeachment*. Muito se produziu em termos de análises sobre esse acontecimento. Sobre o tema, um trabalho que vale a pena revisar, mesmo considerando ter sido escrito e publicado “no calor da hora”, é o livro organizado por Adriano de Freixo e Thiago Rodrigues (2016, o ano do Golpe, 2016).

final do segundo governo de Lula, retiraria o mencionado destaque proativo que a diplomacia brasileira havia alcançado entre 2003 e 2010 (Silva, 2019).

Em relação ao projeto político, o acumulado histórico do PT não permitiria que o projeto democrático-participativo fosse abandonado por Dilma; e não o foi. Acontece que, sobretudo, a partir de seu segundo mandato, a análise da intenção precisa ser cruzada com a dos acontecimentos; é neste momento que tal enquadramento torna-se questionável. Ao se analisar intenção *versus* fatos, se aprofunda aquela contradição já percebida de forma mais suave nos governos Lula, entre projeto democrático-participativo e políticas econômicas de recorte neoliberal, que parágrafos acima ao referir-me ao período de Lula chamei de desvio neoliberal. Ao examinar as características do projeto democrático-participativo e do projeto neoliberal, tal qual em Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), é possível perceber que como projeto os governos de Dilma não se trataram exatamente de um projeto neoliberal. No entanto, nunca será pouco registrar que suas políticas, como mostro novamente com a ajuda de Prates, Fritz e Paula (2017), na Tabela 4, apresentaram desvios ainda mais neoliberais do que as de Lula.

**Tabela 4 – Enquadramento das políticas econômicas nos governos Dilma**

	2011 - meados 2016	
	Dilma I (2011 – 2014)	Dilma II (2015 – ago./2016)
<i>Políticas macroeconômicas</i>		
<b>Política monetária</b>	ND; ORT	ORT
<b>Política cambial</b>	ND; ORT	ORT
<b>Política fiscal</b>	ORT; (SD)	ORT
<i>Políticas sociais</i>	SD	SD
<i>Investimento público</i>	(SD)	ORT
<i>Políticas financeiras</i>	SD	ORT
<i>Política industrial</i>	ND	SD

Fonte: Daniela Prates, Barbara Fritz e Luiz Fernando de Paula (2017).

Nota: Estratégia entre parênteses: influenciada por uma estratégia. GCF: grande crise financeira de 2008; ORT: políticas ortodoxas; SD: políticas social-desenvolvimentistas; ND: políticas novo-desenvolvimentistas.

Classificações separadas por “;”: sequência temporal de estratégias dentro de um período.

Diferente de Lula, Dilma encontrou um mercado internacional em pedaços após a grande crise financeira de 2008. O presidente petista conseguiu retardar a chegada da crise ao Brasil com políticas econômicas anticíclicas, por um lado, e porque, depois de despencarem em 2008, os preços das *comodities* se recuperaram em 2009 e 2010 (Prates et al., 2017), por outro lado. Dilma assume seu primeiro mandato com este panorama de recuperação da economia

mundial e também da doméstica sobre a mesa<sup>62</sup>, o que certamente a levou – ela e sua equipe econômica – a dar seguimento ao projeto neodesenvolvimentista dos governos Lula. Dirá André Singer (2015, p. 45) sobre as políticas econômicas do primeiro mandato da presidenta:

Quando se observa o conjunto das ações contidas na “nova matriz” [“nova matriz econômica”, nome dado por Guido Mantega, Ministro da Fazenda do primeiro mandato de Dilma, para a conformação das políticas econômicas daquele período] (ver próxima seção), percebe-se o seu nítido viés desenvolvimentista, partindo-se da compreensão de Bielschowsky. A desobstrução de caminhos para a retomada industrial, os esforços pela industrialização integral do país, a crença no papel indispensável do Estado no planejamento, a descrença nas forças espontâneas do mercado, a decisão por parte do Estado dos setores que devem se expandir e o papel estatal no financiamento destes estiveram todos presentes no que se poderia também denominar de “plano Dilma”.

Entre 2011 e 2012, no entanto, os preços das *comodities* perceberiam nova queda, dando sinais de recuperação somente a partir de 2015. Com o parque industrial sem comprometida atenção há décadas e, também por isso, com o país fortemente dependente de tecnologias dos países do centro do sistema-mundo capitalista-colonial, aquela queda dos preços que até então, em alta, impulsionavam o setor primário da economia brasileira, cobraria consequências incontornáveis ao futuro dos governos Dilma. É nesse contexto que,

comparadas com as políticas lançadas para combater o efeito-contágio da GCF, as políticas fiscais anticíclicas implementadas em 2012-2014, ancoradas em isenções fiscais em vez de gastos públicos, foram muito limitadas, com pequeno impacto agregado na produção e no emprego. O mesmo se aplica ao investimento público, que foi significativamente mais elevado em 2006-2010. Em janeiro de 2015, com o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, a política econômica sofreu uma forte guinada com a adoção de uma postura mais ortodoxa. O principal objetivo era implementar o ajuste fiscal, ancorado em cortes do gasto público, o qual seria fundamental para retomar a confiança dos agentes privados, entendida como pré-condição para a recuperação econômica (Prates et al., 2017, p. 204).

Essa discussão sobre a passagem do primeiro ao segundo mandato da presidenta merece maior atenção. Já iniciei algumas reflexões sobre o tema em recente trabalho, em colaboração com a colega Aline Mendonça dos Santos (2021):

O segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT) assumiu uma postura estreitamente relacionada com a ofensiva neoliberal. O processo eleitoral que reelegeu Dilma foi bastante disputado e só foi vencido por um compromisso da presidenta de voltar a gestão governamental às demandas dos movimentos sociais (que tiveram um papel fundamental na reeleição) em detrimento da lógica de crescimento econômico do sistema dominante. No entanto, isso não aconteceu. Passada a campanha, a presidenta começou a adotar medidas econômicas que prometeu não tomar, como mudança nas leis trabalhistas e aumento de juros. Ao invés de honrar os compromissos com os movimentos da juventude, das mulheres, dos negros e dos trabalhadores rurais e urbanos que estiveram ao lado do governo na campanha, Dilma apresentou nomes

<sup>62</sup> Como mostram Prates, Fritz e Paula (2017), 2010 foi o ano de maior crescimento do PIB de toda a experiência petista a frente do Governo Federal, tendo chegado à surpreendente marca de 7,5%. Além disso, depois da forte baixa em 2008, quando caíram 23,4%, os preços das *comodities* acumulavam dois anos de importantes altas, 33 e 29% em 2009 e 2010, respectivamente.

para a composição ministerial que privilegiavam ainda mais as políticas econômicas em contraponto às sociais (a exemplo da indicação de Kátia Abreu, a principal expoente do agronegócio no país e inimiga dos movimentos de luta pela terra, para assumir o Ministério da Agricultura), bem como diminuiu o espaço de políticas emancipatórias a exemplo das pastas de mulheres, juventude, direitos humanos e raça que foram unificadas em um mesmo ministério.

Nas mesma linha vai a avaliação de Singer (2015, p. 44) sobre o tema:

[...] a eleição presidencial de 2014 é vencida, a pouca distância do adversário, pela candidatura Rousseff com surpreendente discurso desenvolvimentista. Simultaneamente, o ministro chefe do desenvolvimentismo, Guido Mantega, é demitido em plena campanha. Eleita, Dilma decide fazer o contrário do prometido e cumprir o que os promotores do cerco exigiam desde o fim de 2012: um choque recessivo. Sobrevém a nomeação de conhecido ortodoxo [Joaquim Levy] para chefiar a economia. A perspectiva de acelerar o lulismo acaba por produzir a pior recessão desde 1992, com desemprego em massa e queda na renda dos trabalhadores.

É diante deste complexo contexto que, em relação à forma de associação macroeconômica, os fatos mostrariam que os governos Dilma se caracterizaram pela heterodoxia, seja na análise sincrônica seja na diacrônica. Mais ou menos sobrepostas durante todo seu período de governo, na necessidade de enquadramento em um ou outro tipo de associação em macroeconomia, pode-se dizer que o primeiro mandato foi mais neodesenvolvimentista enquanto que o segundo foi mais neoliberal. Desta forma, diante deste conturbado cenário, avalio o padrão tendencial de relações Estado-movimentos nos governos Dilma como integrativo-cooperado, com participação de tipo participação parcial, repetindo o padrão tendencial de relações Estado-movimentos e a qualidade da participação dos governos Lula.

Não há tanto que se dizer de específico sobre a participação nos governos Dilma. De certa forma comprometida com o projeto democrático-participativo, sobretudo no primeiro mandato, como já mencionado e como fica mais claro com a análise de que foi naquele período que prevaleceu a associação macroeconômica neodesenvolvimentista, vale a pena reforçar algo que já foi dito: o neodesenvolvimentismo conta com os movimentos subalternos em sua base de sustentação e, na engenharia dos governos petistas, a participação foi uma das formas de integrar essa parcela de suas bases aos governos. Neste contexto, a presidenta manteve os avanços acumulados pelos governos de Lula. Além disso, uma novidade precisa ser destacada: seu primeiro mandato terminaria com a formalização de compromisso com a participação, basta ver o Decreto 8.243/2014, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

Uma importante alteração contextual na relação com os governos Lula e até mesmo com os de FHC precisa ser destacada: as agitações de rua, ou seja, o confronto político

extrainstitucional. Pelo menos desde os “Caras Pintadas” que o Brasil não via um movimento de massas tão grande nas ruas como a onda de protestos que ficaria conhecida como as “Jornadas de Junho de 2013”. Em colaboração com Marília Veronese, em trabalho no qual tentamos compreender a ascensão do “fenômeno Bolsonaro” (Oliveira; Veronese, 2019), refletimos um tanto sobre aquelas manifestações de 2013. Vale a pena destacar aqui, mesmo assim, que talvez o principal fato novo daquelas jornadas de manifestações foi o aparecimento de novos sujeitos políticos-coletivos em cena, sujeitos esses que não haviam sido impactados pelo “apassivamento da classe trabalhadora” (Iasi, 2012) porque sequer carregavam centralidade na questão de classe. Pouco importava para aqueles movimentos que dispararam as manifestações – com destaque para o Movimento Passe-Livre, para os Comitês Populares da Copa (CPC) e para o Bloco de Lutas – se o PT havia passado por uma reorientação ideológica, se militantes do partido e dos movimentos mais tradicionais estavam nos gabinetes e não nas ruas, se o foco de tais movimentos estava voltado à participação e se os governos do PT haviam contribuído ao apassivamento e desmobilização da classe trabalhadora.

Como mencionei no capítulo anterior (seção 4.1) quando da construção do esquema teórico-metodológico para a avaliação dos contextos, um padrão tendencial de relações Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperado não significa que naquele mesmo contexto não se possa perceber relações de tipo violento-hostil; e vice-versa. É o que aconteceu no contexto dos governos Dilma que foram palco das Jornadas de Junho de 2013. Em um contexto de padrão integrativo-cooperado tal onda de protestos foi prova histórica de que um governo simpático às pautas dos movimentos subalternos também poderá trata-los com hostilidade e violência.

#### **d) Governo Temer (2016-2018)**

Diante das turbulentas circunstâncias que levaram ao Golpe de 2016 encenado como processo de *impeachment*, Michel Temer (PMDB) assumiu o governo com uma agenda perversa contra os trabalhadores, as “minorias”, as populações empobrecidas e o patrimônio público, expressa no programa intitulado “Ponte para o futuro”. Tratou-se de uma proposta explicitamente neoliberal semelhante à que atingiu a Europa anos antes e que vinha perdendo a disputa com o voto popular nas eleições que antecederam este governo; embora, como já mencionado, os governos anteriores já viessem assumindo fortes desvios neoliberais. De toda forma, tratou-se de uma lógica de governo que atacava especialmente as conquistas trabalhistas e as políticas sociais. Como se pôde ver na Tabela 2, tratou-se de um projeto político de tipo neoliberal com de gestão de tipo empresarial protagonizado por partido de direita. A associação diplomática, confiada a dois políticos experientes, primeiro José Serra e depois Aloysio Nunes (ambos do PSDB),

foi de tipo multilateral, mas muito mais focada em uma espécie de reavivamento daquela lógica diplomática dos governos FHC do que de seguimento da lógica de Dilma (Silva, 2019).

Em relação à associação macroeconômica de Temer, suas políticas econômicas representaram sem botar e nem tirar o projeto político homônimo. Temer se mostrou altamente comprometido com a internacionalização da economia brasileira e para alcançar êxito nesta tarefa sua equipe mostrou-se engajada nos processos de desmonte das empresas públicas, etapa indispensável para posteriores privatizações, e nas retiradas de direitos trabalhistas e sociais. As privatizações foram tão evidentes quanto preocupantes, basta analisar as investidas na Petrobras (INEEP, 2018; Brasil de Fato, 2018) e que foram confirmados pelas mobilizações sindicais<sup>63</sup> contra o sucateamento da principal empresa pública do país. Os esforços relativos às privatizações seriam apenas uma parte de um conjunto maior de esforços em torno das orientações da cartilha do Consenso de Washington. Logo, o país veria avançar a Lei da Terceirização, a Reforma Trabalhista e o projeto de emenda complementar (PEC) que ficaria conhecido como a PEC do Fim do Mundo (Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos) (Oliveira; Costa, 2018).

Ora, se a CF88 mostrou-se como um marco de cidadania no país, dispendo sobre a universalidade do acesso à saúde, educação e proteção social (Fleury, 2011), o congelamento dos gastos expôs de maneira contundente um problema que historicamente limita a aplicação de tal universalidade de políticas sociais: o sistema tributário injusto e desigual do Brasil que se não arrecada o montante suficiente para cumprir com suas obrigações é porque faz vistas grossas aos rendimentos dos mais ricos (Kerstenetzky, 2017), como já assinaléi quando mencionei o aumento da carga tributária sob os governos FHC. É neste contexto que, sob os governos Temer, a população foi dormir em um dia com a promessa de uma ponte para o futuro e que, ao acordar no dia seguinte, o que encontrou foi uma verdadeira ponte para o passado.

Não há nada de novo no sentido da ampliação da participação institucionalizada em relação ao governo Temer. Formalmente em funcionamento, a perda de entusiasmo dos movimentos na via da participação – já que Temer teve papel protagônico nas articulações do Golpe – somada à falta de interesse e tratamento hostil do governo em relação à camada popular da sociedade brasileira, reduziria significativamente o exercício efetivo da participação no Brasil de Michel Temer. Diante do acumulado de reflexões que acabo de fazer, minha avaliação é a de que o contexto do governo Temer foi um contexto de padrão de relações Estado-movimentos de tipo violento-hostil, expressando mais hostilidade do que violência, é certo,

---

<sup>63</sup> Conforme notícia publicada no portal *online* do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (SindipetroNF) (2018), entre outras.



com participação de tipo pseudoparticipação. Pseudoparticipação e não ausência total dela porque as instituições participativas seguiram ativadas em seu governo.

A via do confronto político extrainstitucional, por outro lado, perceberia importante retomada e capacidade de tensionamento no período. Se aqueles movimentos mais tradicionais como o MST e o movimento sindical não alcançaram a mobilização de rua suficiente para impedir o Golpe e a saída de Dilma, o PT de volta à oposição institucional no nível nacional em alguma medida reacomodaria a correlação de forças na sociedade e, especificamente, reorientaria as táticas daqueles movimentos. Durante os quase dois anos em que governou, Temer teve de lidar com, pelo menos, cinco grandes manifestações de rua: (i) a greve geral de abril de 2017; (ii) as manifestações vinculadas ao movimento #OcupaBrasília; (iii) as manifestações contra a prisão de Lula; (iv) a greve dos caminhoneiros; e, (v) as manifestações vinculadas ao movimento #EleNão.

#### e) **Governo Bolsonaro (2019-2020)**<sup>64</sup>

Embora toda a análise de “calor da hora” possa ser uma análise falha porquê apressada, preciso arriscar uma avaliação dos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro (eleito pelo Partido Social Liberal, atualmente sem partido) porque eles fazem parte de meu recorte histórico; o mesmo ocorre para a análise do governo de Andrés Manuel López Obrador para o caso mexicano. Como se pôde ver na Tabela 2, considero a seguinte combinação de condições estruturais-estruturantes para o governo Bolsonaro: projeto político na fronteira entre neoliberal e autoritário<sup>65</sup>, gestão de tipo empresarial com governo de partido de direita na fronteira com aquela de autoritarismo seletivo e violência estendida no tecido social, associação diplomática unilateral e macroeconômica neoliberal.

Em relação à associação diplomática, se confirmariam na prática as previsões feitas por Rubens Ricupero (2018), logo depois das eleições de 2018, de que a atuação de Ernesto Araújo, indicado do “guru ideológico” de Bolsonaro, Olavo de Carvalho, à frente do Itamaraty causaria sérios danos à atuação do Brasil no sistema mundial. A tática do abandono do multilateralismo em nome do alinhamento político, econômico e cultural submisso aos EUA geraria as bases de tal fracasso. Em maio de 2021, sobretudo considerando o contexto da pandemia de Covid-19 e

<sup>64</sup> Boa parte das reflexões desta seção, sobre o governo Bolsonaro, são fruto de diálogos com a colega e professora Marília Veronese.

<sup>65</sup> Uma agenda de pesquisa para o futuro poderá ser a do exame detalhado das experiências dos governos latino-americanos a partir do imbricamento dos projetos autoritário e neoliberal como uma mesma lente de análise. Dado o acirramento mundial da contradição capital-trabalho, com o capital avançando cada vez mais ferozmente sobre o trabalho, por um lado, e dado o patente fortalecimento das direitas de recorte conservador e autoritário que, em geral, do ponto de vista econômico representam o capital, arrisco dizer que cada vez será mais comum se falar de projetos neoliberais e autoritários como uma coisa só. Ou seja, já não será mais o caso de se falar de projetos neoliberais **ou** autoritários, senão de **projetos neoliberais-autoritários**.

a desastrosa gestão da crise sanitária por parte de Bolsonaro, o Brasil se via isolado e profundamente desacreditado em contexto global.

Quanto ao caráter autoritário de seu governo, seu histórico político (29 anos de carreira pública, 2 como vereador da cidade do Rio de Janeiro e 27 como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro) já revelava duas características: autoritarismo e atuação medíocre, incapaz de articulação política. Um vídeo do atual presidente, divulgado dias antes do segundo turno das eleições de 2018, é simbólico; o reproduzo em texto, abaixo:

“Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma [Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos de esquerda, movimentos sociais etc.], se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós, ou vão pra fora, vão pra cadeia. Esses marginais, vermelhos, serão banidos de nossa pátria [...]. Ninguém vai sair dessa pátria porque essa pátria é nossa, não é dessa gangue que tem a bandeira vermelha e tem a cabeça lavada [...]. Aqui não terá mais lugar para corrupção. E seu Lula da Silva, se você estava esperando o Haddad ser presidente pra assinar o decreto de indulto, eu vou te dizer uma coisa: você vai apodrecer na cadeia! Brevemente, você terá Lindbergh Farias pra jogar dominó no xadrez. Aguarde, o Haddad vai chegar aí também, mas não será pra visitá-lo, não, será pra ficar alguns anos ao teu lado. Já que vocês se amam tanto, vocês vão apodrecer na cadeia! Porque lugar de bandido que rouba o povo é atrás das grades [...]. Petralhada [forma pejorativa de identificar militantes do PT], vocês vão todos pra Ponta da Praia [local utilizado para tortura e assassinatos na ditadura brasileira], vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma limpeza nunca vista na história do Brasil. Vagabundo vai ter que trabalhar, vai deixar de fazer demagogia junto ao povo brasileiro [...]. Vocês verão uma Forças Armadas ativa, colaborando com o futuro do Brasil. Vocês, Petralhada, verão uma polícia civil e militar com retaguarda jurídica pra fazer valer a lei no lombo de vocês. Bandidos do MST, bandidos do MTST, as ações de vocês serão tipificadas como terrorismo. Vocês não levarão mais o terror ao campo ou à cidade. Ou vocês se enquadram e se submetem às leis, ou vão fazer companhia ao cachaceiro [referência à Lula] lá em Curitiba.” (Jair Bolsonaro, outubro de 2018, arquivo pessoal dos autores).

Há uma série de evidências em seus dois primeiros anos de governo que confirmam uma a uma as promessas de Bolsonaro no referido vídeo. Tais evidências já estão organizadas em outro trabalho, em outra colaboração com Marília Veronese (Brasil e o “fenômeno Bolsonaro”: política, economia e a pandemia de Covid-19 [2019-2020], 2021). Já as políticas econômicas do governo, sob o comando de seu “super ministro” da economia, Paulo Guedes, não apontam para um esforço de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. Portanto, coincidem com as previsões que fizemos eu Veronese (2019) quando apontamos para um provável ultraneoliberalismo. Importa destacar que o emprego do prefixo “ultra” à prática econômica neoliberal se deu em um sentido de evidenciar a tendência de compromisso inflexível com as orientações do Consenso de Washington.

Do ponto de vista dos acontecimentos em economia, nos últimos dois anos, pelo menos é de se destacar os esforços em torno das reformas (i) da previdência, tributária e administrativa

assim como das (ii) privatizações. Até o meu último ano de análise, no entanto, sem o sucesso esperado no ano de 2019 e comprometido pela pandemia de Covid-19 em 2020, o plano de redução do Estado brasileiro não alcançou o êxito esperado. No entanto, em dezembro de 2020, Guedes retomou o assunto prometendo um 2021 de avanços do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Mais informações sobre as ações em economia dos dois primeiros anos do governo Bolsonaro poderão ser encontradas no trabalho acima mencionado (Oliveira; Veronese, 2021), em fase de publicação.

Esse contexto de neoliberalismo como projeto e como associação macroeconômica, de gestão empresarial e autoritária e de associação diplomática confiada exclusivamente à relação de submissão com os EUA me leva ao enquadramento de um contexto político de padrão tendencial de relações Estados-movimentos de tipo violento-hostil com ausência de participação institucional. É importante lembrar que alguns conselhos nacionais, como os de saúde e assistência social, mantiveram-se em funcionamento. No entanto, é inquestionável que se trata de um contexto orientado por uma dinâmica de governo que não tolera a influência do conjunto de movimentos subalternos que se acostumaram a participar, sobretudo, a partir de 2003 com Lula.

Na outra ponta, do confronto político extrainstitucional, 2019 foi palco de duas importantes manifestações. A primeira delas, conhecida como #TsunamiDaEducação, que denunciava o desmonte da educação pública protagonizada pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, contou com três atos: 15 e 30 de maio e 13 de agosto. Com maior adesão no primeiro, os protestos encabeçados pelos movimentos estudantis alcançaram importante adesão dos professores e demais profissionais da educação, além da população em geral, levando milhares de pessoas às ruas em cerca de 200 cidades ao redor do país. A segunda grande manifestação foi a greve geral de 2019, realizada no dia 14 de junho daquele ano. Desta vez encabeçada pelas centrais sindicais, a greve mobilizou milhares de manifestantes em mais de 350 cidades, sendo comparada em adesão com a greve de abril de 2017. A principal pauta era a denúncia das consequências negativas da reforma da previdência que Bolsonaro fazia avançar no Congresso Nacional. Em 2020, em resposta às manifestações antidemocráticas apoiadas por Bolsonaro, movimentos antifascistas protagonizaram confrontos, sobretudo, em algumas capitais. Os protestos de rua neste ano ficariam profundamente comprometidos em função da pandemia de Covid-19.

### 5.1.1 A institucionalidade da economia solidária no Brasil

Tal como mencionado na abertura do presente capítulo, além da sistematização dos contextos políticos de Brasil e México durante o período analisado, também aqui apresento os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas com os sujeitos vinculados à economia solidária na estrutura dos Estados brasileiro e mexicano. Esses sujeitos, ligados ou não aos movimentos de economia solidária de seus respectivos países, ocuparam ou mesmo ainda ocupam cargos na burocracia estatal relacionada à economia solidária. Os dados obtidos através de tais entrevistas ajudam na compreensão do desenho institucional da economia solidária em cada um dos países, assim como na das dinâmicas de funcionamento daquelas institucionalidades. As seções sobre essas institucionalidades da economia solidária no Brasil e no México contam, ainda, com o apoio de pesquisa bibliográfica. Abaixo, na Tabela 5, apresento os entrevistados do caso brasileiro com suas respectivas relações com o Estado.

**Tabela 5 – Sujeitos vinculados à economia solidária na estrutura do Estado brasileiro**

<b>Entrevistada/o</b>	<b>Relação com o Estado</b>
<b>1 OTÁVIO</b>	Trabalhou na SENAES (2015-2016) / É militante do MESB, filiado-fundador do PT e professor universitário
<b>2 SANDRA</b>	Trabalhou no Ministério de Desenvolvimento Agrário (2007-2011), na SENAES (2011-2016 / a partir de 2013 tornou-se funcionária de carreira no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo mantida na estrutura da SENAES) / É militante do MESB e militante (não filiada) do PT desde 2018
<b>3 JOÃO</b>	Trabalhou na SENAES (2003-2016) / É militante do MESB, militante do PT (filiado desde a década de 1980, atualmente sem filiação apenas por problemas burocráticos) e professor universitário
<b>4 JOAQUIM</b>	Trabalhou na SENAES (2003-2007 / 2011-2016) / É militante do MESB, filiado ao PT desde 1997 e professor universitário

Fonte: elaborado pelo autor.

O primeiro ato institucional ligado à economia solidária no Brasil é, certamente, a aprovação da lei que regulamentou a atividade cooperativista no país, em 1971. Tal lei, que já passou por uma série de reformas, segue vigente até a atualidade. Fruto de intensas discussões, em 2012 também se aprovou uma lei específica para as cooperativas de trabalho, a Lei

12.690/2012. Especificamente para a economia solidária, em seus próprios termos, um projeto de lei demoraria longos sete anos para ser aprovado no congresso nacional. Enviado às necessárias comissões da câmara em 2012, o Projeto de Lei (PL) 4.685/2012, de autoria coletiva assinado por oito deputadas e deputados<sup>66</sup> de sete diferentes estados da federação, em 2017 superaria todas aquelas comissões necessárias e seria enviado ao senado como Projeto de Lei da Câmara 137/2017. Mais dois anos se passariam até que o senado aprovasse o texto final, agora como PL 6.606/2019, em 19 de dezembro de 2019. Dentre as principais disposições, a lei criaria a Política Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) e ainda autorizaria a criação do Fundo Nacional de Economia Solidária. Como se poderá ver na sequência do texto, a inflexão sofrida pela economia solidária na institucionalidade brasileira depois do Golpe de 2016 cobraria impactos relacionados à aplicação da mencionada lei.

A história institucional da economia solidária no Brasil é fruto de intensa interação entre o MESB e o Estado e é datada já do primeiro ano dos governos Lula. Seguindo uma tendência que estava para além da economia solidária, o MESB aproveitou a oportunidade política que naquele momento histórico se apresentava, como explica Joaquim (2020, informação verbal):

Primeiro eu preciso considerar, então, o caráter do governo que se instituiu em 2003, depois da vitória do Lula em 2002. Nós tivemos a Carta ao Povo Brasileiro<sup>67</sup>, que indicava um governo que ia manter os contratos e, portanto, sem grandes mudanças estruturais no que diz respeito à política econômica e outras políticas, mas, um governo que foi eleito pelos movimentos sociais, com uma base organizada e forte apoio dos movimentos sociais e, por isso, foi um governo que criou espaços institucionais para os movimentos sociais e suas questões a partir, diretamente, da estrutura do Estado brasileiro. [...] E, nisto, a economia solidária, que tinha um debate importante, aproveitou a oportunidade.

É neste contexto que, já naquele ano de 2003, seriam construídas as bases das instituições participativas, de nível nacional, relacionadas à economia solidária, ou seja, o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e as Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES). O CNES foi instituído pela Lei 10.683/2003, em 2003, mas somente foi regulamentado pelo Decreto 5.811/2006, em 2006. Portanto, sua operacionalização se deu somente a partir daquele ano. Também em 2006, realizou-se a I CONAES. Estes espaços de

<sup>66</sup> Paulo Teixeira (PT-SP), Eudes Xavier (PT-CE), Padre João (PT-MG), Luiza Erundina (PSB-SP), Miriquinho Batista (PT-PA), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), Bohn Gass (PT-RS) e Fátima Bezerra (PT-RN).

<sup>67</sup> Dias antes do início do período eleitoral das eleições presidenciais de 2002, que elegeriam Lula presidente pela primeira vez, o ex-presidente divulgou e leu a Carta ao Povo Brasileiro, na qual, como relata Schiochet, anunciou as linhas gerais de seu possível governo, ou seja, um governo que não enfrentaria a agenda de mudanças estruturais, por um lado, e que se pautaria pelo pacto de classes, por outro. A carta pode ser lida na íntegra em matéria do jornal Folha de S.Paulo (2002).

discussão impulsionaram o diálogo entre governo e movimento, sobretudo, em relação às políticas públicas almeçadas pelo segundo. Outras duas CONAES aconteceram: a II CONAES, em 2010, e a III CONAES, em 2014.

**Fotografia 1 – Lula na I Conferência Nacional de Economia Solidária**



Fonte: site da Cáritas Brasileira na internet<sup>68</sup>.

Além da ação institucionalizada como participação nas instituições participativas (ou seja, no CNES e nas CONAES), Silva e Oliveira (2011), Dowbor (2012), Abers, Serafim e Tatagiba (2014) e outras e outros mostraram que secretarias executivas foram também criadas pelo governo Lula e ocupadas por militantes de movimentos, como foi no caso da economia solidária:

No Brasil, nas eleições de 2002, ainda em plena crise, Lula colocou em seu programa a Economia Solidária como forma de enfrentar a crise que ainda não fora superada. Eleito, o Presidente Lula, tão logo fora empossado, criou, mediante projeto de lei, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES, e o Conselho Nacional de Economia Solidária, ambos no Ministério do Trabalho e Emprego (Gaiger, 2014, p. 12).

Joaquim (2020, informação verbal) conta um pouco dos bastidores da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES):

Tão logo, no início de 2003, já teve uma divisão no âmbito do GT Brasileiro [Grupo de Trabalho de Economia Solidária de nível nacional], porque o movimento sindical, basicamente em torno dos atores da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, reivindicavam a posição de subordinação (ou articulação, aí depende da interpretação) da política de economia solidária à política de trabalho e, especificamente, à política de geração de trabalho e renda, dentro da Política Nacional de Emprego. Então, essa

<sup>68</sup> Disponível em: <http://pr.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/2013/07/16/30-anos-de-economia-popular-solidaria-conheca-nossa-trajetoria/>.

é uma posição defendida por setores da CUT, basicamente de São Paulo, e, portanto, esse setor não participou diretamente, depois, da secretaria nacional, embora tenha acompanhado todo o processo de constituição da secretaria; mas, não participou diretamente de sua constituição e a secretaria nacional foi mais, então, um movimento em torno de todas as organizações nacionais. As organizações ligadas à Igreja e as universidades, fundamentalmente a rede de incubadoras tecnológicas, e com a grande liderança, reconhecida liderança, do professor Paul Singer.

Da divergência mencionada por Joaquim, importa destacar que as lideranças ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) discordavam da criação de uma secretaria própria para a economia solidária. Por outro lado, reivindicavam que se criasse um departamento dentro da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), sobretudo considerando que era ali, na SPPE, que eram operacionalizados os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No entanto, logo o economista, professor e militante histórico do PT e da economia solidária brasileira, Paul Singer, acabaria empossado como secretário da SENAES no dia 26 de junho de 2003; a SENAES permaneceu ativa na estrutura estatal até logo depois do Golpe de 2016. João (2020, informação verbal) dirá que a conformação e criação da SENAES na estrutura nacional do Estado brasileiro só foi possível pela combinação de três fatores: (i) a base social da economia solidária que já estava se organizando, (ii) as experiências institucionais de economia solidária nos níveis municipal e estadual já existentes antes da SENAES e (iii) a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002. João relata que esses três fatores, então na forma de forças em disputa, desde um princípio tensionavam as dinâmicas da SENAES, como se pode ver abaixo, quando o entrevistado (2020, informação verbal) também expõe qual era a concepção de Singer:

Desde o momento que se decidiu criar a SENAES que a SENAES passa a ser disputada, digamos assim, por esses três elementos. Alguns achavam que a secretaria era uma secretaria do partido: “tá no governo, a população elegeu o governo, o partido dá a direção”; já as organizações da sociedade civil começam a dizer: “essa secretaria é nossa!”, e os gestores vão se organizar também em rede pra dizer: “espera um pouco, se é pra constituir política pública nós temos que ser considerados”. [...] O fato de botar Paul Singer no comando da secretaria faz com que ela tenha uma opção, porque a opção de Singer sempre foi muito clara: “não se constrói economia solidária pelo Estado, ou seja, o Estado não é o protagonista”. Ele não usava essa palavra, mas, na nossa compreensão, no entendimento dele ela [a economia solidária] só poderia ser construída se fosse pela sociedade civil organizada, ou seja, como movimento. O Estado teria que apoiar, criar condições pra isso. Mas não poderia, inclusive, o Estado ser o tutor do processo e não poderia o Estado criar certos vícios que colocassem a economia solidária dependente do Estado. [...] Então, qual é a opção de Singer: “conversamos com todos”. Na secretaria ele dizia claramente que não era uma secretaria do PT, então, naquela concepção mais estrita do espaço do partido, pros militantes do partido, não, o Singer você sabe, é PT e PT, com autonomia. Mas, ele dizia: “com todos, nós temos que dialogar, mas, o principal interlocutor da SENAES é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária”.

Nesta esteira, a trajetória da secretaria nacional sem dúvidas merece atenção. É de se admirar o extenso número de políticas públicas formuladas e implementadas desde a própria

SENAES e também em colaboração dela com várias secretarias de outros setores de políticas durante os dois governos de Lula. Estimando relações com quase trinta ministérios e secretárias, Joaquim (2020, informação verbal) destaca os trabalhos colaborados com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, com a Secretaria Nacional da Juventude, com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Saúde (MS) e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), neste caso a partir de 2011. João (2020, informação verbal) confirma tais relações e adiciona outras: com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a Fundação Banco do Brasil, com o Ministério da Justiça (em razão do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, PRONASCI) e, finalmente, com o Ministério da Educação (MEC).

Das supracitadas relações da SENAES com outras institucionalidades da estrutura estatal brasileira, Joaquim relata dois processos que me parecem muitíssimo interessantes para descrever o histórico de mutua constituição entre a institucionalidade da economia solidária no Brasil e a sua dimensão societal, ou seja, o MESB. Para o entrevistado (2020, informação verbal), as aproximações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, sujeito político-coletivo central na construção do MESB, sobre o qual me debruçarei de forma demorada no seguinte capítulo) com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e com o Movimento Antimanicomial foram antecipadas pelas aproximações da SENAES com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério da Saúde, movimentos que se deram com o objetivo de colaboração relacionada à Política Nacional de Resíduos Sólidos e à Política Nacional de Saúde Mental, respectivamente. Essa suposta inversão de lógica de aproximação, que em teoria se daria primeiro pelo lado da sociedade civil e depois no Estado, gerou tensões na relação SENAES-MESB, relatam tanto Joaquim (2020, informação verbal) quanto Schiochet em seu texto *Participación y control social en la política pública de economía solidaria: la experiencia de la Secretaría Nacional de Economía Solidaria* (2017).

Essa mutua constituição e atravessamentos de processos do Estado com os da sociedade civil, e vice-versa, não foram novidades que receberam luz apenas no momento dos acontecimentos relatados por Joaquim e Schiochet. João (2020, informação verbal), por sua vez, assinala que a própria conformação do FBES foi, em boa medida, provocada pela oportunidade política que se criava a partir daquela já citada confluência de fatores mencionada pelo entrevistado:

O fato de lutar para ter um espaço nas políticas públicas – não é só um espaço no governo, é construir uma política pública – faz com que as organizações da sociedade



se movimentem mais, criem fóruns locais, criem grupos, criem redes, certo, gera uma organicidade. O processo, o processo gera uma organicidade aí.

Paul Singer (2014, p. 90) contribui no mesmo sentido:

Com a criação da SENAES, o movimento de economia solidária, presente em parte do território, rapidamente se expandiu, tornando-se nacional. Em associação com a instalação da secretaria, em junho de 2003, foram criados o FBES e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária [Rede de Gestores].

Sandra também relata processos que elucidam tal mutua constituição entre sociedade e Estado e, além disso, mostra alguns pormenores da relação tanto da SENAES quanto do FBES com o MDA, tal qual destacado por Joaquim (2020, informação verbal) como um dos ministérios com os quais a SENAES manteve relações aproximadas:

Acho que nós conseguimos dois feitos importantes. [...] O primeiro foi isso de a gente ampliar o debate sobre a relação do FBES com as políticas públicas nacionais desfocando só de SENAES e entendendo que também o MDA era um espaço de disputa de política pública para o movimento. Então, isso foi um grande feito e isso mexeu, inclusive, com a própria SENAES. É quando a SENAES passa a dialogar com o meio rural também, a proximidade que a SENAES passou a ter conosco, ou seja, com o MDA, desde uma perspectiva temática, pra além da perspectiva mais ampla de projeto societário. Acho que esse foi o primeiro grande feito. O segundo é que a gente teve, efetivamente, em curto espaço de tempo, estrutura nos territórios, que eram as bases dos serviços, com técnicos contratados pra apoiar empreendimentos rurais a fazer processos de comercialização em uma abordagem de economia solidária. Não foi perfeito, não foi fácil, nem todo mundo entendia de economia solidária, mas, o acordo de que seria esse o campo de atuação nossa, seria esse o campo de perspectiva, de não abrir qualquer mercado, mas abrir mercado com discussão com os empreendimentos sobre construção social de mercado, sobre cooperativismo como caminho, sobre autogestão como princípio fundamental da sustentação dos empreendimentos, acho que isso foi o segundo grande feito nosso (Sandra, 2020, informação verbal).

Voltando ao que é mais específico das políticas públicas, dentro dos eixos “crédito para a economia solidária e apoio às finanças solidárias”, “formação e assistência técnica”, “comercialização e redes de produção e consumo”, “marco jurídico da economia solidária”, “informações e conhecimentos para promoção da economia solidária”, “institucionalização de políticas de economia solidária e diálogo social” e “fomento à segmentos específicos” (Cunha, 2012), foram mais de 40 ações e políticas, isso somente nos primeiros oito anos de secretaria, durante os governos Lula. Destas, mais de 20 tiveram a SENAES como agência responsável pela implementação e controle, sendo as demais políticas oriundas de outros ministérios e secretarias com mais ou menos participação da SENAES.

Um exame detalhado dessas políticas nos oito primeiros anos de SENAES pode ser encontrado tanto na tese de doutorado de Gabriela Cunha (2012) quanto no trabalho de Maurício Sardá (2011); neste último, em perspectiva dos significados das políticas. Mesmo assim, vale a pena destacar algumas políticas relatadas pelos entrevistados como políticas que

“deram certo”, considerando também achados de minha revisão de literatura. Paul Singer, por exemplo, destaca ações que muito bem podem ser enquadradas como ações de Estado que visavam o fortalecimento da autonomia e das condições de auto-organização comunitária, tal qual destaquei no capítulo anterior com Segato (2012) e García Linera (2009) como um tipo de ação estatal que antes de mais nada visa promover a sociedade civil. Um tipo de política que tendencialmente poderia diminuir a distância entre economia e política desde uma perspectiva mais integradora de organização da vida, como destaca Singer (2014, p. 91–92), considerando a ideia de **endodesenvolvimento**:

A SENAES resolveu promover o endodesenvolvimento de comunidades vitimadas pela pobreza extrema. [...] O endodesenvolvimento se caracteriza pelo fato de ser produzido pela própria comunidade que se beneficia dele. Sendo pobre, a comunidade não tem recursos próprios e tampouco possui bens e valores que poderiam servir de garantia para obter financiamento das fontes bancárias convencionais. Para que o endodesenvolvimento se torne possível, é necessário que a comunidade seja mobilizada e apoiada por agências públicas e este tem sido o papel que a SENAES vem desempenhando. A mobilização da comunidade é executada por meio de atividades de formação em economia solidária. Sua visão fundamental é que a redenção da classe trabalhadora só pode ser obra da organização dos próprios trabalhadores em diferentes tipos de associação que, unidas por laços de solidariedade, constituem empreendimentos capazes de produzir bens e serviços com qualidade para disputar a demanda em mercados e assim alcançar renda suficiente para resgatar da pobreza todos os membros comunidade. O endodesenvolvimento se justifica porque visa unir toda a comunidade em termos igualitários, de modo que ninguém fique excluído dos benefícios de um desenvolvimento que deve resultar dos esforços combinados de todos os membros aptos para o trabalho da comunidade. O endodesenvolvimento torna-se possível à medida que os esforços despertados pela mobilização de toda a comunidade são apoiados e complementados pelo poder público, em termos de formação política e técnica, oferecidas por agentes de desenvolvimento devidamente preparados para exercer este papel. Como seria de se esperar, este apoio, diga-se educativo, tem de ser complementado com ajuda financeira, provida pela SENAES, com recursos de sua dotação orçamentária, destinados precisamente para erradicar a miséria nos moldes do PBSM [Programa Brasil Sem Miséria].

Singer (2014) ainda chama a atenção para o Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES), política que, coordenada pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (Grupo ECOSOL) da Unisinos, realizou dois mapeamentos nacionais da economia solidária no Brasil. O I Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários foi realizado entre 2005 e 2007, enquanto que o II foi levado a cabo entre 2010 e 2013. Tal como um senso nacional produz dados para a formulação de políticas públicas em perspectiva mais geral, os mapeamentos da economia solidária foram importantíssimos para que a SENAES pudesse pensar em políticas amparadas por um diagnóstico condizente com a realidade.

João (2020, informação verbal) destaca três áreas de políticas que teriam funcionado com êxito. Primeiro, ele chama a atenção para o Programa Cataforte, voltado às cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Dividido em três fases, a primeira tinha um

caráter mais organizacional no interior das próprias cooperativas, buscava suas formalizações, etc., além de tratar também de um primeiro esforço de constituição de redes. A segunda fase tratava de um apoio material para que as cooperativas pudessem, de fato, operar. E, por último, a terceira fase estava relacionada com o fortalecimento das redes; esta fase não encontrou tempo suficiente de ser concluída. Outro destaque de João vai para o Programa Redes de Cooperação que visava fomentar atividades produtivas, de prestação de serviços, crédito, comercialização e consumo entre os próprios grupos de trabalho coletivo-associado da economia solidária. Por último, destaca as políticas relacionadas às finanças solidárias, que estimularam desde a experimentação de moedas sociais no nível local até a constituição de bancos comunitários – com destaque ao Banco Palmas – que eram mais de 1.000 no Brasil até o fim de 2013 (P. SINGER, 2014).

Já Joaquim (2020, informação verbal), além de também destacar as políticas relacionadas às finanças solidárias, direciona a atenção mais às políticas relacionadas à educação. Enfatiza que a aproximação com o MEC parecia que geraria bons frutos, mas que não avançou. Ressalta a Política Nacional de Formação em Economia Solidária, mais especificamente a atuação e importância dos Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária, ação mais comumente chamada apenas de Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), que foram realizados em dois momentos de implementação como CFES 1 e CFES 2. O entrevistado faz referência bastante positiva também ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), programa que fomentou a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). É importante destacar que o PRONINC foi criado em 1997, ainda durante o primeiro governo de FHC. No entanto, até 2003, quando do início das operações da SENAES, eram menos de 20 ITCPs Brasil afora; em 2016, quando do encerramento das operações da secretaria, esse número já passava de 100. Joaquim menciona a relação da SENAES com o Ministério da Saúde e com as políticas de saúde mental, sugerindo que tal relação foi capaz de constituir uma identidade bem estabelecida entre economia solidária e saúde mental no Brasil. E, por último, destaca a atuação da SENAES dentro do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

Fugindo um pouco desta abordagem de “quais políticas” para uma mais próxima de “como se formulavam e se implementavam tais políticas”, destaco alguns relatos. Primeiro, relata Otávio (2020, informação verbal) como se formulavam e implementavam as políticas:

Nós criamos brechas no Estado, na estrutura burocrática do Estado, pra fazer o atendimento aos grupos, diretamente, mas não criamos mecanismos pra isso. Os mecanismos únicos que a gente usou, além das práticas de balcão, das velhas práticas

de balcão, foram editais e os editais não eram editais onde os empreendimentos, as redes, as teias onde as cadeias podiam acessar diretamente, isso foi muito ruim.

Quando Otávio menciona que os editais não chegavam aos empreendimentos, redes e cadeias ele se refere ao público intermediário dos editais. Ou seja, se bem o público-alvo dos editais eram, sim, os empreendimentos, redes e cadeias do amplo conjunto de sujeitos que formam a economia solidária no Brasil, eles sempre eram direcionados às entidades de apoio que, na prática, eram quem implementava boa parte das políticas e executava os recursos. Também Otávio (2020, informação verbal) deixa algumas pistas sobre a dinâmica das relações MESB-SENAES:

Uma das coisas que mais me inquietou, e que por isso eu neguei o convite três vezes pra ir pra equipe da SENAES, porque quando eu ia fazer debate, participar de coisas (eu fui da coordenação nacional do Fórum), então, quando a gente chegava pra conversar os caras parece que estavam defendendo a tese e a linha do partido. Então, não fizemos diálogo, não fizemos democracia, começamos a fazer disputa e isso entre nós não rolou. Começamos a criar seguimentos, que a gente chama de tendências partidárias, pra dentro da economia solidária e aí, pra um lado foram os gestores, pra outro lado foram as entidades de apoio, pra outro lado foram os formadores, enfim.

Nesta esteira, agora especificamente sobre a relação SENAES-MDA, Sandra (2020, informação verbal) conta que, considerando a relação entre as duas instituições e, mais especificamente, sua atuação à época no MDA, os tempos da política institucional – ou seja, daquele lugar de onde se formulam e se implementam políticas públicas – e os tempos das construções desde as necessidades das comunidades e territórios não eram os mesmos, a conta não fechava:

O que mais nos chamava a atenção é que assim, os colegiados territoriais... Quando eles se reuniam? Por que eles se reuniam? Os colegiados territoriais se reuniam para discutir a agenda que nacionalmente a gente jogava para os territórios. Essa é a autocrítica que eu faço. A gente não conseguia, enquanto governo federal, fazer diferente, porque a gente precisava implementar política pública, a gente tinha tempo de governo, a gente tinha quatro anos; e nesses quatro anos ganhamos fiscais [fazendo referência às oposições partidárias]. Então, nós tínhamos metas com tempo e a gente jogava as agendas.

Por outro lado, pondera:

Era um processo novo, a gente não tinha referência na América Latina, nós não tínhamos referência de como seria esse comportamento entre ter pressa em consolidar temas da agenda nacional e ter paciência pedagógica de consolidar processos comunitários locais, que era uma outra coisa que o Paul Singer estava sempre chamando a atenção, que os processos, a economia solidária ela se fomenta e se fortalece, sobretudo, a partir de processos comunitários. [...] Então, eu acho que é essa coisa de que a gente não tinha referência disso, de como é que seria.

Otávio (2020, informação verbal), da mesma forma, indica para limites relacionados aos diferentes tempos da institucionalidade e do MESB:

Nós perdemos muito tempo. Por exemplo, eu acho que o movimento de economia solidária foi bombardeado pela política pública e a política pública não entendeu o que podia ser o movimento de economia solidária. Diferentemente que em outras áreas, por incrível que pareça, o movimento de economia solidária foi mais afetado negativamente pela política pública do que positivamente.

Passando às interações do MESB com o Estado e às formas de funcionamento das instituições típicas de participação institucional, aqui no caso o CNES e as CONAES, ainda que seja um tema que abordarei com bastante ênfase no capítulo seguinte, percebo importância em relatar as versões descritas pelos sujeitos vinculados à economia solidária na estrutura do Estado brasileiro por mim entrevistados. Joaquim (2020, informação verbal) relata algo que vai totalmente de encontro com a ponderação de Miguel (2017) sobre a desigualdade de acesso percebida na dinâmica das instituições participativas brasileiras:

Conselhos e conferências são espaços institucionais e aí nem sempre eles têm, vamos dizer assim, a informalidade ou a proximidade, assim, com os movimentos, com os atores, e assim por diante. Era sempre necessária alguma articulação, mediação, negociação e a luta nem sempre tem tempo e nem recurso pra fazer isso, e aí geralmente são espaços que quem tem mais recursos, mais capacidade de mobilização, e assim por diante, tem maior participação. O nosso desafio sempre foi como manter e fortalecer esses espaços institucionais e, ao mesmo tempo, manter um diálogo com o FBES, um diálogo mais direto e isso acho que se procurou fazer, embora sempre também dependia tanto da atividade interna, da secretaria, quanto da agenda do governo como da agenda do próprio movimento.

É bastante interessante perceber que essa falta de proximidade produzida pela formalidade da institucionalização da relação entre o MESB e o Estado desafia o entusiasmo de toda uma geração que percebia, e provavelmente ainda percebe, a participação institucional como alguma sorte de “ação democratizante” ou mesmo de aprofundamento democrático relacionado aos processos de interação Estado-movimentos. Também muito interessante é perceber, como mostra Schiochet (2017, p. 70), que no caso da relação MESB-Estado, antes da instalação do CNES e da realização das CONAES, a interação já existia desde a informalidade:

La participación orgánica del movimiento de la economía solidaria en la política nacional de economía solidaria ocurrió, en un primer momento, por medio de la articulación directa de la SENAES y del FBES con la constitución de los Grupos de Trabajo (GT) o Comisiones compartidas entre la SENAES y el FBES en las diferentes acciones desarrolladas en conjunto. Los GT realizaron un proceso negociado de intercambio o cogestión en la elaboración e implementación de las políticas. De este modo, desde su creación, se establecieron espacios no formales para discusión, planeamiento y acompañamiento de las acciones desarrolladas por la SENAES. Por otro lado, la SENAES asumió el compromiso de apoyar al fortalecimiento del FBES en sus actividades, con la finalidad de debatir las políticas públicas de economía solidaria.

Esse tema dos GTs ou comissões, vistos como espaços que, muito para além do destaque de suas informalidades, parecem ter cumprido um papel de diálogo de certa forma perdido depois da instalação do CNES – quando passaram a se chamar Comitês Temáticos –, voltará a

aparecer no capítulo seguinte, quando da apresentação dos relatos das entrevistadas e entrevistados pelo lado do MESB. Schiochet (2017) assinala, também, a importância de outro espaço de interação informal, os Conselhos Gestores de Projetos, que estiveram em funcionamento desde antes da instalação do CNES e das CONAES e que permaneceram funcionando depois. Esses conselhos tinham a finalidade de acompanhar a formulação e implementação de todas as políticas encabeçadas pela SENAES e eram compostos por “representantes gubernamentales, entidades ejecutoras, representantes del Foro de Economía Solidaria y representantes del público beneficiado por la acción” (Idem, p. 71). O autor destaca os conselhos relacionados à Política Nacional de Formação em Economia Solidária, política de grande repercussão no âmbito do movimento, assim como o do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Guardadas suas limitações, CNES e CONAES coexistiram e cumpriram um importante papel na dinâmica de cocriação e cogestão das políticas de economia solidária durante os governos Lula e Dilma. De acordo com o Decreto 5.811/2006, que regulamentou a instalação do CNES, ele seria composto por 56 membros: 19 representantes do governo federal, de secretarias estaduais e de órgãos estaduais e municipais de apoio à economia solidária, 20 representantes de empreendimentos econômicos solidários e 17 membros de entidades de apoio e fomento da sociedade civil. Schiochet (2017) destaca que houveram disputas em torno da concepção do conselho, nas quais a principal foi em relação ao seu caráter, se deliberativo ou se somente consultivo e propositivo. O FBES defendia que fosse deliberativo, mas, como mostra o texto do decreto, não foi o que se encaminhou: o CNES “é [um] órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, de natureza **consultiva e propositiva**, que tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária.” Também de acordo com o texto do decreto, o CNES se reuniria trimestralmente, ou seja, quatro vezes ao ano, e seus objetivos são:

- I - Estimular a participação da sociedade civil e do Governo no âmbito da política de economia solidária;
- II - Propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária;
- III - propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia solidária;
- IV - Avaliar o cumprimento dos programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho;
- V - Examinar propostas de políticas públicas que lhe forem submetidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- VI - Coordenar as atividades relacionadas com a economia solidária desenvolvidas pelas entidades nele representadas com as da Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- VII - Estimular a formação de novas parcerias entre as entidades nele representadas e a Secretaria Nacional de Economia Solidária;

- VIII - colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas públicas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza; e
- IX - Aprovar o seu regimento interno.

João (2020, informação verbal) relata sua percepção sobre a interação entre MESB e Estado dentro da estrutura do CNES, mas, não sem chamar a atenção para aquele antes e depois já destacado por Joaquim:

A partir do conselho, em 2006, a SENAES concentrou mais e, assim, o conselho tentou acumular o espaço de interlocução da política institucionalizada. Então, a gente discutia sobre as políticas no conselho. Mas, toda reunião que tinha da coordenação [do FBES], a gente ia. No início, assim, era o mais natural a SENAES estar na coordenação, digo, na reunião da coordenação, com tempo, um horário bom, as vezes um dia inteiro com a coordenação. Depois, começou a ter mais dificuldades, a gente ia somente quando a coordenação chamava a SENAES e a SENAES era convidada pra ir lá discutir uma pauta com eles. Mudou a relação, mudou, depois da criação do conselho, depois de algumas crises, sobretudo, essa crise do Brasil Local, da IV Plenária, salvo engano meu, e depois do debate sobre o lugar institucional da economia solidária no governo Dilma (João, 2020, informação verbal).

E prossegue:

O Fórum era hegemônico no conselho, não era só maioria quantitativa era, de fato, a direção. E o conselho, não é só o conselho, é um monte de grupos de trabalho (GTs). [...] O que o Fórum faz? O Fórum vai tentar conquistar a sua autonomia criando os seus GTs, então, o Fórum tem os seus GTs. Quando o Fórum tinha reunião, se chamava a SENAES a SENAES ia lá, a gente debatia e construía, mas, onde você de fato construía a política que a SENAES deveria ter para as finanças solidárias, por exemplo, era dentro do grupo de trabalho de finanças solidárias. [...] Ali era onde as coisas rolavam, mesmo, ali se construía. Dali saíam as ideias dos editais e, obviamente, que a SENAES também tentava, ela dizia: “eu respeito a autonomia do movimento e o movimento tem que considerar que o governo também tem a sua autonomia, tem as suas responsabilidades”. Então, em alguns momentos, que graças a deus foram raros, você tinha tensões muito fortes, mas, na maioria das vezes, não. O conselho ele é uma conquista, do jeito que a SENAES foi conquistada, a alteração da legislação que cria a secretaria é a mesma que cria o conselho, mas, demorou pra ser instalado (Idem).

Sobre como se encaminhavam as tomadas de decisão no seio do CNES, João (2020, informação verbal) destaca que, na maior parte das vezes, as decisões eram alcançadas pela via do consenso, como no caso da formulação do texto da lei nacional de economia solidária, que teria disparado um processo de mais de uma dezena de reuniões porque, justamente, a ideia era a de sempre prolongar os debates até que fosse possível alcançar o consenso entre as partes. No entanto, pondera o entrevistado:

Quando tinha conflito, por exemplo, o conflito da OCB, aí o secretário bancou. Bancou, se desgastou, pagou o preço do desgaste, mas, bancou. Aí eu diria que nesse momento, nesse caso específico, aparecia o poder do Estado. Em outros momentos, por exemplo, a reunião histórica quando estourou o negócio da SENAES ficar vinculada à secretaria das micro e pequenas empresas, o Paul Singer disse: “não, a SENAES tem que continuar aqui onde está, no Ministério do Trabalho!”. E quando a coisa chegou lá no núcleo central do governo a Dilma chamou o Gilberto [Gilberto Carvalho, então Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência] e o povo de lá, e disse: “olha, vão lá e resolvam!”. Eu fui pra essa reunião com o professor Singer, eu

estava com o professor no Palácio e foi feita a pergunta ao professor: “professor Singer, secretário, qual é a sua opinião, qual é a sua posição?”. E ele disse: “a SENAES tem que continuar no Ministério do Trabalho por isso, e isso, e isso...”. No outro dia, Dilma autorizou fazer a alteração lá no projeto de lei que estava tramitando no congresso. Então, do jeito que Singer um dia bateu o pé e disse, não, que para o governo tem que ter a OCB no conselho, na outra vez Singer vai e rompe com uma parte do movimento e soma com a maioria do Fórum, com a hegemonia do Fórum, dizendo: “não, a SENAES não vai pra secretaria de micro e pequenas empresas!”.

O conflito da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) se deu porque, segundo João (2020, informação verbal), o FBES entendia que tal organização não deveria ter cadeira no CNES por representar um setor do cooperativismo que já não carrega os valores emancipatórios da economia solidária (Schiocet, 2017). No entanto, como se pode ver pelo relato do entrevistado, Singer acabaria garantindo aquele espaço em nome da SENAES. Já sobre o conflito relacionado à criação da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE), tratou-se de um rearranjo institucional que por muito pouco não atingiu a SENAES, em 2011. Desenvolverei mais sobre este tema no seguinte capítulo, quando tratar da trajetória do MESB, mesmo assim, vale a pena já destacar como João, com o que Sandra faz coro, percebeu tal movimentação:

Quando começa o governo Dilma, o primeiro governo Dilma, a gente começa numa crise, que é aquela de onde é o lugar da economia solidária no governo. Dentro do governo, lá no ABC [referência ao sindicalismo do ABC Paulista], o pessoal do PT e mais, então, da CUT, dizendo que tem que juntar com as empresas, que tem que crescer. Olha, que a gente sabe, assim, com muita clareza, você tinha setores do PT e da CUT aí (João, 2020, informação verbal).

Essas negociações aparentemente bastante dilemáticas me lembram de mencionar sobre uma outra típica instituição participativa que foi estrategicamente ocupada pelo MESB; trata-se das audiências públicas. Muito para além de uma simples “canetada” de Paul Singer diante do alto escalão do governo Dilma, a decisão de manter a SENAES como secretaria independente no Ministério do Trabalho e Emprego, ao invés de sua fusão com a nascente SEMPE, foi uma decisão construída a partir de intensas discussões nas audiências públicas estaduais e na nacional, como mostram Ademar Bertucci e Rosana Kirsch (2012, p. 72, grifos nossos):

Com o anúncio, no início de maio [de 2011], do curto espaço de tempo para a realização de audiências públicas para avançar na negociação com o governo sobre o PL 865, o movimento de Economia Solidária se mobilizou e conseguiu alavancar um expressivo processo de consulta e diálogo em grande parte dos estados do país. Entre os dias **9 de maio e 28 de junho** foram realizadas **23 Audiências Públicas Estaduais e uma Audiência Pública Nacional** (dia 17 de maio, na Comissão de Trabalho do Congresso Nacional). Nessas Audiências Públicas participaram **mais de 2.500 pessoas**, representando o conjunto de segmentos integrantes do movimento de Economia Solidária.



Me parece que se bem as audiências públicas não oferecem a mesma sistemática e dinâmica dos conselhos nacionais gestores de políticas, o relato de Bertucci e Kirsch mostra que elas aparecem como alternativa de mitigação daquela desigualdade de acesso às decisões estatais apontadas por Miguel (2017) e Joaquim (2020, informação verbal) ao espalharem-se pelos territórios alcançando milhares de pessoas. Se os conselhos cumprem, portanto, um papel mais sistemático com dinâmicas preestabelecidas e regulares e as audiências públicas ajudam a democratizar o acesso às discussões e tomadas de decisão público-estatais de caráter mais ou menos extraordinário, as conferências aparecem como um tipo de instituição participativa de potencial democratizante já que são realizadas primeiro territorialmente, depois nos estados e, somente por último, no nível nacional. Em geral, elas visam estabelecer os grandes acordos entre Estado e sociedade civil e, via de regra, se relacionam com a orientação mais ampla das políticas de um determinado setor para o período próximo.

Como já mencionado, no caso da economia solidária foram realizadas até o presente momento três conferências nacionais. Schiochet (2017) registrou em seu trabalho importantes dados relacionados ao número de participantes em cada uma delas. Na primeira, “Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”, foram 1.352 participantes no debate nacional, sendo 16.976 participantes entre as 27 conferências estaduais e as 159 conferências municipais. Na segunda, “O direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão: reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”, foram 1.613 participantes no debate nacional, sendo 20.459 participantes entre as 27 conferências estaduais e as 187 conferências municipais. Por fim, na terceira, “Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito a produzir e viver de forma associativa e sustentável”, foram 1.600 participantes no debate nacional, sendo 16.603 participantes entre as 27 conferências estaduais e as 207 conferências municipais.

Do ponto de vista dos conflitos, importa registrar que se o CNES era um espaço que, de acordo com João (2020, informação verbal), era palco de poucos conflitos e se, tal qual se pode ver com Bertucci e Kirsch (2012), as audiências públicas, sim, apareceram como um espaço de tentativa de afirmar o conflito para dali encaminhar sínteses, o “cotidiano informal” das relações entre SENAES e MESB parece também ter sido marcado por certos conflitos, como mostra Otávio (2020, informação verbal), que por mal encaminhados acabavam produzindo consequências à própria formulação e implementação de políticas e, por sua vez, ao público de tais políticas:

Havia muito afastamento, os conflitos de ideias não foram feitos. Foram feitos conflitos de opiniões, não eram de ideias, mas de opiniões de momento, opiniões de momento. Por exemplo, o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo fazia uma forte pressão na CUT pra CUT arranjar dinheiro para as empresas autogeridas e isso tinha um poder muito forte dentro da SENAES, chegava forte dentro do governo Lula e dentro da SENAES. Então, eu estou citando isso como exemplo, mas, posso dar de várias. As pessoas começaram a fazer, ao invés de demandas estruturantes, começaram a fazer demandas específicas pra determinadas categorias; pra mim a categoria que mais sofreu foi a categoria de catadores, que era pra ter tido mais dinheiro e não foi aproveitado e “deu sopa”. Então, foi muito pouco pro que a gente podia ter feito, muito pouco, muito pouco.

Em relação à permanência e funcionamento das instituições participativas ligadas à economia solidária no governo federal, não houveram mudanças significativas com a transição de governos entre petistas. Dilma manteve a já conhecida estrutura de participação dos governos Lula com o CNES, a SENAES e apoiou a realização da III CONAES, em 2014, que definiu o Plano Nacional de Economia Solidária. Sobre as políticas para o setor, é importante assinalar que várias das citadas anteriormente desenvolveram-se desde os governos Lula, mas, permaneceram com Dilma. Outras foram novidade do governo da ex-presidenta, como é o caso das ações de inclusão produtiva urbanas encabeçadas pela SENAES e que formaram parte do PBSM, programa lançado já no primeiro ano de governos Dilma (Oliveira, 2016). Para uma análise mais detalhada das políticas de 2012 (segundo ano de governos Dilma) à 2015 (ano já bastante desestabilizado pelo processo de *impeachment* que levou ao Golpe), vale a pena revisar o trabalho de Sandro Silva (2017).

Não é pouco destacar, no entanto, que mesmo com tamanha formulação e implementação de políticas públicas nos governos Lula, a questão orçamentária parece ter sido um problema que acompanhou a SENAES durante todo seu tempo de funcionamento. Para dados de 2004 à 2010, o orçamento anual previsto para a SENAES nunca passou de 0,11% do orçamento anual total previsto para o Ministério do Trabalho e Emprego (Silva, 2017). O que se vê, de forma mais ou menos clara, é um lugar residual para a economia solidária no conjunto de políticas daquele ministério, ou seja: um baixíssimo investimento de recursos públicos nas políticas de economia solidária.

Neste quesito, orçamento, a passagem do bastão de Lula à Dilma representou um incremento importante, sobretudo, relacionado à aproximação entre SENAES e MDS e às citadas ações de inclusão produtiva dentro do PBSM. No entanto, se, por um lado, aumentava o orçamento, por outro, esse aumento aterrissava de forma condicionada: “[em 2011] foi instituído um grande programa nacional que era o Programa Brasil Sem Miséria, que foi a mola de mobilização do primeiro mandato da Dilma, o PBSM. E, dentro do PBSM, a SENAES foi constrangida a direcionar seu orçamento para as ações do Brasil Sem Miséria.” (Sandra, 2020,

informação verbal). Durante os governos Lula o maior orçamento anual previsto para a secretaria foi de R\$ 45 milhões, em 2010. Com Dilma e o PBSM, de 2011 à 2015, o orçamento anual previsto foi, respectivamente: 65, 98, 124, 125 e 119 milhões de reais (Silva, 2017). “Então, a gente cresceu muito em termos orçamentários, mas, em uma estratégia engessada de pacto federativo.” (Sandra, 2020, informação verbal). Sobre o tema, também contribuiu Otávio (2020, informação verbal):

O governo entendeu, não de todo, mas entendeu que tinha que botar dinheiro nas atividades da economia solidária porque havia um nó na cabeça deles que era o seguinte: você criava o Brasil Sem Miséria para o aniquilamento da pobreza como um paliativo, e isso é histórico, tem que ser assim, primeiro tem que fazer isso, mas, depois, tinha que descobrir aquela tal porta de saída e isso deu um nó na cabeça de tudo que foi ministro que passou no MDS e por aí vai... Mas, enfim, qual era a porta de saída? De repente, nós tivemos uma atuação forte de representações dentro do governo federal que conseguiu botar dinheiro nisso, nas discussões do PPA [Plano Plurianual] e aí foi dinheiro pra essas áreas todas, atendimentos à catadores, atendimento às feiras e tal, e alguns recursos para as empresas autogeridas e o volume de recurso foi grande, mas, não por conta da pauta que o movimento criou.

Para concluir sobre este tema, Joaquim (2020, informação verbal) faz uma avaliação distinta, que se bem não nega os condicionamentos acima mencionados, destaca muito mais o que a SENAES pode ter contribuído ao PBSM:

A partir de 2011, então, a relação estratégica que tomou grande parte da direção da política da economia solidária foi com o Brasil Sem Miséria. Então, no Ministério do Desenvolvimento Social e no Brasil Sem Miséria se inclui a economia solidária como uma das estratégias do Brasil Sem Miséria. Então, aí também foi uma articulação bastante importante: ampliação dos recursos, desafios enormes do ponto de vista de criar uma institucionalidade compatível com a política de transferência de renda, e assim por diante. O CAD Único [Cadastro Único para Programas Sociais], etc., eu acho que foi um grande desafio nesse sentido. [...] Eu acho que a contribuição da economia solidária pro Brasil Sem Miséria, do ponto de vista de uma metodologia de políticas de caráter territorial, pra área urbana (foi uma pena que não se consolidou isso), do ponto de vista metodológico, de inclusão numa perspectiva territorial das pessoas, e assim por diante, também foi uma área importante, uma contribuição importante da SENAES.

A instabilidade política provocada pelo processo de *impeachment* que encerrou no Golpe de 2016 produziria resultados importantes à institucionalidade da economia solidária no Brasil. Michel Temer, formalmente, não alteraria as formas de funcionamento do CNES e das CONAES. No entanto, o conselho se esvaziou e não mais houveram conferências depois de que o ex-presidente assumiu. Por outro lado, em relação à SENAES, mesmo mantendo-a na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, Temer a rebaixou de secretaria para subsecretaria e, paralelamente, ocorreu a saída de Singer do comando da pasta. Silva (2018, p. 170) relata esse processo de apequenamento institucional da economia solidária no contexto do Brasil de Temer:

Houve uma grande reformulação na equipe gestora e técnica, a começar pela saída do próprio secretário Paul Singer, que esteve à frente durante todo o período de existência da secretaria até então. Com ele saíram também todos os diretores e coordenadores, além de técnicos de carreiras transversais lotados na Senaes/MTb. [...] Outro fato digno de nota foi a transformação da Senaes/MTb em uma subsecretaria ligada diretamente ao gabinete do ministro do Trabalho, perdendo o status de secretaria, como era desde 2003. Contudo, manteve-se a sigla e seu caráter de unidade gestora com autonomia de execução dos programas referentes à temática da economia solidária.

É importante destacar, para além do que relata Silva no trecho mencionado, que a SENAES, agora subsecretaria, perceberia uma importante redução orçamentária a partir de 2016, ano do Golpe. Depois de um incremento sequencial na previsão de orçamento anual da SENAES desde 2009 – ainda com Lula, portanto – até 2014 (R\$ 125 milhões), com pequena redução na comparação com 2015 (R\$ 119 milhões), o orçamento previsto para 2016 foi de R\$ 62 milhões e para 2017 de R\$ 51 milhões (Silva, 2018).

Em 2019 Bolsonaro assumiu e a SENAES, que já vinha em um processo de perda de importância dentro da estrutura estatal que se revelava também como perda de capacidade orçamentária, sofreria sua principal derrota desde sua criação. Com a reforma ministerial que acompanhou a transição de Temer à Bolsonaro, o encerramento das atividades do Ministério do Trabalho e Emprego, que teve suas demandas levadas, principalmente, aos ministérios da Economia e da Cidadania, produziu consequências irreparáveis à economia solidária e, especificamente, à SENAES. Em um intervalo de mais ou menos quatro anos a SENAES passaria de secretaria à subsecretaria, primeiro (com Temer), para perceber sua extinção, depois (com Bolsonaro, através da Medida Provisória 870/2019, efetivada através da Lei nº 13.844, de 2019). À economia solidária restaria um departamento, o Departamento de Economia Solidária, agora no Ministério da Cidadania, e a manutenção do CNES – sem funcionamento até o presente momento sob o governo Bolsonaro –, vinculado ao mesmo ministério (CEFURIA, 2019).

Em uma tentativa de síntese, farei alguns destaques com o intuito de concluir a seção. Primeiro, é preciso dizer que para a economia solidária se confirmou a tendência dos contextos políticos, de Lula à Dilma, que foram contextos de relações tendenciais Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperado com possibilidade de participação parcial. Pode haver uma relação, no entanto, entre as diferentes caracterizações dos dois governos na condição estrutural-estruturante da associação macroeconômica com as tensões na interação e tentativas de reestruturação da SENAES percebidas na transição de Lula à Dilma. Não me parece menor destacar que as principais tensões entre SENAES e MESB se deram imediatamente após o início do primeiro governo Dilma; sem esquecer das tensões relacionadas à natureza do CNES

e à inclusão da OCB em sua estrutura, tensões que são de ainda antes do final do primeiro governo Lula.

Em relação à inclusão da economia solidária no PBSM, vale a pena assinalar que, por um lado, parecem genuínas as ações de Dilma para o combate à pobreza extrema no país, centralizadas pelo PBSM. Por outro lado, é preciso mencionar que a inclusão da SENAES no PBSM em alguma medida constrangeu a secretaria a levar a cabo políticas que em teoria não condizem com os valores da economia solidária, como as de transferência de renda de caráter individualizante, ou seja, não condicionadas à processos coletivos de formação técnica e cidadã; daí os destaques de Sandra e Otávio neste sentido. Os relatos sistematizados no capítulo seguinte, dos sujeitos militantes do FBES, ajudarão a aprofundar estas reflexões. Por ora, cabe mencionar que desde o ponto de vista de alinhamentos estratégicos e mesmo ideológicos entre SENAES e MESB, parece existir uma fronteira bem localizada entre os governos Lula e Dilma.

É neste contexto, de diferenças perceptíveis nas relações antes e depois de 2010 que está datada, também, a tensão relacionada à reestruturação institucional que quase atingiu a SENAES. A mudança de comando no Palácio do Planalto parece ter animado os setores do MESB mais ligados ao movimento sindical e ao PT em busca de tal mudança. Respondendo ao que parecia ser a perspectiva dominante no MESB e mesmo a sua, Singer garantiu que a SENAES não fosse incorporada à nascente SEMPE. Esse processo agitou o movimento e mostrou a importância das audiências públicas como instituições participativas que se bem não cumprem o papel de deliberação, demonstraram seu potencial democratizante ao espalhar a discussão ao redor de quase todo o país, o que conseqüentemente acumulou forças em torno da perspectiva de manutenção da SENAES em seu lugar institucional de origem.

Registre-se, ainda, o caráter também democratizante das conferências nacionais, considerando-se o expressivo número de sujeitos que se envolveram de alguma forma nas etapas municipais, estaduais e nacionais. Em relação ao CNES, parece-me inquestionável que ele cumpriu um papel importante como referência de participação institucional tanto para a SENAES quanto para o MESB. No entanto, é bastante importante mencionar que o CNES seguiu a tendência apontada por Teixeira (2013) de que, ao longo do tempo, os conselhos nacionais gestores de políticas passaram a assumir, cada vez mais, caráter consultivo e propositivo diante da possibilidade de serem espaços também de deliberação. Além disso, não é pouco destacar os relatos que indicam que, mesmo depois de sua instalação, os antigos GTs (antes do CNES), depois transformados em Comitês Temáticos, eram os espaços de interação e construção de ideias e políticas, agora na fronteira entre a formalidade e a informalidade, já que eram parte do conselho, mas, funcionavam também para além dele. Também em uma

espécie de limbo entre formalidade e informalidade, vale registrar a existência dos conselhos gestores de projetos que, entre outras atribuições, apareciam como dispositivos de avaliação das políticas.

Finalmente, importa mencionar que tamanha diversidade de possibilidades e qualidades da integração dos sujeitos do MESB no Estado brasileiro durante os governos Lula e Dilma indicam para uma explícita tentativa de superação da condição do Estado brasileiro como um Estado aparente. Prova disso é o caráter territorial das políticas públicas formuladas e implementadas pela SENAES que, além de indicarem para uma tentativa de integração política da diversidade de sujeitos pertencentes à sociedade civil, também pareciam comprometidas com a ideia aparentemente contraditória de desenvolver os territórios como lugares de viver sem a necessidade de presença do Estado justamente por tratarem-se de lugares assistidos por políticas do Estado. Comentários sobre os governos FHC, Temer e Bolsonaro me parecem pouco relevantes porque a institucionalidade da economia solidária brasileira, em nível nacional, pelo menos considerando o período analisado, nasce com Lula, perde forças com Temer e é enterrada com Bolsonaro.

## 5.2 México, contextos políticos e Estado

Começo esta seção comentando imediatamente a Tabela 6, apresentada abaixo. Como se pode ver, na comparação com a Tabela 2, na qual sistematizei as condições estruturais-estruturantes para o caso brasileiro, no México a menor alternância de partidos ocupando o executivo federal no período – no Brasil foram PSDB, PT, PMDB e PSL enquanto no México foram PRI, PAN e MORENA – representou também uma menor diferenciação de contextos políticos. No entanto, há algo bastante interessando a se observar. Enquanto que no Brasil as diferenças das condições estruturais-estruturantes durante os governos de Lula e Dilma, ambos do PT, me levaram a considerar tais governos como distintos contextos políticos, no caso do México o diagnóstico é contrário se levo em consideração a análise da alternância partidos *versus* contexto político. É contrário porque no país norte-americano dois distintos partidos, PRI e PAN, alternaram-se no poder sem alterar o contexto político ao combinarem nas gestões 2001-2006 (PAN), 2006-2012 (novamente com PAN) e 2012-2018 (PRI) exatamente as mesmas condições estruturais-estruturantes. Neste cenário, são três os distintos contextos políticos percebidos no México de 1995 às 2020<sup>69</sup>: 1) Governo Ernesto Zedillo (1994-2000);

---

<sup>69</sup> No México, as eleições presidenciais acontecem sempre no mês de julho e os presidentes eleitos assumem sempre no final do mesmo ano, em dezembro. É por isto que na divisão temporal organizada na Tabela 6, o governo Zedillo termina em 2000 e o governo Fox começa também em 2000, e assim sucessivamente. No Brasil, para fins

2) Governos Vicente Fox (2000-2006), Felipe Calderón (2006-2012) e Peña Nieto (2012-2018); e, 3) Governo López Obrador (2018-2020)<sup>70</sup>.

**Tabela 6 – Enquadramento de contextos políticos no México (1995-2020)**

	<b>Governo Ernesto Zedillo (1994-2000)</b>	<b>Governo Vicente Fox (2000-2006) Governo Felipe Calderón (2006-2012) Governo Peña Nieto (2012-2018)</b>	<b>Governo López Obrador (2018-2020)</b>
<i>Projeto político</i>	Neoliberal	Neoliberal	Democrático-participativo
<i>Tipo de governo</i>	Gestão empresarial com governos de direita política	Gestão com autoritarismo seletivo e violência estendida no tecido social / Gestão empresarial com governos de direita política	Gestão empresarial com governos progressistas sem tentativa de transformação da forma-Estado herdada
<i>Relações internacionais</i>	Multilateral / Unilateral	Unilateral	Unilateral / Multilateral
<i>Padrão tendencial de relacionamento Estado-movimentos subalternos</i>	Neoliberal	Neoliberal	Neodesenvolvimentista
<i>Qualidade da participação</i>	Violento-hostil	Violento-hostil	Integrativo-cooperado
	Não se aplica	Não se aplica	Pseudoparticipação

Fonte: elaborado pelo autor.

#### a) Governo Ernesto Zedillo (1994-2000)

Para falar do governo de Ernesto Zedillo, do PRI, vale a pena retomar, ainda que com brevidade, alguns elementos sobre as mutações históricas que o seu partido sofreu no decorrer

de comparação, as eleições sempre acontecem em outubro e os presidentes eleitos assumem somente no ano seguinte, em 1º de janeiro, por isso no caso brasileiro não há sobreposição de anos na organização da Tabela 2.

<sup>70</sup> Assim como no caso brasileiro, no México o governo López Obrador segue até a atualidade, tendo término previsto para 2024. A análise 2019-2020 é considerando o recorte temporal da presente pesquisa.

de sua trajetória na política institucional mexicana. Vale a pena porque não foram poucas as mudanças de características percebidas no partido. Tanto não foram poucas que Oliver (2018) as define falando do velho e do novo PRI. Para o autor, assim como para Roux (2007, 2009), meus dois autores de referência nesta seção, a partir de 1982 o PRI inicia uma transformação profunda seja em perspectiva ideológica seja em perspectiva da aplicação dessa nova ideologia como políticas públicas e mesmo como formas mais ampla de governar. Para definir tal processo de transformação com base em categorias teórico-conceituais, 1982 foi o ano da virada entre o desenvolvimentismo de base nacionalista posto em prática como resultado da Revolução Mexicana e da “Constituição Revolucionária” de 1917, sob protagonismo de Lázaro Cárdenas, e o neoliberalismo nascente na América Latina que teve como laboratório o Chile golpista de Pinochet, a partir de 1973.

Essa remontagem dos acontecimentos me importa porque é ela que ajuda a explicitar as características novas na forma de atuação do PRI pós-1982 e, portanto, também as características mais específicas do governo Zedillo, o último antes da alternância de poder PRI-PAN depois de 70 anos de governos ininterruptos do PRI, desde 1929<sup>71</sup>. Já mencionada tal diferença de antes e depois pelas abordagens do desenvolvimentismo (antes) e do neoliberalismo (depois), é possível dizer que esse antes se destacou, pelo menos e sob o *slogan* do **cardenismo**, pela reforma agrária, pelos processos de estatização dos setores estratégicos da economia, com destaque para a indústria petroleira, e pelo pacto de classes entre a burguesia mexicana e a classe trabalhadora rural e urbana (Oliver, 2009; Roux, 2009). Essas características começariam a perder mais e mais forças a partir do governo de Miguel de la Madrid (1982-1988), quando se

inicia una nueva política estatal de modernización privatizadora radical en las relaciones políticas y económicas, que amplía y profundiza el dominio de la economía por los grandes monopolios transnacionales privados, especialmente para aquellos vinculados a la economía estadounidense y al capital financiero y maquilador. Se inicia así un proceso de ajuste y cambio del capitalismo mexicano llevado a cabo por un sector político burocrático del Partido Revolucionario Institucional (PRI), encabezado inicialmente por Miguel de la Madrid, que se puso a la cabeza de un nuevo bloque dominante constituido por el capital financiero internacional, el capital transnacional estadounidense, la gran burguesía nativa y el grupo político tecnocrático neoliberal ubicado en el gobierno (Oliver, 2018, p. 283).

Esse complexo processo de reorganização das características estatais do México pós-1982 não se desenrolou em um cenário livre de oposições e contestações, pelo contrário, marco

---

<sup>71</sup> Importa mencionar que *Partido Revolucionario Institucional* (PRI) é o terceiro nome de um mesmo partido. Fundado em 1929, o partido primeiro se chamou *Partido Nacional Revolucionario* (PNR). Depois, em 1938, já liderado por Cárdenas, passa a chamar-se *Partido de la Revolución Mexicana* (PRM), para só então em 1946 passar a se chamar PRI.



no qual se dá, por exemplo, o levantamento Zapatista em Chiapas, em 1º de janeiro de 1994. Como mostra Roux (2009, p. 259), as eleições que seguiram o mandato de Miguel de la Madrid, marcadas pelo já citado “*se cayó el sistema!*”, abririam passo para uma onda de violências políticas necessária para levar a cabo tal transformação ainda antes do governo Zedillo:

Cuatro acontecimientos resumen el traspaso violento del poder estatal a la nueva oligarquía financiera: la imposición de Carlos Salinas de Gortari en la sucesión presidencial de 1988, frente al movimiento de oposición nacional articulado en torno a Cuauhtémoc Cárdenas, hijo del general Lázaro Cárdenas; el “bazukazo” de 1989 contra Joaquín Hernández Galicia, líder histórico de la burocracia sindical petrolera; el asesinato de Luis Donaldo Colosio, candidato del PRI, en la sucesión presidencial de 1994<sup>72</sup> y la imposición de Felipe Calderón, con todos los recursos del aparato estatal, la propaganda televisiva y el dinero, en la sucesión presidencial de 2006.

Passado o processo eleitoral que foi duramente acusado de fraude, em 1988, as políticas neoliberais ganhavam cada vez mais espaço sob o governo de Salinas de Gortari, como mostra Roux (2009, p. 254):

Tan solo entre 1988 y 1994 la privatización incluyó Teléfonos de México, Altos Hornos de México, Siderúrgica Nacional, Red Federal de Microondas, compañías de aviación, compañías mineras como Cananea, infraestructura aeroportuaria, 18 bancos y 13 empresas de medios de comunicación, poniéndose además a disposición del capital privado casi 900 mil hectáreas de 24 zonas de reservas mineras y abriéndose a la inversión privada la petroquímica secundaria.

Não bastassem todas as medidas apontadas pela autora, o governo de Zedillo ainda foi antecedido pela “contrarreforma agraria que permite la venta de los ejidos (1991) y [por] el Tratado de libre comercio con EUA y Canadá [TLCAN] (1993) [...]” (Oliver, 2018, p. 284). É neste cenário de políticas neoliberais já bastante avançadas que Zedillo recebe um contexto político sobre o qual não faz nenhum esforço para alterar, a saber: de projeto político neoliberal, de um tipo de governo com gestão empresarial, de associação diplomática de tipo multilateral na fronteira com a unilateral e de associação macroeconômica marcadamente neoliberal. Estas duas últimas condições estruturais-estruturantes mencionadas merecem destaque porque a combinação tal qual acabo de assinalar, pelo menos no contexto mexicano, leva a uma aparente contradição.

As relações diplomáticas do PRI, pelo menos até justamente o governo Zedillo, foram claramente relações multilaterais marcadas, sobretudo, pela reivindicação da autodeterminação mexicana diante das relações internacionais (Pecequillo; Franzoni, 2019). Outra marca foi

---

<sup>72</sup> É bastante importante mencionar que Colosio, mesmo indicado por Salinas de Gortari como seu sucessor natural, havia rompido, pelo menos discursivamente, com o presidente. Diante dos já 12 anos de avanço neoliberal no país, Colosio fez um discurso histórico, quando já candidato, em 6 de março de 1994, prometendo se não reverter os ajustes neoliberais vigentes, pelo menos retomar um tipo de governo que dialogasse com todos os grupos sociais, característica deixada para trás, sobretudo, depois de Miguel de la Madrid. Nunca comprovado, são fortes os rumores de que o assassinato de Colosio teria sido encomendado pelo próprio Salinas de Gortari.

alguma sorte de solidariedade diplomática que acabaria por caracterizar o México como aquele país que mantinha boas relações com muitos países ao redor do mundo, com destaque para os que sofreram com o avanço dos EUA por sobre suas autonomias no contexto sul-americano do pós-Segunda Guerra. Mesmo considerando algumas mudanças já no governo Salinas de Gortari, até o governo Zedillo

la política exterior tradicional ponía énfasis en los orígenes revolucionarios del Estado mexicano –lo que la hacía una política de izquierda–; pretendía ser un instrumento para la preservación de la independencia y la autodeterminación; tenía un marcado acento nacionalista y antiestadunidense; se caracterizaba por ser juricista, formal, simbólica, de principios; daba prioridad a lo político y era pasiva, proteccionista y aislacionista. Asimismo, si bien existía una cierta desvinculación entre lo que acontecía en el interior del país y la política exterior, ésta servía para legitimar el sistema político mexicano en su conjunto (Garza, 1998, p. 179).

É neste contexto, por exemplo, que o México aparece como o principal país latino-americano a receber os exilados políticos dos países da região que sofreram com as ditaduras apoiadas pelos EUA a partir da segunda metade do século XX. É no governo Zedillo, no entanto, que tal cenário começa a mudar, por isso falo de uma fronteira entre multi e unilateralismo. Discursivamente, Zedillo parecia seguir a lógica tradicional tal qual acima mencionada por Humberto Garza. Na prática, no entanto, o que se viu foi um

[...] carácter interdependiente, globalizador, de intereses diversos y de cooperación explícita con Estados Unidos, tiende a ser cada vez más dependiente y a estar cada vez más orientada hacia este país, con el que coopera porque ya no hay alternativa, aunque se insista en diversificar nuestros vínculos con el resto del mundo al participar en foros en Asia-Pacífico o firmar acuerdos con la Unión Europea (Garza, 1998, p. 180).

Essa passagem de um tipo de associação diplomática multi para unilateral já era percebida, como aqui mencionado algumas vezes, na associação macroeconômica a partir de 1982. Durante o governo Zedillo a condição da associação macroeconômica se mantém e até se aprofunda confiando o viés neoliberal quase que exclusivamente aos EUA, produzindo uma espécie de “associação macroeconômica neoliberal-unilateral” de características bastante parecidas com o tipo de associação macroeconômica brasileira a partir do governo Bolsonaro. Com Zedillo, o México se afirma de uma vez por todas como um país das

inversiones financieras externas, [de] la producción industrial y agraria especializada de exportación (industria automotriz, autopartes, de materiales de construcción, maquiladoras de aparatos eléctricos, electrónicos, vestidos, etc.), [de] la producción y venta exterior de petróleo crudo y el consumo interno de gasolina importada, el turismo transnacionalizado de los grandes enclaves extranjeros, las nuevas formas mediáticas e informáticas y las remesas de los migrantes desempleados del campo y de la ciudad (Oliver, 2018, p. 286).

Diante deste contexto pré e durante o governo de Ernesto Zedillo, considero que a combinação das condições estruturais-estruturantes de seu governo implicou em um contexto político de relações tendenciais Estado-movimentos de tipo violento-hostil; registre-se, mais hostil do que violento. E, entendo como um contexto violento-hostil seja pela tendência que as diferentes possibilidades de combinação das condições estruturais-estruturantes impõem seja pela perda de capacidade daquele governo, e já de seus dois antecessores, de dialogar, mesmo que por canais informais, com os diferentes grupos sociais. Se, como já assinalado, até 1982 vigorou a herança cardenista do pacto de classes no qual os governos mesmo no contexto do capitalismo atendiam em boa medida as reivindicações das classes subalternas (Roux, 2005), “ahora, el capital intenta tomar el mando directamente acabando con todas las conquistas que antes los sectores subalternos habían conseguido imponer en la comunidad estatal.” (Ortega, 2020, p. 259).

Essa característica perdida ao longo tempo aponta para o diagnóstico de Lucía Álvarez (2019, p. 10, grifos da autora) em relação à participação institucionalizada no México em nível federal: “Lo primero que hay que decir es que a nivel nacional no existe lo que puede llamarse una política expresa de Participación Ciudadana y tampoco una estrategia definida encaminada a propiciarla.”. É importante demarcar que Álvarez escreve seu texto em 2019, ou seja, até aquele ano nada ou muito pouco se podia perceber de participação institucional sistemática no nível nacional no México. Sobre esse pouco, irei fazendo alguns comentários mais adiante.

Do ponto de vista do confronto político extrainstitucional, em boa medida ainda reorganizando-se diante do acelerado avanço neoliberal, pouco as classes subalternas mexicanas foram capazes de confrontar o Estado durante o governo Zedillo. De maior destaque, registram-se dois acontecimentos. O primeiro, entre dezembro de 1997 e janeiro de 1998, tem que ver com os protestos que denunciavam e exigiam justiça em relação ao Massacre de Acteal. Desde que os 45 indígenas Zapatistas foram brutalmente assassinados na localidade de Acteal, Chiapas, uma onda de protestos se iniciou. Os protestos de apoio aos Zapatistas denunciavam que os crimes haviam sido cometidos por paramilitares vinculados ao governo Zedillo (Folha de S.Paulo, 1998). O segundo acontecimento foi a grande greve estudantil da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) de 1999, que lutou contra o aumento da tarifa anual que “era de ‘veinte centavos’ en pesos reales de 1966, equivalente a dos centavos de dólar. La nueva colegiatura para estudios profesionales se fijó en 1360 pesos nominales (equivalentes a 120 dólares anuales) [...]” (Casanova, 2000, p. 38; Ceceña, 2000).

**b) Governos Vicente Fox (2000-2006), Felipe Calderón (2006-2012) e Peña Nieto (2012-2018)**

Assumindo o risco de falhar pela falta de detalhes, aproximo os governos de Vicente Fox, Felipe Calderón e Peña Nieto em um mesmo enquadramento de análise porque avalio que a combinação das condições estruturais-estruturantes destes três governos experienciados depois de Zedillo foi exatamente a mesma, mesmo tratando-se de dois distintos partidos – Fox e Calderón pelo PAN e Peña Nieto pelo PRI. Trataram-se, os três, de projetos políticos claramente neoliberais, com gestão orientada por autoritarismo seletivo e violência estendida no tecido social combinada à gestão empresarial com governos de partidos de direita. As relações internacionais foram de associação macroeconômica neoliberal e associação diplomática unilateral, produzindo assim contextos políticos com padrão tendencial de relações Estado-movimentos de tipo violento-hostil.

Antes de avançar aos comentários mais específicos sobre tal caracterização, vale a pena dizer algumas palavras sobre a transição PRI-PAN. Como já assinalado anteriormente, o PRI completou, no ano 2000, 70 anos ininterruptos governando o México. A “virada ideológica” mais aguda percebida no interior do PRI, que teve como marco temporal o ano de 1982, foi antecedida por uma outra mutação interna, como mostra Roux (2009, p. 257):

[La] fracción militar-jacobina (a la que pertenecían generales como Lázaro Cárdenas y Francisco J. Múgica), fue desplazada del mando nacional por las tendencias mundiales anunciadas en el estallido de la segunda guerra mundial. El reemplazo de los militares por los civiles, el cambio del PRM (Partido de la Revolución Mexicana, 1938) al PRI (Partido Revolucionario Institucional, 1946) y la conformación de una nueva burocracia sindical impuesta desde el aparato estatal (el “charrismo”) expresaron la mutación operada en el régimen político mexicano y en su elite gobernante.

É importante perceber que mesmo com a significativa transformação que o partido sofreu no contexto do fim da Segunda Guerra, chegando até a mudar de nome, a relação do partido governante com a sociedade civil foi uma relação razoavelmente harmônica porquê mediada pelo pacto de classes, até 1982, quando do “giro neoliberal” mexicano. Faço essa retomada histórica para argumentar que de 1929 à 1982, mesmo considerando a importante transformação apontada por Roux, o PRI conseguiu manter-se no poder sem grandes agitações populares – com exceção, obviamente, do Maio de 1968 mexicano que foi, por certo, para além de uma importante onda de protestos no contexto interno do país, também um evento de importância continental (Zibechi, 2018). Essa suposta situação de normalidade social teve reflexo em uma sensação de “democracia sem democracia”; daí também a já citada expressão “ditadura perfeita”.

É neste contexto que as consequências do avanço do neoliberalismo, que significaram prejuízos para as condições de vida das classes subalternas do campo e das cidades, fariam

emergir a discussão sobre a alternância de poder como condição basilar da democracia; é daí a criação do PRD, por exemplo. Não é à toa, portanto, os acontecimentos da fraude eleitoral, de 1988, e do assassinado de Colosio, em 1994. Encurralada pela “pressão democrática”, a “elite governante [...] concedió el traspaso pacífico y ordenado del mando presidencial a un partido distinto al PRI: el Partido Auténtico de Acción Nacional (PAN), fundado en 1939 al calor de la oposición anticardenista” (Roux, 2009, p. 261), um partido de direita, católico, profundamente conservador nos costumes e neoliberal em economia.

Voltando às especificidades do período em análise, se os três governos agora analisados combinam o contexto político de suas experiências, o mesmo não é verdade se comparados como o governo anterior, de Zedillo, que descrevi parágrafos acima. As principais diferenças, para as quais chamarei mais a atenção a partir de agora, são duas. Uma está relacionada à violência de Estado, ou seja, à forma de gestão que se bem antes já contava com algum grau de violência, se aprofunda consideravelmente depois que Fox assume, em dezembro de 2000. Já a outra tem que ver com a forma de associação diplomática que, como mencionado, no período anterior tratava-se de uma transição de multi para unilateral e que aqui finalmente se assume como unilateral confiada aos EUA. Ainda que minha atenção nos próximos parágrafos entenda mais direcionada a estas duas condições, algumas linhas fundamentarão o diagnóstico do neoliberalismo como projeto e como associação macroeconômica, assim como o da quase que ausência de participação institucionalizada.

As duas condições estruturais-estruturantes destacadas se imbricam quando da análise, por exemplo, da violência estendida no tecido social mexicano através da militarização dos territórios. Se imbricam porque tal processo de militarização tem que ver com a diplomacia mexicana que passou a ser confiada quase que exclusivamente aos EUA em um tipo de relação que nada tem que ver com um possível “ganha-ganha”, que caracterizaria um tipo de relação bilateral. Conforme sistematizei no capítulo 4 (seção 4.1), aqui trata-se de um caso típico de uma relação diplomática que merece ser chamada de unilateral já que o que se tem é um processo “perde-ganha” no qual perdia o México e ganhava os EUA.

Primeiro, sobre a associação diplomática em si, Cristina Pecequillo e Marcela Franzoni (2019) examinaram justamente o período 2000-2018. Em relação ao governo Fox, avaliam que ele não foi capaz de alcançar “as mudanças necessárias para diminuir a vulnerabilidade. Pelo contrário, aprofundou a dependência e aumentou a distância que separava o México da América Latina. O governo Fox discordou abertamente das posturas ideológicas de muitos países na América Latina.” (Pecequillo; Franzoni, 2019, p. 118). Já Calderón, “mesmo diante do discurso de diversificação de parcerias e das iniciativas práticas, [...] não se afastou do vizinho em termos

econômicos e estratégicos, pelo contrário, ambos expandiram a cooperação para o âmbito militar.” (Idem, p. 125). E, por último, em relação ao governo Peña Nieto, comentam as autoras: “Embora a dependência com os EUA não tenha sido quebrada, pelo menos se observou uma expansão das negociações mexicanas que poderiam, no médio e no longo prazo, estruturar-se autonomamente.” (Idem, p. 127).

Voltando ao imbricamento das duas condições estruturais-estruturantes em tela, é possível dizer que se bem o governo Fox foi mais ou menos um laboratório ou uma antessala daquele mencionado processo de militarização, foi o governo Calderón<sup>73</sup> que levou a cabo a articulação com os EUA para a construção de uma espécie de unidade geopolítica militar da América do Norte. É neste contexto que

se intentó superar la ilegitimidad del nuevo gobierno y parar la conflictividad interna por medio de la decisión política de iniciar una guerra interna contra los cárteles de la droga, utilizando a los militares para ello. Así, lo que se produce en esta fase es una continuidad del sistema autoritario anterior, pero introduciendo un elemento nuevo que es la presencia ilegal del ejército en tareas de seguridad pública, que incrementa su injerencia directa en todos los asuntos del Estado, llevándolo a constituirse en un nuevo factor de poder en las relaciones políticas nacionales (Oliver, 2018, p. 288–289).

Vale a pena registrar que as mesmas consequências antipopulares, resultado do avanço neoliberal, que encurralaram a elite governante (para usar os termos de Roux e Oliver) e a pressionaram a alternar o partido no poder em 2000, agora começariam a agitar a sociedade civil mexicana que buscava melhores condições de vida. Como resposta e com o objetivo de controle pela força e violência, o Estado espalharia seu “braço armado”, o exército, territorialmente por quase todo o país, com destaque para as regiões de fronteira ao sul e ao norte, como mostram Modonesi, Oliver, López e Munguía (2012, p. 2015):

Uno de los fenómenos más graves que se ha generado a lo largo de estos años, y que se ha acentuado en 2011, es el uso de la violencia armada del Estado en prácticas regulares de contención política: asesinatos, desapariciones forzosas, tortura y todo tipo de violaciones de derechos humanos, en particular en contra de activistas, militantes de organizaciones políticas populares o comunales y defensores de derechos humanos.

Se, por um lado, o cerco se fechava para os protestos sociais que reivindicavam melhores condições de vida sob a teatralidade da guerra ao narcotráfico, por outro, o próprio narcotráfico, assim como políticos e militares corrompidos, acumulava cada vez mais poder no seio da sociedade mexicana (Oliver, 2018); tanto foi a ascensão do narcotráfico à política no

---

<sup>73</sup> Vale de nota mencionar que a transição Fox-Calderón não foi uma transição dinâmica e fluida. Diante da piora das condições de vida da população, López Obrador, naquela altura ainda filiado ao PRD, teria sido vítima de uma segunda fraude eleitoral, movimente este que possibilitou a permanência do PAN no poder a partir da mencionada transição.

México nesse período que fala-se em um “narcoEstado mexicano”. Já no governo seguinte, de Peña Nieto, agora novamente sob o comando do PRI, nenhuma mudança se perceberia em relação ao poder do narcotráfico e nada mudaria em relação ao processo de militarização da vida cotidiana, como mostra Oliver (2018, p. 290):

Al cabo de cuatro años de gobierno la legitimidad del presidente terminó desmoronándose debido a la corrupción extrema, la inoperancia política, la permisibilidad ante las economías ilegales y los grupos de poder fácticos de narcotraficantes, el involucramiento del ejército y la marina en los mecanismos de control político y por falta de un programa político para retomar el Estado y sanear las relaciones políticas, en un país tomado en sus dos terceras partes y regiones por el narcotráfico y el crimen organizado.

Para agora realizar um exame, ainda que rápido, do neoliberalismo mexicano no período, vale a pena começar dizendo que assim como o governo Miguel de la Madrid (1982-1988) abriu passo para o governo Salinas de Gortari (1988-1994) aplicar reformas neoliberais importantes, com destaque para a contrarreforma agrária que permitiu o desmembramento e venda dos *Ejidos* assim como para a assinatura e regulamentação do TLCAN, o acumulado dos governos seguintes, desde Zedillo (analisado no período anterior) passando por Fox até chegar em Calderón, abririam passo para o que talvez seja o principal “pacote neoliberal” mexicano desde que essa ideologia e desenho de políticas econômicas começou a vigorar no país, em 1982. Trata-se do **Pacto por México**, levado a cabo por Peña Nieto, que analisarei logo adiante.

Como antecedentes do Pacto por México, do ponto de vista de aspectos mais gerais, abaixo traço algumas características dos governos Fox e Calderón, com base em contribuições de Oliver e Roux. Em sua análise que remonta o neoliberalismo mexicano desde suas primeiras ações até 2008, Roux (2009, p. 251) destaca as seguintes “linhas gerais”:

- reorganización de los procesos productivos y recomposición de las relaciones laborales.
- desmantelamiento de la propiedad agraria ejidal e incorporación plena de la tierra en los circuitos del mercado capitalista.
- desmantelamiento de la estructura productiva estatal.
- reconexión al mercado mundial a través de la integración subordinada en la economía y los mercados de estados unidos.

Dentro deste marco geral, é possível dizer que o governo Fox foi marcado pela “entronización del capital financiero transnacional como nueva fuerza dominante del capitalismo mexicano [... cuando] se profundizaron [los] procesos de acumulación articulados a los capitales externos” (Oliver, 2018, p. 287–288). No governo seguinte, de Calderón,

se intenta avanzar en la desregulación y las privatizaciones de recursos energéticos, pero ello se posterga por la predominancia que adquiere la guerra interna. Desde el Estado se fomenta una política económica de despojo en el campo para beneficiar con concesiones a compañías inglesas y canadienses de minería, se estimula la migración

a Estados Unidos y las remesas de migrantes, se da libre curso a la economía informal y a la exportación ilegal de drogas a Estados Unidos (Idem, p. 289).

Uma espécie de último ato do governo Calderón seria a aprovação da reforma trabalhista mexicana, nos últimos meses de seu governo. Uma reforma de corte neoliberal seguindo as tendências das décadas anteriores que, como no caso da reforma trabalhista brasileira, de Temer, desregulamentou fortemente as relações de trabalho precarizando as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, assim como limitou consideravelmente a capacidade de organização sindical (Quintana; Garza, 2017). Por outro lado, se, como acabo de mencionar a partir da contribuição de Oliver, o governo Calderón tentou avançar na desregulamentação e privatizações do setor energético sem alcançar o êxito desejado, seria com Peña Nieto e com o Pacto por México que tal agenda avançaria.

No dia 02 de dezembro de 2012, segundo dia de governo do ex-presidente priista, foi assinado o Pacto por México, que “en los hechos se convirtió en el gran legislador de la nación, integrado por las cúpulas políticas de tres partidos (PRI, PAN, PRD) que adoptaron los grandes cambios que hoy han sumergido a nuestro país en un gran bache económico” (Monreal, 2014, p. 138). Me parece importante, antes de passar para uma rápida descrição das reformas levadas a cabo sob o *slogan* do Pacto por México, comentar sobre a conformação do pacto em si.

Primeiramente firmado pelos três partidos acima mencionados, em janeiro do ano seguinte, 2013, o pacto seria também assinado pelo *Partido Verde Ecologista de México* (PVEM). Tal conformação geraria maioria com folgas no congresso, o que possibilitou que o pacto avançasse sem maiores oposições institucionais. Além disso, merece notável destaque a participação do PRD nas negociações e assinatura do pacto. Até então o principal opositor institucional da dupla PRI-PAN, o partido ali assumia-se como mais um dos partidos da ordem e abandonava qualquer resquício das ideologias consideradas de esquerda em seus princípios de ação. Resguardando a importância do partido em seu conjunto de sujeitos e mecanismos de organização, é impossível não mencionar a saída de López Obrador, de logo depois das eleições de julho de 2012, como uma espécie de liberação para que o partido tomasse o assinalado novo rumo ideológico.

Voltando ao Pacto por México em si e suas consequências, em uma sistematização cronológica, estas foram as reformas alcançadas por Peña Nieto sob a bandeira do pacto: a reforma educativa (ainda em dezembro de 2012, portanto, no primeiro mês de governo), a reforma de telecomunicações (junho de 2013), a reforma fiscal (setembro de 2013), as reformas política e energética (ambas de dezembro de 2013) e, por último, a reforma financeira (agosto de 2014).



A reforma educativa teria se tratado de uma jogada institucional com dois objetivos principais e relacionados. O primeiro foi o de “establecer para ellos [los maestros] un régimen laboral especial –que los convertía en especie de trabajadores de una empresa *outsourcin*–” já que as diretrizes da nova lei não “incluían ya derechos como el de la bilateralidad en la determinación de las condiciones de trabajo, la contratación colectiva, y en general todo lo relacionado con el ingreso, promoción y permanencia de los trabajadores.” (Aboites, 2013, p. 79, grifo do autor). O segundo objetivo da reforma foi o de regular, desde o governo e a criação do *Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación* (INEE), as avaliações e qualidade da atuação dos professores. Essa medida tanto comprometia a autonomia universitária, bastante valorizada no México, quanto encurralava os professores em processos de avaliação de tipo marcadamente empresarial (Idem).

Já a reforma de telecomunicações teve como principal conquista, certamente, a permissibilidade do investimento de até 100% de capital estrangeiro nas empresas de telecomunicações, medida que se bem incrementaria os investimentos no setor, o faria com base no capital transnacional. Na sequência, a reforma fiscal, como mostra Monreal (2014, p. 115), em nada teve que ver com uma tentativa de diminuição das desigualdades sociais:

No era necesario aumentar la recaudación de los sectores más desprotegidos; en cambio, sí se requiere equidad fiscal, justicia distributiva en el ingreso y la carga tributaria, y una reforma progresiva que consiga reducir la deuda y hacer eficiente el gasto público ; éstas fueron las demandas centrales de las fuerzas progresistas durante la discusión del paquete fiscal, pero, en contraste, se aprobó un incremento de déficit de 0.4 por ciento del PIB, tan solo para 2013, y un endeudamiento neto de 650,478 millones de pesos, para 2014.

Em relação à reforma política, os principais pontos foram: a) a substituição do *Instituto Federal Electoral* (IFE) pelo *Instituto Nacional Electoral* (INE), que teria causado uma maior centralização dos assuntos eleitorais em torno do governo federal; b) a alteração nas definições sobre reeleições, até então proibidas e depois permitidas para até quatro mandatos para deputados estaduais e federais e até dois mandatos para senadores e *alcaldes* (prefeitos), acabando com uma forte característica do sistema político mexicano que era a rotatividade dos representantes eleitos; c) o aumento do percentual da cláusula de barreiras, que indica para um cenário de dificuldades para os partidos de menor expressão assim como para as candidaturas independentes; além da d) paridade de gênero, que assegurou a participação de 50% dos cargos do congresso (senado e câmara dos deputados) para mulheres (Myers, 2015), medida considerada progressista e, portanto, inesperada tratando-se de uma reforma encabeçada por Peña Nieto. Com exceção deste quarto ponto, e considerando outros dispositivos menos

relevantes aqui não mencionados, não há nenhum indício de que tenha se tratado de uma reforma política democratizante.

A reforma energética foi, seguramente, a mais sentida pela ala nacionalista da política mexicana. Assim como com Getúlio Vargas e a Petrobrás no Brasil, a empresa pública Petróleos México (PEMEX) foi criada, em 1938, por Lázaro Cárdenas, para que o petróleo fosse um tipo de combustível de posse do Estado mexicano. Depois de diversas tentativas desde 1982, seria como parte do Pacto por México, portanto 75 anos depois de sua fundação, que a Pemex perceberia sua abertura ao mercado internacional. Além deste estratégico combustível seja para o México seja para qualquer país do mundo considerando a matriz energética ainda vigente, a energia elétrica também sofreria uma dura derrota a partir das ações do pacto. Também fundada durante o governo Cárdenas, a *Comisión Federal de Electricidad* (CFE), empresa pública de geração, transmissão e venda de eletricidade em todo o território mexicano também passaria pelo processo de abertura comercial com o avanço da reforma energética.

Por último, a reforma financeira. A baixa atividade econômica, fruto do acumulado de decisões aparentemente equivocadas dos governos anteriores em política econômica, e a orientação pró-mercado na relação Estado-mercado, fariam com que Peña Nieto usasse o argumento de que o baixo investimento do setor produtivo seria uma consequência do pouco crédito oferecido pelos bancos privados. Os bancos, por sua vez, argumentavam que a legislação pré-reforma financeira deixava poucas possibilidades de garantias de pagamento por parte das empresas e mesmo da população em geral, no caso do crédito pessoal. Para resolver a questão, o governo daria maior autonomia aos bancos em relação à definição de garantias para o crédito, o que supostamente poderia ser uma ação geradora de maiores ofertas. No entanto, para Monreal (2014, p. 110), a medida teria efeito contrário, já que “mientras el gobierno no regule a la banca, la crisis continuará; no es saludable para el país dejar el sector financiero al libre mercado.”.

Em relação à qualidade da participação institucional no período, mantenho o diagnóstico do período anterior, ou seja, não considero aplicável uma análise mais específica sobre a participação institucional no México de Fox, Calderón e Peña Nieto. Como já destacado ao final da análise do período anterior, do governo Zedillo, a incapacidade dos três governos em análise de dialogar com os povos subalternos, formal ou informalmente, estão diretamente ligadas a um processo de priorização do capital na relação capital-trabalho, que exclui, paulatinamente, as representações do trabalho das tomadas de decisão estatais. Essa incapacidade de diálogo com a classe trabalhadora e mesmo com o conjunto dos sujeitos

subalternos pode ser entendida através da ausência de instituições participativas de alcance nacional e pode ser melhor apreciada no trabalho de Álvarez (2019).

Já do ponto de vista do confronto político extrainstitucional, o período dos governos Fox, Calderón e Peña Nieto enfrentaram uma série de confrontos que, em geral, foram sempre respondidos com alto grau de violência combinada entre as próprias polícias, o exército já espalhado ao redor do país, além das recorrentes denúncias por parte dos movimentos sociais das violências sofridas por grupos paramilitares ligados à elite no poder, ou seja, ao PAN e ao PRI. Começando pela Batalha de Cancún, em 2002, até chegar no *gasolinazo*, em 2017, discorrerei algumas linhas sobre tais eventos de protestos que atravessaram o período.

A Batalha de Cancún foi uma grande manifestação, altamente organizada, que aconteceu em setembro de 2002 como forma de pressão para que não avançassem os acordos da *V Cumbre Ministerial de la Organización Mundial de Comercio* (OMC), realizada em Cancún naquele setembro. A principal crítica era em relação aos acordos em torno das propriedades intelectuais das tecnologias da área da saúde que seguindo a lógica da globalização neoliberal beneficiaria os países ricos em detrimento dos em desenvolvimento. “Foros, seminarios y actividades preparatorias tuvieron lugar en diversas regiones de México, así como una importante campaña de propaganda” (Cueva, 2003, p. 285), organização previa que foi determinante para o sucesso do movimento e a desistência de realização dos acordos por parte da OMC.

Menos de um ano depois, em maio de 2004, seria a vez de Guadalajara ser palco de intensa movimentação contra tratados e acordos benéficos à agenda do neoliberalismo global. Trataram-se dos protestos contra a *Cumbre Iberoamericana*. Milhares de manifestantes protagonizaram uma “manifestación que fue duramente reprimida por el gobierno del estado de Jalisco. El saldo fue de 120 personas detenidas y una veintena de policías heridos.” (ZonaDocs, 2019, s/p). Assim como em Cancún, as manifestações alcançaram resultados e os acordos não foram firmados.

Janeiro de 2006, portanto, um ano e meio depois das manifestações de Guadalajara, seria o palco temporal de mais uma importante manifestação marcada na história da primeira década do século XXI no México. Tratou-se da mobilização do Movimento Zapatista que ficou conhecida como *La Otra Campaña*. “Luego de las reuniones con partidos y grupos que suscribieron la **Sexta**, el 1 de enero de 2006 Marcos se puso a recorrer el país con el objetivo de escuchar y construir **desde abajo y por abajo** una alternativa a la destrucción neoliberal, una alternativa de izquierda para México (Zibechi, 2007, p. 145, grifos do autor). Se, como mostra Zibechi, as movimentações em torno da mencionada campanha tinham o objetivo de

frear o avanço neoliberal no México, elas também significariam para os Zapatistas outras duas coisas: (i) engavetar as críticas de que se tratava de um movimento sectário e (ii) ampliar as condições materiais-territoriais de organização da vida nos Caracóis.

O ano de 2006 ainda seria palco de outros dois importantes eventos de organização e protestos, como também contribui Zibechi (2007, p. 295–296) ao mostrar que naquele período

se destacan las vastas movilizaciones contra el fraude electoral en México y la del poderoso movimiento indígena y popular aglutinado en la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO), posibles síntomas de una crisis del sistema de dominación que anticipa sublevaciones a mayor escala (Ceceña, 2006). Ambos hechos parecen insinuar que el eje de las luchas sociales mexicanas (y quizás del conjunto de la región) se estaría trasladando de las áreas rurales a las ciudades, lo que de confirmarse puede representar un cambio de largo aliento en las características de la protesta social en ese país.

No primeiro caso, das mobilizações em torno da denúncia de mais uma fraude eleitoral, agora nas eleições presidenciais de 2006, López Obrador (na época no PRD e segundo colocado naquela corrida eleitoral, tendo ficado atrás de Calderón em apenas meio ponto percentual, o que o levou, ele e seus milhares de apoiadores, a acreditar na ideia de fraude) encabeçou um acampamento que durou 48 dias no *Zócalo* (praça principal/central) da CDMX. A movimentação foi intensa, alcançando milhares de pessoas e desafiando o aparato estatal mexicano. Já em relação à APPO, também se tratou de uma grandíssima movimentação, agora em Oaxaca, ao sul do país. A assinalada assembleia popular, antecedida por uma greve de professores, em maio daquele ano, se estenderia ao longo do tempo produzindo uma série de dinâmicas auto-organizativas. Ao transcender a questão mais específica da greve a partir da conformação da assembleia, criticavam o sistema político mexicano em sua totalidade, por um lado, e experimentavam, primeiro na própria assembleia e depois em comitês de bairros, formas auto-organizadas de gestão da vida em comunidade que ficariam conhecidas como as Comunas de Oaxaca (Viento Sur, 2021).

Cinco anos depois, em 2011, o *Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad* (MPJD) e a *Caravana del Consuelo*. Sobre estas mobilizações, reproduzo as palavras de Luz Estrella (2011, p. 144) porque elas sintetizam muito bem tanto os protestos em si quanto suas relações com a já mais de uma vez mencionada militarização dos territórios mexicanos sob a teatralidade da guerra ao narcotráfico:

Caravana del consuelo es el nombre del recorrido realizado por organizaciones civiles, defensores de derechos humanos, militantes de izquierda y ciudadanos sin agrupación, convocado por el Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad (MPJD), fruto del hartazgo ciudadano ante la alarmante ola de violencia desatada por la ofensiva militar del gobierno de Felipe Calderón contra los cárteles del narcotráfico en México. La manifestación, que duró seis días y atravesó doce estados del país desde Cuernavaca, Morelos, hasta Ciudad Juárez, Chihuahua, en la frontera con Estados Unidos, se

declaró en contra de dicha estrategia de combate al crimen, debido a que en cuatro años no ha frenado el trasiego ilegal de drogas, armas y personas, pero ya suma más de 40 mil asesinatos, un número incierto de desaparecidos y decenas de localidades paralizadas por la violencia.

No ano seguinte, 2012, em plena campanha eleitoral presidencial, jovens estudantes protagonizam um potente movimento que ficou conhecido como #YoSoy132. Na esteira das precedentes mobilizações relacionadas às críticas ao sistema político mexicano, ou seja, aquelas que demandavam a democratização do sistema político do país, os estudantes se levantaram, mais especificamente, contra a manipulação que os grandes meios de comunicação estavam produzindo em favor de Peña Nieto, que tinha como principal adversário López Obrador (Estrello; Modonesi, 2012). Mesmo diante da insistente atuação do movimento, aquelas eleições terminariam elegendo Peña Nieto presidente e ficariam, uma vez mais, marcadas por suspeitas de fraude, desta vez não direcionadas ao sistema eleitoral em si, mas aos mencionados meios de comunicação assim como ao PRI que teria comprado centenas de milhares de votos (Idem).

Em seu primeiro ano de governo, 2013, Peña Nieto enfrentaria duas importantes mobilizações de reação ao já bastante mencionado Pacto por México. Trataram-se dos protestos no *Zócalo* contra a reforma energética, outra vez um protesto encabeçado por López Obrador, assim como a *Rebelión Magisterial*, essa contra a reforma educativa. No primeiro caso, da reação à reforma energética, agitadas por López Obrador, milhares de pessoas se reuniram na praça principal da cidade para manifestar seu descontentamento com o avançar da reforma. Em mais de 30 minutos de discurso, o atual presidente fez duras críticas à reforma, ao Pacto por México e diretamente à Peña Nieto. Mesmo considerando a amplitude da mobilização, a reforma avançaria. A rebelião dos professores, por sua vez, foi um movimento agitado pela *Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación* (CNTE) que se espalhou tanto no tempo, durando vários meses, quanto no espaço, alcançando vários estados do país. Assim como em relação à reforma energética, a educativa avançaria mesmo com a grande mobilização de professores e estudantes (Aboites, 2013).

Para concluir, outras duas manifestações de alcance nacional fecham o período de governos PAN-PRI. Primeiro, em 2014, os protestos de denúncia ao Massacre de Iguala, que ficou amplamente conhecido como *Los 43 de Ayotzinapa*. Estudantes de uma escola rural foram até o município de Iguala, no estado de Guerrero, para protestar contra decisões consideradas arbitrárias por parte do governo estadual. Aquele setembro entraria para a história da violência paraestatal (as denúncias indicam que os crimes foram cometidos pela polícia e pelo narcotráfico, conjuntamente) mexicana, gerando comoção nacional e desencadeando uma série

de protestos ao redor de todo o país. Finalmente, em 2017, os protestos conhecidos como *gasolinazo*. Em uma clara consequência da reforma energética de quatro anos antes, aumentos abusivos no valor da gasolina estourariam uma série de protestos que atingiram de sul à norte do país.

Todo esse período dos três governos que acabo de analisar, assim como também o governo analisado no período anterior, são exemplos típicos do que Zavaleta chamou de Estado aparente. Diante de uma sociedade profundamente *abigarrada* na qual a diversidade de formas de organização da vida em comum é diversa de sul à norte, o Estado se apresenta como um conjunto de instituições que se bem aparentemente alcançariam toda aquela diversidade, de fundo acabam atendendo aos interesses apenas de uma elite determinada, por um lado, e não alcançam todo o conjunto da população já que em muitos territórios ao redor do país o Estado não logrou constituir-se nem material e nem simbolicamente como autoridade legítima, por outro lado.

### **c) Governo López Obrador (2018-2020)**

Começo os destaques ao governo de Andrés Manuel López Obrador retomando a caracterização realizada na Tabela 6. Lá, enquadrei o contexto do recente governo de Obrador como um projeto político de tipo democrático-participativo, com gestão empresarial com governo progressista sem tentativa de transformação da forma-Estado herdada, com associação diplomática na fronteira entre uni e multilateral e com associação macroeconômica como de tipo neodesenvolvimentista. Esta combinação de condições indicaria, em minha tentativa de enquadramento, para um contexto com padrão tendencial de relações Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperado com a participação institucional qualificada como pseudoparticipação. Abaixo, organizo algumas reflexões na tentativa de fundamentar tal enquadramento.

Pensar no governo de López Obrador como um governo de projeto político democrático-participativa é, antes de qualquer outra coisa, pensar tanto em sua história política quanto no processo em curso no sistema político mexicano como um todo. Especificamente sobre a trajetória do presidente, é inegável sua “vertente democrática”. Como já mencionado anteriormente, López Obrador esteve ao lado de Cuauhtémoc Cárdenas seja na FDN, conformada para a disputa das eleições de 1988, seja na criação do PRD, um ano depois, seja ainda tensionando o sistema político mexicano através de sua atuação e discursos em nome da abertura democrática do país.

Antes de concorrer pela primeira vez ao cargo de presidente do México, em 2006, López Obrador foi chefe de governo da CDMX, entre 2000 e 2005, sucedendo justamente Cuauhtémoc

Cárdenas, que foi o primeiro chefe de governo da capital eleito pelo voto popular – até então o político número 1 da capital federal era indicado pelo presidente e identificado como regente, não como chefe de governo. Obrador se desligaria do cargo antes do fim de seu mandato para iniciar a campanha ao redor do país. Em uma época na qual o PRD ainda sustentava o título de único partido da esquerda mexicana, López Obrador construiria ali, ocupando o segundo principal cargo político do país, somente abaixo do de presidente, sua projeção de nível nacional que mais tarde terminaria com a vitória de julho de 2018, já pelo MORENA. Importa destacar a característica democrático-participativa dos distintos governos do PRD, dos quais o de Obrador é um deles, à frente do comando da capital do país (Álvarez, 2019; Olvera, 2009). Não há dúvidas de que Obrador é figura destacada no processo de abertura democrática mexicana. Suas participações na FDN, na fundação do PRD, na conquista do voto direto na CDMX, além das candidaturas em 2006, 2012 e 2018 sempre carregaram consigo a demanda democrática.

Já sobre o processo mais amplo de abertura democrática do sistema político mexicano, alguns destaques importam. Primeiro, vale a pena dizer que tratar o projeto político de Obrador como um projeto democrático-participativo é como coroar sua chegada ao governo federal como resultado de um longo processo de abertura democrática no país. Como já mencionado, até os primeiros ensaios neoliberais no México, iniciados em 1982, a legitimidade seja dos presidentes no poder seja do próprio sistema político se dava através do pacto de classes alcançado pelos governos desenvolvimentistas de base nacionalista.

Neste contexto, por mais que aquele pacto produzisse a ausência de grandes agitações em nome da democracia, é sempre importante recordar que o PRI governava, com a sucessão presidencial realizada por indicação do presidente em exercício, há mais de 50 anos ininterruptamente até 1982. Seriam necessários mais 18 anos de governos do PRI (Miguel de la Madrid, Salinas de Gortari e Zedillo) somados à precarização das condições de vida da população para que um primeiro ensaio democrático fosse percebido com a alternância entre PRI e PAN. No entanto, como bem mostram Oliver (2009, 2018) e Roux (2005, 2009), tratou-se de uma alternância entre partidos que manteve a mesma elite no poder. Passados os governos de Fox e Calderón, do PAN, e o retorno do PRI com Peña Nieto, a chegada de Obrador ao governo federal pelo MORENA, em 2018, pode ter representando um primeiro aprofundamento democrático mais genuíno na política mexicana desde a revolução do início do século XX.

Se, considerando o que acabo de expor, há uma explícita marca democrática tanto no processo histórico que o México vem experienciando quanto na trajetória de Obrador, o mesmo não é tão evidente em relação ao termo **participativo** da categoria composta democrático-participativo. Sempre aqui valerá dizer que minha análise considera apenas os dois anos

primeiros de governo e que muitas intenções podem ainda não ter encontrado eco na realidade; pode ser. O que é certo, no entanto, é que entre 2019 e 2020 não foram percebidas ações do governo López Obrador no sentido de estruturar e institucionalizar a participação no nível federal. Não existem, por exemplo, instituições como os conselhos nacionais gestores de políticas, as conferências nacionais, as audiências públicas nacionais que de forma regulamentada foram florescendo no Brasil a partir da CF88. Vale de destaque, entretanto, como mostram tanto Olvera (2009) quanto Álvarez (2019), que no âmbito da CDMX, governada desde a abertura ao voto popular (1997) pelo PRD e desde 2018 pelo MORENA, com Claudia Sheinbaum como chefe de governo, sim, a participação institucional já se encontra bem mais desenvolvida e regulamentada.

Em relação ao tipo de governo, me parece que há um certo consenso de que, sobretudo do ponto de vista da intencionalidade, se trata de um governo progressista (Ackerman, 2019; Oliver, 2018). A aparente contradição entre uma gestão empresarial levada a cabo por um governo progressista, que acompanha a proposta de Bringel e Falero (2016) e que aqui estou tomando emprestada, aparece com evidência no governo Obrador. Ou seja, por um lado os discursos e as análises políticas indicam para um governo progressista e, por outro, as medidas de austeridade não deixam dúvidas de que se trata de uma gestão de tipo empresarial (Mellano; Sánchez, 2020). Neste contexto, ainda que se autointitule como protagonista da Quarta Transformação<sup>74</sup> no contexto político mexicano, os dois primeiros anos de governo López Obrador não indicam para transformações estruturais da forma-Estado herdada. Quando falo de um certo consenso estou falando com base, por exemplo, no aparente entusiasmo de Oliver em seu texto já bastante utilizado aqui, de 2018, ou seja, de logo após as eleições:

En las pasadas elecciones nacionales a la presidencia de México triunfó Andrés López Obrador, un político progresista crítico del Estado neoliberal que prevaleció de 1988 a 2018. Con ello se puso en jaque a un poder de excepción y a un Estado de competencia articulado a una globalización excluyente y de barbarie que hoy atraviesa por una profunda crisis (Oliver, 2018, p. 295).

Em texto mais recente, muito provavelmente escrito em 2020 e publicado em 2021, Joel Ortega (2020, p. 262) já deixa mais dúvidas do que entusiasmo no ar:

También hay que preguntarnos cuáles son las características del sujeto político expresado en Morena y si éste reproduce muchos de los mitos y formas que dieron sustento al Estado ampliado nacional desarrollista, o si, por el contrario, hay elementos nuevos de transformación en un sentido más democrático.

---

<sup>74</sup> A “Quarta Transformação” seria “un suceso histórico continuador y sólo comparable con la revolución de Independencia (1810-21), las guerras de Reforma (1857-61) y con el proceso revolucionario de comienzos del siglo XX (1910-19)” (Mellano; Sánchez, 2020, p. 85).



O entusiasmo de Oliver é totalmente compreensível seja pelo histórico do sistema político mexicano, que mesmo antes do neoliberalismo nada tinha de democrático, seja pelo histórico do próprio Obrador, que já quase que insistentemente assinalei como marcado pela busca da abertura democrática no país. Certo, portanto, de que se trata de um governo com características democráticas e progressistas, não se pode deixar escapar o diagnóstico de que o problema da violência estendida no tecido social, que se bem pode ser herança dos últimos três governos anteriores ao seu, não parece estar sendo solucionada de forma estratégica pelo presidente. Há uma intenção bastante explícita nos discursos de López Obrador de recuperar a legitimidade do exército, extremamente mal visto pelo acumulado do processo de militarização precedente no país. Essa intenção é apontada por Julieta Mellano e Magdiel Sánchez (2020), que sobre o tema, ponderam:

A pesar del discurso “abrazos no balazos”, en dos años de gobierno la cifra de asesinatos asciende a más de 50 mil –cifras oficiales– y resulta evidente que más que una falta de estrategia para frenar el espiral de violencia, lo que se sostiene son las mismas recetas de las pasadas administraciones (golpear a un cártel –que se construye como el “cártel malo”–, frente a otro que se tolera por ser menos violento). [...]. Las masacres, las desapariciones forzadas, los estados de sitio en algunos municipios continúan, así como el auge sospechoso de grandes desarrollos industriales en zonas altamente violentas. La inauguración de la planta de Toyota en Apaseo el Grande, Guanajuato, en días de fuertes enfrentamientos entre el crimen organizado y las FF.AA., lleva a inferir que la violencia del “narco” sigue siendo complementaria – cuando no vital– para que los grandes negocios legales prosperen en tanto extracción de recursos y disciplinamiento de la mano de obra (Idem, p. 88).

São poucas as análises já publicadas sobre os dois primeiros anos de governo Obrador. Por isso, mas também por se tratar de um texto bastante sistemático, seguirei com Mellano e Sánchez para analisar as duas condições que me faltam, que são as relacionadas às relações internacionais. Primeiro, sobre o tipo de associação diplomática, me parece mais ou menos patente que a chegada de Obrador ao comando do Estado mexicano recolocou o país no circuito das relações diplomáticas multilaterais de base regional. Em falta na atualidade latino-americana, governos de características regionalmente integradoras e críticas à globalização neoliberal – as raras exceções são Venezuela, Argentina e muito recentemente o Peru, sendo a Bolívia do retorno do *Movimiento al Socialismo* um caso que parece ainda demandar análises dedicadas –, Obrador aparece como uma espécie de renovação de esperança nestes quesitos. Os recentes exílios oferecidos à Evo Morales e García Linera parecem indicar para o diagnóstico de um tipo de associação diplomática que se busca multilateral com o destaque para a liderança do país neste contexto de multilateralismo (El País, 2019), por um lado, e remonta os anos pré-1982 quando tal característica era amplamente reconhecida pelos demais países da região, por outro lado.

É preciso destacar, no entanto, que caracterizei esta condição da associação diplomática como de fronteira entre a uni e a multilateralidade porque em questão de EUA a conversa sempre parece ser outra. Neste caso, diferente do problema da violência estendida no tecido social que pode bem ser “apenas” herança dos governos precedentes, o diagnóstico de Mellano e Sánchez (2020, p. 86) deixaria uma caracterização pura de multilateralismo profundamente comprometida, a saber:

Desde el despojo histórico de la mitad del territorio por el naciente imperio norteamericano, la relación de México con su vecino ha estado determinada por la tensión entre desarrollarse como nación soberana –con enormes dificultades y acoso permanente– o, sin más, renunciar a la posibilidad de desarrollo soberano, cediendo en lo esencial a los designios del vecino del norte. La justificación de enfrentarse en una pelea desigual no ha sido suficiente para lograr el consenso al interior de México. Por ende, con base en las experiencias y en los sentimientos patrióticos y antiimperialistas de las y los mexicanos, ambos Estados han construido una subordinación total en materia de bienes y recursos estratégicos, del territorio como plataforma productiva-consuntiva y comercial, de seguridad nacional, de los pilares fundamentales de la economía y la injerencia velada en asuntos políticos, pero con una aparente independencia y autonomía en cuestiones secundarias. El gobierno de AMLO [Andrés Manuel López Obrador] continúa en el camino de la subordinación.

Já em relação à associação macroeconômica, se minha análise se bastasse com os discursos dos sujeitos, não restaria nenhuma dúvida de que o governo López Obrador pode ser qualquer coisa menos um governo que se associa ao capitalismo mundial desde a perspectiva do neoliberalismo. Sobre este tema, a leitura do trabalho de Mellano e Sánchez me levou de volta ao México. Durante o período em que estive no país norte-americano pelo estágio doutoral lá realizado ocorreu a posse de Obrador em um dia de *Zócalo* lotado; lá estava eu acompanhando aquele episódio político tão importante ao país. Lembro-me bem de ouvir durante o discurso de posse de cerca de uma hora que a partir daquele momento havia se acabado o neoliberalismo no México. De acordo com Mellano e Sánchez tal discurso é recorrente nas manifestações públicas do presidente.

Como minha análise não está centrada no discurso, mas nas ações, a lembrança acima mencionada não é o bastante. Se bem aquela característica de submissão diplomática aos EUA também se manifesta nas políticas econômicas<sup>75</sup>, avalio que existem mais sinais de um tipo de associação neodesenvolvimentista do que neoliberal ocorrendo no país. Há, por exemplo, uma evidente tentativa de alcançar um pacto social de classes através de ações econômicas. Se os governos neoliberais haviam abandonado tal ideia de pacto priorizando a relação com as classes dominantes, Obrador parece inspirado nos neodesenvolvimentismos sul-americanos e na

---

<sup>75</sup> Chama a atenção o entusiasmo de López Obrador com o T-MEC (Tratado México-Estado Unidos-Canadá), tratado assinado como último ato de Peña Nieto, em 30 de novembro de 2018, que passou a vigorar em 1º de julho de 2020, e que assim como seu antecessor, o TLCAN, se trata de um acordo notoriamente pró-neoliberalismo.

fórmula de também “dar” às classes subalternas e não somente às elites de sempre. Duramente criticado pelos megaprojetos já em curso (Ceceña, 2020), com destaque ao do *Tren Maya* e ao transoceânico ao longo do Istmo de Tehuantepec, porque destroem o meio ambiente e desalojam comunidades inteiras em consequências essas já típicas das experiências neodesenvolvimentistas, é inegável que o esperado resultado econômico de tais projetos carrega consigo a característica da conciliação de classes via aquecimento da economia doméstica.

Outras ações, também econômicas ainda que tratadas como sociais, que merecem atenção em relação à essa espécie de “acordo de paz” entre as classes, são as políticas de redistribuição de renda implementadas pelo governo Obrador, a saber:

Los más destacados: A) El apoyo universal a mayores de 65 años por cerca de 50 USD al mes B) Las becas del bienestar para estudiantes menores de 18 años en situación de pobreza extrema de 40 USD al mes C) El programa Jóvenes Construyendo Futuro en que el Estado paga la fuerza de trabajo aprovechada por empresas privadas con un monto mensual de 170 USD D) Becas universitarias de 50 USD al mes E) Apoyos a personas de 0 a 64 años de edad, así como niñas, niños y jóvenes con discapacidad permanente o de 0 a 29 años que vivan en municipios y zonas urbanas de alta y muy alta marginación por 60 USD al mes F) Y el más atractivo de los programas, Sembrando Vida, ofrece 200 USD mensuales a campesinos que tengan al menos 2.5 hectáreas, para la siembra de árboles frutales o maderables (Mellano; Sánchez, 2020, p. 89).

Antes de encerrar a seção em tela, vale a pena mencionar uma importante diferença entre os pactos de classe experienciados antes, com o cardenismo até 1982, e agora, com Obrador. No passado, o pacto era realizado a partir de negociações coletivas. Negociações essas informais e carregadas de clientelismo e corporativismo, mas, coletivas porque tinham centralidade nas relações dos governos com os sindicatos e outras entidades representantes das classes subalternas. Agora, por outro lado, o que se vê é um tipo de relação que se bem tem a capacidade de “acalmar os ânimos” da luta de classes, se desenrola de forma individualizante uma vez que está centrada na redistribuição de renda via políticas que chegam de forma individual à população sem a devida mediação política.

Em relação aos confrontos políticos no período, López Obrador enfrentou durante seus dois primeiros anos de governos duas grandes movimentações:

1) El Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad, exigiendo un alto a la violencia, los asesinatos y las desapariciones, ante la falta de una estrategia de seguridad integral y civil, y frente a la necesidad de asumir un proyecto de “justicia transicional”; 2) El movimiento de mujeres, con una fuerza y masividad inéditas en México, condenando la violencia del sistema en contra de ellas, los abusos del sistema patriarcal y, de manera más enfática y urgente, llamando a detener los feminicidios (Mellano; Sánchez, 2020, p. 91).

Diante desse complexo contexto, as vezes profundamente ambíguo, é preciso, para encerrar, fazer a defesa de porquê considere o padrão tendencial de relações Estado-

movimentos de tipo integrativo-cooperado. Entendo que, mesmo diante da violência direcionada à ativistas e espalhada de forma ampla ao redor do país, se destaca mais a característica democrática e pacificadora de Obrador que parece genuína. Além disso, a estratégia do neodesenvolvimentismo não deixa dúvidas de que há uma intenção integradora nas ações do governo, por mais que elas não respondam exatamente à característica coletiva que é marca dos movimentos sociais. A integração para a participação institucional, por sua vez, se bem caminha a passos lentos no nível nacional, encontra inspiração na experiência da CDMX que tem marcas do próprio presidente que por lá passou como chefe de governo. Por último, me parece cedo para dizer se trata de uma tentativa de superação do Estado aparente; essa é uma avaliação que, até mesmo por seu caráter estrutural, demandará mais tempo tanto de ações do governo quanto de análises sobre elas.

### 5.2.1 A institucionalidade da economia solidária no México

Seguindo a mesma lógica da primeira metade do capítulo, relacionada ao Brasil, agora apresento os sujeitos vinculados à economia solidária na estrutura do Estado mexicano, assim como as suas contribuições à sistematização das principais características da institucionalidade da economia solidária no âmbito nacional no país. Abaixo, na Tabela 7, se pode ver quem foram os entrevistados e suas respectivas relações com o Estado mexicano.

**Tabela 7 – Sujeitos vinculados à economia solidária na estrutura do Estado mexicano**

Entrevistada/o	Relação com o Estado
1 ROSA	Foi deputada federal (2006-2009 / 2012-2015) pelo PRD, e presidenta da <i>Comisión de Fomento Cooperativo y Economía Social</i> da <i>Cámara de Diputados</i> / Sem vínculo com a economia solidária na sociedade civil
2 GAEL	Foi Deputado Federal (2006-2009) pelo PAN e presidente da <i>Comisión de Fomento Cooperativo y Economía Social</i> da <i>Cámara de Diputados</i> / Sem vínculo com a economia solidária na sociedade civil
3 ALEJANDRO	Foi Deputado Federal (1991-1994 / 2003-2006), um dos fundadores do PRD, e presidente da <i>Comisión de Fomento Cooperativo y Economía Social</i> da <i>Cámara de Diputados</i> / É militante do MESM e membro de um centro de investigações em economia solidária

Fonte: elaborado pelo autor.

O caso da institucionalidade da economia solidária no México apresenta importantes diferenças em relação à brasileira. Uma semelhança, no entanto, é que no México, assim como no Brasil, primeiro foram atendidos os anseios das cooperativas formais com a criação e aprovação da *Ley General de Sociedades Cooperativas*, de 1994, lei que substituiu quase que por completo a lei anterior que tratava do tema, que era de 1938, período do governo de Lázaro Cárdenas. Mais tarde, em 2001, foi aprovada a *Ley de Ahorro y Crédito Popular*<sup>76</sup> e, finalmente, como mostra Jorge Horbath (2015, p. 125),

el 25 de abril de 2013, se aprobó una iniciativa de ley denominada “Ley Federal de la Economía Social y Solidaria” (LESS), aprobada por unanimidad en la Comisión de Economía del Senado de la Nación, que crearía el Registro Nacional de Entidades del Sector Social de la Economía. Em diciembre de 1998 y en noviembre de 2010 se habían presentado dos propuestas similares: en el primer caso las comisiones no elaboraron el dictamen respectivo y en el segundo caso no alcanzó a discutirse.

Um ano antes, em 23 de maio de 2012, quando no Brasil a lei de economia solidária apenas entrava em tramitação, a LESS já havia aparecido no *Diario Oficial de la Federación* (DOF) como decreto, data a partir da qual já passou a vigorar. Sobre a lei em si, importa destacar que não há entusiasmo dos especialistas com seu conteúdo (Horbath, 2015; Marañón; López, 2013; Rojas, 2013), como assinala Juan José Rojas (2013, p. 152):

La llamada Ley de la economía social y solidaria (LESS) arrojó un ordenamiento jurídico que se caracteriza por la incertidumbre conceptual, la liberalidad absoluta en materia doctrinal e ideológica, y la adscripción múltiple y diferenciada a los beneficios de la ley, pues cualquier persona, ya sea física o moral, puede ser beneficiaria de sus disposiciones y prerrogativas, con lo cual se refuerza el individualismo, se obstaculizan los procesos de organización colectiva y se condena a la economía social a la informalidad y a la marginalidad permanente y sin incentivo alguno para superar tal estado de cosas.

Garantidas as críticas à lei, as políticas públicas formuladas para responderem ao seu texto passariam a ter como instituição de referência o *Instituto Nacional de la Economía Social* (INAES), que justamente foi criado a partir da aprovação da lei. Até então, a economia solidária mexicana tinha como instituição de nível federal apenas o *Fondo Nacional de Apoyo para las Empresas en Solidaridad* (FONAES), órgão ativo desde 1991, vinculado à *Secretaría*<sup>77</sup> de *Economía*, que deixou de existir a partir da criação do INAES. Em um primeiro momento o

<sup>76</sup> A referida lei foi depois revisada a partir da *Ley para Regular las Actividades de las Sociedades Cooperativas de Ahorro y Préstamo*, em 2009.

<sup>77</sup> No México, no âmbito nacional, as **secretarias** cumprem o mesmo papel que os ministérios para o caso do Brasil.

INAES permaneceu na secretaria de economia, depois, em 2015, passou a responder à *Secretaría de Desarrollo Social* (SEDESOL). Entre 2018 e 2019, quando da reorganização institucional realizada por López Obrador, o instituto passou a responder à *Secretaría de Bienestar*, conforme me informou o entrevistado Esteban (2019, informação verbal).

O INAES, instituição com atribuições muito semelhantes às da SENAES, é a instituição do Estado mexicano responsável por formular, implementar e gerir as políticas públicas voltadas à economia solidária no país. São duas as formas que os grupos de economia solidária encontram para acessar as políticas: (i) via chamamentos públicos do INAES, ou seja, via editais nos quais eles precisam concorrer entre si ou (ii) através de pedidos diretos; até 10% dos recursos do INAES podem ser destinados através de pedidos diretos (Horbath, 2015).

Se bem o INAES em si mesmo não pode ser considerado uma instituição participativa, não é essa sua razão de existência, há a possibilidade de participação por dentro de sua estrutura. Portanto, mesmo diante do assinalado contexto político de padrão tendencial de relações Estado-movimentos de tipo violento-hostil durante os governos Calderón e Peña Nieto – foi na transição de tais governos que foi decretada e depois aprovada a LESS, que criou o INAES –, é bastante importante falar sobre o *Consejo Consultivo de Fomento de la Economía Social* que existe no interior do INAES. O regramento do conselho foi realizado a partir de “ciertas consultas a actores específicos del sector, incluidos también académicos, se fueron recogiendo ideas para entonces darle forma a este reglamento que rige las actividades del consejo”, assinala Esteban (2019, informação verbal), que também contribui tratando da razão de ser do conselho:

En la ley de economía social y solidaria se señala que debe haber un órgano de participación ciudadana. ¿Qué significa eso? Es un espacio que justamente los organismos del sector o algunos otros actores que tengan experiencia, conocimiento en el tema, tengan este canal de comunicación y de propuesta frente el Estado. Entonces, a resumir las cosas, esta es la razón de ser del consejo consultivo del INAES.

Sendo um organismo aberto à participação da sociedade civil, o conselho, instalado em dezembro de 2013, conta com trinta cadeiras entre Estado e sociedade civil. Não há regulamentação sobre quantas são as cadeiras do Estado e quantas são as da sociedade civil. Segundo Esteban (2019, informação verbal), para que um novo sujeito integre o conselho, seja do Estado ou da sociedade civil, sempre dependerá de quantas cadeiras estão vazias em um momento determinado. A comissão relacionada à economia solidária na câmara dos deputados tem garantida uma cadeira, diversas secretarias do executivo também têm espaço garantido, assim como também há garantia de cadeiras para, pelo menos, duas entidades internacionais como a ONU, por exemplo. Embora qualquer pessoa possa participar das reuniões do conselho

e até ter direito à voz, em caso de votação votam somente os ocupantes de alguma das trinta cadeiras regulamentadas.

Sobre isto, dos direitos à voz e voto ou apenas à voz, Esteban (2019, informação verbal) esclarece que são essas duas as possibilidades de participação dos sujeitos da sociedade civil no conselho. Ou seja, uma é a que dá direito de voz e voto ao sujeito e a outra é a que dá apenas de direito à voz, excluindo a possibilidade de voto nos momentos de encaminhamentos de discussões. Um trabalhador do setor da economia solidária ao ocupar uma cadeira no conselho tem direito à voz e voto, assim como especialistas e acadêmicos com trajetórias comprovadas de relações com a economia solidária também adquirem direito à voto. Por outro lado, especialistas de áreas relacionadas ou representantes de outros setores da sociedade civil, ainda que se tratem de setores relacionados à economia solidária, ou até mesmo um prefeito ou um governador, por exemplo, estes todos não percebem direito ao voto, apenas à voz.

Chama a atenção a forma com que são selecionados os sujeitos que ocupam as cadeiras no conselho:

Para formar parte del consejo, por reglamento, el titular del instituto, el director general y a la vez presidente del consejo, tiene que realizar una invitación directa, para que formes parte del consejo. Entonces, digamos, este titular presidente identifica algún actor ya sea del sector académico, del poder legislativo, del sector social de la economía relevante para que forme parte del consejo entonces le envía la invitación (Esteban, 2019, informação verbal).

Ou seja, com cadeiras vazias, ou o presidente do conselho, que é sempre o diretor geral do INAES, convida algum sujeito considerado por ele como politicamente relevante ou a cadeira pode já ter sido reivindicada por algum outro sujeito. Como se pode ver, se confirmam aqui, ou seja, também no setor institucional da economia solidária, o diagnóstico mais amplo de Álvarez (2019), que indica para a falta de um processo mais sistemático relacionado à participação institucional no México. A própria forma com que foram definidas as regras de funcionamento do conselho, acima mencionadas a partir da contribuição de Esteban, também confirma o diagnóstico de Álvarez. Tal falta, de certa forma libera cada “ilha participativa” a definir seus próprios processos internos, abrindo possibilidades para disputas corporativas e clientelistas de toda ordem. Vale a pena lembrar que corporativismo, clientelismo e mesmo corrupção são categorias recorrentemente acionadas para descrever a política institucional mexicana, pelo menos, desde o contexto do pós-Segunda Guerra (Horbath, 2015).

Sobre a forma de funcionamento do conselho, tendo a primeira reunião registrada em dezembro de 2013, a previsão é sempre de dois encontros por ano sendo possível que o presidente ou qualquer outro integrante convoque reuniões extraordinárias. No caso destes

últimos, a convocação deverá ser comunicada ao secretário executivo do conselho que é o responsável por disparar os processos de organização da reunião. Para tentar dar conta de manter vivo o conselho sendo apenas duas reuniões ordinárias anuais, criaram-se grupos de trabalho por área temática, grupos esses que tem liberdade de organização para além das reuniões ordinárias, embora sejam apenas nelas que decisões podem ser tomadas e ações encaminhadas.

Aprofundando este tema da forma de funcionamento do conselho, é possível dizer que, por norma, quem coloca em votação uma ou outra pauta é ou o secretário executivo ou o presidente do conselho. Mas, na prática, pouco ou nada se vota e o conselho acaba aparecendo mais como um espaço de concretização da política de transparência, por um lado, e de comunicação de ações estatais à sociedade civil, por outro, como aponta Esteban (2019, informação verbal), que também contribui refletindo sobre o quanto avançam no conselho as propostas que chegam da sociedade civil:

¿Qué tanto han tenido espacio las propuestas que ahí se han metido en la definición de una política pública o en la definición del desarrollo del instituto? Tal vez podríamos considerar que no ha sido tan fuerte, tan efectivo, porque al fin de cuentas, pues, hay también otros factores ajenos al consejo que son determinantes como que, pues, la cuestión presupuestaria.

Esteban também destaca que parte dos entraves para que avancem as propostas da sociedade civil se relaciona com as diferenças de táticas e mesmo de estratégias no interior do próprio setor social da economia. No entanto, mesmo com tal destaque, a ênfase maior parece estar na própria forma de funcionamento do conselho e na lógica das políticas do INAES, como tento argumentar abaixo, a partir da exposição de uma série de relatos do entrevistado (Esteban, 2019, informação verbal):

Hay ataduras institucionales. Por ejemplo, en el desarrollo de un programa de una institución hay diferentes clasificaciones, entonces, aún en el día de hoy, el INAES únicamente tiene habilitada la partilla de los subsidios, entonces esto, pues, te exige, te limita de cierta manera y te exige ser creativo. [...] Durante la administración pasada [Peña Nieto], aunque existió el mandato ya de trabajar o ser un instituto, de manera general se siguió trabajando en la lógica de un Fondo, entonces yo no te podría decir, con toda honestidad, que vislumbraran realmente la construcción de una política pública a favor de un sector de la economía nacional, del sector social de la economía. Es una realidad. Entonces como tal la construcción de una política para favorecer el desarrollo y el fomento del sector social de la economía yo no lo podría decir. [...] Entonces tú lo estás dejando en las mismas organizaciones de siempre, muchas veces con un carácter clientelar, con intereses, muchas de estas perversiones, entonces, pues, de fondo ese es el principal problema que te genera la falta realmente de una política y a su vez pues te representa ya no apoyar a todo aquello que a lo mejor sí tenía la intención, las ganas, la visión de generar realmente economía social. Porque, lo insisto, si se tenía 100 pesos y 70/80 se los dabas a estos que hacían quien sabe qué, no hacían nada, pues te quedaban 20 para la gente que a lo mejor sí quería y a lo mejor en otro tipo de gastos e inversiones. Si te iban esos 20 y te quedaban 5 para realmente



detonar procesos [políticas públicas estructuradas] de economía social y de fomentar el desarrollo de esto, entonces, ese es el principal problema que existía.

Esteban (2019, informação verbal) identifica uma mudança de características em relação aos objetivos da formulação e implementação de políticas do INAES a partir da recente mudança de governo, de Peña Nieto para López Obrador. Com Peña Nieto, o entrevistado relata o caso de uma política que seria implementada em colaboração com o a *Secretaría de Educación Pública* que tratava de incluir no currículo da educação básica o tema da economia solidária. Essa seria uma política claramente pensada para além da ideia de simplesmente distribuição de recursos, no entanto, “para muchas cosas ha habido propuestas para mí muy valiosas y muchas veces por razones que yo desconozco no se tomaban en cuenta”, destaca Esteban (2019, informação verbal), que também dirá que durante o governo Peña Nieto bastava um grupo da economia solidária apresentar um plano de negócios e, se o INAES tivesse orçamento, realizava o subsídio. Depois, somente era preciso apresentar as notas fiscais como comprovação de que o recurso foi corretamente utilizado e se fechava aquele fluxo. A mudança de lógica teria sido resultado da combinação da alternância presidencial somada à alternância de localização do INAES na estrutura institucional – antes na secretaria de desenvolvimento social e agora na nova secretaria de bem-estar – e ao perfil do novo diretor geral do instituto, um acadêmico com histórico de relação com a economia solidária.

Assim, a partir da passagem de 2018 para 2019 o cenário começaria a mudar tanto em relação às políticas em si quanto em relação à possibilidade de incidência da sociedade civil no INAES, via conselho:

El funcionamiento tradicional de “abro la ventanilla” y a ver quién quiera dinero y si me alcanza se lo doy y si no que se forme otro día, la lógica ahora es justamente esa, el desarrollo de un sector desde la base, desde la construcción de los colectivos, la identificación de estos posibles emprendimientos y acompañarlos desde la origen hasta lo mejor en estos modelos de graduación y que ya despegues y que ya no dependas de un subsidio sino ya tu dentro de tu mismo desarrollo como empresa, pues, pueda hacerse de otro tipo de financiamiento. [...] Haciendo esta separación del antes y el después, insisto, como mecanismo sí existía [la posibilidad de la sociedad civil incidir en los diseños de las políticas] pero en la práctica no se concretaba. Normativamente tenías que, no había un “tiro a la basura tu propuesta”, tienes la responsabilidad como Estado, pero bueno, en la práctica los intereses y demás no permitieron que diversas propuestas se realizaron. Luego, yo creo que ahora el contexto es otro, desde las nuevas visiones, las nuevas formaciones, las nuevas perspectivas que se tiene tanto como gobierno como con estos actores que se están invitando desde espacios muy específicos que, al tener al conocimiento, al tener el interés y las ganas por hacer las cosas diferentes yo creo que sí se puede concretar [propuestas lleguen desde la sociedad civil] (Esteban, 2019, informação verbal).

Doas diferentes políticas formuladas a partir do governo López Obrador e em processo de implementação quando da realização da entrevista com Esteban (2019, informação verbal) indicam o tom da mudança entre os objetivos dos dois governos em questão. Uma dessas

políticas é a que ficou conhecida como NODESS, ou seja, *Nodos de Impulso a la Economía Social y Solidaria*. Essa política foi formulada para atender a uma antiga exigência da LESS, que era a da criação do *Sistema Nacional de Capacitación y Asistencia Técnica* (SINCA) que até então não havia saído do papel. Talvez a característica principal dos NODESS, também conhecido simplesmente como “laboratórios”, seja a da incubação de grupos de trabalho coletivo-associado, tal qual é bastante comum no Brasil com as já mencionadas ITCs. A partir de uma colaboração entre governos locais, universidades e os próprios grupos da economia solidária, o principal objetivo da política é a formação técnica dos trabalhadores. Trata-se de uma política estruturada, de alcance nacional e coordenada pelo INAES (INAES, 2020), algo nunca antes visto desde a fundação do instituto.

A outra política mencionada, menos estruturada à época da entrevista, tem que ver com um

proyecto que se está echando onda con el FIDA [Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, de la ONU], que tiene ciertas particularidades, no, atender municipios de muy alta y alta marginación, población indígena, detona otro tipo de procesos. Dentro de ese mismo proyecto, bueno, ahora sí se puede sistematizar, generar conocimiento, o sea, cosas que realmente te sirvan para la medición del ejercicio de los recursos, del funcionamiento de una institución para la construcción de una política pública (Esteban, 2019, informação verbal).

Ou seja, a proposta principal da política colaborada entre INAES e FIDA seria a de apoiar grupos de trabalho coletivo-associado do meio rural a partir de apoios focados no “desarrollo de capacidades humanas, organización de los productores, acceso a los activos productivos y asistencia técnica continua para la consolidación de microempresas generadoras de empleo e ingreso en la población objetivo” (FIDA, 2020), observando prioridade à grupos localizados em municípios de alta taxa de marginalidade, economicamente empobrecidos e em municípios indígenas, característica essa bastante comum no país inteiro, com destaque para a região sul.

Feitas as considerações sobre o INAES e seu conselho consultivo, passo para alguns comentários relacionados à *Comisión de Fomento Cooperativo y Economía Social de la Cámara de Diputados*<sup>78</sup>. Vale a pena mencionar que pude estar duas vezes presencialmente na câmara de deputados federais durante meu estágio no México para observar os fóruns *La economía social y solidaria: una apuesta para el buen vivir* e *Cooperativismo: motor de*

<sup>78</sup> Registre-se que as comissões legislativas são um tipo de institucionalidade também existente no Brasil, seja no congresso nacional (câmara e senado) seja nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras de vereadores municipais. No entanto, pelo menos para o nível nacional, não existe uma comissão permanente e nunca foi instalada uma comissão temporária relacionada à economia solidária. Por outro lado, no Brasil, desde a 53ª Legislatura (2007-2010) da câmara dos deputados até a atual (56ª, 2019-2022) existem registros de Frentes Parlamentares conformadas por deputadas e deputados apoiadores da economia solidária.

*progreso 2018-2024*, ambos realizados nos últimos meses de 2018. Sobre as características da referida comissão, me basearei, sobretudo, na entrevista realizada com Rosa.

Para começar, destaco que a mencionada comissão é uma das 66 comissões ordinárias da câmara dos deputados, ou seja, ela supostamente tem garantia de existência ao longo do tempo, diferente das comissões extraordinárias que são instaladas quando da necessidade de deliberar sobre algum tema que da mesma forma aparece como extraordinário. Ordinariamente, a comissão se reúne uma vez por mês. Assim como as demais comissões ordinárias, a mesa diretiva conta com um deputado na presidência além de outros dois como secretários. Em geral, as comissões são compostas com base na proporcionalidade da composição da câmara, sendo que os partidos com maioria terão mais presidências do que os partidos da minoria. Chama a atenção, no entanto, que tanto Rosa quanto Alejandro eram do PRD, partido da minoria durante seus mandatos, e ocuparam a presidência da comissão enquanto estiveram deputados. Sobre isto, quando perguntada por mim se poderia ser porque a temática da economia solidária teria importância apenas residual no congresso, respondeu Rosa (2019, informação verbal):

Realmente no está valorado el tema, en todo el congreso, no está valorado. Lo tratan como otro tema más, y de hecho el mayor ejemplo es este que está en este momento, en esta 64 legislatura donde hay una mayoría de MORENA, por supuesto que tienen un congreso integrado por una mayoría del partido de ese caso ahora, de MORENA, y justo en la comisión ahorita quien preside es un panista [del PAN] mientras que la mayoría numérica, pues, es de MORENA. Entonces igual en aquel momento, pues, así era, pero, no se lo toma como un tema relevante es un tema más, aunque sí sea una comisión ordinaria como te decía.

A economia solidária sequer estava incluída no *Plan Nacional de Desarrollo* no período em que Rosa presidiu a comissão. Sendo assim, o primeiro desafio de sua gestão foi o de dar visibilidade ao tema, reivindicando que, sim, esse fosse um setor de políticas previsto naquele plano de desenvolvimento. É interessante perceber que, assim como já citado por Esteban em relação à incidência dos sujeitos da sociedade civil no conselho do INAES, aparece aqui também, no relato de Rosa (2019, informação verbal), as diferentes concepções da diversidade de sujeitos da economia solidária mexicana. Apesar de benéfica, tal diversidade acabaria por gerar, por outro lado, um desencontro de interesses que acabaria puxando para trás o esforço de mobilizar mais atenção ao tema diante da diversidade de temas sempre em pauta no congresso. Não sendo exatamente uma instituição participativa, a entrevistada relata que um sujeito coletivo comumente buscava incidir nos assuntos da comissão já que as reuniões eram abertas. Trata-se do *Consejo Superior del Cooperativismo* (COSUCOOP).

O trabalho de Rosa (2019, informação verbal) à frente da comissão também foi significativamente prejudicado em função da

coyuntura de las reformas estructurales [neoliberales] en 2013, entonces, me toca tratar de hacer resistencia y defender, defender, defender, es decir, ya no hubo tiempo de, digamos, de alguna manera alcanzar alguna armonía porque estaban todo el tiempo analizando todos los temas de las reformas estructurales que siempre en todas las reformas se coloca el tema de las cooperativas, o sea, ya no hubo tiempo porque el tiempo se pasa muy rápido.

Este contexto fez com que a comissão se reunisse diversas vezes de forma extraordinária. Rosa (2019, informação verbal) assinala que uma das principais conquistas de seu mandato, talvez a principal, foi justamente uma conquista relacionada a esse contexto de resistência diante das reformas do Pacto por México. Trata-se da possibilidade de cooperativas, ainda que em parceria com empresas privadas, prestarem serviços no setor energético já que tal setor havia se desestatizado e se aberto ao capital internacional no contexto da reforma energética. Assim, seriam possíveis casos como o da *Cooperativa Luz y Fuerza del Centro*, criada por trabalhadores sindicalizados no *Sindicato Mexicano de Eletricistas (SME)* que perderam seus empregos com a extrema redução no quadro de funcionários da CFE em função da reforma do setor. Ou seja, a partir da incidência da comissão legislativa no processo da reforma energética, se conseguiu garantir que cooperativas atuassem no setor a partir de convênios com empresas privadas.

Outra ação que merece ser mencionada foi o mapeamento, realizado em uma colaboração entre a comissão aqui examinada e o INAES, que buscava saber quais os programas e quantas secretarias de governo tinham algum tipo de relação com a temática da economia solidária. Foram encontrados 26 programas de políticas públicas que tinham relação com a temática. Embora tenha se tratado de uma importante descoberta, não houve tempo no mandato de Rosa de a comissão propor algum tipo de enlace entre tais programas e as iniciativas da comissão. Sobre essa relação entre a comissão e o INAES, vale a pena destacar que a comissão também agiu no sentido de acelerar a instalação do INAES durante o processo de transição FONAES-INAES, que justamente se deu no período em que Rosa presidia a comissão.

Por outro lado, um projeto que não encontrou os ecos necessários para avançar foi o da criação de um banco nacional social que atendesse todo o setor. De acordo com Rosa (2019, informação verbal), essa iniciativa surgiu porque, por um lado, os bancos privados não ofertavam créditos, sobretudo à juros baixos, para as pequenas cooperativas e demais grupos de trabalho coletivo-associado. Por outro lado, as cooperativas de poupança e empréstimos, setor forte da economia solidária no México – as *Cooperativas de Ahorro y Préstamo* – são impedidas por lei de ofertar créditos a outras cooperativas, podendo somente fazê-lo para

associados pessoa física. No entanto, a entrevistada relata que o projeto não avançou por pressão contrária da *Secretaría de Hacienda y Crédito Público*.

Sobre as políticas públicas, Rosa confirma o diagnóstico de Esteban:

Fíjate que, este, no había la cuestión técnica nunca lo hubo y eso que tuve yo buscándolo en una y en otra secretaría incluso en la Secretaría del Trabajo y Previsión Social, este, en una, en el INAES era lo único que estaba precisamente efectuando en la economía social es nada más dar apoyo, dar recursos (Rosa, 2019, informação verbal).

Além disso, novamente alinhada com Esteban, Rosa (2019, informação verbal) relata que, sobre os apoios financeiros, desde o INAES “abren la ventanilla un día, no te avisan que día, e ya cierran en un solo día”, ou seja, confirmando o diagnóstico de corporativismo e clientelismo já apontado por Esteban como dinâmicas das relações entre Estado e sociedade civil. Horbath (2015, p. 142) confirma tal diagnóstico: “hasta ahora lo que ha mostrado la naciente experiencia mexicana [de políticas públicas para la economía solidaria] es la reproducción de las prácticas corporativas de condicionamiento e intervención estatal, basadas en un modelo asistencialista de Estado.”.

Entrevistei, também, em um encontro bastante mais curto, Gael. Assim como Rosa e Alejandro, Gael presidiu a comissão de fomento cooperativo e economia social na câmara dos deputados. Gael (2019, informação verbal) relata que, já em 2007, quando de sua gestão à frente da comissão, impulsionou discussões para a elaboração de uma lei para a economia solidária. Tais discussões e tal projeto de lei antecederam o processo que depois terminaria no projeto de lei aprovado entre 2012 e 2013. No entanto, como já mencionado anteriormente com Horbath (2015), o projeto de lei encabeçado por Gael avançou nas comissões, mas, não chegou a ser discutido no plenário da câmara dos deputados.

Há um destaque importante a se fazer em relação ao acumulado daquelas discussões protagonizadas por Gael durante seu mandato na comissão. Como ele destaca (2019, informação verbal), “de ahí [las discusiones alrededor de la formulación de la ley] sale la base de lo que hoy es el INAES. O sea, para el lugar de un fondo que llamaba Fondo Nacional de Apoyo para las Empresas en Solidaridad pensamos en un instituto. Donde lo proponemos una gran participación del sector social”. O entrevistado destaca ainda que durante tal processo se tentou uma aproximação entre Estado e sociedade, no entanto, uma vez mais, aparecem as diferenças no interior do próprio setor, com destaque para as diferenças entre as cooperativas de poupança e empréstimo e os demais subsectores do setor social da economia, mas, além disso, também das diferenças no interior do próprio subsector das cooperativas financeiras.

Como se poderá ver, Alejandro, que presidiu a comissão de fomento cooperativo e economia social ainda antes de Rosa e mesmo de Gael, converge com a primeira. Ou seja, seu mandato à frente da comissão também teria se tratado de um mandato de resistência. Nove anos antes da gestão de Rosa, revela Alejandro (2019, informação verbal): “Ese tiempo es de la resistencia, no, a lo que soy el presidente de la comisión, en el fondo lo que tenemos que hacer es a veces algunas ‘trampas’ para que no salga una ley que no creemos nosotros que nos favorezca”.

Alejandro também converge com Rosa em relação à importância da economia solidária no conjunto mais amplo de temas tratados na câmara de deputados mexicana. Também filiado ao PRD, destaca que sua presidência foi marcada, para além da já mencionada característica de resistência, por uma comissão que ao mesmo tempo que não tinha prestígio – por isso a presidência foi entregue a ele, deputado da oposição do governo de Fox – era composta em sua maioria por partidos da ala governista da câmara (PAN e PRI), portanto, de oposição ao PRD e mesmo à pauta da economia solidária:

En el año 2003, a mí me toca ser diputado federal y me toca ser presidente de la comisión de fomento cooperativo, que es un tiempo para mí muy difícil. Aunque presido la comisión no tengo mayoría en la comisión. En las comisiones, el reflejo del pleno es el mismo que se está pasando ahí, entonces, siempre, todo este tiempo te pongo desde el 2000 o desde el 1994, hasta ahora, este, siempre fuimos minoría, entonces, siempre a contra corriente, siendo minoría, tratando de buscar algunas posibilidades de reformas, en fin, todo eso (Alejandro, 2019, información verbal).

Esse contexto de uma espécie de “campo minado” dentro da comissão teria levado Alejandro a interagir com os sujeitos da economia solidária mais por fora da institucionalidade do que por dentro. O entrevistado relata que alguns fóruns foram realizados, mas, em geral, eles se construíam primeiramente por fora do Estado e, portanto, também da comissão:

Yo, por ejemplo, y a eso lo agradezco mucho, sobre todo, a ALCONA [Alianza Cooperativista Nacional] porque fue una organización que me invito mucho a sus asambleas cuando yo estaba como diputado, sí. Viajé mucho por todo el país, fui a muchas asambleas de las cooperativas, tanto de ahorro y préstamo como de producción y esto me daba conocimiento de las cooperativas, verlo de cerca. También estuve en eventos donde estaban varias cooperativas buscando algún tipo de vínculo, por ejemplo, con el legislativo y ya me invitaban a mí porque yo era parte del legislativo, por ejemplo (Alejandro, 2019, información verbal).

Para ir concluindo com as reflexões ao redor da contribuição de Alejandro, vale a pena fazer uma relação entre parte de seus relatos com o diagnóstico de Álvarez (2019) e Olvera (2009) de que a CDMX é bastante mais avançada do que o âmbito nacional em relação à própria democracia e à participação institucional, o que pode colocar a capital como uma espécie de farol antecipador ou de laboratório para o que depois potencialmente acaba alcançando o país

inteiro. Quando perguntando sobre as políticas de economia solidária no âmbito nacional, restou à Alejandro (2019, informação verbal) falar das políticas da CDMX:

Aquí en la CDMX, cuando se hace la ley de fomento cooperativo de la ciudad es un gran avance, es un momento cuando empieza a tener recursos para fomentar cooperativas, porque a nivel nacional el ejemplo de la CDMX empezó a reproducirse, pero, nada más en cuatro o cinco estados, no, eso tiene su importancia por eso. Programas de acompañamiento, ahí se incorporó gente del POLI [Instituto Politécnico Nacional], de la UNAM, entonces, no sé cómo ha quedado eso, pero, la idea de empezar a formar laboratorios fue muy importante.

A lei mencionada por Alejandro é do ano de 2006 e o programa citado por ele se parece com a política dos NODESS, atualmente levada a cabo pelo INAES em nível nacional. O que me parece mais ou menos claro é que, se não há uma relação direta entre participação e políticas públicas que extrapolam a ideia de simplesmente repassar recursos, uma relação indireta, que remete a um contexto mais democrático e inclusivo, sim existe. Na CDMX há uma lei que regulamentou a participação institucional já em 2004, a *Ley de Participación Ciudadana del Distrito Federal*. Ou seja, dois anos antes da lei citada por Alejandro. Não tenho dados para relacionar a formulação e implementação da lei de fomento cooperativo da CDMX à participação institucional na cidade, no entanto, certamente fica como pista que participação e políticas públicas estruturadas e sistemáticas tendencialmente coabitarão um mesmo contexto político.

Será importante destacar, ainda que sumariamente, a institucionalidade mexicana, de nível nacional, relacionada aos povos indígenas do país. Conforme argumentarei no capítulo seguinte, a história da economia solidária mexicana é indissociável da história de seus povos indígenas. Se bem no Brasil, conceitualmente, também os fazeres e formas de vida indígenas cabem dentro do conceito de economia solidária, a inexpressividade destes povos no conjunto mais amplo da população, resultado do violento processo colonial, se reproduz da mesma forma no que é mais específico às organizações do MESB. No México, por outro lado, a população indígena representava, em 2010, último ano de dados disponíveis, 15,1% de sua população; sendo quase 17 milhões de mexicanos indígenas, maior número absoluto entre os países da América Latina<sup>79</sup> (CEPAL, 2015).

Neste contexto de um país no qual a identidade nacional é altamente marcada pela identidade indígena, ainda que as políticas “integracionistas-descaracterizantes” tenham tensionado, ao longo da história, a secundarizar tal marca (Gil, 2015), já desde a *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos* de 1917 (a “Constituição Revolucionária”) o tema é

---

<sup>79</sup> Em números proporcionais, na América Latina o México aparece como o quarto país com maior percentual de população indígena, ficando atrás apenas de Bolívia (62,2%), Guatemala (42%) e Peru (24%) (CEPAL, 2015).

pautado. Em seu artigo 2º, a constituição prevê a possibilidade dos povos originários (indígenas) serem reconhecidos por usos e costumes e, a partir disso, exercerem seu direito à livre determinação e ao autogoverno em suas comunidades. Ou seja, legalmente as comunidades reconhecidas como indígenas poderiam, a qualquer momento, reivindicar aquele direito à livre determinação e ao autogoverno a partir desta garantia legal no mais alto nível jurídico do país desde 1917; a regulamentação de tal previsão, por sua vez, é de responsabilidade de cada estado.

Outro destaque da constituição mexicana do início do século passado é que ela assegurava a vida sob a forma-*Ejido*. Se bem esse não é um dispositivo/forma de vida relacionado exclusivamente aos povos indígenas, mas aos camponeses de forma mais ampla, o caráter rural da população indígena a fez terminar bastante identificada aos *Ejid*os. Como já mencionado no capítulo 3, (nota 39), os *Ejid*os são territórios de uso compartilhado por uma determinada comunidade que eram assegurados pela constituição de 1917. No entanto, como assinalado, até a contrarreforma agrária de 1991 eles não podiam ser divididos e tampouco vendidos por tratarem-se de propriedades coletivas. Isso mudaria com a contrarreforma que modificou o texto da *Ley Agraria*, permitindo a divisão e venda por lotes.

Do ponto de vista da estrutura institucional, a atenção aos povos indígenas no México foi realizada primeiro através do *Instituto Nacional Indigenista* (1948-2003), depois pela *Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas* (2003-2018) e, de mais recentemente, pelo *Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas* (2018 até o momento). Do ponto de vista dos seus funcionamentos, não existem registros de que essas instituições tenham encabeçado processos sistemáticos de participação institucional.

Soma-se a essas garantias constitucionais (o artigo 2º da constituição e a lei agrária [*Ejid*os]) a chamada Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o México é signatário. Tal convenção busca garantir que aos povos indígenas seja garantida a autonomia e a livre determinação sobre seus territórios, sendo de responsabilidade do Estado realizar consultas públicas para os casos em que deseje, ele ou o setor privado, realizar qualquer tipo de intervenção territorial em áreas indígenas (López Bárcenas, 2019). Neste contexto, mesmo com a existência de um documento que regula as consultas, o *Protocolo de la consulta libre, previa e informada para el proceso de reforma constitucional y legal sobre derechos de los pueblos indígenas y afroamericanos* (INPI, 2019), são recorrentes as denúncias de que megaprojetos como os dos já referidos *Tren Maya* e Istmo de Tehuantepec são levados a cabo realizando no máximo processos de “consulta sem consulta” (Cruz, 2020; López y Rivas, 2020).

Em uma tentativa de síntese, assim como fiz ao final da seção relacionada à institucionalidade da economia solidária no caso brasileiro, termino dizendo que a



institucionalidade da economia solidária no México, assim como a dos povos indígenas em específico, respondem às tendências dos contextos políticos do período analisado. Em relação à participação institucional nada de sistemático se encontra de alcance nacional. Até 2012 a única instituição relacionada ao tema no executivo era um fundo, o FONAES, para o caso da economia solidária; e as mencionadas agências, sem caráter participativo, para o caso dos povos indígenas. Depois daquele ano, com a aprovação da lei, se criaria o INAES, que até o início do governo López Obrador mais teve que ver com uma continuidade do FONAES, agora com outro nome, do que com um instituto.

Mudanças relacionadas à qualidade das políticas e da participação são percebidas depois da posse de Obrador, mas, nada que revele um tipo de participação que supere a ideia de pseudoparticipação. Além disso, tais mudanças ainda operam muito mais no plano da intencionalidade do que da realidade. A comissão da câmara de deputados, por sua vez, tem cumprido muito mais um papel de instituição parceira da sociedade civil quando da necessidade de resistir a algum ataque neoliberal do que qualquer outra coisa, não se caracterizando nem pela formalidade e nem pela atuação como um espaço de participação. Portanto, a participação institucional sistemática no nível nacional nunca foi, até 2020, uma oportunidade política atraente para o MESM. Registra-se, por último, que a caracterização do Estado mexicano como um Estado aparente se reforça depois da análise realizada nesta seção.

## **6 Os movimentos de economia solidária de Brasil e México e a construção de autonomias na relação com o Estado (1995-2020)**

Antes de ir especificamente aos casos, abro o capítulo com uma seção na qual apresento uma discussão crítica sobre o conceito de economia solidária. Ainda que o mais importante para minhas análises sejam as ações de cada um dos referidos movimentos em suas relações com seus respectivos Estados, é também do campo da ação política o que fazem os movimentos de economia solidária de Brasil e México quando não estão em relações diretas com seus respectivos Estados. É justamente nestes momentos – de não relação direta com o Estado – que aqueles movimentos estão protagonizando ações mais relacionadas com suas “razões originais de existência”, que é o trabalho coletivo-associado em si. É sobre isto que refletirei na referida discussão da primeira seção deste capítulo.

Na sequência, nas demais seções, organizarei as informações sobre as trajetórias dos movimentos de economia solidária de Brasil e México de 1995 à 2020. Para a análise dos movimentos de economia solidária dos dois países, partirei do pressuposto dos subsolos políticos (Tapia, 2001) que me ajuda a demarcar que há política nos fazeres cotidianos dos movimentos, para daí compreender suas relações específicas com os Estados nos momentos em que ocupam o salão principal da política – portanto, considerando a ideia do Estado como campo de lutas (García Linera et al., 2010). Além disso, essa análise da trajetória de ambos os movimentos se dará, especificamente, com base no esquema teórico-metodológico da flutuação das ações autônomas apresentado no capítulo 4.

### **6.1 Uma discussão crítico-conceitual sobre economia solidária**

*“Estamos en el medio de una crisis, no de situaciones consumadas del todo. [...] Se trata de fenómenos políticos, sociales, subjetivos e intersubjetivos. Son el resultado de enfrentamientos y de derrotas del mundo del trabajo frente al capital, de consiguientes cambios en las relaciones de fuerzas políticas. Implican decisiones y acciones de las gentes de este mundo. De opciones, por lo tanto, y de sus correspondientes acciones. Para cada quien, no sólo para algunos.”*

Aníbal Quijano

Esta seção se explica por, pelo menos, dois motivos: um ético-metodológico e um histórico-metodológico. O primeiro tem que ver com minha atuação no MESB, como já mencionei no capítulo introdutório. Ser militante do MESB é um fato que por ética e por método

não pode ser escondido do leitor, pelo contrário, merece destaque. Se, por um lado, existem riscos de essencializações e excessos normativos para o pesquisador-militante, por outro lado fui percebendo cada vez mais a necessidade de questionar a razão de ser e os resultados esperados nas ações do movimento do qual sou parte; o que alcançou também o MESM. Esse caráter questionador, indispensável ao investigador de qualquer área e, especialmente, ao cientista social, é, portanto, o primeiro motivo que me convida a refletir em algumas linhas sobre o conceito de economia solidária.

O segundo motivo, histórico-metodológico, se relaciona com o restante das discussões que farei neste capítulo. Como aqui apresentarei os casos dos movimentos de economia solidária de Brasil e México, inevitavelmente teria de fazer uma retomada histórica do conceito para relacioná-lo com suas aparições empíricas nos dois citados países. Sendo assim, em relação ao que é mais específico da “história do conceito”, já organizarei algumas linhas nesta primeira seção, restando para as demais o que for mais específico de cada caso empírico estudado.

Passando às reflexões em si, em primeiro lugar quero dizer que se o mínimo do conceito de economia é a gestão dos recursos materiais e do trabalho para a manutenção e afirmação da vida humana, me parece mais ou menos intuitivo que desde que a humanidade existe, existem também diversificadas formas de realizar tal gestão. Neste sentido, István Mészáros, em sua comentada obra “Para além do capital” (2002), mostra que é apenas a partir da instauração do sistema capitalista que a razão de ser da economia deixa de ser a reprodução e afirmação da vida e passa a ser a reprodução e acumulação do capital. Esse diagnóstico de Mészáros assume importância na discussão que vou aqui aprofundando por, pelo menos, duas razões. A primeira é para que nunca se esqueça que o sistema capitalista, portanto as relações sociais de produção capitalistas (assim como a forma-capital de gestão dos recursos materiais e do trabalho), não nasceu com a humanidade e não há nada que indique que a acompanhará para sempre. Esse diagnóstico não é pouco uma vez que discursos como o de “Não há alternativa!”, de Margaret Thatcher, e a narrativa do “fim da história” (Fukuyama, 1992) tentam consolidar diagnóstico contrário, ou seja, de que não existem saídas do sistema-mundo capitalista-colonial.

A segunda razão que me fez expor o diagnóstico do filósofo húngaro se relaciona com o processo colonial na América Latina. No capítulo 1 (nota 10) antecipei as seguintes questões assinalando que elas encontrariam lugar adequado para serem discutidas: (i) como aterrizam na América Latina as relações sociais de produção de inspiração europeia no seio do processo de colonização? E, (ii) que alcance tem esse modelo de gestão dos recursos materiais e do trabalho nos países da região? Perceber o gradual avanço da forma-capital na América Latina pode ser promissor à investigação se junto a ele se percebe também que tal avanço produziu, além de

sua própria expansão em nível quase universal, o apagamento, em sua grande maioria à base de constrangimentos e violência, de povos e culturas inteiras; além da captura, por consequência, de formas pré-capitalistas de gestão dos recursos materiais e do trabalho. Tentarei responder as duas questões mencionadas separadamente.

Em relação a primeira questão, entendo que a principal consequência da aterrissagem do capitalismo na América Latina, causadora de um sem número de outras, foi a separação do que se entende, hegemonicamente, como política e como economia. Antes de aprofundar nisto, vale a pena datar tal aterrissagem. Dussel (2014a) argumenta que o capitalismo chega nas Américas no mesmo instante em que Cristóvão Colombo desembarca no continente. Para o filósofo, não há como analisar o processo de acumulação primitiva, por exemplo, que foi indispensável à transição do capitalismo mercantil ao industrial na Europa do século XVIII, sem considerar o papel dos intermináveis saques e da escravização tanto das populações originárias da região quanto da população africana traficada até aqui. É certo que a industrialização capitalista latino-americana somente saltaria aos olhos “tardiamente”, no século XX; mesmo assim, a integração da região ao sistema mundial encontra suas origens, na condição de saqueada e explorada, desde 1492.

Uma série de autoras e autores (Bobbio, 1982; Dussel, 2006; Meiksins Wood, 2000, 2006; Osorio, 2002; Roux, 2002, e outros) argumentam que foi o processo de expansão do capitalismo, primeiro na Europa e depois nos EUA e América Latina, que separou política e economia. Lá, a Revolução Francesa, aqui, as independências (sendo a dos EUA de ainda antes que a Revolução Francesa, em alguma medida inspirando-a); em ambos os casos, as posteriores instalações dos Estados-nação certamente são o ponto de quebra daquela separação:

La comprensión de la política como una actividad referida al Estado, como acción orientada a dirigir el aparato estatal, a conquistar el poder político o a influir en él, sea como un medio o como un fin, forma parte del imaginario político de la modernidad que acompaña la existencia del Estado nacional, soberano y territorialmente delimitado, que se configura y difunde mundialmente entre los siglos XVI y XX (Roux, 2002, p. 232).

Tal separação de política e economia, consequência da expansão capitalista e da formação dos Estados-nação, produziria consequências posteriores. Uma delas se revelaria como a exclusão dos povos subalternos dos espaços político-estatais:

“El hombre es un animal político”, afirma Aristóteles. Desde un terreno general esta afirmación permite una primera definición de la política, en tanto capacidad social de discutir y decidir sobre los asuntos públicos. **Estas funciones, en (una sociedad de clases como) el capitalismo, han sido expropiadas al grueso de la población** como parte del ejercicio del poder de los sectores dominantes. Por ello es necesario hacer una reinterpretación de la aseveración aristotélica y afirmar: **en el capitalismo los asalariados y demás miembros de las clases dominadas no son un animal político,**

**pero su quehacer político se define por su disposición de llegar a serlo** (Osorio, 2002, p. 191, grifos do autor).

Neste contexto, uma prova da existência, ainda que residual, de imbricamento entre economia e política é que é através do Estado que se garantem direitos trabalhistas para os que Osorio chamou de assalariados e demais membros das classes dominadas; através do Estado se garantem, por exemplo, acordos coletivos entre mercado e sindicatos. No entanto, a consolidação da economia, portanto do mercado, como esfera privada da vida separada da esfera pública (o Estado) garantirá, entre outras coisas, a exploração de um sujeito (dono dos meios de produção) sobre outro (trabalhador assalariado) via mais-valia. Garantirá também a alienação que priva o trabalhador tanto do próprio fruto de seu trabalho vivo quanto de sua capacidade de imaginação e criação (Tiriba, 2008); alienação que o priva também do exercício de sua capacidade de gestão dos processos nos quais ele mesmo está diretamente envolvido.

A atualidade das relação sociais de produção, que a sociologia do trabalho já se preocupou em chamar de **uberização** das relações de trabalho (Antunes, 2020), aprofunda essas questões. Se até “ontem” contratos de trabalho regulados pelo Estado garantiam direitos aos trabalhadores, esse processo de uberização chega para reforçar a separação economia-política criando um novo tipo de relação de trabalho, sustentada pelo *slogan* do empreendedorismo, que radicaliza a condição de privada da economia uma vez que ela se desenvolve e se reproduz sem qualquer interferência do Estado. Se o Estado “não se mete” é porque supostamente “não tem que ver com política”. Se a política e o Estado são os responsáveis pelos assuntos públicos e se a economia é assunto privado, aparentemente não há solução público-política para tais questões.

Se no capitalismo os trabalhadores são impedidos de participar das decisões relacionadas aos seus próprios cotidianos de trabalho porque a eles restam apenas as funções técnico-repetitivas – seja em uma relação uberizada seja em uma de contrato formal, ao trabalhador não resta poder de decisão do que é tido como privado e de posse dos donos dos meios de produção –, algo não parece bem ou, no mínimo, não parece ajustado a uma interpretação ética das consequências das relações de trabalho capitalistas. Também não parece bem que a impossibilidade da população em geral de participar dos processos de tomada de decisão sobre as suas próprias vidas seja naturalizada pelo funcionamento da forma-Estado e da democracia vigentes.

As feministas, como mostra Pateman (2014), parecem ter compreendido muito bem essa questão público-privado ao bradarem o *slogan* “o pessoal é político!” – nos termos em que venho desenvolvendo a reflexão: “o privado é político!”. Se o privado também é político, deverá ser visto como ético-político, como também o Estado o é. As feministas ao dizerem “o pessoal

é político” estão reivindicando, sobretudo, que o espaço da família não pode estar à mercê das coletividades, como diz o infeliz dito popular que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Ora, uma agressão (física ou psicológica) protagonizada por um homem a uma mulher, por exemplo, é um assunto público, portanto político. Sem qualquer objetivo de hierarquizar sofrimentos, importa assinalar que se uma agressão sofrida por uma mulher é um assunto público – ou deveria ser –, a superexploração percebida nas relações de trabalho atuais, sobretudo as uberizadas, também é um assunto público, portanto político. Para encaminhar este ponto da discussão: se a economia e o mercado ainda são vistos como esfera privada da vida, já não deveriam ser; se o Estado ainda tem o monopólio da política e o mercado o monopólio da economia, já não deveriam ter; se as separações economia-política e público-privado ainda permanecem, já não deveriam permanecer.

Mas, como superar tais questões/desafios? Tentarei responder esta pergunta com a ajuda da resposta que falta à segunda questão que mencionei parágrafos acima: que alcance tem esse modelo de gestão (de inspiração europeia) dos recursos materiais e do trabalho nos países da região (América Latina)? Assim como a forma-Estado nunca alcançou nem perto de toda a população nos países latino-americanos, como já mencionei no capítulo 1, a forma-capital da mesma maneira nunca alcançou. Tradando-se a economia da gestão dos recursos materiais e do trabalho à manutenção e afirmação da vida, na ausência de uma forma, obviamente outras emergem e ocuparão seu lugar.

O processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, considerado tardio em relação à Europa e EUA, ao fazer a transição da economia agrária à industrial, deixaria imensas camadas da população às margens do sistema. Comumente associadas às ideias de economia ou trabalho informal, as taxas de informalidade (ocupados em trabalho informal *versus* ocupados totais) atuais de Brasil e México eram de, em novembro de 2020, 39,1% (IBGE, 2021) e 56,3% (INEGI, 2020), respectivamente. Quijano (1998, p. 100–101) preferiu chamar esse trabalho não alcançado, ou não desejado, pelo sistema capitalista de **polo marginal**<sup>80</sup>, e definiu como

las actividades económicas (productivas y comerciales) de trabajadores sin empleo, ni ingresos salariales estables; en las que se usa recursos residuales (los que no usa el

---

<sup>80</sup> Verónica Gago, em um de seus livros (*La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular*, 2014, p. 20), com sua proposta mirar o *neoliberalismo desde abajo*, inspirada em Echeverría, preferiu falar de *economías barrocas*: “Propongo pensar estos ensamblajes como economías barrocas para conceptualizar un tipo de articulación de economías que mixturán lógicas y racionalidades que suelen vislumbrarse –desde las teorías económicas y políticas– como incompatibles. Bolívar Echeverría ha vinculado lo barroco con un arte de la resistencia y la sobrevivencia propio del momento colonial. Lo barroco latinoamericano persiste como conjunto de modos entreverados de hacer, pensar, percibir, pelear y laborar. Lo cual supone la superposición de términos no reconciliados y en permanente re-creación.”

capital) o de baja calidad y poco precio; que tienen muy baja productividad; ninguna o muy elemental división del trabajo; en la que se intercambia trabajo o fuerza de trabajo, principal pero no exclusivamente entre miembros de una misma familia y de manera privada; y cuya rentabilidades tan baja que no permite sino ingresos para la sobrevivencia familiar o la reproducción de la misma actividad económica, sin ningún margen de acumulación o de capitalización.

É no seio desse polo marginal que emergem as experiências de economia solidária, de trabalho coletivo-associado. Para o caso brasileiro, de acordo com dados do SIES<sup>81</sup>, frutos do II Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado entre 2010 e 2013 e publicado em 2014, dos 19.908 grupos de trabalho coletivo-associado mapeados naquele ano, 30% (6.018) eram grupos informais, enquanto 69% estavam parcialmente integrados ao sistema capitalista. Destes últimos, 87% (11.283) estavam formalizados como associações sem fins lucrativos e 13% (1.740) como cooperativas. Se as cooperativas e as associações, sobretudo as primeiras, assumidamente integram-se mais ou menos ao sistema, os grupos informais orbitarão o polo marginal de Quijano.

Neste contexto, pergunto: o que é a economia solidária? Conforme anunciado na abertura do capítulo, minha abordagem nesta seção é muito mais teórica do que empírica. Sendo assim, para Antônio Cruz (2006, p. 69), economia solidária é o

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais a) o trabalho; b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.); c) os resultados econômicos do empreendimento; d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento; e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes.

Em minha dissertação de mestrado (Oliveira, 2016, p. 40), escrevi:

Importa dizer que a economia solidária se expressa de diferentes formas na realidade social, podendo-se destacar, pelo menos, três delas. A primeira: como outra forma de relação de trabalho que tem no associativismo uma de suas principais características, na qual não há a distinção patrão/trabalhador e na qual os meios de produção pertencem a todos os trabalhadores, as sobras são repartidas entre todos, etc., fazendo com que os EES assumam uma característica própria em um movimento contra-hegemônico se comparados com as empresas capitalistas. Em segundo lugar, se trata de um movimento social que busca alcançar suas demandas através do embate e do diálogo com o Estado e a sociedade, tendo conquistado no Brasil, por exemplo, avanços para o fortalecimento das experiências de trabalho e do movimento em si. Em terceiro, está a perspectiva institucional da economia solidária, que a partir do início do século XXI passa a aparecer no desenho institucional das políticas brasileiras como um setor específico e dentro de políticas transversais.

Considero importantes alguns reparos a esta minha definição. Um deles é destacar que se trata de outra forma de relação com os recursos materiais necessários à manutenção e afirmação da vida, para além das relações de trabalho em si. O segundo é um destaque à

---

<sup>81</sup> Infelizmente, o México não dispões dos mesmos dados.

**reciprocidade**, à **interdependência humana** e à **autogestão**, que sem bem podem ser associadas às ideias de associativismo e supressão da distinção patrão-trabalhador, não receberam destaque explícito à época. Um terceiro reparo é sobre alcance, já que naquele momento me referia especificamente ao Brasil. Com diferenças regionais, obviamente, a economia solidária já alcança grande número de países mundo afora tanto como outra forma de gestão dos recursos materiais e do trabalho, quanto como movimento social e como políticas públicas de Estado. O quarto reparo é, na verdade, uma ausência: a relação economia solidária-natureza. Há aqui, nas discussões sobre economia solidária, uma proposta de integração seres humanos-natureza quando se pensa o trabalho como ação humana transformadora da última. Tal proposta aparece como radicalmente oposta se colocada em perspectiva com a relação de dominação da natureza pela ação humana típica da economia capitalista.

Por último, em quinto lugar, em uma decisão teórico-política, tenho preferido falar de grupos de trabalho coletivo-associado, como já mencionado, no lugar de EES (empreendimentos econômicos solidários); este ponto merece um pouco mais de atenção. Prefiro agora pensar com a ideia de grupos de trabalho coletivo-associado por três motivos. Primeiro, porque o termo “empreendimentos” (de empreendedor), recebe *a priori* uma carga liberal e individualizante. Por certo que é possível disputar a concepção do termo, mas, neste momento, prefiro priorizar outras disputas, como a da própria ideia de autogestão, como se verá mais adiante. O segundo motivo é porque falar de grupos de trabalho coletivo-associado significa explorar desde o poder linguístico-discursivo as possibilidades emancipatórias do trabalho como fazer coletivo no lugar desse fazer como um fazer individualizado, característica cada vez mais típica do neoliberalismo vigente. Se bem é certo que muitas trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária produzem individualmente, logo precisarão de apoio para circular, comercializar e mesmo consumir produtos e serviços. Ou seja, se o caráter coletivo do trabalho não se manifesta já na etapa da produção ou da prestação de um serviço determinado, logo adiante ele cobrará seu valor. Por último, vale dizer que estimular o trabalho coletivo-associado é estimular uma característica vital da espécie humana, que é a coletividade. Portanto, coletivizar o trabalho, com base na solidariedade, é também preencher de política o trabalho, já que somos “animais políticos” porque compartilhamos a vida em coletivo (Osorio, 2002; Roux, 2002) e porque não se pode viver só (Dussel, 2006).

Voltando a sistematização mais geral das reflexões sobre o conceito de economia solidária, é possível dizer que sua origem, em análise estrita do conceito, certamente remete à Razeto (1989), no Chile do final da década de 1980, e sua proposta inicial de uma **economia da solidariedade**. Outros nomes que contribuíram ao desenvolvimento inicial do conceito e



que podem, junto de Razeto, serem vistos como os principais nomes da economia solidária na virada de século são, certamente, José Luis Coraggio (Argentina) e Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger (Brasil). Buscando encontrar e sistematizar experiências de solidariedade, reciprocidade e autogestão no interior do heterogêneo polo marginal da economia, os autores abririam caminho a um efervescente campo de pesquisa em sociologia econômica na América Latina e no mundo.

Para explicar a possibilidade de associação entre economia e solidariedade, primeiro recorreram às contribuições dos já citados, no capítulo 3 (nota 34), socialistas utópicos, assim como à experiência cooperativista da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, na Manchester da metade do século XIX. Recorreram, ainda, tanto aos estudos do antropólogo Bronislaw Malinowski sobre os povos originários das Ilhas Trobriand, na Oceania, sobretudo a partir das interpretações Marcel Mauss e de Polanyi, quanto às formas de vida pré-coloniais andinas, da América Central e do sul mexicano que passariam a ser exemplos da possibilidade de associação entre economia e solidariedade com referência nas ideias de comunidade e cosmovisão; surgiria ali as propostas da sociedade do *Buen Vivir* ou o *Sumak Kawsay*.

No contexto da atualidade do sistema-mundo capitalista-colonial, não demoraria para que tanto o conceito quanto a prática começassem a receber críticas; que passam, certamente, pelo caráter paralelo e suspostamente pouco questionador das experiências de economia solidária diante daquele sistema. O caso se aprofunda quando se vê ainda em aberto o desafio dos próprios grupos de trabalho e dos movimentos aos quais eles se associam de efetivarem em larga escala processos pedagógicos e de subjetivação política para uma cultura do trabalho coletivo-associado emancipadora (Tiriba, 2008). Com tal tarefa pendente, é comum trabalhadores da economia solidária transitarem entre ela e o mercado capitalista de acordo com as altas e baixas dos indicadores desta última. Mas, qual é a crítica objetiva, afinal? Perceba-se o que diz Marx (2017, p. 707) sobre a ideia de exército industrial de reserva:

[...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional.

Um século mais tarde, Singer (1981, p. 22), certamente o principal nome da economia solidária no Brasil, proporia a ideia de subproletariado, em uma discussão que não fugia à de Marx:

O proletariado [...] se compõe de duas partes: uma empregada pelo capital ou pelo Estado que chamamos de proletariado propriamente dito e outra composta pelos que de fato ou potencialmente oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais, constituindo assim um proletariado virtual ou subproletariado.

Nesta esteira, a mencionada crítica se direciona ao suposto papel funcional e até estruturante que a economia solidária assume, ainda que por vezes indiretamente, em sua relação com o sistema capitalista. Assim como muitas e muitos colegas, já iniciei essa discussão em outros lugares – em minha dissertação de mestrado (Oliveira, 2016) e em colaboração com o colega Samuel Costa (Oliveira; Costa, 2018) e com a colega e professora Adriane Ferrarini (Oliveira; Ferrarini, 2020). No entanto, aqui farei alguns aprofundamentos pendentes nos referidos trabalhos. O acumulado de estudos na área me permite perceber, pelo menos, três perspectivas em relação ao papel das experiências de economia solidária diante do sistema-mundo capitalista-colonial: a) o da já citada crítica da funcionalidade e papel estruturante da economia solidária diante do sistema dominante; b) o da economia solidária como fenômeno que aparentemente aparece para suprir as ausências do sistema capitalista e que, conseqüentemente, torna-se um potencial *locus* de transformações intersubjetivas; c) e, o da economia solidária como projeto de sociedade, portanto, como antecipadora das formas de gestão dos recursos materiais e do trabalho da sociedade não capitalista do amanhã.

Para o primeiro caso, um trecho do trabalho de Henrique Novaes (2006, p. 16) é elucidativo:

[...] as cooperativas que surgiram por iniciativa dos trabalhadores compromissados com a luta pela transformação substantiva da sociedade estão sendo funcionais a esta nova fase do capitalismo mundial, caracterizada pela perda significativa de direitos trabalhistas e barbárie social.

Para sistematizar a segunda perspectiva, Marília Veronese contribui:

O caráter contraditório das relações sociais na contemporaneidade abre espaços para que distintos atores sociais busquem oportunidades para o encaminhamento de suas demandas, incluindo aqueles que se veem sem possibilidades de inclusão digna no mercado de trabalho predominantemente capitalista. Diante dessa realidade, o trabalho associativo e cooperativo parece ser uma das respostas viáveis, em termos de condições e meios de trabalho, ao considerar-se o empobrecimento das populações e a falta de oferta de emprego (Veronese, 2009, p. 4).

Por último, duas versões da terceira perspectiva, com Singer e Boris Maraño:ñ:

A economia solidária é ou poderá ser **mais do que uma resposta** à capacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: **uma alternativa superior ao capitalismo** (Singer, 2002, p. 114).

La propuesta de “economía solidaria” podría articularse a un público-social, a un público no estatal, que debe disputar, como una estructura de poder alternativo, el

poder del capitalismo, lucha que necesariamente debe verse como un conflicto de racionalidades, entre una instrumental, la capitalista, y otra, que se puede llamar liberadora y solidaria. Liberadora en los términos de las primigenias promesas de la modernidad, de liberación de las cadenas de la dominación y explotación, y solidaria con relación a establecer relaciones de reciprocidad y complementariedad entre los seres humanos y la Madre Tierra (Marañón, 2017, p. 260).

Essa terceira perspectiva precisará ser ainda analisada por duas lentes distintas: de um lado, as experiências não capitalistas e, de outro, as anticapitalistas. No citado trabalho de Marañón, ele reflete sobre uma racionalidade econômica radicalmente distinta da racionalidade de base capitalista, portanto colonial, que teria potencial de, a partir da crítica explícita às estruturas de poder e dominação do sistema-mundo capitalista-colonial, confrontar e disputar subjetividades e materialidades no caminho àquela sociedade do bem viver. O autor, no referenciado trabalho, examina as obras de Singer, Razeto e Coraggio e faz o seguinte diagnóstico:

Los corpus teóricos respectivos de Razeto, Coraggio y Singer carecen, aunque de manera diversa, de un esfuerzo por ubicar a la “economía solidaria” en las relaciones de poder más amplias (totalidad), esto es, de aquellas que nos vinculan a todos como sociedad, definiendo los lugares que ocupamos y los roles que desempeñamos (clasificación social) en la misma (Marañón, 2017, p. 257).

Como se pode ver, a questão que se coloca gira em torno daquela assinalada diferença entre experiências não capitalistas *versus* experiências anticapitalistas. De um lado Singer, Razeto e Coraggio – aos quais se poderia adicionar Gaiger – que se bem não poupam esforços para destacar as características antagônicas entre economia solidária e economia capitalista, o fazem sem considerar a devida atenção à necessidade de reintegração das dimensões econômica e política da vida separadas, no contexto da América Latina, pelo processo colonial; daí resultará a falta de compromisso com a ideia de totalidade, apontada por Marañón (2017). Não atentar-se a tal necessidade produz consequências teóricas e epistemológicas. Singer (2002, p. 120–121) chegara a dizer, no início da década dos 2000:

[...] a forma mais provável de crescimento da economia solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países. [...] Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários.

Não me parece suficientemente convincente a proposta do autor. Como combater a economia capitalista armando-se com suas próprias lógicas destrutivas? Em seu indispensável

livro, ao qual estou me referindo, o autor defende que as relações sociais internas nos grupos de trabalho da economia solidária estejam sustentadas por valores cooperativos enquanto que as relações externas entre grupos de trabalho coletivo-associados e empresas capitalistas estariam sustentadas por valores competitivos no sentido da integração dos primeiros no mercado capitalista (Brancaleone, 2019; Novaes, 2006). Ora, que tão apurada é a racionalidade humana que poderá ajuizar valores distintos às relações internas e externas se se tratam apenas de diferentes momentos de um mesmo processo de gestão dos recursos materiais e do trabalho?

Além disso, não estou convencido de que pode ser factível um grupo de trabalho coletivo-associado competir de igual para igual com uma empresa capitalista pelo melhor preço de venda no mercado, por exemplo, sem acabar abrindo mão dos valores caros à economia solidária em suas relações internas. Tendo a defender outra perspectiva, aquela “[...] que resgata a crítica totalizante de Marx, [e argumenta que] é inconcebível a tentativa de se combinar ‘autogestão’ e ‘concorrência’ (Novaes, 2020, p. 78)”. O próprio Singer (2002, p. 20) se atenta a isso quando destaca que as “cooperativas que vão bem [na competição externa, portanto no mercado] podem vir a apresentar o quadro oposto: a lei do menor esforço concentra o poder de decisão de fato nos gestores e a empresa escorrega sem perceber para uma prática de heterogestão.”; mas, mesmo assim, o autor não abriu mão de seu argumento aqui exposto.

Do outro lado, desde a perspectiva decolonial, mais especificamente da decolonialidade do poder, Quijano e Marañón – aos quais se poderia adicionar Natalia Quiroga, Dania López e Eduardo Aguilar – argumentarão, guardadas suas singularidades, partindo do pressuposto da totalidade do sistema-mundo capitalista-colonial, que é preciso reconstruir e atualizar as referências de organização substantiva da vida em comum para desde uma perspectiva anticapitalista, antipatriarcal e anticolonial reconectar política e economia no entramado da vida cotidiana. Como seria possível, por exemplo, um grupo de trabalho coletivo-associado que incorpora as demandas das economias feministas competir de igual para igual com uma empresa capitalista que estrategicamente se sustenta pelo trabalho de cuidado (trabalho doméstico) não pago (Federici, 2017; Quiroga, 2019)? Se realizada pela economia solidária a integração do trabalho de cuidado como um trabalho produtivo, portanto como trabalho pago, a proposta de Singer de integração da economia solidária ao mercado fracassaria antes de arrancar. O caminho parece ser outro.

“Insisto, por tanto, los modelos implican lógicas y la existencia de cambios sustantivos implica el cambio de la lógica”. O recado de Laura Collin (2012, p. 83) me parece certo. Será preciso inverter a lógica de pensar, ou seja, a racionalidade. Portanto, o que se tem de fundo é uma questão de disputa epistemológica (Lander, 2005) e não puramente disputas econômicas

ou políticas; ou ambas. A teoria como um farol que indica os caminhos por sobre os quais se desenrolará o processo histórico, sempre aberto e de longa duração (Braudel, 1965), nunca fatal, não é um problema em si mesmo. Portanto, uma vez construídos diagnósticos coletivos e rigorosos das estruturas de poder e dominação que insistem permanecer no tempo presente, as ideias, agora sim fatalmente, precisarão ser sistematizadas teoricamente como aquele farol que ilumina o caminho antes desconhecido.

Outras teorias para outras práticas, outras práticas para outras teorias; talvez seja esse o grande legado da perspectiva decolonial. Neste contexto, se é aceita a ideia de que a gestão dos recursos materiais e do trabalho (mercado, economia) e a organização da vida em comum (Estado, política) podem e até devem reencontrar-se como auto-organização **substantiva** da vida em comum, então, será necessário enfrentar o desafio epistemológico da disputa por racionalidades e por referências **para a e da** ação concreta que considerem que “autogestão e auto-organização ou são vocábulos para divertir o povo ou significam exatamente isto: a auto-instituição explícita (sabendo-se tal, esclarecida tanto quanto possível) da sociedade” (Castoriadis, 1979, p. 21). Não é demais dizer que o conteúdo do Autogoverno popular-comunitário como mediador e operacionalizador da sociedade autônoma justamente seria essa auto-organização substantiva da vida em comum; a auto-instituição explícita da sociedade de Castoriadis.

Qualquer chance de avanço por sobre esse imenso desafio, no qual muitas e muitos acadêmicos já estão engajados – dos quais destaco Marañón (2012) e López (2012) com a proposta da **solidariedade econômica**, Quiroga (2019) com a de **economia pospatriarcal** e Aguilar (2020) com a de **reprodução não capitalista da vida** –, passa pelo enfrentamento, quanto mais “barulhento” possível e em todas as esferas da vida, sejam infra ou superestruturais sejam da sociedade civil ou do Estado, entre aquela racionalidade típica da economia capitalista (individualista, competitiva, egoísta, desigual, da escassez e alienante) e essa outra racionalidade econômica (interdependente, colaborativa, da reciprocidade, da igualdade, da abundância e libertadora). Esta última, se bem ainda figura em maior medida como um novo horizonte histórico – Quijano (2014b) dirá que não tão novo assim, mas reinventado, porque de base pré-colonial, porém, atravessado pelas “atualizações coloniais”, diagnóstico compartilhado com Segato (2012), entre outras e outros –, já acontece no cotidiano dos grupos de trabalho coletivo-associado e de suas redes e em muitas comunidades da América Latina e do mundo.

Tentando contribuir a tal desafio, ou seja, à empreitada da construção de uma ética-econômica da solidariedade como princípio da gestão dos recursos materiais e do trabalho,

gostaria de terminar esta seção com algumas reflexões sobre a ideia de autogestão tanto pensando nela como princípio-forma de organização do trabalho coletivo-associado, quanto como símbolo-base a ser anunciada como típica daquela outra racionalidade econômica na disputa contra a razão capitalista.

Para começar, o que é a autogestão? No capítulo 1, falei que “a forma-Autogoverno popular-comunitário reuniria as seguintes características: (i) participação direta, (ii) alto índice de organização horizontalizada, (iii) descentralização da informação e (iv) tomada de decisão por consenso”. Poderiam estas serem características da autogestão? Singer (2002), com fins pedagógicos, explica o significado da autogestão através da dicotomia autogestão-heterogestão. Com o mesmo fim, outras duas dicotomias, que se entrecruzam, parecem ajudar: técnica-gestão e hierarquia-igualdade<sup>82</sup>. Já desde uma perspectiva da ação política mais performática-discursiva, talvez a dicotomia mais adequada seja a patrão-trabalhador, já que é comum trabalhadores dos movimentos de economia solidária reivindicarem “trabalho sem patrão!”. Sobre técnica e gestão, no caso da autogestão se percebe “um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa” (Singer, 2002, p. 19). Ou seja, além da função técnico-repetitiva inescapável em qualquer processo de trabalho, a autogestão implica em o trabalhador também desenvolver sua capacidade de gestão dos processos.

Internalizado pelo trabalhador o fato de ser um técnico e também um gestor, agora o desafio será encontrar os mecanismos que garantam que as tomadas de decisão, tarefa elementar de qualquer forma de gestão, ocorra em nível de igualdade entre todos trabalhadores-gestores, desfazendo as estruturas hierárquicas típicas das empresas capitalistas. Qualquer que sejam os mecanismos utilizados (assembleias, plenárias, reuniões ordinárias e sistemáticas, etc.), eles dependem de acesso e fluidez das informações sobre o universo em questão. Percebido isto, “as ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo” (Singer, 2002, p. 18), constatando-se assim que hierarquia e verticalidade não são sinônimos, uma vez que observando a condição de trabalhador-gestor e a necessidade de igualdade para tomadas de decisão, um equilíbrio organizativo entre horizontalidade e verticalidade sempre será necessário.

---

<sup>82</sup> Vale de nota mencionar o peso ideológico que é empregado à linguagem. Em uma rápida busca na internet sobre palavras opostas à hierarquia, enquanto um dicionário digital respondeu com **igualdade**, outros dois responderam com (i) admirar, espantar, mexer, entontecer, pasmar, ababelar, atrapalhar, atordoar, misturar, enlear, despistar, desorientar, revolver, confundir, desorganizar, mesclar ou (ii) bagunça, baralhada, caos, confusão, desalinho, desarranjo, desarrumação, desordem, desorganização, pandemônio. Fica evidente, portanto, a carga negativa de tudo que é contrário à hierarquia.

No entanto, muitas e muitos autores defendem que é incompleta e mais ou menos infértil essa versão **organizativa** da categoria autogestão, argumentando que ela não poderia repousar nos limites internos dos grupos de trabalho coletivo-associado e que, portanto, deveria extrapolar seus muros alcançando a diversidade de dimensões e espaços da vida. Três autores contribuem a essa perspectiva. Brancaloneo (2019, p. 355): “A autogestão ou é generalizada, engendrando dinâmicas progressivas de autonomia individual e coletiva, ou não é nada. Ou melhor, é apenas latência e resistência.”; Lia Tiriba (2008, p. 84): “Nessa acepção, a autogestão tem o ideário da superação das relações de produção capitalistas e a constituição do socialismo, concebido como uma sociedade autogestionária.”. Novaes (2020, p. 82):

Não pode haver uma teoria que se sustente olhando apenas “para dentro” das cooperativas, celebrando a nova forma de decisão “democrática”, “parlamentarista”, na qual os trabalhadores decidem coletivamente os rumos de cada empresa sem se observar a permanência da perda do controle do produto do trabalho.

Mas, qual a diferença entre organizar o que é específico da gestão dos recursos materiais e do trabalho de cada grupo da economia solidária e organizar as demandas das demais dimensões da vida que também demandam gestão? A resposta é simples e direta: não existem diferenças! Essa é uma constatação importante porque, outra vez, me faz perceber e defender a necessidade da desconstrução da divisão histórica entre economia e política, entre sociedade civil (com destaque para o mercado que é parte dela) e Estado. Claudio Nascimento (2019, p. 26), provavelmente a maior referência nos estudos sobre autogestão no Brasil, a define como,

acima de tudo, a instalação de esferas públicas democráticas, a partir dos locais de trabalho, mas estendendo-se ao território, às cidades. Na Comuna de Paris, os trabalhadores formularam um programa que dizia respeito a todas as esferas sociais. Também na Iugoslávia – única experiência de longa duração – o processo iniciou com os conselhos operários nos locais de trabalho, disseminando-se posterior e lentamente pelo território, isto é, pelas comunidades.

Levando agora a discussão ao campo das reflexões anarquistas, René Berthier (2002, p. 61-62 apud Souza, 2017, p. 433) contribui:

“Autogestão” é, antes de tudo, o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no local de moradia. Vemos, então, já uma primeira característica da autogestão segundo os anarcossindicalistas: ela é, desde as estruturas elementares da sociedade (empresa, localidade), simultaneamente econômica e política.

Em síntese, são duas perspectivas. Uma mira **para dentro** (autogestão com foco para dentro aceitando a competição para fora) e a outra **para dentro e para fora** dos grupos de trabalho coletivo-associado. Me parece que o desafio para dentro é o da politização e

radicalização da autogestão, enquanto que o para fora é o de sua articulação com o projeto de uma sociedade autônoma “porque no se resuelve nada con una autogestión local aislada, no podemos hoy pensar el mundo como si fuéramos un punto olvidado en el planeta, no hay puntos olvidados ya, todo es importante para la valorización capitalista, y todo es importante para la construcción de las alternativas” (Ceceña, 2010, p. 80).

Neste contexto, a experiência das tentativas de superação do desafio para dentro poderá levar à experimentação de superação do para fora. Em relação ao primeiro, será preciso carregar de política a autogestão, que significa explorar ao máximo sua dimensão que atravessa as relações humanas. Sendo a política a disciplina típica da gestão das diferenças e dos conflitos humanos, portanto das relações humanas, politizar a autogestão significa tirá-la da condição abstrata de princípio-forma para elevá-la à condição concreta de método explícito e sistemático a ser subjetivado pelos sujeitos em ação: autogestão como ação humana no que é do campo da economia ou, dito de outra forma, **autogestão dos recursos materiais e do trabalho**. Uma vez subjetivada pelos sujeitos ela assume capacidade pedagógica porque passa a ser experienciada concreta e simbolicamente: uma pedagogia da autogestão como fundamentação e farol de uma sociedade na qual prevaleça a cultura do trabalho coletivo-associado contra o trabalho individual, alienante e explorador capitalista (Tiriba, 2006, 2008).

Essa cultura do trabalho coletivo-associado, que agora tem a autogestão como princípio orientador e como ação, precisará ser comunicada como factível e ético-politicamente justa; é isto que me leva ao segundo desafio, que chamei de para fora. Gradualmente e em disputa com a cultura dominante vigente, essa cultura do trabalho coletivo-associado poderá organicamente transcender tanto o núcleo dos grupos de trabalho coletivo-associado quanto o dos movimentos sociais dos quais eles são parte. No entanto, dada a desigualdade com a qual se apresenta aquela citada disputa entre culturas do trabalho, os movimentos de economia solidária tem a tarefa histórica de potenciar a difusão e a replicação da cultura do trabalho coletivo-associado, sempre com destaque estratégico para a autogestão e suas características de incompatibilidade com a forma-capital, completando assim o círculo iniciado com a politização da autogestão, agora projetando-a aos mais diversos espaços de socialização (forma-Estado e democracias vigentes, mercado, família, escola, universidades, etc.).

Essa dupla tarefa (para dentro e para fora) demanda equilíbrio. Avalio que a para fora, que certamente será facilitada e potenciada quando assumida por movimentos porquê articulados em rede que extrapolam territórios específicos, não poderá demandar mais do que a para dentro. Uma vez que o pêndulo descansa mais no polo para fora, possivelmente sua ausência no polo para dentro produzirá déficits relacionados à pedagogia do trabalho coletivo-



associado de centralidade na autogestão; e mesmo a própria reprodução interna da autogestão. Na dúvida, arrisco: que se priorize a tarefa para dentro.

Do ponto de vista do horizonte histórico, me associo à perspectiva de Brancalone (2019, p. 355): “retomar esse legado antissistêmico do conteúdo do conceito de autogestão significa, portanto, recolocar em cena elementos de reflexões oriundos da tradição anarquista e conselheira, onde economia e política se reencontram na velha máxima do ‘autogoverno dos produtores associados’.”; como é o caso da experiência do Movimento Zapatista, já anteriormente mencionada aqui e demoradamente analisada por Brancalone em sua tese de doutorado (2012). Para concluir sem deixar escapar a relação conceitual entre economia solidária e essa mirada ampliada do conceito de autogestão, uma boa pista parece ser a abordagem da **economia política solidária**, utilizada por Jorge Santiago (2017, p. 45) para descrever o mesmo processo da experiência Zapatista de Chiapas:

[...] la economía política solidaria es la búsqueda de la superación del modelo de producción y las relaciones injustas, el cual se basa en los principios de intercambio, respeto a la naturaleza, compromiso con el otro y la otra, ya que el objetivo es producir, crear, construir y transformar. Así, la economía política solidaria se construye desde la práctica, por lo que se trata de la acción colectiva de personas que, conscientemente, participan en el proceso a partir del análisis de la situación de pobreza, marginación y negación de los derechos de todas y todos. Por tanto, es una acción estratégica que toca los puntos clave de la estructura del sistema capitalista: los intereses individuales, el agotamiento de los recursos, la acumulación del poder, el lucro y la destrucción.

Portanto, em meus termos e como contribuição à ação, trata-se de um duplo caminho combinado e sobreposto entre politizar as relações econômicas via autogestão – para dentro dos grupos singulares de trabalho coletivo-associado – para devolvê-la de forma estratégica à política em seu reencontro com a economia em sua versão sistêmica – agora para fora daqueles grupos singulares extrapolando suas fronteiras: religar economia e política como economia política solidária desde os **subsolos marginais**<sup>83</sup> em nome do projeto da sociedade autônoma mediada e operacionalizada pelo Autogoverno popular-comunitário como garantidor da auto-organização substantiva da vida em comum.

## 6.2 O Movimento de Economia Solidária Brasileiro: um trânsito entre as autonomias?

*“Eu penso o seguinte, nós criamos uma cultura de estar utilizando o governo como uma bengala. Isso foi uma cultura que se criou porque o nosso movimento ele se criou dentro*

---

<sup>83</sup> Se trata de uma referência, aqui articulada, entre as já mencionadas ideias de **subsolo político** e **polo marginal**, de Tapia (2001) e Quijano (1998), respectivamente.

*da política. Quando nós conseguirmos romper com isso, quando nós conseguirmos nos autogerir, quando conseguirmos isso, vai ser libertador!”*

Sueli Angelita da Silva

Para contar a história do Movimento de Economia Solidária Brasileiro e para tentar compreendê-la a partir da lente das autonomias, além de revisão de literatura e da análise de documentos, realizei observações, primeiro em uma perspectiva mais passiva e, logo na sequência, observações participantes nas quais pude contribuir no planejamento e execução de algumas atividades do movimento. Além disto, realizei 12 entrevistas semiestruturadas com militantes do MESB, feito que me ajudou substancialmente a compreender os pormenores da organização, estratégia e cotidiano do movimento. Em relação às entrevistas, abaixo, na Tabela 8, apresento os sujeitos entrevistados.

**Tabela 8 – Sujeitos do Movimento de Economia Solidária Brasileiro**

<b>Entrevistada/o</b>	<b>Relação com o MESB</b>
<b>1 LÚCIA</b>	É militante do MESB, membra da coordenação da Rede de ITCPs e é professora universitária
<b>2 PAOLA</b>	É militante do MESB, foi membra da coordenação da Rede de ITCPs (2010-2012) e é professora universitária
<b>3 FLÁVIA</b>	É militante do MESB e trabalha em uma Entidade de Apoio e Fomento
<b>4 LUIS</b>	É militante do MESB, como membro da coordenação da Rede de ITCPs esteve por dois anos no comitê gestor do PRONINC, é membro de um grupo de consumo responsável e é professor universitário
<b>5 TIAGO</b>	É militante do MESB, trabalhou na secretaria executiva do FBES, é membro de uma cooperativa e é filiado ao PT desde 2019
<b>6 LEDA</b>	É militante do MESB, organizada na comunidade católica, já foi membra da coordenação do Fórum Municipal de Economia Solidária de Canoas e é membra de uma cooperativa

<b>7 ROBSON</b>	É militante do MESB, já foi membro da coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária da Bahia e é professor universitário
<b>8 CRISTINA</b>	É militante do MESB, organizada na comunidade católica, trabalha em uma Entidade de Apoio e Fomento, foi conselheira do CNES representando tal entidade e é filiada ao PT desde a década de 1990
<b>9 IVAN</b>	É militante do MESB, trabalhou em duas Entidades de Apoio e Fomento, foi membro da coordenação ampliada do FBES representando uma das citadas entidades e é filiado ao PT desde sua fundação
<b>10 MARIA</b>	É militante do MESB, trabalhou na secretaria executiva do FBES, foi conselheira do CNES representando o Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio Grande do Sul, é membra de uma cooperativa e é filiada ao PCdoB
<b>11 LUANA</b>	É militante do MESB, foi conselheira do CNES representando o Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio Grande do Sul, é membra da Associação dos Artesãos da Feitoria, foi membra da coordenação do Fórum de Economia Solidária do município de São Leopoldo, é membra de um grupo de trabalho coletivo-associado e é filiada ao PT desde 2012
<b>12 MARIANA</b>	É militante do MESB, foi membra da coordenação do Fórum Municipal de Economia Solidária de Novo Hamburgo e membra da coordenação nacional do FBES, é membra de um grupo de trabalho coletivo-associado e é filiada ao PT desde 2004

Fonte: elaborado pelo autor.

Antes de mais nada, importa começar com algumas reflexões sobre a própria ideia que relaciona a trajetória do conjunto de sujeitos individuais e coletivos identificados com a economia solidária no Brasil com o conceito de movimento social. Para mim, e para boa parte

dos militantes entrevistados – apenas um disse não se tratar de uma experiência de movimento social –, sim, a experiência da economia solidária no Brasil revela-se como uma experiência de movimentos sociais. E, assim se revela, por diversos motivos. Porque se organizam em rede e se engajam em conflitos políticos e culturais, tal qual propõe Diani (1992); porque estão submersos em conflitos econômicos de caráter cotidiano, elucidando assim a reflexão que fiz no capítulo 2 na qual sugeri que a condição subalterna latino-americana não deixa escapar do campo de ação dos movimentos sociais da região a dimensão econômica; e, por último, porque protagonizam relações de cooperação com o Estado que poderiam bem ser caracterizadas como típicas ações institucionalizadas, tal qual argumentou boa parte da literatura brasileira de movimentos sociais desde os anos 2000, como em Dowbor (2012), por exemplo.

Por outro lado, no capítulo 1 refleti sobre a ideia de política indicando que é equivocada a perspectiva que entrega o monopólio da política ao Estado. Desta forma, chamei de **fazer político** o fazer cotidiano relacionado à gestão dos conflitos que são inerentes a socialização humana, estejam ou não gravitando na órbita do Estado. Sendo o trabalho coletivo-associado um “lugar” de socialização comumente entendido apenas pelo viés econômico, me resta óbvio que ali existem conflitos e, portanto, existe também política como aquela disciplina que gestiona tais conflitos; ou seja, trata-se de um fazer econômico-político. Assim, a experiência da economia solidária brasileira se inscreve como uma experiência de movimento social seja pela abordagem hegemônica que vê movimentos apenas em conflitos políticos e culturais seja pela abordagem da condição subalterna latino-americana que adiciona a dimensão econômica àqueles conflitos seja, ainda, pela abordagem que vê política onde em geral se vê apenas economia.

Além do que acabo de mencionar, vale a pena assinalar que boa parte da literatura que vem se debruçando sobre as reflexões relacionadas à experiência da economia solidária no Brasil também a trata como uma experiência de movimento social (Brancaleone, 2019; Dowbor et al., 2020; Ferrarini et al., 2018; Santos, 2010, 2019; Silva; Oliveira, 2011), das quais destaco a contribuição de Genauto França Filho (2007, p. 163; 170) que indica para um diagnóstico bastante semelhante ao que acima assinala:

Sobre a realidade do fenômeno no Brasil, neste momento importa apresentar algumas considerações sobre a economia solidária como um campo de práticas em construção. Nossa hipótese é de que a dinâmica desse campo parece evoluir, de formas de auto-organização socioeconômica, para formas de auto-organização sócio-política, o que nos leva a pensar tal campo como um tipo de movimento social de natureza singular, precisamente em função da característica dos atores que o compõem. [...] Em suma, as formas de auto-organização política da economia solidária sugerem que existem, nesse campo, atores em movimento. É nesse nível que podemos pensar a economia solidária como uma forma específica de movimento social (França Filho, 2006c), um

movimento social, ao que parece, de tipo radicalmente novo, pois operando por dentro da economia.

Esse destaque à dimensão econômica como uma espécie de “o próprio fazer militante”, ou seja, como fazer político, aparece em diversos relatos de minhas entrevistas, aqui destaco a contribuição de Paola (2020, informação verbal):

Eu acho que a gente vive um dilema enorme, muito grande. Tem o fato de que a nossa militância ela é econômica e, muitos de nós, não enxerga isso como centralidade no processo de militância porque, por exemplo, tem gente que é militante histórico do movimento de mulheres, aí conhece o movimento de economia solidária e vem participar das reuniões, sendo que como prioritário pra aquela pessoa sempre vai estar o movimento de mulheres. Aí as pessoas acabam se dividindo pra um lado e pra outro. Essa militância econômica faz com que a gente sempre patine nesse processo de consolidação da economia solidária enquanto movimento social e eu acho que já poderia estar muito mais a frente, mas, o grande problema pra mim é esse, são pautas que acabam sendo comuns a vários movimentos que muitas vezes não sabem nem o que é economia solidária e aí gera um imbróglio difícil de as pessoas compreenderem e até priorizarem enquanto pauta, enquanto movimento, etc. (Paola, 2020, informação verbal).

Do ponto de vista histórico, foi no início deste século, em 2003, que o MESB alcançou se organizar nacionalmente a partir da conformação de um sujeito político-coletivo singular, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O FBES se conformou apenas em 2003 quando, considerando os contextos políticos brasileiros sistematizados no capítulo anterior, chegava ao principal cargo político do país o ex-presidente Lula, do PT; quando também foi criada e instalada a SENAES, como já mencionado. No entanto, a trajetória do MESB precede à conformação do FBES. Pelo menos, ela me leva de volta à década de 1970. Antes do FBES as experiências de economia solidária no contexto brasileiro seguiram uma mesma tendência de aparecimento, crescimento e fortalecimento dos movimentos subalternos e partidos de esquerda que lutavam pelo fim da ditadura civil-militar e que começaram a alcançar êxito em suas ações a partir do início dos anos 1980.

Seja naqueles primeiros aparecimentos da economia solidária no Brasil seja no momento da conformação do FBES, a multifiliação dos sujeitos da economia solidária em distintas organizações da sociedade civil é uma marca que atravessa o tempo (Santos, 2019; Silva; Oliveira, 2011). Muitos dos sujeitos que estiveram em evidência nas experiências de economia solidária desde o seu aparecimento acumulavam atuações nas organizações que mais tarde conformariam o PT, nos setores progressistas da Igreja Católica, em associações de moradores, em sindicatos, nos movimentos sociais e populares por direitos e contra a ditadura, etc.

Nesta esteira, não há como contar a história da economia solidária brasileira sem destacar esse imbricamento de afiliações e também a importância de iniciativas como as

Comunidades Eclesiais de Base, encabeçadas pela própria Igreja Católica, e os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), neste caso encabeçados pela Cáritas, organização ligada a mesma igreja; ambas, CEBs e PACs, fortemente influenciadas pela Teologia da Libertação. Contextualmente falando, vale a pena destacar que até a chegada do PT ao governo federal, pelo menos, o Estado brasileiro bem cabia dentro da ideia de Estado aparente (Zavaleta, 1986). Desta forma, nas falhas ou brechas do Estado, ou seja, nos locais em que ele não alcançou consolidar-se e onde suas políticas públicas e infraestrutura não estavam, algo havia no lugar. As igrejas, com destaque para o setor progressista da católica até os anos 1990, ocuparam, de diferentes formas ao longo do tempo, aquelas brechas.

Em relação à abrangência do mercado capitalista, a história da América Latina e, portanto, também a do Brasil, é a própria história de um mercado que nunca integrou toda a população. Assim, por um lado “esquecidos” pelo Estado e, por outro, pelo mercado, é marca brasileira a organização de formas alternativas de trabalho para a subsistência e geração de renda. A novidade que aparece com as CEBs a partir dos anos 1970 e com os PACs a partir dos 1980 é a inclusão dos conceitos e das práticas de cooperação e solidariedade naquelas experiências que já orbitavam as margens do mercado e do Estado (Souza, 2007; Leda, 2020, informações verbais), como destaca Cristina (2020, informação verbal): “Os PACs, os Projetos Alternativos Comunitários, esses PACs eles foram a sementeira da economia solidária no Rio Grande do Sul, junto com a Cáritas e, também, junto com o governo [referindo-se ao governo de Olívio Dutra, do PT, como prefeito de Porto Alegre (1989-1992)]”. O trabalho coletivo-associado, que mais tarde ficaria conhecido como economia solidária, tem origem neste contexto no caso brasileiro. Luana (2019, informação verbal) também conta um pouco dessa história:

Assim, a economia solidária, com esse nome, especificamente, com essa terminologia, ela tem uma data de 1985 em diante. Mas, essa forma de trabalhar, ela vem muito antes disso, ela vem lá dos anos 1970 quando já havia um processo do cooperativismo muito forte em algumas áreas. E, a agricultura familiar, especificamente, ela traz isso desse processo do coletivo, de construir essa forma de trabalhar coletivamente. Então, tu tinha outros nomes, mutirão, etc., outros processos e que culminou no que nós temos hoje. A economia solidária é datada desse processo das Comunidades Eclesiais de Base, das Pastorais em torno de 1967, dos anos 1970 e depois 1980 e as Eclesiais de Base e as Pastorais elas foram a coisa mais forte que teve nesse processo de construção, por quê? Porque a igreja cria uma trajetória de organização dos trabalhadores, isso em vários espaços. E aí, assim, no espaço urbano, mais especificamente, é nas igrejas, nos encontros, nos grandes encontros que se constroem esses coletivos de mulheres, de doceiras, quituteiras, artesãs, etc.; é nesses espaços da igreja. Então, isso nos 1970, nos 1980 a gente já tem essa estrutura.

O já mencionado imbricamento de afiliações dos sujeitos protagonistas das experiências de trabalho coletivo-associado em diversas organizações da sociedade civil parece ter sido o

facilitador para o reconhecimento de que havia potencial para uma organização de caráter político, além do caráter econômico, ao redor daquelas experiências. É marca destes antecedentes do FBES algumas características que importam destacar: heterogeneidade político-ideológica, ausência de articulação política centralizada, voluntarismo e espontaneidade de ações, integração de sujeitos por necessidade, experiências territorializadas/descentralizadas e distanciamento do Estado ditatorial, para citar algumas. Este é um quadro que se pode desenhar, em linhas gerais, da economia solidária brasileira até a década de 1990. Trataram-se, me parece, de experiências embrionárias do que hoje, muito em função do engajamento acadêmico e da experiência das políticas públicas, de forma bastante consolidada, se pode chamar de economia solidária brasileira.

Pela perspectiva do movimento social, entendo que o MESB assume os primeiros sinais de conformação como tal justamente no contexto do primeiro período que me dediquei a analisar no capítulo anterior, ou seja, dos governos de FHC na década de 1990. Desde ainda um pouco antes de 1995, torna-se indispensável destacar o aparecimento da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), em Franca, São Paulo, em 1994. De acordo com Ivan (2020, informação verbal), a década de 1990 foi o palco temporal de dois distintos processos protagonizados por uma série de sujeitos coletivos relacionados à economia solidária. Mesmo com a novidade da participação institucional fruto da CF88, havia ali uma certa desconfiança nesta forma de ação já que apenas em alguns estados da federação a economia solidária já era pauta que recebia alguma atenção dos governos; quer dizer, portanto, que a relação Estado-MESB em perspectiva nacional era de outro tipo que não o da participação institucional. Desta forma, um dos processos, que avalio como o de maior atenção e engajamento naquele momento, foi o de apoio e fomento à auto-organização dos trabalhadores dos grupos de trabalho coletivo-associado com foco na construção de viabilidade econômica combinada à autogestão em uma espécie de *continuum* em relação ao já mencionado papel das CEBs e dos PACs. Naquele período havia um importante destaque para a Cáritas e para a ANTEAG como entidades aglutinadoras em torno das experiências de economia solidária.

O segundo processo, no qual a Cáritas e a ANTEAG também apareciam como sujeitos coletivos importantes, e no qual surgem ou se aproximam outros sujeitos destacados, deu os primeiros passos da consolidação de uma organização em rede no território nacional. Da metade para o final da década de 1990 se aproximam a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), fundada em 1961, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), de 1981, e o governo do estado do Rio Grande do Sul (RS), na figura do governador Olívio Dutra, do PT (1999-2002). No mesmo período foram criadas a Fundação

Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), fundada em 1998, e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), também de 1998, além dos fóruns estaduais de economia solidária no RS, em Pernambuco (PB), em São Paulo (SP) e em Minas Gerais (MG) (Lúcia, 2020, informação verbal). Este conjunto de entidades, já percebendo a possibilidade de incisão da sociedade civil na gestão pública federal em função do fortalecimento do PT como protagonista desta alternativa, abririam caminho para o FBES e para o ativismo institucional como uma das táticas de ação do movimento então em pleno processo de articulação e conformação.

Considerando o esquema de análise da flutuação das autonomias, apresentado no Esquema 2, alguns comentários já são possíveis de se fazer. Primeiro, vale dizer que, por um lado, as experiências da economia solidária eram, naquele momento histórico, um somatório de experiências territorializadas e desarticuladas nas quais interagiam sujeitos subalternos, esquecidos, vítimas do sistema-mundo capitalista-colonial. Por outro lado, do ponto de vista do contexto político da época, percebia-se um tipo de alinhamento de condições estruturais-estruturantes que conformavam um contexto no qual o padrão tendencial de relações Estado-movimentos era de pseudoparticipação. Ou seja, até havia possibilidade de participação, de qualidade questionável, para alguns setores da sociedade civil, o que não se aplicava à economia solidária. O conjunto de sujeitos individuais e coletivos envolvidos com a economia solidária naquele período acabavam, de forma deliberada ou não, preocupando-se mais com a auto-organização dos trabalhadores do que com ações de confronto político extrainstitucional com o Estado – como resultado da falta de articulação para além dos territórios – e com ações institucionalizadas – neste último caso impossibilitada pela ausência de instituições participativas para a economia solidária em nível nacional.

Ele é um movimento jovem, um movimento que se reconhece a partir de 2003 quando começa a se enxergar como movimento, acho que antes eram iniciativas mais pontuais e isoladas e acho que essa articulação enquanto movimento ela acaba se dando a partir de 2003. Então, acho que ele é bastante jovem. É um processo que não se deu, diferente de outros movimentos, pela luta e pelo enfrentamento, mas, acabou acontecendo através de iniciativas de diálogo, de debate, mesmo, da sociedade entre as várias experiências que já aconteciam no Brasil, aqui em Porto Alegre e no mundo. Então, esse reconhecimento que aconteceu a partir do Fórum Social Mundial, a partir de debates, de mesas de conversa e de debates... O movimento se constituiu, então, a partir do diálogo e não a partir do enfrentamento e luta (Mariana, 2019, informação verbal).

O primeiro FSM de Porto Alegre, realizado em 2001, aparece aqui com duplo significado. Tratou-se de alguma sorte de divisor de períodos históricos. Por um lado, ainda dentro do primeiro período em análise, representou o grito de negação se não do Estado em sua totalidade, pelo menos do governo de FHC e de suas políticas marcadamente neoliberais. Foi



uma espécie de momento de dizer “basta!”, ainda que não nos moldes tradicionais de acento no confronto, mas, a partir do diálogo e das discussões da diversidade dos sujeitos que começavam a se reconhecer como economia solidária, como bem assinala Mariana no trecho acima mencionado. O FSM, dada sua visibilidade mundial, era o palco ideal para tanto. Entendo que, nos termos em que desenvolvi no capítulo 3 minhas reflexões sobre autonomia, o FSM de 2001 foi o marco temporal no qual muitas experiências de trabalho coletivo-associado da economia solidária conjuntamente negaram pública e explicitamente as ausências do Estado e, obviamente, as consequências do avanço do capital sobre o trabalho. Se até aquele momento aquelas experiências de trabalho coletivo-associado já construía “outros mundos”, ou seja, formas próprias se não de auto-organização substantiva da vida em comum, pelo menos formas próprias de autogestão dos recursos materiais e do trabalho, foi naquele FSM que ecoou o grito de negação da economia solidária, um grito de não aceitação da realidade que se colocava.

Esse grito de basta que negava as políticas de Estado e as consequências precarizantes das ações estatais naquele contexto político daria o tom do que viria depois, afirmando-se como aquela mencionada espécie de divisor de períodos históricos. Assim, percebo que a autonomia do MESB neste primeiro enquadramento de análise pode ter significado alguma sorte de experimentação ou ensaio de **autonomia independente** (ver Esquema 2) que se desenrola **para além do Estado**, que é o tipo de autonomia na qual o movimento pouco ou nada interage com o Estado. Neste contexto, importa assinalar que o duplo processo relacional de negação-construção esteve até o FSM mais acentuado no momento da construção, já que o momento de negação não era suficientemente explícito até ali. Portanto, os sujeitos envolvidos nas experiências da economia solidária naquele período estavam fazendo outras coisas no lugar de negar explicitamente o Estado, por um lado, e de interagir diretamente com ele, por outro. Avalio que esse tipo de ação que não negava ou que pouco negava, mas que, também, não apostava no Estado se deu porque se tratava de um Estado que era melhor que o ditatorial (muito melhor, importa registrar), mas ainda incapaz de integrar as demandas da economia solidária. A chegada de Lula ao governo federal mudaria esse panorama, como bem destaca Tiago (2020, informação verbal):

Na minha opinião, o movimento ele já existia só que não tinha uma densidade tão grande. Então, você tem aquele encontro do GT lá no FSM, mas, eu percebo aquilo lá muito mais como um processo de busca de organização frente a um cenário de eleição de um partido de esquerda, entendeu, em que você tem que se preparar pra poder ter um espaço de diálogo. Eu não vejo a criação do FBES como sendo um marco do movimento social, eu vejo a criação do Fórum como o movimento conseguindo se organizar pra buscar meramente o diálogo, a interlocução. [...] O processo anterior ele foi muito harmônico era o processo óbvio: acabou de vencer a esquerda, a gente precisa ter alguma coisa que possa falar com o governo. Você tem, por um lado, a

SENAES, que são companheiros também, se conformando e, por outro lado, você tem a experiência viva da economia solidária, o movimento de economia solidária que precisa se expressar. Então, eu não vejo como marco de conformação do movimento, eu vejo como marco muito mais de organização e interlocução necessária.

Se esse primeiro significado do FSM na trajetória do MESB tem que ver mais com uma ideia de “até o FSM”, o segundo significado tem tudo que ver com o “depois do FSM”. É durante o fórum que se firmam as bases da posterior formalização do FBES como sujeito político-coletivo aglutinador e legítimo para representar o conjunto de experiências da economia solidária brasileira. Todos os meus 16 entrevistados (os 12 aqui apresentados somados aos 4 apresentados no capítulo anterior) lembram do “Barracão da Economia Popular Solidária e Autogestão” no FSM como o lugar e o momento do pontapé inicial do processo de conformação do FBES. Foi durante o FSM que os sujeitos individuais e coletivos, aqueles já mencionados e outros tantos, definiriam a composição do Grupo de Trabalho da Economia Solidária (popularmente chamado apenas de GT Brasileiro) que foi a instância que organizou as três primeiras Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES).

O GT Brasileiro foi composto por 12 organizações e redes de apoio à economia solidária e funcionou durante dois anos e meio, de 2001 à 2003. Dentre as deliberações da I PNES, de dezembro de 2002, organizada ainda pelo GT Brasileiro, encaminhou-se o envio de uma carta ao então presidente eleito Lula expondo as demandas e propostas de cooperação do movimento com a gestão pública que dias depois se iniciaria, em 1º de janeiro de 2003 (Santos, 2010). Foram cinco PNES realizadas de 2002 até aqui, sendo que a realização da sexta está sendo discutida, com maior dedicação, desde 2019. Sobre as cinco PNES já realizadas: (i) dezembro de 2002, em São Paulo, com 200 participantes; (ii) durante o FSM de 2003, em Porto Alegre, com 800 participantes; (iii) junho de 2003, em Brasília, com 830 participantes – processo que encaminhou a criação do FBES; (iv) março de 2008, em Luziânia, com 400 participantes; e, (v) dezembro de 2012, também em Luziânia, com 600 participantes.

As PNES sempre foram espaços de discussões bastante amplas e são consideradas os espaços de deliberação máxima do MESB. Diante da diversidade e amplitude de temas que foram discutidos nas cinco já realizadas até aqui, gostaria de chamar a atenção para a discussão que tem que ver com a reflexão que fiz na abertura desta seção, quando me perguntava se a experiência da economia solidária brasileira se tratava ou não de uma experiência de movimento social. Essa discussão foi realizada pelo conjunto de sujeitos do MESB na V PNES, de 2012, quando para além de afirmarem-se como movimento, os sujeitos reunidos em plenária também discutiram **quem era** o FBES dentro do movimento. Até a realização da IV PNES, em

2008, tal discussão não havia sido realizada de forma dedicada e o FBES acabava sendo confundido, deliberadamente ou não, como o próprio movimento.

**Fotografia 2 – Momento da leitura da Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária do MESB**



Fonte: site do FBES na internet<sup>84</sup>.

No Relatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2008, p. 42), na seção “Da natureza”, apenas diz “O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos.”. Já no Relatório da V PNE (FBES, 2012, p. 98), na mesma seção, mantém-se o texto acima reproduzido para dizer qual a natureza do FBES, mas, tal texto é antecedido pelo seguinte:

Na V plenária o debate sobre a natureza do FBES foi transversalizado pelo debate sobre o movimento de economia solidária e sobre isso afirmamos: 1. A afirmação da economia solidária como movimento social se coloca pela sua articulação/mobilização, defesa e contraposição de uma determinada ideologia, na busca da acessibilidade dos direitos de um determinado público, podendo ter movimentos agregados. 2. Somos um movimento social amplo que dialoga com diversas esferas, segmentos e lutas na sociedade, considerando e legitimando as diversas experiências e práticas solidárias no campo da produção, comercialização, formação, finanças solidárias e etc. 3. A economia solidária articula lutas políticas na perspectiva de um novo projeto de sociedade e de economia que promova o desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

Voltando ao recorrido histórico, Cristina destaca que a partir do FSM um novo horizonte se abriria para a economia solidária no Brasil e torna evidente o imbricamento entre FBES e SENAES ao destacar a última:

<sup>84</sup> Disponível em: <http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>.

Foi durante o Fórum [Social Mundial] de 2003 que foi criada a SENAES e daí, então, foi criada essa secretaria nacional que fez todo esse trabalho a nível de Brasil. Então, foi uma longa e importante jornada e, a partir dali, o rumo da economia solidária no Brasil melhorou, qualificou e se potencializou. Acho que foi um tempo muito rico e muito importante.

Do ponto de vista da organização da economia solidária como movimento, as articulações presenciadas no primeiro FSM desembocariam em um processo de intensa interação entre o MESB e o Estado brasileiro em nível federal, revelando duas características que acompanham a experiência da economia solidária no Brasil desde então, a cooperação sociedade-Estado e a multifiliação dos sujeitos, como mostram Marcelo Kunrath Silva e Gerson Oliveira (2011, p. 109):

[...] Essa abertura à ES observada em diferentes governos petistas em distintos níveis (municipal, estadual e federal) se deve menos à existência de uma mobilização social conflitiva de atores excluídos da política institucional, conforme a visão tradicional sobre a relação entre movimentos sociais e Estado, e mais à presença de um expressivo acesso das organizações do Movimento de Economia Solidária aos espaços institucionais nos quais foram/são construídas as políticas e ações governamentais direcionadas à economia solidária.

Aqui merece destaque, uma vez mais, a sobreposição de afiliações dos sujeitos da economia solidária. Há, no entanto, uma novidade importante. Se até este momento a multifiliação se dava no âmbito da sociedade civil, agora o próprio Estado passava a ser mais uma afiliação possível. O próprio Paul Singer, já recorrentemente mencionado no capítulo anterior, seria prova dessa nova possibilidade de afiliação, já que foi empossado na SENAES um dia antes da III PNES, em 26 de junho de 2003. Cristina (2020, informação verbal) analisa esse trânsito:

Talvez foi um dos problemas do governo Lula: é muito bom pro governo, mas, é muito ruim pros movimentos [a ida de militantes de movimentos pra dentro dos governos]. Porque depenou os movimentos, muito movimento não conseguiu colocar liderança no lugar e daí enfraqueceu, então, isso aconteceu no MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, aconteceu na SENAES, aconteceu em todos os níveis. É muito bom pro governo porque ele já pega pessoas preparadas, mas, enfraqueceu muito os movimentos sociais, inclusive, a economia solidária. E o que pegava: essas pessoas depois quando voltam não são as mesas, elas criam, isso a minha concepção, elas criam uma cabeça de governo, elas parecem que perdem o chão do movimento social, isso é ruim, é muito ruim; elas não voltam com o mesmo patamar. Alguém que sai do movimento e vai pro governo ele devia fincar o pé lá, mas, sem perder essa conexão. Mas, sempre perde porque a correria é muito grande.

Muitos dos demais entrevistados, a maioria deles, fazem uma avaliação bastante parecida com a de Cristina. Destacam a importância de um governo comprometido com as demandas dos movimentos sociais subalternos preencher o Estado com lideranças que “conhecem do assunto”. Mas, por outro lado, apontam também à fragilização dos movimentos como um risco de alta intensidade. No entanto, mesmo diante de tais riscos, os sujeitos

individuais e coletivos da economia solidária brasileira apostariam na tática da ação por dentro do Estado. Ivan (2020, informação verbal) destaca, inclusive, que a SENAES não teria saído do papel não fosse a reivindicação do MESB, mencionando que esse processo de abertura do Estado à economia solidária foi marcado por intensas negociações:

A gente mandou uma carta ao Lula pedindo, não foi pedindo, foi demandando. Nós, enquanto GT [brasileiro] de economia solidária, demandando a SENAES, a secretaria de economia solidária, nós demandamos isso. Nós pedidos três departamentos: o jurídico, o de pesquisas (o Paul Singer sempre foi muito engatado com as pesquisas, que tem a ver com a relação com a universidade e tal) e o terceiro departamento que seria de fomento, porque, se não, não seria governo, tem que fomentar esse processo. Essas três coisas, não foi fácil esse processo, não foi fácil, não foi uma coisa dada pelo governo, foi uma bela de uma reivindicação em volta de uma proposta. Eles diziam “você viram o departamento tal” e nós dizíamos “não, não queremos esse departamento”. Depois, “então tá, faremos uma secretaria só com um departamento, o departamento de pesquisas” e nós dissemos “não, se for só pesquisa deixa para as universidades fazerem, não precisamos estar num governo assim, nós queremos fomento, pesquisa e o jurídico!”. [...] Bom, não conseguimos tudo, foi uma negociação muito grande e conseguimos, no máximo, que fosse feita essa secretaria, mas, conseguimos apenas dois departamentos, o de fomento e o de pesquisa.

Na já citada III PNES seria “criado [formalmente] o FBES como espaço da sociedade que não se confundisse com o espaço público-estatal, que seria a SENAES.” (Santos, 2010, p. 22). Portanto, identificando a oportunidade de participação institucional e a necessidade de um espaço privado para as discussões e deliberações do movimento a fim de realizar tal interlocução sociedade-Estado, criavam-se do lado da sociedade civil, o FBES, e do lado do Estado, a SENAES. Importa dizer que o termo “privado” é aqui empregado mais para demarcar a diferença entre público-estatal e privado-societal do que um espaço de fato privado à sociedade civil em sua relação com o Estado. Isso porque a Rede de Gestores de Economia Solidária, ou seja, “agentes do Estado” sempre teve espaço na organização do FBES. Nesse sentido, Maria (2020, informação verbal, grifo nosso) assinala alguns comentários em perspectiva mais geral sobre a organização do movimento:

Pra mim faz muito sentido dizer que existe um campo que são as iniciativas econômicas propriamente ditas, que são coletivas e que podem vir a se organizar dentro de alguma entidade representativa ou não. Então, existe esse campo e é isso que eu chamo de economia solidária, na verdade. Porque depois tu tem outros atores que conformam esse campo, mas que não são a própria economia solidária, que vão ser as organizações de assessoria que tem um papel muito importante, mas que vivem a sua contradição de estar em espaços heterogestionários, com trabalho assalariado e tudo mais, dizendo como que o movimento tem que se organizar. E, **esse outro espaço que é mais contraditório ainda de dizer que tá dentro do movimento, por isso pra mim não conforma o movimento, mas é um ator importante, fundamental, que é o próprio Estado.** [...] É isso, existe uma coisa pra mim que é o próprio movimento e existem atores que são apoiadores desse movimento que tem o papel de educação e de fomento do movimento.

A referência de Maria ao “Estado dentro do movimento” pode ser lida pela presença de representantes da Rede de Gestores dentro do FBES, assim como representantes da própria SENAES. A decisão sobre gestores terem ou não espaço no FBES nunca foi, no entanto, uma decisão fácil e consensual. Em diversos momentos foi uma discussão reaberta, com destaque para a quarta e a quinta plenárias, como me relataram, pelo menos, Lúcia, Paola, Flávia, Luis, Ivan – destacando que os fóruns estaduais do Rio de Janeiro e de Brasília defendiam fortemente a não integração dos gestores no FBES. Sobre o tema, destaca Mariana (2019, informação verbal):

Por vezes a relação com a gestão pública, com a política pública, quando ela te alcança dinheiro ela acaba gerando dependência desses recursos, acho que ela acaba limitando, também, as ações autônomas do movimento, os debates autônomos do movimento porque aí tu passa a pensar duas vezes naquilo que tu vai dizer em função da relação com o gestor, é o que a gente observa aqui na base municipal essa coisa do limite de “ah, eu não posso me posicionar contra”, de quando tu coloca um tema em pauta e tu tá ali “comendo na mão” da gestão pública, seja ela em nível municipal, estadual ou federal tu vai olhar pro gestor e pensar o que ele quer que tu diga, tu vai comedir tuas palavras, tu não vai ter um debate autônomo de fato porque tu tem medo dos cortes, das represálias e faz diferença na vida. A gente tá falando de, na maioria, de pequenos empreendedores, pequenos artesãos, de pessoas frágeis no sentido social, de pouca autonomia, de carências econômicas; a gente tá falando de uma série de dificuldades que, de repente, são amenizadas com alguns recursos da política pública e que as pessoas precisam daquilo até pra manutenção da vida e aí tu começa a botar em jogo a manutenção da vida imediata e os interesses do movimento. Então, acho que de fato isso dificulta bastante, acho que o movimento ele peca por aí quando não consegue preservar a sua autonomia de debate político, mesmo, do movimento. A gente, na verdade, os fóruns passaram a ser espaços de legitimação da política de governo. Talvez esse processo [dos gestores públicos serem parte do FBES] tenha sido, de fato, um erro.

Se, por um lado, se pode ver essa avaliação mais crítica à participação dos gestores públicos na estrutura do FBES, por outro, o que se revela é um típico processo de mutua constituição entre sociedade e Estado, sobre o qual dirá Luis (2020, informação verbal):

Tem um fato, um fato, que a gente precisa tomar em consideração que é que o Fórum ele se constitui no processo constituição do governo, ou seja, o Fórum se constitui pra pressionar o governo Lula a ter um organismo de economia solidária. Não existia o Fórum Brasileiro antes do período de transição entre o governo Fernando Henrique o governo Lula. Naquele momento ali, que tá se constituindo o governo, tá se definindo quais serão os ministérios, as secretarias, quem vai tá lá quem não vai tá e tal, um conjunto de organizações nacionais, a ANTEAG, a Cáritas, a Rede de ITCPs, a Unitrabalho, o Instituto Marista (o Marista não me lembro de já estava nessa, mas, acho que estava), enfim, tem um conjunto de atores nacionais ali que se organizam pra pressionar o governo e, a partir dali, nasce então a ideia de ter um Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Já Lúcia (2020, informação verbal) destaca, sobre essa íntima relação entre movimento e Estado, que nunca se tratou de uma relação de cooptação:

Eu costumo dizer que não é uma questão de cooptação, nunca foi, de nenhum dos movimentos: “ah, o Estado cooptou os movimentos!”. Não, eles discutiram essa

relação e optavam, sabiam dos riscos, sabiam das questões, faziam esses questionamentos, mas, ainda assim, optavam por ter essa relação mais estreita com o Estado. [...] No entanto, diferente do MST, [por exemplo], o movimento da economia solidária não sabe ser movimento de economia solidária sem o Estado.

O destaque de Lúcia sobre não ter se tratado de um processo de cooptação é bastante importante e parece ser empiricamente comprovado seja pelas patentes reflexões ao redor da manutenção dos gestores públicos (técnicos e políticos) no FBES, por um lado, seja pelas tensões, que não teriam sido poucas, provocadas pelo imbricamento de afiliações de boa parte dos militantes do MESB, por outro lado – trata-se da relação entre MESB, PT e CUT. Como muitos militantes do MESB eram filiados ao PT e ligados à CUT ou à sindicatos singulares, foram muitas as situações complexas de gerir e, em certos momentos, carregadas de disputas e fortes conflitos, como mostra Tiago em avaliação compartilhada com Lúcia:

O conflito de 2011 e a afirmação da economia solidária como movimento eles geram uma cicatriz praticamente incurável entre setores da economia solidária, principalmente entre o setor ligado ao sindicalismo do PT, da CUT, e o setor ligado à igreja progressista, que se apresenta por Cáritas, IMS [Instituto Marista de Solidariedade] e outros. Ah, sim, junto com esse lado da igreja ficou as ITCPs, elas ficaram desse lado e isso gerou uma maior divisão entre a Unitrabalho e a Rede de ITCPs. Essa divisão fragilizou todo mundo, todos se fragilizaram. Então, por exemplo, e isso é algo bem atual e importante de colocar: um dos frutos desse grande conflito é o que faz a CUT investir mais da sua pouca energia que tinha com a economia solidária e centrar isso na UNICOPAS, isso é muito importante. Ou seja, é dessa época de 2011 e de todo esse debate que foi muito cruel, 2012 aí vem 2013 com o início do processo do Golpe e a CUT vai investindo, cada vez mais, nessa lógica de tentar botar as grandes representações dos empreendimentos. Então, UNICAFES, UNISOL e juntando com essa UNICOPAS, com um objetivo bastante sindical que é tentar ter acesso aos recursos do Sistema S [referindo-se, mais especificamente, ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, SESCOOP], basicamente é isso. A proposta de alteração no marco legal, da lei geral das cooperativas, ela vem com um objetivo bem claro que é tirar o papel privilegiado da OCB [Organização das Cooperativas Brasileiras] como única representante legítima das cooperativas. É muito material o processo, foi muito material a criação da UNICOPAS. [...] Então, esse setor que eu diria que envolve as igrejas, que envolve as universidades, envolve consumidores e assim por diante, se alinhou muito mais, por exemplo, com movimentos da agroecologia, do feminismo e da cultura, essas diversidades, e se identificou mais com os movimentos sociais enquanto que a ala sindical, ou seja, os sindicalistas saíram num êxodo e essa saída dos sindicalistas colocou essa força sindical pra conformação da UNICOPAS e essa busca dos recursos do Sistema S e assim por diante. Então, ficando órfão das políticas públicas institucionais há um distanciamento do movimento de economia solidária ao Partido dos Trabalhadores, ao PT, e isso fragiliza a capacidade de manter uma organização nacional, por quê? Pelo “mito de origem”, ele foi alçado fortemente com um forte apoio do PT [...] e depois com a saída da CUT se fragiliza esse apoio institucional do PT (Tiago, 2020, informação verbal).

Neste contexto de imbricamentos e tensões, é importante mencionar a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, que aconteceu em agosto de 2004, em Brasília; ou seja, mais ou menos um ano depois da criação do FBES. Como mostro abaixo, na Figura 1, O FBES é composto pelos grupos de trabalho coletivo-associado (na

nomenclatura do movimento e de boa parte da literatura, os Empreendimentos Econômicos Solidários), por representantes das Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e por representantes da Rede de Gestores. As EAF tratavam-se de entidades já consolidadas regional e até nacionalmente falando; e, em alguma medida, articuladas entre si. Já a Rede de Gestores havia se constituído formalmente em 2003, no mesmo processo de conformação do FBES, mas, com embriões anteriores já que os gestores em economia solidária já se reconheciam por suas atuações em municípios e estados desde antes de 2003. Assim, das três articulações ou segmentos que passaram a compor o FBES em 2003, faltavam os grupos de trabalho coletivo-associado se articularem nacionalmente; de forma mais regionalizada na região sudeste do país, importa assinalar que a ANTEAG e a UNISOL Brasil<sup>85</sup> já cumpriam esse papel. Outros encontros reunindo os grupos de trabalho coletivo-associado não aconteceram. Uns passariam a ser organizados juntamente da UNISOL e outros tinham os fóruns municipais e regionais como espaços de reconhecimento e organização.

### Esquema 3 – Segmentos e instâncias constituintes do FBES



Fonte: site do FBES na internet<sup>86</sup>.

Os quatro níveis de instâncias constituintes tinham certa autonomia de organização, mas, todas considerando a lógica de serem espaços de diálogo entre os grupos de trabalho

<sup>85</sup> É importante assinalar que a UNISOL Cooperativas foi criada em 2000, quando compreendia apenas o estado de São Paulo. Foi no primeiro semestre de 2004 que ela assumiu caráter nacional e se transformou na UNISOL Brasil.

<sup>86</sup> Disponível em: <https://fbes.org.br/>.



coletivo-associado, as EAF e os gestores públicos. Até a V PNES, realizada em 2012, nacionalmente o FBES alcançava “160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3 mil empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária” (site do FBES). Servindo de exemplo para a organização das coordenações dos fóruns macrorregionais, estaduais e municipais, a coordenação nacional do FBES se organizava como mostro abaixo, na Tabela 9:

**Tabela 9 – Organização nacional do FBES**

	Segmentos	Cadeiras	Distribuição das cadeiras
<i>Coordenação Nacional do FBES, composta por 98 representantes</i>	Grupos de trabalho coletivo-associado	54	2 representantes por estado
	Entidades de Apoio e Fomento	32	1 representante de EAF estaduais por estado + 5 representantes de EAF nacionais *
	Rede de Gestores	12	2 representantes por região do país + 2 da SENAES

Fonte: elaborado pelo autor (FBES, 2012).

\* Considerei 5 representantes de EAF nacionais porque é a informação que consta no site oficial do FBES. É importante assinalar, no entanto, que o Relatório da V Plenária Nacional de Economia Solidária registra a possibilidade de participação de **até 12** representantes de EAF nacionais.

Até o ano de 2005 a organização de nível nacional se dava pela coordenação nacional que era apoiada por uma secretaria executiva mantida com recursos de EAF (Maria, 2020, informação verbal). Em 2006 a coordenação nacional deliberou pela criação de uma coordenação executiva que pudesse cumprir o papel de mediadora política entre a coordenação nacional e a secretaria executiva. Havia muitos questionamentos sobre a dinamicidade de funcionamento da coordenação nacional em função de seu tamanho, ou seja, percebia-se que a estrutura com 98 representantes acabava travando alguns processos mais do campo do cotidiano. Outra questão que teria sido sanada, ainda que parcialmente, com a criação da coordenação executiva era aquela relacionada ao alto custo envolvido na organização das reuniões da coordenação nacional, já que à época as reuniões eram todas presenciais e realizadas, via de regra, em Brasília. A coordenação executiva tem 13 representantes, sendo sete de grupos de trabalho coletivo-associado, cinco de EAF e uma da Rede de Gestores. Como se pode ver, fica explícito que a estrutura de organização do FBES, de forma mais ou menos deliberada, acabaria reproduzindo as formas de organização sindicais e partidárias, o que não

se apresenta exatamente como uma novidade pela já mencionada multifiliação dos militantes do MESB sendo muitos deles sindicalistas e filiados ao PT.

Sob esta forma de organização, o FBES e suas entidades-membras guardavam um papel de interlocutores privilegiados com a SENAES – com destaque para a primeira gestão de Lula – no que concerne à demanda, proposição, execução e acompanhamento de ações e políticas públicas. O FBES foi, muitas vezes, questionado quanto a este papel frente ao Estado ou quanto à sua composição e estrutura de organização (objetos de grande disputa quando da IV PNES, em 2008, que além de debates sobre a participação dos gestores no FBES, também foi palco de intensa discussão sobre o papel do FBES diante do MESB), mas, ainda assim, é difícil negar que tenha obtido a posição de principal interlocutor do MESB com o Estado, sobretudo, até a instalação do CNES, em 2006. Apesar de tal garantia de interlocução, não demoraria para que a própria UNISOL, mas também a UNICAFES, assim como a CUT (sobretudo, através da Agência de Desenvolvimento Solidário [ADS-CUT]) e setores internos do PT (sobretudo, através da DS) cobrassem diálogos com a SENAES por fora da estrutura do FBES.

Do ponto de vista da concepção da forma de organização do movimento, assim como de sua relação com o Estado, comenta Maria:

Em qualquer momento, qualquer coisa que vier do Estado não é economia solidária, é algum tipo de aporte, de apoio à organização autônoma das pessoas, mas, não é economia solidária. Porque é diferente, existe uma coisa que é tu aportar um recurso pra algo que já tá rolando... Tem uma coisa que eu lembro que a galera da SENAES gostava muito de falar que é de indução, que as incubadoras fizeram bastante, que alguns projetos fizeram. Mas, assim, quando tu tem esse tipo de trabalho que tem uma perspectiva crítica, que tu tem um trabalho, que tu tem aporte, na verdade, pra educação popular acontecer e poder organizar, até posso te dizer que, sim, houve algum tipo de apoio do Estado pra que a população se organizasse pro trabalho. Agora, dizer que é no Estado que tá a economia solidária, eu nunca vou dizer isso, porque a economia solidária é completamente o oposto do que é o Estado organizado, é a própria população se organizando. Mas, também, é o oposto do não Estado, aí é que tá. A gente fica em um certo lugar que, politicamente, ele é contraditório porque a gente vai dizer que é preciso um Estado forte pra apoiar a economia solidária e, ao mesmo tempo, a gente diz que é preciso ter autogestão. Autogestão, pra mim, ela não tem o Estado, mas, na medida em que há o Estado, recursos precisam ser destinados pra isso, a gente tá na disputa por esses recursos, e precisa tá porque é um direito nosso. Então, assim, é incongruente tá no Estado e defender a economia solidária? Não, não. Eu acho que o trabalho que Maricá [município do estado do Rio de Janeiro] faz de formar educadores pra ir trabalhar nas escolas falando para as crianças e jovens que tem um outro jeito de trabalhar, é um trabalho importante que o Estado faz. O Estado tá fazendo economia solidária? Não. O Estado tá fazendo seu papel de educador, de perceber a diversidade possível de existir na sociedade, ele não tá fazendo economia solidária. Pra mim, um passo importante no trabalho de Maricá são esses jovens perceberem que um passo que eles podem dar é se organizar de maneira coletiva pra trabalhar e não ficar se alimentando do Estado pra trabalhar. [...] Mas, a economia solidária e o Estado, pra mim, não se confundem, eles têm papéis completamente diferentes (Maria, 2020, informação verbal).

Já do ponto de vista mais focado nos acontecimentos, comenta Paola (2020, informação verbal), em avaliação compartilhada com Leda, sobre como se davam as organizações do FBES e suas relações com o Estado:

Eu acho que tem uma coisa ligada à conjuntura, uma conjuntura paradigmática, vamos dizer. A gente tem uma forma de se estruturar na sociedade que é piramidal e isso, obviamente, reflete nos partidos, nos sindicatos e nos próprios movimentos sociais. O problema, pra mim, é que por mais que a gente defenda a autogestão, a gente não teve capacidade de efetivamente conseguir dar conta de pensar uma outra estrutura, então, isso impactou na forma como o Fórum se organizava. Mas, eu não sei se poderia ter sido diferente porque a gente refletia, de alguma maneira, uma estrutura que tá na sociedade. Essa estrutura mais horizontal, essa estrutura que tá ligada a um processo mais autogestionário, etc., ela é uma estrutura que ainda não existe muito em nossa sociedade; ela tá em estado de gestação e aí, obviamente, acaba repercutindo na forma com que as pessoas vivem isso em vários lugares.

Me parece bastante importante o relato acima exposto. Paola complexifica a questão por mim já mencionada de que a organização do FBES teria reproduzido a forma de organização sindical e partidária ao assinalar que a “forma de se estruturar na sociedade é piramidal”, aproximando assim a discussão com o argumento de que não há como esperar que o Estado e as organizações que com ele se relacionam sejam transformadas rumo à auto-organização e à autogestão sem que sejam também transformados os demais espaços de socialização da sociedade, como a família, as universidades e as escolas, o próprio local de trabalho, etc. (Castoriadis, 2008; Pateman, 1992; Singer, 2002). Neste contexto, Robson e Leda chamam a atenção, em diferentes termos, para a importância das bases comunitárias. Ou seja, não descartam a necessidade de articulações estaduais, macrorregionais e nacionais, mas, reforçam a importância de que é no nível local que deve estar a projeção de maior importância da organização, orientando assim o foco para o que é territorial-comunitário (Gutiérrez, 2015; Nascimento, 2019; Pineda, 2019; Zibechi, 2006).

Desta ou daquela maneira, o que é certo é que o MESB passou a se organizar a partir de 2003 tendo o FBES como principal espaço legitimado de representação do conjunto de sujeitos individuais e coletivos que se reconheciam como economia solidária ao redor do país. Essa organização e sua consequente visibilidade, seja em função das mobilizações e organizações mais locais, regionais e estaduais seja por ter entrado na cena nacional por sua estreita relação com a SENAES, fizeram se aproximar uma série de outros movimentos que, sobretudo nos espaços dos fóruns locais e estaduais, se somaram à economia solidária. Paola, Luis, Cristina, Maria, Luana e Mariana, as vezes coincidindo e outras complementando-se, citam alguns destes tantos movimentos aliados: as redes de educação popular, a rede de grupos de consumo responsável, o movimento da agroecologia, o MNCR, os movimentos feministas, os movimentos negro e quilombola, o movimento indígena, o movimento ambientalista, diversos

movimentos culturais, os movimentos de pescadores, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o movimento ligado às fábricas recuperadas, o MST, o Movimento de Jovens da Economia Solidária (JUVESOL), entre possíveis outros.

Sobre a relação do MESB com estes movimentos, os relatórios da IV e da V PNEs coincidem em um primeiro momento, sendo que ao da V PNEs é agregado um texto novo. O texto que coincide, é:

Movimentos sociais não participam como um segmento dos Fóruns locais e nacional. São aliados na construção de lutas comuns, a partir das pautas específicas a cada um. Cada Fórum (desde o local ao nacional) deve definir sua agenda e dialogar com outros movimentos sociais, em prol da transformação social e mudança na perspectiva de desenvolvimento do país. É fundamental ampliar as alianças com outros movimentos sociais (FBES, 2012, p. 103).

Ao que aparece como novidade no texto da V PNEs (Idem), o seguinte: “Movimentos sociais que articulam atores econômicos (tais como movimento de pescadores, de catadores, etc.) podem participar dos Fóruns no segmento de empreendimentos solidários.”. O que se pode constatar como uma importante diferença de concepção da IV para a V PNEs é a atenção dada pelo MESB à dimensão econômica do fazer dos movimentos considerados aliados. É por isso que aos movimentos que se movem também na economia, além de na política, é garantido o direito de participação nos fóruns de discussão do MESB.

Sob este pano de fundo diverso e complexo, é consenso entre meus entrevistados que, sendo ou não essa a estratégia considerada a mais eficiente por eles, o principal objetivo do FBES desde a sua criação foi o de demandar do Estado políticas públicas de fomento à economia solidária nos territórios Brasil afora. Essa constatação apareceu diversas vezes nos relatos de meus entrevistados e pode também ser sustentada pelos relatórios da IV e da V PNEs. Se bem em ambos os relatórios, na seção “Das finalidades”, aparece a finalidade “Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases” (FBES, 2008, p. 43; FBES, 2012, p. 99), trata-se de uma finalidade secundária em relação a outra, que aparece em primeiro lugar: “Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais” (FBES, 2008, p. 42; FBES, 2012, p. 98).

Obviamente, a concretização daquele principal objetivo geraria um processo de interação entre MESB e Estado não antes visto na história da economia solidária no Brasil. Tais interações se davam de diversas maneiras, formais e informais, com destaque para os GTs que precederam a instalação do CNES, para o próprio CNES e seus comitês temáticos, para as

CONAES e para os conselhos gestores de projetos. Sobre as interações Estado-MESB nestes espaços, Flávia, em avaliação compartilhada com Paola e Luana, se mostra um tanto quanto crítica, apontando processos que impediam que a qualidade da participação se revelasse no sentido do aprofundamento democrático:

Normalmente ele [o Estado] vinha com a pauta pronta, então, nesse sentido, não era muito uma consulta sobre o que a sociedade civil queria na pauta. [...] Mas, sempre teve, acho que na maioria das políticas públicas teve participação. Agora, assim, teve questões que nem sempre teve tanto espaço pra debate porque muitas vezes tinha uma pauta tão assim que tu aprova ou não aprova, que tu faz uma pequena discussão, mas, tinha algumas questões que meio que passava batido. Então, tinha questões que tu podia discutir, mas que não tinha muito espaço pra influenciar na decisão. (Flávia, 2020, informação verbal).

Mais especificamente sobre os processos de tomada de decisão no interior dos espaços de participação acima mencionados, a contribuição de Luis representa também o que pensam Paola, Maria e Tiago:

Tinha um processo de “influenciação”, ou seja, a gente conseguia influenciar, conseguia colocar algumas ideias, eventualmente, que as vezes eram muito mal compreendidas porque muitas vezes o espaço de críticas era visto como espaço de oposição e os espaços de oposição eram espaços que deveriam ser combatidos do ponto de vista do governo (mal sabiam eles o que era a oposição de verdade, agora sabem), mas, havia esse espaço de “influenciação”. Mas, não havia um espaço nem de planejamento, nem de coconstrução e muito menos de deliberação aberta, de deliberação conjunta, nada disso! (Luis, 2020, informação verbal).

Me parece claro, seja a partir dos relatos de caráter mais geral seja a partir dos mais focados nos processos decisórios, que haveria um longo caminho que caminhar para considerar que a qualidade da participação na qual estava envolvido o MESB era do tipo participação plena. Como desenvolvi no capítulo 4 (seção 4.2), uma situação de participação plena é aquela situação na qual as duas partes envolvidas, aqui MESB e SENAES, alcançam exercer suas capacidades de tomada de decisão em nível de igualdade, o que não parece ter sido o caso. Por outro lado, a participação parcial é aquela participação na qual há dissimetria de poder, mas, ao mesmo tempo, há também possibilidade de uma parte (a com menos poder), pelo menos, influenciar a outra parte (a com mais poder), ou seja, parece se tratar do que Luis chamou de “influenciação”. No entanto, há uma avaliação que aparece como divergente ao destacar o compromisso da SENAES com as deliberações coletivas entre MESB e Estado:

Eu acho que a SENAES respeitou muito as diretrizes deliberadas nas conferências, então, assim, eu acho que as políticas elas se organizaram em torno das deliberações das conferências, sobretudo a conferência 1. Então, assim, eu não tenho dúvidas que todos os programas de governo eles foram pautados a partir das bandeiras de lutas do movimento, então, tinha lá, se a gente for olhar [...] a plataforma de estratégias do movimento, tinham dois documentos principais, uma carta de princípio e uma plataforma estratégica (não me lembro como se chamava) e na plataforma estavam lá as principais bandeiras de luta. Se a gente for olhar a organização da política, dos

programas de governo, elas respondem a essas bandeiras de luta, de certa forma respondem às diretrizes que foram consideradas nas conferências (Lúcia, 2020, informação verbal).

Vale a pena destacar que Lúcia está se referindo às CONAES, que se bem, sim, são espaços de participação institucionalizada, assumem uma característica muito mais simbólica que indica para “grandes acordos” entre sociedade civil e Estado. Ou seja, não é nas conferências nacionais que os pormenores das relações entre movimentos sociais e Estado são encaminhados. No caso em tela, esses pormenores eram discutidos nas reuniões do próprio CNES e em seus comitês temáticos, além de nos conselhos gestores de projetos. De qualquer forma, o diagnóstico de Lúcia me ajuda a pensar sobre o conteúdo dos relatos apresentados até aqui a partir do esquema da flutuação das autonomias (Esquema 2).

Antes da realização de minhas entrevistas, eu tinha uma certeza e uma intuição. A certeza era a de que havia sido verdadeiramente intenso o processo de interação entre MESB e SENAES de 2003 até, pelo menos, 2015; ou seja, minhas investigações de desde antes da realização das entrevistas indicavam para a autonomia **com o Estado**, seja a inserida ou a interdependente. Já a intuição era a de que durante os governos Lula as ações autônomas do MESB seriam de tipo autonomia interdependente, no máximo perto da fronteira com a autonomia inserida. No entanto, a análise dos dados indica para uma complexidade maior do que a que eu intuía. Em relação aos contextos políticos, no capítulo anterior os organizei sinalizando períodos distintos para os governos de Lula e de Dilma. Acontece que, me parece muito, as diferenças em relação aos tipos de ação autônoma do MESB em suas relações com o Estado não seguem exatamente o mesmo padrão de mudança de curso que o das mudanças de contexto político.

Para o caso das ações autônomas do MESB, acredito que muito mais do que no momento da mudança de governos (Lula-Dilma), uma primeira alteração de curso se dá quando da instalação do CNES, em 2006, último ano do primeiro governo de Lula, mesmo ano de realização da primeira CONAES. Sendo assim, minha aproximação ao caso, possibilitada pela análise dos dados das 16 entrevistas realizadas (12 apresentadas aqui e 4 no capítulo anterior), me permitiu perceber nuances antes não vistas, nuances que me fizeram revisar minhas avaliações sobre temporalidade, como acabo de mencionar, mas, também, sobre os significados mesmo das ações autônomas do MESB. Portanto, considero que as ações autônomas do movimento de economia solidária brasileiro foram de tipo **autonomia inserida** durante o primeiro governo de Lula e de tipo **autonomia interdependente** do momento da instalação do CNES até 2011, primeiro ano dos governos Dilma.

Recordo que o que chamei de dialética da autonomia, no Esquema 2, trata-se da variável que se movimenta para mais ou para menos a depender do quanto se percebe de negação seguida de construção nas ações de movimentos em suas relações com algum outro; obviamente, aqui, se tratando do MESB em sua relação com o Estado (com a SENAES, mais especificamente). Em uma espécie de “regra geral”, a autonomia inserida significa intensos processos de negação e construção que produzem sínteses que mantêm o que há de substantivo nas reivindicações dos movimentos em suas relações com o Estado. A interação conflitiva intensifica a dialética da autonomia enquanto a interação passiva a suaviza. Como mencionado também no momento em que descrevi o esquema citado, os conflitos não são sempre conflitos físicos, violentos, são também conflitos de ideias, como é aqui o caso. Há uma exceção à “regra geral”, no entanto, também mencionada na seção 4.2, que busca não descaracterizar totalmente um processo de autonomia inserida pela ausência de processos de negação-construção explícitos. Essa ausência revelaria, em casos específicos, a intensidade dos alinhamentos de visão de mundo e estratégia entre movimentos e Estado.

Avalio que da criação do FBES e da SENAES até 2006 com a instalação do CNES, o que se viu foi um misto de processos de negação-construção pouco explícitos porquê articulados em espaços informais e, por vezes, bastante privados, somados a um alto grau de alinhamento estratégico entre MESB e SENAES; por isso tratou-se de **autonomia inserida**. Com a instalação do CNES o cenário mudaria em boa medida suas características. Não acredito que se trate de pensar automaticamente que a instalação do conselho reduziu a capacidade de incidência do movimento nas políticas públicas, tratam-se de processos altamente complexos, nada é óbvio nestes casos. No entanto, avalio que é possível dizer, baseado nos relatos de meus entrevistados, que a instalação do CNES produziu consequências negativas à afirmação da autonomia do MESB em suas interações com o Estado. Essas consequências seriam fruto da burocratização da participação que foram marca das interações no interior do CNES. A **autonomia interdependente**, como estou caracterizando o período de desde a instalação do CNES até 2011, revelaria não a submissão do movimento ao Estado ou a cooptação do movimento pelo Estado, mas, a incapacidade do MESB de lançar luz as suas diferenças com o Estado no seio da participação burocratizada no CNES. Muito mais que um espaço de produção de sínteses entre MESB e SENAES, o CNES parece ter cumprido um papel de legitimação das políticas formuladas pela SENAES com algum grau de silenciamento do MESB pela secretaria.

O primeiro ano dos governos de Dilma já alteraria o tipo de autonomia do MESB levando-a novamente à **autonomia inserida**, como passarei a tentar caracterizar a partir daqui. Dois importantes acontecimentos marcaram essa virada de tipos de autonomia porque



produziram intensos processos de conflitos de ideias que foram responsáveis, agora sim, pelo aparecimento explícito da negação como momento anterior às construções do MESB. Em 2011, duas medidas estatais produziram intensos debates no núcleo do movimento. A primeira delas foi o envio, do executivo para o legislativo, do Projeto de Lei 865 de 31 de março de 2011 (PL865), que criaria a SEMPE fundindo a SENAES a ela, como já citado no capítulo anterior. Para Tiago (2020, informação verbal), houve como resposta do MESB um tipo de mobilização que era novidade em sua trajetória. A novidade estava, justamente, no caráter conflitivo, do ponto de vista das ideias e avaliações sobre a arquitetura institucional e o lugar da economia solidária dentro dela, que se inaugurava na relação MESB-SENAES naquele momento.

### **Fotografia 3 – Audiência Pública do Rio Grande do Sul de discussões sobre o PL865**



Fonte: site da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Feevale na internet<sup>87</sup>.

Logo que o movimento foi informado de tais planos, iniciaram-se diálogos diretamente entre o MESB e a Secretaria-Geral da Presidência da República, mediados pela SENAES. Em uma segunda rodada de negociações, provocada por Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República) sobre a necessidade de o MESB aparecer mais, de mostrar mais a cara, de ser mais visível aos olhos da gestão pública federal, Francisca Eliana (Neneide), da Rede Xique-Xique, do Rio Grande do Norte (RN), respondeu ao ministro:

Será que “ser visível” significa ter que vir para a esplanada [em Brasília] carregando cartazes? O nosso movimento de Economia Solidária contribui com os movimentos de mulheres, de agroecologia, de reforma agrária, de meio ambiente, de povos e

<sup>87</sup> Disponível em: <http://ecosolfeevale.blogspot.com/2011/>.



comunidades tradicionais e tantos outros, **e nossa militância se mostra pela nossa produção e atividade econômica. O nosso jeito de agir, no movimento, é lá na ponta, produzindo, fazendo a economia solidária**, e agora a presidência diz que pouco pode considerar ou reconhecer da Economia Solidária por ela ser invisível? A Economia Solidária tem muito a contribuir, tanto para a erradicação da pobreza extrema como para a organização da sociedade e desenvolvimento dos territórios (FBES, 2011, s/p, grifo nosso).

Lúcia, em avaliação compartilhada com Maria, comenta sobre a intervenção de Neneide:

Estava nessa reunião a Neneide, da Rede Xique-Xique, e ela fez uma fala muito forte, ela fez uma fala, tipo assim: “olha, eu fico indignada de ouvir o senhor dizer que a economia solidária não existe. Ela existe, mas, **além dela ser um movimento social e político, ela é um movimento econômico, as pessoas vivem da produção da economia solidária, elas não conseguem sair do seu trabalho, da sua comunidade, do seu cotidiano, pra ficar vindo aqui [em Brasília] mostrar a cara**. Eu sugiro, então, que façam o contrário, vocês vão aos territórios, vão às comunidades porque aí vocês vão ver a economia solidária acontecendo; ela é visível, ela acontece, ela é” (Lúcia, 2020, informação verbal, grifos nossos).

A fala de Neneide à Gilberto Carvalho, assim como o relato de Lúcia, vai fortemente de encontro às reflexões que fiz no capítulo 1. Ou seja, por um lado, o Estado não pode ser visto como detentor do monopólio do que é o fazer político; há política também no cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária, em seus fazeres comunitários e no interior de seus grupos de trabalho coletivo-associado. Por outro lado, o que fica bastante evidente é que a dimensão econômica deve ser considerada nas discussões sobre movimentos sociais; um fazer econômico desde outras referências que não as do modo de produção capitalista é um fazer transformador econômico e político. Neste sentido, é interessante perceber a análise que faz Tiago sobre esse acontecimento. Sem negar a importância do que reivindicava Neneide, ele destaca a outra face da moeda, ou seja, a capacidade de incidência do movimento como aqueles movimentos que bem poderiam ser analisados sob a ótica da proposta original de Diani (1992) já que o acento para Tiago aparece no momento mais específico do processo político que, ainda que momentaneamente no caso do movimento de economia solidária, se desconecta da economia como aquele fazer cotidiano indo do subsolo (Tapia, 2001) ao salão principal da política, nesse caso as audiências públicas que acompanharam aquele processo do PL865:

Minas Gerais foi contra [a criação do FBES]. Minas Gerais achava que o movimento tinha que continuar nos estados e que tinha que ganhar forças pra poder se transformar em nacional e eu sinto que isso aconteceu com a proposta da Dilma de colocar a economia solidária dentro da micro e pequena empresa. Ali você teve algo que veio muito forte da base, dos estados, e um clamor que se organizou e que se posicionou fortemente do ponto de vista político. [...] Eu senti que houve uma expressão enquanto movimento social na forma como se organizou o movimento ao longo do Brasil pra dizer que não, que a economia solidária não se identifica com os padrões, mas, se identifica como trabalhadores. Isso foi muito difícil porque isso gerou um conflito, inclusive, com a CUT, a Central Única dos Trabalhadores, e um conflito com alguns seguimentos do PT. Não foi fácil porque era o governo Dilma, o Gilberto Carvalho

querendo muito isso, a CUT querendo muito isso e a gente conseguiu como movimento organizar 24 ou 25 audiências públicas em assembleias legislativas estaduais, ou seja, praticamente todos os estados do Brasil organizaram assembleias públicas; audiências públicas, desculpe. Audiências públicas nas câmaras legislativas estaduais pra debater e o resultado foi muito forte (Tiago, 2020, informação verbal).

Já Luana destaca a estratégia utilizada pelo MESB, revelando que a própria relação com a política pública, no caso a dos CFES, acabaria servindo de instrumento de mobilização do movimento:

Nós estávamos entrando com o CFES naquele momento [das discussões sobre o PL865] e o CFES foi o instrumento pra mobilizar a galera em todo Brasil. E o Projeto Cirandas, o cirandeiro, que era o Cirandas e o CFES, também o IBASE e acho que outras entidades, foi muito interessante. Por que, o que aconteceu? Nós estávamos aqui, em Porto Alegre, e veio aquela demanda de “bom, vamos lutar e vamos nos movimentar porque as pessoas que tão querendo isso elas não conhecem a economia solidária” (Luana, 2019, informação verbal).

A política do CFES foi uma política que mobilizou muito o MESB porque trava-se de uma política de formação. Então, como os trabalhadores de grupos de trabalho coletivo-associado reuniam-se periodicamente para participar das formações, aqueles foram espaços transformados também em espaços de mobilização contra o avanço do PL865. Percebendo a necessidade de intensificar o processo de negação daquela ação estatal o movimento mobilizou suas bases e construiu, por dentro do próprio Estado, uma forma de ação coletiva que era nova para ele, que era uma ação tipicamente confrontacional. Realizaram-se “23 audiências públicas [em diferentes estados do país], com mais de 2.500 pessoas, dezenas de deputados federais e estaduais, representantes de micro e pequenas empresas, governo federal (SENAES) e governos estaduais [...]” (Bertucci, 2011, s/p).

No debate sobre o PL865 o movimento se posicionou contra o Estado, contra a SENAES, inclusive. Então, tipo, teve várias, esse foi um deles, talvez o mais expressivo, mas, foram muitos os momentos de adversidade onde o movimento pautou, enfim, as próprias conferências mostraram isso, elas não foram espaços de consensos, muito pelo contrário (Lúcia, 2020, informação verbal).

No relatório da V PNES (FBES, 2012, p. 155) o movimento sintetiza os acontecimentos relacionados ao PL865 da seguinte forma:

Como resultado das mobilizações e da pressão social, o governo retira as atribuições da Economia Solidária do PL 865 que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa. Isto representou uma conquista para o movimento de economia solidária. Ao saberem do resultado, diversas redes e organizações internacionais de economia solidária se manifestaram, contentes com a vitória. E ainda, representantes de redes de 3 continentes enviaram um minivídeo de apoio ao movimento brasileiro no debate do PL 865.

Como se pode ver, a negação da ação estatal expressa na mobilização contra a aprovação do PL865 surtiu efeitos e o resultado das construções do movimento foi a manutenção da

SENAES dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego onde já estava. Entendo que esse acontecimento representa um caso típico de **autonomia inserida** porque o movimento negou algo no/do Estado e construiu, a partir da participação institucional, formas de garantir acordos em torno do que o próprio MESB entendia como mais adequado para sua demanda naquele contexto. No entanto, esse complexo processo não se desenrolou sem tensões no interior do próprio movimento, como destaca Paola (2020, informação verbal) ao chamar a atenção para as diferenças relacionadas a “ala sindical” do MESB:

Ali [PL865] tiveram duas questões, pra mim, que foi por isso que eu falei que agora eu não acredito mais nos sindicatos nem em partidos nem em nada. Não foram só os gestores, teve uma discussão partidária muito forte ali dentro porque, na verdade, quem fez a articulação central pra que o PL existisse foi a CUT. Então, tinha lá uma questão que era partidária e, depois, e aí a gente teve, foi um jogo muito sujo deles porque, assim, o Fórum ficou dividido, a gente rachou naquele momento. Então, tinha a galera que era da ADS[Agência de Desenvolvimento Solidário]-CUT, UNISOL e uma galera que estava ligada a um determinado grupo partidário, sobretudo, e tinha uma galera que não tinha necessariamente esse engajamento todo com partido nenhum e que estava nas pautas da economia solidária.

A segunda medida do governo Dilma, também de 2011, em junho, que geraria um processo de desconforto na relação do MESB com o Estado e a SENAES, foi o lançamento do PBSM, como também já mencionado no capítulo anterior. O PBSM foi um programa que integrava diversos ministérios em torno de suas ações e que tinha como objetivo principal a ampliação dos efeitos do já conhecido PBF, ou seja, o objetivo principal era a superação da miséria. Tratava-se de um plano capitaneado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o MDS. A economia solidária estava assinalada como parte das ações do PBSM no seio das ações de inclusão produtiva no contexto urbano. Foi justamente isto que gerou grandes divergências no próprio interior do MESB e, sobretudo, em sua relação com o Estado. As discussões giraram em torno das diferenças de concepção relacionadas às distintas características que, *a priori*, teriam as políticas de economia solidária e as de assistência social. Comenta Tiago (2020, informação verbal), sobre o tema:

E aí, depois, deu essa derrapada, que pra mim foi uma baita derrapada, que foi esse negócio de inclusão produtiva, essa articulação com o MDS pra conseguir recurso, aí desandou de vez. Aí é o CAD Único e acabou, foi bem ruim isso, e aí a SENAES virou puro discurso, uma casca sem correspondência em campo, sem políticas [de economia solidária] efetivas.

Como já destacado no capítulo anterior, a inclusão da SENAES no PBSM não caiu bem para alguns setores do MESB, com destaque para os que não eram ligados ao PT e à CUT. Neste caso, no entanto, não houve muito espaço para negociação, como no caso do PL865. De concreto, aumentaram substancialmente os recursos da SENAES com a entrada no PBSM, entretanto, não eram recursos que a SENAES tinha autonomia para definir o destino, o que

incomodava aqueles citados setores do MESB. Há uma outra questão, que é de fundo, mas que merece atenção, que é a possibilidade de o PBSM ter sido utilizado para fins eleitorais; e aí a ala crítica do MESB se incomodava ainda mais. Duas questões aqui importam, avalio. Uma se relaciona a já mencionada diferença de concepção entre as políticas de economia solidária e as de assistência social e a outra é sobre o mal uso das indispensáveis políticas de assistência social.

Sobre as diferenças de concepção, resta claro que políticas de economia solidária deveriam, pelo menos em tese, seguir os que talvez sejam os princípios mais caros à economia solidária, que são as ideias de coletividade, de solidariedade e de alteridade humanas. Se esses são valores inegociáveis da economia solidária soa natural que suas políticas mais do que os respeitem, os fomentem. Se fala de trabalho emancipado e de autogestão na economia solidária como tentativa de traduzir aqueles valores à prática. Do outro lado, as políticas de assistência social, pelo menos as que aqui vou comentando, ou seja, o PBF e o PBSM, são políticas mais ou menos individualizantes, é dizer, políticas que se bem atendem necessidades urgentes da população – e por isso se justificam –, o fazem de forma individualizada e com foco no consumo como forma inclusão social; ao invés do foco na transformação da forma de produzir e viver. Uma metáfora tosca sobre tal diferença de concepção poderia ser aquela que indica que não se deve dar o peixe, mas, sim, ensinar a pescar; no caso da economia solidária, ensinar a pescar de forma autogestionária. Quanto ao mal uso das políticas de assistência social, retomo o já dito por Luana (2020, informação verbal) no capítulo anterior, que mencionava que o PBSM teria servido de “mola de mobilização do primeiro mandato da Dilma”, ou seja, supostamente se buscava ali a fidelização dos beneficiários do PBSM como possíveis eleitores do PT nas eleições seguintes. Essa era uma constatação que incomodava sobremaneira os setores do MESB que não eram ligados ao PT e à CUT, indica Tiago (2020, informação verbal).

De um lado, a avaliação de uma parte considerável dos militantes do MESB que entendiam que a economia solidária, por sua característica libertadora e potencial de reinventar as relações de trabalho naturalizadas pelo sistema-mundo capitalista-colonial, não poderia ser confundida com ações de assistência social de tonalidades caritativa e individualizante. De outro lado, o governo Dilma, a SENAES e os setores do MESB ligados ao PT e à CUT que entendiam que o alto aporte de orçamento que viria do PBSM poderia produzir resultados positivos para as experiências de economia solidária já existentes e para as populações em situação de vulnerabilidade, potenciais novos sujeitos da economia solidária.

Para além das diferenças no interior do próprio MESB e em sua relação com a SENAES e o Estado em perspectiva mais ampla, é importante assinalar que tanto as políticas de

assistência social em análise isolada quanto as imbricadas com as de economia solidária propostas pelo governo Dilma causaram grande expectativa nos especialistas sobre o tema. Trataram-se políticas bem formuladas no nível nacional, de característica emancipatória, inclusive. No entanto, elas encontraram importantíssimos limites para sua implementação no nível local (Oliveira, 2016), limites esses talvez relacionados ao fato de serem políticas que se buscavam universais no contexto de um país profundamente diverso ou *abigarrado*, para ficar com Zavaleta.

Importa dizer que mesmo com o duplo processo relacional de negação-construção em evidência, a dificuldade de consenso no núcleo do próprio movimento e a dureza da SENAES na ocasião resultaram em baixa mobilização e a economia solidária acabou mantida dentro das ações do PBSM. Entendo este acontecimento reforça a ideia de autonomia inserida naquele período porque, ainda que a medida estatal tenha prevalecido, o MESB negou algo do/no Estado e propôs sua própria alternativa de ações para o lugar do que negara, que era o fortalecimento das políticas que mantinham e reforçavam os valores da economia solidária mesmo com menos recursos.

Para encaminhar esse ponto de reflexões, Ivan contribui em uma espécie de síntese do período:

A relação [com o governo] durante um bom período foi muito mais tranquila. Mas, teve períodos que foram mais difíceis. O mais difícil desse processo foi na preparação da IV Plenária que foi em 2008. Ali começou a parecer muita interferência e nós ficamos demarcando posições do que era projeto do governo e do que era projeto nosso. Não tem problema, nós temos nossos projetos e o governo tem os dele e nós vamos caminhar juntos, mas, como nós nascemos muito casados, nós nascemos muito dialogando quase como se fosse uma mesma coisa, então, esse processo ficou muito dolorida essa separação de o que é a sociedade civil e o que é governo e Estado. Então, essa coisa não foi fácil, foi dolorida. Por exemplo, o ponto máximo aí foi a reunião que nós fizemos logo depois dessa plenária, que foi disputadíssima, que foi tensa. Então, depois dessa IV Plenária, plenária mesmo nós fizemos mais uma que foi significativa que foi a V Plenária e daí parece que a economia solidária não tá valendo mais pra nada como valia antigamente, não faz mais reuniões, tem gente demandando plenárias, mas não vai, é uma pena (Ivan, 2020, informação verbal).

Com mais ou menos cooperação, com mais ou menos conflitos, com mais ou menos disputas, o que é certo é que a interação do MESB com o Estado, e especificamente com a SENAES, muito para além de colocar a economia solidária brasileira em evidência nacional e mesmo mundial, foi capaz de produzir muitas políticas de alcance nacional que foram formuladas e implementadas de 2003 em diante, como já citado no capítulo anterior. Destacarei, abaixo, o somatório das políticas que foram mencionadas por Lúcia, Paola, Flávia, Luis, Tiago, Cristina, Maria, Luana e Mariana quando eu perguntei quais eram as políticas que cada um dos entrevistados considerava como políticas que “deram certo”, considerando o conjunto de ideias

defendidas pela economia solidária. Antes de ir às políticas, um destaque de Lúcia (2020, informação verbal): “eram poucos os espaços de gestão estatal que compreendiam a política de economia solidária, ou compreendiam a economia solidária, com a perspectiva que o movimento a compreendia.”.

Considerando umas políticas específicas da SENAES e outras articuladas com uma série de ministérios e outras secretarias, as respostas, aqui imbricadas, indicaram: os dois mapeamentos nacionais de economia solidária, a política de formação (o CFES), as políticas de finanças solidárias (que incluíram os fundos solidários e os bancos comunitários), a criação do sistema nacional de comercialização justa e solidária, o Programa Cataforte, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o PRONINC, o Programa Ecoforte, os Pontos de Cultura, os Territórios da Cidadania, as ações que ficaram conhecidas como “ações integradas” por dentro do PBSM e as políticas de criação de redes de solidariedade.

Para além da indicação das políticas formuladas e implementadas, os entrevistados também relataram suas percepções sobre os processos de formulação, implementação e acompanhamento das políticas, assim como suas avaliações sobre os resultados das políticas; obviamente que estimulados por meus objetivos nesta tese, falaram como se davam as interações entre MESB e SENAES naqueles processos interativos e externaram suas avaliações. Começo com Mariana (2019, informação verbal), que apresenta reflexões para uma avaliação sobre os mencionados processos de interação:

Me parece que há sempre uma reclamação do movimento, que eu não sei dizer com certeza se é legítima ou não porque eu não vivenciei, mas, de uma dificuldade de ser ouvido na construção das políticas, ou de ter alguns enfrentamentos. Eu acho que é parte dos processos o enfrentamento, os debates, a divergência porque a gente divergia as vezes de quem estava na gestão pública. Então, me parece que há uma certa queixa do movimento sobre a qualidade da audição, qualidade da construção coletiva desses processos. [...] Desde a base do movimento a forma como a gente acredita que talvez devesse ter ocorrido é que as políticas deveriam acontecer a partir das demandas do movimento. O movimento ele demandou a organização da política e uma vez que os governos, digamos, se apropriaram dessa construção ideológica do movimento ele passou a ser o operador da política, ele passou a ser o proponente da política, deixando muitas vezes de ouvir e de potencializar os processos de organização do movimento pra que ele demandasse a política.

Por último, destaco a avaliação de Maria, compartilhada por Luis, Tiago e Luana, que adiciona um olhar bastante crítico à avaliação das políticas:

No nível federal, era algo de disputa de concepção, mesmo, do que era essa política, de como ela deveria ser feita e a gente chegava a esse tipo de discussão que era perceber pra onde que os recursos estavam indo, que eles estavam indo basicamente para as organizações de assessoria e que esses recursos deveriam ir pros grupos produtivos e os grupos decidirem que assessoria queriam ter no seu território; o recurso devia ir pra outro lugar. [...] Eu acho que a gente teve ações de governo, não tivemos política pública, porque é isso, as coisas acabaram, foram projetos, no máximo chegou a ter alguma coisa de programas (Maria, 2020, informação verbal).

Bem ou mal avaliados sejam os processos de interação para a formulação, implementação e acompanhamento das políticas sejam as políticas em si, o que é certo é que elas existiram, foram experimentadas. O evidente fechamento do Estado à participação, iniciado ainda em 2016 com Temer, produziu uma nova onda de discussões internas no movimento sobre um amplo leque de temas e, inclusive, sobre sua própria razão de existir. Em uma reunião do FBES, da qual participei, durante a Feira Latino-Americana de Economia Solidária de Santa Maria, em julho de 2017, uma série de avaliações de militantes do Brasil inteiro iam no sentido de que a experiência de intensa interação MESB-Estado deveria de deixar alguns ensinamentos. Com foco, sobretudo, na crítica à dependência financeira do MESB em relação ao Estado, algumas falas foram marcantes naquela reunião: “a gente já avaliou que viemos de um período de dependência da política pública e agora precisamos avançar na ideia de sermos autossustentáveis”; “a gente foi se estragando porque fomos acreditando demais que sempre teria dinheiro da política pública”; “acho que sempre tivemos um papel subalterno em relação à política [institucional], precisamos reverter isso”; “não seria o momento de a gente se desvincular um pouco disso [da política institucional, dos partidos políticos]?”.

O que me parece razoavelmente evidente é que, se o que está em jogo é uma ideia de independência financeira do movimento em relação ao Estado, o FBES como sujeito político-coletivo representante do MESB não conseguiu levar a cabo estratégias de independentização do Estado. Sobre o tema, Luis e Cristina fazem destaques que revelam certa dependência do MESB: “As plenárias elas eram convocadas em comum acordo entre a SENAES e o FBES, elas eram financiadas pela SENAES. Se abria ali um edital pra organização da plenária e algumas instituições da sociedade civil disputavam esses editais e recebiam recursos pra organizar.” (Luis, 2020, informação verbal); “Teve regiões do Brasil que o movimento não conseguiu sobreviver depois que o governo tirou o apoio” (Cristina, 2020, informação verbal). João fizera avaliação parecida, tal qual explorei no capítulo anterior, que é também seguida pela avaliação de Paola, compartilhada com Leda e Mariana:

O que eu queria ressaltar é que o Fórum, como nasceu junto, de alguma maneira, ele sempre “mamou nas tetas” do governo, ele sempre teve muita dificuldade de andar sozinho e esse momento aí [PL865] eu acho que foi o primeiro momento de grande divergência, onde a SENAES se alinha pra um lado e a gente se alinha pro outro e aí a gente diz “não, não jogamos o mesmo jogo”. Então, foi meio que, há uma demarcação, a partir daí, tanto é que em 2012 a gente conseguiu fazer a nossa plenária, com o movimento completamente rachado, estraçalhado por conta do que tinha acontecido no momento do PL (Paola, 2020, informação verbal).

Luana (2020, informação verbal), no entanto, pondera:

Pros movimentos sociais a planta germina muito mais fácil quando tu tem acesso [ao Estado e à recursos estatais], entende? Agora, isso não quer dizer que esse movimento

não conseguia se organizar se não tivesse o governo. É claro que quando você tem um governo que olha pra você de uma forma mais democrática, muitas vezes ele não vai concordar com você, muitas vezes a SENAES não concordou conosco, mas, que vai te ouvir, que vai te respeitar. É diferente de quando você tem um governo que não te respeita, que nem considera que você exista. Ou, pior, um que pega a sua bandeira e que transforma como uma coisa dele (Luana, 2019, informação verbal).

Não é pouco destacar, no contexto dos relatos acima expostos, que se bem o FBES não se atentou suficientemente para esta questão de sua autossuficiência financeira, entidades-membras do FBES, ou seja, sujeitos políticos-coletivos pertencentes ao MESB, alcançaram melhor êxito. É o caso das entidades que reproduziram tal qual a forma de organização sindical e mesmo partidária, como a UNISOL, a UNICAFES e a UNICOPAS. Essa capacidade de manutenção da vida ativa para além dos recursos oriundos de políticas públicas entregaria a estas entidades, inclusive, o papel de interlocutoras privilegiadas com o Estado, outrora exercido pelo FBES em seu conjunto (Maria, 2020, informação verbal), como destaca Schiochet (2017, p. 82):

El año 2014 fue creada la Unión Nacional de Organizaciones Cooperativas Solidarias [UNICOPAS]. Una asociación nacional que reúne a tres organizaciones representativas de emprendimientos económicos solidarios: la Unión Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar y Economía Solidaria (UNICAFES), la Central de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios (UNISOL) y la Confederación de Cooperativas de la Reforma Agraria (CONCRAB). Por medio de la UNICOPAS se concretó la unión de más de tres mil emprendimientos solidarios representados por dichas entidades. Si se concreta la adhesión del movimiento de los recolectores [MNCR] se tendrá una fuerte organización nacional del cooperativismo solidario con procesos organizativos y políticos más autónomos respecto al FBES.

O processo de retirada do MESB de relações diretas com o Estado, produto do contexto político pós-Golpe de 2016, se não representou a negação do Estado em sua totalidade, pelo menos representou uma negação bastante explícita em relação ao poder executivo federal. Se tal processo pode ser interpretado, também, como uma espécie de retomada de um horizonte histórico emancipatório na relação com a totalidade do sistema-mundo capitalista-colonial e, especificamente, com o Estado, já ensaiado até antes de 2003, trata-se de um diagnóstico ainda impossível de apurar.

Sobre os fatos, entre maio e julho de 2016, quando a presidenta Dilma acabara de deixar provisoriamente seu posto em função do processo de *impeachment* que terminaria no Golpe, três fatos foram marcantes: primeiro, em 11 de maio, logo após o afastamento provisório da presidenta, Paul Singer e Roberto Marinho, seu secretário-adjunto, pediram exoneração de seus cargos na SENAES; com eles saíram todos os demais cargos considerados “cargos políticos”. E, depois, nos primeiros dias de junho, o FBES emitiu uma nota de repúdio não reconhecendo o novo secretário, indicado por Temer, anunciando assim sua indisposição para diálogos com



o novo governo (Santos, 2019). O terceiro acontecimento se deu no mês de julho daquele ano, durante a Feira de Santa Maria, como mostra Lúcia (2020, informação verbal):

A Assembleia Popular do Movimento de Economia Solidária que aconteceu, que foi uma iniciativa em 2016, na Feira de Santa Maria, justamente que a gente começou a pensar que precisava organizar uma estratégia de diferentes movimentos no âmbito da economia solidária. Todos aqueles movimentos que se reconheciam na economia solidária precisavam sentar junto pra conversar e pensar as estratégias. Então, foi essa a proposta daquela assembleia, que não deu muito certo porque o Fórum ficou enciumado e implodiu o negócio, então, foi bem ruim, foi um movimento mais amplo que se fez com vários sujeitos da economia solidária e aí o Fórum vem, de novo, e reivindica pra si o lugar de protagonista único desse processo. [...] No entanto, quando a gente tinha um Fórum bem articulado e bem organizado, a gente participou de um processo que chamava Diálogos e Convergências.

Vale a pena registrar alguns comentários sobre os esforços que terminaram na articulação Diálogos e Convergências, como lembra Lúcia. Temporalmente, tratou-se de um acontecimento que aqui estaria aparentemente fora de lugar visto que se desenrolou no segundo semestre de 2011, com a atividade final realizada em Salvador, na Bahia, entre os dias 26 e 29 de setembro, com 300 participantes (Bertucci; Kirsch, 2012). No entanto, sobretudo considerando seu conteúdo, ou seja, o caráter daquele processo, entendo como bastante adequado registrá-lo aqui. Isso porque, mesmo ainda em pleno processo de interação com o Estado e a SENAES, vale de nota que as duas principais tensões percebidas durante a relação FBES-SENAES (a do PL865 e a da inclusão da SENAES no PBSM), como já mencionado, se deram no primeiro semestre daquele ano.

É interessante perceber, neste contexto, que o relatório da V PNES, na seção “Orientações para a ação”, indica nos dois primeiros pontos de orientação à ação, ações para além do Estado; sendo que os dois últimos pontos – são quatro no total – indicam ações relacionadas à interação MESB-Estado. Nesta esteira, não é pouco lembrar que aquela se tratou de uma plenária bastante disputada do ponto de vista da concepção do movimento. Parece-me muito que, se bem resta óbvio que o MESB não abria mão, naquele momento, da interação com o Estado e a SENAES, o Diálogos e Convergências foi um experimento interessante de fortalecimento de vínculos para além do Estado, antecipando aquelas reflexões que se tornariam indispensáveis no pós-2016, como se pode ver no relatório acima citado (FBES, 2012, p. 86-87):

É consenso a importância do diálogo e articulação com outros movimentos sociais parceiros da economia solidária, numa perspectiva de união de forças para fortalecer as lutas e construir o projeto político comum, e isto deve ser feito a partir dos territórios. O desafio colocado é definir estratégias de aliança com a diversidade de movimentos sociais rurais e urbanos, partindo de nossa identidade de sermos um espaço de articulação de trabalhadores e trabalhadoras, como a economia do povo sob autogestão. Fortalecer o diálogo entre movimentos é fundamental para fortalecer a Economia Solidária. Para isto, um primeiro passo é identificar os movimentos com

bandeiras comuns e agendas próximas da economia solidária, e a partir disso desenvolver atividades e ações conjuntas, por exemplo, espaços de formação e troca de experiências, feiras, reaplicar a metodologia do “Encontro de Diálogos e Convergências” (setembro de 2011) que consistiu em visibilizar a convergência nos territórios, a partir das experiências locais.

Retornando à ordem temporal, daquele momento em diante, 2016 (ano do Golpe e da tentativa de mobilização apontada por Lúcia), o que se pôde ver em relação às políticas públicas de economia solidária no nível federal foi um desmonte cada vez maior. Além disso, a citada, no capítulo anterior, tentativa de extinção, por parte de Bolsonaro, de vários conselhos nacionais gestores de políticas, dos quais é parte o CNES, assim como a consolidada extinção da SENAES, inviabilizou qualquer possibilidade de interação MESB-executivo federal. Ou seja, por mais que fosse desejo do movimento fazê-lo, o Estado não está à disposição no momento atual. Por outro lado, até 2020, temporalidade que alcança este estudo, com destaque para 2019, eram fortes as mobilizações e construções da VI PNEs, agitadas pelos seguintes pontos de discussão<sup>88</sup>: Resistência à crise do capitalismo; Convergência com outros movimentos sociais; Organicidade do FBES; e, Relação com o Estado. Pude participar como observador-participante das etapas do Rio Grande do Sul das citadas construções e, não restam dúvidas, o ponto que gerou as discussões mais demoradas na etapa estadual foi o último, da relação do MESB com o Estado.

Pensar a relação entre o MESB e o Estado é pensar, em maior ou menor medida, para onde se projeta a ação do movimento. Inevitavelmente, a opção do MESB pelas ações **com o Estado**, sem as quais as últimas 25 páginas desta tese sequer poderiam ter sido escritas, produziram aquela mencionada, na seção de abertura deste capítulo e também em capítulos anteriores, separação entre as dimensões econômica e política da vida, da ação humana. De forma deliberada ou não, parece ser sobre isso que Neneide falava em sua resposta à Gilberto Carvalho. Se a ação do movimento se dá no cotidiano do trabalho coletivo-associado, e se essa ação é, finalmente, um fazer econômico e político, como defendi no capítulo 1, fatalmente a ação por dentro do Estado leva àquela mencionada separação. Não é possível que a Neneide esteja ao mesmo tempo produzindo coletivamente com seu grupo de trabalho coletivo-associado (em um fazer econômico-político) e reivindicando políticas públicas em uma reunião do conselho nacional de economia solidária (no que caracterizaria um fazer político daquele tipo centrado no Estado como o detentor do monopólio da política). Sobre este tema, dos dilemas relacionados aos fazeres ora econômico-políticos, do cotidiano dos grupos de trabalho

---

<sup>88</sup> Estes quatro pontos de discussão são parte do “Documento Provocador: Rumo à VI Plenária Nacional de Economia Solidária”, documento lançado pelo FBES em maio de 2019.

coletivo-associado, ora apenas políticos, relacionados à relação do MESB com o Estado para reivindicar políticas públicas, pude capturar, de forma até pouco planejada, alguns relatos durante minhas entrevistas. Represento tais relatos, encontrados pelo menos nas falas de Mariana, Lúcia, Tiago e Maria, com o que disse a última:

Eu olho pra isso [os objetivos do MESB] pelo aspecto econômico, econômico-político, mas, tendo a economia como base, como possibilidade de tu criar redes de cooperação entre essas iniciativas, esses coletivos que trabalham e tal. Mas, me parece, que o que acabou sendo mais forte nessa articulação foi o caráter mais político, mesmo; a estratégia econômica não teve tão presente nisso que se chamou movimento nesse momento em que ele esteve organizado de maneira mais forte. Pode ser o que, quem sabe, a UNISOL foi buscar fazer, ou seja, criar a articulação econômica também. [...] A relação é completamente diferente, a relação que se dá aqui no município, seja no momento que era o governo do PT seja nesse momento que é um governo do PSDB, é totalmente diferente do que era a relação com o Estado no nível nacional (Maria, 2020, informação verbal).

O que eu chamava linhas acima de separação entre economia e política me parece se encaixar muito com o relato acima apresentado. Eu estive em muitas reuniões dos fóruns locais de Novo Hamburgo e de Canoas, além de minhas idas à Feira de Santa Maria e de meu envolvimento com as mobilizações rumo à VI PNEs, e assino embaixo do que dizem os relatos. E aí, por que “as bases” não se apropriavam das discussões **políticas** realizadas no âmbito nacional entre MESB e SENAES? Por outro lado, por que os trabalhadores no nível local iam e ainda vão, nos fóruns que seguem funcionando, apenas para reivindicar espaços nas feiras e assim garantir seu sustento **econômico**? Obviamente, eu não tenho respostas acabadas para estas perguntas. No entanto, do ponto de vista de um diagnóstico pelo menos hipotético, arrisco que para as duas questões uma resposta que indique para a separação entre economia e política como causa de tais descompassos podem ser úteis às reflexões.

Neste contexto, e finalmente objetivando encerrar esta seção, abaixo reproduzo o relato de Robson, que é compartilhado com, pelo menos, Mariana, Otávio, João, Paola, Cristina e Luis e que bem poderia ser considerado uma espécie de farol para os dias que virão, ou seja, de indicação de caminhos de por onde e como o MESB poderia trilhar seus passos daqui para diante.

Não tem outro caminho, você tem que trabalhar o local, o territorial e, ao mesmo tempo, com uma incidência no global; e eu acho que a economia solidária ela pode conectar essas duas coisas, ela pode estar vinculada a grandes propostas de lutas políticas em nível mais ampliado e você, sobretudo, fazer um trabalho que tenha um incidência mais local-territorial que é o que é mais característico da economia solidária. [...] Então, a economia solidária tem um potencial de reconectar agendas que é simplesmente extraordinário e, ela faz, justamente porque ela recoloca a dimensão do econômico que os movimentos críticos não sabiam com lidar com ela simplesmente. [...] Se a gente disser que é o econômico ou geração de renda seria limitado porque pra determinadas formas de organização e modos de organizar o trabalho como no caso das práticas de economia solidária, isso não se faz separado

das demais dimensões que organizam a vida em determinado contexto. É a vida das pessoas, aspecto cultural, social, político e tal. Então, a agenda da economia solidária é, em certo aspecto, uma agenda territorial. [...] É uma relação entre economia e vida, então, **a agenda é uma agenda de ressignificar as formas de organizar a vida nos territórios** e é o mesmo que recuperar o sentido etimológico fundamental do que é a ideia da própria economia (Robson, 2020, informação verbal, grifos nossos).

Mesmo diante de todo o exposto, avalio que ainda é cedo para dizer o que o movimento está construindo para o lugar da negação explícita da relação com o executivo federal marcada pela nota de repúdio do já longínquo 2016. Há todo o processo de mobilização para a VI PNES em curso, processo que poderá desembocar em diversas possibilidades de ação. Parece-me, entretanto, seja considerando os relatos acima apresentados seja por minha inserção no movimento, que a “via territorial” vai ganhando forças. No entanto, sobretudo considerando o caótico contexto político produzido por Bolsonaro e pela pandemia de Covid-19, os setores do MESB ligados ao PT e à CUT já tensionam no sentido de discussões de nível nacional vislumbrando o pleito presidencial de 2022.

Do ponto de vista das autonomias, arrisco que o momento atual representa um retorno à experimentação de ações de **autonomia independente para além do Estado**, tal qual caracterizei a experiência até a criação do FBES e da SENAES. A novidade diferencial de lá para cá é, sem dúvidas, que agora o movimento se reconhece; as experiências de trabalho coletivo-associado, as redes de comercialização e consumo solidários se reconhecem, sabem onde estão Brasil afora. Se antes eram experiências territorializadas e desarticuladas agora elas poderão ser territorializadas e articuladas. Se a autogestão dos recursos materiais e do trabalho, já presente nos grupos de trabalho coletivo-associado em muitos cantos do Brasil, poderá transcender à auto-organização substantiva da vida em comum nesse possível “retorno ao território” ensaiando, assim, uma experimentação do Autogoverno popular-comunitário, não tenho elementos para responder. Suponho, no entanto, tratar-se de um longo caminho para o caso da economia solidária brasileira. Poderá o caso da economia solidária mexicana contribuir à aceleração desse processo?

### **6.3 O Movimento de Economia Solidária Mexicano: entre a dispensa do Estado e a falta de oportunidades políticas**

*“Hoy la humanidad necesita nuevos esquemas que nos permitan superar dependencias del poder estadounidense y de la religión del dinero... ante las viejas Patrias, precisamos reconocer las nuevas Matrias que nosotros llamamos ecosistemas: entidades basadas en el territorio ecológico hoy en crisis, el amor al terruño como lo practican los indígenas, lo no*

*patriarcal ante el ascenso del cuidado de la mujer, una rurbanización que restablezca el equilibrio campo/ciudad.”*

Luis López Llera

Para contar a história do Movimento de Economia Solidária Mexicano e para tentar compreendê-la a partir da lente das autonomias, seguindo a mesma dinâmica metodológica do caso brasileiro, além de revisão de literatura, neste caso realizei observações e entrevistei, com base em roteiros semiestruturados, 12 militantes do MESM. As entrevistas me ajudaram substancialmente na compreensão de como se desenrolam as experiências de economia solidária<sup>89</sup> naquele país. Em relação às entrevistas, na Tabela 10 apresento os sujeitos entrevistados.

**Tabela 10 – Sujeitos do Movimento de Economia Solidária Mexicano**

<b>Entrevistada/o</b>	<b>Relação com o MESM</b>
<b>1 MARGARIDA</b>	É militante do MESM, membra da equipe do Programa EcoSol da <i>Radio Educación de México</i> e professora universitária
<b>2 YOLANDA</b>	É militante do MESM, é membra de um coletivo de moeda comunitária e consumo responsável, assim como de uma feira de economia solidária
<b>3 RODRIGO</b>	É militante do MESM, membro de uma cooperativa e integrante do <i>Colectivo de Cooperativas da Nueva Central de los Trabajadores</i>
<b>4 FRANCISCA</b>	É moradora do <i>pueblo</i> indígena de San Andrés Totoltepec (Tlalpan, CDMX) e membra da <i>Frente Defensa y Protección del Patrimonio de San Andrés Totoltepec</i> e do <i>Concejo Comunitario de Autogobierno de San Andrés Totoltepec</i>
<b>5 GONZALO</b>	É morador do município indígena de Oxchuc (Chiapas), militante do <i>Movimiento Social</i>

<sup>89</sup> No México, muito em função da formalidade jurídica-constitucional, se fala muito do **setor social da economia**. A partir disso, nem sempre atentos às diferenças conceituais, os sujeitos falam de **economia social**, de **economia social solidária**, de **economia social e solidária** e, finalmente, também de **economia solidária**. Aqui, sobretudo para manter-me com o termo mais comum no Brasil, optarei sempre pela última opção.

	<i>Oxchuc</i> e membro da <i>Comisión Permanente por la Paz y Justicia de Oxchuc</i>
<b>6 JAVIER</b>	É professor universitário, entusiasta da economia solidária e foi um dos fundadores do PRD (atualmente não estando mais filiado)
<b>7 ALONZO</b>	É militante do MESM e membro da <i>Caja Popular Mexicana</i>
<b>8 GUADALUPE</b>	É militante do MESM e professora universitária
<b>9 PAOLA</b>	É professora universitária, foi membra de um centro de investigações em economia solidária e é entusiasta da economia solidária
<b>10 DARÍO</b>	É militante do MESM e membro de um coletivo de moeda comunitária e consumo responsável
<b>11 PAULINA</b>	É professora universitária e entusiasta da economia solidária
<b>12 JOSE</b>	É militante do MESM e membro <i>Alianza Cooperativista Nacional (ALCONA)</i>

Fonte: elaborado pelo autor.

Antes de debruçar-me ao conteúdo da seção em si, vale a pena assinalar que mesmo sendo a seção das reflexões finais o lugar no qual apresentarei uma síntese comparativa entre os casos de Brasil e México, já irei fazendo uma série de comparações no decorrer desta própria seção, o que avalio contribuir à elucidação de questões tanto do caso mexicano quanto do brasileiro. Neste sentido, da mesma forma com que iniciei a seção anterior refletindo sobre tratar-se ou não de uma experiência de movimento social a experiência da economia solidária brasileira, o mesmo faço aqui, agora em relação ao México. E, para começar, importa mencionar que, ao mesmo tempo em que são substantivas as diferenças de configuração das experiências de ambos os casos, existem também semelhanças importantes. A principal diferença, que detalharei logo adiante, é a constatação de que no México, até a atualidade, não se conformou um sujeito político-coletivo aglutinador e legitimado para representar o conjunto das experiências de economia solidária no país, como ainda é o caso do FBES no Brasil.

Mesmo diante de tal considerável diferença, existem elementos para afirmar que, sim, existem no México redes de sujeitos individuais e coletivos ligados à economia solidária que se engajam em conflitos políticos e culturais, retomando outra vez Diani (1992). No entanto, aqui parece ser mais adequado falar de redes no plural, justamente pela ausência daquele sujeito

político-coletivo antes mencionado. Para além disso, se aplicam as mesmas considerações que para o caso brasileiro: grupos de trabalho coletivo-associado territorializados envolvidos em conflitos econômicos de caráter cotidiano que reforçam o argumento de que a dimensão econômica, pelo menos na América Latina, deve ser considerada nas reflexões sobre movimentos sociais. Por outro lado, também a experiência mexicana indica que há política onde usualmente se vê apenas economia. Ficam faltando, na comparação com o caso brasileiro, como se poderá ver, as interações com o Estado através de ações institucionalizadas em instituições participativas com regras explícitas e interações sistemáticas. Vale ainda registrar que a maioria dos entrevistados considera que, sim, a experiência da economia solidária mexicana se trata de uma experiência de movimentos sociais.

Para começar um recorrido histórico, entendo que vale a pena mencionar a contribuição de Rojas, que destaca os primórdios da experiência mexicana ainda como uma experiência embrionária de movimento social, primeiro, para logo assinalar as dificuldades de consolidação de tais experiências ao redor de um sujeito político-coletivo integrador. Ao fazê-lo, Rojas (2013, p. 150; 153) também chama a atenção para a dimensão econômica, intrínseca ao fazer dos movimentos de economia solidária na América Latina:

La emergencia de la economía social en nuestro país, como un movimiento social con identidad propia, se configura a partir de la década de los ochenta del siglo pasado, como una respuesta popular ante la crisis del Estado benefactor y el viraje hacia el modelo neoliberal basado en el libre mercado, que trajo consigo fuertes procesos de desregulación del trabajo en todo el mundo. [...] Se trata, asimismo, de un sector económico que carece de una identidad colectiva, plenamente reconocida y asumida por los diferentes actores que lo integran. En efecto, las diferentes figuras asociativas que forman parte del sector social de la economía no se reconocen mutuamente una identidad colectiva común.

Guadalupe (2019, informação verbal), em avaliação compartilhada com Javier, complementa a informação de Rojas com uma espécie de diagnóstico da atualidade:

Sí, claro que hay [un movimiento de economía solidaria en México], y se ha desarrollado de manera rizomática sin una cabeza, sin una conducción a pesar de que los viejos líderes quieren centralizarlo y concentrarlo y no pueden. Lo ha hecho [el movimiento] fundamentalmente jóvenes y a través de los mercados solidarios de orgánicos, naturales, artesanales y sí hay crecido un montón en los últimos tiempos; te diría eso más que nada. [...] Hacen 10 o 12 años que empezó eso más o menos fuerte y se ha reproducido mucho más rápido que en los 30 años anteriores de trabajo de las ONGs. [...] No es una articulación al estilo antiguo con una jerarquía de partidos piramidal, sino que es una articulación por abajo.

Quero começar uma espécie de aprofundamento ao redor da retomada histórica de Rojas e do comentário de Guadalupe sobre a atualidade destacando, a partir da contribuição de Jose (2019, informação verbal), um antecedente que me parece interessante assinalar, o da curta existência do Partido Nacional Cooperativista (1917-1929):

Te quiero comentar que hay un antecedente histórico. De hecho, en el siglo antepasado, en México se desarrolló mucho ya el tema del cooperativismo. Concretamente, sobre todo, lo de producción, al grado que llegó a existir el Partido [Nacional] Cooperativista. Existía el Partido Cooperativista que durante el proceso de la revolución cobró un papel importante y posterior en la reconstrucción nacional después de la revolución mexicana de 1910/1917. En esta reconstrucción todavía estuvo el Partido Cooperativista como tal, sin embargo, a la larga fue atacado duramente por lo que sería después el partido oficial que acabó en el PRI y en esta situación se fue separando el cooperativista ideológico y el cooperativista que trabajaba las bases sociales. El que trabajaba en las bases sociales se fue a lo que fue el partido oficial, el PRI [en aquel momento el PRM], y el ideológico se fue a lo que era el Partido Sinarquista. Entonces ahí se fragmentó el Partido Cooperativista. [...] Derivado de esos procesos es que en 1938 surgió lo que era la Ley General de Sociedades Cooperativas, que fue lo más representativo del sector social [de la economía].

Feito tal resgate de quase um século atrás, vale a pena destacar uma importante coincidência na trajetória dos movimentos de economia solidária de Brasil e México. Para tanto, destaco uma passagem do livro de Laura Collin, *Economía Solidaria ¿capitalismo moralizador o movimiento contracultural?* (2012, p. 186):

Tanto en México como en Brasil, la ideología de las CEBs, incluía ideas orientadas a la autosuficiencia y la autonomía, que suponen a mi juicio el rescate del principio de subsidiariedad de larga tradición en el pensamiento clásico: según este principio, asociaciones humanas más pequeñas, locales y “bajas” tienen funciones sociales que les corresponden y que no deben ser asumidas por asociaciones más grandes y “altas” (Hochschild, 2007), y que ha inspirado el mantenimiento de autonomía y distancia con respecto al gobierno.

Da contribuição de Collin gostaria de chamar a atenção para dois pontos, um primeiro que desenvolverei agora e um segundo que o farei mais adiante. O primeiro: o papel das CEBs como “sementeiras” das experiências de economia solidária também no México, ou seja, coincidindo com o caso brasileiro; e, o segundo: sobre o princípio da subsidiariedade, que se bem não desenvolverei a partir de tal conceito por falta de apropriação, me interessa mencionar em função de seu significado que indica para o plano local, territorial-comunitário, como o lugar da organização, ou da auto-organização, da vida em comum.

Quanto às CEBs, não deve ser surpresa que elas tiveram forte influência na população mexicana. Reunidos em torno das ideias da Teologia da Libertação, ideias essas que animavam as práticas das CEBs, foi em Puebla, no México, que em 1979 bispos da Igreja Católica realizaram a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Collin, 2012). Foi na conferência anterior, a segunda, realizada em 1968 em Medellín, na Colômbia, que seria “lançada” a Teologia da Libertação. Neste contexto e outra vez com Collin, é possível constatar que elas tiveram um papel determinante, assim como no Brasil, no que mais tarde ficaria conhecido também no México como economia solidária:



Las CEBs mantuvieron un protagonismo central de los 70 a los 90. En la época del reflujo si bien aisladas no permanecieron inactivas. Desde la base, pero más frecuentemente impulsadas por agentes externos: asesores o animadores –parte provenientes de organizaciones eclesiales (sacerdotes y monjas) otros de las organizaciones surgidas bajo el influjo de la pastoral social–, siguieron promoviendo redes de comercialización (Red Mexicana de los pobres con dignidad, antes llamada Red de Comercialización desde las Comunidades Eclesiales de Base), e inclusive de uso de monedas alternativas (el Talento) (REMPRODIG 2002: 27), incorporaron nuevos conceptos como el de Economía Solidaria (REMPRODIG, 2002: 34) y establecieron vínculos con redes como REMECC (Red Mexicana de Comercio Comunitario), REDECOP (Red de Cooperativas), TLALOC- PDP (Promoción del Desarrollo Popular), RELACC (Red Latinoamericana de Comercio Comunitario). Ni siquiera renunciaron a la manifestación política: en el Encuentro Nacional de CEBs en Oaxaca (1988), manifestaron una actitud crítica frente al neoliberalismo, al que acusaron de haber causado un **desastre humano**. Con el nombre de CEBs o como organizaciones comunitarias, muchas experiencias subsistieron durante la época del reflujo, al principio de los 80, para esperar nuevos aires o un mejor clima de comprensión por parte de la iglesia, “... con el tiempo se extinguieron las raíces primeras, pero no la semilla nueva” (Oliveros, 1989). Efectivamente al diluirse la persecución contra a Teología de la Liberación se comenzaron a permitir e incluso impulsar iniciativas para revivir las CEBs (Collin, 2012, p. 189, grifos da autora).

Seguindo o fio da história, Alejandro (2019, informação verbal), apresentado já no capítulo anterior por ter sido presidente da comissão de fomento cooperativo e economia social da câmara dos deputados, destaca que o processo experienciado na CDMX depois do grande terremoto de 1985, ou seja, a reconstrução das milhares de residências e outros imóveis organizada por uniões de vizinhos e movimentos comunitários, pode ser apontado como uma experimentação importante de ajuda mutua e, de fundo, uma experimentação de economia solidária de ainda antes de o termo e o conceito se difundirem no país. Chegando aos anos 1990, Alejandro lembra de outro acontecimento que teria inspirado o MESM, a saber: o já citado, em capítulos anteriores, levantamento Zapatista de Chiapas, no sudeste do país. Na primeira metade daquela década o México foi palco deste acontecimento contestatório bastante impactante em nível mundial e, certamente, o mais impactante da América Latina.

Não mencionei o levantamento Zapatista ao citar os protestos políticos extrainstitucionais acontecidos no México quando da sistematização dos contextos políticos, no capítulo anterior, porque o levantamento é de 1º de janeiro de 1994 enquanto que o meu período de análise se inicia com o governo de Zedillo, em dezembro daquele ano. No entanto, faço aqui esse destaque porque se bem a experiência Zapatista é bastante mais marcada pelo *slogan* da autonomia, quero defende-la também como uma experiência que deve ser vista como um antecedente do MESM, por um lado, e como uma experiência que até a atualidade pratica economia solidária, por outro lado. Para tanto, farei uma abordagem mais ampla, defendendo que as experiências da diversidade de lutas e de manutenção das formas indígenas e ancestrais de organização da vida em comum contém os pressupostos da economia solidária.

Um primeiro apontamento que julgo necessário se fazer é o que indica para uma articulação entre as ideias de *Buen Vivir* e de decolonialidade do poder com a de economia solidária. Na primeira seção deste capítulo já apontei que não demoraria para que as discussões sobre economia solidária incorporassem os modos de vida indígenas como experiências concretas capazes de elucidar o conceito. No entanto, há os que optam por falar de *Buen Vivir* e há os que optam por falar de economia solidária. Para as lutas concretas, ou seja, para a ação, poderia ser o caso de se buscar uma unificação de tais categorias (bandeiras); provavelmente seria um feito que acumularia forças para ambos os lados. Do ponto de vista conceitual e analítico, entretanto, existem diferenças e entendo que vale a pena perceber as nuances que separam tais propostas. Antes das diferenças, uma aproximação: mesmo no Brasil, onde a população indígena em 2014 era de apenas 900.000 pessoas (CEPAL, 2015) diante de uma população total de mais de 210 milhões, o relatório da V PNEB do FBES (2012, p. 37-38) já dizia o que segue:

A discussão sobre o bem viver vem aos poucos se embrenhando no Movimento de Economia Solidária e remete à proposta de um projeto político alternativo ao capitalismo. A palavra bem-viver surge no Equador e na Bolívia, e está ligada à experiência dos povos indígenas e nativos da América Latina, e à proposição de um socialismo democrático. Afirmamos a importância de um projeto societário socialista, pois, sem isso, o bem-viver aparece apenas como uma ideia romântica. O conceito de bem-viver complementa o sentido de sustentabilidade, diferenciando-o do seu uso pelo capitalismo. Para nós o bem viver é o alicerce dos princípios. Nossa organização deve garantir que suas experiências locais, e atividades econômicas sejam conduzidas por uma lógica onde a educação, saúde, habitação, enfim, os direitos fundamentais sejam o principal objetivo. Bem Viver é um estado de ânimo do indivíduo, da sociedade, de um país, no tocante à paz e à felicidade individual e coletiva. Os povos e populações tradicionais possuem este tipo de relação com a vida, a terra e o planeta, e é muito importante entender como eles ainda preservam uma “cosmovisão” sobre o jeito de viver, onde tudo está integrado. [...] A Economia Solidária deve pressupor esta finalidade: a promoção do bem-viver. Entendemos que o bem viver constitui o respeito para com o ambiente, compreende uma vida harmônica entre todos os seres – com valores já preconizados pelos povos indígenas, como solidariedade, trabalho coletivo etc. Ou seja, viver em harmonia, de maneira digna, respeitando o espaço do próximo, sem competitividade, nem exclusão.

Neste contexto, com foco no “universo indígena”, entendo que a proposta do *Buen Vivir* é mais abrangente e pode ser mais frutífera aos movimentos subalternos por dois motivos. O primeiro é porque ela aparece articulada com a ideia de colonialidade do poder, como em Quijano (2014a). E, a ideia de colonialidade do poder remete à de totalidade (Marañón; López, 2020). Este primeiro motivo me leva ao segundo – e também revela aquela fragilidade das discussões sobre economia solidária que apontei na primeira seção deste capítulo. Pensar com as ideias de colonialidade do poder e de *Buen Vivir* é pensar na integralidade da vida, é pensar que todas as estruturas de poder e dominação do sistema-mundo capitalista-colonial podem e devem ser superadas; e é pensar, também, na reconexão entre as dimensões política e econômica

da vida e nas possibilidades de organização substantiva da vida em comum que estão para além das referências daquele sistema mundial vigente. Neste sentido, as discussões sobre economia solidária ainda estão um passo atrás das sobre *Buen Vivir* que apresentam as experiências indígenas como casos típicos. Sobre *Buen Vivir* e os povos indígenas, dirá Quijano (2014a, p. 857; 847):

No es por accidente histórico que el debate sobre la Colonialidad del Poder y sobre la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada, haya sido producido, en primer término, desde América Latina. Así como no lo es que la propuesta de Bien Vivir provenga, en primer término, del nuevo movimiento de los “indígenas” latinoamericanos. [...] Todo el dilatado proceso histórico de constitución de la Colonialidad Global del Poder ha ingresado en una profunda crisis. El “Bien Vivir” como expresión de las poblaciones indígenas de América Latina configura una alternativa de vida social que sólo puede ser realizada como la Des/Colonialidad del Poder.

Lançando o enfoque para questões relacionadas ao trabalho e à produção, ou seja, para a dimensão econômica da vida, Marañón demarca as diferentes formas de gestão dos recursos materiais e do trabalho protagonizadas pelas experiências de *Buen Vivir* e de economia solidária, por um lado, e pelas das empresas capitalistas e de trabalho assalariado, por outro:

Existen distintas maneras de vivir, es decir, diferentes racionalidades. Estas diferencias se pueden advertir en la forma en que producen tanto los campesinos e indígenas como las empresas capitalistas: los primeros producen lo que necesitan para vivir, apoyándose en la familia y la comunidad, cuidando la naturaleza, viviendo la alegría de la solidaridad en el trabajo colectivo y en el autogobierno, entendido este como la toma colectiva de decisiones mediante las asambleas; en cambio, a los empresarios capitalistas les interesa invertir su dinero en la producción de algo que se pueda vender, para luego obtener una ganancia y así acumular dinero, poder y prestigio, sin importarles el bienestar de sus trabajadores y si despojan a los campesinos de sus tierras, sobreexplotan las fuentes de agua y contaminan ríos o provocan otros daños a la naturaleza. Estas racionalidades pueden existir al mismo tiempo, pero solo una de ellas se vuelve dominante y es la que imponen los poderosos (Marañón, 2017, p. 266).

É interessante a aproximação que Marañón faz entre indígenas e campesinos. É interessante porque amplia a ideia de *Buen Vivir* para além dos povos indígenas, abrindo caminho para que ela possa alcançar, portanto, as populações campesinas não indígenas (Armando Bartra [2008] chamou esse imbricamento entre o campesino e o indígena de “campesindio”), ao que se pode adicionar ainda as populações urbanas que praticam economia solidária em seus cotidianos. Os já citados *Ejidos*, por exemplo, não foram e não são exclusividade dos povos indígenas no México. Considerar que nos *Ejidos* a gestão do território é feita de forma comunitária, na maioria das vezes com tomadas de decisão por assembleias, é um dado importante.

Mesmo com todas as reformas neoliberais que fizeram avançar o capital sobre o trabalho e sobre os territórios indígenas e campesinos, com destaque para a contrarreforma agrária de

1991 que permitiu a divisão e venda de lotes dos *Ejid*os, “la Cámara de Diputados reveló que la propiedad ejidal y comunal actualmente [en 2014] ocupa una superficie de 105 millones de hectáreas (has), equivalente al 52 por ciento de la nacional.” (Cámara de Diputados, 2014, s/p). Obviamente, não se pode decretar que em todos esses territórios se pratica economia solidária ou se vive o *Buen Vivir*, mesmo assim, não é pouco imaginar que nesses 52% de área do país ou há economia solidária ou há potencial para haja (Collin, 2014; Rojas, 2013; Margarida, 2019, informação verbal). Vale destacar que formal e juridicamente os *Ejid*os, assim como as cooperativas formais, são considerados como parte do setor social da economia mexicana (Collin, 2014; Jose, 2019, informação verbal).

Voltando mais especificamente ao esforço de validar o argumento de que os fazeres dos povos indígenas inspiraram e ainda inspiram a economia solidária no México, podendo assim serem considerados conceitualmente como experiências de economia solidária, vale a pena resgatar um trecho de um dos livros de Razeto (*Los caminos de la economía de la solidaridad*, 1993, p. 101), publicado um ano antes do levantamento Zapatista:

Las economías indígenas tradicionales son formas de economía solidaria. Las economías de los pueblos originarios de América Latina se caracterizaban por tener como sujeto principal a la comunidad, integrada en base a formas de propiedad comunitaria, al trabajo colectivo y a relaciones de reciprocidad y cooperación. Esto puede apreciarse especialmente en la concepción de la producción y el trabajo de los pueblos andinos, para quienes el mundo no es un conjunto de materiales disponibles separados de los cuales se apropie el individuo y en los cuales despliegue sus capacidades transformadoras, sino un todo vivo, un mundo-animal que le exige respeto y cariño. La importancia de la comunidad y la peculiar relación con la tierra propias de las culturas indígenas impide el establecimiento de formas de propiedad privada individual del principal de los medios de producción. El sentido mismo que entre ellos adquiere el concepto de “propiedad” es muy distinto al que deriva del derecho romano y que se ha difundido en nuestra civilización moderna: para ellos la tierra es madre proveedora y no solamente un factor de producción. Los animales, los árboles, los cultivos, son elementos integrantes de la comunidad y con ellos se establecen vínculos de intercambio vital que impiden su explotación con fines de enriquecimiento personal.

Rojas (2013, p. 150), em seu caso tratando especificamente da economia solidária do México, parece concordar com Razeto: “como parte de las fortalezas podemos indicar de entrada que la economía social cuenta con una larga tradición histórica que se remonta a la época prehispánica, y que incluye la rica tradición solidaria y organizativa de los pueblos originarios de México.”. Alonzo (2019, informação verbal) parece ir no mesmo sentido identificando o modo de vida pré-colonial com o que hoje é o MESM:

Yo creo que históricamente siempre ha habido un movimiento de ayuda mutua, lo hablamos con Oaxaca, o sea, en Oaxaca hay... O aquí mismo, en Guanajuato, o sea, ayudar al próximo, ayudar al vecino, ayudarnos... Lamentablemente conforme crecen las ciudades llegan ideas extrañas en donde no le hables a tu vecino, ideas en donde el distinto puede ser tu enemigo, pero, los esfuerzos que se ha hecho aquí en México

en torno al cooperativismo han existido desde el periodo prehispánico. En Oaxaca es evidente porque ellos todavía tienen el tequio. El tequio es trabajo comunitario, es decir, “¿hay que hacer algo?”, pues, todos hacen trabajo comunitario y en muchas comunidades pequeñas si hay que levantar una barra, si hay que limpiar las calles hacen trabajo comunitario. [...] Así que yo creo que sí hay un movimiento [de economía solidaria], cada vez más personas están involucradas en este movimiento.

Se, por um lado, há razões para entusiasmar-se com as palavras de Razeto, Rojas e Alonzo, por outro, os 500 anos de violência e apagamento cultural contra os povos indígenas do México e de toda a América Latina dificultavam e ainda dificultam a afirmação de suas culturas milenares e da reprodução de suas formas próprias de economia e de vida. Neste contexto, o levantamento Zapatista de 1994 apareceria como um alento e uma renovação de entusiasmos:

La práctica de la resistencia y la autonomía de los pueblos zapatistas han mostrado, con mayor claridad, lo que representa una economía alternativa solidaria, así como la importancia de ésta para la defensa de los recursos estratégicos como el resguardo del territorio y la propiedad colectiva de los medios de producción (Santiago, 2017, p. 47).

Neste mesmo sentido, lembro-me de uma conversa informal com Ademar Bertucci (2018, informação verbal), figura reconhecidíssima da economia solidária brasileira, durante a Feira de Santa Maria de 2018, que quando ao saber que eu iria ao México investigar a economia solidária daquele país, me disse: “os *Caracoles* como estrutura ou método dessa região [a selva de Chiapas] semi-emancipada nos trazia grande esperança! Quem sabe sua ida nos atualiza.”. Yolanda (2019, informação verbal) também identifica o movimento Zapatismo como uma experiência que influenciou a economia solidária mexicana:

Esto es una cosa para mí básica de la economía solidaria en términos económicos [cambiar la forma de producir y de trabajar]. En términos políticos aquí nosotros en México tenemos una tradición de autonomía muy grande. O sea, el Zapatismo (yo soy de la generación que a mí me toco el Zapatismo políticamente) en 1994 fue un impacto. Con el Zapatismo muchos movimientos se volvieron Zapatistas y con eso el tema de la autonomía entró al ámbito político muy fuerte. Entonces yo creo que en este sentido nosotros sí hemos tenido siempre una especie como de alergia, muchos de los grupos tienen una alergia al poder político y además sí una visión de organización *per se*, de organización de la propia gente de mucho arraigo territorial. En la ciudad no se vive tanto, pero en comunidades, por ejemplo, en Oaxaca con la APPO [Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca] o todo el tema de las comunalidades con Jaime Martínez Luna que tienen un arraigo territorial fortísimo y eso implica una identidad pues sí muy autóctona y eso es autonomía, una manera propia de vivir y de organizarte de acuerdo a tus costumbres y lo mismo es lo que pasa en Chiapas así que esta tradición existe.

O que é certo, diante de todo o exposto, avalio, é que há economia solidária naquelas experiências nas quais os povos indígenas e camponeses alcançam organizar integral ou parcialmente suas vidas sob outras referências que não as do Estado, as da democracia liberal,

as do modo de produção capitalista; em última instância, as do sistema-mundo capitalista-colonial em sua totalidade.

Realizada tal aproximação entre povos indígenas e economia solidária e, sobretudo, colocada a experiência Zapatista em perspectiva, ou seja, afirmada como uma daquelas destacadas experiências que inspiraram a economia solidária mexicana – e considerando que vou aqui seguindo uma ordem temporal dos acontecimentos –, é indispensável mencionar dois outros pontos. Primeiro, que a partir dos anos 2000 a Cáritas Mexicana passa a fomentar a economia solidária no país, repetindo o caso brasileiro, produzindo um avanço significativo para sua difusão; e, em segundo lugar, valerá a pena fazer alguns comentários sobre a experiência da Red-Espacio EcoSol México (para alguns apenas Red-Espacio EcoSol ou mesmo Espacio EcoSol).

É bastante interessante perceber as origens e o caráter desta experiência. Em relação às origens, há uma semelhança espaço-temporal com o caso brasileiro, enquanto que em relação ao seu desdobramento histórico, há uma significativa diferença. Se no Brasil as origens da conformação do FBES remetem ao ano de 2001 e ao FSM, as origens da Red-Espacio EcoSol me levam para o mesmo ano e para o mesmo lugar (Yolanda, 2019, informação verbal). Ou seja, representantes da delegação mexicana que estiveram em Porto Alegre, em 2001, provocados por integrantes da *Red Intercontinental de Promoción de la Economía Social Solidaria* (RIPESS) e pela própria efervescência do tema da economia solidária no fórum um ano mais tarde criariam a Red-Espacio EcoSol:

La Red-Espacio EcoSol surge en México, en el 2002, por influjo o invitación a la constitución de una red internacional de promoción de la economía solidaria: RIPESS. De hecho, algunos de los que serían los fundadores del espacio red en México, ya participaban de los espacios y mesas denominados de Economía Solidaria en foros internacionales. Por su parte, la mayoría de las organizaciones participantes –por lo general con larga trayectoria–, presentan vinculaciones históricas con la iglesia, ya sea por su origen, formas de financiamiento o ideológicas. Sus bases se encuentran constituidas por las organizaciones originadas o promovidas en otros tiempos por la iglesia (entre ellas las cooperativas) (Collin, 2019, p. 44).

Luis López Llera (2019, informação verbal), figura reconhecida da economia solidária mexicana, com quem pude ter uma conversa informal durante minha estada naquele país, lembra que se bem, sim, o FSM de 2001 pode ser anotado como um dos acontecimentos que originaram a Red-Espacio EcoSol, também a *Contracumbre* de Seattle, de 1999 (manifestações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio daquele ano), cumpriu tal papel. Estiveram em Seattle o ex-presidente Lula e também Cuauhtémoc Cárdenas, entre outras lideranças mundiais que posicionavam-se contra o avanço neoliberal.

De acordo ainda com López Llera, também estiveram presentes nas manifestações nos EUA vários pensadores mexicanos, e de todo o mundo, que já se identificavam com a economia solidária. Guadalupe (2019, informação verbal) recorda que também o encontro da RIPESS, de 1997, em Lima no Peru, está na rota de antecedentes da rede. Inclusive, a entrevistada relata que pode bem ter sido neste encontro que os acadêmicos mexicanos foram provocados pela primeira vez para a criação de uma rede de alcance nacional no país. Estes são (a *Contracumbre* de Seattle [1999] e o encontro da RIPESS em Lima [1997]), portanto, acontecimentos de ainda antes do FSM de 2001 que não podem ser esquecidos ao contar-se a história da Red-Espacio EcoSol.

Uma vez constituída a rede, Collin (2012, p. 212) mostra que ela chegou a atuar politicamente na esfera pública, demonstrando solidariedade com causas para além de suas próprias pautas e demandas específicas:

Hoy en la era de la Globalización vuelven a juntarse en el Foro Social Mundial [sección México, en 2008] y a nivel nacional con la participación o relación del espacio EcoSol con el movimiento de rechazo al supuesto resultado de las elecciones del 2006, y la participación en la convención nacional democrática, así como en la Otra Campaña, zapatista.

No entanto, aquelas mesmas eleições presidenciais, de 2006, que engajaram a rede nas manifestações de rechaço à fraude eleitoral, somada à diferenças anteriores tornaria inviável a continuidade da articulação em perspectiva mais integradora e unitária, ou seja, que alcançasse ser reconhecida como o sujeito político-coletivo legitimado pela diversidade do MESM. A mobilização da rede para a organização da edição descentralizada do FSM de 2008, realizada na CDMX e em outras cidades do país, já se deu com o coletivo bastante comprometido por aquela diferença eleitoral de 2006:

Coincidiendo en una denominación común el colectivo careció de una definición unívoca o consensada en torno al concepto de economía social y solidaria. Por una parte, se encuentra una tendencia que podría ser calificada como continuista en la medida en que considera como social la continuación o ampliación de lo que ya venían haciendo. Parte de esta tendencia se expresa en la propensión a identificar a las cooperativas con la EcoSol o a la inversa la pretensión de las cooperativas de ser los auténticos representantes de la economía solidaria. La inercia se expresó en el discurso ambiguo, sin demasiada precisión conceptual. [...] Las posiciones se volvieron irreconciliables, en razón de las elecciones presidenciales, donde un sector pretendía que la red se posicionara a favor de un candidato [López Obrador, en aquel momento en el PRD], esto escondía la división entre un sector que apostaba a la búsqueda de financiamiento público, a las organizaciones para su funcionamiento, y a los proyectos, desde una perspectiva de emprendedurismo, y en consecuencia a impactar sobre las políticas públicas. Con la división constituyeron la **Red de Empresas Solidarias** y participaron en la ley de economía solidaria. Otro sector apelaba a mantener la autonomía con respecto de partidos, financiamiento público, y apostaba a proyectos comunitarios desde una lógica reproductiva diferenciada de los proyectos de inserción en el mercado, por otra parte, abogaba por abrir relaciones con otros movimientos por lo que se generó un espacio de encuentros denominado

Ecosistémicos, de confluencia con ecologistas. [...] La línea divisoria, a pesar de los intentos conciliatorios estaba trazada, por una parte, un sector que coquetea con el gobierno y los empresarios y por tanto le apuesta a una economía de mercado *light*, suavizada por valores éticos, y la centralidad en la persona humana (vaya a saber cómo se entiende eso), y otra utópica que apuesta construir nuevas relaciones de producción, reproducción, y de subjetividad, y que pareciera referir a un modelo implícito, regido por otra lógica. (Collin, 2019, p. 44, grifos nossos).

Abrindo um parêntese para falar dos Encontros Ecosistêmicos, citados por Collin, contribuem Darío (2019, informação verbal):

Llegamos a la conclusión de que había que definir un tema fundamental común para todos [en el FSM de 2010] y fue el ecosistema: “vamos a encontrar o descubrir como nuestro sistema, donde estamos parados, que es el medioambiente se organiza *per se*” y se organiza a través de ecosistemas. Es muy difícil de definirlo porque es multidimensional, es tridimensional, no es espacio, tiempo y energía es mucho más complejo. Entonces, conocer nuestros ecosistemas en su complejidad es la primera función de un revolucionario o de alguien que quiera cambiar a fondo este sistema. Y desde 2010 a la fecha hemos tenido 17 encuentros la mayoría nacional, pero, incluso internacional invitando a experto, colegas, o gente como tú.

Ao que adiciona Yolanda (2019, informação verbal):

En 2017 participé y organicé algo que llamábamos de Diálogos Ecosistémicos, también con Luis [López Llera] y con el grupo de economía solidaria [la Red-Espacio EcoSol]. Esos diálogos tenían la vocación de darle continuidad en México al Foro Social Mundial entonces convocábamos activistas principalmente que estuvieron en el tema de la economía solidaria, de la ecología, de los medios libres, de la mineración, de la educación e hicimos pues 17 o 18 diálogos de estas personas durante dos años.

Voltando à Red-Espacio EcoSol, Javier (2019, informação verbal) relata suas lembranças sobre sua curta trajetória:

Debe de ser como de 2007, 2008, 2006 incluso existió un organismo que sí tenía pretensiones de aglutinar el movimiento de economía solidaria en el nivel nacional, se chamó Espacio EcoSol México. [...] Entonces, crearon esa plataforma EcoSol México y sí tuvieron una presencia importante incluso uno de ellos llego a ser diputado federal, Othón Cuevas de Oaxaca, y él formó parte del Espacio EcoSol México, él tiene una organización social que se llama Bancomunidad. [...] O sea, tenía un cuerpo directivo muy fuerte y probablemente esa fue la razón que llevo a su destrucción porque no han logrado conciliar sus protagonismos porque yo no veía tantas diferencias yo veía que coincidían en el fundamental. Estaban por supuesto muy vinculados al Foro Social Mundial, bastante, asistían a las reuniones de Porto Alegre a cada año incluso en México hubo jornadas porque en algún año [se refiere al 2008] el Foro Social Mundial decidió hacer eventos en distintas partes del mundo y en México ellos hicieron eventos importantes no solo en la Ciudad de México sino que en otros lugares del país, entonces, era un espacio muy importante, su disolución yo aún no alcanzo comprender no podría decirte exactamente lo que pasó, pero, me parece que tiene que ver con eso, con los liderazgos fuertes que habían en el EcoSol México.

Neste contexto de reflexões sobre os avanços e retrocessos relacionados à consolidação da Red-Espacio EcoSol como aquele sujeito político-coletivo legitimado pelo conjunto do MESM – e considerando, sobretudo, à última contribuição de Collin –, elas me devolvem àquelas questões que demoradamente refleti nos capítulos 2 e 3, ou seja, é possível contar com



o Estado na estratégia de transformação da sociedade? Será, mesmo, o Estado um campo de lutas? Com estas questões em tela quero falar sobre os diferentes desenrolares históricos da experiência do FBES, para o caso brasileiro, e da tentativa de legitimação da Red-Espacio EcoSol como representação legítima do MESM.

O que me parece mais ou menos evidente é que, dado o contexto político brasileiro iniciado com os governos de Lula, no Brasil chegou-se a um consenso de que o Estado era, sim, um campo de lutas. Ou seja, entendeu-se a partir da conformação do FBES que sua principal finalidade era a interlocução com o Estado para formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas. No caso mexicano, não apenas por isso, mas, considerando o contexto político que não era atrativo à participação, as diferenças de concepções entre os próprios sujeitos da economia solidária do país sobre o caráter, ou seja, sobre a finalidade da Red-Espacio EcoSol, acabaria contribuindo para sua não legitimação. Javier (2019, informação verbal) contribui neste sentido:

[El objetivo de la Red-Espacio EcoSol] era más autonomista. Eso [el objetivo de ser el interlocutor del Estado] era una de las vertientes, pero, no era la más importante. La más importante era que ellos pudiesen ponerse de acuerdo en un programa común de trabajo, pero, con el objetivo de fortalecer efectivamente las organizaciones locales y regionales en este espacio nacional, al margen del Estado, cuidando mucho su autonomía. En aquél entonces, pues, estaba el PRI en el gobierno [la verdad es que estaba PAN en el gobierno, pero, como se pudo ver en el capítulo anterior, casi nada fue distinto entre los gobiernos de PRI y PAN] y entonces no había mucho ambiente para acercarse al gobierno y tampoco mucho interés por parte de ellos, tenían más la visión autonomista, mucho más (Javier, 2019, información verbal).

Margarida (2019, informação verbal), por outro lado, quando provocada durante a realização de sua entrevista sobre quais os motivos foram os que dificultaram o avanço da rede, foi bastante objetiva ao relacionar tal dificuldade com o contexto político adverso: “No existieron condiciones administrativo-burocráticas en los gobiernos para hacerlo”. Depois, quando perguntada sobre possíveis rupturas e inflexões na trajetória do MESM, respondeu: “Más que rupturas hay distanciamientos entre personas y colectivos por diferencias personales o de enfoque de las actividades.”. Sobre tais diferenças de enfoque e, por sua vez, também de concepção da rede e do próprio MESM, apareceram durante as entrevistas diversos relatos que apontavam para uma divergência específica. Trata-se da diferente avaliação sobre o caminhar das cooperativas de *ahorro y préstamo*. A totalidade dos relatos que lembraram de tal conflito no interior do próprio MESM o fizeram destacando as diferentes posições em relação ao marco legal específico daquele setor cooperativista.

Paola (2019, informação verbal) destaca, sobre o tema:

Las dos [cooperativas de ahorro y préstamo] que están en el libro [el “Miradas sobre la economía social y solidaria en México”, 2013, ya señalado aquí], una es ALCONA

[Alianza Cooperativista Nacional] y la otra es la Caja Popular Mexicana, vas a ver como sus posturas divergen. Al final, con un último cambio [en la Ley para Regular las Actividades de las Sociedades Cooperativas de Ahorro y Préstamo, en 2014], como que vuelven a tener un pequeño encuentro, pero, no se concreta tampoco por la división tan fuerte.

Como se poderá ver a partir da contribuição de Alejandro, enquanto a Caja Popular Mexicana optou por enquadrar-se à lei, para daí tentar transformá-la “por dentro”, a ALCONA (aliança que abrange outros setores de cooperativas, mas que tem como setor principal o de *ahorro y préstamo*) entendia que uma melhor estratégia era lutar por outra lei continuando, assim, suas operações por fora dela:

La Ley de Ahorro y Crédito Popular surge en el 2001 y es una ley que incide mucho en la regulación de las cooperativas de ahorro y préstamo. Entonces, este tiempo generó una condición de organización o de resistencia de las cooperativas]. [...] Yo quiero ubicarte en el año 2001 porque es un proceso de organización de las cooperativas, sobre todo, de ahorro y préstamo porque este sector de cooperativas se divide ante esta ley, queda un sector muy de carácter oficial, del lado de todos planteamientos que se van generando desde las políticas de Estado y, por otro lado, digamos que un proceso de resistencias de cooperativas que se unifican cuando se forma ALCONA, la Alianza Cooperativista. Entonces, empieza un proceso de resistencia de las cooperativas que queriendo rescatar el sentido cooperativo, el carácter social de las cooperativas, su función como parte prioritaria de valores que hay que estar destacando y empieza ahí un proceso de grandes dificultades en la relación. De hecho, hasta la fecha sigue vigente este problema (Alejandro, 2019, información verbal).

Alonzo (2019, información verbal), que como já destacado na Tabela 10 é membro da *Caja Popular Mexicana*, expõe sua versão sobre tal diferença:

Lo primero es que nos abrió la posibilidad [la revisión del 2009 de la Ley de Ahorro y Crédito Popular que originalmente es del 2001] para incrementar nuestros productos. Con esta última ley ya podemos tener tarjetas de crédito, con esta última ley ya podemos tener operaciones en internet, en el pasado no. Como la ley era no nos dejaba hacer muchas cosas. [...] En el inicio hablamos de autonomía ¿te acuerdas? Las cajas son autónomas porque solamente se administran por sus socios, pero, en las cooperativas estas leyes han creado una regularización, ya estamos regulados, es decir, operar en la ley no fuera de la ley porque nosotros gestionamos dinero, es el dinero de los socios, nos dan su confianza. [...] Entonces, no podemos operar fuera de la ley, aún que no nos guste la ley, la aceptamos y seguimos trabajando en cambiarla, seguimos y seguimos. [...] Entonces, yo puedo comentarte que sí veo que a pesar de que no es la mejor [la ley que regula las cooperativas de ahorro y préstamo hasta la fecha], la Caja [Popular Mexicana] ha encontrado formas de trabajar.

Por outro lado, Jose (2019, informação verbal), que como já mencionado é membro da ALCONA, demarca a diferença de avaliações sobre o tema:

El movimiento [cooperativista, hablando precisamente de las cooperativas de ahorro y préstamo] tuvo su bonanza en los noventas, incluso, en el 2000 estaban fuerte, pero, a partir del 2009 estos procesos regulatorios empezaron a inhibir el surgimiento de nuevas. E, en este momento, la ley como tal es un inhibidor de nuevas cooperativas, no hay manera de que crezcan nuevas organizaciones. Entonces, quedaron atrapadas en el peor de los mundos y con procesos de salidas que no llevan a ningún lado. Y es así que como ALCONA nosotros hemos hecho... Como ALCONA es un movimiento,

es un enlace, que surgió cuando las cooperativas suman esfuerzos y trabajamos una estrategia de defensa legal, resistencia civil y trabajos de incidencia en el legislativo y en el ejecutivo. Esas tres dinámicas las manejamos. Cuando se acabó el diálogo, en su momento, con el gobierno, agotamos entonces en el legislativo, cuando se agotó en el legislativo, pues, nos fuimos definitivamente a la resistencia legal e y a la resistencia civil, tomamos calles, etc.

Yolanda (2019, informação verbal), em seu caso “olhando de fora” para a discussão mais específica do setor de *ahorro y préstamo* – e por isso com uma abordagem para além de tal setor –, pensando na totalidade do movimento, destaca o que considera as dificuldades maiores para a conformação daquele sujeito político-coletivo legitimado pela diversidade do MESM:

Yo siempre he pensado en tres aspectos profundamente concretos. Uno es la parte pedagógica, que quizá es lo más sencillo que es de intercambio de información, de herramientas, de organización, etc., de conocimiento de las diferentes experiencias, todo lo de aprendizaje, etc., toda la parte pedagógica. La otra parte es la política y ahí ya empieza a haber problemas. En el primero hasta ahí todo bien incluso se puede dar de manera emergente a través de redes sociales, correos, etc. Pero, la segunda, la política ya ahí hay una dificultad porque implicaría una visión política conjunta, una estrategia de como ir avanzando en la organicidad propia y en las estrategias con el gobierno, con el mercado, con el tema internacional, etc., y ahí es donde empieza a haber problemas porque tenemos visiones muy diferenciadas entonces yo creo que no hemos podido resolver como mantener la visión local de cada experiencia y al mismo tiempo integrarla en una visión más centralizada o más de todos. Esta parte no la hemos resuelto. [...] Y luego la tercera cosa que lo hemos intentado más, pero, que también es complicadísima es la de vínculos, pero vínculos económicos, o sea, que circule entre nosotros los valores: productos, servicios y saberes. O sea, una red de vinculación, pero, a través del uso de valores muy concretos y eso lo estamos intentando.

Neste contexto, de concreto o que se sabe é que aquelas questões ao redor da ideia do Estado como um campo de lutas (García Linera et al., 2010) e aquelas outras sobre as demais diferenças no interior do MESM não encontraram respostas minimamente consensuadas e acabaram desmobilizando a construção da Red-Espacio EcoSol. Nesta esteira, existem dois caminhos para a análise depois de constatada a ausência de um sujeito político-coletivo que represente o conjunto das experiências de economia solidária no México; e me parece que os dois poderiam produzir achados bastante interessantes. O primeiro é o que buscará entender, no nível dos detalhes, porque a conformação daquele sujeito no México nunca se completou; enquanto que o segundo é o que se propõe a entender com maior grau de detalhes a trajetória de uma seleção determinada de casos singulares.

Em relação ao primeiro caminho analítico, tenho condições apenas de lançar três hipóteses que, infelizmente, acredito que não terei condições de confirmar ou refutar completamente neste esforço, ainda que a primeira delas seja mais ou menos sustentada pela análise do contexto político mexicano somada à comparação com o caso da economia solidária

brasileira. Essa primeira hipótese, a que avalio como mais ou menos justificável, dirá que a não conformação de um sujeito político-coletivo integrador para a economia solidária mexicana se deu porque o contexto político do país não produziu, pelo menos até 2018 quando da eleição de López Obrador, um alinhamento de condições estruturais-estruturantes que fosse capaz de abrir o Estado à participação regulamentada e sistemática daquele sujeito. E aí, colocando tal hipótese em perspectiva com o caso brasileiro, me parece que a chance de sua confirmação é bastante razoável. Na ausência de um interlocutor com quem interagir, parece-me coerente supor que faltaria estímulo à diversidade das experiências de economia solidária mexicanas em integrarem-se em uma só voz.

É preciso considerar, no entanto, que a possível conformação daquele sujeito político-coletivo integrador não traria oportunidades e potenciais benefícios apenas à interação do MESM com o Estado. É neste sentido que Rodrigo destaca a importância de uma articulação nacional e, ao mesmo tempo, que ele revela as dificuldades que se colocam em função da falta de reconhecimento entre as diversas experiências e setores da economia solidária, por um lado, assim como a importância de um mapeamento, ainda não realizado, para que experiências e as redes pudessem se articular e se constituir de forma mais dinâmica, por outro lado:

El problema aquí es que no conocemos un mapeo exacto porque no hay un censo no tenemos alguien que de la pauta que diga “oye, vamos por eso”, o sea, sí estamos muy seccionados muy divididos. Un ejemplo, ahorita Modesto [un colega] se acaba de ir ayer salió a Oaxaca a vincular unas cooperativas de Oaxaca porque hay en todos estados de la república se habla que hay más de 15 mil cooperativas, pero realmente no tenemos una cifra. No nos hemos puesto de acuerdo a lo mejor los sectores que estamos aquí en la zona centro del país de hacer el esfuerzo de ver hasta dónde podemos, con quien contamos porque a lo mejor hay muchas cosas que sí se puede llegar una cadena productiva de valor y no lo sabemos porque a lo mejor sí existe, pero uno dice “pero, yo no conozco a nadie” y a lo mejor otro dice “yo no conozco uno que compre mi materia prima”, y no lo hemos podido vincular. Pero, al final yo creo que en eso tendría que haber esfuerzo. [...] Nosotros del Colectivo de Cooperativas de la Nueva Central de Trabajadores cada ocho días estamos trabajando y hemos traído nuevas cooperativas y el trabajo que hemos venido desarrollando ha sido por medio también de foros y queremos llegar a un congreso nacional, pero tenemos que fortalecer primero las bases, hacer foros para llegar fortalecidos a un congreso a nivel nacional (Rodrigo, 2019, informação verbal).

Paulina (2019, informação verbal), por sua vez, traz a discussão para a temporalidade atual e enquadra a eleição de López Obrador como uma janela de oportunidades para o MESM:

Sí veíamos como una ventana de oportunidad [el hecho de López Obrador haber ganado las elecciones de 2018] que algunas cosas podrían cambiar, sobre todo, en el ámbito de las políticas de fomento a la economía social. Entonces, yo creo que sí se abre la ventana para que, entonces, los distintos actores de la economía social: “sí, es el momento de articularnos porque además de poder conocernos y revisar nuestras necesidades colectivas de manera conjunta también podemos ahora articularnos para incidir en política pública y a partir de ahí señalar de una manera muy puntual los tres ámbitos de gobierno cuales son aquellas carencias que todavía tienen las políticas públicas y las políticas de gobierno para realmente fomentar la economía social”.

Considerando o exposto por Paulina, vale a pena comentar que uma prova de que poderia ser equivocado um diagnóstico que indicasse para uma única explicação causal à compreensão das dificuldades de consolidação da Red-Espacio EcoSol encontra lugar em relatos que mencionam que mesmo o governo de Obrador poderá não representar o estímulo necessário para tal consolidação – seja como retomada da Red-Espacio EcoSol seja a partir da constituição de um sujeito novo. Em outras palavras, é dizer que mesmo em contextos políticos supostamente atraentes à participação, os movimentos ao exercerem suas capacidades de lucidez e reflexão críticas, marca das ações autônomas tal qual explorei no capítulo 3, poderão dispensar o Estado como um campo de lutas.

Diante da exposição das diferenças no interior do MESM, sejam aquelas mais específicas à divergência no âmbito do setor de *ahorro y préstamo* seja em perspectiva mais ampla, quero ocupar algumas linhas assinalando quais são alguns dos sujeitos de destaque na economia solidária mexicana. Não se trata de considerá-los por seus maiores ou menores envolvimento nas disputas de ideias e concepções antes mencionadas. Se trata, por outro lado, de uma tentativa de mapeamento de tais sujeitos a partir do relatado por meus entrevistados. Assim como no caso do MESB, alguns dos sujeitos a seguir mencionados apareceram em mais de um relato enquanto que outros se complementam no interior da grandíssima diversidade de sujeitos encontrados ao redor do país.

Sendo assim, são sujeitos relatados como protagonistas de experiências da economia solidária no México: as hortas urbanas e suas redes, a *La Cooperacha* (cooperativa do setor de comunicação e mídias sociais), o Programa EcoSol da *Rádio Educación*, as inúmeras feiras de comércio justo e de alimentos orgânicos espalhadas por todo o país, as moedas comunitárias e suas redes, a Cooperativa Pascual (reconhecida cooperativa do setor de sucos naturais), a *Cooperativa Trabajadores Democráticos de Occidente* (TRADOC, uma reconhecida empresa recuperada do setor de pneus), a *Cooperativa Luz y Fuerza del Centro* (cooperativa criada por consequência da reforma energética de 2013 e da abertura do mercado energético à entrada de empresas transnacionais do setor), a Onergia Cooperativa (também do setor energético, trabalhando com energias alternativas), o *Centro Internacional de Investigación de la Economía Social y Solidaria* (CIESS) da *Universidad Ibero Ciudad de México*, a *Red Nacional de Investigadores y Educadores en Cooperativismo y Economía Solidaria* (REDCOOP), as já citadas ALCONA e *Caja Popular Mexicana*, a *Unión de Cooperativas Tosepan* (uma importante cooperativa de base indígena localizada na serra norte do estado de Puebla), a *Confederación de Cooperativas de Ahorro y Préstamo de México* (CONCAMEX), o *Consejo Superior del Cooperativismo*, o *Consejo Superior del Cooperativismo de la República*

*Mexicana* (MEXICOOP), o Movimento Zapatista e a diversidade de outras experiências indígenas e camponesas em defesa da terra, do território e pela reprodução de modos de vida ancestrais (aqui com destaque ao *Congreso Nacional Indígena* [CNI], ao *Consejo Indígena de Gobierno* [CIG] e à *Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca* [APPO]) e o nascente CIRIEC México (*Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa*). Não é demais reforçar que estes são apenas uns poucos sujeitos, os lembrados por meus entrevistados, de um conjunto muito mais amplo e, inclusive, impossível de alcançar no escopo desta pesquisa.

Se é certo que a Red-Espacio EcoSol acabaria não se consolidando como representação legítima do MESM para interlocução com o Estado, e mesmo considerando o contexto político adverso na maioria do período analisado, houveram interações com o Estado, mais ou menos informais, de uns ou outros destes sujeitos acima mencionados. Tais interações se deram, sobretudo, através da comissão de fomento cooperativo e economia social da câmara dos deputados ou de contatos diretos com deputados e senadores da república. Três exemplos são (i) as tentativas de alterações da *Ley de Ahorro y Crédito Popular* realizadas pela CONCAMEX (Alonzo, 2019, informação verbal) ou (ii) pela ALCONA (Jose, 2019, informação verbal), assim como (iii) as também tentativas de alterações na própria *Ley de Economía Social y Solidaria*, essas realizadas por MEXICOOP e COSUCOOP (Rodrigo, 2019, informação verbal). Mesmo que em certos casos tais interações se desenrolem pela comissão da câmara dos deputados, o caráter informal de tais interações dificulta a apreensão de suas dinâmicas.

De um ponto de vista bastante crítico, ainda que generalista, Paulina (2019, informação verbal) expõe sua avaliação sobre as relações MESM-Estado no passado recente:

Mira, digamos que el sexenio pasado, que es cuando se forma esta comisión [refiriéndose al consejo consultivo del INAES], pues, realmente no fue una comisión que trabajara realmente, es decir, estaba ahí porque tenía que estar la comisión. Pero, realmente no hubo como un acercamiento real al sector social de la economía para que entonces repercutiera para que se generaran una serie de acuerdos para que se fomentara el sector. Yo creo que trabajó mucho para validar las mismas acciones que el propio Instituto Nacional de Economía Social iba ya implementar y que, como te decía hace un momento, pues, tenía que ver mucho con el propio sistema clientelar que tenemos muy arraigado.

Já Yolanda me leva à perspectiva do ideal, do dever-ser, e contribui com uma proposta para as interações MESM-Estado que tem tudo que ver com as propostas de Segato (2012) e García Linera (2009), tal qual apresentadas no final do capítulo 4:

Damos el poder de la convocatoria al gobierno, pero eso implica adaptarnos a los ritmos y a los tiempos del Estado que son ritmos y tiempos que no tienen que ver con los movimientos sociales. Es decir, ellos podrían estar reunidos una vez a la semana porque tienen su sueldo garantido, pero nosotros no podemos ir en este ritmo porque

tenemos que estar en la construcción de base. Entonces, hay que entender que los ritmos, las formas, la estructura que nosotros estamos acostumbrados es diferente a la del gobierno y se queremos empezar un diálogo donde realmente tengamos capacidad de influencia tiene que estar más desde nuestra perspectiva. [...] Tiene que ser un diálogo muy honesto eso es lo difícil que tiene que ser un diálogo bien honesto. Yo sí creo que un gobierno hoy no tiene otra alternativa más que aceptar la autonomía y es parte de lo que te digo de esta humildad del propio gobierno aceptar que desde del gobierno hay un montón de cosas, pero los cambios profundos no se van a poder hacer. O sea, desde el gobierno los cambios profundos no se hacen, se hacen desde la gente, desde la base, desde la sociedad civil y eso lo tiene que aceptar un gobierno, pero es muy difícil porque ellos quieren hacer cambio. Entonces para que un gobierno acepte la autogestión de la gente implica aceptar la diferencia, aceptar que en Chiapas, en Oaxaca y en Tabasco se hacen las cosas diferentes que en la Ciudad de México (Yolanda, 2019, información verbal).

Neste contexto, entre o real e o ideal, o que é certo é que a partir de 2012 com a transformação do FONAES em INAES se bem as dinâmicas de operação estatal e as das relações com a sociedade civil não mudaram, a economia solidária ganhou um certo peso institucional em função da provação da LESS e da própria transformação do fundo em um instituto. Nesta esteira, o que me parece inquestionável, considerando os relatos sobre as políticas públicas, tanto os apresentados no capítulo anterior quanto os aqui apresentados, é que havia uma íntima relação entre o caráter das políticas (apenas repasses de recursos via de regra à ONGs) e a dinâmica clientelista e corporativista típica das relações sociedade-Estado no México. Rodrigo, Yolanda, Margarida e Guadalupe trataram do tema em suas entrevistas. Reproduzo o relato da última, que me parece representar os demais:

Unas organizaciones que habían logrado subsistir 10/15 años sin recursos gubernamentales, en la medida que entran a depender del recurso gubernamental... O sea, si tu vives con 20 y yo vivo con 20, pero, cuando empiezas a vivir con 40 volver a los 20 es muy difícil. Pero, luego, está todo el condicionamiento de las normas de operación de los programas, entonces, las normas de operación, que las puedes ver en SEDESOL, te van condicionando a que tu programa sea mercantil. Entonces, te preguntan “¿cuál es tu estrategia de marketing?” o “¿cuál es tu programa de gerencia?” o sea, cosas que uno pequeño de la economía solidaria tal vez ni sabe que es. [...] Entonces, tienes unos condicionamientos a partir del programa, del formato para aspirar a los fondos, tienes toda una normativa para profesionalizarte, que era lo que pedía el Banco Mundial, que se te convirtieras en una empresa: “si te voy a transferir fondos tiene que ser una empresa”; en este camino ya están perdiendo lo no mercantil (Guadalupe, 2019, información verbal).

Aqui, antes de seguir outros relatos, vale a pena chamar a atenção para o que comenta Guadalupe em relação à vinculação sociedade-Estado a partir da criação de dependência que muitas vezes é a própria dinâmica do Estado e o caráter das políticas públicas. Yolanda (2019, informação verbal) assinala que o problema da competição entre as feiras autogestionárias e as feiras apoiadas pelo INAES muitas vezes geram a seguinte questão: “por que as autogestionárias não aceitam apoio do INAES?”. Ora, primeiro, porque justamente se tratam de feiras autogestionárias e, em segundo lugar, pelo que comenta Guadalupe. Em uma situação

hipotética, uma feira organizada sempre com R\$ 1.000,00 que passa a contar com apoio de mais R\$ 2.000,00 vindos do INAES certamente encontrará sérias dificuldades no momento em que o instituto encerrar o apoio; trata-se, me parece evidente, de um caso no qual se cria, deliberadamente, uma dependência da experiência em relação ao apoio estatal.

Esse tipo de experiência foi muito comum na trajetória da relação MESB-SENAES no Brasil, na qual boa parte das feiras de economia solidária eram financiadas por programas diretos da SENAES ou pelas prefeituras municipais e pelos estados que tinham secretarias ou departamentos de economia solidária. Margarida (2019, informação verbal) aponta tanto esse problema quanto uma possibilidade de resolução. Seu diagnóstico mostra que o caráter da política estava invertido, ou seja, apoiavam com recursos para a manutenção das iniciativas ao invés de apoiar com infraestrutura, equipamentos, etc. Assim, como no caso das feiras financiadas apontadas por Yolanda, uma vez que se altera um governo, ou mesmo dentro de um mesmo governo, se encerrados os apoios, muito provavelmente também se encerrarão as iniciativas.

Paulina, em avaliação compartilhada com Margarida, me leva para a última transição presidencial, ou seja, para o antes e depois do governo de López Obrador. Com o comentário da primeira, tento mostrar que ambas pareciam bastante esperançosas com o nascente governo de Obrador<sup>90</sup>, como se poderá ver:

Creo que sí, es importante, que las organizaciones de la sociedad civil, en este caso de la economía social, sí incidamos en esta creación de políticas públicas porque es incidir en las reglas del juego, en la cancha en donde te digo que finalmente todos estamos. Entonces, me parece que hasta ahí es importante la participación política. Pero, como había funcionado en el sexenio anterior el instituto nacional de economía social, el INAES, era a través de reforzar el mismo sistema clientelar que durante tanto tiempo hemos tenido en México. Es decir, lo que hacía era generar una serie de proyectos y sobre esos proyectos se le daba a la gente dinero y listo, era lo que hacían y entonces, pues, lógicamente tenía eso que muchas organizaciones, pues, estaban contentas con esa forma de actuar porque sabían que el gobierno lo que les daba era dinero para actuar, no les pedía ningún tipo de evaluación ni nada y obviamente el gobierno con eso, pues, ganaba clientes políticos importantes. [...] Lo que sucedió es que la ley de economía social y solidaria se promulga en el 2012, pero, como te decía yo en el inicio de la charla, no se generaban políticas públicas y ni reglamentos que realmente podrían articularla y llevarla, pues, a la vida cotidiana. Entonces, esa es una de las grandes esperanzas que tenemos [con el nuevo gobierno] que se espera que realmente se pueda generar desde la federación y después en los distintos estados, pues sí, políticas de fomento para la economía social (Paulina, 2019, información verbal).

---

<sup>90</sup> Vale de nota que todas as entrevistas aqui apresentadas e comentadas foram realizadas entre abril e maio de 2019, ou seja, quando o governo de López Obrador apenas ia cumprindo seus primeiros seis meses.



Já Paola e Darío, como se poderá ver através do relato do último, não aparentavam expectativas tão entusiasmadas. Para ele, a dinâmica do governo de Obrador não passaria de uma continuação do *modus operandi* dos governos anteriores:

El primer populista fue Lázaro Cárdenas, que era militar, pero, era un militar de la revolución, no un militar golpista, no un elitista, o sea, un militar popular. [...] El gobierno mexicano es un modelo atípico de todos los gobiernos que se conoce de América del Sur porque las elecciones nunca fueron efectivas, estaban siempre tomadas de trampa las organizaba el mismo gobierno. Los poderes judicial y legislativo aquí siempre fueron controlados por el ejecutivo, cooptados. Siempre fue clientelismo y siempre hubo corrupción, pero, con un sentido yo diría popular. Por eso es difícil distinguir el populismo actual de López Obrador que se parecería a los populismos sudamericanos. [...] Aquí se organizó, de alguna manera, se organizaban las organizaciones sindicales, sobre todo después de la revolución el sindicalismo prosperó muchísimo, pero, siempre cooptado o dirigido por el gobierno. [...] Precisamente, hay distintas formas de hacer populismo. El populismo del PRI, que ahora es un PRIMOR, PRI más MORENA, ya que MORENA adopta muchas cosas del PRI porque son los mismos y otra, MORENA nos es un partido, es un líder que no permite organización. [...] Este que tenemos [López Obrador] no quiere nada [con organizaciones intermedias] es un populista absoluto ya va criando clientelismos sin intermedios por las “benditas” redes sociales, así hace. Como “yo quiero contacto con la gente, pero, sin intermediarios”, por las “benditas” redes sociales (Darío, 2019, información verbal).

É interessante perceber o que aponta Darío porque revela um certo alinhamento avaliativo com aquelas avaliações que consideram as políticas sociais, tão caras à López Obrador, como uma forma de vinculação de um determinado governo diretamente com a população, tal qual aponta o entrevistado. Como mencionei no capítulo anterior, há um enfoque bastante claro de Obrador nas políticas sociais (Mellano; Sánchez, 2020). Sobre as consequências dessas políticas de caráter individualizante, Zibechi (2011), por exemplo, propõe um diagnóstico bastante radical ao dizer que elas encerram uma potência auto-organizativa porque fazem enfraquecerem-se os vínculos comunitários de ajuda mútua e solidariedade.

Já comentei rapidamente sobre a necessidade das políticas sociais, na seção anterior, quando refleti sobre as diferenças entre políticas de assistência social e as de economia solidária. No contexto da atualidade latino-americana, as políticas sociais parecem sempre justificadas pelas desigualdades socioeconômicas que ainda permanecem longe de serem superadas. No entanto, se por um lado tal justificativa é aparentemente insuperável, por outro, é preciso também dizer que quando as políticas sociais não estão acompanhadas de ações ou políticas de transformação da matriz econômica e das relações de trabalho e de taxação responsável da riqueza dos super ricos, elas sempre poderão ser também consideradas políticas populistas com fins de fidelização eleitoral ou mesmo como assistencialistas e caritativas.

Neste contexto, é interessante perceber que o diagnóstico de Paulina sobre o desprezo de Obrador em relação às organizações da sociedade civil confirma a avaliação de Darío, acima

apresentada, de que haveria uma tendência no governo Obrador de terminar com os intermediários na relação sociedade-Estado produzindo, com isso, um clientelismo de novo tipo para o país, ou seja, diretamente entre o governo e a população, já não mais tendo organizações intermediárias; até porque, supostamente, tais organizações estariam “contaminadas” com as práticas dos precedentes PRI e PAN.

Lo malo que le encuentro a esta política [de los NODESS] y que no tiene que ver con la voluntad del mismo director del INAES, sino más bien con la voluntad del presidente de la república, es que está quitando a las organizaciones de la sociedad civil. Entonces, lo que yo te comentaba, que sucedió aquí en Puebla, de la universidad con el gobierno municipal, este gobierno pone los recursos y la universidad forma y da su *expertise*, su conocimiento, pero, lo hace a actores colectivos, es decir, organizaciones como tal, organizaciones que quieren continuar su formación. Entonces esas tres partes me parecen que son muy importantes que se den y yo creo que a nivel federal sí podrían articular y de hecho este programa un tanto está hecho así. Este programa de laboratorios que sea la universidad la que ejecute todo a partir de la formación con una entidad de gobierno y también, por supuesto, con las organizaciones de la economía social. Es decir, con organizaciones, con los sujetos colectivos y yo creo que eso es muy importante, lo único malo que te digo es que directamente él saca a las llamadas OSC (organizaciones de la sociedad civil) con esa figura denominativa, es decir, puede haber cooperativas, pero, no organizaciones de la sociedad civil (Paulina, 2019, informação verbal).

Aqui vale a pena mais uma comparação com o caso brasileiro. Pelo menos três entrevistados do MESB indicaram que um dos problemas das políticas públicas formuladas e implementadas pela SENAES era que, justamente, elas passavam por organizações da sociedade civil (as chamadas entidades de apoio e fomento [EAF]) ao invés de chegarem diretamente nos grupos de economia solidária. Ou seja, o que aparece aqui como uma crítica de Darío e Paulina para o caso mexicano bem cairia como uma boa prática para aqueles entrevistados que indicaram a intermediação das EAF como um dos problemas das políticas de economia solidária brasileiras.

Gostaria agora de retomar a existência de mais duas hipóteses que aparecem como tentativas de explicação do porquê da não conformação de um sujeito político-coletivo integrador para representar o MESM. A segunda hipótese, sobre a qual tenho menos elementos para sustentar do que a primeira, dirá que tal não conformação se deve à própria diversidade étnica-cultural mexicana, diversidade essa que revela uma típica sociedade *abigarrada* (Zavaleta, 1983, 1986), tal qual se pode ver com a diversidade de sujeitos coletivos assinalados quando apresentei os sujeitos da economia solidária mexicana pelas vozes de meus entrevistados.

Já a terceira hipótese, que já adiante não descartar o caráter relacional típico da abordagem da mutua constituição sociedade-Estado, é aquela que coloca a capacidade de reflexão, de crítica e de criação dos sujeitos em primeiro lugar. Essa hipótese, além de afirmar

tal capacidade, entrega um caráter racional, fruto de deliberação lúcida e reflexiva, sobre o diagnóstico da diversidade da sociedade mexicana. Ou seja, se na hipótese anterior a diversidade pode ser interpretada como um entrave à conformação de um sujeito político-coletivo que represente o MESM, aqui ela é vista como potência desde que encarada por sua dimensão territorial-comunitária, ou seja, tal qual na abordagem da subsidiariedade e na de uma economia solidária local e diversa (COLLIN, 2014). Esta hipótese é a que me leva ao segundo caminho de análise possível neste esforço, considerando a ausência de um sujeito político-coletivo que represente o MESM; ausência essa que também me impede de analisar os processos de interação entre MESM e Estado a partir da análise centrada na interação de sujeitos aglutinadores concretos, como seria o caso, por exemplo, de uma análise focada nas interações entre Red-Espacio EcoSol (MESM) e INAES (Estado).

Realizadas as reflexões sobre as dinâmicas das relações sociedade-Estado e também sobre as políticas públicas de economia solidária no México, a seguir organizarei os relatos relacionados às iniciativas das experiências de economia solidária daquele país que não contavam e que ainda não contam com o Estado. Primeiro, apresentarei uma série de relatos que tratam de iniciativas mais diversas e, em geral, urbanas. Em seguida, analisarei três experiências territoriais-comunitárias singulares, de povos indígenas mexicanos em suas relações com o Estado; recordando que, como argumentei no capítulo 3, sempre haverá uma relação, ainda que de rechaço total, entre movimentos e Estado.

O contexto de (i) ausência de um sujeito político-coletivo aglutinador, de (ii) pouca ou nenhuma relação MESM-Estado e, por último, de (iii) políticas públicas centradas unicamente no repasse de recursos e sustentadas pela dinâmica clientelista faria com que a diversidade do MESM permanecesse sempre protagonizando ações para além das interações explícitas com o Estado. E aí, trata-se de perguntar “o que fazem as experiências de economia solidária mexicanas enquanto não interagem com o Estado?”. Abaixo, novamente com uma série de relatos coletados em minhas entrevistas, tento mostrar um pouco sobre tais fazeres. Começo com Yolanda (2019, informação verbal) que chama a atenção para aquela reflexão já apresentada tanto teórica (no capítulo 2) quanto empiricamente (na seção anterior, com base no caso brasileiro) sobre o próprio fazer econômico ser considerado um fazer político:

Yo creo que sí es necesario [la conformación de un sujeto político-colectivo integrador], pero, aún no hemos identificado como. Y una dificultad que tenemos – y que es bien interesante la experiencia que tú tienes en Brasil, lo que ustedes tienen en Brasil – es que nos absorbe, o sea, todos somos activistas de base, y la mayoría voluntarios, no hemos recibido financiamiento de ONGs o del gobierno o de universidades. Nos absorbe el trabajo local y el trabajo de vinculación, que es casi un trabajo completo, no hay nadie que lo haga. Y, no estoy segura si lo que se necesita es un ente que haga ese trabajo de vinculación, que muchas veces está subsidiado, o

de qué manera el propio trabajo local tiene que dejar un espacio para la vinculación; que no se deja porque finalmente uno queda absorbido por el trabajo de base, del cotidiano, del mantenimiento de tu experiencia, lo que uno tiene para comer. A veces pasa eso, es tan difícil mantener la propia experiencia que ya no te da para eso de la vinculación.

Guadalupe (2019, informação verbal) faz uma abordagem que me leva ao mesmo ponto de reflexão que a de Yolanda:

Hay que sobrevivir. O sea, yo no tengo problema, yo me puedo empezar a movilizar porque tengo un sueldo como académica que es una porquería, pero que me permite movilizarme, pero, pregunta a uno de esos chavos que tiene que producir, que tiene que salir a vender. Entonces, sí, tienen ganas, pero, las condiciones materiales no permiten. Esta sería una respuesta desde la estructura, desde las posibilidades. Yo te diría que también tiene que ver con este cambio de mentalidad, con esto de que llama Bauman de las estructuras fluidas donde no hay estructuras rígidas de autoridad y donde la comunicación es a través de las redes. O sea, ya no es algo vertical como lo de los partidos, sino que algo horizontal.

A referida reflexão, que destaquei já ter realizado tanto teórica quanto empiricamente, é aquela que projeta a política para o próprio fazer cotidiano dos movimentos sociais caracterizando tal fazer como um fazer político para além de um fazer econômico, pelo menos no caso dos movimentos de economia solidária; portanto, reforço, neste caso se estaria falando de um fazer econômico-político. É justamente o que reivindicava Neneide em sua resposta ao ex-Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência de Dilma. Quando Yolanda relata que “nos absorve o trabalho local e o trabalho de vinculação, que é quase um trabalho completo, não há ninguém que o faça” ela está, de forma deliberada ou não, indicando para uma importante reflexão que tem que ver com a condição imposta pelo sistema-mundo capitalista-colonial de reprodução da vida que divide política e economia como dimensões separadas no cotidiano das maiorias.

Separadas economia e política, as populações subalternas ou fazem uma coisa, ou outra; ou seja, ou se engajam com a economia ou com a política. No entanto, para a maioria das populações da América Latina, não se trata de uma opção: é preciso dar conta primeiro dos recursos à manutenção da vida, ou seja, dar conta da dimensão econômica. Se, e somente se, essa dimensão estiver bem atendida, restará tempo à dimensão política. Acontece que, de forma menos clara, o que o relato de Yolanda parece indicar é o que reivindicava Neneide, ou seja, que o fazer sempre visto apenas como um fazer econômico pode muito bem ser interpretado também como um fazer político; um fazer econômico-político, no fim das contas. Cabe mencionar que a mesma reflexão poderia ser realizada quando Guadalupe diz que “eu posso começar a me organizar porque tenho um salário como acadêmica, mas, pergunte a um desses meninos que tem que produzir, que tem que sair para vender”.

Repito aqui a pergunta antes mencionada: o que fazem as experiências de economia solidária mexicanas enquanto não interagem com o Estado? Com a ajuda de Yolanda e Guadalupe já é possível dizer que, pelo menos se desde aquela perspectiva que retira do Estado o monopólio da política, tais experiências, obviamente que falando de um ponto de vista abstrato, fazem economia-política. Paulina (2019, informação verbal) também indica uma possível resposta:

Desde mi punto de vista las experiencias lo que han hecho antes de ese gobierno [de López Obrador], o sea, antes de ese cambio de gobierno o desde antes de estas coyunturas políticas pues fue seguir impulsando y trabajando de una manera autónoma, es decir, sin tener una política de gobierno que realmente les fomente. Siguieron trabajando, de eso no se detuvieron, digamos, por no tener una política [pública].

Considero a contribuição de Paulina bastante esclarecedora. O que fazem os grupos de economia solidária no México enquanto não estão envolvidos em processos de interação com o Estado? “Seguem trabalhando, [territorial e comunitariamente organizados,] eles não se detêm por não ter uma política pública”. Nesta esteira, não é pouco reforçar aquela diferença essencial entre o MESB e o MESM. No caso brasileiro o MESB construiu, consolidou e legitimou um sujeito político-coletivo que passou, a partir de 2003, a representar o conjunto de experiências identificadas com a economia solidária no país; sobretudo como interlocutor do Estado. Foi a existência do FBES como esse sujeito que me possibilitou a análise das interações sociedade-Estado com foco em dois sujeitos concretos, o FBES e a SENAES. No caso mexicano, ainda que a partir de 2012 se cria o INAES, inclusive contando com um conselho consultivo, tanto a permanência da lógica clientelista percebida também no âmbito da institucionalidade da economia solidária quanto a ausência de um sujeito equivalente ao FBES – considerando, é claro, a tentativa frustrada via Red-Espacio EcoSol – acabariam me dificultando a sequência da análise enfocada nas interações explícitas entre MESM e Estado. É por este conjunto de motivos que a experiência do MESM em sua relação com o Estado é, considerando o nível nacional e salvo alguns poucos desvios, uma experiência de **autonomia independente para além do Estado**, que é aquele tipo de autonomia que explica processos de movimentos subalternos que pouco ou nada interagem com o Estado.

Neste contexto, usarei esta última parte da seção para focar três diferentes experiências sobre as quais é possível considerar uma aproximação entre as demoradas reflexões que fiz sobre autonomia, no capítulo 3, com as reflexões sobre economia solidária, realizadas na primeira seção deste capítulo. Portanto, considerando (i) a impossibilidade de identificação de um sujeito político-coletivo legitimado para representar o MESM, (ii) a

ausência de interações sistemáticas MESM-Estado, assim como (iii) a diversidade e alto número de experiências territoriais-comunitárias de economia solidária espalhadas ao redor de todo país, apresentarei três casos que considero que podem elucidar, já sem o foco no alcance nacional das experiências, tanto processos singulares de **autonomia independente** (para além e apesar do Estado) quanto de **autonomia inserida** (com o Estado).

Avalio que, de fundo, há aqui um fato mais ou menos irrefutável assim como um receituário; sobre o último, algo que talvez se poderia chamar de “transição para além do sistema-mundo capitalista-colonial”. O fato é que, ainda que com algumas experiências isoladas – se não aleatórias – de interação entre sujeitos singulares do MESM com o Estado, a dinâmica de tais interações nunca escapou da lógica clientelista do Estado mexicano, o que de entrada me impediria de tentar buscar dinâmicas outras que fossem frutíferas aos meus objetivos no seio de tais interações; sobre o diagnóstico da presença e permanência de uma lógica clientelista no Estado mexicano, ele se sustenta seja com a revisão de literatura realizada para sistematização dos contextos políticos no México (seção 5.2) seja com os relatos apresentados na seção 5.2.1 seja, ainda, com os relatos também aqui apresentados, nesta seção. Já sobre o receituário, ou seja, para uma espécie de farol para a ação, compartilho as palavras de Darío (2019, informação verbal):

Hay que definir como es el ecosistema múltiple con el cual a cada quién tiene que identificarse y establecer como un nuevo sujeto, que es múltiple. Si tenemos un Estado-nación en este Estado-nación que se llama México puede tener un millón de ecosistemas y, bueno, habrá que ver si 125 millones de mexicanos se identifican y como se identifican con un millón de ecosistemas. Entonces, te das cuentas que hay que ser humildes. Nuestra Matria, no Patria, es limitada, pero, es la mía, es donde yo vivo, donde uno vive hay ecosistema. [...] Es otra visión de Estado y otra visión de estrategia política que es ecopolítica, ecosistémica, y ese es el sujeto. El sujeto ya no es solamente individuo ni solamente grupo social, es un grupo social absorto en un ecosistema y el ecosistema tiene personalidad propia.

Me parece bastante interessante a contribuição de Darío. Não pretendo reivindicar aqui sua proposta dos **ecossistemas**. No entanto, seja sob esse ou qualquer outro *slogan* (conceito, categoria) relacionado, parece-me que de fato a organização territorial-comunitária vai cavando (ou recavando) seu espaço nas discussões tanto acadêmicas quanto no seio dos movimentos sociais. Encerrei a seção anterior, que tratou do caso brasileiro, falando da “via territorial” e de um provável “retorno ao território”. Para o caso mexicano, talvez essa tenha sido sempre a via prioritária. Neste contexto, faz bastante sentido pensar em uma economia solidária local e diversa, como propõe Collin (2014). Faz sentido pensar, também, desde a ideia de uma nova hegemonia de formas de viver em sociedade baseada na já citada proposta de Ceceña (2011) de uma hegemonia da não hegemonia. O novo sujeito de Darío, um sujeito múltiplo e inserido no

ecossistema ao qual faz parte, somente se desenvolve em um contexto no qual a ele é garantido o direito de autodeterminar-se e de auto-organizar-se, direito esse que uma vez garantido impede *a priori* a consolidação de uma nova hegemonia de tipo homogeneizante. Em outros termos, se poderia estar falando do projeto da sociedade autônoma mediada e operacionalizada pelo Autogoverno popular-comunitário como garantidor da auto-organização substantiva da vida em comum.

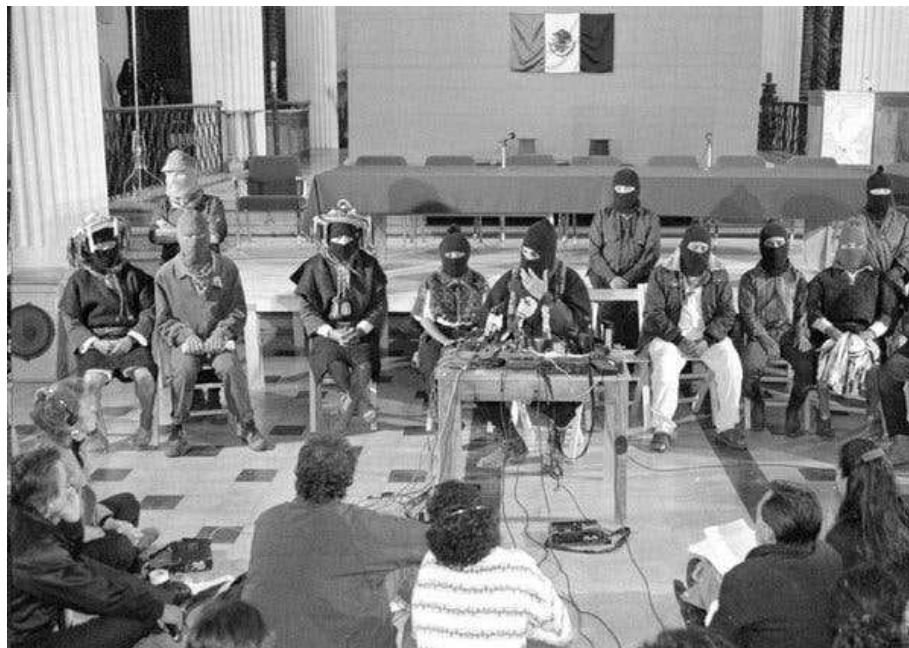
É neste sentido, e considerando a necessidade de se pensar em uma refundação tanto da ideia de Estado quanto da de sociedade civil, que eu gostaria de apresentar alguns elementos que julgo importantes da experiência do Movimento Zapatista como uma experiência de **autonomia independente para além do Estado**. Dada a importância histórica do movimento, valerá a pena gastar umas linhas contando sobre seu levantamento, em 1994. O acento, no entanto, estará na forma de auto-organização das comunidades Zapatistas, posta em prática a partir de 2003 com a fundação dos *Caracoles*. Como se poderá ver, um esforço de enquadramento de tal experiência em sua trajetória de 1994 até 2003 poderia concluí-la como um caso de autonomia independente apesar do Estado, já que foram anos de confrontos políticos extrainstitucionais entre os Zapatistas e o Estado mexicano. Essa é uma constatação importante porque revela aquela característica das autonomias como ações e não como totalizações dos movimentos. Ou seja, ora tratou-se de autonomia apesar do Estado, ora de autonomia para além dele.

O levantamento de 1º de janeiro de 1994, de parte dos povos indígenas das montanhas do sudeste mexicano, em Chiapas, negava explicitamente a entrada do México no TLCAN e, além disso, também negava a opressão histórica sofrida pelos povos indígenas do país – o alvo de ambas as negações era, de fundo, a atuação do Estado mexicano e as dinâmicas do sistema político vigente no México. Como construção àquelas negações, o movimento começou tornando públicas as leis revolucionárias que definiam outra forma de vida, ou seja, outra visão de mundo e outras sociabilidades para cada “território liberado” a partir da insurgência daquele janeiro.

O levantamento tratava-se, em um primeiro momento, de uma tentativa de reconhecimento das diferenças pré e pós-coloniais na qual o movimento demandava seu direito à livre determinação e ao autogoverno por usos e costumes junto ao governo de Chiapas e ao governo federal mexicano. Ou seja, a “outra forma de vida” não era exatamente uma novidade, mas, a retomada de usos e costumes ancestrais. O levantamento Zapatista inspirou um sem número de outros processos de busca pela autonomia dos povos originários ao redor do país, assim como animou também as discussões sobre economia solidária, como já mencionado.

Cabe destacar que esse movimento de libertação protagonizado, sobretudo, por parte dos povos originários do sudeste do país não alcançou todo o território nacional mexicano<sup>91</sup>.

**Fotografia 4 – Entrevista coletiva do Movimento Zapatista, 24 de fevereiro de 1994**



Fonte: site do The New York Times na internet<sup>92</sup>.

Sete foram os municípios liberados inicialmente, todos em Chiapas, onde de imediato o movimento iniciou esforços de criação de “novas fronteiras socioespaciais e de governos civis autônomos paralelos aos governos dos municípios oficiais” (Brancaleone, 2012, p. 257). O objetivo inicial era seguir em marcha em direção à CDMX liberando outros territórios por onde passassem. O Estado reagiu de forma violenta e foram 12 dias de intensos confrontos. Foram vários os diálogos frustrados e os confrontos violentos. Pelo menos, se pode assinalar uma primeira tentativa de diálogo em março de 1994, uma ofensiva violenta por parte do Estado em fevereiro de 1995 e outra tentativa de diálogo, esta conhecida como *Acuerdos de San Andrés*, que se desenrolou de outubro de 1995 à janeiro de 1996. Anos depois, já não esperando qualquer tipo de comprometimento do Estado mexicano, os Zapatistas tornaram público, em 2003, sua decisão de levar adiante sua demanda por livre determinação e autogoverno de forma unilateral em relação ao Estado. A autonomia Zapatista enquanto capacidade de livre determinação territorial e capacidade política de autogovernar-se, temporalmente marcadas pelo ano de 2003,

<sup>91</sup> Essa suposta incapacidade do Movimento Zapatista de produzir transformação social em larga escala foi e ainda é motivo de críticas relacionadas ao alcance de suas das lutas, na maioria dos casos críticas vindas do marxismo ortodoxo, “Estadocêntrico”; sem contar as críticas da direita, partidária ou não, obviamente.

<sup>92</sup> Disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2019/01/01/espanol/america-latina/aniversario-zapatista-ezln-mexico-25-anos.html>.



seria o grande fato novo do processo político mexicano dos primeiros anos do século XXI. Se o Estado oferecia falsos acordos e violência, o movimento construía, agora rejeitando explicitamente qualquer relação com o Estado, ou seja, o rejeitando em sua totalidade, suas comunidades autônomas: nasciam os *Caracoles Zapatistas*.

Na constituição do estado de Chiapas a especificação da livre determinação e do autogoverno aparece em uma emenda de 2012 (capítulo IV). Ou seja, quando do levantamento em 1994 e mesmo depois, quando os Zapatistas decidiram rejeitar totalmente o Estado (2003, fundação dos *Caracoles*), eles tinham garantia apenas da constituição mexicana<sup>93</sup>. Quando do primeiro diálogo do movimento com o Estado, em março de 1994, de acordo com Brancalone (2012, p. 260), “o governo parecia simpático às demandas dos insurretos, mas acabou saindo pela tangente com uma proposta de modificação constitucional extremamente genérica sobre o pleno direito de manifestação cultural das populações indígenas.”. Depois, quando dos *Acuerdos de San Andrés* (1995-1996), Brancalone (2012, p. 262) assinala que os compromissos firmados foram:

o reconhecimento, como garantia constitucional, do direito de autodeterminação dos povos indígenas (especialmente levando em conta o fato do México ser signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho); a realização de reformas legais e constitucionais visando ampliar a participação e a representação política local e nacional dos povos indígenas, conformando um novo federalismo; a garantia do acesso pleno dos povos indígenas aos instrumentos jurídicos do Estado, e sua adaptação às suas especificidades culturais e seus sistemas normativos internos.

No entanto,

o problema foi que, no ano seguinte, o governo Zedillo elaborou uma proposta unilateral, desconsiderando abertamente os acordos presentes nos documentos finais dos diálogos. Mais uma vez, outra modificação constitucional genérica seria encaminhada ao Congresso, perdendo-se no discurso amplo “da necessidade de se preservar e defender o patrimônio cultural indígena” (Idem, p. 262).

É importante destacar que a constituição mexicana somente garante o direito à livre determinação e autogoverno para as comunidades indígenas desde que elas sejam reconhecidas enquanto tal. O texto da constituição é vago quando fala de tal reconhecimento:

El reconocimiento de los pueblos y comunidades indígenas se hará en las constituciones y leyes de las entidades federativas, las que deberán tomar en cuenta, además de los principios generales establecidos en los párrafos anteriores de este artículo, criterios etnolingüísticos y de asentamiento físico.

---

<sup>93</sup> A constituição federal mexicana prevê, desde 1917 (“Constituição Revolucionária”), no seu artigo 2º, a possibilidade de os povos indígenas serem reconhecidos por usos e costumes e, a partir disso, de exercerem seu direito à livre determinação e ao autogoverno em suas comunidades. Ou seja, legalmente, as comunidades reconhecidas como indígenas poderiam, a qualquer momento, reivindicar aquele direito à livre determinação e ao autogoverno a partir desta garantia legal desde 1917. Esse direito é chamado por parte dos próprios povos indígenas de direito à autonomia política.

Em geral, esse reconhecimento tem sido fundamentado a partir de relatórios de diversos antropólogos engajados com a luta indígena no país. O que é certo, no entanto, é que havia garantia constitucional, em última instância, para que os Zapatistas demandassem o seu direito ao autogoverno e à livre determinação. Entretanto, por um lado o texto da constituição federal não era regulamentar e, por outro, a constituição de Chiapas ainda não detalhava a questão daquele reconhecimento desde o âmbito estadual nem em 1994 e nem em 2003. Isso não impediria, no entanto, que o Estado garantisse via decreto ou poder judiciário federal o reconhecimento baseado na carta magna de 1917. Ou seja, não houve vontade política em reconhecer a demanda de livre determinação e autogoverno do movimento. Assim, os Zapatistas acabariam por negar o Estado em sua totalidade para construir modos de vida e política próprios e à sua margem, experienciando a partir dali a reconexão entre economia e política através do imbricamento da autogestão dos recursos materiais e do trabalho e da auto-organização da vida em comum como auto-organização substantiva da vida em comum.

A fundação dos *Caracoles* e, obviamente, os seus funcionamentos entrelaçados ao cotidiano dos povos Zapatistas pode ser, a meu juízo, um exemplo concreto do que estou chamando, desde o primeiro capítulo desta tese, de Autogoverno popular-comunitário. Melhor poderia ser, inclusive, pensar especificamente na figura das *Juntas de Buen Gobierno* (JBG), sendo uma para cada Caracol, como uma expressão concreta Autogoverno popular-comunitário. Sobre as juntas, sobre as quais a seguir investirei umas linhas, vale destacar que elas se tratam de uma espécie de “guardiãs” das dinâmicas de organização comunitária Zapatista. Já mencionei, no capítulo 3, o *slogan* “caminhar perguntando”. Além deste, outro símbolo (*slogan*) “protegido” pelas Juntas de Bom Governo é o “mandar obedecendo”, sobre o qual assinala Carlos Aguirre (2018, p. 26–27, grifos do autor):

Lo que la humanidad ha concebido como la actividad humana de la política, desde hace dos mil quinientos años y hasta hoy, es una actividad que entre otras cosas se caracteriza, precisamente, por **separar radicalmente** la función del “mando” de la función de la “obediencia”, asignando siempre la primera a una pequeña elite de individuos, o hasta a un solo personaje, para atribuir la segunda a la inmensa mayoría a población de una sociedad determinada cualquiera. [...] El Mandar obedeciendo no implica tanto una inversión simétrica de funciones, en donde el que antes mandaba ahora obedecerá, y en donde quien obedecía ahora mandará –poniendo así a la mayoría en el antiguo lugar de la minoría y viceversa–, sino más bien y mucho más profundamente, una revolución completa del **modo mismo de concebir**, primero la función del mando, después la función de la obediencia y, por último, la relación misma entre ambas. [...] Significa más bien que el pueblo, la mayoría, “manda” sobre sí misma, por el simple intermedio de un pequeño grupo que operacionaliza y que da curso práctico a esos mandatos colectivos y mayoritarios de los grupos y clases subalternos de todo el pueblo.

Mandar obedecendo, me parece, tem tudo que ver com a ideia da garantia da liberdade de participação de todas as pessoas de um determinado grupo social, em nível de igualdade, das tomadas de decisão sobre os rumos de suas próprias vidas. De acordo com Brancaloneo (2012, p. 266), as JBG constituem-se “como estruturas para a vigilância do ‘bom governo’ das entidades autônomas Zapatistas e como instâncias civis para a coordenação e negociação, interna e externamente”. “Abaixo” dos *Caracoles* estão os *Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas* (MAREZ). Cada MAREZ define sua forma interna de organização, lembrando uma vez mais a ideia de uma hegemonia da não hegemonia, desde que garanta a lógica do mandar obedecendo. Mesmo assim, as JBG governo compartilham de boas práticas, sendo que Brancaloneo (2012, p. 278) considera que mais de um deles reúnem as seguintes características:

- a) as assembleias podem ser convocadas pelos conselhos autônomos, reunindo um conjunto de delegados das comunidades (que levam e trazem propostas antes de tomar decisões);
- b) determinadas comunidades podem tomar a iniciativa de discutir certos temas e propor questões para a assembleia municipal (o que é mais raro, já que o “contato” permanente com o representante da comunidade no Conselho Autônomo, dadas as especificidades do sistema de turno, opera nesse sentido);
- c) os Conselhos Autônomos podem assumir a deliberação e executar determinada demanda a partir da realização de várias assembleias comunitárias simultâneas (o que nunca ficou esclarecido para mim era se a decisão final seria a soma dos posicionamentos de todas as comunidades, do tipo, cada comunidade um voto, ou se a soma total de votos de todos os indivíduos de todas as comunidades, o que em ambos os casos pode ser um problema se existe disparidade populacional significativa entre comunidades);
- d) se pode deliberar assuntos específicos que dizem respeito a certo número de comunidades entre elas próprias, cabendo ao conselho representar e proceder à execução das demandas. De todo modo, em última instância as comunidades parecem possuir a soberania de definir a legitimidade das próprias regras em questão, bem como os momentos oportunos para aplicar uma variação ou outra, ou mesmo inventar novos procedimentos.

Os conselhos autônomos citados por Brancaloneo são os Conselhos Autônomos Municipais, ou seja, existe um para cada MAREZ. Do ponto de vista da abrangência, tomando como base primeiro as contribuições de Brancaloneo, publicadas em 2012, eram naquele momento 5 *Caracoles* (por sua vez, 5 JBG) e 30 *Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas*. Atualmente, são 16 *Caracoles* e já são 43 MAREZ (El Universal, 2019). Estima-se que são cerca de 300.000 pessoas vivendo nos atuais 16 *Caracoles*. É sob esse resumido panorama que, a partir de 2003, “cada região autônoma zapatista passou a contar, portanto, com três níveis de ‘governo civil’: o regional, com uma JBG; o municipal, integrado por um Conselho Autônomo de um MAREZ, e o comunitário, com autoridades das ‘comunidades em resistência’”.<sup>94</sup> (Brancaleone, 2012, p. 271).

<sup>94</sup> Para um exame mais detalhado sobre a forma de auto-organização substantiva da vida na experiência Zapatista vale a pena revisar a tese de doutorado de Cassio Brancaloneo (Sobre o significado da experiência de autogoverno

**Fotografia 5 – Junta de Buen Gobierno do Caracol de Roberto Barrios**



Fonte: Brancaleone (2012).

Para a apresentação da experiência que estou aqui considerando como uma experiência que ajuda a elucidar o tipo de **autonomia independente apesar do Estado**, que é aquele tipo de autonomia centrada no confronto político extrainstitucional, tomo como base as informações coletadas na entrevista realizada com Gonzalo (2019, informação verbal). Assim como no caso Zapatista, aqui também haveria a possibilidade de pensar tal experiência a partir de dois diferentes enquadramentos. Neste caso, mesmo considerando que atualmente a experiência poderia bem ser enquadrada como uma experiência de autonomia inserida, portanto com o Estado, lançarei o acento ao momento histórico no qual o *Movimiento Social Oxchuc* (MSO) demarcava suas diferenças políticas com o Estado através do confronto político extrainstitucional. No entanto, não é pouco destacar que, ainda enquanto eu estava no México, pude acompanhar como observador a assembleia comunitária, validada pelo *Instituto Electoral y de Participación Ciudadana* do estado de Chiapas, de 05 de janeiro de 2019, que definiu que o município de Oxchuc passaria a autodeterminar-se e autogovernar-se por usos e costumes ancestrais indígenas sem a participação direta dos partidos<sup>95</sup>.

---

zapatista, 2012), bastante citada por mim, além dos livros de Mariana Mora (*Política kuxlejal: Autonomía indígena, el Estado racial e investigación descolonizante en comunidades zapatistas*, 2018), de Jérôme Baschet (*Podemos gobernarnos nosotros mismos: la autonomía, una política sin el Estado*, 2017) e de Carlos Aguirre (*Mandar obedeciendo: las lecciones políticas del neozapatismo mexicano*, 2018).

<sup>95</sup> Vale de nota dizer que se bem formal e diretamente os partidos já não mais atuam no município eles seguiram tencionando o processo político local (Gonzalo, 2019, informação verbal).

**Fotografia 6 – Ato simbólico na Praça Central de Oxchuc em comemoração pela aprovação da livre determinação e autogoverno por usos e costumes ancestrais**



Fonte: arquivo pessoal do autor, 2019.

Em 08 de janeiro de 2016, parte da comunidade do município indígena de Oxchuc, em Chiapas, protagonizou um violento confronto político com as autoridades locais. O confronto foi resultado da demanda do *Movimiento Social Oxchuc* (MSO) que era a negação do sistema partidário em nível municipal. Organizados no MSO, que depois criaria a *Comisión Permanente por la Paz y Justicia de Oxchuc* (CPPJO), em outubro de 2015, tal negação se expressou na tentativa de impedimento da posse de María Gloria Sánchez Gómez, do *Partido Verde Ecologista do México*, eleita de forma antidemocrática como presidenta do município em 19 de julho de 2015 (Gonzalo, 2019, informação verbal). Ainda em 2015 a CPPJO tinha como objetivo inicial dialogar com o Estado (poder judiciário estadual) para alcançar o reconhecimento de Oxchuc como povo indígena a fim de lançar mão ao direito à livre determinação e ao autogoverno. No entanto, aparentemente, não havia disposição do Estado em dialogar.



### Fotografia 7 – Protestos da comunidade de Oxchuc, janeiro de 2016



Fonte: arquivo pessoal de Gonzalo (entrevistado).

Depois da forte repressão sofrida no 08 de janeiro de 2016, os objetivos do MSO e da CPPJO, que não se expressavam como negação do Estado em sua totalidade, mas como negação de parte de suas determinações e impedimentos, pareciam ter sido alcançados já que em 15 de fevereiro o governo do estado de Chiapas determinou o afastamento de María Gloria e aceitou a reivindicação da comunidade de eleger um novo presidente municipal por assembleia geral e sem a participação dos partidos. No entanto, em 31 de agosto de 2016 o *Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación* devolveu o direito de governar à María Gloria, o que fez com que o MSO partisse para o confronto político extrainstitucional. De acordo com Gonzalo (2019, informação verbal), para alcançar o reconhecimento de usos e costumes uma série de táticas foram forjadas e postas em prática pelo movimento: marchas que terminavam na sede do governo municipal denunciando a corrupção do sistema partidário e a distância desse sistema da realidade de práticas ancestrais das comunidades; fogueiras simultâneas em diferentes bairros do município; uma marcha de mais de 100km de Oxchuc à Tuxtla Gutierrez (capital de Chiapas); bloqueios à caminhões de grandes empresas e à excursões de turistas na principal rodovia que corta município; e a criação de uma polícia comunitária. Se o Estado não estava disposto ao diálogo, o MSO encontrou no confronto político extrainstitucional sua estratégia de ação. Foram dois anos de intensas confrontações, sendo que Gonzalo (2019, informação verbal) relata um massacre ocorrido no dia 24 de janeiro de 2018.

**Fotografia 8 – Velório público na Praça Central de Oxchuc por conta dos falecidos no massacre de janeiro de 2018**



Fonte: arquivo pessoal de Gonzalo (entrevistado).

Assim como a experiência do Movimento Zapatista, Oxchuc também está localizado em Chiapas e isso me leva a considerar algumas similaridades nos dois casos dada a forma com que o Estado se posicionou. A diferença essencial é, no entanto, que tudo aconteceu em Oxchuc a partir de 2015 quando a constituição do estado de Chiapas já apresentava um dispositivo sobre o reconhecimento dos povos indígenas. Mas, a questão não estava resolvida porque assim como a constituição mexicana, a do estado de Chiapas também é pouco clara em relação ao direito daqueles povos à livre determinação e ao autogoverno. Desde 2012 o texto fala no reconhecimento de tais direitos, mas, não prevê formas, métodos e regras de como devem ser reconhecidos.

A caracterização do posicionamento do Estado é idêntica ao caso dos Zapatistas antes da criação dos *Caracoles* – até porque houve diálogo e muito confronto nos dois casos. A diferença é que em Oxchuc ou não havia disposição da comunidade em rejeitar totalmente o Estado ou não se estabeleceram as condições materiais e simbólicas para tanto. Sendo assim, ao invés de negar o Estado em sua totalidade, como no caso do Movimento Zapatista a partir de 2003, a comunidade seguiu tensionando o poder estatal ao negar suas imposições arbitrárias que não representavam o desejo comunitário; e construiu formas organizacionais alternativas e de confronto político extrainstitucional como tática para alcançar o objetivo-fim que era a livre determinação e a capacidade de se autogovernar.

Assim como em relação ao caso de Oxchuc, agora para a apresentação da experiência de **autonomia inserida**, ou seja, de uma das formas de autonomia **com o Estado**, tomo como

base as informações coletadas na entrevista realizada com Francisca (2019, informação verbal). Antes de ir aos detalhes, se faz bastante importante uma esclarecimento conceitual. Para o caso abaixo exposto, diferente do caso da economia solidária brasileira que, na figura do FBES, experimentou períodos de autonomia inserida em sua relação com o Estado brasileiro e com a SENAES, especificamente, aqui a autonomia inserida significa intensos processos de interação sociedade-Estado, mas, desde um tipo distinto de interação. Como se poderá ver, não se trata da autonomia inserida **via participação institucional** tal qual a literatura especializada pensou tal categoria. Se trata, por outro lado, de alguma sorte de autonomia inserida **nos marcos institucionais** a partir da criação de um certo “Estado à parte”.

Em 02 de setembro de 2018 o *pueblo*<sup>96</sup> de San Andrés Totoltepec, da *Alcaldia* Tlalpan, na CDMX, tomou posse do primeiro mandato do *Concejo Comunitario de Autogobierno* do *pueblo*. O conselho, fruto de anos de organização e mobilização comunitária a partir da *Frente Defensa y Protección del Patrimonio de San Andrés Totoltepec* (FDPPSAT) e da boa análise e aproveitamento da conjuntura de consolidação da *Constitución Política de la Ciudad de México de 2017*, é a expressão do momento de construção que seguiu a negação da comunidade de Totoltepec à representação individual via sistema partidário em nível territorial. Tendo logrado o afastamento do coordenador territorial (cargo do sistema político da CDMX, indicado pelo partido que governa a *Alcaldia*), a comunidade elegeu o conselho como representação coletiva de autogoverno junto às instâncias superiores do Estado mexicano. Essa possibilidade de substituição da representação tradicional, que é individual e via partidos, por um conselho de autogoverno, só foi possível a partir do reconhecimento, por parte do Estado, de que a comunidade de Totoltepec se trata de uma comunidade indígena. O sistema de representação individual partidário deu lugar ao sistema de usos e costumes ancestrais, segundo os próprios conselheiros.

---

<sup>96</sup> Na CDMX os *pueblos* representam o que no Brasil, por exemplo, seriam os bairros. A configuração constitucional da CDMX pode facilmente levar a uma confusão de termos. Apesar do nome, o mais correto poderia ser chama-la de estado e não de cidade, seja por sua dimensão territorial seja por sua importância diante da estrutura do Estado mexicano. No seu interior, o equivalente aos municípios nos demais estados são chamados de *Alcaldias*. Já os bairros podem ser encontrados com esta mesma denominação, mas, também, poderão ser chamados de colônias ou de *pueblos*.



**Fotografia 9 – Assembleia de aprovação do *Concejo Comunitario de Autogobierno* de San Andrés Totoltepec, agosto de 2018**



Fonte: site do La Jornada na internet<sup>97</sup>.

Mesmo com a instauração e início dos trabalhos do conselho naquele 02 de setembro de 2018, somente em 29 de novembro houve o reconhecimento jurídico definitivo. Ainda assim, mesmo com esse reconhecimento, o conselho sofreu e ainda sofre (o último relato que tenho de Francisca é do final do ano de 2019) recorrentes boicotes da Alcaldia Tlalpan que explicitamente não aceitou a decisão judicial e segue buscando recolocar seu coordenador territorial na estrutura de governo da comunidade. Ainda se trata de um reconhecimento via poder judiciário, apenas. Isso porque, mesmo com a nova constituição da CDMX, a lei secundária, que é a lei que regulamentará o processo de reconhecimento dos povos indígenas e que, da mesma forma, regulamentará os processos de adesão daqueles povos ao sistema de livre determinação e autogoverno por usos e costumes, ainda não foi à votação no congresso da capital mexicana.

De acordo com Francisca (2019, informação verbal), o conselho conta com 14 conselheiros que estão distribuídos em doze comissões de trabalho. As comissões compartilham das mesmas responsabilidades junto à comunidade, mas, apresentam distintos objetivos considerando cada realidade setorial. As comissões, são: (1) cemitérios, (2) reordenamento de

---

<sup>97</sup> Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2019/06/15/cam-autonomia.html>.

mobilidade, (3) acordos comunitários, (4) festas públicas, (5) serviços urbanos, (6) segurança e prevenção de delitos, (7) educação formal e cyber espaços, (8) esportes e cultura, (9) comércios, (10) desenvolvimento social, (11) tesouraria e administração e (12) território e ecologia sustentável.

**Fotografia 10 – Biblioteca pública de San Andrés Totoltepec, local onde se reúne o *Concejo Comunitario de Autogobierno***



Fonte: site do *Sistema de Información Cultural* da CDMX na internet<sup>98</sup>.

Os limites explícitos da autonomia do conselho se dão em relação à organização econômica da comunidade, já que o sistema tributário segue sendo manejado pelo Estado que repassa um orçamento específico para as ações do conselho. Além disso, aqui a atenção está mais enfocada na organização da vida em comum do que em formas alternativas de gestão dos recursos materiais e do trabalho. Diferente do caso Zapatista no qual a auto-organização da vida em comum e a autogestão dos recursos materiais e do trabalho se encontram na auto-organização substantiva da vida em comum, aqui, pelo menos até 2019 quando da realização de minha entrevista com Francisca, as discussões sobre a transformação da forma de organizar os recursos materiais e o trabalho iam apenas começando; a comunidade estava justamente começando discussões sobre cooperativismo. Já em relação aos serviços básicos oferecidos pelo Estado como educação, saúde e segurança pública, por exemplo, a comunidade, à época, ia apenas começando a construir suas estratégias de incidência.

Neste contexto, aproveitando a abertura do Estado, a comunidade de San Andrés Totoltepec optou pela construção de um autogoverno local autônomo por dentro das estruturas estatais; como já mencionado, uma espécie de fração alternativa ao Estado dentro do próprio

<sup>98</sup> Disponível em: [https://sic.cultura.gob.mx/ficha.php?table=biblioteca&table\\_id=4156](https://sic.cultura.gob.mx/ficha.php?table=biblioteca&table_id=4156).

Estado<sup>99</sup>. Do ponto de vista constitucional, assim como no de Oxchuc, havia uma dupla garantia: a da constituição mexicana e também a da constituição da CDMX (artigos 57 e 59) – ainda que, como assinalai, o texto da lei secundária ainda não foi concluído e votado no congresso. A diferença essencial do posicionamento do Estado nos casos de Oxchuc e Totoltepec é que, neste último, ele acolheu, ainda que judicialmente, mais prontamente a demanda da ação autônoma do *pueblo*. A comunidade entrou com o pedido de substituição da autoridade estatal pelo direito à livre determinação e autogoverno por usos e costumes e obteve sucesso. Ou seja, a comunidade negou a desigualdade histórica que encontrava para participar das decisões do Estado, mesmo nos casos de decisões de caráter territorial, e construiu uma proposta alternativa de governo, a auto-organização da vida em comum através do mecanismo do conselho autônomo comunitário.

---

<sup>99</sup> Uma ideia parecida com esta é desenvolvida por Adamovsky em um de seus trabalhos (*Problemas de la política autónoma: pensando el pasaje de lo social a lo político*, 2011), no qual ele propõe que os movimentos emancipatórios considerem a tática da “colonização do Estado” como ação autônoma em sua proposta mais ampla de **interface autônoma** que, no limite da síntese para fins de elucidação, significa a transição da autonomia social à autonomia política e das experiências localizadas às experiências de maior escala, pelo menos nacionais.

## **Reflexões finais: síntese analítica Brasil-México e uma proposta de transição ao Autogoverno popular-comunitário**

*“El intelectual es un individuo con un papel público específico en la sociedad que no puede limitarse a ser un simple profesional sin rostro, un miembro competente de una clase que únicamente se preocupa de su negocio. Para mí el hecho decisivo es que el intelectual es un individuo dotado de la facultad de representar, encarnar y articular un mensaje, una visión, una actitud, filosofía u opinión para y en favor de un público [...] alguien cuya misión es la de plantear públicamente cuestiones embarazosas, contrastar ortodoxias y dogmas (más bien que producirlos) y [...] al que ni los gobiernos ni otras instituciones pueden domesticar fácilmente, y cuya razón de ser consiste en representar a todas esas personas y cuestiones que por rutina quedan en el olvido o se mantienen en secreto.”*

Edward Said

Neste último capítulo tenho três objetivos específicos: apresentar sínteses analíticas (i) de cada um dos casos estudados e (ii) da comparação entre eles, além de (iii) oferecer uma proposta de transição do sistema-mundo capitalista-colonial mediado pelos Estados-nação como garantidores da democracia liberal àquela sociedade autônoma mediada e operacionalizada pelos Autogovernos popular-comunitários como garantidores da auto-organização substantiva da vida em comum. Este último, reconhecidamente um objetivo ambicioso e até audacioso, não se trata de um intento isolado de minha parte. Se trata, por outro lado, de um esforço que responde à distintas abordagens críticas da sociologia política, sobretudo, à latino-americana. Trata-se daquele compromisso, já assumido por diversos intelectuais, ontem e hoje, de vislumbrar uma sociologia política latino-americana que entendo adequado chamar de sociologia política de base autônoma; uma sociologia que critica, mas que não se contenta com a crítica. Portanto, uma sociologia que critica, primeiro, e que propõe caminhos, alternativas às críticas, em seguida. Especificamente, tal ambicioso e audacioso objetivo responde à provocação de Breno Bringel e José Maurício Domingues (2015, p. 61):

De maneira sintética, pode-se afirmar que boa parte dessa agenda de pesquisa emergente, embora realize uma pertinente crítica epistemológica à produção e circulação de conhecimento, não consegue sugerir alternativas ao eurocentrismo em termos de formulações teórico-metodológicas, tal como ocorreu na periferia em meados do século XX. A crítica ao provincianismo mascarado de universalismo é fundamental, mas igualmente importante é avançar para além da denúncia, rumo a uma teorização sistemática que permita gerar marcos mais robustos e abrangentes de interpretação das realidades periféricas e semiperiféricas a partir de uma perspectiva totalizante que transcenda o empirismo localizado.

Quero dizer, ainda antes de iniciar com o primeiro objetivo acima mencionado, que as formulações teórico-metodológicas assinaladas por Bringel e Domingues já precisavam ontem

e seguem precisando ainda hoje assumir com seriedade a necessária ruptura epistemológica reivindicada por Aníbal Quijano, Laura Collin, Walter Mignolo e tantas outras e outros. Uma ruptura que represente a potência necessária à aceleração de uma mudança de paradigma social-total já em curso, pelo menos, desde à década de 1960; para ficar com o diagnóstico de Wallerstein (2008). Uma mudança de paradigma, eu diria, que considere a dissolução das fronteiras entre sociedade civil e Estado, fazendo com que fique evidente que o Estado significa, mais do que qualquer outra coisa, um estado (aqui na versão do termo que indica a relação entre forma e temporalidade) determinado no espaço e no tempo de uma ou outra forma de organização da vida em comum.

Não se trata de uma descoberta minha e tampouco de uma descoberta nova que Estado e sociedade civil se constituem mutuamente. No entanto, a reflexão que estou propondo é aquela que reconecta economia (como a disciplina típica das formas de gestão dos recursos materiais e do trabalho) e política (como a disciplina típica das formas de organização da vida em comum) em uma nova totalidade, já não a do sistema-mundo capitalista-colonial, mas aquela da acima mencionada sociedade autônoma mediada e operacionalizada pelos Autogovernos popular-comunitários como garantidores da auto-organização substantiva da vida em comum. Auto-organizar substantivamente a vida em comum significa que a política já não anda separada da vida cotidiana, como no caso da forma-Estado e da democracia vigentes nas quais ela permanece enclausurada nos limites do Estado, excluindo a maioria da população. Ou seja, é preciso avançar por sobre a ideia de que sociedade civil (onde repousa a economia e o trabalho) e Estado (em sua versão de detentor do monopólio da política) se influenciam mutuamente indicando um horizonte histórico outro no qual as decisões sobre economia e política que definem os rumos (tanto concretos quanto simbólicos) das vidas das mais diversas populações passem a ser assunto dessas próprias populações.

**Tabela 11 – Contextos políticos no Brasil e as ações autônomas do MESB**

<b>Período</b>	<b>Padrão tendencial de relações Estado-movimentos</b>	<b>Qualidade da participação</b>	<b>Tipo de ação autônoma do MESB</b>
<i>Governos FHC (1995-2002)</i>	Integrativo-cooperado	Pseudoparticipação	Autonomia independente (para além do Estado)
<i>Governos Lula (2003-2010)</i>	Integrativo-cooperado	Participação parcial	Autonomia inserida (com o Estado) – até a criação do CNES

			Autonomia interdependente (com o Estado) – após a criação do CNES
<b><i>Governos Dilma (2011-2016)</i></b>	Integrativo-cooperado	Participação parcial	Autonomia inserida (com o Estado)
<b><i>Governo Temer (2016-2018)</i></b>	Violento-hostil	Pseudoparticipação	Autonomia independente (para além do Estado)
<b><i>Governo Bolsonaro (2019-2020)</i></b>	Violento-hostil	Não se aplica	Autonomia independente (para além do Estado)

Fonte: elaborado pelo autor.

Avanço aos objetivos de produção de sínteses. Como se pode ver pelos dados da Tabela 11, começo pelo caso brasileiro. O primeiro destaque que importa assinalar é que, de forma mais ou menos óbvia, contextos políticos que desembocam em um tipo de participação institucional de qualidade no máximo de pseudoparticipação farão com que, tendencialmente, os movimentos optem pela (ou sejam condicionados à) ação autônoma independente para além ou apesar do Estado. No caso do MESB, tal forma de ação assumiu, seja durante os governos FHC seja durante os de Temer e Bolsonaro, aquele tipo de ação para além do Estado. Desde antes de passarem a ser chamadas de economia solidária, as experiências de organização das populações subalternas em torno da geração de trabalho e renda já eram uma realidade por todo o país. Havia, naquele momento (me refiro às décadas de 1970 e 1980), um papel importantíssimo da Igreja Católica, sobretudo da “ala progressista” desta igreja, com destaque às CEBs e às pastorais. Com o reconhecimento de tal conjunto de experiências em torno da ideia de economia solidária, já na década de 1990, o nascente movimento naquela década focava-se mais em ações territorial-comunitárias enquanto apenas dava uns poucos sinais de uma articulação de nível nacional.

Nesta esteira, a ação autônoma apesar do Estado, aquela focada no confronto político extrainstitucional, parece não ser uma vocação do MESB. Outra interpretação para a opção pela ação independente para além e não pela apesar do Estado é aquela que me remete, uma vez mais, à fala de Neneide, do MESB; ou também ao relato da entrevistada Yolanda, do MESM. Sobretudo no caso dos militantes dos movimentos de economia solidária que são trabalhadoras e trabalhadores de grupos de trabalho coletivo-associado, a necessidade de permanecerem focados em seus fazeres econômicos (já argumentei se tratarem de fazeres econômico-políticos) ou mesmo dedicados à questões comunitárias, fazeres esses necessários à manutenção das condições materiais mínimas para boa parte de tais militantes, os constrange para que



protagonizem ações apesar do Estado e mesmo aquelas com o Estado, ou seja, para a participação institucionalizada.

O ex-presidente Lula inauguraria um novo contexto político não antes experienciado na história brasileira. As experiências de participação no nível local, à época com cerca de 10 anos de experimentação em diversos municípios e mesmo em alguns estados da federação, cobriam seus espaços também na realidade nacional a partir de 2003. Ainda em 2002, percebendo tal tendência, o MESB iniciou dois esforços paralelos e combinados. Um deles foi a conformação de um sujeito político-coletivo capaz de reivindicar-se como representante legítimo do conjunto de experiências que já se reconheciam naquele momento histórico como experiências de economia solidária; daí nasceria o FBES. O segundo esforço foi, desde antes mesmo da conformação do FBES, ainda como GT Brasileiro, o de incidência junto ao governo eleito para a criação de uma institucionalidade própria de nível nacional para a economia solidária; daí nasceria a SENAES. Sem nunca ter sido capaz de delimitar explicitamente as fronteiras entre sociedade civil e Estado, a partir de junho de 2003 FBES e SENAES quase que se fundiram em um único sujeito para dar conta do compromisso de formular, implementar e acompanhar as políticas públicas para o setor.

Com o contexto político indicando para um padrão tendencial de relações Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperado – contexto que permaneceu, guardadas algumas diferenças em relação às condições estruturais-estruturantes, inalterado até a saída de Dilma por conta do Golpe de 2016 – e com a qualidade da participação indicando para participação parcial, durante o período do primeiro governo de Lula as ações autônomas do MESB se desenrolaram como autonomia inserida, portanto, com o Estado. Havia, naquele período, considerando a ainda não instalação do CNES, um padrão de relações que respondiam à dinâmicas bastante informais, o que, me parece muito, permitiu uma importante dinamicidade e fluidez à relação MESB-Estado (mais especificamente, FBES-SENAES). Foi um período no qual a autonomia inserida se caracterizou muito mais pelo alinhamento de visões de mundo entre MESB e o projeto político a frente do Estado do que pela exacerbação da dialética da autonomia (aquele duplo processo de negação-construção), contexto sob o qual FBES e SENAES faziam caminhar as demandas muito mais coincidindo do que divergindo.

Já durante o segundo governo de Lula, iniciado pouco depois da realização da primeira CONAES e da instalação do CNES, o tipo de ação autônoma do movimento se alteraria para autonomia interdependente, o segundo tipo possível de autonomia com o Estado. A instalação do CNES institucionalizaria de uma vez a participação política do MESB, tornando agora a relação MESB-Estado uma relação parcial ou totalmente formalizada. De fundo, essa novidade

se revelaria se não como problemática para o movimento, pelo menos, o afastaria em alguma medida do alcance de suas demandas. A partir deste momento o que se vê é uma relação que significava muito mais um tipo de “influenciação”, tal qual relatou o entrevistado Luis, do que alguma sorte de partilha igualitária do exercício do poder de decisão sobre os assuntos tratados seja no CNES seja em seus comitês temáticos. Em resumo, de forma aparentemente contraditória ou, pelo menos, inesperada, a institucionalização da participação através da instalação do CNES enfraqueceu a capacidade de incidência do FBES em sua relação com o Estado.

Os dois governos de Dilma (um e meio, na verdade, considerando que seu segundo mandato durou apenas menos de dois anos) começariam causando grande tensão entre MESB e SENAES. Os recorrentemente citados, nos dois capítulos anteriores, casos do PL865 e da inclusão das políticas de economia solidária no PBSM, com maior destaque ao primeiro, transformaram radicalmente as relações no interior do próprio MESB assim como suas interações com o Estado. Por um lado, os mencionados acontecimentos acelerariam um processo de autorreflexão do FBES na busca de sínteses sobre sua razão de existência e sobre sua finalidade como sujeito político-coletivo. Aquela certa naturalidade relacionada à multifiliação dos sujeitos do MESB terminaria mais abalada do que nunca considerando as diferenças entre as diversas alas que compunham o movimento. Sobretudo, consolidou-se ali uma diferença explícita entre a “ala sindical”, da qual eram parte muitos dos militantes filiados ao PT, e a ala que eu poderia arriscar chamar de “ala autonomista”, que desde sempre demarcavam ser independentes tanto em relação ao partido quanto aos sindicatos. É neste contexto que surgiu, em 2014, a UNICOPAS reunindo as já existentes UNISOL, UNICAFES e CONCRAB, todas entidades de característica sindical. Se bem não é certo dizer que a UNICOPAS passaria ali a competir com o FBES, é certo que sua fundação decretaria alguma dúvida sobre a legitimidade do FBES como aquele sujeito integrador e de representação do MESB.

Do ponto de vista mais específico da relação entre MESB e Estado, o ano de 2011 marcou a retomada da autonomia inserida como tipo de ação autônoma do movimento. No entanto, se durante o primeiro governo de Lula tal padrão de relações se desenrolou pela via do compartilhamento de visões de mundo e estratégias, aqui ela se deu de forma diametralmente distinta. Foi durante o processo envolvendo o PL865 que o MESB, pela primeira vez, negou explícita e contundentemente ações do Estado e da própria SENAES, deixando evidente aquela cena primeira do duplo processo de negação-construção característico das ações autônomas. As mobilizações em torno da negação do avanço do PL que criaria a SEMPE deslocando a



SENAES para o interior de sua estrutura foram tamanhas que o entrevistado Tiago entende que foi ali que o MESB verdadeiramente se constituiu como um movimento social. A autonomia do movimento naquele momento literalmente inseriu-se nas estruturas do Estado com a mobilização via realização de audiências públicas estaduais por todo o país e, por último, com a audiência pública nacional; no fim, a SENAES permaneceu onde estava, respondendo aos esforços do movimento.

O Golpe de 2016 inauguraria um novo-velho momento para o MESB. O governo Temer marcaria a mudança de padrão tendencial de relações Estado-movimentos levando-a, pela primeira vez no período analisado, ao tipo violento-hostil. Respondendo a tal contexto e ao imediato rebaixamento da SENAES da condição de secretaria a de subsecretaria, Paul Singer e sua equipe deixaram seus cargos e o MESB explicitou sua indisposição de diálogo com o governo considerado golpista. Como Temer, apesar de historicamente um político ligado muito mais às elites do que aos movimentos subalternos, não tentou incidir diretamente nas instituições participativas nacionais, considere que naquele momento a participação ainda era de tipo pseudoparticipação. A partir de 2019, com o início do governo de Bolsonaro, já não se aplica pensar em participação seja em perspectiva mais ampla seja pensando especificamente em relação à economia solidária. Não se aplica porque discursivamente o presidente rechaça a participação como mecanismo de gestão e porque, concretamente, em 11 de abril de 2019 ele decretou o encerramento de uma série de conselhos nacionais gestores de políticas (Decreto Nº 9.759, de 2019). Em relação à economia solidária, já em seu primeiro ato de reorganização ministerial a SENAES seria extinta, tornando-se um pequeno departamento no Ministério da Cidadania.

Essa configuração contextual, iniciada com Temer e aprofundada com Bolsonaro, faria com que o MESB, de forma mais ou menos condicionada, retomasse com forças as discussões sobre uma espécie de “retorno aos territórios”, tal qual ficou bastante explícito com os relatos dos militantes do movimento. Comentei, linhas acima, que o Golpe inauguraria um novo-velho momento para o MESB justamente por essa retomada das discussões sobre território e pelas ações neste sentido. De 2016 em diante, dada a impossibilidade do desenvolvimento das autonomias com o Estado, o movimento retomaria aquele tipo de autonomia independente para além do Estado, tal qual já havia experimentado até a eleição de Lula. O diferencial aqui é que se antes esse tipo de autonomia era acompanhada pela desarticulação e mesmo desconhecimento de umas experiências em relação as outras, agora esse retorno ao território poderá estar acompanhado de intensas articulações em rede já que, dentre tantas outras consequências, a organização do MESB em torno do FBES e a interação deste com o Estado

resultou em uma capacidade importantíssima de articulação nacional e de reconhecimento entre os mais diferentes sujeitos ligados à economia solidária no Brasil.

Para ir encerrando as sínteses sobre o caso brasileiro, importa destacar que esse “voltar aos territórios”, possibilidade que já é alvo de intensas reflexões no processo atual de mobilização e organização do FBES rumo à VI PNES, parece ser a alternativa mais frutífera não apenas porque já não há um contexto político atraente ao diálogo sociedade-Estado, ou seja, à participação institucionalizada. Voltar aos territórios neste momento histórico inscreve as ações autônomas do MESB como aquelas ações que não se dão isoladamente, ou seja, como aquelas que justificam se falar de “condições estruturais-estruturantes” no lugar de apenas “condições estruturais”. A ação dos movimentos subalternos não se dá em um vazio; toda a ação produz mais ou menos impactos nas estruturas que conformam os contextos. Se é aceita a perspectiva de que distintos governos são capazes de configurar diferentes contextos políticos – ou aquela que prevê que os governos têm, pelo menos, papel determinante na definição de contextos –, ir ao território no contexto atual pode ser parte de um projeto maior de organização da população para eleger outra vez um governo não somente entusiasta das pautas da economia solidária, mas que tenha a participação e a promoção da cidadania como suas bandeiras.

Por último sobre o Brasil, quero dizer que me parece muito que o foco na ação institucionalizada, tal qual percebida na trajetória do MESB de 2003 à 2016, tendencialmente retira o foco da ação comunitária e do cotidiano dos grupos de trabalho coletivo-associado porque centraliza as lutas; centraliza não somente do ponto de vista do exercício do poder, em relação ao qual exige a criação de níveis de representação, mas também espacialmente. Portanto, esse foco no mínimo transfere a ação localizada na comunidade para fora dela. Em termos formais, dos bairros para o centro dos municípios, e daí por diante: do bairro para as capitais estaduais e de lá para a capital federal. Considerando isto e se há entusiasmo com a ideia de que a política (portanto, a organização da vida em comum e o exercício do poder ligado a essa organização) deve estar espalhada por todos os espaços de sociabilidades tornando-se um fazer e viver cotidianos, será preciso uma revisão de prioridades em relação às táticas de lutas em períodos nos quais o padrão tendencial das relações Estado-movimentos é de tipo integrativo-cooperado com participação de tipo parcial. O convite que fica, tanto aos movimentos quanto às análises, é o de inverter o pêndulo da relação Estado-comunidade, portanto: mais comunidade, menos Estado; se se quer, mais Autogoverno popular-comunitário, menos Estado-nação, já que me parece que a participação plena é mais ou menos inalcançável nos marcos do último.

Tabela 12 – Contextos políticos no México e as ações autônomas do MESM

Período	Padrão tendencial de relações Estado-movimentos	Qualidade da participação	Tipo de ação autônoma do MESM
<i>Governo Ernesto Zedillo (1994-2000)</i>	Violento-hostil	Não se aplica	
<i>Governo Vicente Fox (2000-2006)</i>			
<i>Governo Felipe Calderón (2006-2012)</i>	Violento-hostil	Não se aplica	Autonomia independente (para além do Estado)
<i>Governo Peña Nieto (2012-2018)</i>			
<i>Governo López Obrador (2018-2020)</i>	Integrativo-cooperado	Pseudoparticipação	

Fonte: elaborado pelo autor.

O caso mexicano, como se pode ver na Tabela 12, contou com a especificidade de produzir poucas (quase nenhuma) mudanças de contextos políticos durante o período analisado. Tanto é assim que mesmo considerando a alternância de partidos na presidência do país – me refiro à alternância entre PRI e PAN –, os contextos mantiveram-se inalterados. Assim, desde o início do período em análise, 1995, até 2018, o padrão tendencial de relações Estado-movimentos no México foi sempre o de tipo violento-hostil. Violência que, inclusive, estava muito para além da relação Estado-movimentos, tendo se espalhado rapidamente pelo país a partir dos anos 2000 seja através do narcotráfico seja através da militarização dos territórios que alcançou boa parte do território nacional justificando-se supostamente em razão do avanço do narcotráfico. Muito mais inclinado a um tipo de relação clientelista e corporativista, já desde a fundação do PRM (que depois desembocaria no PRI), não é possível encontrar no interior do período analisado sinais de um tipo de relação que produzisse uma situação de participação institucional em nível nacional. Se o que se espera são processos participativos sistemáticos e com regras explícitas, tal ausência é ainda maior. É por isso que para todo o período investigado, considerando o alcance nacional, a ação autônoma do MESM não pode ser considerada outra que não a autonomia independente para além do Estado.

Seguindo uma mesma tendência que a percebida no Brasil, no México também há um destaque indispensável que é o do protagonismo da Igreja Católica e das CEBs até, pelo menos, a década de 1990. A permanência de um mesmo contexto político durante tantos anos – se minha análise fosse estendida até 1982, muito provavelmente o padrão tendencial de relações Estado-movimentos e a possibilidade de participação seriam os mesmos desde então – por certo impediu que se acelerassem e se intensificassem propostas de articulação das experiências de economia solidária mexicanas para o nível nacional. As construções em torno da Red-Espacio EcoSol, as que mais se aproximaram de terminar como um sujeito político-coletivo aglutinador e reconhecidamente legítimo para o MESM, acabariam nunca se confirmando como tal. Assim, o que se pôde perceber em nível nacional foram dois movimentos paralelos de ações não aleatórias, mas desarticuladas e com diferentes objetivos estratégicos.

Por um lado, movimentações em torno dos marcos legais relacionados à economia solidária, com destaque para a lei que regula as *cooperativas de ahorro y préstamo*. Sobre esta, importa dizer que houveram fortes tensões no interior do próprio MESM, assim como uma série de aproximações de alguns sujeitos do movimento ao Estado, sobretudo, aproximações à comissão de fomento cooperativo e economia social da câmara dos deputados. Não entendo, no entanto, que se possa pensar nessas aproximações e diálogos desde as lentes da autonomia interdependente e, ainda menos, da autonomia inserida. Nunca se tratou de um tipo de interação sistemática na qual a diversidade do movimento encontrava condições igualitárias de incidência. Além disso, não raras vezes diferentes setores do MESM reivindicavam distintos interesses junto ao Estado, como na já histórica diferença entre *Caja Popular Mexicana* e ALCONA ao redor da legislação acima mencionada. Neste contexto, não se pode deixar de dizer que a ausência daquele sujeito político-coletivo integrador impossibilitou a consolidação de um fórum de discussão que garantisse a afirmação das diferenças entre os distintos sujeitos da economia solidária sendo capaz de produzir sínteses entre diversidade e unidade com foco na relação com o Estado.

Por outro lado, não se pode deixar de falar das movimentações que iam se desenrolando territorialmente, sem alcance nacional e mais ou menos desarticuladas entre si. Tais movimentações, que bem podem ser justificadas pelo diagnóstico dos contextos políticos de tipo violento-hostil que impossibilitavam a participação institucional de movimentos subalternos, também se justifica desde outra perspectiva. Sempre esteve sobre a mesa a discussão sobre a própria validade, dentro do conjunto de táticas e estratégias possíveis, da ação institucionalizada.

Certamente em alguma medida influenciada pelo contexto e, especificamente, pelo histórico estatal pouco ou nada aberto a um tipo de participação que remetesse a qualquer sorte de aprofundamento democrático, a perspectiva da autonomia independente para além do Estado nunca foi superada, encontrando sempre bons *voceros* em sua defesa. Mesmo a vitória de López Obrador com seu projeto supostamente integrador, pelo menos considerando os dois primeiros anos de governo, não seria suficiente nem para que o Estado mobilizasse os esforços necessários à sistematização da participação nem para que o movimento alcançasse repensar, considerando o conjunto das experiências, sua avaliação sobre aquela validade e a eficácia da ação institucionalizada. Apesar de produzir algumas poucas mudanças relacionadas à institucionalidade da economia solidária no país, a chegada de Obrador ao governo federal parece não avançar no sentido de mais participação sistemática com regras explícitas.

Neste contexto, considerando a impossibilidade de identificação de um sujeito político-coletivo legitimado para representar o MESM e a ausência de interações sistemáticas MESM-Estado, ao que se pode somar meu interesse nas articulações possíveis entre os conceitos e as práticas mais relacionadas especificamente com a autonomia e com a economia solidária, eu chegaria até as experiências indígenas que foram capazes de elucidar, cada uma a sua maneira e não articuladas entre si, as ideias de autonomia independente e de autonomia inserida: o Movimento Zapatista (autonomia independente para além do Estado); o *Movimiento Social Oaxhuc* (autonomia independente apesar do Estado); e, a *Frente Defensa y Protección del Patrimonio de San Andrés Totoltepec* (autonomia inserida, portanto, com o Estado).

Em relação ao primeiro caso, da experiência Zapatista, entendo que o principal ensinamento que fica é aquele que indica que, sim, é possível auto-organizar substantivamente a vida em comum. Não é pouco perceber que já são 27 anos desde o levantamento e 18 desde a conformação dos primeiros *Caracoles*. Se bem as experiências de participação institucional registradas no Brasil e em outros países sul-americanos mostram que é possível ir um pouco mais além da democracia representativa no seio da forma-Estado vigente; e, se bem as experiências de trabalho coletivo-associado da economia solidária indicam que é possível experimentar a autogestão no seio do modo de produção capitalista, poucas experiências na América Latina e mesmo no mundo expressam tão bem a reconexão entre política e economia no cotidiano comunitário quanto a Zapatista.

São cerca de 300.000 pessoas vivendo nos atuais 16 *Caracoles*, envolvidas em processos de autogestão dos recursos materiais e do trabalho e de auto-organização da vida em comum nos quais a lente fragmentada ou da política ou da economia não encontra lugar no cotidiano do que poderá ser uma típica experiência de Autogoverno popular-comunitário. Sob

os lemas “caminhar perguntando” e “mandar obedecendo” todos os Zapatistas têm garantidos o direito ao questionamento e à crítica, por um lado, e o de participação nos processos de tomada de decisão sobre os rumos de suas próprias vidas, por outro. Outra importante contribuição da mencionada experiência é aquela que se relaciona à ideia de fazer político como aquele fazer que se dá por fora da forma-Estado vigente. Ou seja, não é monopólio dos Estados-nação o exercício da política; os Zapatistas falam da morte dessa política centrada no Estado. Toda experiência de vida humana, que é intrinsecamente coletiva, demandará alguma forma de gestionar as diferenças e os conflitos frutos da própria vida em coletivo, desfocar da forma-Estado e da democracia vigentes como únicas formas possíveis para tal gestão me parece outro importante ensinamento Zapatista, assim como um compromisso histórico da temporalidade atual.

Já a experiência do *Movimiento Social Oxchuc* coloca sobre a mesa a potência da autonomia apesar do Estado como forma de confronto político extrainstitucional capaz de constranger o Estado até que ele reconheça direitos que são fáceis e recorrentemente esquecidos até que sejam iluminados por intensos processos de resistência e rebeldia. A criatividade e a insistência empregadas na construção dos eventos de protesto no município indígena de Oxchuc mostram que os confrontos por fora das instituições importam e produzem resultados. Por último, a experiência do *pueblo* de San Andrés Totoltepec mostra que é possível empurrar para dentro da própria forma-Estado e da democracia vigentes formas radicalmente democráticas de exercício do poder político. Ainda que sempre constrangidos pelo partido que governa a Alcaldia Tlalpan, foi bastante paradigmática a instalação do *Concejo Comunitario de Autogobierno* como uma espécie de Estado à parte dentro do próprio Estado-nação. É seguramente a experiência de Totoltepec a que me inspira a pensar na ideia de uma forma de organização política transitória entre o Estado-nação ainda hegemônico e a novidade dos Autogovernos popular-comunitários potencialmente nascentes.

Prometi, na abertura deste capítulo final, uma síntese comparativa dos dois casos estudados. Existem tanto diferenças quanto semelhanças; começo pelas últimas. É inegável a similaridade da contribuição da “ala progressista” da Igreja Católica, ou seja, do papel das CEBs e da Teologia da Libertação tanto no Brasil quanto no México. Por óbvio, quando se fala de América Latina não se está falando de um bloco homogêneo de países que compartilham de características idênticas. No entanto, desde muito antes, mas, sobretudo, desde a realização das duas grandes guerras e da posterior globalização neoliberal, as questões mal resolvidas nos países do Sul global se repetem em muitos deles; é por isso que é possível falar de uma condição subalterna latino-americana, por exemplo. Esquecidos pela forma-Estado e pela forma-capital,

seriam as CEBs, entre outras entidades, que impulsariam experiências de organização comunitária junto aos povos subalternos ao redor da ideia de geração de trabalho e renda que tanto no Brasil quanto no México, assim como em outros países da região, a partir da década de 1960 antecipariam dinâmicas depois relacionadas tanto à economia solidária quanto à autonomia.

Neste contexto, as CEBs podem, certamente, ser consideradas como lastros de uma segunda semelhança: a coincidência de tipos de ação autônoma dos movimentos de economia solidária no Brasil e no México em relação aos seus respectivos Estados até 2002. Uma terceira semelhança bastante interessante é a que aproxima as origens do FBES e da Red-Espacio EcoSol. Ainda que ambos os esforços tenham origens ainda mais longínquas, é bastante significativo o papel do primeiro Fórum Social Mundial nas duas trajetórias. No caso brasileiro já animado pela existência de alguns fóruns estaduais (RS, MG, SP) e no mexicano pelas provocações recebidas no encontro da RIPESS de 1997 e na *Contracumbre* de Seattle de 1999, o FSM parece ter cumprido determinante papel tanto para a conformação do FBES, em 2003, quanto para a da Red-Espacio EcoSol, um ano antes, em 2002. As semelhanças param por aqui. Inclusive, uma das principais diferenças entre os dois casos é encontrada ao contar-se a história do FBES, por um lado, e da Red-Espacio EcoSol, por outro. Se no Brasil o FBES alcançaria a condição de sujeito político-coletivo legitimado pelo MESB, no México esse percurso nunca se completaria para a Red-Espacio EcoSol na sua relação com o MESM.

A radical diferença acima mencionada certamente está influenciada pelas também radicais distinções dos contextos políticos de Brasil e México, como já assinaléi mais de uma vez. Mais difícil de apreender no caso mexicano por se tratar de uma situação contrafactual – nunca no México se conformou um contexto político como os dos governos do PT no Brasil, por exemplo –, para o caso brasileiro é mais justificável dizer que a conformação do FBES se deve, em boa medida, ao contexto político que se apresentou como integrativo-cooperado a partir de 2003. Para o caso mexicano, existem evidências de que a não legitimação da Red-Espacio EcoSol se deve, também em alguma medida, aos contextos políticos adversos. No entanto, existem também outras que indicam que a referida legitimação não se confirmou mais em função das diferenças teórico-políticas identificadas entre os diferentes sujeitos individuais e coletivos que chegaram a compor a rede do que a qualquer outra coisa; enquanto uns reivindicavam uma economia solidária autônoma para além do Estado, outros bradavam por uma economia solidária autônoma com o Estado.

Nesta esteira, enquanto no Brasil a economia solidária ficaria amplamente conhecida por sua atuação no cenário nacional tendo o FBES como o interlocutor legítimo na relação

MESB-Estado, no México o tema até hoje encontra maiores dificuldades de adesão e difusão no nível nacional. Entretanto, a característica local e diversa da economia solidária mexicana faria emergir, entre tantos outros, um sujeito político-coletivo que se bem existe no Brasil, tem menor peso no debate público-político: os povos indígenas. Ainda que muito mais encontrada acadêmica do que empiricamente, é inegável no México a relação explícita entre as experiências indígenas e as de economia solidária. É muito provável que o “tema indígena” tenha maior adesão no México pela própria densidade populacional daqueles povos que em terras mexicanas é muito maior; como já mencionado, enquanto em 2014 os povos indígenas representavam 15% na população mexicana, no Brasil esse percentual era de 0,5% para o mesmo ano. E aí, quantos mais povos indígenas podendo reproduzir suas vidas sob referências ancestrais, mais experiências de trabalho coletivo-associado, de manejo comunitário da terra, de tomadas de decisão por consensos em assembleias, mais vínculo de base territorial-comunitária entre os sujeitos, mais unidade entre economia e política, enfim, mais auto-organização substantiva da vida em comum.

Neste contexto, uma análise mais apressada da comparação dos casos dos movimentos de economia solidária de Brasil e México na relação com seus respectivos Estados nos últimos 25 anos poderia levar o analista facilmente à equívocos interpretativos. Parece até mesmo lógico que contextos políticos que indicam para o padrão tendencial de relações Estado-movimentos de tipo violento-hostil, como caso mexicano na ampla maioria do período analisado, podem ser palco mais fértil do que os que indicam para o padrão de tipo integrativo-cooperado para a experimentação do que chamei de autonomia independente para além do Estado para expressar situações de autogestão dos recursos materiais e do trabalho, de auto-organização da vida em comum ou, ainda, de auto-organização **substantiva** da vida em comum.

Do ponto de vista do diagnóstico que enfoca apenas as experiências que analisei no decorrer desta tese, me parece até correta a afirmação do parágrafo anterior. No entanto, nunca será demais lembrar de dois outros diagnósticos que emergem deste primeiro, a saber: a) fruto da exacerbação das dinâmicas do sistema-mundo capitalista-colonial, as condições estruturais-estruturantes do caso mexicano nunca deixaram de encurralar as experiências mais radicais de autonomia independente para além do Estado naquele país ao longo do período analisado; e, b) essa exacerbação das dinâmicas do sistema mundial, revelada sobretudo nas políticas macroeconômicas neoliberais e na forma de gestão autoritária, excluíram sistematicamente a população em geral dos processos de tomada de decisão sobre as suas próprias vidas, por um lado, e de qualquer sorte de justiça econômica e de vida digna, por outro.



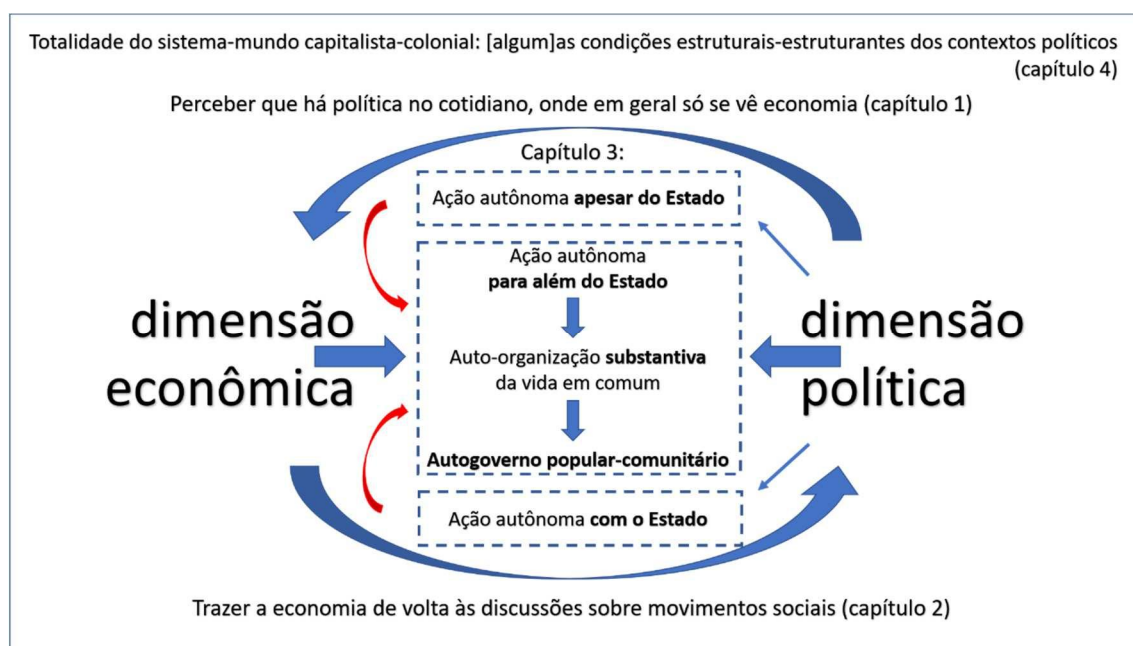
Nesta esteira, não me parece o mais adequado pensar e afirmar que quanto mais neoliberal e autoritário for um determinado contexto político, mais fértil ele será ao aparecimento, construção e fortalecimento de experiências de autonomia para além do Estado. Uma afirmação mais razoável, tanto teórica quanto politicamente falando, me parece estar relacionada, por outro lado, à necessária exploração das possibilidades de reinventar modos de organizar a vida em comum quando os contextos políticos combinam projetos democrático-participativos com políticas macroeconômicas neodesenvolvimentistas tendencialmente produzindo padrões de relações Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperado, como foi boa parte do período brasileiro analisado.

Obviamente, as características de neoliberal, neodesenvolvimentista, democrático-participativo e autoritário não definem sozinhas os contextos políticos, como já assinalado. Eu mesmo propus outras, como as relacionadas às formas de associação diplomática e aos tipos de governo, por exemplo. Além disso, também fiz questão de dizer que as condições estruturais-estruturantes sistematizadas por mim se tratam de uma seleção, apenas, tantas outras poderão emergir desde outros olhares, realidades e vivências. Além disso, como também já destacado, a ação dos movimentos subalternos impacta os contextos, elas não se dão em um vazio, por isso dizer condições estruturais-estruturantes; é isso, mais especificamente, que me leva à avaliação de que contextos de relações tendenciais Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperados não devem ser desperdiçados pelos movimentos.

Neste contexto, simplesmente dispensar o Estado não me parece uma boa opção tática. Dispensar o Estado em um contexto de relações integrativo-cooperado me pareceria uma opção ainda menos estratégica. Se trata, avalio, de enfrentar a participação institucionalizada desde a radicalização da dialética da autonomia para empurrar a produção de políticas públicas cada vez mais para fora do Estado; em dois sentidos. Um deles é aquele relacionado à produção mesma das políticas, que deve alcançar cada vez mais as comunidades, a população em geral; o segundo é em relação aos objetivos das políticas produzidas, que no contexto das discussões que me acompanharam durante toda a tese, deverão estar voltados ao fortalecer das capacidades de auto-organização substantiva da vida em comum, tornando o Estado-nação muito mais em um organizador do que um tomador de decisões. Embora eu acredite que esse duplo olhar para fora do Estado, ou seja, para além dele, poderá ser levado à cabo através de uma relação Estado-movimentos sustentada por processos de compartilhamento de visão de mundo e de profunda confiança – como ensaiado durante o primeiro governo de Lula no Brasil –, vejo mais potência na exploração da capacidade radical dos movimentos de fazerem emergir a dialética da autonomia como princípio e prática basilares da relação movimentos-Estado.

Para ir concluindo, quero começar a tentar responder à provocação de Bringel e Domingues, assim como de tantas outras e outros, atualizando o esquema (Esquema 1) apresentado no capítulo introdutório desta tese. Na maioria do tempo em que passei refletindo sobre (e mesmo escrevendo) os textos aqui organizados, eu pensava que o esquema teórico-analítico apresentado no Esquema 2, que me ajudou sobremaneira na interpretação das experiências aqui analisadas, sobretudo pensando no potencial analítico do duplo processo de negação-construção como ponto chave para a análise da ação autônoma, poderia ser utilizado para a análise de diversos movimentos que se reivindicam como autônomos, mas, também, para aqueles que não se reivindicam. Embora eu vá concluindo este dedicado estudo concordando com tal previsão, há uma particularidade das ações autônomas dos movimentos de economia solidária – arriscaria dizer que de toda a América Latina e de outras regiões do Sul global – que os distingue dos demais.

#### Esquema 4 – Organização esquemática das reflexões teóricas + A especificidade dos movimentos de economia solidária na América Latina



Fonte: elaborado pelo autor.

A referida distinção, que tento representar no Esquema 4, acima, com as setas em vermelho, tem que ver com as discussões já realizadas tanto no capítulo 3 quanto na primeira seção do 6. Trata-se da discussão sobre meio e fim, ou seja, sobre os movimentos subalternos que percebem seus fazeres como meio para apenas mitigar as imperfeições frutos da forma-capital de organizar a economia e o trabalho, do Estado e da democracia ainda vigentes e

aqueles que consideram seus fazeres também como a pré-figuração de uma sociedade outra, aquela que poderia bem ser a do Autogoverno popular-comunitário. Neste sentido, enquanto no seio das discussões sobre autonomia a ideia de meio e fim já é bastante mais explorada (Adamovsky, 2011; Castoriadis, 1979, 2013; Modonesi, 2010; Thwaites Rey, 2004), nas sobre economia solidária ela ainda aparece menos, mas, aparece (Aguilar, 2020; Brancaloneo, 2019; Marañón, 2017; Novaes, 2006, 2020; Tiriba, 2008).

A mencionada particularidade dos movimentos de economia solidária – incluindo aqui o conjunto dos movimentos indígenas – no seio desta discussão sobre meios e fins tem que ver, outra vez, com as reflexões sobre separação e reconexão entre as dimensões econômica e política da vida. Tanto as discussões sobre autonomia (capítulo 3) quanto as sobre economia solidária e autogestão (seção 6.1) indicam que para parte dos movimentos que se mobilizam em torno de ambas as categorias o objetivo de suas lutas é a reconexão entre economia e política seja como sociedade autônoma (no primeiro caso) seja como a autogestão espalhada por todos os espaços de sociabilidade (no segundo caso). Acontece que, de acordo com a lógica exposta no Esquema 1, as ações autônomas apesar e com o Estado mobilizam apenas a dimensão política dos movimentos em seus fazeres de luta; é apenas a ação autônoma para além do Estado, aquela caracterizada pela pré-figuração, no agora, da sociedade do amanhã que mobiliza economia e política no fazer cotidiano dos movimentos que adotam tal tipo de ação.

Por exemplo, o fazer cotidiano percebido nos *Caracoles Zapatistas* é um fazer (autonomia para além do Estado) que reconecta economia e política porque representa tanto autogestão dos recursos materiais e do trabalho quanto auto-organização da vida em comum – um caso típico de ação como meio e como fim; tudo em uma coisa só no cotidiano comunitário. Já os fazeres dos militantes que eram contratados para a secretaria executiva do FBES (autonomia com o Estado), por exemplo, ou os dos que tornaram possíveis os confrontos políticos extrainstitucionais registrados em Oxchuc (autonomia apesar do Estado) são “fazeres meio”, não “fazeres fim”. É assim que atuam a grande maioria dos movimentos subalternos na América Latina e no mundo: reivindicam, seja através da participação institucionalizada (ação com o Estado) seja através do confronto político extrainstitucional (ação apesar do Estado), a sociedade do amanhã, aquela na qual seus direitos serão reconhecidos e garantidos pelo Estado restando ao próprio Estado a realização das ações necessárias ao alcance de tais direitos.

São raros os movimentos contemporâneos que reivindicam como fim de suas ações projetos de sociedades outras; é este o diferencial dos movimentos de economia solidária e é isto que é capaz de diferenciar as ações destes movimentos em relação àqueles que focam em conteúdos específicos ao invés de focar formas outras de organizar os recursos materiais, o

trabalho e a vida mesma em uma nova totalidade. Neste sentido, se bem as ações autônomas dos movimentos de economia solidária ao inscreverem-se como apesar ou com o Estado os colocam lado-a-lado com aquela grande maioria dos demais movimentos subalternos da temporalidade atual, já que são ações incapazes de reconectar economia e política, arrisco a dizer que são os de economia solidária uns daqueles poucos movimentos<sup>100</sup> para os quais não estaria mal dizer que os fins justificam os meios. No entanto, tais meios deverão ser experienciados como autonomia-como-práxis-democrática, seja nas ações apesar seja nas com o Estado. Em síntese: se bem as ações apesar e com o Estado mesmo no caso dos movimentos de economia solidária não reconectam economia e política em seus fazeres, são ações que, em boa parte dos casos, reivindicam tal reconexão como fim; por isso as setas em vermelho como novidade no Esquema 4 em relação ao Esquema 1.

Neste sentido, vale anotar um ensinamento que emergiu da análise empírica aqui presente e que me parece bastante importante; trata-se da discussão sobre autonomia e cooptação ou, em outras palavras, da participação institucionalizada vista como cooptação. Para o caso mexicano, apareceram alguns relatos de receio dos militantes de serem cooptados pelo Estado. No entanto, não é demais recordar que o Estado mexicano há quase um século é marcado pelo clientelismo e pelo corporativismo. Como se sabe, o Brasil viveu anos de contextos bastante distintos. Perceber as relações entre movimentos e Estado pelas lentes das autonomias é, entre tantas outras coisas, perceber que os movimentos não são objetos incapazes de produzir reflexão e autorreflexão de forma sistemática e continuada. Pelo contrário, são sujeitos pensantes, lúcidos, reflexivos e criativos capazes de se autodefinirem e se autolimitarem em suas relações com o Estado; parece ser esse o grande ensinamento de olhar para as ações com o Estado pelas lentes da autonomia inserida e da interdependente. Em resumo: o exercício das ações autônomas com o Estado como autonomia-como-práxis-democrática impede a confirmação dos intentos de cooptação.

Neste contexto de ações com o Estado, sobretudo se a resposta estatal caminhar lado-a-lado com os caminhos propostos por Segato (2012) e García Linera (2009), parece-me muito que elas, mas também as ações apesar do Estado, mesmo incapazes de reconectar economia e

---

<sup>100</sup> Sobre isto, é bastante importante registrar que há uma diversidade grande de movimentos contemporâneos, sobretudo os de luta pela terra, de defesa do território e de garantia de moradia digna no contexto urbano que tem como objetivo-fim de seus fazeres o reencontro de economia e política no seio da vida cotidiana. Apenas parte desses movimentos se reconhece como economia solidária. Sendo assim, o destaque a se fazer aqui é o de que se bem para os movimentos de economia solidária as ações autônomas apesar e com o Estado podem se justificar por suas buscas de outras formas de organizar a vida que se desenrolem para além do Estado, reconectando economia e política, o mesmo valeria para a diversidade dos demais movimentos inscritos nas lutas que acabo de mencionar mesmo sem que eles se reconheçam como economia solidária.

política, se justificarão como meios para o alcance-fim da sociedade autônoma mediada e operacionalizada pelos Autogovernos popular-comunitários como garantidores da auto-organização substantiva da vida em comum; tal como nos *Caracoles* Zapatistas nos quais as *Juntas de Buen Gobierno* garantem o “mandar obedecendo”.

### **Para terminar [ou à guisa de posfácio ainda antes do fim]: uma proposta de transição ao Autogoverno popular-comunitário**

Tudo começa pela imaginação. Talvez esse seja o principal ensinamento que aprendi com Castoriadis e com todas as reflexões que alcancei fazer durante os quatro anos e meio que, ora mais ora menos, me dediquei à investigação que aqui termino de apresentar. Por certo, tal ensinamento me acompanhará daqui até sempre, enquanto bater meu coração. A capacidade humana de imaginar, criar e construir coisas novas para o lugar das velhas talvez seja a mais potente de todas as inumeráveis, provavelmente infinitas, capacidades humanas. Para responder, agora mais especificamente, à provocação de Bringel e Domingues, com a qual inaugurei este capítulo final, muito para além de boas análises, de irrefutáveis diagnósticos, de pilhas e pilhas de livros, é necessário imaginar; é necessário sonhar acordado, é necessário o ainda-não-consciente, a experiência-ainda-não-experienciada; para ficar com os termos de Bloch. A imaginação radical (aqui com Castoriadis) como pressuposto revolucionário.

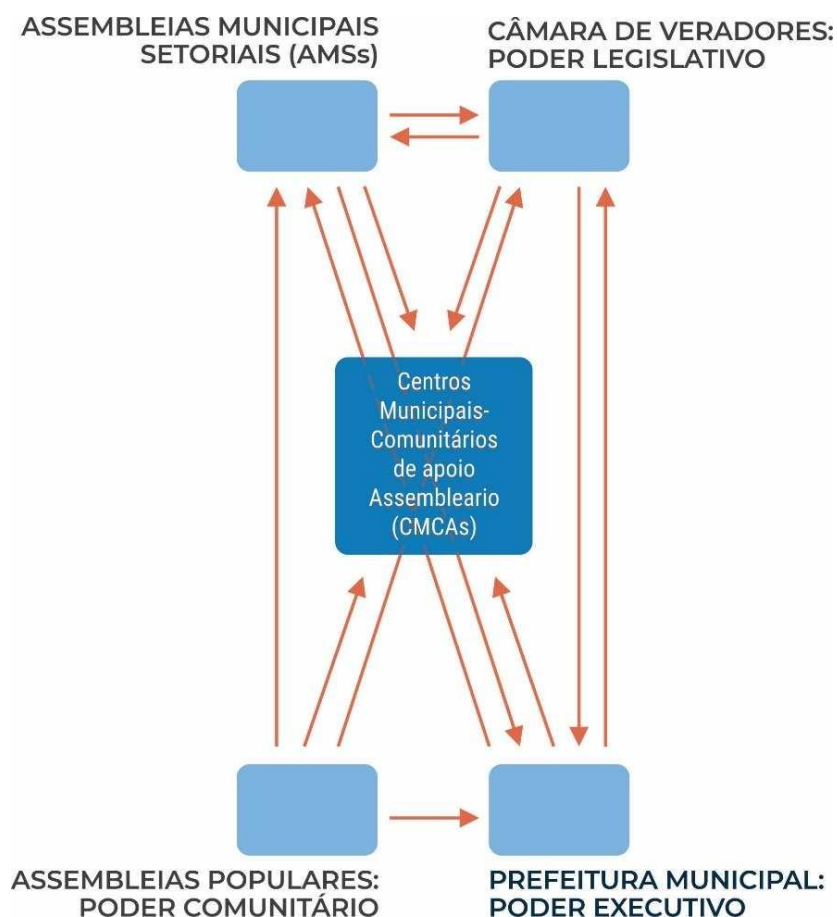
Sendo assim, muito rapidamente antes de falar da ideia de transição ao Autogoverno popular-comunitário, quero falar de umas poucas de suas características. No capítulo 3, em dado momento eu disse, muito provavelmente não exatamente com estas palavras, que as duas faces da autonomia, a individual e a coletiva, somente se encontram em uma situação específica: quando à primeira não é imposta nenhuma barreira que a impeça de explorar sua capacidade de lucidez e reflexão; e quando à segunda não é imposta nenhuma barreira que a impeça de realizar o exercício da tomada de decisão coletiva, em condições de igualdade, que alcance a participação de todos os sujeitos de um grupo social determinado (um movimento, uma comunidade, uma assembleia, um grupo de trabalho coletivo-associado, etc.). Assim, em uma espécie de “reflexo positivo” da forma-Estado e da democracia vigentes, propus as seguintes **características mínimas** ao Autogoverno popular-comunitário, ainda no primeiro capítulo: (i) participação direta, (ii) alto índice de organização horizontalizada, (iii) descentralização da informação e (iv) tomada de decisão por consenso.

Haverá um oceano inteiro de características outras para que os Autogovernos popular-comunitários se espalhem e se consolidem ao redor da América Latina e do mundo. Mas, devem ser os Autogovernos popular-comunitários a se espalharem ao redor do mundo? Sinceramente,

eu não sei; posso falar de desejos: eu desejo que sim. Penso neles para, metaforicamente, “não jogar fora o bebê junto com a água do banho”, ou seja, penso neles a partir da ideia de transmodernidade, já mencionada. O que sei, no entanto, é que os Estados-nação, e os papéis que eles jogam no sistema mundial, parecem não alcançar as soluções necessárias para uma vida boa (se se quer, para o *Buen Vivir*) de toda a população mundial; nem as suas “melhores versões” alcançaram, como a dos Estados de bem-estar social na Europa e EUA ou a dos Estados dos governos dos partidos de esquerda sul-americanos. Mas, por que não alcançaram? Outra resposta que eu não tenho. Entretanto, e aí mais pensando nos casos latino-americanos, tenho duas hipóteses relacionadas: (i) porque nunca foram capazes de integrar todas as suas populações nos processos de decisão sobre os rumos de suas próprias vidas; e, (ii) porque ao falharem em tal desafio não alcançaram eficácia na produção de sínteses que considerassem os símbolos e dinâmicas dos diversos e criativos povos pré-coloniais (onde cabem, pelo menos, os povos indígenas e os de origem africana).

Neste contexto, não tenho como prever quais serão todas as características das novas-velhas formas de organizar a vida em comum. Por outro lado, considero que é um compromisso da mensagem que esta tese passará aos que a ela tiverem acesso reivindicar que: quaisquer que sejam as novas formas, já nascentes, registre-se, de organizar substantivamente a vida em comum, elas precisam garantir a capacidade de lucidez e reflexão dos sujeitos individuais assim como a liberdade de participação de todos os sujeitos, em nível de igualdade, dos processos de decisão sobre os rumos de suas próprias vidas. É disto que emerge um dos principais ensinamentos fruto da análise comparada da trajetória dos movimentos de economia solidária de Brasil e México sob as lentes das autonomias: decisões econômicas (que também são políticas, como insistentemente fui tentando mostrar ao longo dos textos), ou seja, aquelas relacionadas à gestão dos recursos materiais e do trabalho, se fazem no território, no âmbito da comunidade, fortalecendo vínculos de proximidade, entre seres humanos concretos e entre estes e a natureza. Sem relações sociais concretas, próximas e de vínculos fortes não há economia solidária.

**Esquema 5 – Proposta de transição ao Autogoverno popular-comunitário nos marcos da institucionalidade brasileira**



Fonte: elaborado pelo autor.

Finalmente tratando especificamente da proposta de transição ao Autogoverno popular-comunitário, acima apresentada no Esquema 5, quero dizer que se trata de uma proposta inspirada tanto nas experiências locais e diversas da economia solidária mexicana, sobretudo, naquelas protagonizadas pelos povos indígenas tal qual sistematizadas ao final da seção 6.3, quanto nos explícitos anseios da maioria dos meus entrevistados militantes do MESB: é preciso permanecer ou retornar ao território, ao alcance comunitário. E, esse voltar ao território não se trata de abrir mão das táticas de ação apesar e com o Estado, pelo contrário, se trata de radicalizar a relação movimentos-Estado, mas, com o farol da ação direcionado ao nível local, municipal; quem sabe regional. Ou seja, retomar a ideia de participação no nível local no lugar daquela de alcance nacional que, entre potências e debilidades, por certo projeta boa parte de suas energias e dos recursos que dispõem os movimentos subalternos para longe do cotidiano territorial-comunitário (para Brasília, no Brasil; para a CDMX, no México).

Como se poderá ver, se trata uma receita, ainda que sumária. Penso que é preciso construir algo, propor, não se abster de dizer que um caminho X pode ser mais justo e solidário que outro Y; é o que faço. No entanto, do conjunto de “normas” previstas na referida receita, apenas duas dinâmicas que tocam a dinamicidade das **Assembleias Populares** precisariam ser garantidas para toda a população de um território determinado, sob o risco de, se não o forem, incorrerem na reprodução das mesmas dinâmicas de poder como dominação como é o caso das dinâmicas da forma-Estado e da democracia vigente. São elas: (i) o direito de questionar e criticar e (ii) o direito de participar em condições de igualdade. É disso que se está falando quando se fala de uma hegemonia da não hegemonia: garantidos tais direitos através do exercício da autonomia-como-práxis-democrática fica inviabilizada uma nova hegemonia totalizante porque estará garantida a efervescência imaginativa, criativa e construtiva de cada sujeito individual assim como a do movimento ou da comunidade, portanto do sujeito coletivo, do qual o indivíduo é parte.

Importa dizer, antes de apontar detalhes da referida proposta, que ela bem se encaixa como um tipo de ação apesar do Estado assim como aquela com o Estado. Tendencialmente, para que se trate de uma experimentação de ação autônoma com o Estado, o contexto político deverá ser aquele que indica para um padrão de relações Estado-movimentos de tipo integrativo-cooperado. Por se tratar de uma proposta para o nível local, poderá também ocorrer em um contexto violento-hostil no nível nacional, mas, ao mesmo tempo, encabeçado por um projeto político de característica democrático-participativa no nível local. Não encontrando as condições adequadas nem no nível local e nem no nacional, a forma de organização proposta no Esquema 5 ainda assim poderá se construir e mesmo se consolidar, daí como ação apesar do Estado. No entanto, se no primeiro caso se construirá alguma sorte de cooperação movimento-Estado, no segundo tal relação, de um mínimo, se conformará como pressão desde fora ou, no limite, como confronto político extrainstitucional.

É claro que se a construção autônoma vai por um lado, oportunidades e riscos se desenham; se ela vai por outro, outras oportunidades e riscos a acompanham. Em relação a isto, um primeiro destaque tem que ver com os Centros Municipais-Comunitários de Apoio Assembleario (CMCAs). Tratando-se de uma relação cooperada sociedade-Estado, a manutenção material e de pessoal dos CMCAs estaria a cargo da prefeitura municipal. Os CMCAs cumpririam um papel de “interlocutor oficial” com a prefeitura. Cada CMCA, sendo um por bairro, contaria com um profissional técnico para cada setor de política pública presente na estrutura da prefeitura e com coordenadores indicados tanto pela gestão pública municipal quanto pelas assembleias do bairro. Para o caso de um intento não cooperado, ou seja, levado a



cabo a partir da ação autônoma apesar do Estado, ficaria inviabilizada a criação dos CMCA's, restando aos atuais conselhos municipais gestores de políticas públicas realizarem a interlocução entre as Assembleias Populares e o poder executivo municipal.

Voltando à possibilidade que conta com o Estado, com a instalação dos CMCA's os mencionados conselhos, também em comum acordo entre sociedade e Estado, transformar-se-iam em Assembleias Municipais Setoriais (AMS's). As AMS's seriam demandadas pelas Assembleias Populares, principalmente, e também pelos setores organizados da sociedade civil (cultura, saúde, educação, etc.); poderiam ser demandadas, ainda, em nível de consulta, pelo poder legislativo ou pelo poder executivo. Não é pouco que as AMS's sejam demandas pelas Assembleias Populares já que seriam elas, as últimas, que gerariam as demandas todas para a gestão pública. Ou seja, a referência da gestão pública municipal passaria a ser **territorial** e não mais **setorial**. As Assembleias Populares demandariam ou o executivo ou o legislativo, a depender do caráter da demanda. Elas poderiam, ainda, como já citado, demandar também as AMS's e, por último, neste caso sobretudo para questões relacionadas aos seus próprios funcionamentos, os CMCA's.

As Assembleias Populares se organizariam em três níveis sócio-espaciais: as **Assembleias Comunitárias** (menor dos níveis) e as **Assembleias de Bairro**, ambas de caráter deliberativo. Ou seja, seriam espaços de tomada de decisão sobre as questões da vida nas comunidades e nos bairros; enquanto que o terceiro nível assembleário, das **Assembleias Microrregionais**, não teriam caráter deliberativo, mas, articulador. Ao poder legislativo restaria receber as demandas diretamente das Assembleias Populares ou das AMS's ou, ainda, do executivo. Ao poder executivo restaria receber as demandas diretamente das Assembleias Populares ou das AMS's ou, ainda, do legislativo. Nada impede que as Assembleias Populares se auto-organizem mesmo quando não existirem as condições contextuais para a ação com o Estado; a estrutura assembleária, no que toca os três níveis sócio-espaciais, poderia ser a mesma seja em um caso de ação com o Estado seja em um de ação apesar dele, desde que para o segundo caso os movimentos e comunidades alcancem as condições materiais e simbólicas por suas próprias contas.

Como se pode ver, a apresentada proposta se trata de uma proposta para um **Estado** (ou **estado**, em primeira minúscula, que aqui se encaixa tal qual) **de transição**, não para o próprio Autogoverno popular-comunitário. Seja gestado como fazer político desde o subsolo (apesar do Estado) seja como aquele fazer localizado já no salão principal (com o Estado), esse “estado de transição” somente se configurará como Autogoverno popular-comunitário uma vez realizada a travessia da forma-capital à autogestão dos recursos materiais e do trabalho; somente

neste momento em que as questões materiais e o trabalho passam também a ser assunto coletivo e assembleário, como nos *Caracoles Zapatistas*, é que se reconectam economia e política.

Concluo estas tantas páginas aberto ao bom debate, à escuta atenta da crítica e ao exercício da contradição. Termino estas páginas, sobretudo, com uma única certeza: tudo começa pela imaginação!

## Referências

- ABERS, Rebecca (1998). Do clientelismo à cooperação: governos locais, política participativa e organização da sociedade civil em Porto Alegre. *Cadernos Ippur*.
- ABERS, Rebecca; BÜLLOW, Marisa Von (2011). Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias, Porto Alegre, Ano 13, No 28, Set./Dez.*, 52–84.
- ABERS, Rebecca, SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana (2014). Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, 57(2), 325–357.
- ABERS, Rebecca, SILVA, Marcelo K.; TATAGIBA, Luciana (2018). Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova, São Paulo*, 105: 15-46.
- ABOITES, Hugo (2013). México: la rebelión magisterial. *OSAL N° 34, Noviembre, Clacso, Buenos Aires*.
- ACKERMAN, John (2019). *El cambio democrático en México, retos y posibilidades de la "cuarta transformación."*. México: Siglo XXI.
- ADAMOVSKEY, Ezequiel (2003). ¿Qué quedó del Que Se Vayan Todos? *Mimeo, Buenos Aires, 17 de Mayo*.
- ADAMOVSKEY, Ezequiel (2011). "Problemas de la política autónoma: pensando el pasaje de lo social a lo político". In: ADAMOVSKEY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.
- ADAMOVSKEY, Ezequiel (Org.) (2011). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.
- AGUILAR, Eduardo E. (2020). *Manifiesto por la reproducción no capitalista de la vida y los caminos para su construcción. Crítica a la Economía Social, Solidaria y del Sector Social de la Economía*. Tesis de Doctorado presentada al Posgrado en Economía Política del Desarrollo de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.
- AGUIRRE, Carlos A. (2018). *Mandar obedeciendo: las lecciones políticas del neozapatismo mexicano*. México: Editorial Contrahistorias.
- ALBERTANI, Claudio (2011). "Flores salvajes": Reflexiones sobre el principio de autonomía". In: ADAMOVSKEY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.
- ALMEYRA, Guillermo (2002). "Lo político y la política en la mundialización". In: ÁVALOS, Gerardo (Coord.). *Redefinir Lo Político*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.

ÁLVAREZ, Lucía (2019). "Participación ciudadana, actores sociales, sociedad civil y ciudadanía: los desafíos para el nuevo régimen". In: ACKERMAN, John. *El cambio democrático en México, retos y posibilidades de la "cuarta transformación"*. México: Siglo XXI, UNAM.

ANGUIANO, Arturo (2002). "La política como resistencia". In: ÁVALOS, Gerardo (Coord.). *Redefinir Lo Político*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.

ANTUNES, Ricardo (Org.) (2020). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo.

ARANTES, Pedro (2016). *Grandes Transformações na América Latina? a Onda Rosa, a Bolívia e o Contramovimento*. Dissertação de Mestrado Apresentada Ao Mestrado Em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais.

ARAÚJO, Angela M. C. (2002). "Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil". In: ARAÚJO, Angela (Org.). *Do Corporativismo Ao Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Boitempo.

ÁVALOS, Gerardo (Coord.) (2002). *Redefinir lo político*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana.

AVRITZER, Leonardo (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 14(1), 43-64.

AVRITZER, Leonardo (2012). Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. 18, Nº 2, Novembro*, 383–398.

BALLESTRIN, Luciana (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política, Nº 11. Brasília, Maio - Agosto*, 89–117.

BALLESTRIN, Luciana (2020). Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 28(3): E75304*.

BARCELOS, Márcio; PEREIRA, Matheus M.; SILVA, Marcelo K. (2017). Redes, Campos, Coalizões e Comunidades: conectando Movimentos Sociais e Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais - BIB*, 82, 13–40.

BARTRA, Armando (2008). Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. *Boletín De Antropología Americana*, (44), p. 5-24.

BASCHET, Jerome (2017). *Podemos governarnos nosotros mismos: la autonomía, una política sin el Estado*. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas: Universidad de La Tierra.

BENSAÏD, Daniel (1997). *Le pari mélancolique*. Paris: Fayard.

BERTUCCI, Ademar; KIRSCH, Rosana (2012). *Economia Solidária: documentos, trajetórias e organização do movimento*. Porto Alegre: Ideograf.

- BERTUCCI, Ademar (2011). Economia solidária e microempresa, algo em comum? Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2011/09/01/economia-solidaria-e-microempresa-algo-em-comum/>>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (1995). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000). "Cinquenta anos de pensamento da CEPAL – Uma resenha". In: Bielchowsky, R. (Org). *Cinquenta Anos de Pensamento Da CEPAL – Vol.1 e 2*. Rio de Janeiro: Record.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (2012). Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial*, p. 729-747.
- BLOCH, Ernst (2004). *El principio esperanza*. Madrid: Editorial Trotta.
- BOBBIO, Norberto (1982). *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- BOBBIO, Norberto (1987). *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto (1997). *A teoria das formas de governo*. Brasília: Editora UnB.
- BÖHM, Seteffen; DINERSTEIN, Ana C.; SPICER, André (2010). (Im)possibilities of Autonomy Social: Social Movements In and Beyond Capital, the State and Development. *Studies, 9(1)*, 17–32.
- BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiane (2013). Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política, 21(47)*, 31–38.
- BORON, Atílio A. (2019). *El hechicero de la tribu: Mario Vargas Llosa y el liberalismo en América Latina*. Ciudad de México: Ediciones Akal México.
- BOURDIEU, Pierre (1997). "Compreender". In: BOURDIEU, P. (Org.). *A Miséria Do Mundo*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- BRANCALEONE, Cassio (2012). *Sobre o significado da experiência de autogoverno zapatista*. Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Sociologia da UERJ.
- BRANCALEONE, Cassio (2019). "Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária". In: LÓPEZ LÓPEZ, Erika et al. (Coords.). *Anticapitalismos y sociabilidades emergentes: experiencias y horizontes en Latinoamérica y el Caribe*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- BRANCALEONE, Cassio (2020). *Anarquia é ordem: reflexões contemporâneas sobre teoria política e anarquismo*. Curitiba: Brazil Publishing.

BRANCALEONE, Cassio; MELLO, Rodrigo C. de (2017). Movimentos sociais contemporâneos e a democracia para além do Estado: hipóteses para o debate. *Gavagai, Erechim*, v. 4, n. 1, p. 41-68, jan./jun.

BRASIL DE FATO (2018). Petroleiros farão ato no Rio nesta quinta para denunciar desmonte da Petrobras. Disponível em: <<https://www.brasildefatorj.com.br/2018/04/25/petroleiros-farao-ato-no-rio-nesta-quinta-para-denunciar-desmonte-da-petrobras>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRAUDEL, Fernand (1965). História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História. Ano XVI, Vol. XXX, N.º 62, Abril-Junho*, p. 261-294.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2009). From old to new developmentalism in Latin America. *Escola de Economia de São Paulo, Texto Para Discussão 193, Junho, 1*.

BRICEÑO, Jose (2014). Autonomía: genealogía y desarrollo de un concepto. Su relación con el regionalismo en América Latina. *Cuadernos Sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo / Vol. 9. No. 18. Julio-Diciembre*, 9–41.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José M. (2015). Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. *Caderno CRH*, 28(73), 59–76.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo (2016). Movimientos sociales, gobiernos progresistas y Estado en América Latina: transiciones, conflictos y mediaciones. *Caderno CRH, Salvador*, v. 29, n. SPE 03, 27–45.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. (1977). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F. Alves.

CAFFENTZIS, George; FEDERICI, Silvia (2015). Comunes contra y más allá del capitalismo. *El Apantle, Revista de Estudios Comunitarios, Nº 1, Octubre, Puebla-México*, 51–72.

CÁMARA DE DIPUTADOS (2019). Boletín N.º. 0175. Disponível em: <<http://www5.diputados.gob.mx/index.php/esl/Comunicacion/Boletines/2015/Octubre/10/0175-En-Mexico-52-por-ciento-de-la-superficie-es-ejidal-y-comunal-de-1992-a-2014-aumento-en-2-mil-has>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto (1974). *Dependencia y relaciones internacionales*. Costa Rica: Educa.

CARLOS, Euzeneia (2012). *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos*. Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Ciência Política aa FFLCH/USP.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika W.; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo A. (2016). Os movimentos sociais afetam as políticas públicas? Respostas (não) encontradas nas principais abordagens. *Anais Do 10º Encontro Da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte*.

- CARNEIRO, Ricardo (2012). Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade, Campinas*, v. 21, Número Especial, 749–778.
- CASANOVA, Pablo G. (2000). El conflicto de la UNAM: una historia inconclusa. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, Vol. 1.
- CASTORIADIS, Cornelius (1979). *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CASTORIADIS, Cornelius (1986). La cuestión de la autonomía social e individual. *Contra El Poder #2, Madrid, Junio de 1998*.
- CASTORIADIS, Cornelius (1998). *Hecho y por hacer: pensar la imaginación*. Buenos Aires: Eudeba.
- CASTORIADIS, Cornelius (2005). *Los dominios del hombre: las encrucijadas del laberinto*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- CASTORIADIS, Cornelius (2006). *Una sociedad a la deriva: entrevistas y debates*. Buenos Aires: Katz.
- CASTORIADIS, Cornelius (2008). *El mundo fragmentado*. La Plata: Terramar.
- CASTORIADIS, Cornelius (2013). *La institución imaginaria de la sociedad*. México: Tusquets Editores.
- CAVALCANTE, I. C. de S. (2021). *Desarrollismo, neodesarrollismo y progresismo en Brasil: un análisis histórico-estructural de los pactos político-económicos*. Tesis de Doctorado presentada al Posgrado en Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma Metropolitana - Cuajimalpa.
- CECEÑA, Ana E. (2000). Rebelión en la UNAM. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, Vol. 1.
- CECEÑA, Ana E. (2010). "Pensar la vida y el futuro de otra manera". In: LEÓN, Irene (Coord.). *Sumak Kawsay / Buen Vivir y cambios civilizatorios*. 2da. Edición, Quito: FEDAEPS. FEDAEPS.
- CECEÑA, Ana E. (2011). "De los desafíos y los nudos". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.
- CECEÑA, Ana E. (2020). En plena catástrofe ambiental, ¡el Tren Maya va! Disponible em: <<https://medioambiente.nexos.com.mx/en-plena-catastrofe-ambiental-el-tren-maya-va/>>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- CEFURIA (2019). Qual é o Ano Novo para a Economia Solidário no novo Governo? Disponible em: <<http://www.cefuria.org.br/2019/02/14/artigo-qual-e-o-ano-novo-para-a-economia-solidario-no-novo-governo/>>. Acesso em: 29 set. 2020.

CEPAL (2015). *Os Povos Indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos*. Santiago: CEPAL.

CÉSAR, Samantha (2019). "¡Organicémonos! Congreso Nacional Indígena (CNI) frente a las elecciones presidenciales en México". In: MAKARAN, Gaya; LÓPEZ, Pabel; WAHREN, Juan (Coords.). *Vuelta a la autonomía: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina*. México: Bajo Tierra, CIALC-UNAM.

COLECTIVO ACySE (2012). Anticapitalismos & Sociabilidades Emergentes: nociones en construcción. In: CHAGUACEDA, Armando; BRANCALEONE, Cassio (Org.). *Sociabilidades Emergentes y Movilizaciones Sociales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.

COLLIN, Laura (2012). *Economía Solidaria ¿capitalismo moralizador o movimiento contracultural?* México: El Colegio de Tlaxcala.

COLLIN, Laura (2014). *Economía Solidaria: local y diversa*. México: El Colegio de Tlaxcala.

COLLIN, Laura (2019). Economía solidaria en México: reflexiones sobre una experiencia. *Anales Del II Congreso Nacional de Economía Social y Solidaria de Argentina*.

COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina L. (Comp.) (2017). *Territorios en disputa: despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina*. Ciudad de México: Bajo Tierra.

CORAGGIO, José Luis (Org.) (2016). *Economía social y solidaria en movimiento*. 1a Ed. - Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.

CRUZ, Antonio (2006). A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. *Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Unicamp*.

CRUZ, Eliza (2020). La consulta previa en México: límites y falencias. Disponible: <<https://www.debatesindigenas.org/notas/70-consulta-previa-mexico.html>>. Acceso em: 10 mar. 2021.

CUEVA, Héctor de la (2003). La batalla de Cancún: balance de una victoria. *OSAL Nº 11, Mayo, Clacso, Buenos Aires*.

CUNHA, Gabriela C. (2012). *Outras políticas para outras economias - contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010)*. Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Sociologia Do ICS/UnB.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (2006). *Para otra lectura de la disputa por la construcción democrática en América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

DIANI, Mario (1992). The concept of social movement. *The Sociological Review*, 40 (1).



DINERSTEIN, Ana C. (2013). "Autonomía y Esperanza: la nueva gramática de la emancipación". In: DINERSTEIN, Ana Cecilia (Comp.). *Movimientos sociales y autonomía colectiva: la política de la esperanza en América Latina*. Buenos Aires: Capital Intelectual.

DOS SANTOS, Theotonio (1973). *Dependencia y cambio social*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

DOS SANTOS, Theotonio (1991). *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes.

DOWBOR, Ladislau (2017). *A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?* São Paulo: Autonomia Literária.

DOWBOR, Monika W. (2012). *A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)*. Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Ciência Política da FFLCH/USP.

DOWBOR, Monika W.; OLIVEIRA, Gustavo M. de; Ferrarini, Adriane V. (2020). O movimento de economia solidária saiu de cena? A latência pensada desde uma perspectiva das Epistemologias do Sul. *Anais Do 12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, de 19 à 23 de Outubro, Evento Online*.

DOWBOR, Monika W.; SZWAKO, José (2013). Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos, Vol. 97, Novembro*, p. 43-55.

DUSSEL, Enrique (1996). *Filosofía de la liberación*. Bogotá: Nueva América.

DUSSEL, Enrique (2002). "Lo político y la democracia". In: ÁVALOS, Gerardo (Coord.). *Redefinir Lo Político*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.

DUSSEL, Enrique (2004). "Transmodernidad e Interculturalidad: interpretación desde la Filosofía de la Liberación". In: FORNET-BETANCOURT, Raúl. *Crítica Intercultural de La Filosofía Latinoamericana Actual*. Madrid: Editorial Trotta.

DUSSEL, Enrique (2006). *20 tesis de política*. México: Siglo XXI Centro de Cooperación Regional Para La Educación de Adultos En América Latina y El Caribe.

DUSSEL, Enrique (2007). *Materiales para una política de la liberación*. Madrid: Plaza y Valdés.

DUSSEL, Enrique (2014a). *16 tesis de economía política: interpretación filosófica*. México: Siglo XXI Editores.

DUSSEL, Enrique (2014b). "Fortalecimiento del Estado desde el horizonte del postulado de la disolución del Estado". In: GANDARILLA, José Guadalupe; PERALTA, Rebeca (Comp.). *El Estado desde el horizonte histórico de Nuestra América*. México: UNAM.

DUSSEL, Enrique (2020). *Siete ensayos de filosofía de la liberación: hacia una*

*fundamentación del giro decolonial*. Madrid: Editorial Trotta.

ECHEVERRÍA, Bolívar (1998a). *La modernidad de lo barroco*. México: Ediciones Era.

ECHEVERRÍA, Bolívar (1998b). *Valor de uso y utopía*. México: Siglo XXI.

ECHEVERRÍA, Bolívar (2014). "América Latina, 200 años de fatalidad". In: GANDARILLA, José Guadalupe; PERALTA, Rebeca (Comp.). *El Estado desde el horizonte histórico de Nuestra América*. México: UNAM.

EL PAÍS (2019). México assume liderança regional com asilo a Evo Morales. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/internacional/1573613480\\_050420.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/internacional/1573613480_050420.html)>. Acesso em: 15 abr. 2021.

EL UNIVERSAL (2019). Crea el EZLN 11 nuevos Caracoles y 16 Municipios Autónomos Rebeldes. Disponível em: <<https://www.eluniversal.com.mx/estados/crea-el-ezln-11-nuevos-caracoles-y-16-municipios-autonomos-rebeldes>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ESTEVA, Gustavo (2011). "Otra autonomía, otra democracia". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.

ESTEVA, Gustavo (2019). "Caminos de autonomía bajo la tormenta". In: MAKARAN, Gaya; LÓPEZ, Pabel; WAHREN, Juan (Coords.). *Vuelta a la autonomía: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina*. México: Bajo Tierra, CIALC-UNAM.

ESTRELLO, L. (2011). Contra la guerra en México: la caravana del consuelo y el movimiento por la paz con justicia y dignidad. *OSAL N° 30, Noviembre, Clacso, Buenos Aires*.

ESTRELLO, Luz; MODONESI, Massimo (2012). El #Yosoy132 y las elecciones en México: instantáneas de una imposición anunciada y del movimiento que la desafió. *OSAL N° 32, Noviembre, Clacso, Buenos Aires*.

FALCHETTI, Cristhiane (2017). Da Institucionalização da Participação à Emergência do Autonomismo : Tendências recentes da ação coletiva no Brasil. *LASA - Congress of the Latin American Studies Association, Lima, Peru, April 29-May 1*.

FALERO, Alfredo (2020). "América Latina: entre perspectiva de análisis y proyecto político". In: TORRES, Esteban (Ed.). *Hacia La Renovación de La Teoría Social Latinoamericana*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

FALS BORDA, Orlando (1971). *Las revoluciones inconclusas en América Latina (1809-1968)*. México: Siglo XXI.

FBES (2008). *Outra economia construindo outros desenvolvimentos*. Relatório final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/87356904-iv-plenaria-nacional-de-economia-solidaria-relatorio-final.html>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FBES (2011). Presidência consolida canal de diálogo com a Economia Solidária. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2011/04/29/presidencia-consolida-canal-de-dialogo-com-a-economia-solidaria/>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

FBES (2012). *Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável*. Relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<https://fbes.org.br/download/documento-final-v-plenaria-es-pdf/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FEDERICI, Silvia (2017). *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.

FEDOZZI, Luciano (1998). Esfera pública e cidadania: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. *Ensaio FEE*, v. 19, n. 2, 236–271.

FERNANDES, Florestan (2006). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.

FERRARINI, Adriane V.; GAIGER, Luiz I. (2010). Quando micro não é sinônimo de pequeno: a vertente metautilitarista do empreendedorismo. *Otra Economía*, 4(7), 84-100.

FERRARINI, Adriane V.; GAIGER, Luiz I.; SCHIOCHET, Valmor (2018). O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia* | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr.

FERRAZ, Ana T. R. (2019). Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 135, Maio/Ago. p. 346-363.

FIDA (2020). El FIDA centrará su actividad en México en promover la inclusión económica activa de la población rural más pobre y vulnerable. Disponível em: <<https://www.ifad.org/es/web/latest/-/el-fida-centrar%C3%A1-su-actividad-en-m%C3%A9xico-en-promover-la-inclusi%C3%B3n-econ%C3%B3mica-activa-de-la-poblaci%C3%B3n-rural-m%C3%A1s-pobre-y-vulnerable>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

FILGUEIRAS, Luiz (2006). "O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico". In: BASUALDO, Eduardo ARCEO, Enrique (Comps.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO.

FLEURY, Sônia (2011). The Hidden Welfare State In Brazil. *Paper Presented at the IPSA Seminar Whatever Happened to North-South, Panel "Development and Welfare Regime"-USP, São Paulo*.

FLÓREZ-FLÓREZ, Juliana (2007). "Lectura no eurocéntrica de los movimientos sociales latinoamericanos: Las claves analíticas del proyecto modernidad/colonialidad". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago GROSFOGUEL, Ramón (Org.). *El Giro Decolonial: Reflexiones Para Una Diversidad Epistémica Más Allá Del Capitalismo Global*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores.

FOLHA DE S.PAULO (1998). Zapatistas alertam para novo massacre. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft140105.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

FOLHA DE S.PAULO (2002). Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

FONSECA, Pedro C. D. (2015). Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *Texto Para Discussão IPEA n.2103, Julho*.

FONSECA, Pedro C. D.; SALOMÃO, Ivan C. (2017). O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. *Revista de Economia Contemporânea, Número Especial*, 1–20.

FOOTE-WHYTE, Willian (1980). "Treinando a observação participante". In: GUIMARÃES, A. Z. *Desvendando Mascaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. (2007). Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas, Porto Alegre*, v. 7, n. 1 Jan.-Jun., p. 155-174.

FREIRE, Paulo (2003). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 28ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (Org.) (2016). *2016, o ano do Golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.

FUKUYAMA, Francis (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.

FURTADO, Celso (1965). Political obstacles to economic growth in Brazil. *International Affairs*. 41, 2: 252-266.

GAGO, Verónica (2014). *La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires: Tinta Limón.

GAIGER, Luiz I. (Coord.) (2014). *A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos.

GARCÍA LINERA, Álvaro (2006). "Democracia liberal VS. Democracia comunitaria". In: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter; GARCÍA LINERA, Álvaro. *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo.

GARCÍA LINERA, Álvaro (2009). *Forma valor y forma comunidad*. La Paz: CLACSO, Muela del diablo editores, Comuna.

GARCÍA LINERA, Álvaro (2014). "Del Estado aparente al Estado integral: La transformación de la comunidad ilusoria del Estado". In: GANDARILLA, José Guadalupe; PERALTA, Rebeca (Comp.). *El Estado desde el horizonte histórico de Nuestra América*. México: UNAM.

GARCÍA LINERA, Álvaro, PRADA, Raúl, TAPIA, Luis; VEGA, Oscar (2010). *El Estado: campo de lucha*. La Paz: Muela del Diablo.

- GARZA, Humberto (1998). Crisis de la política exterior mexicana. *Foro Internacional*, Vol. XXXVIII, 2-3 (152-153) Abril-Septiembre, 177-202.
- GENNARI, Adilson M. (2001). Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil dos anos 90. *Pesquisa & Debate, SP*, Vol. 13, n. 1(21), p. 30-45.
- GHILARDUCCI, Dario (2020). Memorias desde la subalternidad: de la autonomía obrera a la Asociación ¡Ya Basta! (1961 – 1998). *Cambios y Permanencias*, Vol. 11 No. 1, Enero-Junio, p. 1398-1435.
- GIL, Antonio C. A. (2015). Política indigenista e identidade nacional no México: as políticas de mudança cultural e a preocupação com a integração nacional em meados do século XX. *Dimensões*, v. 35, Jul.-Dez.2, p. 347-365.
- GOHN, Maria da Glória (1997). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola.
- GOLDSTONE, Jack (2003). *States, parties and social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GONÇALVES, Rodrigo S. (2020). Teoria do subsolo: aportes bolivianos à teoria democrática. *Tensões Mundiais, Fortaleza*, v. 16, n. 30, p. 45-68.
- GRAMSCI, Antonio (1921). *Due rivoluzioni. L'ordine Nuovo, Año II, N° 8, 3 de Julio*.
- GRAMSCI, Antonio (1984). *Cuadernos de la cárcel*. 6 ts. 29 cuads. México: Era [Edición crítica de Valentino Gerratana].
- GROSGOUEL, Ramón (2007). "Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago GROSGOUEL, Ramón (Org.). *El Giro Decolonial: Reflexiones Para Una Diversidad Epistémica Más Allá Del Capitalismo Global*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores.
- IWGIA (2019). Los derechos de los pueblos indígenas a la autonomía y al autogobierno como una manifestación del derecho a la autodeterminación. Disponível: <[https://www.iwgia.org/images/documentos/Libros/LosDerechosdelosPueblosIndigenasalaAutonomiayelAutogobierno\\_ES.pdf](https://www.iwgia.org/images/documentos/Libros/LosDerechosdelosPueblosIndigenasalaAutonomiayelAutogobierno_ES.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- GUTIERRES, Kellen A. (2015). *Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP.
- GUTIÉRREZ, Raquel (2011). "Sobre la autorregulación social: imágenes, posibilidades y límites". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.
- GUTIÉRREZ, Raquel (2015). *Horizonte Comunitario-Popular: antagonismo y producción de lo común en América Latina*. México, Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.

GUTIÉRREZ, Raquel (Coord.) (2018). *Comunalidad, tramas comunitarias y producción de lo común: Debates contemporáneos desde América Latina*. Oaxaca, México: Colectivo Editorial Pez en el Árbol, Editorial Casa de las Preguntas.

GUTIÉRREZ, Raquel; NAVARRO, Mina L. (2019). Producir lo común para sostener y transformar la vida: algunas reflexiones desde la clave de la interdependencia. *CONFLUÊNCIAS*, v. 21, n.2, 298–324.

GUTIÉRREZ, Raquel; SALAZAR, Huáscar (2015). Reproducción comunitaria de la vida Pensando la transformación social en el presente. *El Apantle, Revista de Estudios Comunitarios*, Nº 1, Octubre, Puebla-México, 15–50.

HABERMAS, Jürgen (1981). New Social Movements. *Telos* (49), 33–37.

HOLLOWAY, John (2002). *Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy*. Buenos Aires: Herramienta Ediciones.

HOLLOWAY, John (2011). "Las grietas y la crisis del trabajo abstracto". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.

HOLLOWAY, John (2013). *Fissurar o capitalismo*. [Trad. Daniel Cunha]. São Paulo: Publisher Brasil.

HOPKINS, Alicia; PINEDA, César E. (Comp.) (2021). *Pensar las autonomías: autogestión, poder popular y autonomía*. México: Bajo Tierra.

HORBATH, Jorge (2015). "El papel del Estado en la promoción de la economía solidaria en México y sus contrastes con otras experiencias latinoamericanas". In: GRACIA, A. (coord.). *Trabajo, reciprocidad y re-producción de la vida: experiencias colectivas de autogestión y economía solidaria en América Latina*. Buenos Aires: Miño y Dávila.

IASI, Mauro (2012). "Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora". In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez.

IBGE (2021). Desemprego fica em 14,1% no trimestre encerrado em novembro. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29935-desemprego-fica-em-14-1-no-trimestre-encerrado-em-novembro>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

INAES (2020). Los nodos de impulso a la Economía Social y Solidaria en México. Disponível em: <<https://www.gob.mx/inaes/documentos/nodos-de-impulso-a-la-economia-social-y-solidaria-nodes>>. Acesso em: 08 mai. 2021.

INEEP (2018). O balanço financeiro reflète o desmonte da Petrobras. Disponível em: <<https://ineep.org.br/o-balanco-financieiro-reflete-o-desmonte-da-petrobras/>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

INEGI (2020). Resultados de la encuesta nacional de ocupación y empleo (nueva edición) (enoen) - cifras oportunas de noviembre de 2020. Disponible em: <[https://www.inegi.org.mx/contenidos/saladeprensa/boletines/2020/iooe/iooe2020\\_12.pdf](https://www.inegi.org.mx/contenidos/saladeprensa/boletines/2020/iooe/iooe2020_12.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

INPI (2019). Protocolo de la consulta libre, previa e informada para el proceso de reforma constitucional y legal sobre derechos de los pueblos indígenas y afroamericano. Disponible em: <<http://www.inpi.gob.mx/gobmx-2019/convocatorias/inpi-protocolo-consulta-reforma-constitucional-derechos-pueblos-indigenas.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

JAKOBSEN, Kjeld A. (2016). *Análise de Política Externa Brasileira: continuidade, mudanças e rupturas no Governo Lula*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da USP.

KATZ, Claudio (2015). ¿Qué es el neo-desarrollismo? Una visión crítica. *Anuario de Estudios Políticos Latinoamericanos* (n. 2), Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 49-74.

KERSTENETZKY, Celia L. (2017). Welfare state development in Brazil? *Centro de Estudos Sobre Desigualdade Social, Texto Para Discussão Nº 124 - Setembro*.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (1985). *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI.

LANDER, Edgardo (2010). "Crisis civilizatoria: el tiempo se agota". In: LEÓN, Irene (Coord.). *Sumak Kawsay / Buen Vivir y Cambios Civilizatorios*. 2da. Edición, Quito: FEDAEPS.

LANDER, Edgardo (Org.) (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

LAS CASAS, Bartolomeu (1969). *De Regia Potestate o derecho de autodeterminación*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

LAVALLE, Adrian G.; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika W.; SZWAKO, José (Orgs.) (2019). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

LAVALLE, Adrian G.; SZWAKO, José (2015). Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. 21, Nº 1, Abril*, 157-187.

LONGA, Francisco (2019). ¿Cooptados o autónomos? Notas para revisar –y reorientar– los estudios entre movimientos sociales y Estado en la Argentina contemporánea. *Revista SAAP, Vol. 13, Nº 2, Noviembre*, 257-282.

LÓPEZ BÁRCENAS, Francisco (2019). *Autonomías y derechos indígenas en México*. México: COAPI, CECCAM, EDUCA.

LÓPEZ, Dania (2012). "La relevancia de la reciprocidad como relación social primordial en las propuestas de solidaridad económica y de una sociedad alternativa: algunas reflexiones

teóricas". In: MARAÑÓN, Boris (Coord.). *Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina: una perspectiva descolonial*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

LÓPEZ, Francisco (2011). "Las autonomías indígenas en América Latina". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto (2011). "Autonomías indígenas, poder y transformaciones sociales en México". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto (2020). *Pueblos indígenas en tiempos de la Cuarta Transformación*. México: Bajo Tierra.

LUXEMBURGO, Rosa (2010). *¿Reforma o revolución?* Buenos Aires: Luxemburgo.

MAKARAN, Gaya; LÓPEZ, Pabel; WAHREN, Juan (Coords.) (2019). *Vuelta a la autonomía: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina*. México: Bajo Tierra, CIALC-UNAM.

MANSO, Bruno P. (2020). *A república das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro*. São Paulo: Todavía.

MAPA, Dhiego de M. (2010). Inserção internacional no Governo Lula: interpretações divergentes. *Revista Política Hoje*, Vol. 19, n. 1, p. 34-79.

MARAÑÓN, Boris (2012). "Hacia el horizonte alternativo de los discursos y prácticas de resistencias descoloniales: notas sobre la solidaridad económica en el Buen Vivir". In: MARAÑÓN, Boris (Coord.). *Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina: una perspectiva descolonial*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

MARAÑÓN, Boris (2017). "Notas sobre la solidaridad económica y la decolonialidad del poder". In: AMARILES, Cristina et al. *Miradas sobre la economía social y solidaria en América Latina*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.

MARAÑÓN, Boris; LÓPEZ, Dania (2013). "Una propuesta teórico-metodológica crítica para el análisis de las experiencias populares colectivas de trabajo e ingresos: hacia una alternativa societal basada en la reciprocidad". In: MARAÑÓN, Boris (Coord.). *La economía solidaria en México: una primera aproximación hacia una alternativa societal basada en la reciprocidad*. Ciudad de México: Editora UNAM.

MARAÑÓN, Boris; LÓPEZ, Dania (2020). Des/colonialidad del poder, crisis del "Progreso"- "Desarrollo" y emergencia de los Buenos vivires como nuevo horizonte de sentido histórico. *Bajo El Volcán, Año 1, No. 2 Digital, Mayo-Octubre*, 77-112.

MARINI, Rui M. (2000). *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, Clacso, LPP.

MARTINS, Carlos E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América*



*Latina*. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl (2017). *O Capital, crítica da economia política: o processo de produção do capital [livro I]*. 2. ed. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1998). *A ideologia alemã*. [Trad. Luis de Castro e Costa] São Paulo: Martins Fontes.

MAZZEO, Miguel (2014). *Introducción al poder popular: “el sueño de una cosa.”* Santiago: Tiempo robado.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova, São Paulo*, 76, 11–48.

MEIKSINS WOOD, Ellen (2000). *Democracia contra Capitalismo: la renovación del materialismo histórico*. Siglo XXI, CEIICH-UNAM.

MEIKSINS WOOD, Ellen (2003). O que é (anti)capitalismo? *Crítica Marxista*, n. 39, 37–50.

MEIKSINS WOOD, Ellen (2006). "Estado, democracia y globalización". In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. *La Teoría Marxista Hoy: Problemas y Perspectivas*. 1ª Ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO.

MELLANO, Julieta P.; SÁNCHEZ, Magdiel (2020). "¿México ante el fin del neoliberalismo? Crisis, tensiones y reformulaciones de la dominación en el escenario pandémico". In: BAUTISTA, Carolina; DURAND, Anahí; OUVIÑA, Hernán (Eds.). *Estados Alterados: reconfiguraciones estatales, luchas políticas y crisis orgánica en tiempos de pandemia*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Muchos Mundos Ediciones; IEALC.

MELUCCI, Alberto (1989). *Nomads of the present. Social movements and individual needs in contemporary society*. Philadelphia: Temple University Press.

MÉSZÁROS, István. (2002). *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.

MEZA, Humbeto; TATAGIBA, Luciana (2016). Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012). *Opinião Pública*, 22(2), 350–384.

MIGNOLO, Walter (2010). *Desobediencia Eistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo.

MIGNOLO, Walter (2014). Democracia liberal, camino de la autoridad humana y transición al vivir bien. *Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 1 Janeiro/Abril*, 21–44.

MIGUEL, Luis F. (2014). Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo.” *Lua Nova, São Paulo*, 92: 13-43.

MIGUEL, Luis F. (2017). Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. *Lua Nova, São Paulo, 100*: 83-118.

MODONESI, Massimo (2010). *Subalternidad, antagonismo, autonomía: Marxismo y subjetivación política*. Buenos Aires: CLACSO; Prometeo Libros.

MODONESI, Massimo (2011). "El concepto de autonomía en el marxismo contemporáneo". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.

MODONESI, Massimo; IGLESIAS, Mónica (2016). Perspectivas teóricas para el estudio de los movimientos sociopolíticos en América Latina: ¿cambio de época o década perdida? *De Raíz Diversa vol. 3, núm. 5, enero-junio*, pp. 95-124.

MODONESI, Massimo; OLIVER, Lucio; LÓPEZ, Mariana; MUNGUÍA, Fernando (2012). México 2011: violencia y resistencia. *OSAL Nº 31, Mayo, Clacso, Buenos Aires*.

MONREAL, Ricardo (2014). *Reformas estructurales: mitos y realidades*. México: MAPorrúa.

MORA, Mariana (2018). *Política kuxlejal: Autonomía indígena, el Estado racial e investigación descolonizante en comunidades zapatistas*. Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores En Antropología Social.

MORAES, Alana (2020). *Experimentações baldias & paixões de retomada: vida e luta na cidade-acampamento*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MORETZSOHN, Sylvia D. (2017). Discursos midiáticos e a deslegitimação da política. *E-Legis, Brasília, n. 24, p. 63-87, Set/Dez*.

MOUFFE, Chantal (2001). Globalização e cidadania democrática. *Revista Da Faculdade de Direito Da UFPR, v. 36, 17-25*.

MOUFFE, Chantal (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política, n. 25, Nov., 11-23*.

MYERS, Alfonso (2015). A reforma política no México: uma análise crítica dos avanços e retrocessos nas novas leis eleitorais do país. *Paraná Eleitoral, v. 3, n. 3, p. 491-520*.

NASCIMENTO, Claudio (2019). *A autogestão comunal*. Marília: Lutas Anticapital.

NAVARRO, Mina L. (2015). Hacer común contra la fragmentación en la ciudad: experiencias de autonomía para la reproducción de la vida. *El Apantle, Revista de Estudios Comunitarios, Nº 1, Octubre, Puebla-México, 99-124*.

NEGRI, Antonio (1979). *Dominio y sabotaje*. Barcelona: El Viejo Topo.

NOVAES, Henrique T. (2006). Quando os padrões destroem fábricas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias. *Trabalho Necessário*,

*Fluminense, RJ, n. 4, p. 1-20.*

NOVAES, Henrique T. (2020). *O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores*. Marília: Lutas Anticapital.

NOVION, Jacques de. (2019). "Hegemonía, Geopolítica y Seguridad en las Américas: apuntes desde los estudios latinoamericanos". In: Igreja, Rebecca L.; Hoffmann, Odile; Pinto, Simone R. (Orgs.). *Hacer Ciencias Sociales Desde América Latina: Desafíos y Experiencias de Investigación*. Brasília: FLACSO.

O'DONNELL, Guillermo (2004). "Acerca del Estado en América Latina contemporánea: diez tesis para discusión". In: PNUD-ONU. *La democracia en América Latina: contribuciones para el debate*. Nueva York: ONU.

OLIVEIRA, Gustavo M. de (2016). *A economia solidária na inclusão produtiva de mulheres do Programa Bolsa Família no município de Canoas (RS): articulações políticas e efeitos na superação da pobreza*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Ciência Sociais do PPGCS/Unisinos.

OLIVEIRA, Gustavo M. de (2019). Contexto democrático e interação Estado-movimentos sociais: para uma interpretação desde a autonomia. *Anais Do 43º Encontro Anual Da Anpocs, de 21 a 25 de Outubro de 2019, Em Caxambu - MG*.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; COSTA, Samuel N. (2018). Trabalho precarizado no Brasil pós-2016: diagnóstico e alternativas. *Revista Novos Rumos Sociológicos | Vol. 6, Nº 9 | Jan/Jul*, 376–406.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; DOWBOR, Monika W. (2018). As relações entre movimentos sociais e Estado pelo prisma da autonomia: uma revisão da bibliografia recente. *Anais Do 42º Encontro Anual Da Anpocs, de 22 a 26 de Outubro de 2018, Em Caxambu - MG.*, 1–19.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; DOWBOR, Monika W. (2020a). Negar e construir a partir das ações de movimentos: três tipos de autonomias territoriais no México. *Polis, Revista Latinoamericana, Nº 56*, p. 10-23.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; DOWBOR, Monika W. (2020b). Dynamics of Autonomous Action in Social Movements: From Rejection to Construction. *Latin American Perspectives, Issue 234, Vol. 47 No. 5, September*, 49-61.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; FERRARINI, Adriane V. (2020). Reflexões sobre as políticas de economia solidária e inclusão social e produtiva para mulheres do Programa Bolsa Família: dinâmica, efeitos e desafios. *Otra Economía, Vol. 13, n. 23: 228-245, Enero-Junio*.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; VERONESE, Marília V. (2019). Brasil y el “fenómeno Bolsonaro”: un análisis preliminar. *Nueva Época, Año LXIV, Núm. 237 | Septiembre-Diciembre* | p. 245-268.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; VERONESE, Marília V. (2021). Brasil e o "fenômeno Bolsonaro": política, economia e a pandemia de Covid-19 (2019-2020). *Latin American Perspectives, dossiê " Brazil under Bolsonaro: Social, Political and Economic Impacts in the*

Country and in Latin America", no prelo.

OLIVEIRA, Gustavo M. de; SANTOS, Aline M. dos (2021). O Movimento de Economia Solidária Brasileiro e seus desafios: a autonomia como chave de leitura da relação Estado-Movimentos. In: Políticas Públicas, Interseccionalidades e Diversidades. Grupo de Pesquisa Gênero, Ética, Educação, UNIPAMPA, no prelo.

OLIVER, Lucio (2009). *El Estado ampliado en Brasil y México: radiografía del poder, las luchas ciudadanas y los movimientos sociales*. México: UNAM.

OLIVER, Lucio (2018). "Ciclos de Estado y ecuación Estado-sociedad civil en Brasil y México". In: OUVIÑA, Hernán; THWAITES REY, Mabel (Comp.). *Estados en disputa: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina*. Buenos Aires: El Colectivo.

OLVERA, Alberto. (2009). La participación ciudadana y sus retos en México: un breve estudio del desarrollo de la cultura y de las instituciones participativas y diagnóstico de su problemática actual, con propuestas para hacer funcionales las instancias de participación democrática. Disponível em:  
<[http://governacion.gob.mx/work/models/SEGOB/Resource/946/4/images/b\)Olvera\\_Entregable\\_2.pdf](http://governacion.gob.mx/work/models/SEGOB/Resource/946/4/images/b)Olvera_Entregable_2.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ORTEGA, Joel (2020). "Estudios gramscianos sobre hegemonía, Estado y subalternidad". In: FUENTES, Diana; MODONESI, Massimo (Coords). *Gramsci en México*. México: UAM, UNAM.

OSORIO, Jaime (2002). "Sobre la política y el poder político". In: ÁVALOS, Gerardo (Coord.). *Redefinir Lo Político*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.

OUVIÑA, Hernán (2011). "Especificidades y desafíos de la autonomía urbana desde una perspectiva prefigurativa". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.

PATEMAN, Carole (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PATEMAN, Carole (2014). "Críticas feministas à dicotomia público/privado". In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Niterói: Eduff.

PECEQUILO, Cristina S.; FRANZONI, Marcela (2019). As relações bilaterais do México com os Estados Unidos: um balanço de 2000 a 2018. *Rev. Carta Inter., Belo Horizonte*, v. 14, n. 3, p. 110-141.

PEREIRA, Matheus M. (2020). Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Nº 31. Brasília, Janeiro - Abril, p. 301-338.

PINEDA, César E. (2019). "Comunidad, autonomía y emancipación". In: MAKARAN, Gaya; LÓPEZ, Pabel; WAHREN, Juan (Coords.). *Vuelta a la autonomía: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina*. México: Bajo Tierra, CIALC-UNAM.

PIRES, Roberto R. (Org.) (2011). *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*. Brasília: IPEA.

PLEYERS, Geoffrey (2018). *Movimientos sociales en el siglo XXI*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

POLANYI, Karl (2000). *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Campus.

PRATES, Daniela; FRITZ, Barbara; PAULA, Luiz F. de. (2017). Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. *Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro*, v. 12, n. 21, Jul.-Dez., 187–215.

QUIJANO, Aníbal (1998). *La economía popular y sus caminos en América Latina*. Lima: Mosca Azul.

QUIJANO, Aníbal (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.

QUIJANO, Aníbal (2005). Colonialidad y modernidad-racionalidad. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acesso em: 17 out. 2020.

QUIJANO, Aníbal (2010). "América Latina: hacia un nuevo sentido histórico". In: LEÓN, Irene (Coord.). *Sumak Kawsay / Buen Vivir y Cambios Civilizatorios*. 2da. Edición, Quito: FEDAEPS.

QUIJANO, Aníbal (2014a). "'Bien vivir': entre el 'desarrollo' y la des/colonialidad del poder". In: CLÍMACO, Danilo Assis (Org.). *Aníbal Quijano: cuestiones y horizontes, antología esencial (selección de textos)*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

QUIJANO, Aníbal (2014b). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

QUIJANO, Aníbal (2014c). "Estado-nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas". In: GANDARILLA, José Guadalupe; PERALTA, Rebeca (Comp.). *El Estado desde el horizonte histórico de Nuestra América*. México: UNAM.

QUINTANA, Luis; GARZA, Blanca E. (2017). La reforma laboral en México y sus efectos económicos. *Rev. TST, São Paulo*, Vol. 83, No 3, Jul/Set, p. 160-177.

QUINTANA, Roberto S. D. (2019). "De proletarios a comunidades: el desafío propuesto a la humanidad prevalece". In: ESCORCIA, Roberto; CALIGARIS, Gastón (Comp.). *Sujeto capital - Sujeto revolucionario: análisis crítico del sistema capitalista y sus contradicciones*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-UAM-X.

QUIROGA, Natalia (2019). *Economía pospatriarcal*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Lavaca.

RAZETO, Luis (1989). Economía de la solidaridad. *Anales Del IV Congreso de Economistas Javerianos. Bogotá.*

RAZETO, Luis (1993). *Los caminos de la economía de la solidaridad.* Chile: Vivarium.

RICUPERO, Rubens (2018). Governo Bolsonaro é desastroso em política externa (entrevista). *Revista Política Democrática*, 6–10.

RODRIGUEZ, Júlia C. C. (2012). Chacal ou Cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional. *Rev. Bras. Polít. Int.* 55 (2), 70–89.

ROJAS, Juan J. (2013). "Fortalezas y debilidades de la economía social en México y sus perspectivas de cara a los retos que impone el modelo neoliberal". In: OULHAJ, Leïla; SAUCEDO, Francisco Javier. *Miradas sobre la economía social y solidaria en México.* México, Puebla: Ibero Puebla.

ROUX, Rhina (2002). "La política de los subalternos". In: ÁVALOS, Gerardo (Coord.). *Redefinir Lo Político.* México: Universidad Autónoma Metropolitana.

ROUX, Rhina (2005). *El príncipe mexicano: subalternidad, historia e Estado.* México: Ediciones Era.

ROUX, Rhina (2007). México, cambio de siglo: la desintegración de la res publica. *Argumentos, Vol. 20, N° 53, México, Ene./Abr.,* p. 93-113.

ROUX, Rhina (2009). "El príncipe fragmentado. México: despojo, violencia y mandos". In: ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo (Comps.). *Los condicionantes de la crisis en América Latina: inserción internacional y modalidades de acumulación.* Buenos Aires: CLACSO.

SANTIAGO, Jorge (2017). *Economía política solidaria: construyendo alternativas.* México: Ediciones Eón.

SANTOS, Boaventura de S.; AVRITZER, Leonardo (2002). "Para ampliar o cânone democrático". In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

SANTOS, Aline M. dos. (2010). *O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular.* Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Serviço Social da FSS/UERJ.

SANTOS, Aline M. dos. (2019). *Sob o fio da navalha: relações Estado e sociedade a partir da ação política da Economia Solidária no Brasil.* Marília: Lutas anticapital.

SARDÁ, M. (2011). Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): significados e perspectivas. *Mercado de Trabalho | 48 | Ago.*

SARTORI, Giovanni (1970). Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, n. 64, 1.033-1.053.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia H. H. (2011). Movimentos sociais e participação institucional: introduzindo o debate. *Política & Sociedade*, 10-Nº 18, 9–24.

SCHIOCHET, Valmor (2017). "Participación y control social en la política pública de economía solidaria: la experiencia de la Secretaría Nacional de Economía Solidaria". In: AMARILES, Cristina et al. *Miradas sobre la economía social y solidaria en América Latina*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.

SCHNEIDER, José O. (2003). *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: Editora Unisinos.

SEGATO, Rita L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos CES*, 18, 106–131.

SILVA, Álvaro V. C. (2019). A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. *Rev. Conj. Aust., Porto Alegre*, v.10, n.49, p.23-41, Jan./Mar.

SILVA, Enid (2009). *Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006*. Brasília: IPEA.

SILVA, Marcelo K.; OLIVEIRA, Gerson de L. (2011). A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado- Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Ano 13, Nº 28, Set./Dez., 86–124.

SILVA, Sandro (2017). A economia solidária no PPA 2012-2015. *Revista Mercado de Trabalho* | 63 | Out.

SILVA, Sandro (2018). Crise de paradigma? A política nacional de economia solidária no PPA 2016-2019. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise* | 64 | Abril, 163–172.

SINDIPETRONF (2018). Fortalecer a engenharia nacional e barrar o desmonte da Petrobras. Disponível em: <<https://sindipetronf.org.br/fortalecer-a-engenharia-nacional-e-barrar-o-desmonte-da-petrobras/>>. Acesso em: 22 out. 2020.

SINGER, André (2015). Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, 102, 43–71.

SINGER, Paul (1981). *Dominação e Desigualdade: estrutura de classe e repartição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SINGER, Paul (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

SINGER, Paul (2014). Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). *Mercado de Trabalho* | 56 | Fev.

SKOCPOL, Theda (1992). *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States*. Cambridge: Belknap Press/Harvard University Press.

SOUZA, André R. de. (2007). Entre a assistência e a autogestão: a economia popular solidária

da Cáritas. *Revista Nures Nº 5 – Janeiro/Abril*.

SOUZA, Marcelo L. de. (2006). Together with the state, despite the state, against the state: social movements as “critical urban planning” agents. *City, Vol. 10, No. 3, December*, p. 327-342.

SOUZA, Marcelo L. de. (2010). Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *CIDADES, v.7, n.11*, 13–47.

SOUZA, Marcelo L. de. (2012). Autogestão, “autoplanejamento”, autonomia: atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. *CIDADES: Revista Científica - Grupo de Estudos Urbanos, v. 9, n. 15*, 59–93.

SOUZA, Marcelo L. de. (2017). *Por uma geografia libertária*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.

TAPIA, Luis (2001). "Subsuelo Político". In: GARCÍA LINERA, Álvaro; GUTIÉRREZ, Rquel; PRADA, Raúl. *Pluriverso: Teoría política boliviana*. La Paz: Muela del Diablo.

TAPIA, Luis (2010). "El estado en condiciones de abigarramiento". In: GARCÍA LINERA, Álvaro; PRADA, Raúl; TAPIA, Luis; VEGA, Oscar. *El Estado: campo de lucha*. La Paz: Muela del Diablo.

TAPIA, Luis (2019). "Principios organizativos de la política: estado y comunidad". In: MAKARAN, Gaya; LÓPEZ, Pabel; WAHREN, Juan (Coords.). *Vuelta a la autonomía: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina*. México: Bajo Tierra, CIALC-UNAM.

TARROW, Sidney (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e o confronto político*. Petrópolis: Vozes.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles (2007). *Contentious Politics*. Boulder: Paradigm Publisher.

TEIXEIRA, Ana C. C. (2013). *Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP.

THWAITES REY, Mabel (2004). *La autonomía como búsqueda, el Estado como contradicción*. Prometeo Libros.

THWAITES REY, Mabel (2011). "La autonomía: entre el mito y la potencia emancipadora". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.

TILLY, Charles (2006). *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press.

TIRIBA, Lia (2006). Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. *Educação Unisinos, Volume 10, Número 2, Mai-Ago*, p. 116-122.



TIRIBA, Lia (2008). Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva, Florianópolis*, v. 26, n. 1, Jan./Jun., p. 69-94.

TISCHLER, Sergio (2011). "El quiebre de la subjetividad de la forma Estado y los movimientos de insubordinación". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.

TOURAINÉ, Alain (1989). Os Novos Conflitos Sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n.17, p. 5-18.

VERONESE, Marília V. (2009). Subjetividade, trabalho e economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais: Os Desafios Da Economia Solidária*, 84, p. 153-167.

VIENTO SUR (2021). Hace 15 años: la Comuna de Oaxaca. Disponível em: <<https://vientosur.info/hace-15-anos-la-comuna-de-oaxaca/>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

VIGEVANI, Tulio; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo (2003). Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social – USP, Novembro*, p. 31-61.

VINUTO, Juliana (2014). A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas, Campinas*, 22, (44): 203-220, Ago/Dez.

WALLERSTEIN, Immanuel (1988). *El moderno sistema mundial*. 4. Ed. México: Siglo XXI.

WALLERSTEIN, Immanuel (2008). *Historia y dilemas de los movimientos antisistémicos*. México, Ciudad de México: Ed. Contrahistorias.

WEBER, Max (1982). "La política como vocación". In: Weber, Max. *Escritos Políticos II*. [Trad. Rubio Llorente] México: Folios Ediciones.

WRIGHT, Erik O. (2021). *Cómo ser anticapitalista en el siglo XXI*. Jacobin América Latina, Estrategia / Teoría. Disponível em: <<https://jacobinlat.com/2021/02/12/como-ser-anticapitalista-en-el-siglo-xxi/>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

YIN, Robert (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4.Ed. Porto Alegre: Bookman.

ZAVALETA, René (1983). "Las masas en noviembre". In: ZAVALETA, René (Comp.). *Bolivia, hoy*. México: Siglo XXI.

ZAVALETA, René (1986). *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI.

ZAVALETA, René (2014). "El Estado en América Latina". In: GANDARILLA, José Guadalupe; PERALTA, Rebeca (Comp.). *El Estado desde el horizonte histórico de Nuestra América*. México: UNAM.

ZIBECHI, Raúl (2003). Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. *OSAL Nº 9, Enero, Clacso, Buenos Aires*.

ZIBECHI, Raúl (2006). *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Tinta Limon ediciones.

ZIBECHI, Raúl (2007). *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Fondo Lima: Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales UNMSM.

ZIBECHI, Raúl (2011). "Las zonas grises de las dominaciones y las autonomías". In: ADAMOVSKY, Ezequiel (Org.). *Pensar Las Autonomías: Alternativas de Emancipación Al Capital y El Estado*. 1ª Ed.- México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra.

ZIBECHI, Raúl (2015). *Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. México: Bajo Tierra.

ZIBECHI, Raúl (2015). *Descolonizar el pensamiento crítico y las rebeldías: autonomías y emancipaciones en la era del progresismo*. México: Bajo Tierra.

ZIBECHI, Raúl (2017). *Movimientos sociales en América Latina: el "mundo otro" en movimiento*. México: Bajo Tierra, Comunal, El Rebozo.

ZIBECHI, Raúl (2018). *Los desbordes desde abajo: el 68 en América Latina*. México: Bajo Tierra, Comunal, El Rebozo.

ZIBECHI, Raúl (2019). Autonomías y autogobiernos después del progresismo. In: MAKARAN, Gaya; LÓPEZ, Pabel; WAHREN, Juan (Coords.). *Vuelta a la autonomía: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina*. México: Bajo Tierra, CIALC-UNAM.

ZIBECHI, Raúl (2021). "La autonomías realmente existentes". In: *Boletín #1 del Grupo de Trabajo Pueblos indígenas, autonomías y derechos colectivos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO

ZONADOCS (2019). 28 de mayo en Guadalajara: pensamiento único y represión. Disponible em: <<https://www.zonadocs.mx/2019/05/28/28-de-mayo-en-guadalajara-pensamiento-unico-y-represion/>>. Acceso em: 10 mai. 2021.

**Apêndice 1 – Roteiro de entrevistas com os sujeitos dos movimentos de economia solidária de Brasil e México**

Nome:

Idade:

Sexo:

Formação:

Município de atuação:

Nome do movimento (organização) em que atua/atuou:

Ocupa/ocupou algum cargo específico na organização? Qual?

Há quanto tempo é/por quanto tempo foi ativista na organização?

É militante de algum partido político? Qual?

Local e data:

**BLOCO 1 - QUANTO AO MOVIMENTO SOCIAL**

1 - Tu consideras que há um movimento de economia solidária no Brasil/México?

1 - a) Se sim, qual seu histórico, como se configura, como está organizado?

1 - b) Se não, por quê? Poderias falar sobre as tentativas passadas de conformação de um movimento de economia solidária brasileiro? E como tu enquadra os esforços das iniciativas de economia solidária, se não como um movimento?

2 - Pra ti, qual é o principal objetivo (luta) do movimento (organização)?

3 - Tu percebes algum momento histórico em que o movimento (organização) passou por alguma grande ruptura? (Ex.: aumentou/diminuiu drasticamente de tamanho, alcançou mais/menos demandas, recebeu mais/menos apoio de entidades de apoio e/ou do Estado, teve mais/menos encontros de formação, etc.)

4 - Quem são teus companheiros de lutas (atores individuais e coletivos)?

5 - Em que ações tu e esses companheiros se engajaram nos últimos 5 anos ou mais?

6 - O que os une e o que os separa em termos de projeto, de visões de mundo?

**BLOCO 2 -QUANTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

7 - Quais políticas públicas de economia solidária existem hoje ou no passado recente? (Cite pelo menos as que considera como principais)

8 - Tu poderias comentar sobre o papel da política pública em relação ao teu movimento (organização)?

9 - O que mudou no teu movimento (organização) antes e depois destas políticas? Especificamente em relação à autonomia do teu movimento (organização), o que mudou?

10 - Tu achas que para o teu movimento (organização) importa mais uma política pública bem formulada e implementada ou ele ser forte sem precisar das políticas públicas? Por quê?

### BLOCO 3 - QUANTO À INTERAÇÃO SOCIOESTATAL

11 - Qual é/era o(s) órgão(s) público(s) no(s) qual(is) se dão/davam os diálogos entre o movimento (organização) e o Estado?

12 - Que tipo de interação se dava? Propositiva, de fiscalização, deliberativa, etc.?

13 - Com que frequência o movimento (organização) interagia com o Estado naquele órgão público?

14 - Tu achas que o teu movimento (organização) e as redes em que ele participa influenciam para a formulação, aperfeiçoamento e implementação de políticas públicas?

15 - Quem tem/tinha mais poder de influenciar as discussões e as tomadas de decisão sobre políticas públicas, o movimento (organização) ou o Estado?

16 - O movimento (organização) e o Estado mais concordavam e cooperavam ou discordavam em relação aos rumos da economia solidária enquanto política pública?

17 - Como se resolviam os conflitos de ideias durante as interações?

18 - Qual a tua opinião sobre os governos que, quando criam secretarias/diretorias/ministérios, chamam as lideranças dos movimentos (organizações) para comporem os cargos destes órgãos públicos? Acha que quando isso acontece o movimento (organização) se fortalece ou se enfraquece?

19 - Tu já fostes convidado (ou conhece algum companheiro que já foi) para trabalhar no Estado, em órgãos públicos *da* ou *ligadas à* economia solidária?

19 - a) Se sim, como foi a tua relação (ou a desse companheiro) com o movimento (organização) quando estava ocupando o cargo no governo? Podes contar algumas situações quando essa relação era de confronto e quando era de cooperação e apoio?

### BLOCO 4 - QUANTO À AUTONOMIA DE MOVIMENTOS NO CONTEXTO DE INTERAÇÃO SOCIOESTATAL

20 - O que tu entendes por autonomia no contexto das lutas dos movimentos sociais?

21 - Compreendes que o teu movimento (organização) é autônomo? Por quê?

22 - Tu achas que é possível conciliar autonomia e participação do teu movimento (organização) nos órgãos públicos?

23 - Considerando a estrutura do Estado, tu crês que é possível se construir algo de novo, com “a cara” do movimento, em termos de mudanças institucionais e/ou de políticas públicas quando o movimento (organização) atua por dentro dos órgãos públicos?

23 - a) Se sim, o que já se construiu a partir dos esforços do teu movimento (organização) como inovações (i) em termos de mudanças institucionais e (ii) em termos de políticas públicas?

Quais?

HÁ ALGO IMPORTANTE SOBRE O TEMA QUE NÃO FOI PERGUNTADO?

**Apêndice 2 – Roteiro de entrevistas com os sujeitos vinculados à institucionalidade da economia solidária no Brasil e no México**

Nome:

Idade:

Sexo:

Formação:

Qual cargo ocupa/ocupou no Estado? Por quanto tempo?

Participou ou esteve à frente de alguma organização da sociedade civil enquanto ocupava este cargo?

Por quanto tempo esteve nesta instituição?

É militante de algum partido político? Qual?

Local e data:

**BLOCO 1 – QUANTO À ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**

1 - Como você está ou esteve envolvido com a economia solidária em sua atuação?

2 - Em quais órgãos públicos você se envolveu?

3 - Como esses órgãos foram constituídos?

4 - Você percebe algum momento histórico em que o órgão teve mais ou menos peso/importância na estrutura institucional? (Ex.: que ele tinha mais ou menos pessoas envolvidas, tinha mais ou menos poder de influência, etc.)

5 - Com que outros órgãos ele teve contato? Em quais demandas eles se envolviam juntos? Houveram políticas que foram mobilizadas em conjunto?

**BLOCO 2 - QUANTO AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

6 - Quais políticas públicas de economia solidária existem hoje ou no passado recente? (Cite pelo menos as que você considera principais)

7 - Poderia comentar o papel das políticas públicas para o movimento e para os grupos de economia solidária?

**BLOCO 3 - QUANTO A INTERAÇÃO SOCIOESTATAL**

8 - Poderia comentar o papel da do movimento e dos grupos de economia solidária na formulação, aprimoramento e implementação das políticas públicas acima mencionadas?

9 - Quantos aos órgãos onde se davam as interações entre sociedade civil e Estado, que tipo de interação se dava? Propositiva, fiscalização, deliberação, etc.?

10 - Com que frequência o movimento interagia com o Estado nesse órgão público?

11 - Quem tinha mais poder para influenciar as discussões e tomadas de decisão sobre políticas públicas, o movimento ou Estado?

12 - O movimento e o Estado mais concordavam/cooperavam ou discordavam em relação aos rumos da economia solidária como política pública?

13 - Como os conflitos de ideias eram resolvidos durante as interações?

14 - Qual é a tua opinião sobre os governos que, quando criam secretarias/diretorias/ministérios, convidam lideranças do movimento para ocupar os cargos desses órgãos públicos?

15 - Você fez parte (conhece alguém que) do movimento e acabou indo pro Estado?

15 - a) Se sim, como foi seu relacionamento com o movimento enquanto atuava no Estado?

16 - Acha que o movimento se desmobiliza ou se mobiliza com o trânsito de ativistas para os órgãos públicos?

#### BLOCO 4 - QUANTO À AUTONOMIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA INTERAÇÃO SOCIOESTATAL

17 - O que você entende por autonomia no contexto das lutas dos movimentos sociais?

18 - Você entende que o movimento de economia solidária brasileiro é autônomo?

19 - Como percebe a relação entre autonomia e participação de movimentos em órgãos públicos?

20 - Considerando a estrutura rígida do Estado, você acha que é possível que o movimento construa algo novo em termos de mudanças institucionais e/ou políticas públicas quando atuam em órgãos públicos?

20 - a) Se sim, o que já foi construído a partir das interações das quais você participou como inovações (i) em termos de mudanças institucionais e (ii) em termos de políticas públicas?

HÁ ALGO IMPORTANTE SOBRE O TEMA QUE NÃO FOI PERGUNTADO?